

SUMÁRIO

6.3 DIAGNÓSTICO MEIO SOCIOECONÔMICO	6.3-1
6.3.1 METODOLOGIA.....	6.3-3
6.3.2 DINÂMICA POPULACIONAL	6.3-5
6.3.2.1 Características Populacionais das Regiões de Planejamento (RPs) da Área de Estudo.....	6.3-8
6.3.2.2 Caracterização Populacional	6.3-13
6.3.2.3 Condições de Saúde e Doenças Endêmicas	6.3-24
6.3.2.4 Infraestrutura Básica e de Serviços.....	6.3-38
6.3.2.5 Assentamentos de Reforma Agrária	6.3-149
6.3.3 DINÂMICA ECONÔMICA	6.3-161
6.3.3.1 Estrutura Produtiva e de Serviços	6.3-161
6.3.3.2 Economia Informal	6.3-177
6.3.3.3 Distritos Industriais e Indústria na Área de Estudo.....	6.3-183
6.3.3.4 Emprego e Renda – Minas Gerais	6.3-188
6.3.3.5 Estrutura de Produção dos Municípios da Área de Estudo por Regiões de Planejamento/MG	6.3-188
6.3.3.6 Setor Minerário	6.3-259
6.3.3.7 Turismo	6.3-264
6.3.3.8 Indicadores	6.3-272
6.3.3.9 Qualificação da Mão de Obra	6.3-280
6.3.3.10 Vetores de Crescimento Econômico	6.3-287
6.3.4 DINÂMICA TERRITORIAL	6.3-290
6.3.4.1 Uso e Ocupação do Solo.....	6.3-290
6.3.4.2 Infraestrutura Regional	6.3-400
6.3.4.3 Vetores de Crescimento Urbano	6.3-410
6.3.4.4 População Diretamente Afetada pelas Obras de Melhoramento e Duplicação da BR-116/MG	6.3-412
6.3.5 DINÂMICA SOCIOCULTURAL	6.3-419
6.3.5.1 Comunidades Quilombolas.....	6.3-419
6.3.5.2 Comunidades Indígenas.....	6.3-422
6.3.5.3 Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	6.3-423
6.3.5.4 Comunidades Tradicionais	6.3-433
ANEXOS	6.3-434
ANEXOS DIGITAIS	6.3-434

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Empreendimento	6.3-2
Figura 2 – Regiões de Planejamento de Minas Gerais.....	6.3-7
Figura 3 – Principais Fluxos Migratórios – Brasil (1999-2004).....	6.3-14
Figura 4: Migrações no Brasil – Classificação.....	6.3-15
Figura 5: RMVA e seus Municípios	6.3-19
Figura 6: Chamada da Secretaria de Estado de Saúde de.....	6.3-30
Figura 7 - Modelo de Integração e Gestão de Segurança Pública	6.3-81
Figura 8: Comandos Operacionais de Bombeiros – Minas Gerais	6.3-86
Figura 9 - Evolução Mensal do Quantitativo de Registros de Crimes Violentos	6.3-89
Figura 10 - Evolução Mensal do Quantitativo de Registros de Crimes Violentos Contra o Patrimônio (2012/2013) para o Estado de Minas Gerais.	6.3-89
Figura 11 - Evolução Mensal do Quantitativo de registros de Homicídios Consumados (2012/2013) para o estado de Minas Gerais.....	6.3-90
Figura 12 – Taxas de Criminalidade – Alpercata/MG	6.3-91
Figura 13 – Taxas de Criminalidade – Campanário/MG	6.3-91
Figura 14 – Taxas de Criminalidade – Caratinga/MG	6.3-92
Figura 15 – Taxas de Criminalidade – Dom Cavati/MG.....	6.3-92
Figura 16 – Taxas de Criminalidade – Engenheiro Caldas/MG.....	6.3-93
Figura 17 – Taxas de Criminalidade – Frei Inocência/MG	6.3-93
Figura 18 – Taxas de Criminalidade – Governador Valadares/MG	6.3-94
Figura 19 – Taxas de Criminalidade – Inhapim/MG.....	6.3-94
Figura 20 – Taxas de Criminalidade – Itambacuri/MG.....	6.3-95
Figura 21 – Taxas de Criminalidade – Itanhomi/MG.....	6.3-95
Figura 22 – Taxas de Criminalidade – Jampruca/MG.....	6.3-96
Figura 23 – Taxas de Criminalidade – Mathias Lobato/MG	6.3-96
Figura 24 – Taxas de Criminalidade – Santa Bárbara do Leste/MG	6.3-97
Figura 25 – Taxas de Criminalidade – Santa Rita de Minas/MG	6.3-97
Figura 26 – Taxas de Criminalidade – Tarumirim/MG	6.3-98
Figura 27 – Taxas de Criminalidade – Ubaporanga/MG.....	6.3-98
Figura 28 – Taxas de Criminalidade – Além Paraíba/MG.....	6.3-99
Figura 29 – Taxas de Criminalidade – Divino/MG.....	6.3-100
Figura 30 – Taxas de Criminalidade – Fervedouro/MG	6.3-100
Figura 31 – Taxas de Criminalidade – Laranjal/MG	6.3-101
Figura 32 – Taxas de Criminalidade – Leopoldina/MG	6.3-101
Figura 33 – Taxas de Criminalidade – Manhuaçu/MG.....	6.3-102
Figura 34 – Taxas de Criminalidade – Miradouro/MG	6.3-102
Figura 35 – Taxas de Criminalidade – Muriaé/MG.....	6.3-103
Figura 36 – Taxas de Criminalidade – Orizânia/MG	6.3-103
Figura 37 – Taxas de Criminalidade – Santo Antônio do Aventureiro/MG	6.3-104

Figura 38 – Taxas de Criminalidade – São Francisco do Glória/MG	6.3-104
Figura 39 – Taxas de Criminalidade – São João do Manhuaçu/MG	6.3-105
Figura 40 – Taxas de Criminalidade – Cachoeira do Pajeú/MG	6.3-105
Figura 41 – Taxas de Criminalidade – Carai/MG	6.3-106
Figura 42 – Taxas de Criminalidade – Catuji/MG	6.3-107
Figura 43 – Taxas de Criminalidade – Itaobim/MG	6.3-107
Figura 44 – Taxas de Criminalidade – Medina/MG	6.3-108
Figura 45 – Taxas de Criminalidade – Padre Paraíso/MG.....	6.3-108
Figura 46 – Taxas de Criminalidade – Pedra Azul/MG	6.3-109
Figura 47 – Taxas de Criminalidade – Ponto dos Volantes/MG	6.3-109
Figura 48 – Taxas de Criminalidade – Teófilo Otoni/MG	6.3-110
Figura 49 – Taxas de Criminalidade – Águas Vermelhas/MG	6.3-110
Figura 50 – Taxas de Criminalidade – Divisa Alegre/MG	6.3-111
Figura 51: Curral e Silo de Uso Comunitário Existente.....	6.3-153
Figura 52: Localização do PA Oziel Alves Pereira.....	6.3-154
Figura 53: Localização do PA Surpresa	6.3-156
Figura 54: Localização do PA Córrego Comprido.....	6.3-158
Figura 55: Estruturas e Lotes - PA Aliança.	6.3-160
Figura 56: Distritos Industriais de Minas Gerais.....	6.3-184
Figura 57: Companhias Mineradoras do Brasil – Por Região	6.3-260
Figura 58: Uso e Ocupação do Solo – Águas Vermelhas/MG	6.3-297
Figura 59: Uso e Ocupação do Solo – Além Paraíba/MG.....	6.3-300
Figura 60: Uso e Ocupação do Solo – Alpercata/MG	6.3-302
Figura 61: Uso e Ocupação do Solo – Cachoeira de Pajeú/MG.....	6.3-305
Figura 62: Uso e Ocupação do Solo - Unidades de Conservação Presentes – Cachoeira de Pajeú/MG	6.3-306
Figura 63: Uso e Ocupação do Solo – Campanário/MG.....	6.3-308
Figura 64: Uso e Ocupação do Solo – Carai/MG.....	6.3-310
Figura 65: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes – Carai/MG.....	6.3-311
Figura 66: Uso e Ocupação do Solo – Caratinga/MG	6.3-314
Figura 67: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes - Caratinga/MG.....	6.3-315
Figura 68: Uso e Ocupação do Solo – Catuji/MG	6.3-317
Figura 69: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes - Catuji/MG	6.3-318
Figura 70: Uso e Ocupação do Solo – Divino/MG	6.3-320
Figura 71: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes - Divino/MG	6.3-321
Figura 72: Uso e Ocupação do Solo – Divisa Alegre/MG	6.3-323
Figura 73: Uso e Ocupação do Solo – Dom Cavati/MG.....	6.3-325
Figura 74: Uso e Ocupação do Solo – Engenheiro Caldas/MG.....	6.3-327
Figura 75: Uso e Ocupação do Solo – Fervedouro/MG	6.3-329
Figura 76: Uso e Ocupação do Solo - Unidades de Conservação Presentes – Fervedouro/MG.....	6.3-330
Figura 77: Uso e Ocupação do Solo – Frei Inocência/MG.....	6.3-333

Figura 78: Uso e Ocupação do Solo – Governador Valadares/MG	6.3-336
Figura 79: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes - Governador Valadares/MG	6.3-337
Figura 80: Uso e Ocupação do Solo – Inhapim/MG.....	6.3-339
Figura 81: Uso e Ocupação do Solo – Itambacuri/MG.....	6.3-341
Figura 82: Uso e Ocupação do Solo – Itanhomi/MG.....	6.3-343
Figura 83: Uso e Ocupação do Solo – Itaobim/MG.....	6.3-346
Figura 84: Uso e Ocupação do Solo – Jampruca/MG.....	6.3-348
Figura 85: Uso e Ocupação do Solo – Laranjal/MG.....	6.3-351
Figura 86: Uso e Ocupação do Solo – Leopoldina/MG.....	6.3-354
Figura 87: Uso e Ocupação do Solo – Manhuaçu/MG.....	6.3-357
Figura 88: Uso e Ocupação do Solo – Mathias Lobato/MG.....	6.3-359
Figura 89: Uso e Ocupação do Solo – Medina/MG.....	6.3-361
Figura 90: Uso e Ocupação do Solo – Miradouro/MG	6.3-363
Figura 91: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes – Miradouro/MG	6.3-364
Figura 92: Uso e Ocupação do Solo – Muriaé/MG	6.3-367
Figura 93: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes – Muriaé/MG	6.3-368
Figura 94: Uso e Ocupação do Solo – Orizânia/MG	6.3-370
Figura 95: Uso e Ocupação do Solo – Padre Paraíso/MG	6.3-372
Figura 96: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes – Padre Paraíso/MG ...	6.3-373
Figura 97: Uso e Ocupação do Solo – Pedra Azul/MG.....	6.3-375
Figura 98: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes – Pedra Azul/MG.....	6.3-376
Figura 99: Uso e Ocupação do Solo – Ponto dos Volantes/MG	6.3-378
Figura 100: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes – Ponto dos Volantes/MG	6.3-379
Figura 101: Uso e Ocupação do Solo – Santa Bárbara do Leste/MG	6.3-381
Figura 102: Uso e Ocupação do Solo – Santa Rita de Minas/MG.....	6.3-383
Figura 103: Uso e Ocupação do Solo – Santo Antônio do Aventureiro/MG	6.3-385
Figura 104: Uso e Ocupação do Solo – São Francisco do Glória/MG.....	6.3-387
Figura 105: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Existentes – São Francisco do Glória/MG	6.3-388
Figura 106: Uso e Ocupação do Solo – São João do Manhuaçu/MG	6.3-390
Figura 107: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes – São João do Manhuaçu/MG	6.3-391
Figura 108: Uso e Ocupação do Solo – Tarumirim/MG	6.3-393
Figura 109: Uso e Ocupação do Solo – Teófilo Otoni/MG	6.3-396
Figura 110: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes - Teófilo Otoni/MG.....	6.3-397
Figura 111: Uso e Ocupação do Solo – Ubaporanga/MG.....	6.3-399
Figura 112 - Traçado e Municípios de Paragem da EFVM.	6.3-405
Figura 113 - Matriz do Transporte de Cargas no Brasil	6.3-408
Figura 114 - Mapa dos Gasodutos Brasileiros	6.3-409

Figura 115 - Localização das Comunidades Quilombolas Mumbuca e Marques.	6.3-421
Figura 116: Esquema de sondagens realizadas na ADA nos Pontos de Sondagens (PS) (sem escala).	6.3-426
Figura 117 : Esquema ilustrativo das linhas de caminhamentos realizadas na ADA e AID no eixo da Rodovia BR 116. (sem escala).	6.3-427
Figura 118: Esquema de sondagens abertas na AID nos Pontos de Sondagens (PS) (sem escala). ..	6.3-427

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População Residente, dos Municípios Analisados, por Regiões de Planejamento (2000/2010).	6.3-8
Tabela 2: Estrutura Etária dos Municípios da área de Estudo, por Regiões de Planejamento (/2010)....	6.3-11
Tabela 3: Saldo e Taxa Líquida Migratória – MG (1960-1970/1970-1980/1981-1986-1991/1991/1991-1996/1993-1998).	6.3-16
Tabela 4: Crescimento da População Total de Minas Gerais (2000 – 2010).	6.3-17
Tabela 5: Migração Minas Gerais – Amostra (2010).....	6.3-17
Tabela 6: Deslocamentos, por Regiões de Planejamento (2010).....	6.3-20
Tabela 7 – Alguns Casos de Doenças de Notificação Compulsória Registrados na Área de Estudo (2013)	6.3-28
Tabela 8 - Casos Notificados de DSTs na Área de Estudo (2013).....	6.3-30
Tabela 9 - Centros de Testagem e Aconselhamento e de Diagnóstico da AIDS - Área de Estudo.	6.3-32
Tabela 10: Empreendimentos em Operação - 2014	6.3-38
Tabela 11: Empreendimentos em Operação – Minas Gerais – 2014	6.3-39
Tabela 12 – Empreendimentos Elétricos em Operação – Municípios da Área de Estudo – Minas Gerais (2014).....	6.3-39
Tabela 13 – População em Domicílios com Luz Elétrica – Municípios da Área de Estudo – Goiás (2000/2010).	6.3-42
Tabela 14 - Domicílios Particulares Permanentes, por Forma de Abastecimento de Água, Segundo Brasil e as Unidades da Federação da Região do Empreendimento - 2000/2010.	6.3-44
Tabela 15 - População em Domicílios por Tipo de Abastecimento de Água – Municípios da Área de Estudo – Minas Gerais (2010).	6.3-45
Tabela 16 – Prestadoras de Serviço e Sistemas de Abastecimento – Município da Área de Estudo – Minas Gerais.	6.3-46
Tabela 17 – Tipo de Esgotamento Sanitário nos Domicílios Permanente dos Municípios da Área de Estudo – Minas Gerais (2010).	6.3-48
Tabela 18 - Destino do Lixo – Número de Domicílios Permanentes – Municípios da Área de Estudo – Minas Gerais (2010).....	6.3-51
Tabela 19 - Unidades de Saúde da Área de Estudo (2013)	6.3-57
Tabela 20 - Profissionais da Área de Saúde dos Municípios da Área de Estudo (2013)	6.3-66
Tabela 21 - Esperança de Vida ao Nascer, Mortalidade Infantil e Taxa de Fecundidade dos Municípios da Área de Estudo (2010).....	6.3-69
Tabela 22 - Programa “Saúde Mais Perto de Você”, nos Municípios da Área de Estudo (2013).....	6.3-72
Tabela 23 - Municípios e Quantidade de Farmácias Conveniadas – Programa “Aqui tem Farmácia Popular” (2013).....	6.3-75
Tabela 24 - Unidades de Pronto Atendimento – UPAs na Área de Estudo (2013).....	6.3-77
Tabela 25 - Regiões Integradas de Segurança Pública e Suas Sedes – Minas Gerais/MG.	6.3-81
Tabela 26: Unidades Policiais da Área de Estudo.	6.3-84
Tabela 27 - Número do Efetivo das Unidades no Estado de Minas Gerais (2014).	6.3-87
Tabela 28: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – Minas Gerais.....	6.3-113

Tabela 29: IDH dos Municípios Analisados – RP Rio Doce (2000).	6.3-114
Tabela 30: IDH dos Municípios Analisados – RP Rio Doce (2010).	6.3-115
Tabela 31: IDH dos Municípios Analisados – RP Zona da Mata (2000).	6.3-115
Tabela 32: IDH dos Municípios Analisados – RP Zona da Mata (2010).	6.3-116
Tabela 33: IDH dos Municípios Analisados – RP Jequitinhonha/Mucuri (2000).	6.3-117
Tabela 34: IDH dos Municípios Analisados – RP Jequitinhonha/Mucuri (2010).	6.3-117
Tabela 35: IDH dos Municípios Analisados – RP Norte de Minas (2000).	6.3-118
Tabela 36: IDH dos Municípios Analisados – RP Norte de Minas (2010).	6.3-118
Tabela 37: Programas de Assistência Social Desenvolvidos nos Municípios da Área de Estudo (até dezembro de 2014).	6.3-122
Tabela 38 – Número de Escolas e Docentes de Minas Gerais (2012).	6.3-138
Tabela 39 - Porcentagem do Pessoal Ocupado, com 18 anos ou mais, Segundo Nível de Escolaridade – Minas Gerais (2000/2010).	6.3-138
Tabela 40 - Número de Escolas e Docentes – Municípios da Área de Estudo – Minas Gerais (2012).	6.3-140
Tabela 41: Instituições de Ensino Profissional – Municípios da Área de Estudo.	6.3-143
Tabela 42: Número de Instituições de Ensino Superior - Municípios Analisados (2014)	6.3-145
Tabela 43 - Escolaridade da População de 25 Anos ou Mais (%) – Municípios da Área de Estudo – Minas Gerais (2010).	6.3-146
Tabela 44 - PAs Localizados nos Municípios Analisados da Área de Estudo.	6.3-151
Tabela 45: Participação do PIB dos Estados da Região Sudeste – 2010/2011	6.3-162
Tabela 46: Produto Interno Bruto em Valores Correntes e Taxa de Crescimento de Minas Gerais/Brasil – 2000/2011.	6.3-163
Tabela 47: Produto Interno Bruto <i>per capita</i> Valores Correntes (2000/2011).	6.3-163
Tabela 48: Taxa de Crescimento do Valor Adicionado por Atividades Econômicas – Minas Gerais – 2003-2010.	6.3-164
Tabela 49: PIB – Valor Bruto e <i>Per Capita</i> das Regiões de Planejamento Inseridas na Área de Estudo.	6.3-165
Tabela 50: PIB a Preços Correntes e PIB <i>Per Capita</i> de Minas Gerais e Municípios Analisados (2005/2009).	6.3-166
Tabela 51: PIB a Preços Correntes e PIB <i>Per Capita</i> de Minas Gerais e Municípios Analisados (2005/2009)	6.3-167
Tabela 52: PIB a Preços Correntes e PIB <i>Per Capita</i> de Minas Gerais e Municípios Analisados (2005/2009)	6.3-169
Tabela 53: PIB a Preços Correntes e PIB <i>Per Capita</i> de Minas Gerais e Municípios Analisados (2005/2009)	6.3-170
Tabela 54: Renda Domiciliar, Renda Per Capita Média Mensal e Índice de Gini, dos Municípios Analisados (2010).	6.3-170
Tabela 55: Percentual do Valor Adicionado ao PIB pelos Diferentes Setores Econômicos dos municípios analisados. (2012)	6.3-175
Tabela 56: Empresas do Setor Informal, por Tipo de Empresa Segundo Local de Funcionamento - Minas Gerais (2003).	6.3-178

Tabela 57: Empresas do Setor Informal, por tipo de Empresa Segundo Grupo de Atividades - Minas Gerais (2003).....	6.3-179
Tabela 58: Empresas do Setor Informal, por Número de Pessoas Ocupadas, Segundo Grupos de Atividades - Minas Gerais (2003).....	6.3-180
Tabela 59: Indústrias da Área de Estudo.....	6.3-185
Tabela 60: Número de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa, Segundo Setores de Atividade Econômica em Minas Gerais (2011/2012).....	6.3-188
Tabela 61: Efetivo dos Rebanhos nos Municípios Analisados, RP Rio Doce, por Unidade (2011).....	6.3-190
Tabela 62: Efetivo dos Rebanhos nos Municípios Analisados, RP da Mata, por Unidade (2011).....	6.3-191
Tabela 63: Efetivo dos Rebanhos nos Municípios Analisados, RP Jequitinhonha/Mucuri, por Unidade (2011).....	6.3-192
Tabela 64: Efetivo dos Rebanhos nos Municípios Analisados, RP Norte de Minas, por Unidade (2011).....	6.3-193
Tabela 65: Tabela Quantidade Produzida por Extração Vegetal, RP Rio Doce (2011).....	6.3-194
Tabela 66: Quantidade Produzida por Extração Vegetal nos Municípios Analisados, RP da Mata, (2011).....	6.3-195
Tabela 67: Quantidade Produzida por Extração Vegetal nos Municípios Analisados, RP Jequitinhonha/Mucuri (2011).....	6.3-196
Tabela 68: Produção Agrícola de Lavouras Temporárias em Alpercata (2012).....	6.3-196
Tabela 69: Produção Agrícola de Lavouras Permanentes em Alpercata (2012).....	6.3-197
Tabela 70: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – 2007/2012 em Alpercata.....	6.3-197
Tabela 71: Produtos de Origem Animal em Alpercata (2012).....	6.3-197
Tabela 72: Produção Agrícola de Lavoura Temporária em Campanário (2012).....	6.3-198
Tabela 73: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Campanário (2012).....	6.3-198
Tabela 74: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente - Campanário (2007/2012).....	6.3-199
Tabela 75: Produtos de Origem Animal em Campanário (2012).....	6.3-199
Tabela 76: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Caratinga (2012).....	6.3-200
Tabela 77: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Caratinga (2012).....	6.3-200
Tabela 78: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Caratinga (2007/2012).....	6.3-201
Tabela 79: Produtos de Origem Animal em Caratinga (2012).....	6.3-201
Tabela 80: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Dom Cavati (2012).....	6.3-201
Tabela 81: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Dom Cavati (2012).....	6.3-202
Tabela 82: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Dom Cavati (2007/2012).....	6.3-202
Tabela 83: Produtos de Origem Animal em Dom Cavati (2012).....	6.3-203
Tabela 84: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Engenheiro Caldas (2012).....	6.3-203
Tabela 85: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Engenheiro Caldas (2012).....	6.3-204
Tabela 86: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Engenheiro Caldas (2007/2012).....	6.3-204
Tabela 87: Produtos de Origem Animal em Engenheiro Caldas (2012).....	6.3-204
Tabela 88: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Frei Inocência (2012).....	6.3-205
Tabela 89: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Frei Inocência (2012).....	6.3-205
Tabela 90: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Frei Inocência (2007/2012).....	6.3-206

Tabela 91: Produtos de Origem Animal em Frei Inocência (2012)	6.3-206
Tabela 92: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Governador Valadares (2012)	6.3-206
Tabela 93: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Governador Valadares (2012)	6.3-207
Tabela 94: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Governador Valadares (2007/2012)	6.3-207
Tabela 95: Produtos de Origem Animal em Governador Valadares (2012)	6.3-207
Tabela 96: Produção Agrícola da Lavoura Temporárias em Inhapim (2012)	6.3-208
Tabela 97: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Inhapim (2012)	6.3-208
Tabela 98: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Inhapim (2007/2012)	6.3-209
Tabela 99: Produtos de Origem Animal em Inhapim (2012)	6.3-209
Tabela 100: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Itambacuri (2012)	6.3-210
Tabela 101: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Itambacuri (2012)	6.3-210
Tabela 102: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Itambacuri (2007/2012)	6.3-211
Tabela 103: Produtos de Origem Animal em Itambacuri (2012)	6.3-211
Tabela 104: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Itanhomi (2012)	6.3-211
Tabela 105: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Itanhomi (2012)	6.3-212
Tabela 106: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Itanhomi (2007/2012)	6.3-212
Tabela 107: Produtos de Origem Animal em Itanhomi (2012)	6.3-212
Tabela 108: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Jampruca (2012)	6.3-213
Tabela 109: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Jampruca (2012)	6.3-213
Tabela 110: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Jampruca (2007/2012)	6.3-213
Tabela 111: Produtos de Origem Animal em Jampruca (2012)	6.3-214
Tabela 112: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Mathias Lobato (2012)	6.3-214
Tabela 113: Produção Agrícola de Lavouras Permanentes Mathias Lobato – (2012)	6.3-215
Tabela 114: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Mathias Lobato (2007/2012)	6.3-215
Tabela 115: Produtos de Origem Animal em Mathias Lobato (2012)	6.3-215
Tabela 116: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Santa Bárbara do Leste (2012)	6.3-216
Tabela 117: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Santa Bárbara do Leste (2012)	6.3-216
Tabela 118: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Santa Bárbara do Leste (2007/2012)	6.3-217
Tabela 119: Produtos de Origem Animal em Santa Bárbara do Leste (2012)	6.3-217
Tabela 120: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Santa Rita de Minas (2012)	6.3-217
Tabela 121: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Santa Rita de Minas (2012)	6.3-218
Tabela 122: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – 2007/2012 em Santa Rita de Minas ..	6.3-218
Tabela 123: Produtos de Origem Animal em Santa Rita de Minas (2012)	6.3-218
Tabela 124: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Tarumirim (2012)	6.3-219
Tabela 125: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Tarumirim (2012)	6.3-219
Tabela 126: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Tarumirim (2007/2012)	6.3-220
Tabela 127: Produtos de Origem Animal em Tarumirim (2012)	6.3-220
Tabela 128: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Ubaporanga (2012)	6.3-220
Tabela 129: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Ubaporanga (2012)	6.3-221
Tabela 130: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Ubaporanga (2007/2012)	6.3-221
Tabela 131: Produtos de Origem Animal em Ubaporanga (2012)	6.3-221

Tabela 132: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Além Paraíba (2012)	6.3-222
Tabela 133: Produção Agrícola de Lavouras Permanentes Além Paraíba 2012.....	6.3-222
Tabela 134: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Além Paraíba (2007/2012)	6.3-222
Tabela 135: Produtos de Origem Animal em Além Paraíba (2012)	6.3-223
Tabela 136: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Divino (2012)	6.3-223
Tabela 137: Produção Agrícola de Lavouras Permanentes em Divino (2012)	6.3-224
Tabela 138: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Divino (2007/2012).....	6.3-224
Tabela 139: Produtos de Origem Animal em Divino (2012).....	6.3-224
Tabela 140: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Fervedouro (2012)	6.3-225
Tabela 141: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Fervedouro (2012)	6.3-225
Tabela 142: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Fervedouro (2007/2012)	6.3-225
Tabela 143: Produtos de Origem Animal em Fervedouro (2012)	6.3-226
Tabela 144: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Laranjal (2012)	6.3-226
Tabela 145: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Laranjal (2012).....	6.3-226
Tabela 146: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Laranjal (2007/2012)	6.3-227
Tabela 147: Produtos de Origem Animal em Laranjal (2012)	6.3-227
Tabela 148: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Leopoldina (2012)	6.3-228
Tabela 149: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Leopoldina (2012).....	6.3-228
Tabela 150: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Leopoldina (2007/2012)	6.3-228
Tabela 151: Produtos de Origem Animal em Leopoldina (2012)	6.3-229
Tabela 152: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Manhuaçu (2012)	6.3-229
Tabela 153: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Manhuaçu (2012).....	6.3-230
Tabela 154: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Manhuaçu (2007/2012).....	6.3-230
Tabela 155: Produtos de Origem Animal em Manhuaçu (2012)	6.3-230
Tabela 156: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Miradouro (2012).....	6.3-231
Tabela 157: Produção Agrícola de Lavouras Permanentes Miradouro 2012	6.3-231
Tabela 158: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Miradouro (2007/2012)	6.3-232
Tabela 159: Produtos de Origem Animal em Miradouro (2012).....	6.3-232
Tabela 160: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Muriaé (2012).....	6.3-232
Tabela 161: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Muriaé (2012).....	6.3-233
Tabela 162: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Muriaé (2007/2012).....	6.3-234
Tabela 163: Produtos de Origem Animal em Muriaé (2012).....	6.3-234
Tabela 164: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Orizânia (2012)	6.3-234
Tabela 165: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Orizânia (2012)	6.3-235
Tabela 166: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Orizânia (2007/2012)	6.3-235
Tabela 167: Produtos de Origem Animal em Orizânia (2012)	6.3-236
Tabela 168: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Santo Antônio do Aventureiro (2012)	6.3-236
Tabela 169: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Santo Antônio do Aventureiro (2012)	6.3-236
Tabela 170: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Santo Antônio do Aventureiro (2007/2012)	6.3-237
Tabela 171: Produtos de Origem Animal em Santo Antônio do Aventureiro (2012)	6.3-237

Tabela 172: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em São Francisco do Glória (2012)	6.3-237
Tabela 173: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em São Francisco do Glória (2012)	6.3-238
Tabela 174: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – São Francisco do Glória (2007/2012)	6.3-238
Tabela 175: Produtos de Origem Animal São Francisco do Glória (2012)	6.3-238
Tabela 176: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em São João de Manhuaçu (2012)	6.3-239
Tabela 177: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em São João de Manhuaçu (2012)	6.3-240
Tabela 178: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – São João de Manhuaçu (2007/2012)	6.3-240
Tabela 179: Produtos de Origem Animal São João de Manhuaçu (2012)	6.3-240
Tabela 180: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Cachoeira do Pajeú (2012)	6.3-241
Tabela 181: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Cachoeira de Pajeú (2012)	6.3-241
Tabela 182: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Cachoeira de Pajeú (2007/2012)	6.3-242
Tabela 183: Produtos de Origem Animal em Cachoeira de Pajeú (2012)	6.3-242
Tabela 184: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Carai (2012)	6.3-242
Tabela 185: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Carai (2012)	6.3-243
Tabela 186: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Carai (2007/2012)	6.3-243
Tabela 187: Produtos de Origem Animal em Carai (2012)	6.3-244
Tabela 188: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Catuji (2012)	6.3-244
Tabela 189: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Catuji (2012)	6.3-244
Tabela 190: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – 2007/2012 em Catuji	6.3-245
Tabela 191: Produtos de Origem Animal em Catuji (2012)	6.3-245
Tabela 192: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Itaobim (2012)	6.3-245
Tabela 193: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Itaobim (2012)	6.3-246
Tabela 194: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Itaobim (2007/2012)	6.3-246
Tabela 195: Produtos de Origem Animal em Itaobim (2012)	6.3-247
Tabela 196: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Medina (2012)	6.3-247
Tabela 197: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Medina (2012)	6.3-247
Tabela 198: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Medina (2007/2012)	6.3-248
Tabela 199: Produtos de Origem Animal em Medina (2012)	6.3-249
Tabela 200: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Padre Paraíso (2012)	6.3-249
Tabela 201: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Padre Paraíso (2012)	6.3-249
Tabela 202: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Padre Paraíso (2007/2012)	6.3-250
Tabela 203: Produtos de Origem Animal em Padre Paraíso (2012)	6.3-250
Tabela 204: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Pedra Azul (2012)	6.3-250
Tabela 205: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Pedra Azul (2012)	6.3-251
Tabela 206: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Pedra Azul (2007/2012)	6.3-251
Tabela 207: Produtos de Origem Animal em Pedra Azul (2012)	6.3-252
Tabela 208: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Ponto dos Volantes (2012)	6.3-252
Tabela 209: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Ponto dos Volantes (2012)	6.3-252
Tabela 210: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Ponto dos Volantes (2007/2012)	6.3-253
Tabela 211: Produtos de Origem Animal em Ponto dos Volantes (2012)	6.3-253
Tabela 212: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Teófilo Otoni (2012)	6.3-254

Tabela 213: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Teófilo Otoni (2012)	6.3-254
Tabela 214: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Teófilo Otoni (2007/2012)	6.3-254
Tabela 215: Produtos de Origem Animal em Teófilo Otoni (2012)	6.3-255
Tabela 216: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Águas Vermelhas (2012)	6.3-255
Tabela 217: Produção Agrícola de Lavouras Permanentes em Águas Vermelhas - 2012.....	6.3-256
Tabela 218: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – 2007/2012 em Águas Vermelhas	6.3-256
Tabela 219: Produtos de Origem Animal em Águas Vermelhas (2012)	6.3-256
Tabela 220: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Divisa Alegre (2012).....	6.3-257
Tabela 221: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Divisa Alegre (2012)	6.3-258
Tabela 222: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Divisa Alegre (2007/2012)	6.3-258
Tabela 223: Produtos de Origem Animal em Divisa Alegre (2012)	6.3-258
Tabela 224: Produção Mineral no Brasil e no Mundo (2012).....	6.3-259
Tabela 225 – Processos Ativos no DNPM – Municípios da Área de Estudo (2013/2014).	6.3-261
Tabela 226: Número de Estabelecimentos no Setor Turístico nas Regiões de Planejamento da Área de Estudo (2006 a 2012).	6.3-267
Tabela 227: Número de Estabelecimentos por Atividade Turística dos Municípios Analisados (2013).	6.3-268
Tabela 228: Número de Hospedagem nos Municípios Analisados (2013).....	6.3-270
Tabela 229: Ocupação e Desocupação da População 18 Anos ou Mais (%) – Brasil e Minas Gerais (2000/2010)	6.3-274
Tabela 230: Trabalhadores com Carteira Assinada, Sem Carteira Assinada e Por Conta Própria (%) – Brasil e Minas Gerais – 2010.....	6.3-274
Tabela 231: Ocupação e Desocupação da População 18 Anos ou Mais (%) - Municípios da Área de Estudo – Rio Doce/MG (2000/2010).....	6.3-275
Tabela 232: Trabalhadores com Carteira Assinada, Sem Carteira Assinada e Por Conta Própria (%) - Município da Área de Estudo – RP Rio Doce/MG – 2010.....	6.3-276
Tabela 233: Ocupação e Desocupação da População 18 Anos ou Mais (%) - Municípios da Área de Estudo – RP da Mata/MG (2000/2010)	6.3-276
Tabela 234: Trabalhadores com Carteira Assinada, Sem Carteira Assinada e Por Conta Própria (%) - Município da Área de Estudo – RP da Mata/MG – 2010.	6.3-277
Tabela 235: Ocupação e Desocupação da População 18 Anos ou Mais (%) - Municípios da Área de Estudo – RP Jequitinhonha/Mucuri/MG (2000/2010)	6.3-278
Tabela 236: Trabalhadores com Carteira Assinada, Sem Carteira Assinada e Por Conta Própria (%) - Município da Área de Estudo – RP Jequitinhonha/Mucuri /MG – 2010.	6.3-279
Tabela 237: Ocupação e Desocupação da População 18 Anos ou Mais (%) - Municípios da Área de Estudo – RP Norte de Minas/MG (2000/2010)	6.3-279
Tabela 238: Trabalhadores com Carteira Assinada, Sem Carteira Assinada e Por Conta Própria (%) - Município da Área de Estudo – RP Norte de Minas/MG – 2010.	6.3-280
Tabela 239: Escolaridade da População de 25 Anos ou Mais (%) – Municípios da Área de Estudo (2010)	6.3-281
Tabela 240: Pessoas de 10 anos ou Mais de Idade, Ocupadas na Semana de Referência, Cujas Atividades do Trabalho Principal era a Construção Civil - Municípios da Área de Estudo (2010)	6.3-284

Tabela 241: Produto Interno Bruto (Valor Adicionado) dos Municípios da Área de Estudo (2010).....	6.3-287
Tabela 242: População da Área de Estudo.....	6.3-291
Tabela 243: Instrumentos Legais de Uso e Ocupação do Solo – Municípios da Área de Estudo (2010)	6.3-293
Tabela 244: Uso e Ocupação do Solo – Águas Vermelhas/MG	6.3-296
Tabela 245: Uso e Ocupação do Solo – Além Paraíba/MG.....	6.3-298
Tabela 246: Uso e Ocupação do Solo – Alpercata/MG	6.3-301
Tabela 247: Uso e Ocupação do Solo – Cachoeira de Pajeú/MG.....	6.3-303
Tabela 248: Uso e Ocupação do Solo – Campanário/MG	6.3-307
Tabela 249: Uso e Ocupação do Solo – Carai/MG.....	6.3-309
Tabela 250: Uso e Ocupação do Solo – Caratinga/MG	6.3-312
Tabela 251: Uso e Ocupação do Solo – Catuji/MG	6.3-316
Tabela 252: Uso e Ocupação do Solo – Divino/MG.....	6.3-319
Tabela 253: Uso e Ocupação do Solo – Divisa Alegre/MG	6.3-322
Tabela 254: Uso e Ocupação do Solo – Dom Cavati/MG.....	6.3-324
Tabela 255: Uso e Ocupação do Solo – Engenheiro Caldas/MG.....	6.3-326
Tabela 256: Uso e Ocupação do Solo – Fervedouro/MG	6.3-328
Tabela 257: Uso e Ocupação do Solo – Frei Inocência/MG	6.3-331
Tabela 258: Uso e Ocupação do Solo – Governador Valadares/MG	6.3-335
Tabela 259: Uso e Ocupação do Solo – Inhapim/MG.....	6.3-338
Tabela 260: Uso e Ocupação do Solo – Itambacuri/MG.....	6.3-340
Tabela 261: Uso e Ocupação do Solo – Itanhomi/MG.....	6.3-342
Tabela 262: Uso e Ocupação do Solo – Itaobim/MG.....	6.3-344
Tabela 263: Uso e Ocupação do Solo – Jampruca/MG.....	6.3-347
Tabela 264: Uso e Ocupação do Solo – Laranjal/MG.....	6.3-349
Tabela 265: Uso e Ocupação do Solo – Leopoldina/MG.....	6.3-352
Tabela 266: Uso e Ocupação do Solo – Manhuaçu/MG.....	6.3-355
Tabela 267: Uso e Ocupação do Solo – Mathias Lobato/MG.....	6.3-358
Tabela 268: Uso e Ocupação do Solo – Medina/MG.....	6.3-360
Tabela 269: Uso e Ocupação do Solo – Miradouro/MG	6.3-362
Tabela 270: Uso e Ocupação do Solo – Muriaé/MG.....	6.3-366
Tabela 271: Uso e Ocupação do Solo – Orizânia/MG	6.3-369
Tabela 272: Uso e Ocupação do Solo – Padre Paraíso/MG.....	6.3-371
Tabela 273: Uso e Ocupação do Solo – Pedra Azul/MG	6.3-374
Tabela 274: Uso e Ocupação do Solo – Ponto dos Volantes/MG	6.3-377
Tabela 275: Uso e Ocupação do Solo – Santa Bárbara do Leste/MG	6.3-380
Tabela 276: Uso e Ocupação do Solo – Santa Rita de Minas/MG	6.3-382
Tabela 277: Uso e Ocupação do Solo – Santo Antônio do Aventureiro/MG	6.3-384
Tabela 278: Uso e Ocupação do Solo – São Francisco do Glória/MG	6.3-386
Tabela 279: Uso e Ocupação do Solo – São João do Manhuaçu/MG	6.3-389
Tabela 280: Uso e Ocupação do Solo – Tarumirim/MG	6.3-392

Tabela 281: Uso e Ocupação do Solo – Teófilo Otoni/MG	6.3-394
Tabela 282: Uso e Ocupação do Solo – Ubaporanga/MG	6.3-398
Tabela 283 - Malha Rodoviária do Estado de Minas Gerais	6.3-400
Tabela 284 - Principais Entroncamentos com a BR-116/MG.....	6.3-401
Tabela 285: Municípios da Área de Estudo beneficiados pelo PROACESSO e Situação das Obras: ..	6.3-402
Tabela 286: Municípios e Trechos Contemplados no Programa “Caminhos de Minas” na Área de Estudo	6.3-403
Tabela 287 – Extensão de Operação – Minas Gerais (Km).....	6.3-404
Tabela 288 – Distritos/Vilas/Localidades Diretamente Afetadas pela Duplicação da BR-116/MG.....	6.3-413
Tabela 289. Estratégia da pesquisa arqueológica	6.3-425

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Vista da Prefeitura Municipal de Inhapim.....	6.3-5
Foto 2: Vista da Prefeitura Municipal de Divisa Alegre/MG.	6.3-7
Foto 3: Vista Geral da Cidade de Caratinga/MG.....	6.3-10
Foto 4 – Vista Geral da Cidade de Dom Cavati/MG.	6.3-13
Foto 5: Vista da Praça Central de Ubaporanga/MG.....	6.3-20
Foto 6: Igreja Matriz de Além Paraíba/MG.	6.3-22
Foto 7: Faixa de Campanha de Combate à Dengue.....	6.3-27
Foto 8: Cartaz com Campanha contra a Dengue.....	6.3-28
Foto 9: Subestação da CEMIG – Governador Valadares/MG	6.3-41
Foto 10: Posto de Atendimento da ENERGISA em Miradouro/MG.	6.3-41
Foto 11: Subestação da ENERGISA em Laranjal/MG	6.3-41
Foto 12: Booster da COPASA – Inhapim/MG	6.3-43
Foto 13: Booster da COPASA	6.3-44
Foto 14: Posto de Atendimento da COPASA	6.3-48
Foto 15: Lixeira em Praça Pública de Ponto dos Volantes/MG	6.3-50
Foto 16: Lixeira Pública – Alpercata/MG	6.3-50
Foto 17: Coleta de Lixo – Teófilo Otoni/MG	6.3-52
Foto 18: Entrada do Aterro Sanitário de Governador Valadares/MG	6.3-53
Foto 19: Ambulatório Municipal – Santa Bárbara do Leste/MG	6.3-55
Foto 20: Policlínica Municipal de Fervedouro/MG.....	6.3-56
Foto 21: Unidade Básica de Saúde.....	6.3-56
Foto 22: Policlínica Municipal – Campanário/MG	6.3-67
Foto 23: PSF Sebastião Farmacêutico.....	6.3-71
Foto 24: Unidade Básica de Saúde – Cachoeira do Pajeú/MG	6.3-72
Foto 25: CEO Leopoldina/MG.	6.3-74
Foto 26: Anúncio da Prefeitura de Teófilo Otoni/MG sobre Mudança de Endereço da Farmácia Popular do Brasil	6.3-74
Foto 27: SAMU – Microrregião de Saúde Nordeste Jequitinhonha	6.3-76
Foto 28: SAMU – Base Descentralizada em Laranjal/MG.	6.3-76
Foto 29: UPA de Manhuaçu/MG.	6.3-78
Foto 30: Rede Farmácia de Minas – Unidade de Laranjal/MG	6.3-78
Foto 31: Delegacia de Polícia Militar – Fervedouro/MG.....	6.3-82
Foto 32: Delegacia da Polícia Militar – Itambacuri/MG	6.3-83
Foto 33: Delegacia da Polícia Civil – Frei Inocência/MG	6.3-85
Foto 34: Placa do Cinturão de Segurança – Além Paraíba/MG.	6.3-87
Foto 35: Delegacia de Polícia Militar – Além Paraíba/MG.	6.3-99
Foto 36: Delegacia de Polícia Civil – Cachoeira de Pajeú/MG	6.3-106
Foto 37: Posto Policial – Polícia Militar	6.3-111
Foto 38: Cozinha Popular Municipal.....	6.3-120

Foto 39: Telecentro Comunitário – Alepercata/MG	6.3-120
Foto 40: CRAS – Divisa Alegre/MG	6.3-120
Foto 41: Banco Travessia – Campanário/MG	6.3-122
Foto 42: CREAS Fervedouro/MG	6.3-136
Foto 43: Escola Estadual Professor Juventino Nunes	6.3-137
Foto 44: Telecentro Comunitário e Biblioteca Municipal	6.3-137
Foto 45: Escola Estadual Paulo Luiz	6.3-138
Foto 46: Escola Estadual Josefina Vieira	6.3-140
Foto 47: APAE de Ubaporanga/MG	6.3-142
Foto 48: Escola Técnica SESI/CNI/FIEMG	6.3-142
Foto 49: Escola Móvel SESI/SENAI – Itambacuri/MG	6.3-143
Foto 50: Centro Universitário de Caratinga	6.3-144
Foto 51: Campus UNIPAC em Teófilo Otoni/MG	6.3-145
Foto 52: Escola Municipal do Distrito de Soledade	6.3-147
Foto 53: Ônibus Escolares Aguardando Alunos ao	6.3-149
Foto 54: Setor Industrial de Governador Valadares/MG	6.3-173
Foto 55: Centro Comercial de Manhuaçu/MG	6.3-174
Foto 56: Centro Comercial de Teófilo Otoni/MG	6.3-175
Foto 57: Feira Livre – Padre Paraíso/MG	6.3-178
Foto 58: Camelôs na Cidade de Governador Valadares/MG	6.3-181
Foto 59: Comercio de frutas, sucos, queijos e doces às margens da BR 116	6.3-182
Foto 60: Feirantes nas Cidades de Miradouro e Manhuaçu/MG	6.3-182
Foto 61: Vendedores Ambulantes no Centro das Cidades de Muriaé e Caratinga/MG.	6.3-183
Foto 62: Distrito Industrial de Governador Valadares/MG	6.3-185
Foto 63: Área de Criação de Gado	6.3-189
Foto 64: Criação de Gado e Muares na Beira da BR-116/MG	6.3-189
Foto 65: Plantação de Eucaliptos	6.3-195
Foto 66: Vista Geral da Área Rural de Campanário/MG,	6.3-199
Foto 67: Vista Geral da Área Rural de Inhapim	6.3-209
Foto 68: Área de Cultivo de Eucaliptos	6.3-233
Foto 69: Plantação Consorciada de Banana e Café	6.3-235
Foto 70: Plantações de Café	6.3-239
Foto 71: Barraquinhas na Beira da Estrada com a	6.3-248
Foto 72: Venda de Abacaxis, Produzidos no Município, na Beira da BR-116/MG.	6.3-257
Foto 73: Pedreira de Granito	6.3-262
Foto 74: Gemas Expostas em Mercado de Pedras.	6.3-263
Foto 75: Barraquinhas com Venda de Gemas na	6.3-263
Foto 76: Igreja Matriz – Santa Rita de Minas/MG	6.3-265
Foto 77: Estátua do Menino Maluquinho	6.3-266
Foto 78: Vista da Paisagem – BR-116/MG	6.3-267
Foto 79: Hotel em Teófilo Otoni/MG	6.3-268

Foto 80: Pousada em Itaobim/MG.....	6.3-270
Foto 81: Acidente na BR-116/MG	6.3-290
Foto 82: Área de Plantação de Eucaliptos	6.3-296
Foto 83: Comunidade Rural de Marinópolis - Além Paraíba/MG	6.3-298
Foto 84: Comunidade Rural de Águas Altas	6.3-303
Foto 85: Vista da Entrada para Campanário/MG	6.3-307
Foto 86: Vista da Entrada para Catuji/MG.....	6.3-316
Foto 87: Perímetro Urbano de Dom Cavati/MG	6.3-324
Foto 88: Início do Perímetro Urbano de Frei Inocêncio/MG.....	6.3-331
Foto 89: Vista do Perímetro Urbano de Governador Valadares/MG	6.3-335
Foto 90: Perímetro Urbano de Itaobim/MG	6.3-345
Foto 91: Perímetro Urbano de Itaobim/MG	6.3-345
Foto 92: Avenida de Acesso ao Centro de Laranjal/MG	6.3-350
Foto 93: Perímetro Urbano de Laranjal/MG	6.3-350
Foto 94: Perímetro Urbano de Leopoldina/MG	6.3-353
Foto 95: Manhuaçu/MG	6.3-356
Foto 96: BR-116/MG – Perímetro Urbano de Muriaé/MG.....	6.3-365
Foto 97: Perímetro Urbano de Padre Paraíso/MG	6.3-371
Foto 98: Saída do Perímetro Urbano de Ponto dos Volantes	6.3-377
Foto 99: Perímetro Urbano de Santa Bárbara do Leste/MG.....	6.3-380
Foto 100: Vista do Perímetro Urbano de Santa Rita de Minas/MG	6.3-382
Foto 101: Vista da Área Rural de São João do Manhuaçu/MG	6.3-389
Foto 102: Início do Perímetro Urbano de Teófilo Otoni/MG.....	6.3-395
Foto 103: Vista da Prefeitura Municipal de Ubaporanga/MG.....	6.3-398
Foto 104: Entroncamento da BR-116/MG com a MG-265	6.3-401
Foto 105: Entroncamento da BR-116/MG com a BR-251	6.3-401
Foto 106: Ponte da BR-116/MG sobre a EFVM.....	6.3-405
Foto 107: Aeroporto Coronel Altino Machado	6.3-406
Foto 108: Aeroporto de Teófilo Otoni/MG	6.3-407
Foto 109: Vista do Trecho da BR-116/MG no perímetro Urbano de Caratinga/MG, com a presença de muitos estabelecimentos comerciais e de serviços na margem das ruas laterais.	6.3-411
Foto 110: Vista do Trecho da BR-116/MG no perímetro Urbano.....	6.3-411
Foto 111: Perímetro Urbano de Frei Inocêncio/MG –	6.3-412
Foto 112: Perímetro Urbano de Catuji/MG –.....	6.3-412
Foto 113: Entrevista realizada na Comunidade de Moraes	6.3-415

6.3 DIAGNÓSTICO MEIO SOCIOECONÔMICO

INTRODUÇÃO

O Termo de Referência para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, referente ao projeto de duplicação e regularização da rodovia BR-116/MG, de dezembro de 2012, foi originado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA, através do processo nº 02001.007991/2012-19, que prevê, entre outros, o Diagnóstico Ambiental do Meio Socioeconômico (item 6.3 do referido documento).

Segundo o TR, esses estudos incluem: a Dinâmica Populacional, a Dinâmica Econômica, a Dinâmica Territorial e a Dinâmica Sociocultural da Área de Estudo.

Serão considerados para a Área de Estudo dos levantamentos socioeconômicos os municípios interceptados pela rodovia, conforme apresentando no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1: Municípios da Área de Estudos do Meio Socioeconômico – BR 116/MG

REGIÃO: JEQUITINHONHA-MUCURI			
Cachoeira de Pajeú	Caraí	Catuji	Medina
Ponto dos Volantes	Teófilo Otoni	Padre Paraíso	Pedra Azul
Itaobim			
REGIÃO: RIO DOCE			
Campanário	Alpercata	Itanhomi	Caratinga
Dom Cavati	Engenheiro Caldas	Jampruca	Frei Inocência
Governador Valadares	Santa Rita de Minas	Santa Bárbara do Leste	Itambacuri
Tarumirim	Ubaporanga	Inhapim	Mathias Lobato
REGIÃO: MATA			
Além Paraíba	Leopoldina	Divino	Fervedouro
Orizânia	Muriaé	Miradouro	Manhuaçu
Laranjal	São João do Manhuaçu	São Francisco do Glória	
Santo Antônio do Aventureiro			
REGIÃO: NORTE			
Águas Vermelhas		Divisa Alegre	

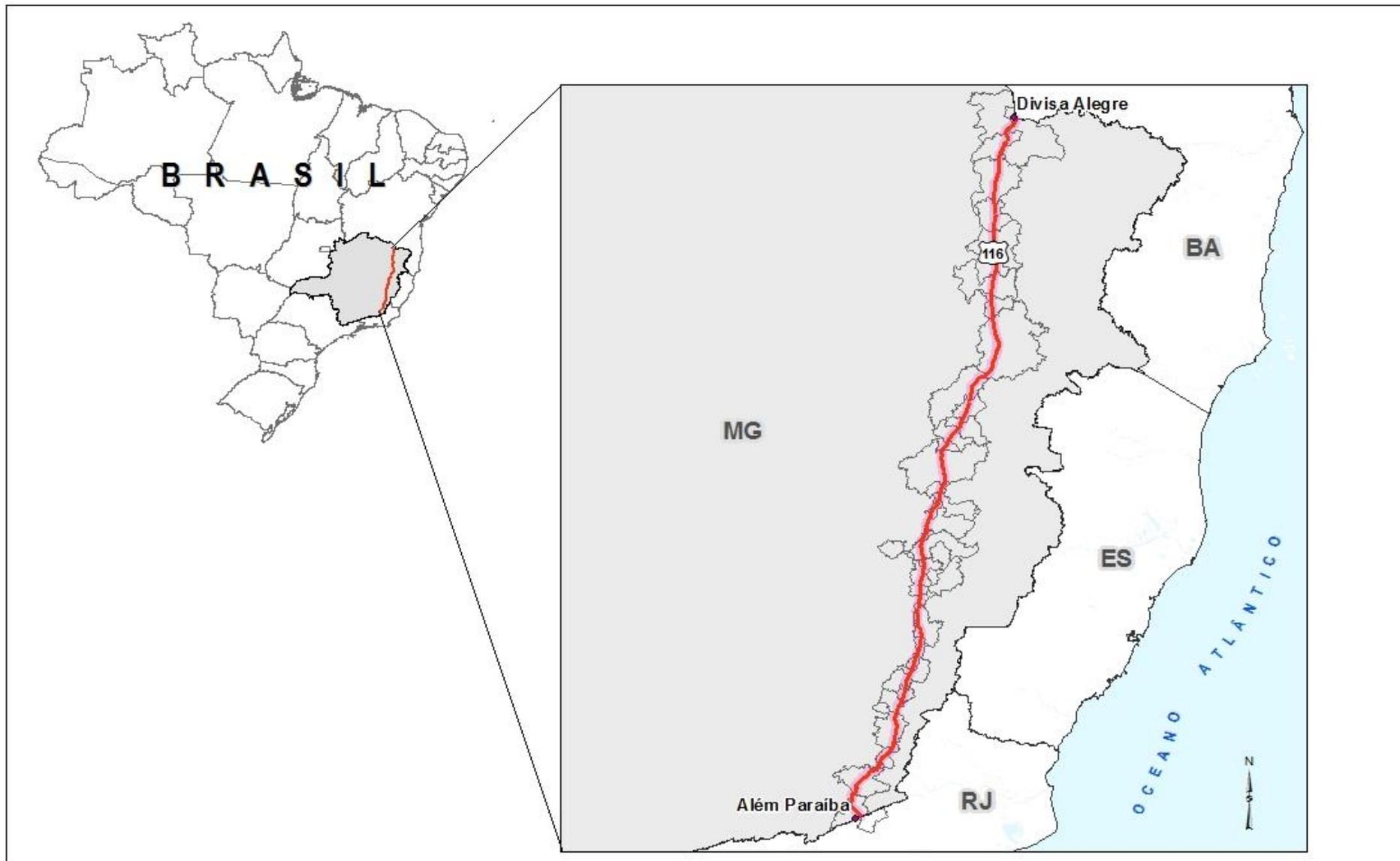


Figura 1: Localização do Empreendimento

6.3.1 METODOLOGIA

A elaboração do Diagnóstico Socioeconômico foi realizada a partir do levantamento de dados primários e secundários, dos municípios da Área de Estudo. A coleta de dados secundários teve como fonte de pesquisa as diversas Instituições Governamentais federais e estaduais, responsáveis pela geração de informações e de indicadores socioeconômicos.

Foram consideradas somente as Instituições que apresentam critérios adequados de validade, cobertura e confiabilidade de informações. Os dados apresentados para o estudo são os mais recentes disponibilizados por esses órgãos e instituições.

Como exemplo de Órgãos Federais consultados para esta etapa de estudo temos o Ministério da Saúde, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério dos Transportes, INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, bem como seus Subsistemas (DATASUS, IBGE Cidades, SAGE - Sala de Apoio à Gestão Estratégica, entre outros); Órgãos Estaduais (Secretarias de Estado de Saúde, Secretarias de Estado de Defesa Social, Fundação João Pinheiro, entre outros). Ao final do Diagnóstico todas as bibliografias consultadas bem como os sítios eletrônicos consultados estão enumeradas.

Foi incluída no Diagnóstico a existência e caracterização dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária (PAs) influenciados diretamente pelo empreendimento. O trabalho consistiu no levantamento de todos os assentamentos existentes nos municípios interceptados pelo empreendimento, situados dentro da área de 3 quilômetros de distância do eixo da rodovia. Essa distância foi adotada, pois, essas comunidades serão diretamente afetadas pelas obras de duplicação, incluindo-se a possibilidade de desapropriação e/ou redução dos lotes que se situem às margens da rodovia. As informações apresentadas foram disponibilizadas em formato digital pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA¹, Superintendência Regional (SR) 06 – Minas Gérias, através da Direção de Infraestrutura – DD/SIF.

As informações levantadas sobre a área de estudo são apresentadas em gráficos, quadros e tabelas, para uma melhor apresentação e avaliação dos resultados. As informações foram apresentadas com análise comparativa da realidade nacional, estadual e regional, conforme preconiza o Termo de Referência.

Os dados apresentados no Diagnóstico Socioeconômico foram validados e complementados durante as atividades de campo, que ocorreram no período entre 22/04/2015 a 30/04/2015. No período todo o trecho da Área de Estudo foi percorrido, sendo levantados os bairros/comunidade/localidades/distritos que serão diretamente afetados pelas obras, bem como foram aplicados questionários com os moradores desses locais. O mapeamento dessas

¹ Ofício INCRA/SR-06/MG/GAB/Nº 49/2015 de 16 de janeiro de 2015 e Ofício INCRA/SR-06/G/Nº 169/2015, de 02 de fevereiro de 2015.

localidades é apresentado no Anexo I, e os questionários aplicados estão disponibilizadas no Anexo II.

Durante os trabalhos de campo, todas as Prefeituras Municipais foram visitadas a fim de coletar informações bem como cobrar a emissão da Certidão de Conformidade de Uso e Ocupação do Solo do município (de acordo com as exigências da Resolução CONAMA 237/97). As declarações já recebidas são apresentadas no Anexo III.

Foi realizado o registro fotográfico de toda a Área de Estudo, com o levantamento da infraestrutura dos municípios, bem como sua caracterização para comporem os itens solicitados no Termo de Referência.

Para a elaboração dos mapas de uso e ocupação do solo apresentados nesse estudo, estes tiveram como referência as bases digitais da Mata Atlântica disponibilizados pelo MMA² e da base do IBGE denominada “br_uso_MURAL6_14_02_2012”³. As informações contidas no arquivo sobre a Mata Atlântica, apesar de trazer muitas informação relevantes sobre a vegetação existente na região do empreendimento, trás também algumas informações que não são de interesse para esse estudo. Por isso foi realizado o cruzamento entre as bases do MMA e do IBGE. A base do IBGE, por outro lado, caracteriza melhor o uso da terra de forma econômica, separando por município as diferentes atividades existentes.

Sobre a Dinâmica Sociocultural da área de estudo, cabe lembrar que nela não foram identificadas Comunidades Quilombolas, Tradicionais e Indígenas.

²Disponível em: <http://mapas.mma.gov.br/i3geo>. Acesso em abril de 2015.

³ Disponível pelo site http://www.mmnt.net/db/0/0/geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_murais/shapes/uso_da_terra_2010. Acesso em abril de 2015.

6.3.2 DINÂMICA POPULACIONAL

- Regionalização da Área de Estudo

Entende-se por regionalização a divisão de um grande espaço, com critérios previamente estabelecidos, em áreas menores que passam a ser chamadas de regiões. Cada região se diferencia das outras por apresentar particularidades próprias.

Minas Gerais possui sua regionalização, delimitadas pelo seu Governo Estadual: a regionalização tem aplicações importantes na elaboração de políticas públicas e no subsídio ao sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias. Contribuem, também, para as atividades de planejamento, estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais.

Em Minas Gerais, a divisão territorial adotada oficialmente pelo governo estadual, estabelece 10 Regiões de Planejamento: Alta Paranaíba; Central; Centro-Oeste de Minas; Jequitinhonha - Mucuri; Mata; Noroeste de Minas; Rio Doce; Sul de Minas; Triângulo; e Norte de Minas.

Os municípios mineiros da área de estudo, estão inseridos em quatro Regiões de Planejamento: Rio Doce, da Mata, Jequitinhonha/Mucuri e Norte de Minas. No quadro a seguir são apresentados os municípios da área de estudo e suas respectivas Regiões de Planejamento.



Foto 1: Vista da Prefeitura Municipal de Inhapim.

Região de Planejamento	Municípios
II - Mata	Além Paraíba Divino Fervedouro Laranjal Leopoldina Manhuaçu Miradouro Muriaé Orizânia Santo Antônio do Aventureiro São Francisco do Glória São João do Manhuaçu
VIII - Norte de Minas	Águas Vermelhas Divisa Alegre
IX - Jequitinhonha/Mucuri	Cachoeira do Pajeú Caraiá Catuji Itaobim Medina Padre Paraíso Pedra Azul Ponto dos Volantes Teófilo Otoni
X - Rio Doce	Alpercata Campanário Caratinga Dom Cavati Engenheiro Caldas Frei Inocênciao Governador Valadares Inhapim Itambacuri Itanhomi Jampruca Mathias Lobato Santa Bárbara do Leste Santa Rita de Minas Tarumirim Ubaporanga

Quadro 1: Municípios da Área de Estudo e suas Regiões de Planejamento

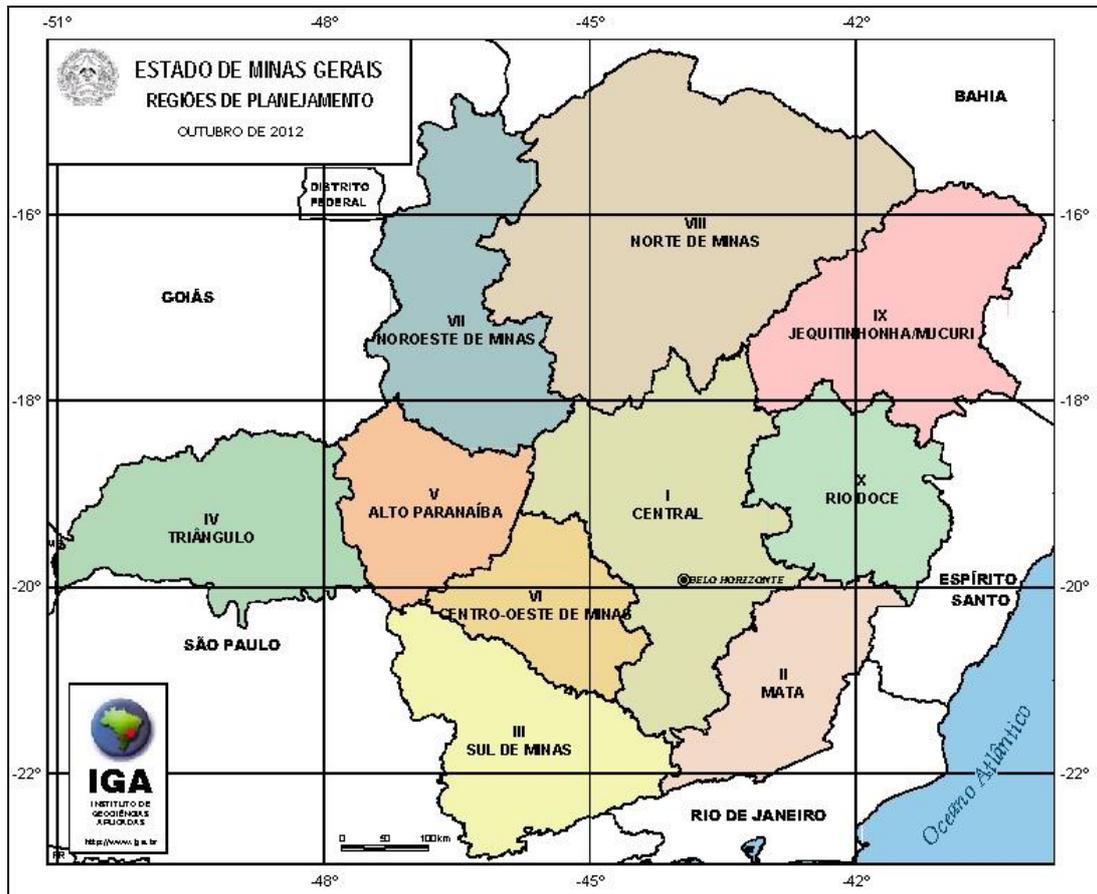


Figura 2 – Regiões de Planejamento de Minas Gerais.
Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais.



Foto 2: Vista da Prefeitura Municipal de Divisa Alegre/MG.

6.3.2.1 Características Populacionais das Regiões de Planejamento (RPs) da Área de Estudo

Minas Gerais possui a maior malha municipal entre todos os estados brasileiros: na década de 1990 foram criados 130 novos municípios. Essas características dificultam não só a coleta de dados, como o estudo comparativo a nível municipal, ao longo do tempo.

Em 1991, por ocasião do Censo Demográfico, existiam 723 municípios. Em 1992, a Lei Estadual nº 10.704, de 27/04/92, criou mais 33 municípios, totalizando 756. Em janeiro de 1997, com a posse dos prefeitos eleitos no segundo semestre de 1996, foram instalados outros 97 municípios, criados pelas Leis nº 12.030 e nº 12.050, de dezembro de 1995. Segundo dados do Censo de 2010, publicado pelo IBGE, atualmente, o estado possui 853 municípios.

Reproduzindo a diversidade interna de Minas Gerais, as dez regiões de planejamento possuem características socioeconômicas bastante distintas. Enquanto as regiões ao norte do estado apresentam as maiores carências e mais baixos indicadores de desenvolvimento, tendo como base uma economia mais tradicional, as regiões ao sul e centro do estado são mais dinâmicas e desenvolvidas, com uma economia mais moderna e maior industrialização.

Em termos demográficos, a concentração de população acontece na área central do estado, onde se localiza a Região Metropolitana de Belo Horizonte e, também, ao sul do estado. As regiões ao norte constituem verdadeiros vazios populacionais, com grande parcela de população residindo em áreas rurais e em municípios de grande extensão territorial. As RPs Mata e Rio Doce concentram a maior parcela dos municípios mineiros, onde grande parte deles possui pequena área territorial. A Tabela 1, a seguir, demonstra a população dos municípios analisados, por Regiões de Planejamento:

Tabela 1: População Residente, dos Municípios Analisados, por Regiões de Planejamento (2000/2010).

Município	2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Rio Doce						
Alpercata	6.966	5.312	1654	7.178	5.660	1.512
Campanário	3.419	2.426	993	3.564	2.651	913
Caratinga	77.789	62.338	15.451	85.239	70.474	14.765
Dom Cavati	5.473	4.752	721	4.669	4.067	602
Engenheiro Caldas	9.347	7.309	2.038	10.280	8.325	1.955
Frei Inocêncio	8.176	5.911	2.265	8.920	6.764	2.156
Governador Valadares	247.131	236.098	11.033	263.689	253.300	10.389
Inhapim	24.895	12.670	12.225	24.294	13.993	10.301
Itambacuri	22.668	13.992	8.676	22.809	15.119	7.690

Município	2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Itanhomi	11.572	7.373	4.199	10.856	8.570	2.286
Jampruca	4.716	3.154	1.562	5.067	3.288	1.779
Mathias Lobato	3.642	3.283	359	3.370	3.060	310
Santa Bárbara do Leste	7.208	2.946	4.262	7.682	3.974	3.708
Santa Rita de Minas	5.795	3.988	1.807	6.547	4.774	1.773
Tarumirim	14.488	6.005	8.483	14.293	8.019	6.274
Ubaporanga	11.682	5.578	6.104	12.040	6.434	5.606
Município	2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Zona da Mata						
Além Paraíba	33.610	31.028	2.582	32.349	32.067	2.282
Divino	18.420	8.664	9.756	19.133	10.796	8.337
Fervedouro	9.671	3.715	5.956	10.349	4.764	5.585
Laranjal	6.126	4.212	1.914	6.465	4.738	1.727
Leopoldina	50.097	43.493	6.604	51.133	45.704	5.426
Manhuaçu	67.123	52.106	15.017	79.574	64.839	14.735
Miradouro	9.770	4.919	4.851	10.251	5.671	4.580
Muriaé	92.101	83.923	8.178	100.765	93.225	7.540
Orizânia	6.457	1.705	4.752	7.284	2.221	5.063
Santo Antonio do Aventureiro	3.514	2.037	1.477	3.538	2.377	1.161
São Francisco do Glória	5.696	3.101	2.595	5.178	3.132	2.046
São João do Manhuaçu	8.716	3.681	5.035	10.245	4.806	5.439
Município	2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Região do Jequitinhonha/Mucuri						
Cachoeira do Pajeú	8.523	3.135	5.388	8.959	4.461	4.498
Carai	20.981	6.701	14.280	22.343	7.191	15.152
Catuji	7.332	1.574	5.758	6.708	1.692	5.016
Itaobim	21.271	16.076	5.195	21.001	15.779	5.222
Medina	21641	14.493	7.148	21.026	15.092	5.934

Município	2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Padre Paraíso	17.475	10.687	6.788	18.849	11.520	7.329
Pedra Azul	23.608	20.090	3.518	23.839	21.006	2.833
Ponto dos Volantes	10.529	3.060	7.469	11.345	4.031	7.314
Teófilo Otoni	129.424	102.812	26.612	134.745	110.076	24.669
Município	2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Região do Norte de Minas						
Águas Vermelhas	11.878	8.115	3.763	12.722	8.941	3.781
Divisa Alegre.	4.815	4.656	159	5.884	5.693	191

Fonte: PNUD, 2014

Na RP Rio Doce, os municípios com maior população são Governador Valadares e Caratinga, com 263.689 e 85.239 habitantes, respectivamente, possuindo também alto grau de urbanização. O município de Mathias Lobato é o município com menor número de habitantes, 3.370. Observa-se que houve uma taxa média negativa de crescimento da população municipal (-0,77%), no período 2000/2010. Observa-se, também, que no município de Santa Bárbara do Leste, a população rural e urbana é quase equivalente: 3.974 habitantes na área urbana e 3.708 habitantes na área rural.

Na RP Zona da Mata o maior município, em termo de número de habitantes, é Muriaé, com 100.765 habitantes, em 2010 e com uma taxa média anual de crescimento de 0,90%, entre o período 2000/2010. Em contrapartida, o município de Santo Antônio do Aventureiro, é o que apresenta menor população: 3.538 habitantes.



Foto 3: Vista Geral da Cidade de Caratinga/MG.

A maior população da RP Jequitinhonha/Mucuri é de Teófilo Otoni, com 134.745 habitantes, em 2010: o município apresentou um crescimento médio anual de 0,40% (entre 2000/2010) e uma taxa de urbanização igual a 79,44%. O município com a menor população na RP é Catuji, com 6.708 habitantes, apresentando mais de 74% da sua população, residente na zona rural do município.

Por fim, na RP Norte de Minas, temos somente 2 municípios incluídos na área de estudo: Águas Vermelhas e Divisa Alegre. O município de águas vermelhas possui uma população de 12.722 habitantes, onde a maioria (mais de 70%) vive na área urbana. Em Divisa Alegre (5.884 habitantes), mais de 96,6% da população vive na área urbana.

Sobre a estrutura etária dos municípios da área de estudo, observa-se a mesma tendência que ocorre em todo o país: assiste-se a um processo de amadurecimento da população e consequente aumento do número da população mais velha. Apesar disso, a população entre 15 e 64 anos, considerada como a população economicamente ativa, ainda representa a maior parcela da população. Podemos pegar como exemplo, o caso de Governador Valadares, polo da Região de Planejamento Rio Doce: a população com idade entre 15 e 64 anos representa quase 68% da população municipal.

Tabela 2: Estrutura Etária dos Municípios da área de Estudo, por Regiões de Planejamento (/2010).

Município	Menos de 15 anos	15 a 64 anos	65 anos ou mais	Razão de Dependência	Índice de Envelhecimento
Rio Doce					
Alpercata	1.818	4.626	718	55,04	10,01
Campanário	954	2.277	333	56,52	9,34
Caratinga	19.889	57.978	7.372	47,02	8,65
Dom Cavati	1.167	3.370	672	54,57	12,90
Engenheiro Caldas	2.750	6.611	919	54,94	8,94
Frei Inocência	2.387	5.747	786	55,21	8,81
Governador Valadares	63.015	179.270	21.404	46,11	8,12
Inhapim	5.609	16.110	2.575	50,80	10,60
Itambacuri	6.211	14.195	2.403	60,68	10,54
Itanhomi	2.779	7.796	1.281	52,08	10,80
Jampruca	1.379	3.178	510	59,44	10,07
Mathias Lobato	975	2.152	243	56,60	7,21
Santa Bárbara do Leste	1.874	5.181	627	48,27	8,16

Município	Menos de 15 anos	15 a 64 anos	65 anos ou mais	Razão de Dependência	Índice de Envelhecimento
Santa Rita de Minas	1.565	4.434	548	47,65	8,37
Tarumirim	3.441	9.136	1.716	56,45	12,01
Ubaporanga	2.942	8.051	1.047	49,55	8,70
Zona da Mata					
Além Paraíba	7.384	23.411	3.554	46,41	10,35
Divino	4.936	12.595	1.602	51,55	8,37
Fervedouro	3.325	6.366	658	51,20	6,36
Laranjal	1.152	4.545	768	42,24	11,88
Leopoldina	10.654	35.087	5.389	45,49	10,54
Manhuaçu	20.257	53.819	5.498	47,85	6,91
Miradouro	2.306	6.978	967	46,90	9,43
Muriaé	20.810	70.898	9.057	42,13	8,99
Orizânia	1.976	4.790	518	52,07	7,11
Santo Antonio do Aventureiro	729	2.376	433	48,91	12,24
São Francisco do Glória	1.159	3.471	548	49,18	10,58
São João do Manhuaçu	2.766	6.841	638	49,76	6,23
Região do Jequitinhonha/Mucuri					
Cachoeira do Pajeú	2.465	5.641	853	58,82	9,52
Caraí	6.845	13.509	1.989	65,39	8,90
Catuji	2.055	4.145	508	61,83	7,57
Itaobim	5.496	13.420	2.085	56,49	9,93
Medina	5.577	13.290	2.159	58,21	10,27
Padre Paraíso	5.407	11.601	1.841	62,48	9,77
Pedra Azul	6.616	15.173	2.050	57,11	8,60
Ponto dos Volantes	3.564	6.688	1.093	69,63	9,63
Teófilo Otoni	31.845	90.684	12.216	48,27	9,07
Região Norte de Minas					
Águas Vermelhas	3.514	8.206	1.002	55,03	7,88
Divisa Alegre	1.797	3.740	347	57,33	5,90

Fonte: PNUD, 2014

Na Tabela 2 também é apresentada a razão de dependência e o índice de envelhecimento da população da área de estudo.

Como razão de dependência, entende-se o percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente), em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa). Observa-se que a maior razão de dependência é do município de Ponto dos Volantes, com 69,63. Isso significa que a população dependente (que representa cerca de 40% da população municipal) depende da força de trabalho e da produção da população ativa do município. A menor razão de dependência pertence ao município de Muriaé (42,13) seguido por Laranjal (42,24).

Sobre o índice de envelhecimento, que é a razão entre a população de 65 anos ou mais de idade, em relação à população total, temos o maior índice pertencente ao município de Dom Cavati, com 12,9 anos, seguido por Santo Antônio do Aventureiro, com 12,24. Em Dom Cavati, a população com 65 anos ou mais de idade, representa cerca de 10% da população (672 habitantes).

Segundo o IBGE, a esperança de vida dos brasileiros aumentou de forma geral e vários foram os fatores que propiciaram essa ascensão, entre eles, o crescimento econômico do país, acesso à água tratada e esgoto, acesso aos serviços de saúde, aumento do consumo, entre outros. Segundo esta mesma fonte, a média de vida de um cidadão brasileiro é de 72,7 anos. Esse item é um importante indicador social que serve para avaliar a qualidade de vida da população de um determinado lugar.



Foto 4 – Vista Geral da Cidade de Dom Cavati/MG.

6.3.2.2 Caracterização Populacional

O ritmo de crescimento da população é resultado do comportamento dos três componentes da dinâmica demográfica: a fecundidade, a mortalidade e a migração. Neste item, será abordado apenas o comportamento do componente migração no estado de Minas Gerais e municípios envolvidos no estudo.

No Brasil, na década de 1970, os fluxos migratórios se caracterizavam, principalmente, pela marcha para o Oeste do país, formados, sobretudo, por sulistas em busca de novas fronteiras agrícolas e a fim de colonizar os estados da Região Norte e Centro-Oeste. Entre os anos de 1995 a 2000, o fluxo de migrantes para São Paulo também foi perdendo força.

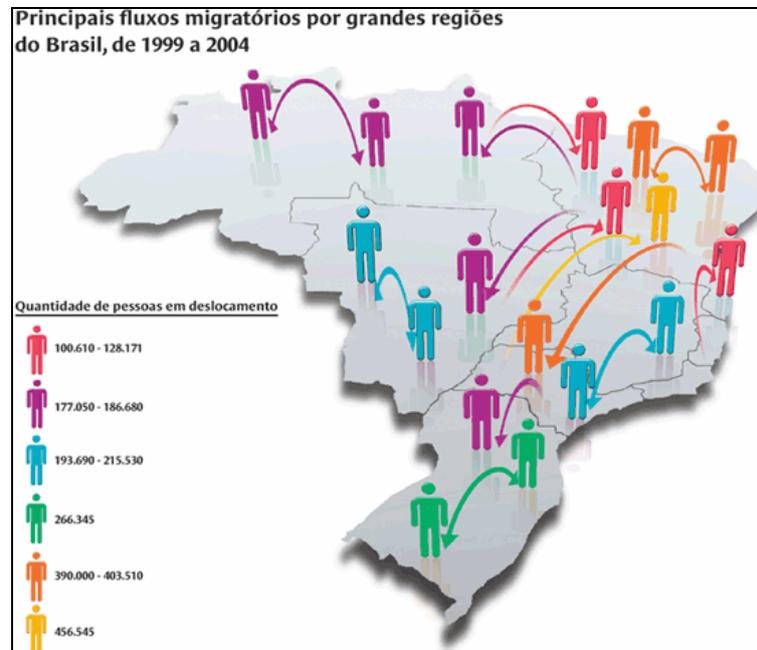


Figura 3 – Principais Fluxos Migratórios – Brasil (1999-2004).
Fonte: Revista Escola – Abril Cultural.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios de 2013, realizada pelo IBGE, revelam que 39,3% da população brasileira vivem em um município diferente daquele que nasceu e 15,5% fora do estado de origem (cerca de 31,2 milhões de pessoas). Estados como Rondônia, Roraima, Mato Grosso e o Distrito Federal, são os que apresentam o maior contingente populacional não natural, residente, oriundo de outra unidade da federação. Por outro lado, Ceará, Rio Grande do Sul e Bahia são os estados que apresentam menor porcentagem de pessoas oriundas de outras unidades da federação.

Um estudo realizado em 2011, também pelo IBGE, sobre os deslocamentos populacionais no Brasil, apontou uma queda geral nos fluxos migratórios entre as regiões brasileiras, bem como evidenciou que, em 15 das 27 unidades federativas, a entrada e saída de pessoas, no período 2004/2009, praticamente se equilibraram. Esse fenômeno é denominado de “rotatividade migratória”.

A região Centro-Oeste é a que mais retém imigrantes. Em 2012, cerca de 34% de sua população era oriunda de outras regiões. Entre 2004 e 2009, a região recebeu 418 mil imigrantes, contabilizando 669 mil emigrantes no mesmo período, resultando em um saldo negativo; uma situação caracterizada pelo equilíbrio de rotatividade migratória. A consolidação de novas áreas de atração econômica, com destaque para o agronegócio, a melhoria da infraestrutura nacional de

transportes e o movimento de interiorização das universidades públicas, estão entre os fatores que explicam essa dinâmica.

Atualmente, percebe-se que os municípios entre 100 e 500 mil habitantes são os que mais cresceram no país, apresentando taxas anuais de expansão populacional superiores a 3%. Com o dinamismo econômico recente em regiões antes menos desenvolvidas, resultante da descontração industrial nos grandes centros urbanos, uma parcela crescente da população deixou de migrar para grandes metrópoles.

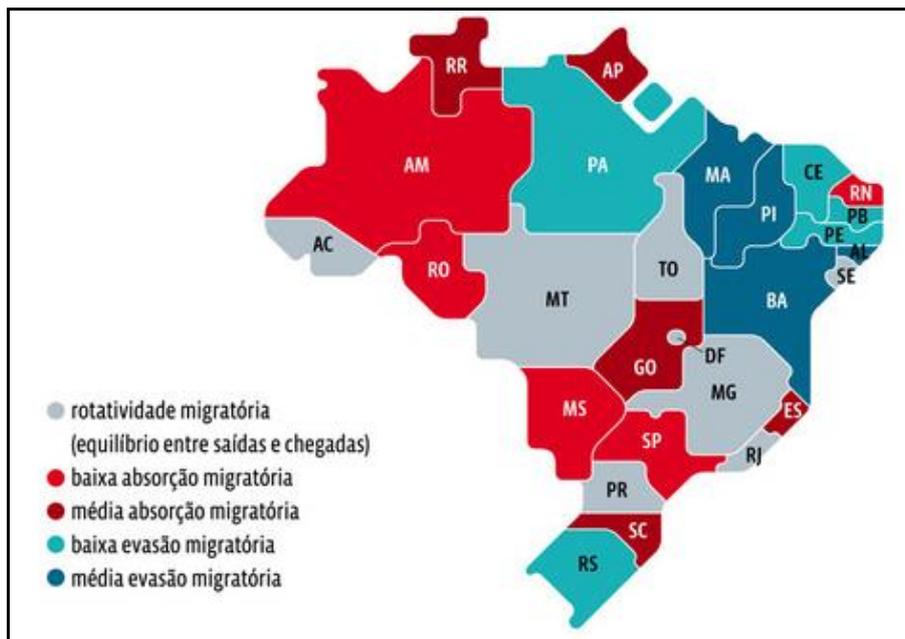


Figura 4: Migrações no Brasil – Classificação dos Estados por Saldo Migratório (2005-2010)
Fonte: Almanaque Abril, 2015

a. Fluxos Migratórios - Minas Gerais

A análise da evolução migratória em Minas Gerais revela profundas alterações no seu padrão histórico de comportamento, assistindo-se à reversão da tendência de grandes perdas populacionais. O estado que era, até poucas décadas atrás, a Unidade da Federação que apresentava os maiores saldos migratórios negativos no país, expulsando a população que saía, em grande parte, em busca de melhores oportunidades de emprego, chega ao final da década de 90, senão revertendo esta situação, pelo menos equilibrando esse quadro.

Nas décadas de 60 e 70, Minas Gerais apresentava um saldo migratório negativo de cerca de 1,5 milhão de pessoas, o que equivalia a uma taxa líquida migratória negativa superior a 10% da sua população, com os emigrantes se dirigindo, preferencialmente, para São Paulo, Rio de Janeiro e áreas de fronteira agrícola. Esses números diminuem, substancialmente, de 1981 a 1991, mas, ainda assim, se mantêm bastante elevados: saldo negativo de 887 mil migrantes e taxa migratória de -5,6%. Foi uma época de forte recessão da economia do país, o que reduziu a capacidade de atração migratória dos grandes centros industriais, com destaque para São Paulo, o que

determinou a redução do fluxo emigratório de Minas para aquele estado, ganhando força o fenômeno da migração de retorno (GARCIA & RIBEIRO, 2000).

A continuidade das dificuldades vivenciadas pela economia brasileira condicionou o comportamento das migrações no final do século XX, acentuando a tendência de queda dos saldos migratórios negativos. Estima-se, inclusive, mesmo sem os dados do Censo Demográfico 2000, e com base em dados da série da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, que entre 1993 e 1998, o estado de Minas Gerais tenha passado a receber população, numa quantidade em torno de 16.393 mil emigrantes (Tabela 3).

Tabela 3: Saldo e Taxa Líquida Migratória – MG (1960-1970/1970-1980/1981-1986-1991/1991-1996/1993-1998).

Especificação	Saldo Líquido Migratório	Taxa Líquida Migratória (%)
TÉCNICA INDIRETA		
1960 - 1970	- 1.577.70	- 13,8
Urbano	1.085.943	17,9
Rural	- 2.873.401	- 53,0
1970 - 1980	- 1.426.142	-10,7
Urbano	1.367.325	15,2
Rural	- 3.074.377	- 69,9
1981 - 1991	- 877.179	- 5,6
Urbano	634.678	5,4
Rural	-1.652.013	- 41,8
CALCULO COM MIGRAÇÃO DE DATA FIXA		
1986 - 1991	-107.510	- 0,8
1991 - 1996	- 23.899	- 0,2
1993 - 1998	16.393	0,1

Fontes: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Migrações Internas em Minas Gerais na Década de 1980/1990, 1999.

O destino preferencial dos emigrantes interestaduais de Minas Gerais é, historicamente, o estado de São Paulo, ficando clara, no entanto, a importância do fator locacional no direcionamento dos fluxos migratórios: a proximidade de outros estados serve como fator de atração para boa parcela dos imigrantes, como é o caso dos que se dirigem à Região Centro-Oeste, ao Rio de Janeiro e para o Espírito Santo.

A localização espacial é, também, primordial na orientação do fluxo dos migrantes que passam a residir no estado. As áreas de origem da maior parcela dos imigrantes de Minas Gerais são, também, aquelas que servem como destino preferencial para os emigrantes estaduais. Isto mostra grande relação de troca entre as regiões e serve como indicador da migração de retorno, quando o estado recebe de volta boa parte de migrantes que o deixaram anteriormente. A Tabela 4, a

seguir, aponta o crescimento da população em Minas Gerais no período de 2000/2010, de acordo com as estimativas/projeções da FJP.

Tabela 4: Crescimento da População Total de Minas Gerais (2000 – 2010).

Ano	População
2000	17.891.494
2001	18.144.210
2002	18.400.496
2003	18.660.402
2004	18.923.979
2005	19.191.279
2006	19.462.354
2007	19.737.258
2008	20.016.045
2009	20.298.770
2010	20.585.488

IBGE: Censo Demográfico, 2000 – Fundação João Pinheiro (FJP).

Para Minas Gerais é notório o aumento crescente da capacidade do estado em reter sua população. Segundo dados obtidos através da Fundação João Pinheiro - FJP, o volume de pessoas que adentrou no estado, durante a década de 90, foi superior à quantidade de pessoas que saíram, resultando num saldo migratório positivo. Nesse sentido, é nítida a intensificação do volume de entrada de pessoas nesta Unidade da Federação, havendo um aumento significativo da migração em Minas Gerais, constatando-se que o número de imigrantes mais que duplicou no período compreendido entre 1980 e 2000. Observa-se também um grande saldo de imigrantes de retorno, entre 1980 e 1991, passando este índice de 35% para 48% e, permanecendo em 45%, em 2000.

De acordo com os dados do último Censo (2010), Minas Gerais possuía 19.597.330 habitantes. Desses, 1.425.179 pessoas não residiam no município recenseado em 31/07/2005 (ano de referência da pesquisa). Isso significa que a população do estado cresceu cerca de 7,30%, devido à entrada de pessoas de outros estados. O Censo também apresentou dados sobre estrangeiros e pessoas vindas de outras regiões brasileiras, conforme apresentado na Tabela 5, a seguir:

Tabela 5: Migração Minas Gerais – Amostra (2010)

População Residente	Número de Pessoas
Brasileiros Natos	19.572.664
Naturalizados	8.118
Estrangeiros	16.548

População Residente	Número de Pessoas
Por Local de Nascimento	
Local de Nascimento – Região Norte	31.581
Local de Nascimento – Região Nordeste	384.669
Local de Nascimento – Região Sudeste	18.838.762
Local de Nascimento – Região Centro Oeste	154.852
Brasil (sem especificação)	68.581
País Estrangeiro	24.666

Fonte: IBGE, 2010.

b. Regiões Metropolitanas na Área de Estudo

Na área de estudo encontra-se a Região Metropolitana do Vale do Aço - RMVA, também conhecida como “Região Siderúrgica”. Segundo a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Minas Gerais, a RMVA concentra 2,20% da população mineira e, aproximadamente, 3% do PIB estadual.

A região foi elevada a Região Metropolitana em 2006, sendo composta por 26 municípios: 4 oficiais (Ipatinga, Coronel Fabriciano, Timóteo e Santana do Paraíso) e 22 incluídos no colar metropolitano⁴.

⁴ Açucena; Antônio Dias; Belo Oriente; Braúnas, Bugre; Córrego Novo; Dionísio; Dom Cavati; Entre Folhas; Iapu; Ipaba; Jaguarapu; Joanésia; Marliéria; Mesquita; Naque; Periquito; Pingo D’Água; São João do Oriente, São José do Goiabal; Sobrália; Vargem Alegre.

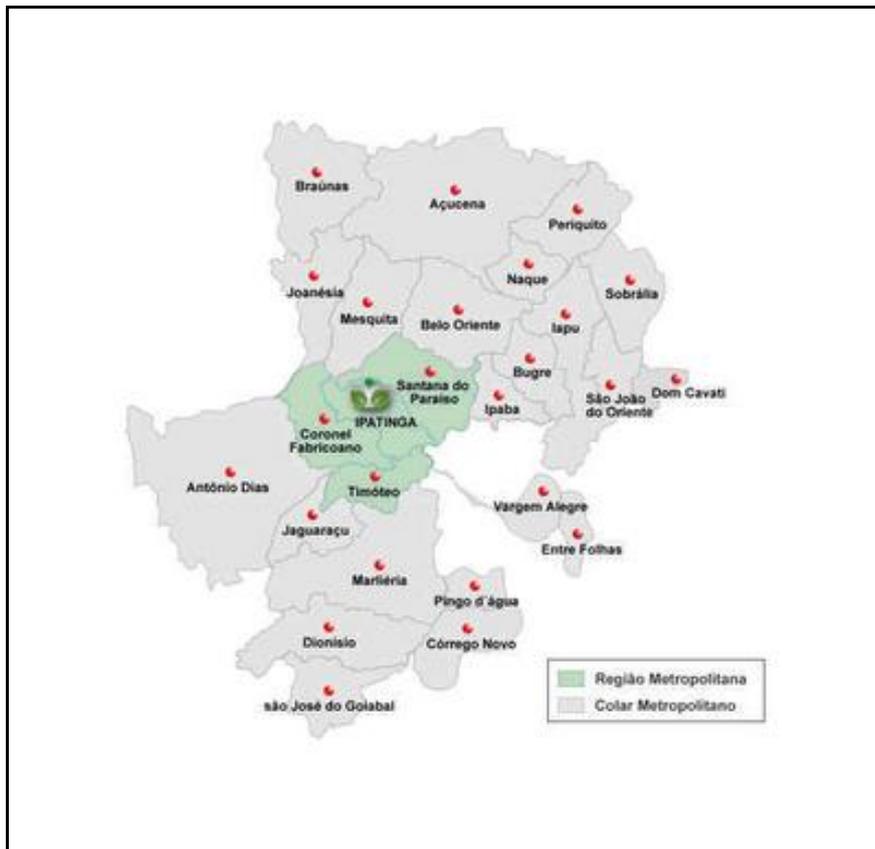


Figura 5: RMVA e seus Municípios

A Região Metropolitana do Vale do Aço se enquadra no grupo das regiões metropolitanas emergentes ou incipientes por não ter uma cidade que ocupe de forma contundente a função de cidade polo. Segundo o Observatório das Metrôpoles, a região é atravessada por importantes rodovias (BR 381 e 458) e pela ferrovia Vitória- Minas, ficando distante cerca de 220 km da capital estadual, Belo Horizonte, e no meio do Corredor de Exportação que é usado para escoamento da produção do quadrilátero ferrífero (MG) até o porto de Tubarão, no estado do Espírito Santo.

O período desenvolvimentista que caracterizou o Brasil entre as décadas de 1950 e 1970 criou as condições políticas e econômicas que levaram essa região a ser escolhida pelo governo brasileiro e pelo capital privado estrangeiro, para a instalação de importantes indústrias de bens de produção intermediários: duas siderúrgicas, a Usiminas, em Ipatinga e a Acesita, em Timóteo; e uma fábrica de celulose, a Cenibra, em Belo Oriente.

Dos municípios envolvidos na área de estudo, Dom Cavati e Caratinga⁵ pertencem ao colar metropolitano da RMVA. De acordo com informações obtidas das prefeituras municipais, não existe nenhum dado sobre o deslocamento diário de pessoas para trabalho ou estudo, entre esses municípios para a RMVA.

⁵ O município de Caratinga/MG está em processo de inclusão na RMVA.

c. Movimentos Pendulares

A expressão movimentos pendulares é utilizada para designar os movimentos quotidianos das populações entre o local de residência e o local de trabalho e/ou estudo. De forma simplificada, está implícita em seu conceito a ocorrência de deslocamentos de uma pessoa entre dois pontos do espaço geográfico: um deslocamento de ida para o local de trabalho e/ou estudo e outro de retorno ao local de residência. Deste modo, essa mobilidade se dá com certa regularidade, constituindo-se em uma das características das grandes aglomerações urbanas.

O movimento é motivado pela dissociação entre local de moradia e local de trabalho/estudo, dada à concentração de oportunidades de trabalho/estudo, geralmente em município (ou conjunto deles) de maior porte e a própria distribuição de funções, internamente à aglomeração. Portanto, o movimento pendular representa uma dinâmica funcional que resulta da organização do território e da não coincidência entre o local de residência e os locais de trabalho e/ou estudo (CINTRA, 2005).



Foto 5: Vista da Praça Central de Ubaporanga/MG.

De acordo com os dados do Censo de 2010, da pesquisa sobre deslocamentos, apresenta-se a Tabela 6 com dados dos municípios da área de estudo, separados de acordo com suas regiões de planejamento. Observa-se que na Região de Planejamento Rio Doce, as maiores cidades (Governador Valadares e Caratinga) são as que apresentam os maiores quantitativos de pessoas que trabalham e estudam em outros municípios. Campanário é que apresenta o menor número de pessoas que trabalham fora do seu município. Segundo a pesquisa, essas pessoas exercem atividades principalmente em setores da agropecuária, comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e construção civil.

Tabela 6: Deslocamentos, por Regiões de Planejamento (2010).

Município	Pessoas que Exerciam o Trabalho Principal em outro Município*	Pessoas que Frequentavam Escola ou Creche em Outro Município*
Rio Doce		
Alpercata	503	140
Campanário	77	143
Caratinga	1.969	973
Dom Cavati	340	133
Engenheiro Caldas	140	201
Frei Inocência	518	351
Governador Valadares	2.445	1.484
Inhapim	606	673
Itambacuri	260	328
Itanhomi	248	277
Jampruca	115	191
Mathias Lobato	180	94
Santa Bárbara do Leste	309	249
Santa Rita de Minas	397	164
Tarumirim	132	348
Ubaporanga	606	412
Mata		
Além Paraíba	2.468	606
Divino	182	283
Fervedouro	125	187
Laranjal	223	339
Leopoldina	1.148	715
Manhuaçu	836	693
Miradouro	322	242
Muriaé	1.831	1.310
Orizânia	131	93
Santo Antonio do Aventureiro	198	110
São Francisco do Glória	190	175
São João do Manhuaçu	248	320
Jequitinhonha/Mucuri		
Cachoeira de Pajeú	312	134
Carai	818	919
Catuji	145	231
Itaobim	489	332
Medina	298	374

Padre Paraíso	410	193
Pedra Azul	425	190
Ponto dos Volantes	248	348
Teófilo Otoni	1.130	549
Norte de Minas		
Águas Vermelhas	920	162
Divisa Alegre	241	53

* Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência que exerciam o trabalho.

Fonte: IBGE

Na região de planejamento da Mata, o município que apresenta o maior número de trabalhadores que exercem sua função em outro município é Além Paraíba (principalmente nos setores de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, construção civil, transporte e armazenagem, entre outros). Entretanto, é no município de Muriaé que há o maior número de pessoas que se deslocam para outros municípios por motivos de estudo.



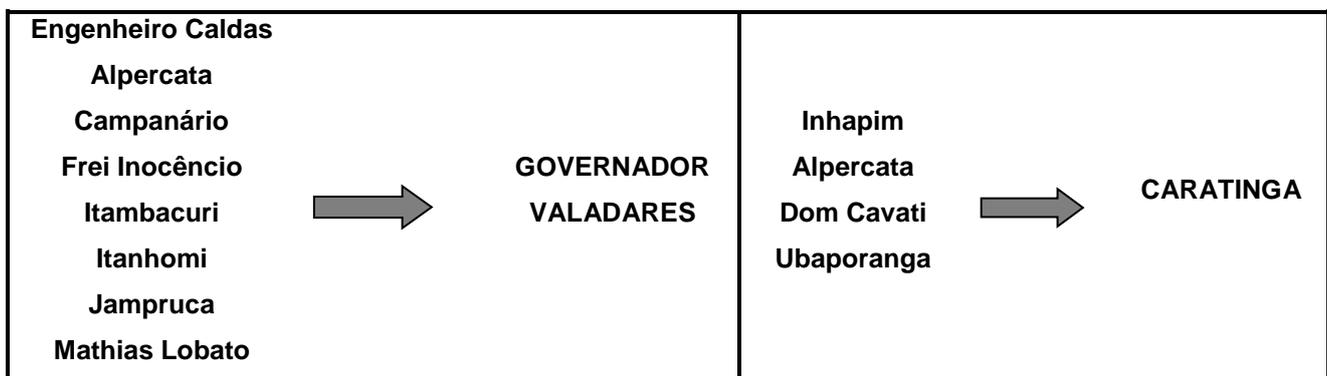
Foto 6: Igreja Matriz de Além Paraíba/MG.

Na região do Jequitinhonha/Mucuri, Teófilo Otoni é o município com maior número de pessoas que se deslocam para outro município para trabalhar, seguido por Caraí que, por sua vez, lidera o deslocamento para estudo. Na região de Planejamento Norte de Minas, Águas Vermelhas apresenta 920 pessoas que exerciam trabalho em outro município, principalmente na área de construção civil (571 pessoas).

Durante as atividades desenvolvidas em campo, através de consulta às prefeituras e secretarias municipais, bem como nas entrevistas realizadas com a população, se obteve informações de

como acontece o movimento pendular entre os municípios que compõe a área de estudo. Em todos os municípios o deslocamento diário acontece por vários motivos, mas o movimento principal é relacionado à busca de trabalho e estudo (principalmente ensino superior).

As cidades maiores, e em consequência as que possuem o maior número de equipamentos públicos, oferta de empregos e instituições de ensino, são aquelas que recebem, diariamente, o maior número de pessoas. Por exemplo, Governador Valadares, polo regional, é a cidade da Região de Planejamento Rio Doce, que mais recebe pessoas de outros municípios todos os dias. Outra cidade desta Região de Planejamento, que também recebe grande quantitativo de pessoas diariamente, é Caratinga.



Quadro 2: Principais Deslocamentos – RP Rio Doce

Cabe ressaltar que Governador Valadares, nos últimos anos, se tornou conhecida pela grande quantidade de pessoas que emigram da cidade, para o exterior, em busca de melhores condições de vida. Há no município uma grande injeção de dinheiro por conta desses milhares de emigrantes, que se dirigem principalmente para os Estados Unidos e Canadá. Boa parte da renda da cidade vem do exterior, cujos números não são contabilizados, devido a tratarem-se, em sua grande maioria, de emigrantes ilegais.

Na Região de Planejamento da Mata, os municípios polos são Muriaé e Manhuaçu:



Quadro 3: Principais Deslocamentos – RP Mata

Na Região de Planejamento Jequitinhonha/Mucuri Teófilo Otoni, Pedra Azul e Itaobim, são as cidades polos:



Quadro 4: Principais Deslocamentos – RP Jequitinhonha/Mucuri

Do município de Teófilo Otoni também saem, diariamente, pessoas com a mesma finalidade, em direção à Belo Horizonte, Governador Valadares, Juiz de Fora e Montes Claros.

Trabalhadores e estudantes de Cachoeira de Pajeú deslocam-se, diariamente, para Pedra Azul, Medina e, também, para Vitória da Conquista/BA, que faz divisa com o município de Divisa Alegre. Já muitos trabalhadores e estudantes de Divisa Alegre e Águas Vermelhas, também costumam deslocar-se diariamente, para Itaobim e Pedra Azul.

6.3.2.3 Condições de Saúde e Doenças Endêmicas

A situação epidemiológica das doenças transmissíveis tem apresentado mudanças significativas, observadas através dos padrões de morbimortalidade em todo o mundo. Este grupo de doenças continua a oferecer desafios aos programas de prevenção: introdução de novas doenças (a exemplo da AIDS) ou de agentes que sofrem modificações genéticas e se disseminam rapidamente através das populações de países e continentes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010). Como exemplo atual, temos a pandemia produzida pelo vírus da Influenza A (H1N1), os casos notificados de Ebola e da Febre Chikungunya.

Doenças como a cólera e dengue ressurgiram e endemias como a tuberculose persistem, fazendo com que representem um grande problema de saúde pública. Isso está intimamente ligado às transformações sociais ocorridas a partir da década de 70, onde ocorreu a urbanização acelerada, migrações, alterações ambientais e diminuição de barreiras entre países, através do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicações, o que contribuiu para o atual perfil epidemiológico das doenças transmissíveis em todo o mundo.

A seguir, serão relacionadas às principais doenças endêmicas e as Doenças de Notificação Compulsória – DNC, existentes na Área de Estudo do empreendimento, que foram obtidas e relacionadas por dados secundários.

✓ Doenças Endêmicas

Por definição, endemia é uma enfermidade, geralmente infecciosa, que reina constantemente em certo país ou região por influência de causa local (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010). As endemias têm causado grandes problemas às populações ao longo da história, com perdas sociais e sobrecarga dos sistemas de saúde. A população menos favorecida, devido às precárias condições de vida e saneamento básico, são as mais atingidas por doenças endêmicas.

Graças aos avanços das investigações científicas e da própria medicina, muitas dessas endemias puderam ser controladas. Atualmente, as principais endemias que desafiam a saúde pública brasileira são: a malária, a leishmaniose, a esquistossomose, a febre amarela, a dengue, o tracoma, a doença de chagas, a hanseníase, a tuberculose, a cólera e a Gripe A.

O Programa de Controle de Endemias do Governo Federal, foi modificado pela Portaria nº 1.399, de 15 de dezembro de 1999⁶, e, a forma de como foi implantado, significou um passo à frente no processo de descentralização das ações de saúde no âmbito do SUS – Sistema Único de Saúde. A nova estratégia pretende reduzir e até eliminar as doenças endêmicas do Brasil, descentralizando as ações da Fundação Nacional de Saúde – FNS, para os estados, municípios e Distrito Federal, quanto ao controle de doenças, inclusive, das seguintes endemias: malária, leishmaniose, esquistossomose, tracoma, doença de chagas, peste, filariose, bócio, febre amarela e dengue.

A partir da vigência dessa Portaria, os recursos são repassados diretamente para os fundos estaduais e municipais de saúde, evitando, dessa forma, a descontinuidade das ações. A União, através da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, estabelece, anualmente, as metas a serem atingidas, em caráter nacional, especificadas para cada Unidade da Federação.

Em Minas Gerais, o controle de endemias é realizado pela Secretaria Estadual de Saúde (SES), através da Subsecretaria de Vigilância e Proteção à Saúde, que é dividida em duas Superintendências: de Vigilância Epidemiológica, Ambiental e Saúde do Trabalhador e de Vigilância Sanitária. Segundo informações da Secretaria, houve uma reformulação institucional das ações de vigilância sanitária: no início de 2014, houve a realização de concurso público para o exercício das funções de: Autoridade Sanitária na Área de Vigilância Sanitária da SES/MG, Autoridade Sanitária na Área de Vigilância Epidemiológica e Ambiental da SES/MG e Autoridade Sanitária da Área de Auditoria Assistencial do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais. Foram contratados 197 profissionais, além da formação de cadastro de reserva.

⁶ E posteriormente a Portaria MS nº 1.147/2002, que altera os Arts. 19 e 20 da Portaria 1.399/1999.

✓ **Doenças de Notificação Compulsória (DNCs)**

São doenças ou agravos à saúde que devem ser notificados à autoridade sanitária por profissionais de saúde, rede de atendimento de saúde particular ou pública, ou qualquer cidadão, para fins de adoção de medidas de controle pertinentes. As ações preventivas e de controle são norteadas pelas notificações recebidas. Além disso, o acompanhamento dos casos possibilita identificar a ocorrência de surtos e epidemias, como também definir medidas para o controle e para a prevenção.

A Portaria nº 5, do Ministério da Saúde, delimita as DNC's, que estão listadas no Quadro 5.

1. Acidentes por animais peçonhentos;	24. Leishmaniose Tegumentar Americana;
2. Atendimento antirrábico;	25. Leishmaniose Visceral;
3. Botulismo;	26. Leptospirose;
4. Carbúnculo ou Antraz;	27. Malária;
5. Cólera;	28. Paralisia Flácida Aguda;
6. Coqueluche;	29. Peste;
7. Dengue;	30. Poliomielite;
8. Difteria;	31. Raiva Humana;
9. Doença de Creutzfeldt-Jakob;	32. Rubéola;
10. Doença Meningocócica e outras Meningites;	33. Sarampo;
11. Doenças de Chagas Aguda;	34. Sífilis Adquirida;
12. Esquistossomose;	35. Sífilis Congênita;
13. Eventos Adversos Pós-Vacinação;	36. Sífilis em Gestante;
14. Febre Amarela;	37. Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS;
15. Febre do Nilo Ocidental;	38. Síndrome da Rubéola Congênita;
16. Febre Maculosa;	39. Síndrome do Corrimento Uretral Masculino;
17. Febre Tifoide;	40. Síndrome Respiratória Aguda Grave associada ao Coronavírus (SARS-CoV);
18. Hanseníase;	41. Tétano;
19. Hantavírose;	42. Tuberculose;
20. Hepatites Virais;	43. Tularemia;
21. Infecção pelo vírus da imunodeficiência humana-HIV em gestantes e crianças expostas ao risco de transmissão vertical;	44. Varíola; e
22. Influenza humana por novo subtipo;	45. Violência doméstica, sexual e/ou outras violências.
23. Intoxicações Exógenas (por substâncias químicas, incluindo agrotóxicos, gases tóxicos e metais pesados);	

Quadro 5: Doenças de Notificação Compulsória.
Fonte: Portaria nº 104 (2/01/2011) – Anexo I – Ministério da Saúde

✓ **Doenças Endêmicas e Doenças de Notificação Compulsória na Área de Estudo**

Informações sobre algumas Doenças Endêmicas e Doenças de Notificação Compulsória, foram obtidas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN e na Sala de Apoio a Gestão Estratégica - SAGE, do ano de 2013.

No estado de Minas Gerais, foram notificados 29.942 casos de dengue, em 2012. Na área de estudo, o município com maior número de casos notificados foi Governador Valadares, com 2.755 casos, seguido por Teófilo Otoni, com 400 casos notificados.

Casos da Febre Chikungunya foram registrados, em 2014, no estado⁷: trata-se de um vírus transmitido pela picada da fêmea de mosquito infectada. O *Aedes aegypti* (que também transmite a dengue e se prolifera principalmente no meio urbano) e o *Aedes albopictus*, que se desenvolve prioritariamente no meio rural, são os principais transmissores. Na área de estudo casos da doença, estão sendo investigados para confirmação em Leopoldina (1 caso) e Governador Valadares (3 casos).



**Foto 7: Faixa de Campanha de Combate à Dengue
Comunidade Córrego Vista Alegre – Orizânia/MG**

Segundo informações do governo do estado, as ações desenvolvidas no combate à dengue e a febre Chikungunya, em Minas Gerais, fez com que os casos fossem reduzidos drasticamente. Uma série de ações de combate ao mosquito transmissor vem sendo desenvolvidas, tornando-se referência nacional. O Programa Estadual de Controle Permanente da Dengue, é um conjunto de ações que reúne o governo estadual, exército, aeronáutica, prefeituras municipais e a sociedade e, desse modo, reforça as ações de prevenção e combate aos focos, implantando diversas ações como: Força Tarefa (combate aos focos), que contam, além das equipes, com carros fumacê, bombas costais, caminhões “Dengue Móvel”, “Dengômetros”, “Denguemob” e Grupo de Teatro, responsáveis pelas atividades educacionais.

⁷ 2 casos confirmados; 29 casos sendo investigados e; 57 casos descartados. Informações disponíveis em: <http://www.saude.mg.gov.br/acabecomomosquito>. Acesso em dezembro de 2014.

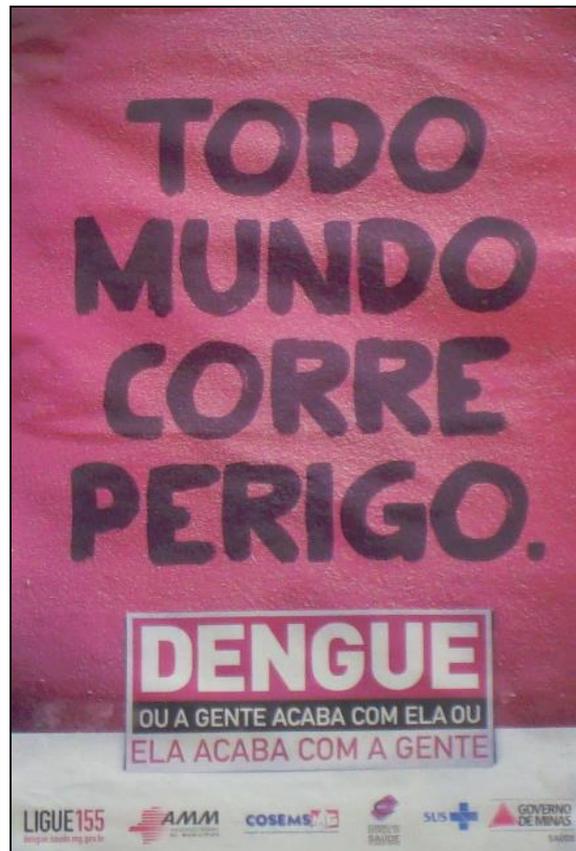


Foto 8: Cartaz com Campanha contra a Dengue Divisa Alegre/MG

Em todo o estado foram contabilizados (em 2013) 9 casos de hantavirose; 1 de raiva; 2 de botulismo; 16 de febre maculosa; 3.616 de esquistossomose; 2 de doença de chagas. Nenhum caso de cólera, febre amarela, malária e difteria foi registrado nesse mesmo ano. Outras doenças de Notificação Compulsória são apresentadas, a seguir, para a área de estudo:

Tabela 7 – Alguns Casos de Doenças de Notificação Compulsória Registrados na Área de Estudo (2013).

Dengue	Campanário – 61 Caraiá – 2 Caratinga – 55 Catuji – 14 Divisa Alegre – 1 Dom Cavati – 9 Engenheiro Caldas – 222 Fervedouro – 2 Frei Inocência – 3 Governador Valadares – 2.755 Inhapim – 20 Itambacuri – 344 Itanhomi – 20 Itaobim – 7 Leopoldina – 46 Manhuaçu – 10 Mathias Lobato – 15 Medina – 2 Miradouro – 1 Muriaé – 110
---------------	--

	Padre Paraíso – 8 Pedra Azul – 70 Ponto dos Volantes – 251 Teófilo Otoni – 400 Ubaporanga - 4
Leishmaniose Visceral	Governador Valadares – 35 Itaobim – 3 Teófilo Otoni – 3
Leptospirose	Além Paraíba – 2 Caratinga – 1 Governador Valadares – 2 Leopoldina – 2 Manhuaçu – 4 Teófilo Otoni - 5
Meningite	Caratinga – 3 Governador Valadares – 27 Itambacuri – 1 Itaobim – 1 Leopoldina – 2 Manhuaçu – 9 Muriaé – 3 Teófilo Otoni – 14
Coqueluche	Campanário – 1 Caratinga – 2 Divino – 1 Governador Valadares – 36 Leopoldina – 2 Medina – 1 Pedra Azul – 1 Teófilo Otoni - 19

Fontes: SINAN/SAGE

✓ **Doenças Sexualmente Transmissíveis, AIDS e Hepatites Virais⁸**

As doenças sexualmente transmissíveis (DST), são transmitidas, principalmente, por contato sexual, sem o uso de camisinha, por uma pessoa que esteja infectada e, geralmente, se manifestam por meio de feridas, corrimentos, bolhas ou verrugas. Outra forma de infecção pode ocorrer pela transfusão de sangue contaminado ou pelo compartilhamento de seringas e agulhas, principalmente, no uso de drogas injetáveis. A AIDS e a sífilis também pode ser transmitida da mãe infectada, sem tratamento, para o bebê, durante a gravidez e o parto, e, no caso da AIDS, também na amamentação.

Essas doenças, quando não diagnosticadas e tratadas a tempo, podem evoluir para complicações graves como infertilidade, câncer e até a morte. O tratamento das DST, além de melhorar a qualidade de vida do paciente, interrompe a cadeia de transmissão dessas doenças. O atendimento e o tratamento são gratuitos nos serviços de saúde do SUS.

⁸ Informações do Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. Disponível em: <http://www.AIDS.gov.br>, acesso em dezembro de 2014.

As DST são consideradas como um dos problemas de saúde pública mais comum em todo o mundo. Em ambos os sexos, tornam o organismo mais vulnerável a outras doenças, inclusive a AIDS, além de terem relação estreita com a mortalidade materna e infantil. As estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS) para o Brasil, de infecções de transmissão sexual na população sexualmente ativa, a cada ano, são: 937 mil por sífilis, 1.541.800 por gonorreia, 1.967.200 por clamídia, 640.900 por herpes genital e 685.400 por HPV.



Figura 6: Chamada da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais sobre a Vacinação contra o HPV.
Fonte: SES/MG

Em 1986, foi criado o Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais, ligado à Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde. O Departamento tornou-se referência mundial no tratamento e atenção à AIDS e às outras doenças sexualmente transmissíveis. Sua função é trabalhar para a redução da transmissão dessas doenças e promoção da qualidade de vida dos pacientes infectados. Desde o ano de 1986, a notificação de AIDS e sífilis é obrigatória, além do registro de HIV em gestantes e recém-nascidos, o que se tornou prática obrigatória a partir de 2000. A Tabela 8 apresenta algumas DSTs e os casos notificados na área de estudo.

Tabela 8 - Casos Notificados de DSTs na Área de Estudo (2013)

Sífilis Congênita	Governador Valadares – 20 Itaobim – 4 Manhuaçu – 3 Pedra Azul – 1 Teófilo Otoni – 6
Hepatites Virais	Governador Valadares – 40 Itaobim – 1 Leopoldina – 3 Manhuaçu – 11 Pedra Azul – 3 Teófilo Otoni – 39 Ubaporanga - 3

Fonte: Ministério da Saúde

✓ AIDS

O HIV (sigla em inglês para vírus da imunodeficiência humana) é o causador da AIDS. A AIDS é o estágio mais avançado da doença que, por sua vez, ataca o sistema imunológico. Como esse vírus ataca as células de defesa do nosso corpo, o organismo fica mais vulnerável a diversas doenças: de um simples resfriado a infecções mais graves como tuberculose ou câncer. O próprio tratamento dessas doenças fica prejudicado.

Hoje o soropositivo pode ter uma qualidade de vida melhor, tendo que tomar os medicamentos antirretrovirais, que surgiram na década de 1980. Esses medicamentos impedem a multiplicação do vírus no organismo, ajudando a evitar o enfraquecimento do sistema imunológico. Desde 1996, o SUS distribui, gratuitamente, o coquetel anti AIDS.

Segundo dados do Ministério da Saúde, desde o início da epidemia (1980), até junho de 2012, o Brasil teve 656.701 casos registrados de AIDS. Em 2011, foram notificados 38.776 casos da doença e a taxa de incidência no país é de 20,2 casos por 100 mil habitantes. Quando observados por região, no período entre 2001-2011, a taxa diminuiu na região Sudeste (de 22,9 para 21,0) e cresce nas outras regiões. Na região Centro-Oeste, por exemplo, a taxa cresceu de 14,3 para 17,5 casos por 100 mil habitantes.

Em Minas Gerais, no ano de 2012, segundo dados do Ministério da Saúde, foram notificados 1.489 novos casos da doença. A taxa de incidência⁹ da doença foi de 12,94, a taxa de mortalidade de 4,04 e a taxa de incidência, em menores de 5 anos, foi igual a 1,39. Nesse mesmo ano, haviam 26.765 pacientes em tratamento no estado.

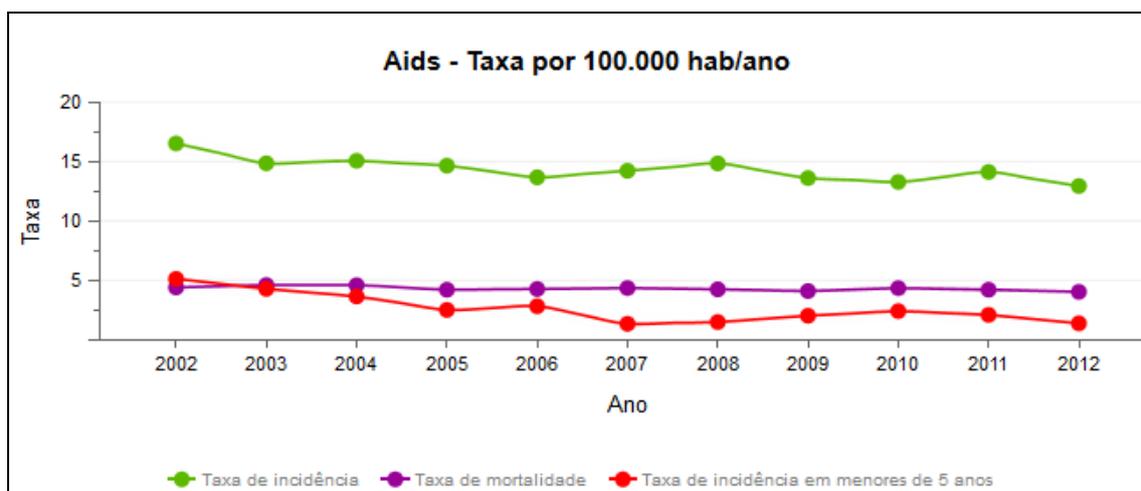


Gráfico 1 – Indicadores Epidemiológicos – AIDS – Minas Gerais
Fonte: SINAN/SIM/IBGE

⁹ Taxa por 100.000 habitantes por ano.

Saber do contágio pelo HIV precocemente, aumenta a expectativa de vida do soropositivo. O diagnóstico da infecção pelo HIV é feito a partir da coleta de sangue. No Brasil, temos os exames laboratoriais e os testes rápidos, que detectam os anticorpos contra o HIV em até 30 minutos, colhendo uma gota de sangue da ponta do dedo. Esses testes são realizados gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), nas unidades da rede pública e nos Centros de Testagem e Aconselhamento – CTA.

Na Área de estudo temos 7 CTA's e Centros de Diagnósticos da AIDS, do governo federal e estadual, conforme mostrado na Tabela 9.

Tabela 9 - Centros de Testagem e Aconselhamento e de Diagnóstico da AIDS - Área de Estudo.

Município	Centros
Além Paraíba	- Fórum Mineiro de ONG de Assistência aos Portadores do HIV/AIDS - Fórum Mineiro de Assistência.
Governador Valadares	- CRASE - Centro de Referência em Atenção Especial à Saúde.
Leopoldina	- CTA Além Paraíba; - CTA Cataguases.
Teófilo Otoni	- CTA/Ozires Prates Dias; - Policlínica Dr. Nerval de Figueiredo - CTA/SAE; - CTA Águas Formosas

Fonte: Portal DST/AIDS-MS e SES/MG

A Secretaria de Saúde de Minas Gerais possui Gerência específica que promove o atendimento, tratamento, ações preventivas e informativas, testagens, aconselhamento e distribuição de medicamentos.

✓ Sífilis

A sífilis é transmitida pela bactéria *Treponema pallidum*, através do contato sexual sem preservativo, com alguém infectado; por transfusão de sangue contaminado; ou da mãe infectada para o bebê, durante a gestação ou o parto. A sífilis congênita pode provocar o aborto espontâneo, morte fetal, prematuridade e recém-nascido com sintomas da doença. Metade dos recém-nascidos infectados morre pouco antes ou pouco depois do parto.

Estimativas de 2004, apontam prevalência de sífilis em 1,6% das mulheres no momento do parto, ou seja, aproximadamente, 49 mil gestantes e 12 mil nascidos vivos com sífilis, considerando-se uma taxa de transmissão de 25%, de acordo com estimativa da OMS. A incidência de sífilis em gestantes é quatro vezes maior que a da infecção pelo HIV.

De acordo com o Gráfico 2, em Minas Gerais, no ano de 2012, houve uma taxa de detecção da doença em gestantes de 3,54 e de 1,93 em crianças menores de 1 ano¹⁰. A taxa de mortalidade ficou em 0,02.

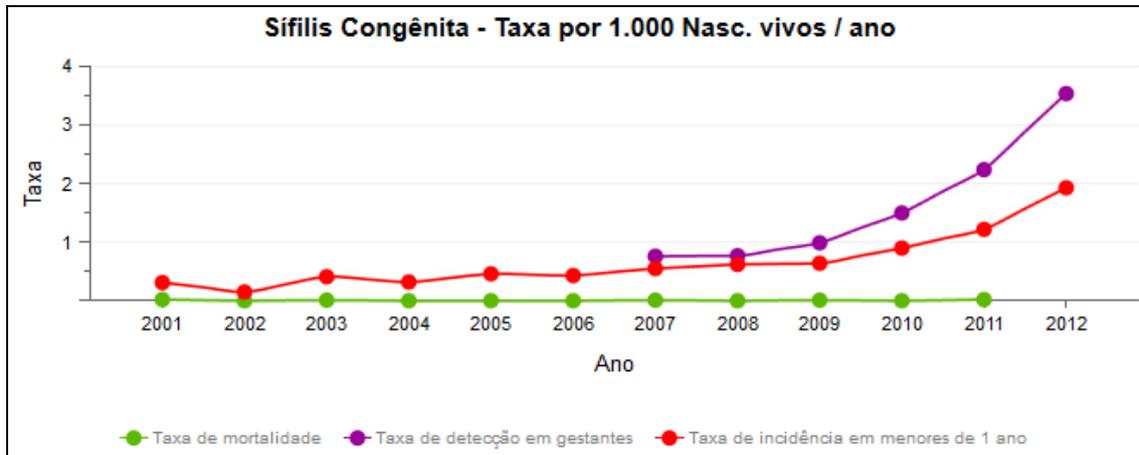


Gráfico 2 – Indicadores Epidemiológicos: Sífilis Congênita (Minas Gerais)
Fonte: SINAN/SIM/IBGE

✓ Hepatites Virais

As hepatites virais são um grave problema da saúde pública do Brasil. São doenças “silenciosas” que nem sempre apresentam sintomas, mas que atacam o fígado, causando sua inflamação.

No Brasil, as hepatites virais mais comuns são as causadas pelos vírus A, B e C. Existem, ainda, os vírus D e E, esse último mais frequente na África e na Ásia. Milhares de pessoas no Brasil são portadoras dos vírus B ou C e não sabem. Elas correm o risco de que as doenças evoluam e, assim, tornem-se crônicas, causando danos mais graves ao fígado como cirrose e câncer. As hepatites virais são também Doenças de Notificação Compulsória.

Segundo o Ministério da Saúde, de 1999 a 2011, foram notificados 343.853 casos de hepatites no Brasil, de todos os seus subtipos, conforme apresentado no Gráfico 3.

¹⁰ Taxa por 1.000 nascidos vivos/ano.

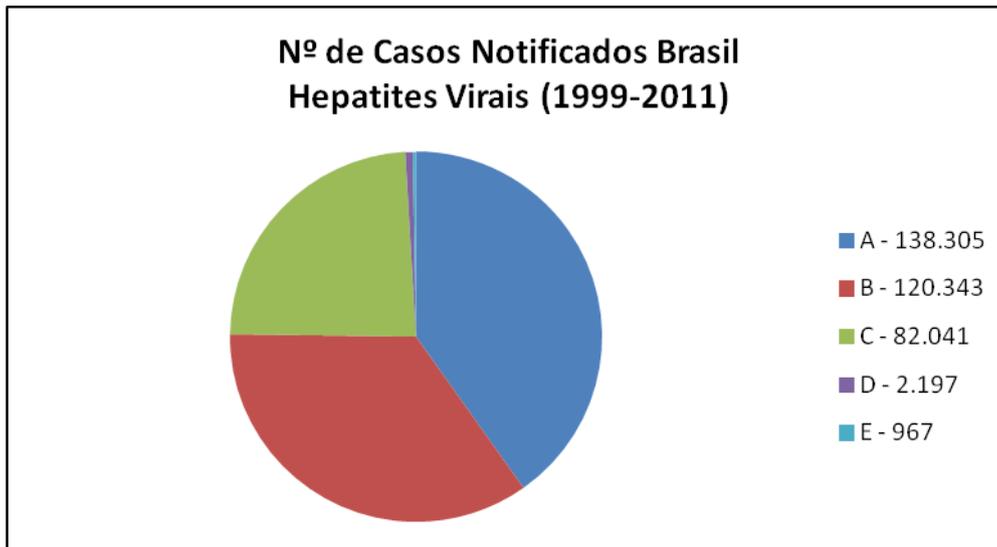


Gráfico 3 – Casos Notificados de Hepatites Virais no Brasil – 1999-2011
Fonte: Ministério da Saúde

Segundo dados extraídos do SIM – Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, entre as mortes atribuídas especificamente às hepatites virais no Brasil, o maior número registrado entre os anos de 2000 a 2010, foi decorrente da hepatite C, com 14.873 óbitos. Em seguida, encontra-se a hepatite B, com 4.978 notificações. Em Minas Gerais, foram registrados 270 óbitos decorrentes de hepatites virais, em 2012. Nos municípios da área de estudo temos: Caratinga (1 óbito); Governador Valadares (4); e Manhuaçu (2).

✓ **Doenças Infecciosas e Parasitárias Relacionadas ao Trabalho**

A Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho, organizada segundo os grupos de patologias ou processos mórbidos da Classificação Internacional das Doenças foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde e publicada no Diário Oficial da União (DOU) pela Portaria/MS n.º 1.339/1999. As doenças infecciosas e parasitárias relacionadas ao trabalho são: tuberculose, carbúnculo (Antraz), brucelose, leptospirose, tétano, psitacose, ornitose, doença dos tratadores de aves, dengue (dengue clássico), febre amarela, hepatites virais, doença pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV), dermatofitose e outras micoses superficiais, candidíase, paracoccidiodomicose (blastomicose sul americana, blastomicose brasileira, Doença de Lutz), malária, leishmaniose cutânea ou leishmaniose cutâneo-mucosa.

Dada à abrangência das situações de exposição e o caráter endêmico de muitas doenças é difícil estabelecer a relação direta destas com o trabalho. Na área de estudo do empreendimento, por exemplo, não houve registros de casos de cólera, febre amarela, malária e difteria.

A prevenção das doenças infecciosas e parasitárias relacionadas ao trabalho baseia-se nos procedimentos de vigilância epidemiológica e de condições de trabalho. Segundo o Ministério da

Saúde, em seu Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde (2001), esses procedimentos incluem:

- medidas de educação e informação aos trabalhadores sobre os riscos e efeitos para a saúde, os modos de transmissão e de controle dos agentes envolvidos;
- vigilância sanitária das condições e dos ambientes de trabalho, por meio do estudo das atividades de risco potencial para os agentes biológicos;
- vigilância epidemiológica de agravos, com confirmação do diagnóstico clínico da doença e o estabelecimento da sua relação causal com o trabalho;
- identificação das medidas gerais e específicas necessárias para eliminação ou controle da exposição aos fatores de risco e para proteção dos trabalhadores;
- controle da ocorrência desses agravos na população em geral, uma vez que uma prevalência alta do agravo contribui para aumentar o risco para os trabalhadores.

As medidas preventivas específicas variam com a doença. O crescimento, por exemplo, da incidência de algumas doenças como tuberculose, hepatite B e a infecção por HIV em trabalhadores, tem aumentado a consciência da necessidade de prevenção. Assim, medidas específicas de controle baseiam-se em ações educativas e de divulgação de informações, vacinação (quando for o caso), diagnóstico precoce e tratamento adequado.

A seguir, serão listadas algumas medidas preventivas relacionadas a algumas doenças identificadas na área de estudo. Cabe esclarecer que serão delimitadas algumas medidas gerais de controle e prevenção, que deverão ser, posteriormente, especificadas no Plano Básico Ambiental, em programas específicos.

✓ Denque:

A dengue relacionada ao trabalho tem sido descrito em trabalhadores que exercem atividades em zonas endêmicas, em trabalhos de saúde pública e em laboratórios de pesquisa, entre outras atividades em que a exposição ocupacional pode ser identificada.

As ações de vigilância visam ao controle da ocorrência da doença por meio do combate ao mosquito transmissor, ações de saneamento ambiental, orientação da população para diminuir os criadouros das larvas do *A. aegypti* (vasos de plantas, poças de água, vasilhas, pneus, etc.) e combate químico pelo uso de inseticidas nas áreas infestadas. É também doença de notificação compulsória e de investigação obrigatória, principalmente quando se trata de dengue hemorrágica.

Aos trabalhadores expostos devem ser garantidas condições de trabalho adequadas, orientação quanto ao risco e às medidas de prevenção, facilidades para a higiene pessoal (chuveiros, lavatórios), EPI adequados (vestuário limpo, luvas, botas, proteção para a cabeça, etc.).

O empregador deve adotar medidas de controle dos fatores de riscos ocupacionais e acompanhamento da saúde, cumprimento das Normas de Precauções Universais, além de outros regulamentos (sanitários e ambientais) existentes nos estados e municípios. Se houver suspeita ou confirmação da doença, deve-se informar ao trabalhador, examinar os expostos visando a identificar outros casos, notificar o caso ao SUS, aos Núcleos Regionais/Ministério do Trabalho e Emprego e ao sindicato da categoria.

✓ Hepatites Virais:

As medidas de prevenção podem ser resumidas: saneamento básico, principalmente controle adequado da qualidade da água para consumo humano e do sistema de coleta de dejetos humanos; ações educativas quanto às informações básicas sobre higiene e formas de transmissão da doença, que evitem novos casos; adoção de medidas de isolamento entérico do paciente contaminado em domicílio; investigação epidemiológica para identificação da fonte de contaminação e adoção de medidas de prevenção, como cloração da água, proteção dos alimentos, entre outras; vacinação de todos os indivíduos suscetíveis, independentemente da idade, principalmente para aqueles que residem ou se deslocam para áreas hiperendêmicas; distribuição de preservativos aos trabalhadores.

Aos trabalhadores expostos devem ser garantidas condições de trabalho adequadas, vacinação específica, facilidades para a higiene pessoal (chuveiros, lavatórios), EPI adequados (vestuário limpo, luvas, botas, proteção para a cabeça, etc.).

O empregador deve adotar medidas de controle dos fatores de riscos ocupacionais e acompanhamento da saúde, cumprimento das Normas de Precauções Universais, além de outros regulamentos (sanitários e ambientais) existentes nos Estados e Municípios. Se houver suspeita ou confirmação da doença, deve-se informar ao trabalhador, examinar os expostos visando a identificar outros casos, notificar o caso ao SUS, aos Núcleos Regionais/Ministério do Trabalho e Emprego e ao sindicato da categoria.

✓ HIV:

A AIDS é doença de notificação compulsória e investigação obrigatória no território nacional. As principais medidas preventivas recomendadas são: a) para prevenção na transmissão sexual - informação e educação visando à prática do sexo seguro, por meio da redução do número de parceiros e do uso de preservativos; b) para prevenção na transmissão sanguínea - todo sangue

para ser transfundido deve ser obrigatoriamente testado para detecção de anticorpos anti-HIV; injeções e instrumentos perfurocortantes se não foram descartáveis, devem ser meticulosamente limpos para depois serem desinfetados e esterilizados; os materiais descartáveis, depois de utilizados, devem ser acondicionados em caixas apropriadas, com paredes duras, para evitar acidentes.

Aos trabalhadores expostos devem ser garantidas condições de trabalho adequadas, orientação quanto ao risco e às medidas de prevenção, facilidades para a higiene pessoal (chuveiros, lavatórios), equipamentos de proteção individuais adequados (vestuário limpo, luvas, botas, proteção para a cabeça).

O empregador deve adotar medidas de controle dos fatores de riscos ocupacionais e acompanhamento da saúde, cumprimento das Normas de Precauções Universais, além de outros regulamentos (sanitários e ambientais) existentes nos Estados e Municípios. Se houver suspeita ou confirmação da doença, deve-se informar ao trabalhador, examinar os expostos visando a identificar outros casos, notificar o caso ao SUS, aos Núcleos Regionais/Ministério do Trabalho e Emprego e ao sindicato da categoria.

✓ Leishmaniose

A leishmaniose não é doença de notificação compulsória nacional, no entanto, pode ser em alguns Estados e municípios. Os surtos devem ser investigados e as ações de vigilância devem objetivar a investigação e o controle dos focos para a redução do número de casos e o diagnóstico e o tratamento precoce dos doentes para evitar a evolução e complicações da doença.

As principais medidas de controle são o diagnóstico precoce e tratamento adequado dos casos humanos e redução do contato homem-vetor; investigação epidemiológica visando a determinar se a área é endêmica ou se é um novo foco; se o caso é autóctone ou importado; as características do caso (forma clínica, idade, sexo e ocupação); definição da indicação de se desencadear as medidas de controle; orientação quanto às medidas de proteção individual, mecânicas, como o uso de roupas apropriadas, repelentes, mosquiteiros; controle de reservatórios; medidas educativas para assentamento de populações humanas.

Aos trabalhadores expostos devem ser garantidas condições de trabalho adequadas, orientação quanto ao risco e às medidas de prevenção, equipamentos de proteção individuais adequados (vestuário limpo, luvas, botas e proteção para a cabeça).

O empregador deve adotar medidas de controle dos fatores de riscos ocupacionais e acompanhamento da saúde, cumprimento das Normas de Precauções Universais, além de outros regulamentos (sanitários e ambientais) existentes nos Estados e Municípios. Se houver suspeita

ou confirmação da doença, deve-se informar ao trabalhador, examinar os expostos visando a identificar outros casos, notificar o caso ao SUS, aos Núcleos Regionais/Ministério do Trabalho e Emprego e ao Sindicato da categoria.

Sobre a existência de áreas/*habitats* favoráveis para o surgimento e proliferação de vetores que venham a comprometer a população e os trabalhadores não foi observada nenhuma localidade com essas características na área de estudo. Entretanto, durante as obras de duplicação deve haver o controle da Gestão Ambiental para que essas áreas não se formem devido à retirada de material para a obra. As medidas preventivas estarão especificadas no Plano Básico Ambiental – PBA.

6.3.2.4 Infraestrutura Básica e de Serviços

a. Energia Elétrica

No Brasil há investimentos na utilização das seguintes fontes de energia: eólica que utiliza a fonte dos ventos para acionar uma usina elétrica; fotovoltaica; hidroelétrica; de maré; e termoelétrica. O Brasil possui no total 3.144 empreendimentos em operação gerando 128.285.233 kW de potência, estando prevista para os próximos anos uma adição de 36.969.407 kW na capacidade de geração no país, proveniente dos 191 empreendimentos atualmente em construção e mais 520 outorgadas¹¹.

Tabela 10: Empreendimentos em Operação - 2014

Empreendimentos em Operação no Brasil - 2014				
Tipo	Quantidade	Potência Outorgada (kW)	Potência Fiscalizada (kW)	%
CGH	447	273.886	275.115	0,21
EOL	135	2.942.472	2.876.576	2,24
PCH	463	4.659.379	4.621.616	3,6
UFV	97	13.325	9.325	0,01
UHE	196	86.590.395	81.801.323	63,77
UTE	1.804	38.827.046	36.711.278	28,62
UTN	2	1.990.000	1.990.000	1,55
Total	3.144	135.296.503	128.285.233	100

OBS: CGH - Central Geradora Hidrelétrica; EOL: Central Geradora Eólica; PCH - Pequena Central Hidrelétrica; UFV - Central Geradora Solar Fotovoltaica; UHE - Usina Hidrelétrica de Energia; UTE - Usina Termelétrica de Energia; UTN - Usina Termonuclear.

Fonte: ANEEL

O estado de Minas Gerais possuiu 546 empreendimentos elétricos em operação, que geram cerca de 15.482.375 kW de potência. Para os próximos anos estão previstos uma adição de 934.911 kW

¹¹ Informações da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>. Acesso em dezembro de 2014.

na capacidade de geração: 11 empreendimentos estão em construção e 61 outorgas foram assinadas.

Tabela 11: Empreendimentos em Operação – Minas Gerais – 2014

Tipo	Quantidade	Potencia (kW)	%
CGH	122	81.324	0,53
EOL	1	156	0
PCH	96	763.661	4,93
UFV	51	1.710	0,01
UHE	44	12.484.343	80,64
UTE	232	2.151.181	13,89
Total	546	15.482.375	100

OBS: CGH - Central Geradora Hidrelétrica; EOL: Central Geradora Eólica; PCH - Pequena Central Hidrelétrica; UHV - Central Geradora Solar Fotovoltaica; UHE - Usina Hidrelétrica de Energia; UTE - Usina Termelétrica de Energia; UTN - Usina Termonuclear.

Fonte: ANEEL

São 28 empreendimentos energéticos situados nos municípios da Área de Estudo: 5 CGHs; 8 PCHs; 8 UFVs; 2 UHEs; e 5 UTEs. Em Inhapim/MG está sendo construída uma Pequena Central Hidrelétrica e, em Caratinga/MG, a construção de uma Central Geradora Elétrica já está outorgada, mas as obras ainda não foram iniciadas. Os empreendimentos podem ser visualizados na Tabela 12, abaixo.

Tabela 12 – Empreendimentos Elétricos em Operação – Municípios da Área de Estudo – Minas Gerais (2014).

Nome	Potência (kW)	Município	Rio
Central Geradora Hidrelétrica (CGH)			
Laje	999	Caratinga	Ribeirão da Laje
Maurício	640	Leopoldina	Rio Novo
Roça Grande	768	Manhuaçu	Manhuaçu
Realeza	300	Manhuaçu	Doce
Pirapanema	1.000	Muriaé	Fumaça
Pequena Central Hidrelétrica (PCH)			
Pipoca	20.000	Caratinga/Ipanema	Manhuaçu
Areia Branca	19.800	Caratinga/Ipanema	Manhuaçu
Poquim	1.408	Itambacuri	Poquim
Nova Maurício	29.232	Leopoldina	Novo
Benjamim Mario Baptista	9.000	Manhuaçu	Manhuaçu
Sinceridade	1.416	Manhuaçu/Reduto	Manhuaçu
Coronel Domiciano	5.040	Muriaé	Fumaça
Ormeo Junqueira Botelho	22.700	Muriaé	Gloria

Nome	Potência (kW)	Município	Rio
Central Geradora Solar Fotovoltaica (UFV)			
Leine Mourão Pena	2,50	Governador Valadares	---
Salatiel Anuda Leite	5,0	Governador Valadares	---
Seltec Soluções Elétricas e Tecnológicas S.A.	3,50	Teófilo Otoni	---
Jomar Brito de Oliveira	1,68	Teófilo Otoni	---
Paulo Henrique Gonçalves de Lima	2,85	Teófilo Otoni	---
Martinho Arlete A. Pego	2,85	Teófilo Otoni	---
Aline Aparecida M Dionizio Gonçalves	2,85	Teófilo Otoni	---
Fabricio Agostinho de Paula	5,0	Teófilo Otoni	---
Usina Hidrelétrica (UHE)			
Baguari	140.544	Alpercata/Fernandes Tourinho/Governador Valadares/Iapu/Periquito/Sobrália	Doce
Gloria	11.360	Muriaé	Gloria
Nome	Potência (kW)	Município	Tipo
Unidade Termelétrica (UTE)			
Além Paraíba	184	Além Paraíba	Óleo Diesel
PLASDIL – Plásticos Divinópolis	1.772	Divino	Óleo Diesel
Big Mais Supermercados	208	Governador Valadares	Óleo Diesel
Cia de Alimentos Ibituruna	2.000	Governador Valadares	Óleo Diesel
Construção Supermercados	144	Teófilo Otoni	Óleo Diesel

Fonte: ANEEL

A principal concessionária de energia elétrica que atua em Minas Gerais é a CEMIG: segundo dados do boletim anual da empresa, no ano de 2013, 7.535.124 consumidores foram atendidos, sendo: 774 sedes municipais, 510 distritos e 4.131 povoados.



Foto 9: Subestação da CEMIG – Governador Valadares/MG

Além dela, a ENERGISA atua em alguns municípios da Área de Estudo, tais como: Além Paraíba, Laranjal, Leopoldina, Manhuaçu, Miradouro, Muriaé, Santo Antônio do Aventureiro e São João do Manhuaçu.



Foto 10: Posto de Atendimento da ENERGISA em Miradouro/MG.



Foto 11: Subestação da ENERGISA em Laranjal/MG.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), 99,35% da população possui energia elétrica em seu domicílio no estado. Nos municípios analisados, todos possuem mais de 96% da sua população atendida. Os dados são apresentados na Tabela 13.

Tabela 13 – População em Domicílios com Luz Elétrica – Municípios da Área de Estudo – Goiás (2000/2010).

Município	% da Pop. em Domicílio com Luz Elétrica (2000)	Município	% da Pop. em Domicílio com Luz Elétrica (2000)
Águas Vermelhas	98,45	Além Paraíba	99,48
Alpercata	99,45	Cachoeira do Pajeú	98,16
Campanário	97,08	Carai	89,88
Caratinga	99,70	Catuji	88,91
Divino	99,71	Divisa Alegre	98,65
Dom Cavati	99,91	Engenheiro Caldas	99,91
Fervedouro	99,02	Frei Inocêncio	98,15
Governador Valadares	99,87	Inhapim	98,41
Itambacuri	97,39	Itanhomi	99,54
Itaobim	98,63	Jampruca	95,92
Laranjal	99,68	Leopoldina	99,92
Manhuaçu	99,81	Mathias Lobato	98,96
Medina	98,70	Miradouro	99,91
Muriaé	99,95	Orizânia	99,96
Padre Paraíso	97,65	Pedra Azul	98,66
Ponto dos Volantes	96,44	Santa Bárbara do Leste	99,92
Santa Rita de Minas	99,76	Santo Antônio do Aventureiro	99,84
São Francisco do Glória	99,58	São João do Manhuaçu	99,87
Tarumirim	98,91	Teófilo Otoni	98,78
Uaporanga	99,47		

Fonte: PNUD/IPEA/FJP, 2014

b. Saneamento Básico

A água é indispensável à vida das comunidades humanas, que procuram sempre instalarem-se próximas desse precioso recurso. Desde a antiguidade o homem aprendeu, pela própria experiência, que a água poluída podia transmitir doenças e iniciou a adoção de medidas para dispor de uma água limpa e livrar-se dos detritos. Nasceu, então, o saneamento básico que vem do latim "sanu", tornar saudável, tornar habitável, higienizar, limpar (BUFF, 2010).

Saneamento é o conjunto de medidas para preservar as condições do meio ambiente, prevenir doenças e melhorar as condições de saúde pública. As principais atividades estão ligadas à coleta e ao tratamento dos resíduos produzidos pelo homem, como esgoto e lixo, tornando-os inofensivos à saúde. O saneamento básico atua também no fornecimento e qualidade da água que abastece as populações (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2012).

Saneamento básico é o elemento fundamental daquilo que chamamos de medicina preventiva, muito mais eficiente e barata que a medicina curativa: reduz a necessidade de procura aos hospitais e postos de saúde, porque elimina a chance de contágio por diversas doenças. Isto significa que onde há saneamento, o índice de mortalidade, principalmente infantil, permanece no mais baixo patamar. O IDH-Longevidade, sintetiza as condições de saúde e salubridade do local, uma vez que quanto mais morte houver na faixa etária mais precoce, menor será a expectativa de vida. O fornecimento ou não de saneamento básico está intimamente relacionado à qualidade de vida dos habitantes de uma comunidade e, portanto à sua longevidade.

Devido à crescente concentração da população humana nos centros urbanos, aliada a expansão industrial, o saneamento básico se tornou uma questão de saúde pública, no mundo atual. Medidas preventivas são buscadas para minimizar, preservar ou corrigir possíveis agravos ao meio ambiente e a saúde.

O PNAD de 2006 (IBGE, 2006) apontou que no Brasil a média de domicílios atendidos pela rede de esgoto era de 66,2%. A média nacional de domicílios atendidos pela rede pública de abastecimento de água foi 90,5% no mesmo ano, o que representa uma grande evolução da infraestrutura nos 7 anos: em 1999 aproximadamente ¼ da população brasileira não possuía acesso à água tratada.



Foto 12: Booster da COPASA – Inhapim/MG

Conforme dados do Censo de 2010, demonstrado na Tabela 14, no estado de Minas Gerais mais de 86% dos domicílios eram ligados à rede geral de abastecimento, crescendo cerca de 4 pontos percentuais em relação ao ano de 2000.

Tabela 14 - Domicílios Particulares Permanentes, por Forma de Abastecimento de Água, Segundo Brasil e as Unidades da Federação da Região do Empreendimento - 2000/2010.

Brasil/ UF	Ano	Domicílios particulares permanentes	Forma de Abastecimento de Água					
			Rede geral de distribuição		Poço ou nascente na propriedade		Outra	
			Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Brasil	2010	57.324.185	47.493.444	82,85	5.750.274	10,03	4.079.795	7,12
	2000	44.795.101	34.859.393	77,82	6.976.877	15,58	2.958.831	6,61
Minas Gerais	2010	6.028.223	5.200.878	86,28	501.491	8,32	325.825	5,40
	2000	4.765.258	3.953.396	82,96	685.220	14,38	126.642	2,66

Fonte: IBGE, 2010

Em todos os municípios do estado de Minas Gerais existe rede de abastecimento de água, mas isso não significa que toda a população residente tenha acesso ao serviço: em 2009, praticamente 80% da população tinha acesso aos serviços de abastecimento de água, mas esse acesso é diferenciado segundo a região de planejamento, o local de residência (sedes x distritos) e o tamanho do município: os maiores *déficits* no abastecimento de água em Minas Gerais estão nas sedes dos municípios de pequeno porte (menos de 20 mil habitantes) e nos distritos.



**Foto 13: Booster da COPASA
Jardim Bela Vista – Leopoldina/MG.**

Dos municípios analisados todos possuem rede de abastecimento de água: Governador Valadares é o município com maior número de domicílios ligados à rede geral, o que representa 95,69% dos domicílios do município. Em Caraií, o número de domicílios abastecidos por poços ou nascentes é maior do que aqueles ligados à rede geral de abastecimento (mais de 56% dos

domicílios). Os dados completos sobre o tipo de abastecimento de água nos municípios em estudo estão apresentados na Tabela 15.

Tabela 15 - População em Domicílios por Tipo de Abastecimento de Água – Municípios da Área de Estudo – Minas Gerais (2010).

Município	Rede Geral	Água de Chuva Armazenada*	Carro Pipa	Poço ou Nascentes**	Rio, Açude, Lago, Igarapé	Outros
Águas Vermelhas	3.016	8	54	143	232	16
Além Paraíba	10.441	1	1	706	11	23
Alpercata	1.655	0	20	518	1	16
Cachoeira do Pajeú	952	64	2	1.418	90	25
Campanário	789	11	0	231	4	0
Carai	2.019	28	2	3.304	246	258
Caratinga	20.678	87	1	5.712	50	41
Catuji	548	1	0	1.055	37	30
Divino	3.459	4	0	2.553	17	3
Divisa Alegre	1.581	0	39	8	17	15
Dom Cavati	1.442	1	0	253	3	2
Engenheiro Caldas	2.261	0	0	931	0	16
Fervedouro	1.346	4	0	1.751	4	6
Frei Inocência	2.015	14	0	560	4	11
Governador Valadares	78.182	70	104	3.194	41	112
Inhapim	3.726	27	0	3.816	18	31
Itambacuri	4.619	11	0	1.644	161	24
Itanhomi	2.757	85	0	931	9	6
Itaobim	4.920	39	101	513	518	50
Jampruca	930	4	0	535	15	6
Laranjal	1.585	0	0	501	1	6
Leopoldina	14.482	3	1	1.990	6	13
Manhuaçu	19.289	224	2	4.586	46	38
Mathias Lobato	890	3	0	91	1	5
Medina	4.707	26	3	1.099	182	95
Miradouro	2.119	0	0	1.144	13	4
Muriaé	30.301	6	0	2.416	10	77
Orizânia	956	11	0	1.225	2	6
Padre Paraíso	3.177	5	0	1.747	47	13
Pedra Azul	5.584	10	76	665	78	130
Ponto dos Volantes	1.435	71	1	1.278	224	54
Santa Bárbara do Leste	945	0	0	1.414	0	0
Santa Rita de Minas	1.455	1	0	578	0	0
Santo Antônio do Aventureiro	891	0	1	310	2	0

Município	Rede Geral	Água de Chuva Armazenada*	Carro Pipa	Poço ou Nascentes**	Rio, Açude, Lago, Igarapé	Outros
São Francisco do Glória	1.025	0	0	585	2	2
São João do Manhuaçu	1.427	45	0	1.564	8	2
Tarumirim	2.449	37	46	1.952	27	12
Teófilo Otoni	33.852	155	0	5.839	408	177
Ubaporanga	1.790	141	0	1.752	3	2

*Água armazenada em cisterna ou outras formas. **Poço ou nascente dentro ou fora da propriedade.
Fonte: IBGE, 2010

Na Tabela 16 são apresentadas as prestadoras de serviço e o sistema de abastecimentos dos municípios da área de estudo em Minas Gerais.

Tabela 16 – Prestadoras de Serviço e Sistemas de Abastecimento – Município da Área de Estudo – Minas Gerais.

Município	Prestadora	Sistema de Abastecimento
Águas Vermelhas	COPASA	Rio Vermelho
Além Paraíba	COPASA	Isolado Além Paraíba
Alpercata	COPASA	Isolado Alpercata
Cachoeira do Pajeú	COPASA	Cachoeira de Pajeú
Campanário	COPASA	Isolado Campanário
Caraí	COPASA	Caraí
Caratinga	COPASA	Isolado Caratinga
Catuji	COPASA	Catuji
Divino	COPASA	Isolado Divino
Divisa Alegre	COPASA	Divisa Alegre
Dom Cavati	COPASA	Dom Cavati
Engenheiro Caldas	COPASA	Isolado Engenheiro Caldas I Isolado Engenheiro Caldas II
Fervedouro	SAAE-Minas Gerais	Isolado Fervedouro I Isolado Fervedouro II
Frei Inocência	COPASA	Integrado Frei Inocência/Mathias Lobato
Governador Valadares	SAAE-Minas Gerais	Doce 1 Doce 2 Doce 3 Figueirinha Borges
Inhapim	COPASA	Isolado Inhapim
Itambacuri	SAAE-Minas Gerais	Isolado Itambacuri
Itanhomi	COPASA	Isolado Itanhomi

Município	Prestadora	Sistema de Abastecimento
Itaobim	COPASA	Itaobim
Jampruca	SAAE-Minas Gerais	Isolado Jampruca
Laranjal	COPASA	Isolado Laranjal I Isolado Laranjal II
Leopoldina	COPASA	Isolado Leopoldina
Manhuaçu	SAAE-Minas Gerais	Isolado Manhuaçu
Mathias Lobato	COPASA	Integrado Frei Inocêncio/Mathias Lobato
Medina	COPASA	Medina
Miradouro	COPASA	Isolado Miradouro
Muriaé	PM – Minas Gerais	Isolado Muriaé I Isolado Muriaé II
Orizânia	COPASA	Orizânia
Padre Paraíso	COPASA	Padre Paraíso
Pedra Azul	COPASA	Pedra Azul
Ponto dos Volantes	COPASA	Ponto dos Volantes
Santa Bárbara do Leste	COPASA	Isolado Santa Bárbara do Leste
Santa Rita de Minas	COPASA	Isolado Santa Rita de Minas
Santo Antônio do Aventureiro	PM – Minas Gerais	Isolado Sto. Antônio do Aventureiro 1 Isolado Sto. Antônio do Aventureiro 2
São Francisco do Glória	PM – Minas Gerais	Isolado São Francisco do Glória 1 Isolado São Francisco do Glória 2
São João do Manhuaçu	COPASA	Isolado São João do Manhuaçu
Tarumirim	COPASA	Isolado Tarumirim
Teófilo Otoni	COPASA	Teófilo Otoni
Ubaporanga	COPASA	Isolado Ubaporanga

Fonte: ANA

Em relação ao esgotamento sanitário em Minas Gerais, no ano de 2009, em 768 sedes municipais e 332 distritos, havia rede de esgotamento sanitário. Em 85 sedes municipais e 109 distritos, não havia rede de esgoto. No mesmo ano, 68,23% da população era atendida pela rede de esgotamento sanitário, mas esse acesso é diferenciado segundo a região de planejamento, o local de residência (sedes x distritos) e o tamanho do município.



Foto 14: Posto de Atendimento da COPASA Alpercata/MG

Nos municípios analisados, podemos ver na Tabela 17 os tipos de esgotamentos dos domicílios permanentes. Observa-se que nos municípios de Caratinga, Inhapim, Manhuaçu e Muriaé, existem um grande percentual de domicílios onde o destino do esgoto é realizado diretamente em rios/lagos: isso compromete diretamente a qualidade dos recursos hídricos e a saúde da população. As maiores cidades da área de estudo também são aquelas com maior número de domicílios ligados à rede geral de esgoto: Governador Valadares, Muriaé e Teófilo Otoni.

Tabela 17 – Tipo de Esgotamento Sanitário nos Domicílios Permanente dos Municípios da Área de Estudo – Minas Gerais (2010).

Município	Fossa Rudimentar	Fossa Séptica	Outro	Rede Geral	Rio/Lago/Mar	Vala
Águas Vermelhas	1.817	240	2	1.026	0	4
Além Paraíba	137	32	30	8.912	1.715	248
Alpercata	324	109	38	1.483	101	67
Cachoeira do Pajeú	1.159	13	4	655	87	39
Campanário	226	32	7	643	60	40
Carai	1.654	197	25	1.947	535	157
Caratinga	1.464	659	259	18.420	5.255	385
Catuji	496	196	7	522	137	30
Divino	796	77	177	3.192	407	10
Divisa Alegre	1.511	31	0	5	0	0
Dom Cavati	35	39	3	1.290	260	71
Engenheiro Caldas	259	241	54	2.219	311	90
Fervedouro	239	10	74	1.262	1.245	255
Frei Inocência	576	16	4	1.749	67	116
Governador Valadares	2.793	754	156	74.692	1.633	474
Inhapim	379	760	167	2.895	3.018	286
Itambacuri	1.396	999	47	2.762	423	85

Município	Fossa Rudimentar	Fossa Séptica	Outro	Rede Geral	Rio/Lago/Mar	Vala
Itanhomi	308	73	192	2.293	710	178
Itaobim	3.874	493	33	916	73	18
Jampruca	286	43	7	630	239	171
Laranjal	55	36	0	1.693	290	12
Leopoldina	194	538	37	13.803	1.210	671
Manhuaçu	1.325	438	218	17.323	4.250	386
Mathias Lobato	29	74	3	733	129	14
Medina	1.238	220	51	3.953	12	17
Miradouro	169	119	24	1.992	471	480
Muriae	406	397	118	28.660	2.515	520
Orizânia	322	70	52	660	740	335
Padre Paraíso	1.259	311	5	2.782	254	15
Pedra Azul	1.077	34	55	4.402	24	80
Ponto dos Volantes	1.925	127	8	185	108	12
Santa Bárbara do Leste	522	15	26	865	839	55
Santa Rita de Minas	63	94	10	1.308	531	21
Santo Antônio do Aventureiro	41	9	1	176	902	71
São Francisco do Glória	89	22	113	1.015	271	92
São João do Manhuaçu	370	272	16	1.330	791	253
Tarumirim	413	297	121	2.041	1.001	584
Teófilo Otoni	4.920	1.609	133	29.323	1.919	558
Ubaporanga	573	204	41	1.725	984	138

Fonte: IBGE, 2010

A grande maioria dos serviços relacionados à coleta, transporte, transbordo e a destinação final dos resíduos sólidos em Minas Gerais, está a cargo do poder público local, exercido pela própria prefeitura, através de suas Secretarias municipais, especialmente, as Secretarias de Obras Públicas. A segunda tipologia que especifica a constituição jurídica das operadoras de serviços de coleta de lixo em operação nos municípios é a figura da “empresa privada”. Este formato jurídico representa 6,5% das operadoras em atividade nos municípios do estado. Cabe destacar ainda, que atuam no estado 1,1% de “Empresa com Participação Majoritária do Poder Público”, na operação dos serviços de coleta de resíduos.



Foto 15: Lixeira em Praça Pública de Ponto dos Volantes/MG

Em todos os municípios há coleta direta e/ou indireta de resíduos sólidos. A coleta do lixo urbano é feita, principalmente, através de duas modalidades distintas nas sedes e em seus distritos. A coleta domiciliar direta, mais presente no manejo dos resíduos urbanos entre as sedes dos municípios, principalmente nas áreas urbanas e centralizadas das sedes distritais; e a coleta domiciliar indireta, tipo de manejo utilizado pelas prefeituras para atender bairros mais afastados, distritos e aglomerados rurais, por meio de caçambas, lixeiras fixas, barris, etc. A principal destinação final do lixo coletado é o aterro controlado.



Foto 16: Lixeira Pública – Alpercata/MG

A Tabela 18 mostra dados do Censo de 2010, relativos à área de estudo: observa-se, por exemplo, que no município de Carai, em mais de 46% dos domicílios, o lixo é queimado (2.746 domicílios) e mais de 7% descartam seus resíduos em terrenos baldios, sem nenhum tipo de separação e tratamento. O mesmo pode ser observado no município de Orizânia: mais de 51% dos resíduos são queimados pela população.

O município com maior número de domicílios que possuem coleta regular de lixo (coletado por caçamba do serviço de limpeza) é Governador Valadares (quase 95% dos domicílios), seguido por Muriaé (mais de 94% dos domicílios).

Tabela 18 - Destino do Lixo – Número de Domicílios Permanentes – Municípios da Área de Estudo – Minas Gerais (2010).

Municípios	Coletado	Jogado em rio/lago/mar	Outro	Queimado	Enterrado	Jogado em Terreno Baldio
Águas Vermelhas	2.582	1	3	821	12	50
Além Paraíba	10.577	1	4	568	7	26
Alpercata	1.478	1	32	586	3	110
Cachoeira do Pajeú	1.395	2	3	891	9	251
Campanário	759	0	0	268	2	6
Carai	2.573	34	25	2.746	82	398
Caratinga	22.461	43	164	3.489	85	417
Catuji	614	10	5	1.031	31	95
Divino	3.879	10	72	1.855	54	166
Divisa Alegre	1.555	0	0	71	2	19
Dom Cavati	1.487	2	4	202	1	5
Engenheiro Caldas	2.556	2	5	616	3	26
Fervedouro	1.586	7	20	1.309	64	125
Frei Inocência	1.982	0	5	567	7	43
Governador Valadares	77.498	19	98	3.737	73	278
Inhapim	3.966	8	139	3.168	61	276
Itambacuri	4.017	7	38	2.121	38	238
Itanhomi	2.726	7	21	988	6	40
Itaobim	4.765	2	13	1.232	12	117
Jampruca	710	2	6	683	7	82
Laranjal	1.708	0	10	350	8	17
Leopoldina	15.028	6	84	1.306	35	36
Manhuaçu	21.073	9	170	2.452	84	398
Mathias Lobato	621	2	1	320	1	45
Medina	4.410	10	32	1.333	15	312
Miradouro	2.255	10	25	867	27	96
Muriaé	30.885	7	78	1.720	45	75
Orizânia	878	12	17	1.138	40	115
Padre Paraíso	3.054	3	12	1.755	47	118
Pedra Azul	5.452	13	11	839	14	214
Ponto dos Volantes	1.333	9	7	1.532	38	144
Santa Bárbara do Leste	1.470	7	37	746	30	69
Santa Rita de Minas	1.679	0	6	315	13	21
Santo Antônio do Aventureiro	888	1	0	295	11	9
São Francisco do Glória	1.114	3	14	445	15	23

Municípios	Coletado	Jogado em rio/lago/mar	Outro	Queimado	Enterrado	Jogado em Terreno Baldio
São João do Manhuaçu	1.752	4	30	1.139	34	87
Tarumirim	2.760	6	43	1.557	20	137
Teófilo Otoni	33.975	51	280	5.346	111	658
Ubaporanga	2.169	3	63	1.316	25	112

Fonte: IBGE, 2010



Foto 17: Coleta de Lixo – Teófilo Otoni/MG

Segundo dados do SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, no ano de 2012, havia 23 unidades de processamento de resíduos na área de estudo. Essas unidades, sua localização e o tipo de operador, são apresentados no Quadro 6. Ainda segundo dados do SNIS, nos municípios de Além Paraíba, Governador Valadares, Muriaé, Pedra Azul e São Francisco do Glória, há coleta seletiva de resíduos desenvolvida pelas Prefeituras Municipais.

Município	Tipo de Unidade	Tipo de Operador
Águas Vermelhas	Aterro Controlado (Distrito de Machado Mineiro); Aterro Controlado (Águas Vermelhas).	Prefeitura Municipal
Além Paraíba	Aterro Sanitário	Empresa Privada (Compromisso Ambiental)
Carai	Aterro Controlado	Prefeitura Municipal
Carandaí	Aterro Controlado	
Divino	Lixão	
Engenheiro Caldas	Aterro Controlado	
Frei Inocência	Lixão	
Governador Valadares	Unidade de Transbordo Vala para Resíduos Sólidos de Saúde	

Município	Tipo de Unidade	Tipo de Operador
Itaobim	Aterro Controlado	
Itanhomi	Lixão (não licenciado)	
Leopoldina	Lixão	
Manhuaçu	Aterro Sanitário Usina de Triagem e Reciclagem de Lixo	
Miradouro	Aterro Controlado	
Muriaé	Unidade de Triagem Aterro Controlado	
Orizânia	Aterro Controlado	
Pedra Azul	Aterro Controlado	
São Francisco do Glória	Lixão	
Tarumirim	Aterro Controlado	
Teófilo Otoni	Usina de Triagem Vala para Resíduos Sólidos de Saúde Aterro Controlado	

Quadro 6 – Unidades de Processamento de Resíduos Sólidos na Área de Estudo (2012)

Fonte: SNIS e Prefeituras Municipais

Dos municípios da área de estudo somente Além Paraíba, Caratinga, Governador Valadares, Itanhomi, Mathias Lobato, Muriaé e Tarumirim possuem coleta seletiva de resíduos.



Foto 18: Entrada do Aterro Sanitário de Governador Valadares/MG (acesso pela BR-116/MG)

c. Saúde

Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2012), no que diz respeito à saúde, o relatório aponta que o setor apresentou relevantes evoluções nos últimos anos, com crescente

investimento público, embora ainda insuficiente. O IBGE faz a análise dos indicadores brasileiros comparados aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos, internacionalmente, sob liderança da ONU, que devem ser cumpridos até o ano de 2015: as áreas que apresentaram melhorias no país foram por meio da redução da mortalidade infantil e materna, do tratamento da AIDS e da capilaridade da atenção básica.

Segundo os “Objetivos do Milênio”, a redução da mortalidade infantil até 2015 é de 17,9 óbitos por nascidos vivos. Em 2010, o Brasil obteve o índice de 18,6. O IBGE destaca a Região Nordeste, que conseguiu passar de 87,3 óbitos/mil nascidos vivos em 1990, para 22,1 óbitos/mil nascidos vivos em 2010.

Sobre o combate às doenças como a AIDS, o IBGE aponta que os casos de infecção pelo vírus HIV mantiveram-se estáveis na população geral brasileira: a incidência entre 1997 e 2010 variou apenas de 17,1 para 17,9 casos, a cada 100 mil habitantes. No entanto, segundo o IBGE, o patamar “mascara diferenças regionais”, já que a taxa diminuiu apenas na região Sudeste e cresceu nas Regiões Norte, Nordeste e Sul.

Segundo dados do SAGE – Sala de Apoio a Gestão Estratégica do Ministério da Saúde (dados de dezembro de 2013), o país possui 263.341 unidades de saúde, entre públicas e privadas, e 712.646 médicos, 172.490 cirurgiões dentistas e 276.965 enfermeiros. Possui ainda um total de 514.534 leitos de internação, o que representa 2,65 leitos/1.000 habitantes.

O estado de Minas Gerais possui hoje 34.022 unidades de saúde, espalhados em seus 853 municípios, entre públicos e privados. Conta com 88.094 médicos, 20.435 cirurgiões dentistas e 27.505 enfermeiros. Segundo informações do Governo Estadual, os últimos governos investiram na ampliação da atenção básica de saúde, aumento no número de medicamentos distribuídos à população, construção de hospitais regionais (regionalização da saúde) e investimentos em infraestrutura básica, o que fez que os números de mortalidade infantil tivessem um decréscimo acentuado.

A seguir os municípios da área de estudo do empreendimento serão analisados em relação aos seus serviços de saúde.

✓ **Estabelecimentos de Saúde na Área de Estudo**

As informações a seguir apresentadas foram retirados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, que apresenta dados até dezembro de 2013. Segundo o DATASUS – Banco de Dados do Sistema Único de Saúde, o levantamento de dados sobre os estabelecimentos de saúde é imprescindível para o gerenciamento eficaz e eficiente da saúde, propiciando ao gestor o conhecimento da realidade da rede assistencial existente para o planejamento desse importante seguimento.

Conforme apresentado na Tabela 19, na área de estudo, temos 2.082 estabelecimentos de saúde, de várias categorias de organização. Observa-se que o Ministério da Saúde inclui como estabelecimentos de saúde as Secretarias de Saúde Municipais, as Centrais de Regulação (de Serviços de Saúde, de Acesso, e as Médicas das Urgências). Essas centrais regulam o atendimento, a disponibilização de leitos, UTIs, atendimentos de emergências, etc.

Ainda inclui as Academias de Saúde: trata-se de programa lançado pelo Ministério Saúde (MS), em 2011, com a estratégia de promoção de saúde através de práticas corporais, atividades físicas, promoção da alimentação saudável, educação em saúde, entre outros, em espaços públicos dotados de infraestrutura, equipamentos e profissionais qualificados. Na área de estudo, temos 4 desses polos: em Divino, Itanhomi, Laranjal e Orizânia.

Observa-se, nos dados apresentados na tabela, que os municípios de Caratinga, Governador Valadares, Leopoldina, Manhuaçu, Muriaé e Teófilo Otoni são os que possuem um maior e mais diversificado serviço de saúde. Somente Governador Valadares possui 555 estabelecimentos entre hospitais gerais e clínicas especializadas. Esses municípios tornam-se polos de referência no atendimento em saúde para as cidades vizinhas.

Por outro lado, observam-se municípios com pouquíssimas unidades de saúde, tais como Jampruca e Mathias Lobato (que o MS aponta só ter Secretaria de Saúde sem nenhuma unidade de atendimento), Frei Inocência (3 unidades de saúde), Santa Bárbara do Leste (2), São Francisco do Glória (4), Ubaporanga (4), entre outros.



Foto 19: Ambulatório Municipal – Santa Bárbara do Leste/MG

As Unidades de Vigilância em Saúde são aquelas que desenvolvem ações de controle de risco do adoecimento da população nas vertentes sanitária e ambiental, bem como a perspectiva

epidemiológica do controle de endemias, pandemias e imunizações das comunidades¹². As equipes atuam diretamente com a população através de imunizações, controle de vetores e sistemas de notificação de doenças compulsórias. Na área de estudo, segundo informações do MS, temos unidades 11 municípios: Cachoeira do Pajeú, Caratinga, Divisa Alegre, Governador Valadares, Inhapim, Itaobim, Medina, Ponto dos Volantes, Santa Rita de Minas, Teófilo Otoni e Ubaporanga.

Outro ponto observado na área de estudo é a presença do Serviço de Atenção Domiciliar Isolado (Home Care) nos municípios de Governador Valadares e Laranjal. Trata-se de um Programa do MS onde municípios com mais de 40 mil habitantes e que possuam SAMU (Serviço Móvel de Urgência) e hospital de referência (municipal ou regional), podem aderir. O objetivo do programa é ofertar atendimento qualificado de atenção, redução da demanda por atendimento hospitalar e período de permanência de usuários internados. Esse programa está articulado à Rede de Atenção a Saúde (Saúde Mais Perto de Você), o que será comentado posteriormente.



Foto 20: Policlínica Municipal de Fervedouro/MG



Foto 21: Unidade Básica de Saúde Medina/MG.

¹² SUS – Sistema Único de Saúde. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/176>. Acesso em dezembro de 2014.

Tabela 19 - Unidades de Saúde da Área de Estudo (2013)

Município	Unidades de Saúde	Quantitativos	TOTAL
Águas Vermelhas	Clínica/Centro de Especialidade	1	8
	Consultório Isolado	3	
	Hospital Geral	1	
	Secretaria de Saúde	1	
	Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	2	
Além Paraíba	Centro de Apoio à Saúde da família	3	79
	Centre de Atenção Hemoterapia	1	
	Centro de Atenção Psicossocial	1	
	Clínica/Centro de Especialidade	15	
	Consultório Isolado	38	
	Hospital Geral	1	
	Posto de Saúde	5	
	Pronto Socorro Geral	1	
	Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	13	
	Unid. Móvel de Nível Pré-Hospitalar	1	
Alpercata	Clínica/Centro de Especialidade	1	4
	Farmácia	1	
	Secretaria de Saúde	1	
	Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	1	
Cachoeira do Pajeú	Centro de Atenção Psicossocial	1	9
	Clínica/Centro de Especialidade	1	
	Consultório Isolado	1	
	Farmácia	1	
	Hospital Geral	1	
	Posto de Saúde	2	
	Secretaria de Saúde	1	

Município	Unidades de Saúde	Quantitativos	TOTAL
	Unid. de Vigilância em Saúde	1	
Campanário	Consultório Isolado	2	4
	Farmácia	1	
	Secretaria de Saúde	1	
Carai	Clínica/Centro de Especialidades	1	10
	Consultório Isolado	4	
	Hospital Geral	1	
	Posto de Saúde	1	
	Secretaria de Saúde	1	
	Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	2	
Caratinga	Centro de atenção Psicossocial	3	203
	Clínica/Centro de Especialidade	39	
	Consultório Isolado	128	
	Hospital/Dia – Isolado	1	
	Hospital Geral	2	
	Posto de Saúde	2	
	Pronto Socorro Geral	1	
	Secretaria de Saúde	1	
	Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	25	
	Unid. de Vigilância em Saúde	1	
Catuji	Clínica/Centro de Especialidade	1	3
	Consultório Isolado	1	
	Secretaria de Saúde	1	
Divino	Centro de Atenção Psicossocial	1	17
	Clínica/Centro de Especialidade	1	
	Consultório Isolado	4	
	Hospital Geral	1	
	Polo Academia da Saúde	1	

Município	Unidades de Saúde	Quantitativos	TOTAL
	Posto de Saúde Pronto Socorro Geral Secretaria de Saúde Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	2 1 1 5	
Divisa Alegre	Farmácia Secretaria de Saúde Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia Unidade de Vigilância em Saúde	1 1 1 1	4
Dom Cavati	Consultório Isolado Farmácia Secretaria de Saúde	2 1 1	4
Engenheiro Caldas	Clínica/Centro de Especialidade Consultório Isolado Farmácia Posto de Saúde Secretaria de Saúde Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	1 2 2 2 1 3	11
Fervedouro	Hospital Geral Posto de Saúde Secretaria de Saúde Unid. Móvel de Nível Pré-Hospitalar	1 2 1 1	5
Frei Inocência	Hospital Geral Secretaria de Saúde Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	1 1 1	3
Governador Valadares	Central de Reg. de Serv. de Saúde Central de Regulação do Acesso Central de Reg. Méd. das Urgências Centro de Atenção Hemoterapia	1 2 1 1	555

Município	Unidades de Saúde	Quantitativos	TOTAL
	Centro de Atenção Psicossocial	2	
	Clínica/Centro de Especialidades	140	
	Consultório Isolado	337	
	Cooperativa	1	
	Farmácia	3	
	Hospital Especializado	2	
	Hospital Geral	6	
	Policlínica	3	
	Posto de Saúde	13	
	Serviço de Atenção Domiciliar Isolado	2	
	Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	30	
	Unid. de Atenção à Saúde Indígena	2	
	Unid. de Vigilância em Saúde	1	
	Unid. Móvel de Nível Pré-Hospitalar	4	
	Unidade Móvel Terrestre	1	
Inhapim	Centro de Atenção Psicossocial	1	23
	Clínica/Centro de Especialidade	2	
	Consultório Isolado	8	
	Hospital Geral	1	
	Posto de Saúde	1	
	Secretaria de Saúde	1	
	Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	8	
	Unidade de Vigilância em Saúde	1	
Itambacuri	Centro de atenção Psicossocial	1	26
	Clínica/Centro de Especialidade	2	
	Consultório Isolado	17	
	Hospital Geral	2	
	Posto de Saúde	1	

Município	Unidades de Saúde	Quantitativos	TOTAL
	Secretaria de Saúde	1	
	Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	2	
Itanhomi	Clínica/Centro de Especialidade	2	11
	Hospital Geral	1	
	Polo Academia de Saúde	1	
	Posto de Saúde	3	
	Secretaria de Saúde	1	
	Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	3	
Itaobim	Centro de Atenção Psicossocial	3	21
	Clínica/Centro de Especialidade	3	
	Consultório Isolado	9	
	Hospital Geral	1	
	Posto de Saúde	1	
	Secretaria de Saúde	1	
	Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	2	
	Unidade de Vigilância em Saúde	1	
Jampruca	Secretaria de Saúde	1	1
Laranjal	Consultório Isolado	3	14
	Farmácia	1	
	Hospital Geral	1	
	Polo Academia de Saúde	1	
	Posto de Saúde	3	
	Secretaria de Saúde	1	
	Serviço de Atenção Domiciliar Isolado	1	
	Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	2	
	Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar	1	
Leopoldina	Clínica/Centro de Especialidade	17	113
	Consultório Isolado	63	

Município	Unidades de Saúde	Quantitativos	TOTAL
	Farmácia	1	
	Hospital Especializado	1	
	Hospital Geral	1	
	Policlínica	2	
	Posto de Saúde	5	
	Secretaria de Saúde	2	
	Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	19	
	Unid. Móvel de Nível Pré-Hospitalar	2	
Manhuaçu	Centro de Atenção Psicossocial	2	
	Clínica/Centro de especialidades	21	
	Consultório Isolado	214	
	Farmácia	1	
	Hospital Geral	1	
	Pronto Atendimento	1	
	Secretaria de Saúde	1	
	Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	18	
	Unid. Móvel de Nível Pré-Hospitalar	3	
Mathias Lobato	Secretaria de Saúde	1	1
Medina	Centro de Atenção Psicossocial	1	
	Consultório Isolado	5	
	Hospital Geral	1	
	Posto de Saúde	2	
	Secretaria de Saúde	1	
	Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	2	
	Unidade de Vigilância em Saúde	1	
Miradouro	Clínica/Centro de Especialidade	2	
	Consultório Isolado	4	
	Hospital Geral	1	14

Município	Unidades de Saúde	Quantitativos	TOTAL
	Posto de Saúde	4	
	Pronto Atendimento	1	
	Secretaria de Saúde	1	
	Unidade Móvel Terrestre	1	
Muriaé	Centro de Atenção Psicossocial	2	180
	Clínica/Centro de Especialidade	29	
	Consultório Isolado	104	
	Cooperativa	1	
	Farmácia	2	
	Hospital Especializado	3	
	Hospital Geral	2	
	Policlínica	2	
	Posto de Saúde	5	
	Secretaria de Saúde	1	
	Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	25	
	Unidade de Vigilância em saúde	1	
	Unid. Móvel de Nível Pré-Hospitalar	2	
	Unid. e Móvel Terrestre	1	
Orizânia	Centro de Apoio a Saúde	1	4
	Polo Academia de Saúde	1	
	Posto de Saúde	1	
	Secretaria de Saúde	1	
Padre Paraíso	Centro de Atenção Psicossocial	1	10
	Consultório Isolado	3	
	Farmácia	1	
	Hospital Geral	1	
	Secretaria de Saúde	1	
	Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	3	

Município	Unidades de Saúde	Quantitativos	TOTAL
Pedra Azul	Centro de Atenção Psicossocial	2	34
	Clínica/Centro de Especialidade	5	
	Consultório Isolado	15	
	Farmácia	1	
	Hospital Geral	1	
	Laboratório de Saúde Pública	1	
	Policlínica	1	
	Posto de Saúde	2	
	Secretaria de Saúde	2	
	Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	4	
Ponto dos Volantes	Clínica/Centro de Especialidade	1	7
	Farmácia	1	
	Secretaria de Saúde	1	
	Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	3	
	Unid. de Vigilância em Saúde	1	
Santa Bárbara do Leste	Clínica/Centro de Especialidade	1	2
	Secretaria de Saúde	1	
Santa Rita de Minas	Consultório Isolado	2	4
	Secretaria de Saúde	1	
	Unid. de Vigilância em Saúde	1	
Santo Antônio do Aventureiro	Consultório Isolado	1	5
	Farmácia	1	
	Posto de Saúde	2	
	Secretaria de Saúde	1	
São Francisco do Glória	Centro de atenção Psicossocial	1	4
	Farmácia	1	
	Secretaria de Saúde	1	
	Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	1	

Município	Unidades de Saúde	Quantitativos	TOTAL
São João do Manhuaçu	Farmácia	1	6
	Posto de Saúde	3	
	Secretaria de Saúde	1	
	Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	1	
Tarumirim	Consultório Isolado	2	9
	Hospital Geral	1	
	Posto de Saúde	2	
	Secretaria de Saúde	1	
	Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	3	
Teófilo Otoni	Central de Regulação do Acesso	1	395
	Central de Regulação Médica das Urgências	1	
	Centro de Atenção Psicossocial	1	
	Clínica/Centro de Especialidade	66	
	Consultório Isolado	270	
	Farmácia	1	
	Hospital Geral	4	
	Policlínica	2	
	Pronto Atendimento	1	
	Secretaria de Saúde	1	
	Unid. de Apoio a Diagnose e Terapia	20	
	Unidade de Vigilância em Saúde	1	
	Unid. Móvel de nível Pré-Hospitalar	26	
Ubaporanga	Consultório Isolado	1	4
	Posto de Saúde	1	
	Secretaria de Saúde	1	
	Unidade de Vigilância em Saúde	1	

Fonte: CNES

✓ **Recursos Humanos**

Nos municípios da área de estudo, no ano de 2013, havia 7.982 profissionais de saúde, entre médicos, cirurgiões dentistas e enfermeiros. Governador Valadares aparece novamente como o município com o maior número de profissionais (1.979), seguido por Teófilo Otoni (1.305). Em contrapartida, temos os municípios de Mathias Lobato com apenas 9 profissionais de saúde e Jampruca, com 11 profissionais de saúde, sendo estes os municípios com menor número.

Tabela 20 - Profissionais da Área de Saúde dos Municípios da Área de Estudo (2013)

Município	Médicos	Cirurgiões Dentistas	Enfermeiros	TOTAL
Águas Vermelhas	54	19	19	92
Além Paraíba	132	54	38	224
Alpercata	16	14	19	49
Cachoeira do Pajeú	22	11	11	44
Campanário	5	9	3	17
Caraí	36	22	23	81
Caratinga	449	123	134	706
Catuji	11	7	11	29
Divino	46	18	36	100
Divisa Alegre	8	5	9	22
Dom Cavati	14	11	13	38
Engenheiro Caldas	16	8	7	31
Fervedouro	19	9	12	40
Frei Inocência	29	8	22	59
Governador Valadares	1.090	462	427	1.979
Inhapim	78	39	45	162
Itambacuri	81	41	33	155
Itanhomi	28	9	15	52
Itaobim	77	19	35	131
Jampruca	5	3	3	11
Laranjal	26	13	10	49
Leopoldina	230	76	77	383
Manhuaçu	325	114	88	527
Mathias Lobato	3	3	3	9
Medina	50	17	38	105
Miradouro	28	27	23	78
Muriaé	576	114	225	915
Orizânia	19	8	7	34
Padre Paraíso	29	22	29	80
Pedra Azul	81	33	53	167

Município	Médicos	Cirurgiões Dentistas	Enfermeiros	TOTAL
Ponto dos Volantes	18	11	22	51
Santa Bárbara do Leste	10	3	7	20
Santa Rita de Minas	8	7	9	24
Santo Antônio do Aventureiro	8	7	3	18
São Francisco do Glória	20	6	11	37
São João do Manhuaçu	8	8	10	26
Tarumirim	46	12	28	86
Teófilo Otoni	869	187	249	1.305
Ubaporanga	24	8	14	46

Fonte: SAGE/MS.

O Programa “Mais Médicos”, criado pelo Governo Federal, através do MS, em 2014, faz parte de um amplo pacto de melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, que prevê mais investimentos em infraestrutura dos hospitais e unidades de saúde, além de levar mais médicos para regiões onde há escassez e ausência desses profissionais¹³.

O objetivo da iniciativa é a convocação de médicos para atuar na atenção básica de municípios com maior vulnerabilidade social e Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). Além disso, o Programa prevê a expansão do número de vagas de medicina e de residência médica, além do aprimoramento da formação médica no Brasil.



Foto 22: Policlínica Municipal – Campanário/MG

¹³ Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/acoes-e-programas/mais-medicos>. Acesso em dezembro de 2014.

Na área de estudo, os seguintes municípios foram ofertados com médicos do Programa¹⁴: Além Paraíba (3 profissionais); Cachoeira de Pajeú (3); Caraí (3); Caratinga (3); Catuji (2); Divino (3); Dom Cavati (2); Engenheiro Caldas (1); Fervedouro (1); Frei Inocência (1); Governador Valadares (23); Inhapim (2); Itambacuri (1); Laranjal (1); Leopoldina (4); Manhuaçu (2); Medina (3); Miradouro (1); Padre paraíso (5); Pedra Azul (1); Santa Bárbara do Leste (1); Santo Antônio do Aventureiro (1); Teófilo Otoni (4);

✓ Índices de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Significa o número médio de anos que um recém-nascido esperaria viver se estivesse sujeito a uma lei de mortalidade. Em 2010, a esperança de vida média do brasileiro, ao nascer, era de 73,9 anos, passando para 74,6 anos em 2012, segundo o IBGE.

Em relação ao índice de mortalidade infantil, houve um grande avanço no país: em 20 anos a taxa caiu de 53 mortes por mil nascidos vivos, para 16,7. Para Minas Gerais, esta média é melhor: de 15,1 por 1.000 nascidos vivos.

Entende-se por taxa de fecundidade o número médio de filhos que uma mulher teria dentro do seu período fértil. A taxa de fecundidade das brasileiras caiu, entre 2000 e 2010, principalmente nos grupos etários mais jovens, segundo dados do Censo 2010, A taxa registrada foi de 1,9 filhos. Os dados apresentados no último Censo também indicam que a taxa de fecundidade diminuiu em todas as faixas etárias e que as mulheres com maior grau de instrução e renda, têm menos filhos; além disso, aponta que as mulheres estão tendo filhos com idades um pouco mais avançadas.

Para que todas essas taxas tenham caído é necessário que a educação, renda e acesso aos serviços tenham aumentado. O aumento da longevidade e quedas nos índices de mortalidade da população está associado às melhorias das condições de vida da população. Políticas públicas e avanços tecnológicos promovem essas melhorias, tais como: cuidados com gestantes (acompanhamento pré-natal), bem como o acompanhamento do recém-nascido; aleitamento materno; escolarização; campanhas de vacinação; melhorias no saneamento básico e; avanços na medicina.

Os dados sobre os municípios da área de estudo estão apresentados na Tabela 21. Como podemos observar os piores resultados são do município de Divisa Alegre, comentados a seguir.

A maior esperança de vida ao nascer é do município de Leopoldina (77 anos), seguido de Laranjal (76,6 anos). O menor índice pertence à Divisa Alegre, com 68,4 anos. Apesar disso houve um

¹⁴ Informações do SGP – Sistema de Gerenciamento de Programas. Disponível em: <http://maismedicos.saude.gov.br/new/web/app.php/maismedicos/rms>. Acesso em dezembro de 2014.

aumento desse índice nas duas últimas décadas: passou de 59,7 anos em 1991, para 68,4 em 2010.

Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil, deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil, até 2015. Dessa forma, o município e o estado devem investir em políticas públicas para melhorar esses índices. Também pertence à Leopoldina o melhor resultado relativo à mortalidade infantil (12,4 por mil nascidos vivos): esse índice veio melhorando desde 1991, quando era de 31,3. O pior resultado é atribuído à Divisa Alegre, com uma taxa de 27,8.

A maior taxa de fecundidade pertence aos municípios de Divisa Alegre, Ponto dos Volantes, Carai e Campanário (com 2,7 filhos por mulher) e a menor a Laranjal (1,5 filhos por mulher).

Tabela 21 - Esperança de Vida ao Nascer, Mortalidade Infantil e Taxa de Fecundidade dos Municípios da Área de Estudo (2010).

Município	Esperança de Vida ao Nascer	Mortalidade Infantil*	Taxa de Fecundidade
Águas Vermelhas	73,5	17,8	2,6
Além Paraíba	76,4	13,2	2,0
Alpercata	74,4	16,2	2,1
Cachoeira de Pajeú	71,3	21,8	2,5
Campanário	74,9	15,6	2,7
Carai	71,9	20,6	2,7
Caratinga	75,2	15,1	1,9
Catuji	71,2	21,8	2,6
Divino	74,4	16,3	2,0
Divisa Alegre	68,4	27,8	2,7
Dom Cavati	72,0	20,3	1,9
Engenheiro Caldas	73,9	17,1	1,9
Fervedouro	72,7	19,1	2,5
Frei Inocência	71,7	20,9	2,1
Governador Valadares	75,1	14,7	2,1
Inhapim	74,7	15,8	1,9
Itambacuri	72,1	20,3	2,2
Itanhomi	74,9	15,6	2,0
Itaobim	72,2	20,0	1,9
Jampruca	71,9	20,6	2,1
Laranjal	76,6	13,2	1,5
Leopoldina	77,0	12,4	1,8
Manhuaçu	75,4	14,8	2,2
Mathias Lobato	72,7	19,1	2,6
Medina	74,3	16,5	2,3

Município	Esperança de Vida ao Nascer	Mortalidade Infantil*	Taxa de Fecundidade
Miradouro	74,6	15,9	1,9
Muriaé	76,2	14,7	1,6
Orizânia	71,7	21,0	2,2
Padre Paraíso	72,8	18,9	2,1
Pedra Azul	72,8	19,0	2,3
Ponto dos Volantes	71,9	20,6	2,7
Santa Bárbara do Leste	73,0	18,6	2,2
Santa Rita de Minas	72,5	19,5	2,3
Santo Antônio do Aventureiro	75,5	14,6	2,0
São Francisco do Glória	75,0	15,4	1,9
São João do Manhuaçu	75,2	15,1	2,0
Tarumirim	74,7	15,8	2,1
Teófilo Otoni	74,5	16,2	2,1
Ubaporanga	73,3	18,1	1,8

*Crianças com menos de 1 ano, por mil nascidos vivos.

Fonte: PNUD, 2014

✓ Programas na Área de Saúde

Programas Federais

Os Programas Federais na área de Saúde, geridos pelo Ministério da Saúde, possuem ações prioritárias distribuídas em 5 redes:

- Conte com a Gente – ações voltadas à saúde mental;
- Saúde da Mulher;
- Saúde Mais Perto de Você – ações de atenção básica a saúde;
- Saúde Não tem Preço – assistência farmacêutica; e
- Saúde Toda Hora – ações de urgência e emergência.

As ações realizadas, através desses eixos nos municípios da área de estudo, estão apresentadas a seguir:

✓ Saúde Conte com a Gente

Segundo o Ministério da Saúde as ações desse programa são “*voltadas para a consolidação de um modelo de atenção à saúde mental aberto e de base comunitária, ou seja, garante a livre circulação das pessoas com transtornos mentais pelos serviços, comunidade e cidades*”.

Segundo informações do Ministério da Saúde, através da Sala de Apoio a Gestão Estratégica (2013), 1.391 municípios brasileiros possuem algum tipo de CAPS – Centros de Atenção Psicossocial. No estado de Minas Gerais são 162.

Dos municípios analisados temos um total de 11 CAPS: Além Paraíba; Caratinga; Divino; Governador Valadares; Inhapim; Itambacuri; Itaobim; Manhuaçu; Medina; Pedra Azul; Teófilo Otoni;

✓ Saúde Mais Perto de Você

Segundo o Ministério da Saúde (MS), este Programa tem por finalidade “coordenar ações voltadas para o aprimoramento da atenção básica em todo o país, incentivando os gestores locais do SUS a melhorar o padrão de qualidade da Atenção Básica de Saúde”. O Programa se subdivide em 8 Subprogramas: Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Saúde da Família, Unidades Básicas de Saúde (UBS), Núcleo de Apoio ao Saúde da Família (NASF), Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Brasil Sorridente, Vacinas Essenciais no 1º Ano de Vida e Melhor em Casa.



**Foto 23: PSF Sebastião Farmacêutico
Campanário/MG**

As equipes do “Saúde da Família” são compostas basicamente por 1 médico de família, 1 enfermeiro, 1 auxiliar de enfermagem e 5 a 7 agentes comunitários de saúde. Quando a equipe é ampliada, ainda a integram 1 dentista, 1 auxiliar de consultório dentário e 1 técnico em higiene dental. Essas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada, e promovem ações de prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e manutenção da saúde. De acordo com o MS, em todo o país, há 34.715 equipes do Programa, com cobertura de 56,37% da população (dados de 2013). Em Minas Gerais são 4.564 equipes, com cobertura populacional de 72,18%.

Na área de estudo, o município de Governador Valadares possui o maior número de equipes (41), seguido por Muriaé (30). Já os municípios de Santo Antônio do Aventureiro e Mathias Lobato, possuem somente 1 equipe, com cobertura de atendimento de 97,4% e 100%, respectivamente.

A partir dos dados disponibilizados na SAGE (ano de 2013), os resultados dos subprogramas nos municípios estudados estão apresentados na Tabela 22, abaixo.



Foto 24: Unidade Básica de Saúde – Cachoeira do Pajeú/MG

Tabela 22 - Programa “Saúde Mais Perto de Você”, nos Municípios da Área de Estudo (2013)

Município	Agentes Comunitários de Saúde	Saúde da Família Equipes	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	Brasil Sorridente Equipes
Águas Vermelhas	33	4	---	4
Além Paraíba	36	6	1	3
Alpercata	18	3	---	3
Cachoeira de Pajeú	21	3	---	3
Campanário	9	2	---	2
Carai	55	8	---	5
Caratinga	144	24	1	15
Catuji	18	3	---	2
Divino	31	4	---	4
Divisa Alegre	15	3	---	2
Dom Cavati	13	2	---	2
Engenheiro Caldas	22	4	---	2
Fervedouro	27	4	---	3
Frei Inocência	11	2	---	2
Governador Valadares	313	41	1	35
Inhapim	62	10	---	8
Itambacuri	56	7	---	7

Município	Agentes Comunitários de Saúde	Saúde da Família Equipes	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	Brasil Sorridente Equipes
Itanhomi	31	4	---	3
Itaobim	50	7	---	6
Jampruca	12	2	---	2
Laranjal	14	3	---	3
Leopoldina	75	14	1	14
Manhuaçu	165	18	---	3
Mathias Lobato	9	1	---	1
Medina	53	7	---	7
Miradouro	24	4	---	4
Muriaé	160	30	1	30
Orizânia	18	3	---	2
Padre Paraíso	47	7	---	7
Pedra Azul	63	8	---	8
Ponto dos Volantes	29	5	---	4
Santa Bárbara do Leste	16	3	---	1
Santa Rita de Minas	17	3	---	3
Santo Antônio do Aventureiro	8	1	---	1
São Francisco do Glória	12	2	---	2
São João do Manhuaçu	26	4	---	4
Tarumirim	26	6	---	4
Teófilo Otoni	260	26	1	4
Ubaporanga	31	5	---	3

Fonte: SAGE

Observa-se que são poucos os CEOs na área de estudo: somente 6. Em todos os municípios há agentes comunitários de saúde e equipes de saúde da família. Os CEOs são estabelecimentos classificados como clínica especializada ou ambulatório de especialidade, segundo o MS. Eles estão preparados para atendimento à população com os seguintes serviços: diagnóstico bucal (com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca); periodontia especializada; cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros; endodontia e; atendimento a portadores de necessidades especiais. As equipes do Programa Brasil Sorridente, do qual os CEOs fazem parte, são compostas, no mínimo por um cirurgião dentista e um auxiliar/técnico em saúde bucal. Os maiores números de equipes se encontram também nos municípios de Governador Valadares (35) e Muriaé (30).



Foto 25: CEO Leopoldina/MG.

Em relação aos Agentes Comunitários de Saúde, Governador Valadares possui o maior número, com 313 agentes, seguido por Teófilo Otoni (260). Por outro lado, Santo Antônio do Aventureiro possui somente 8 agentes: esses agentes conseguem cobrir 100% da população.

✓ Saúde Não Tem Preço

Nesta rede o Ministério da Saúde coordena ações voltadas para garantir a distribuição de medicamentos gratuitos para o tratamento da hipertensão e diabetes através de dois Programas: “Aqui tem Farmácia Popular” e “Farmácias Populares do Brasil”. Em todo o Brasil, no ano de 2013, haviam 29.559 farmácias conveniadas ao primeiro Programa e 546 implantadas no segundo. No estado de Minas Gerais eram 5.077 e 49, respectivamente.

O Programa “Aqui Tem Farmácia Popular”, possui 385 farmácias conveniadas nos municípios analisados, conforme apresentado na Tabela 23:



Foto 26: Anúncio da Prefeitura de Teófilo Otoni/MG sobre Mudança de Endereço da Farmácia Popular do Brasil

Tabela 23 - Municípios e Quantidade de Farmácias Conveniadas – Programa “Aqui tem Farmácia Popular” (2013).

Município	Nº de Farmácias Conveniadas		Município	Nº de Farmácias Conveniadas
Águas Vermelhas	1		Além Paraíba	13
Alpercata	2		Cachoeira de Pajeú	0
Campanário	1		Carai	1
Caratinga	24		Catuji	2
Divino	5		Divisa Alegre	0
Dom Cavati	2		Engenheiro Caldas	4
Fervedouro	5		Frei Inocência	3
Governador Valadares	85		Inhapim	9
Itambacuri	6		Itanhomi	6
Itaobim	10		Jampruca	0
Laranjal	3		Leopoldina	29
Manhuaçu	36		Mathias Lobato	1
Medina	6		Miradouro	2
Muriaé	46		Orizânia	2
Padre Paraíso	4		Pedra Azul	5
Ponto dos Volantes	2		Santa Bárbara do Leste	4
Santa Rita de Minas	3		Santo Antônio do Aventureiro	0
São Francisco do Glória	1		São João do Manhuaçu	6
Tarumirim	4		Teófilo Otoni	45
Ubaporanga	7			

Fonte: SAGE.

O Programa “Farmácia Popular do Brasil” possui um total de 6 farmácias (ano 2013), localizadas nos seguintes municípios analisados: Caratinga; Governador Valadares; Leopoldina; Manhuaçu; Muriaé; e Teófilo Otoni.

✓ Saúde Toda Hora – Atenção às Urgências

Fazem parte dessa Rede dois Programas: “Saúde Toda Hora” e “Unidades de Pronto Atendimento – UPAs”. O SAMU - Serviço Móvel de Urgência e Emergência (192) é uma parceria do Governo Federal com os Governos Estaduais ou Municipais: o governo federal entra com uma contrapartida mensal a municípios e Estados com projetos aprovados de SAMU, bancando 50% do custeio mensal desses serviços. No caso dos municípios de pequeno porte populacional ou que não possuam estrutura para implantar uma Central de Regulação Médica, estes poderão desenvolver projetos de regionalização em parceria com municípios que já possuam SAMU instalados.



Foto 27: SAMU – Microrregião de Saúde Nordeste Jequitinhonha Itaobim/MG

Segundo dados do SAGE (2013), os municípios que possuem unidades móveis de pronto atendimento, divididos por SAMU Regionais, são:

SAMU Governador Valadares	SAMU Macrorregião Nordeste e Jequitinhonha
<p>Governador Valadares:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 3 ambulâncias básicas - 1 ambulância avançada 	<ul style="list-style-type: none"> Itambacuri – 1 ambulância básica Itaobim – 1 ambulância básica Padre Paraíso – 1 ambulância básica Pedra Azul - 1 ambulância básica Ponto dos Volantes - 1 ambulância básica Teófilo Otoni - 1 ambulâncias básicas e 2 ambulâncias avançadas

Quadro 7: Dados SAMU
Fonte: SAGE.



Foto 28: SAMU – Base Descentralizada em Laranjal/MG.

✓ Unidades de Pronto Atendimento - UPAs

A Política Nacional de Urgência e Emergência, lançada em 2003, lançou as Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24 horas). Elas funcionam como unidades intermediárias entre as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e os hospitais, ajudando dessa forma a desafogar os prontos-socorros. Essas unidades atendem casos que exijam atenção médica intermediária (problemas de pressão, febre alta, fraturas, cortes e infartos), evitando que esses pacientes sejam encaminhados aos prontos-socorros dos hospitais.

UPAs e o SAMU (Serviço Móvel de Emergência) trabalham de forma integrada: essa integração qualifica os atendimentos já que, ao prestar o primeiro socorro, as equipes do SAMU identificam a real necessidade do paciente e o encaminham se necessário, para o serviço de saúde mais adequado. As UPAs funcionam sete dias por semana, 24 horas por dia. Sua estrutura conta com equipamentos de raios-X, eletrocardiografia, laboratório de exames e leitos de observação, e soluciona em média 97% dos casos. As UPAs podem ser de três portes diferentes:

- **UPA Porte I:** tem de 5 a 8 leitos de observação. Capacidade de atender até 150 pacientes por dia. População na área de abrangência de 50 mil a 100 mil habitantes.
- **UPA Porte II:** 9 a 12 leitos de observação. Capacidade de atender até 300 pacientes por dia. População na área de abrangência de 100 mil a 200 mil habitantes.
- **UPA Porte III:** 13 a 20 leitos de observação. Capacidade de atender até 450 pacientes por dia. População na área de abrangência de 200 mil a 300 mil habitantes.

Na área de Estudo temos 2 UPAs em funcionamento e nenhuma em execução:

Tabela 24 - Unidades de Pronto Atendimento – UPAs na Área de Estudo (2013)

Município	Em Funcionamento
Manhuaçu	Porte 2
Teófilo Otoni	Porte 3

Fonte: SAGE



Foto 29: UPA de Manhuaçu/MG.

Programas Estaduais

A Secretaria de Estado de Saúde desenvolve vários programas e projetos, alguns em parceria com o Governo Federal, como o Bolsa Família na Saúde. Segundo informações da própria secretaria, os principais programas desenvolvidos no estado são: Farmácia de Minas; Unidades Básicas de Saúde (UBS), Pro-Hosp; Transporte em Saúde; Atendimento às Mulheres, Gestantes e Recém-Nascidos; Combate a Dengue; Rede Mais Vida; Rede Hiperdia Minas; Rede de Urgências e Emergências; entre outros.



Foto 30: Rede Farmácia de Minas – Unidade de Laranjal/MG

Além disso, a Secretaria possui atendimentos diferenciados, tais como: assistência odontológica à pacientes em tratamento oncológico; atendimento a pacientes com hemoglobinopatias; reabilitação de mulheres com câncer de mama; fornecimento de aparelhos auditivos, órteses e próteses; e atendimento médico em urgências pediátricas.

Programas Municipais

De forma geral, os municípios da área de estudo desenvolvem programas de combate à dengue e a febre Chikungunya, através de ações educativas e eliminação dos focos do mosquito, tais como limpeza de terrenos baldios e quintais, as caixas d'água, proteção com telas, fumacê, entre outros.

Além dos programas federais e estaduais, algumas Prefeituras Municipais desenvolvem ações e programas na área de saúde. Em Além Paraíba, por exemplo, são desenvolvidas o controle de hanseníase e tuberculose.

No município de Miradouro há a parceria com o Governo Federal para o desenvolvimento de programas como a “Academia da Saúde”: trata-se da implantação de espaços físicos dotado de equipamentos, estrutura e profissionais habilitados (os municípios de Itanhomi e Orizânia também estabeleceram a parceria) e a “Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil” (promoção do aleitamento materno e alimentação saudável para crianças menores de dois anos no âmbito do SUS).

Em Itanhomi também o governo municipal fechou parceria com o governo federal e desenvolvem os programas PSE – Programa Saúde na Escola; Rede Cegonha (assistência à gestante desde o início da gestação até o puerpério); e SISCOLO e SISMAMA (diagnóstico precoce e tratamento do câncer de colo uterino e de mama).

d. Segurança Pública

No final de 2013, foi divulgado o Relatório Brasileiro de Segurança Pública e ele revela que a desconfiança do brasileiro na polícia aumentou: 70% dos entrevistados desconfiam das abordagens policiais. O relatório mostra ainda que pelo menos 5 brasileiros morrem por dia assassinados pela polícia e que policiais em folga morrem três vezes mais do que em serviço.

Os dados levantados apontam que, principalmente por falta de preparo da força policial, os policiais brasileiros mataram no ano de 2012, 1.890 pessoas, o que representa 5 mortes por dia, em média.

Os gastos com segurança pública aumentaram significativamente em 2011 (16%), mas isso não significa que tenham sido feitos grandes investimentos no setor, pois, 40% dos gastos são com os aposentados das forças policiais. Esses fatores minam a confiança do cidadão com os agentes de segurança pública. Outra pesquisa, realizada pela Fundação Getúlio Vargas, mostra que - em 2011, 61% dos brasileiros não confiavam na polícia. O número aumentou, em 2012, para 70%.

Outra característica apontada por especialistas do setor de segurança pública mostra que a violência está aumentando gradativamente nas cidades do interior e entre a população mais jovem: o país ocupava, em 2007, o sexto lugar no *ranking* mundial de assassinatos de pessoas com idades entre 15 e 24 anos, segundo os dados mais recentes da OMS. No mesmo ano,

apenas 18,6% da população brasileira era considerada jovem, mas essa faixa etária concentrou 36,6% dos homicídios. Ao todo, foram mortos 172.300 jovens, no período 1997-2007.

Apesar das capitais ainda oferecerem maior risco, há uma interiorização dos assassinatos. Investimentos nas polícias, em tecnologia e na construção de prisões, fizeram com que a taxa de assassinatos nas capitais tenha caído de 45,7 para 36,6 a cada 100.000 habitantes, entre 1997 e 2007. Já as ocorrências, em municípios do interior, subiram de 13,5 para 18,5, a cada 100.000, no mesmo período.

✓ **Segurança Pública em Minas Gerais**

O estado de Minas Gerais adotou o modelo de integração dos órgãos de segurança pública como um eixo estruturador da Política Estadual de Segurança Pública. Segundo a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), a execução desse projeto constitui meta prioritária para a redução dos índices de criminalidade no estado.

O Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS) é um sistema modular, integrado, que reúne os seguintes órgãos da segurança pública em Minas Gerais: a Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI), da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS); a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG); e o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG).

Trata-se de um sistema que permite a gestão das informações de defesa social, relacionada às ocorrências policiais e de bombeiros, a investigação policial ao processo judicial e a execução penal, respeitadas às atribuições legais e autonomias administrativas dos órgãos que o compõem.

O SIDS se constitui como uma importante ferramenta para direcionar a política de integração das organizações de defesa social mineira, com a informatização das bases de dados e fornecimento de instrumentos para suporte de decisão. Informatizando processos, o sistema é capaz de agilizar rotinas e acelerar a coleta, disseminação e localização de informações, trazendo para o cotidiano dos trabalhos, novos instrumentos tecnológicos e a possibilidade do estabelecimento de metas conjuntas para a redução dos índices de criminalidade em Minas (SILVA, 1997).

Na estrutura do SIDS, foi concebido o CIAD - Centro Integrado de Atendimento. O CIAD é uma central única de atendimento de chamadas de emergências policiais (civil e militar) e de bombeiros, coordenando e gerenciando as ações operacionais. Foi criado ainda o CINDS-Centro Integrado de Informações de Defesa Social, com o fim de analisar os crimes e sinistros (qualitativa e quantitativa) de todo o ciclo de informações produzidas pelos módulos do SIDS, desde o registro do fato, até a execução da pena ou solução do sinistro (SILVA, 1997).

Inserido no Projeto de Integração IGESP, há o projeto das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), que consiste na divisão e mapeamento do território do estado, em áreas geográficas

comuns de responsabilidade da Polícia Militar e da Polícia Civil de Minas Gerais, visando à gestão integrada e a atuação conjunta e coordenada dessas instituições. Todo o planejamento e ações policiais são realizados por AISP (Áreas Integradas de Segurança Pública), ACISP (Áreas de Coordenação Integrada de Segurança Pública) e RISP (Regiões Integradas de Segurança Pública). A definição e atribuições de cada uma são explicitadas a seguir:

- **RISPs** - representa o nível mais abrangente do Projeto Áreas Integradas. Nas RISPs há correspondência entre um Comando Regional da Polícia Militar com um Departamento de Polícia Civil.
- **ACISPs** - compatibilizam um Batalhão da Polícia Militar e uma Delegacia Regional da Polícia Civil. Elas se subdividem em AISP que, sempre que possível, respeitam eventuais divisões administrativas dos municípios.
- ✓ **AISPs** - são formadas pela correspondência de uma Companhia de Polícia Militar com uma Delegacia de Polícia Civil. A gestão integrada por meio de uma AISP parte do pressuposto de que um problema local precisa de uma gestão local para ser mais bem solucionado, pois considera as especificidades socioeconômicas e culturais de cada área. Dessa forma, o foco da AISP é a comunidade: as ações policiais possuem cunho participativo.



Figura 7 - Modelo de Integração e Gestão de Segurança Pública
Fonte: IGESP/MG.

Atualmente o estado está completamente formatado nessa gestão, apresentando 18 RISPs, 71 ACISPs e 429 AISP. As RISPs têm sede nos seguintes municípios:

Tabela 25 - Regiões Integradas de Segurança Pública e Suas Sedes – Minas Gerais/MG.

RISP (Denominação)	Município Sede
1ª	Belo Horizonte
2ª	Contagem
3ª	Vespasiano
4ª	Juiz de Fora
5ª	Uberaba
6ª	Lavras

RISP (Denominação)	Município Sede
7ª	Divinópolis
8ª	Governador Valadares
9ª	Uberlândia
10ª	Patos de Minas
11ª	Montes Claros
12ª	Ipatinga
13ª	Barbacena
14ª	Curvelo
15ª	Teófilo Otoni
16ª	Unaí
17ª	Pouso Alegre
18ª	Poços de Caldas

Fonte: Sistema Integrado de Defesa Social/MG (2013).

✓ Polícia Militar

Cabe a Polícia Militar, segundo a legislação vigente, o policiamento ostensivo de prevenção criminal, de segurança, de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais e as atividades relacionadas com a preservação e restauração da ordem pública, além de garantir o poder de polícia dos órgãos e entidades públicas.

Além do policiamento regular, através de viaturas, a PM/MG possui policiamento aéreo (que também efetua resgates e buscas), policiamento de bicicletas, policiamento com cães e policiamento de eventos.

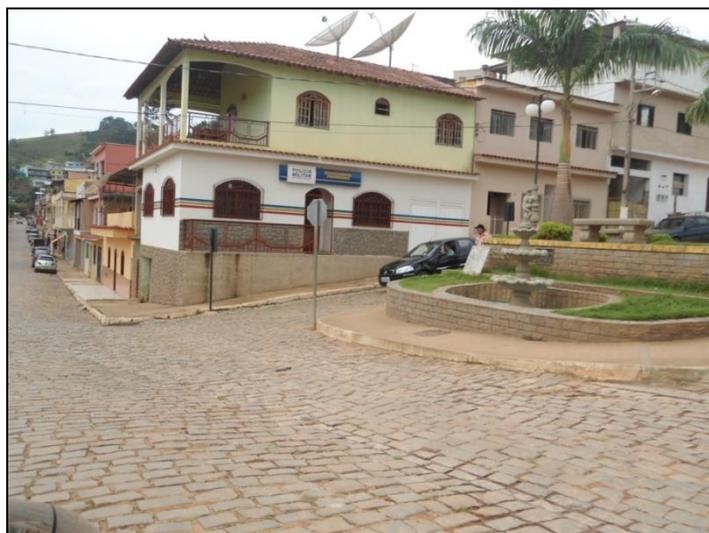


Foto 31: Delegacia de Polícia Militar – Fervedouro/MG.

As unidades da PM/MG estão distribuídas da seguinte forma:

- ✓ Unidades da PM em Belo Horizonte: A responsabilidade pela capital mineira é a 1ª Região da Polícia Militar (RPM), também denominada de Comando de Policiamento da Capital (CPC). É composto por 9 Batalhões de área (1º, 5º, 13º, 16º, 22º, 34º, 41º, 49º e Batalhão de Polícia de Trânsito). Há também o Comando de Policiamento Especializado (CPE), composto de oito unidades sendo: Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes, Batalhão de Polícia de Eventos, Batalhão de Polícia de Guardas, Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas - ROTAM, Batalhão de Radiopatrulhamento Aéreo, GATE - Batalhão de Missões Especiais, Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente e Batalhão de Polícia Rodoviária;
- ✓ Unidades da PM – Região Metropolitana (RMBH): encontra-se a 2ª RPM, sediada na cidade de Contagem e a 3ª RPM sediada em Vespasiano. Estas abrangem os municípios de Contagem (18º BPM e 39º BPM), Betim (33ºBPM), Ribeirão das Neves (40º BPM), Ibirité (48º BPM), Igarapé (7ª Cia Ind PM), Nova Lima (1ª Cia PM Ind PM), Sabará (15ª Cia Ind PM), Santa Luzia (35º BPM), Vespasiano (36º BPM) e Ouro Preto (52º BPM);
- ✓ Unidades da PM – Interior do estado: está articulado em 15 Regiões, compostas de Batalhões e Companhias Independentes. Cada Região dispõe também de uma Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito, voltadas para atuações específicas nestas atividades. Para a criação e instalação dessas Unidades ou Frações de Polícia Militar (Fr PM), considera-se, dentre outros fatores, os índices de criminalidade e de violência.



Foto 32: Delegacia da Polícia Militar – Itambacuri/MG

Nos municípios da área de estudo temos as seguintes unidades policiais:

Tabela 26: Unidades Policiais da Área de Estudo.

RISP	Município	Unidade
15 ^a	Águas Vermelhas	4 GP/3 PEL PM/26 CIA PM IND
	Itaobim	26 CIA PM IND/15 RPM
	Cachoeira de Pajeú	2 GP/3 PEL PM/26 CIA PM IND
	Campanário	4 GP/2 PEL PM/155 CIA PM/19 BPM
	Teófilo Otoni	19 BATALHÃO DE POLICIA MILITAR/15 RPM
	Carai	2 GP/4 PEL PM/155 CIA PM/19 BPM
	Catuji	3 GP/4 PEL PM/155 CIA PM/19 BPM
	Divisa Alegre	3 GP/3 PEL PM/26 CIA PM IND
	Itambacuri	2 PEL PM/155 CIA PM/19 BPM
	Jampruca	5 GP/2 PEL PM/155 CIA PM/19 BPM
	Medina	2 2EL PM/26 CIA PM IND
	Padre Paraíso	4 PEL PM/26 CIA PM IND
	Pedra Azul	3 PEL PM/26 CIA PM IND
	Teófilo Otoni	19 BATALHÃO DE POLICIA MILITAR/15 RPM 55 COMPANHIA PM/19 BPM 47 COMPANHIA PM/19 BPM 232 CIA PM/19 BPM 42 COMPANHIA PM/19 BPM 15 CIA PM IND MAT/15 RPM
Ponto dos Volantes	2 GP/1 PEL PM/26 CIA PM IND	
4 ^a	Leopoldina	CIA PM IND/4 RPM
	Além Paraíba	52 CIA PM/6 CIA PM IND
	Divino	3 PEL PM/75 CIA PM/47 BPM
	Muriae	47 BATALHÃO DE POLICIA MILITAR/1 R
	Fervedouro	3 GP/2 PEL PM/75 CIA PM/47 BPM
	Laranjal	2 GP/1 PEL PM/76 CIA PM/47 BPM
	Leopoldina	6 CIA PM IND/4 RPM
	Miradouro	4 PEL PM/76 CIA PM/47 BPM
	Muriae	76 CIA PM/47 BPM 47 BATALHÃO DE POLICIA MILITAR/1 R
	Orizânia	2 GP/3 PEL PM/75 CIA PM ESP/47 BPM
	São Francisco do Glória	4 GP/2 PEL PM/75 CIA PM/47 BPM
8 ^a	Governador Valadares	43 ^o BATALHÃO DE POLICIA MILITAR/8 R
	Alpercata	2 GP/3 PEL PM/153 CIA PM/43 BPM
	Engenheiro Caldas	2 PEL PM/45 CIA PM/43 BPM
	Frei Inocência	4 PEL PM/160 CIA PM/43 BPM
	Itanhomi	3 PEL PM/45 CIA PM/43 BPM

RISP	Município	Unidade
	Mathias Lobato	3 GP/4 PEL PM/160 CIA PM/43 BPM
	Tarumirim	45 COMPANHIA PM/ 43 BPM
12ª	Caratinga	22 CIA PM IND/12 RPM
	Dom Cavati	5 GP/6 PEL PM/22 CIA PM IND
	Inhapim	6 PEL PM/22 CIA PM IND
	Santa Bárbara do Leste	5 GP PM/4 PEL PM/22 CIA PM IND
	São João do Manhuaçu	4 GP/1 PEL PM/272 CIA PM/11 BPM
	Ubaporanga	PEL PM/22 CIA PM IND/12 RPM
11ª	Manhuaçu	272 CIA PM/11 BPM 73 CIA TM/11 BPM COPOM/11 BPM 72 COMPANHIA PM/11 BPM

Fonte: PM-MG

✓ Polícia Civil

Segundo a legislação vigente, a Polícia Civil é o órgão da segurança pública encarregado do exercício de polícia judiciária, ou seja, cabe a ela o cumprimento das determinações emanadas do poder judiciário, bem como a apuração das infrações penais, que não sejam as militares e aquelas não tenham sido cometidas contra interesses da União.

Cabe ainda a atividade investigativa, que consiste na coleta de indícios da infração penal, identificando dessa forma a autoria do fato, e assim fornecendo subsídios para a abertura do processo criminal e a punição dos autores. Cumpre, ainda, o processo de identificação civil e o registro e licenciamento de veículo automotor e habilitação de condutor.



Foto 33: Delegacia da Polícia Civil – Frei Inocência/MG

Segundo informações da Polícia Civil de Minas Gerais, os municípios da área de estudo que possuem delegacias são:

Além Paraíba – 1	Itambacuri – 1	Miradouro – 1
Caratinga – 1	Itanhomi – 1	Muriaé – 1
Divino – 1	Itabim – 1	Padre Paraíso – 1
Engenheiro Caldas – 1	Leopoldina – 2	Pedra Azul – 1
Governador Valadares – 3	Manhuaçu – 2	Tarumirim – 1
Frei Inocência - 1	Medina – 1	Teófilo Otoni – 2
Inhapim – 1		

Quadro 8 – Municípios da Área de Estudo que Possuem Delegacias de Polícia Civil
Fonte: PC/MG (2013).

✓ **Corpo de Bombeiros Militar**

Segundo a legislação, as competências atribuídas ao corpo de bombeiros são: serviços de prevenção contra sinistro, proteção, socorro e salvamentos.

Segundo a Corporação, há 11 Batalhões (sendo 3 em Belo Horizonte, incluindo o de Operações Aéreas), com sedes nas seguintes cidades de Minas Gerais: Belo Horizonte, Contagem, Juiz de Fora, Uberaba, Governador Valadares, Montes Claros, Uberaba e Varginha. Com estes Batalhões existem Companhias e Pelotões a eles subordinados, que atendem às cidades próximas.



Figura 8: Comandos Operacionais de Bombeiros – Minas Gerais
Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais

✓ **Efetivo do Estado**

Segundo os dados disponibilizados no Portal da Transparência de Minas Gerais, em julho de 2014, havia um efetivo de 5.354 bombeiros, 45.456 policiais militares e 10.953 policiais civis, na ativa, conforme descrito na Tabela 27.

Tabela 27 - Número do Efetivo das Unidades no Estado de Minas Gerais (2014).

Minas Gerais	Quantidade
Bombeiro Militar	5.354
Polícia Militar	45.456
Polícia Civil	10.953

Fonte: Portal da Transparência-MG.

✓ Cinturões de Segurança – Minas Gerais

Segundo informações da Polícia Militar de Minas Gerais, o Cinturão de Segurança foi criado para proteger e fortalecer as regiões de divisa do estado e, atualmente, está na sua fase III. O projeto tem a finalidade de *“inibir ações do crime organizado e de quadrilhas especializadas de roubo de cargas, roubo a estabelecimentos bancários, tráfico de drogas e outras modalidades criminosas que atentem contra a segurança pública”*.

Para atender as demandas do Cinturão, a PM-MG teve sua estrutura reforçada com viaturas, coletes, fuzis, pistolas, binóculos e aparelhagem de rádio. Além disso, policiais militares receberam treinamento específico para desenvolver ações nas áreas de divisa. A terceira fase do Cinturão de Segurança passa a contar com uma área de segurança pública especial, envolvendo 402 municípios (na primeira fase foram 135 municípios e na segunda, 150).



Foto 34: Placa do Cinturão de Segurança – Além Paraíba/MG.

Os seguintes municípios da área de estudo estão envolvidos nesse cinturão (200 Km entre as duas fronteiras estaduais com o Rio de Janeiro e Bahia): Divisa Alegre, Águas Vermelhas, Pedra Azul, Cachoeira de Pajeú, Medina, Itaobim, Ponto dos Volantes, Padre Paraíso, Caraí, Orizânia,

Divino, Fervedouro, São Francisco do Glória, Miradouro, Muriaé, Laranjal, Leopoldina, Santo Antônio do Aventureiro e Além Paraíba.

e. Indicadores

✓ Índice de Criminalidade

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais 2012, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os dados sobre violência no Brasil são, historicamente escassos, não integrados e complexos de sistematizar. As bases de dados são estaduais, não unificadas ou integradas; a subnotificação é expressiva; e são poucas as pesquisas domiciliares sobre o assunto.

Em 2009, a PNAD investigou o tema “Vitimização e Justiça”: os dados se referem ao último crime ocorrido no período de um ano anterior à entrevista. O levantamento mostrou que 8,7 milhões de pessoas (5,4% da população residente de 10 anos ou mais de idade), foi vítima de tentativa de roubo e/ou de furto (IBGE, 2012).

As vítimas que efetivamente foram roubadas ou furtadas, neste mesmo período, totalizaram 11,9 milhões, ou seja: 7,3% da população residente de 10 anos ou mais de idade. Em relação à agressão física, 2,5 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade foi vítima, o que representa 1,6% da população do país. Nas Regiões Norte e Nordeste, foram observadas as maiores frequências, 1,9% e 1,8%, respectivamente (IBGE, 2012).

As menores frequências foram registradas nas Regiões Sudeste e Sul, ambas com 1,4%. Na desagregação das agressões por último agressor, segundo o sexo da vítima, observa-se que, em cerca de 70% das agressões sofridas por mulheres, o agressor era uma pessoa conhecida e, em 25,9% dos casos, ou era o cônjuge ou ex-cônjuge (IBGE, 2012).

Com base no Informativo dos Índices de Criminalidade Violenta em Minas Gerais, referente ao ano de 2013, de autoria do Centro Integrado de Informações de Defesa Social, os registros de crimes violentos para o ano de 2012 variaram de 5.612 a 6.775 ocorrências. Para o ano de 2013 os registros de crimes violentos variaram de 6.736 a 8.299 ocorrências. A Figura 9 ilustra os dados dos registros de crimes violentos pelos meses dos anos de 2012 e 2013.

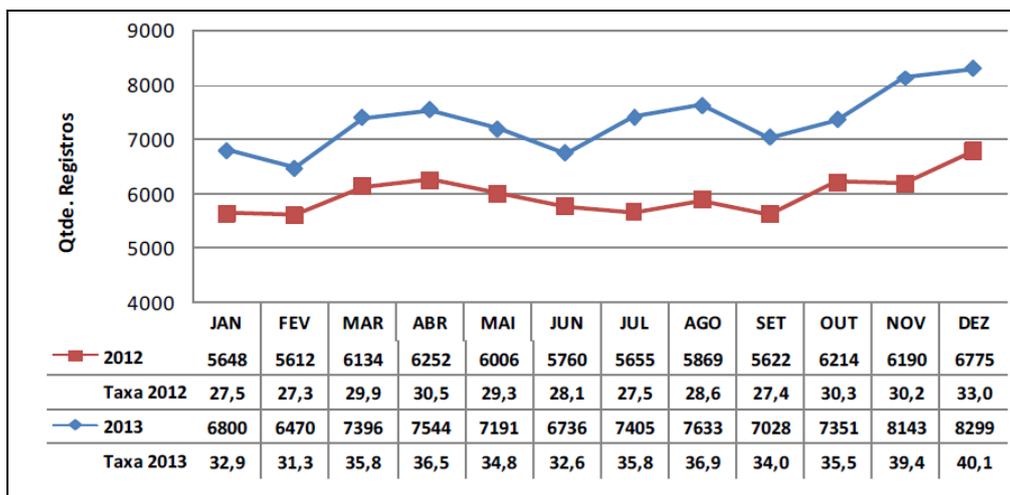


Figura 9 - Evolução Mensal do Quantitativo de Registros de Crimes Violentos (2012/2013) para o Estado de Minas Gerais.

Fonte: Governo MG / SIDS / CINDS / Seção de Estatística Dados: Ambiente Transacional do REDS Extração: Realizada em 01 de janeiro de 2014

Os registros de crimes violentos contra o patrimônio, para o ano de 2012, variaram de 4.635 a 5.585 ocorrências. Para o ano de 2013, os registros variaram de 5.410 a 7.126 ocorrências. A Figura 10 ilustra os dados dos registros de crimes violentos pelos meses dos anos de 2012 e 2013.

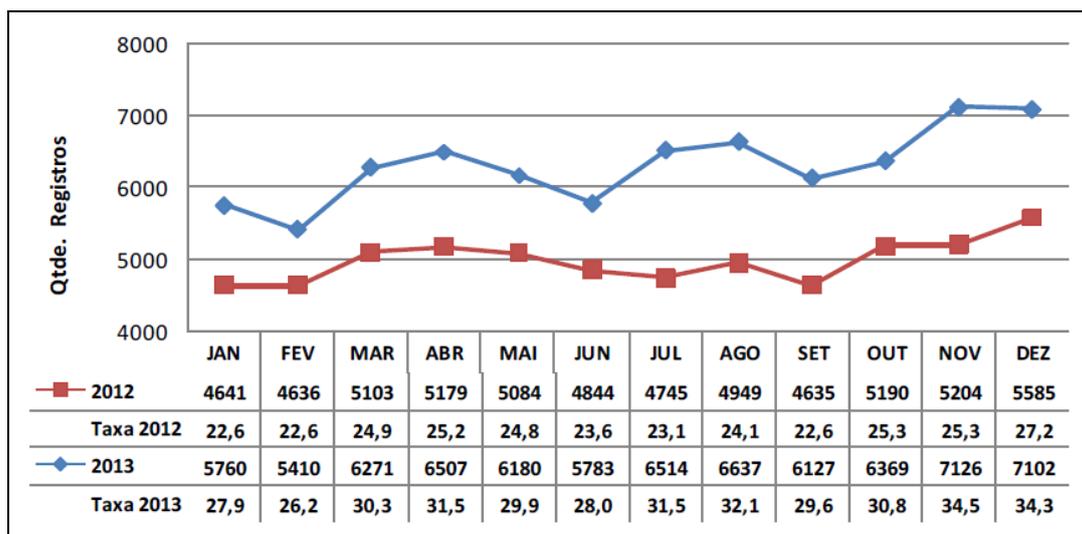


Figura 10 - Evolução Mensal do Quantitativo de Registros de Crimes Violentos Contra o Patrimônio (2012/2013) para o Estado de Minas Gerais.

Fonte: Governo MG / SIDS / CINDS / Seção de Estatística Dados: Ambiente Transacional do REDS Extração: Realizada em 01 de janeiro de 2014

Os registros de homicídios consumados, para o ano de 2012, variaram de 301 a 398 ocorrências. Para o ano de 2013, os registros variaram de 305 a 428 ocorrências. A Figura 11 ilustra os dados dos registros de crimes violentos pelos meses dos anos de 2012 e 2013.

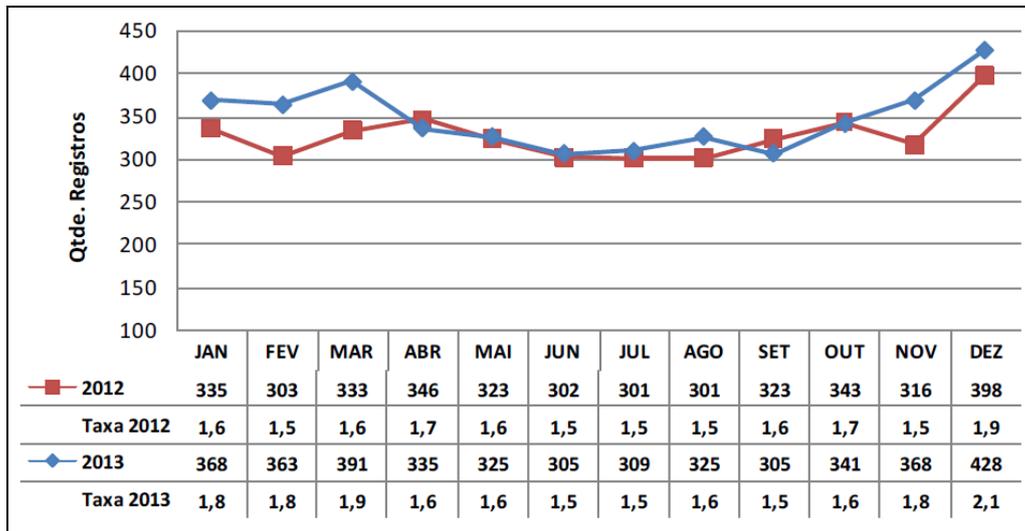


Figura 11 - Evolução Mensal do Quantitativo de registros de Homicídios Consumados (2012/2013) para o estado de Minas Gerais.

Fonte: Governo MG / SIDS / CINDS / Seção de Estatística Dados: Ambiente Transacional do REDS Extração: Realizada em 01 de janeiro de 2014

✓ Índice de Criminalidade dos Municípios da Área de Estudo

Em crescimento contínuo nos últimos anos, a criminalidade violenta em Minas Gerais segue em disparada em 2014: segundo o balanço da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) para o primeiro trimestre do ano, aponta 26.323 ocorrências de homicídios e latrocínios, o que representa um salto de 27,3% em relação aos 20.666 crimes desse tipo registrados de janeiro a março de 2013. No primeiro trimestre de 2014, os crimes que mais aumentaram foram os roubos. Os números da SEDS mostram que os registros de crimes violentos em Minas, atingiram a marca de 87.996 em 2013, com elevação de 73,8% em relação aos 50.625, de 2010.

Atualmente, em nosso país, a violência se dissemina também pelas cidades do interior, pois os grupos criminosos vão procurando novos territórios. Além disso, as pequenas e médias cidades absorveram os problemas antes típicos das grandes metrópoles.

Os dados apresentados foram obtidos por meio do portal “Minas em Números”, que apresenta os principais indicadores e dados do estado e sua evolução nos últimos anos, tendo como últimos dados o ano de 2010. Para entendimento dos dados apresentados, são considerados crimes violentos homicídio tentado e consumado, estupro tentado e consumado, roubos, extorsões mediante sequestro e sequestros e cárceres privados. Roubo e extorsão mediante sequestro são classificados como crimes violentos contra o patrimônio. Nos dados apresentados os homicídios são apresentados separadamente.

✓ RP Rio Doce

Alpercata

Em 2010, foram registrados no município, 4 ocorrências de crimes violentos, 2 de crimes violentos contra o patrimônio e 1 homicídio. Houve um grande aumento das taxas de criminalidade no ano de 2009, com elevada queda em 2010, como pode ser observado na Figura 28: a taxa de crimes violentos, por exemplo, teve uma elevação de 96,3 pontos, no período de 2008-2009, com queda acentuada de 138,1 pontos no período de 2009/2010.



Figura 12 – Taxas de Criminalidade – Alpercata/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Campanário

No município houve uma grande queda nas taxas de criminalidade, no período entre 2008-2010: em 2008 foram registradas 18 ocorrências de crimes violentos, passando em 2010 para 3 ocorrências. Isso representa uma queda de 403,5 pontos na taxa de crimes violentos. No período entre 2007-2010, somente 1 ocorrência de homicídio foi registrada no município.

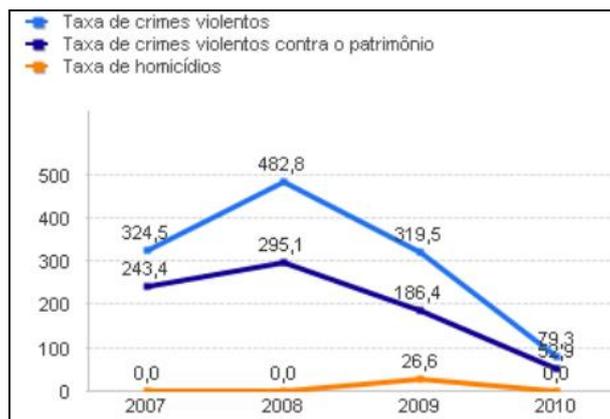


Figura 13 – Taxas de Criminalidade – Campanário/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Caratinga

O município se caracteriza como polo da sua microrregião e, conseqüentemente, com maior população em relação aos municípios anteriormente citados. Todas as taxas de criminalidade do município tiveram uma elevação em 2008, com quedas até 2010. Um exemplo disso são os

crimes violentos contra o patrimônio: em 2008 houve o registro de 149 ocorrências, passando para 126, em 2009 e 107, em 2010.

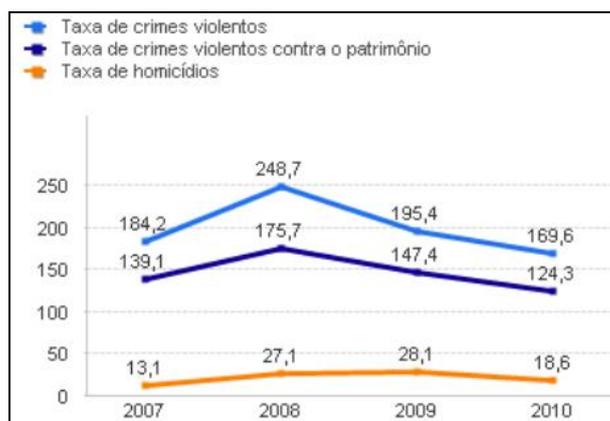


Figura 14 – Taxas de Criminalidade – Caratinga/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Dom Cavati

A taxa de homicídio no município teve uma pequena alta no ano de 2009, voltando ao padrão no ano de 2010: nenhuma ocorrência foi registrada entre 2007-2008, havendo um caso em 2009, e voltando ao padrão em 2010. As taxas de crimes violentos e violentos contra o patrimônio apresentaram queda desde 2008. Em relação aos crimes violentos contra o patrimônio, por exemplo, a taxa teve uma queda de 69,4 pontos entre 2008-2010 (6 ocorrências registradas em 2008 passado para 2 no ano de 2010).

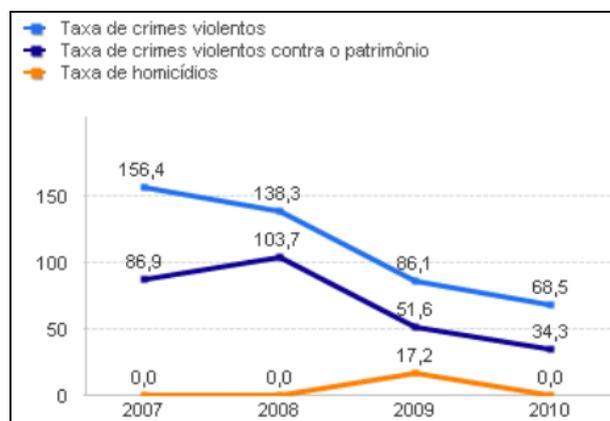


Figura 15 – Taxas de Criminalidade – Dom Cavati/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Engenheiro Caldas

Todas as taxas de criminalidade no município caíram drasticamente desde o ano de 2007, apresentando, entretanto, um pequeno aumento de homicídios entre o período 2009/2010. A taxa de crimes violentos, por exemplo, passou de 338,7 em 2007 para 36,2 em 2010: em números foram registradas 36 ocorrências em 2007, 17 em 2009 e somente 4, em 2010.

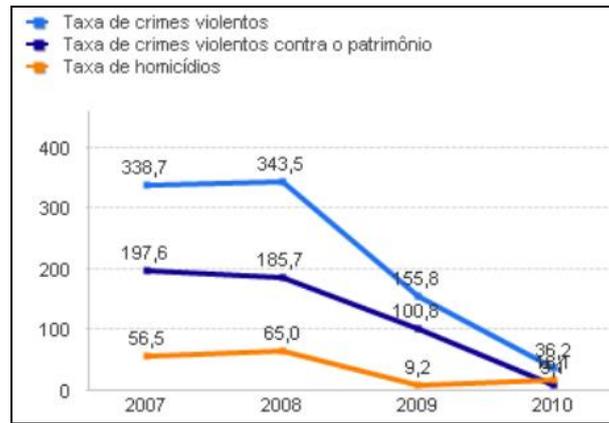


Figura 16 – Taxas de Criminalidade – Engenheiro Caldas/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Frei Inocência

A taxa de homicídios teve uma alta no ano de 2009 (foram 6 ocorrências registradas) caindo no ano seguinte (3 ocorrências registradas). Os crimes violentos contra o patrimônio se mantiveram quase no mesmo patamar e os crimes violentos apresentaram uma alta da taxa em 2008 (335,3), com decréscimo no ano de 2009, mantendo quase a mesma taxa em 2010: em 2008 foram registradas 31 ocorrências e em 2010, 19 ocorrências.

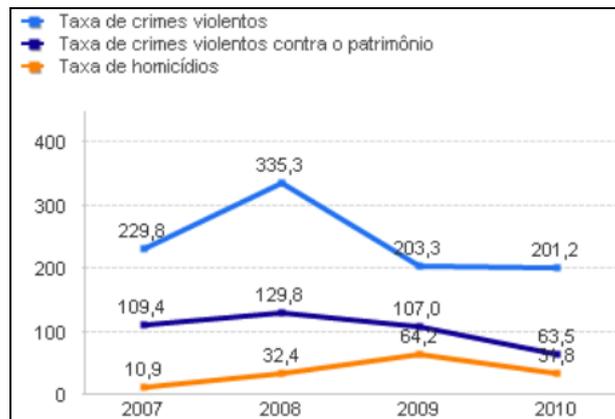


Figura 17 – Taxas de Criminalidade – Frei Inocência/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Governador Valadares

O município localiza-se na mesorregião do Vale do Rio Doce, sendo o polo da microrregião que leva seu nome. Apresenta, dessa forma, uma população maior que os municípios analisados anteriormente, até por receber grande afluxo populacional dos municípios vizinhos. A taxa de homicídios no município permaneceu praticamente estável no período 2007-2010 (média de 36,37).

As taxas de crimes violentos e de crimes violentos contra o patrimônio se mantiveram em queda desde 2007 (de 719,1 para 423,1 e de 593,2 para 319,1, respectivamente). Para exemplificar,

foram registradas 1.874 ocorrências de crimes violentos em 2007, caindo para 1.119 ocorrências em 2010.

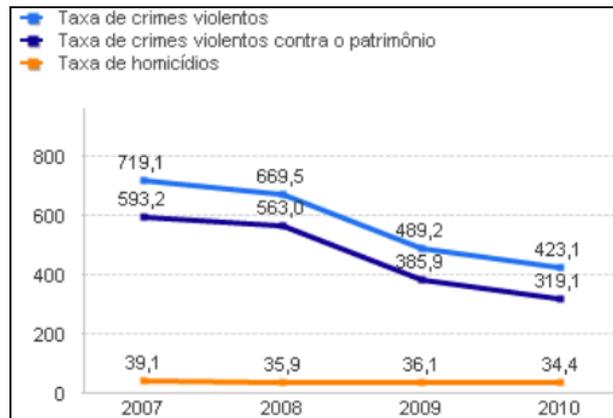


Figura 18 – Taxas de Criminalidade – Governador Valadares/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Inhapim

As taxas de criminalidade em Inhapim apresentam um histórico de queda e elevação no período 2007/2010. Um exemplo é a taxa de crimes violentos contra o patrimônio, que apresentou alta no período entre 2007-2008 e 2009/2010, e pequena queda no período 2008/2009. Os homicídios apresentaram queda significativa entre 2009-2010: a taxa passou de 12,0 para 4,0.

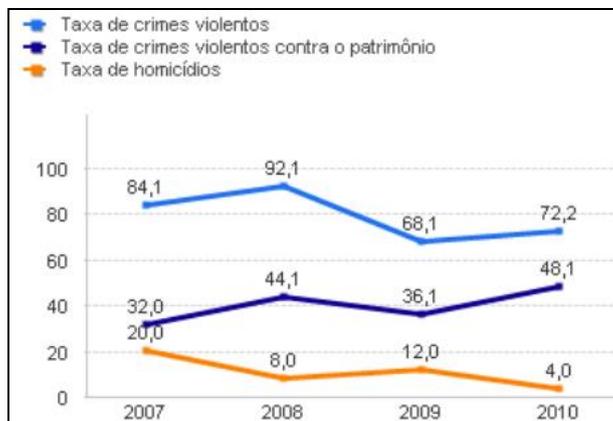


Figura 19 – Taxas de Criminalidade – Inhapim/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Itambacuri

Todas as taxas apresentaram significativa queda no município entre 2007-2010. A taxa de crimes violentos, por exemplo, passou de 327,9 em 2007 para 93,9 em 2010. Em números de ocorrências, em 2007 foram registradas 88 ocorrências e em 2010, 22 ocorrências, representando uma queda de 75%. As ocorrências de homicídios caíram de 14 em 2007, para apenas 3, no ano de 2010.

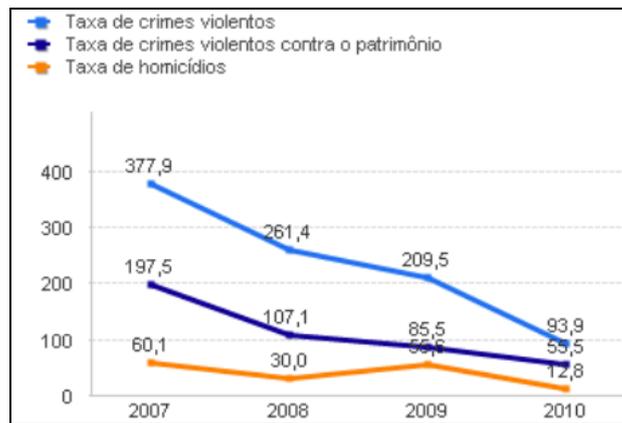


Figura 20 – Taxas de Criminalidade – Itambacuri/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Itanhomi

A taxa de crimes violentos no município teve grande queda no período 2007-2009, voltando a subir no período 2009-2010: passou de 56,6 para 80,5, representando um aumento de 23,9 pontos. Em 2010, foram registradas 10 ocorrências desse tipo de crimes. O número de homicídios no município, desde 2007, sempre permaneceu baixo, apresentando um aumento em 2009, onde foram registradas 2 ocorrências. No ano de 2010 não houve registro de homicídios no município.

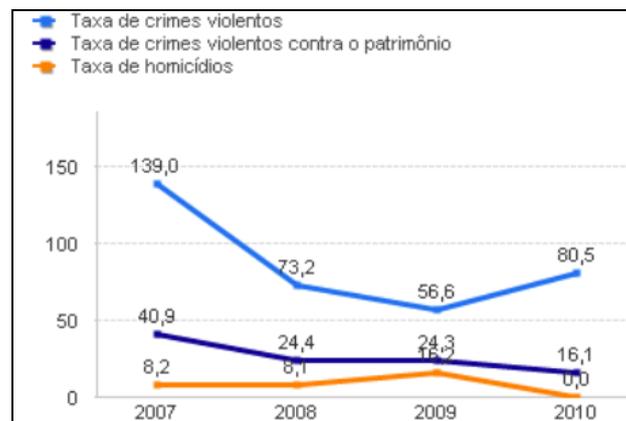


Figura 21 – Taxas de Criminalidade – Itanhomi/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Jampruca

As taxas de homicídio do município permaneceram baixas no período 2007-2010, havendo somente 2 casos registrados: um em 2008 e outro em 2009. As demais taxas analisadas também são baixas, com queda no período entre 2007-2009 e leve aumento no período entre 2009/2010. Para exemplificar, o seguinte número de ocorrências de crimes violentos foi registrado no município: 7 em 2007; 5 em 2008; 1 em 2009 e; 2 em 2010.

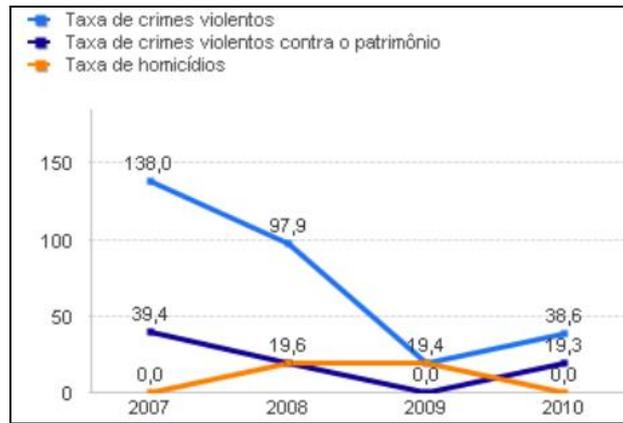


Figura 22 – Taxas de Criminalidade – Jampruca/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Mathias Lobato

Observa-se em Mathias Lobato a queda nos índices de criminalidade no período 2009/2010: em 2010 não foram registradas ocorrências de crimes violentos, crimes violentos contra o patrimônio e homicídios no município.



Figura 23 – Taxas de Criminalidade – Mathias Lobato/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Santa Bárbara do Leste

Em Santa Bárbara do Leste houve um grande aumento nas taxas de crimes violentos e crimes violentos contra o patrimônio no período 2009/2010. Em 2009, por exemplo, foram registradas 6 ocorrências de crimes violentos, aumentando para 21 casos em 2010. Os homicídios, dos quais não havia registro nos anos de 2008 e 2009, em 2010 registrou 2 casos.

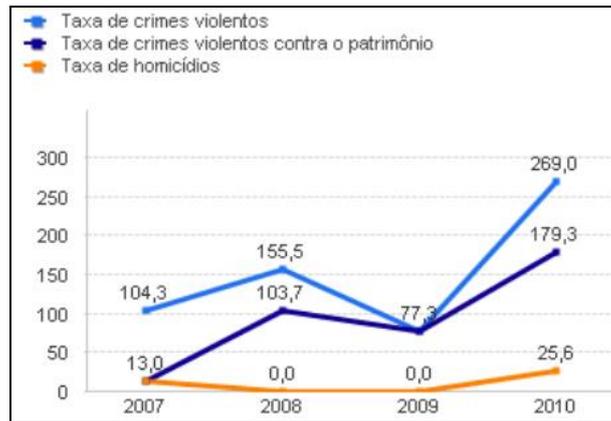


Figura 24 – Taxas de Criminalidade – Santa Bárbara do Leste/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Santa Rita de Minas

Em Santa Rita de Minas, as taxas de crimes violentos tiveram grande queda no período entre 2007/2010: de 9 ocorrências em 2007, caiu para 3, em 2010. Já os crimes violentos contra o patrimônio tiveram uma oscilação no mesmo período, com quedas e altas, mas em 2010 não foram registradas ocorrências desse tipo de crime. Em relação aos homicídios, houve um aumento nas ocorrências (2 ocorrências registradas em 2010).



Figura 25 – Taxas de Criminalidade – Santa Rita de Minas/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Tarumirim

No município de Tarumirim observa-se grande queda nas taxas de criminalidade. Observa-se, por exemplo, que os crimes violentos tiveram uma redução de 96 pontos em suas taxas: em 2007 foram registradas 20 ocorrências, caindo para 6 ocorrências em 2010.

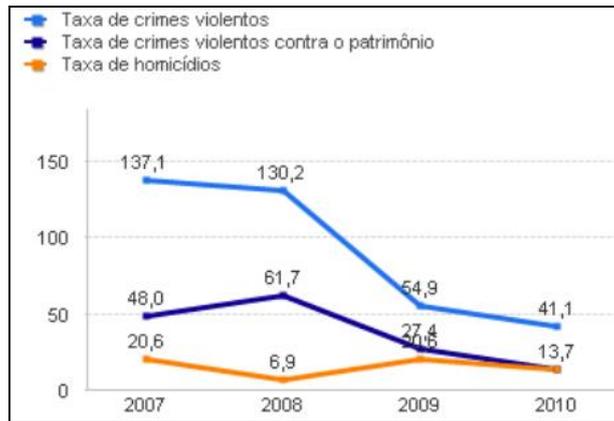


Figura 26 – Taxas de Criminalidade – Tarumirim/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Ubaporanga

Em Ubaporanga observa-se que as taxas de criminalidade apresentaram crescimento no ano de 2010. Os crimes violentos até apresentaram uma queda no período entre 2008/2009, mas seguiram com alta no período 2009/2010. Os crimes violentos contra o patrimônio apresentaram crescimento em todo o período analisado. Sobre os homicídios observa-se queda no período 2008/2009: foram registrados 4 ocorrências em 2008, seguindo nos próximos anos com 1 caso registrado.

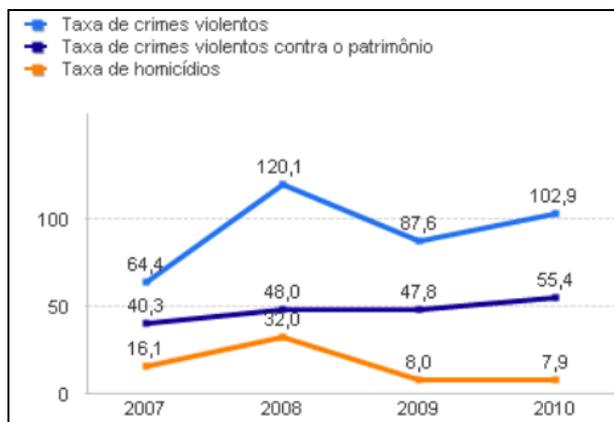


Figura 27 – Taxas de Criminalidade – Ubaporanga/MG
Fonte: Portal Minas em Números

✓ RP da Mata

Além Paraíba

As taxas de crimes violentos e de crimes violentos contra o patrimônio tiveram queda em seus índices no município: passaram de 84,2 e 75,4 para 73,3 e 14,4, respectivamente. Entretanto, a taxa de homicídios teve uma elevação, passando de 2,9 em 2007, para 5,8 em 2010. Nesse mesmo ano foram registrados no município 15 ocorrências de crimes violentos, 5 de crimes violentos contra o patrimônio e 2 de homicídio.



Foto 35: Delegacia de Polícia Militar – Além Paraíba/MG.



Figura 28 – Taxas de Criminalidade – Além Paraíba/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Divino

A taxa de crimes violentos e de crimes violentos se caracteriza por uma elevada queda no período entre 2007-2009, com leve aumento em 2010: em 2007 foram registradas 30 ocorrências, diminuindo para 15 em 2008; 8 em 2009; e 10 em 2010. As ocorrências de crimes violentos contra o patrimônio passaram de 14 em 2007, para somente 1, em 2010. Os homicídios tiveram uma elevação entre 2008-2009: passou de 1 ocorrência em 2009, para 5 em 2010, com elevação de 19,7 pontos em sua taxa percentual.

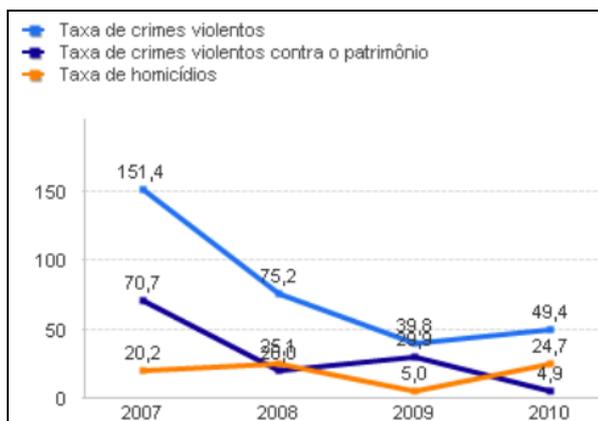


Figura 29 – Taxas de Criminalidade – Divino/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Fervedouro

A taxa de crimes violentos teve uma grande queda no município, passando de 151,5 em 2007, para 73,8 em 2010. Entretanto, pode-se observar abaixo que houve um leve crescimento no período entre 2008-2009. Em contrapartida, os crimes violentos contra o patrimônio tiveram uma alta, principalmente no período 2008-2009, igual a 46,3 pontos: nesse período foram registradas 3 ocorrências, em 2008; e 8, em 2009. Os homicídios, no mesmo período, se mantiveram estáveis no município.

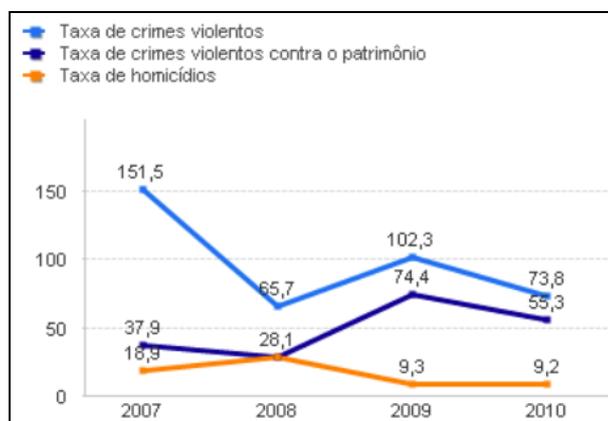


Figura 30 – Taxas de Criminalidade – Fervedouro/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Laranjal

Todas as taxas de criminalidade do município decresceram no período 2007-2010, observando-se, entretanto, um aumento de homicídios, no período entre 2008-2009, voltando a cair nos anos seguintes, chegando a zero. Foi registrada em 2010 somente 1 ocorrência na categoria crimes violentos e 1 na de crimes violentos contra o patrimônio no município.



Figura 31 – Taxas de Criminalidade – Laranjal/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Leopoldina

No município de Leopoldina também se observa a queda das taxas de criminalidade entre o período 2007/2010. A taxa de crimes violentos contra o patrimônio, por exemplo, caiu de 153,8 em 2007, para 63,9 em 2010. Em termo de ocorrências isso significa que, em 2007, foram registradas 79 ocorrências desse tipo de crime, caindo para 33, em 2010. A taxa de homicídio manteve-se praticamente estável em todo o período, com maiores quedas nos anos de 2008 e 2010.

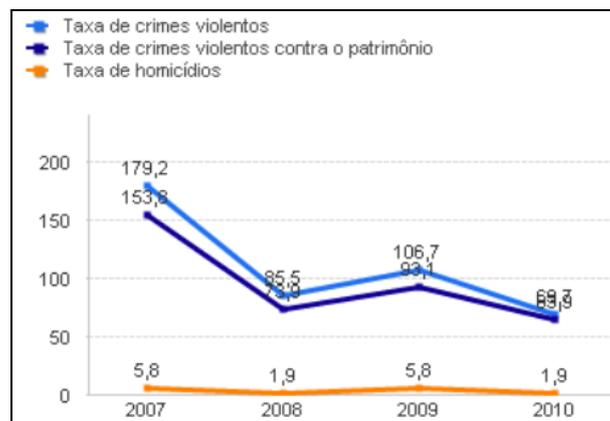


Figura 32 – Taxas de Criminalidade – Leopoldina/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Manhuaçu

Em Manhuaçu, as taxas de criminalidade municipais se mantiveram praticamente estáveis no período analisado, com períodos de queda e alta. Os crimes violentos, por exemplo, apresentaram queda no período entre 2007/2009 e novo aumento no período 2009/2010. Em termos de ocorrências registradas desse tipo de crime, temos o registro de 159 ocorrências em 2007; 149 em 2008; 130 em 2009 e; 147 em 2010.



Figura 33 – Taxas de Criminalidade – Manhuaçu/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Miradouro

Em Miradouro houve uma grande queda dos crimes violentos e crimes violentos contra o patrimônio, no período entre 2007/2008. Após o período as taxas voltaram a crescer (entre 2008/2009) e diminuíram levemente em 2010. As taxas de homicídios no município tiveram uma alta no ano de 2008, voltando a cair, posteriormente, mantendo-se em zero.

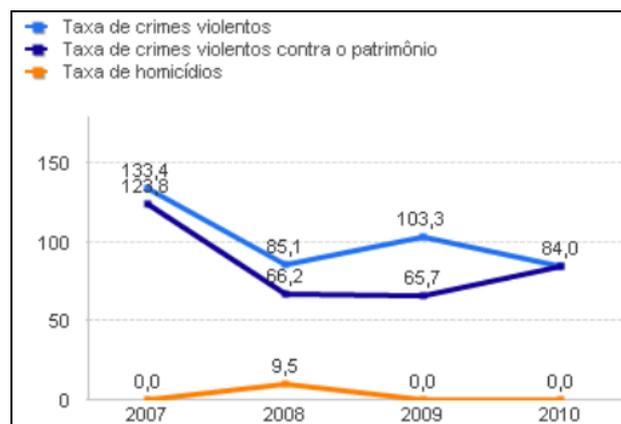


Figura 34 – Taxas de Criminalidade – Miradouro/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Muriaé

As taxas de criminalidade do município apresentaram grande queda durante todo o período analisado. Os crimes violentos, por exemplo, tiveram uma queda de mais de 260 pontos. Em termo de registros de ocorrências, em 2007 foram registradas 449 ocorrências, caindo para 196 em 2010. O número de ocorrências registradas de homicídios no município caiu de 20 em 2007, para 9 em 2010.

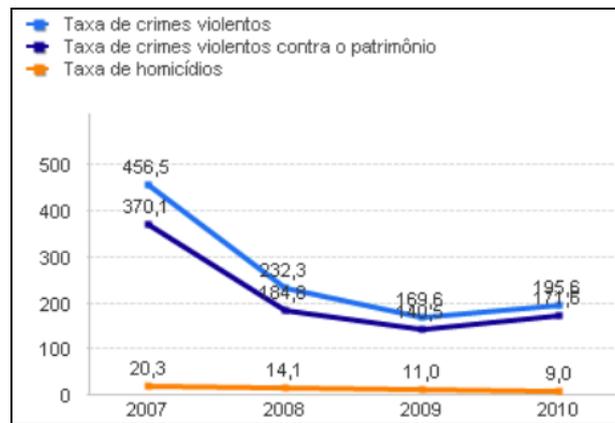


Figura 35 – Taxas de Criminalidade – Muriaé/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Orizânia

No município observa-se um elevado crescimento das taxas de criminalidade no ano de 2008: foram registradas nesse ano, por exemplo, 11 casos de crimes violentos e 11 de crimes violentos contra o patrimônio. Após esse período houve uma queda acentuada em todas as taxas.

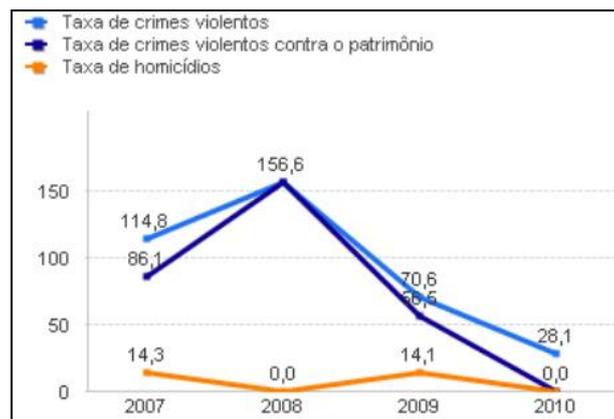


Figura 36 – Taxas de Criminalidade – Orizânia/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Santo Antônio do Aventureiro

Observa-se em Santo Antônio do Aventureiro que a taxa de homicídios no município sempre se manteve estável, sem nenhuma ocorrência. Entretanto, os crimes violentos e crimes violentos contra o patrimônio apresentaram dois períodos de alta: 2007/2008 e 2009/2010. Apesar dessa alta, poucas ocorrências foram registradas: 2 casos de crimes violentos e 2 casos de crimes violentos contra o patrimônio em 2010.



Figura 37 – Taxas de Criminalidade – Santo Antônio do Aventureiro/MG
Fonte: Portal Minas em Números

São Francisco do Glória

A grande queda observada no município foi da taxa de crimes violentos que caiu de 140,4 em 2007, para 17,6 em 2010. Os outros tipos de crimes também apresentaram queda no município, chegando a zero no caso dos homicídios e crimes violentos contra o patrimônio.

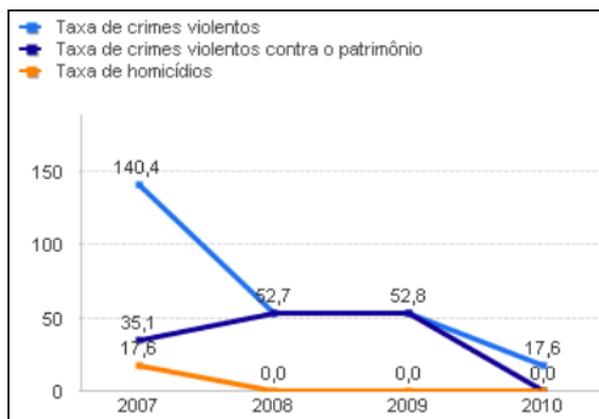


Figura 38 – Taxas de Criminalidade – São Francisco do Glória/MG
Fonte: Portal Minas em Números

São João do Manhuaçu

No município de São João de Manhuaçu observa-se a queda das taxas de crimes violentos e de homicídios, a partir de 2008: tiveram quedas de 31,9 e 41,3 pontos, respectivamente. Os crimes violentos contra o patrimônio teve aumento no período 2007/2009 e queda a partir desse período: as ocorrências registradas passaram de 6, em 2008, para 2 em 2010.

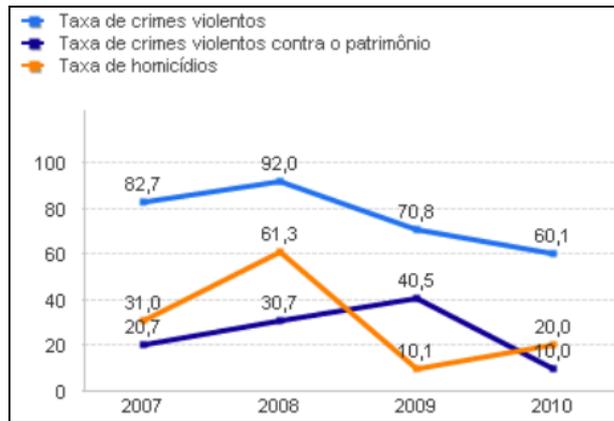


Figura 39 – Taxas de Criminalidade – São João do Manhuaçu/MG
Fonte: Portal Minas em Números

✓ RP Jequitinhonha/Mucuri

Cachoeira do Pajeú

As taxas de crimes no município apresentaram um aumento elevado no período de 2008/2009, com pequena queda no período de 2009-2010, com exceção da taxa de homicídio que registrou uma elevação de 10,2 pontos: em 2008 não houve casos de homicídio no município, sendo registradas 2 ocorrências em 2009 e 3 em 2010. Em 2010, foram registradas 9 ocorrências de crimes violentos contra o patrimônio e 14 de crimes violentos.

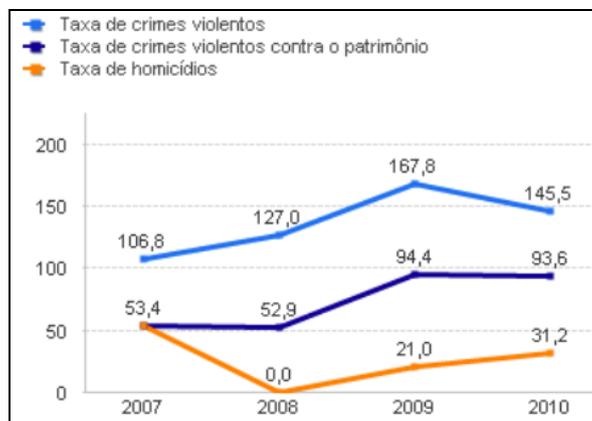


Figura 40 – Taxas de Criminalidade – Cachoeira do Pajeú/MG
Fonte: Portal Minas em Números



Foto 36: Delegacia de Polícia Civil – Cachoeira de Pajeú/MG

Carai

No ano de 2008 houve uma grande elevação da taxa de crimes violentos no município (157,1), com acentuada queda nos anos posteriores. Em 2008, foram registradas 35 ocorrências desse tipo de crime, passando para 17 em 2009 e 15 em 2010. Em contrapartida, houve a elevação na taxa de homicídios: em 2009 foram registradas 3 ocorrências e no ano seguinte, 5.

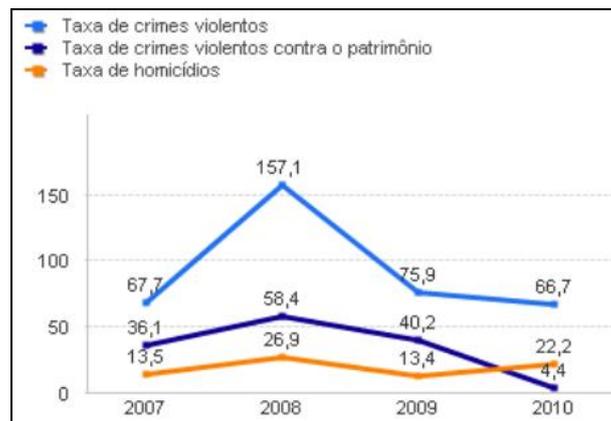


Figura 41 – Taxas de Criminalidade – Carai/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Catuji

O município se caracteriza pela elevada queda das taxas de criminalidade, principalmente de crimes violentos e homicídios: as taxas diminuíram 162,6 e 29,6 pontos no ano de 2010. Um exemplo dessa queda é o número de ocorrências registradas de homicídios: em 2009 foram registradas 6 ocorrências, passando para 1 no ano de 2010.

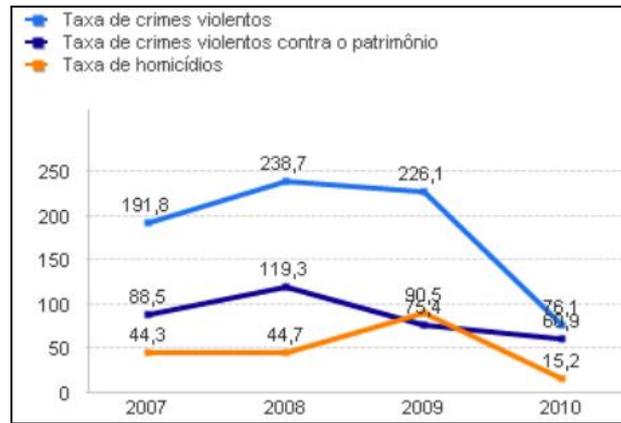


Figura 42 – Taxas de Criminalidade – Catuji/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Itaobim

As taxas de crimes violentos e crimes violentos contra o patrimônio no município apresentaram significativa queda no período 2007-2010: passaram de 560,5 para 300,5 e de 287,2 para 134,1, respectivamente. Para exemplificar, em termos de número de ocorrências registradas de crimes violentos contra o patrimônio, em 2007 foram registradas 62 ocorrências e em 2010, 29 ocorrências. A taxa de homicídios se apresentou estável no mesmo período, com um pequeno aumento e, posteriormente, um decréscimo em 2008. No ano de 2010 foram registradas 11 ocorrências de homicídios no município.



Figura 43 – Taxas de Criminalidade – Itaobim/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Medina

As taxas de crimes violentos e crimes violentos contra o patrimônio tiveram elevada queda no período entre 2007/2008 no município: queda de 192,40 e 136,2 pontos, respectivamente. Após esse período houve um pequeno aumento em 2009, voltando a cair em 2010. Em relação aos homicídios, houve uma estabilização das taxas no período 2008/2009 e aumento em 2010: as ocorrências passaram de 4 em 2009, para 8 em 2010.

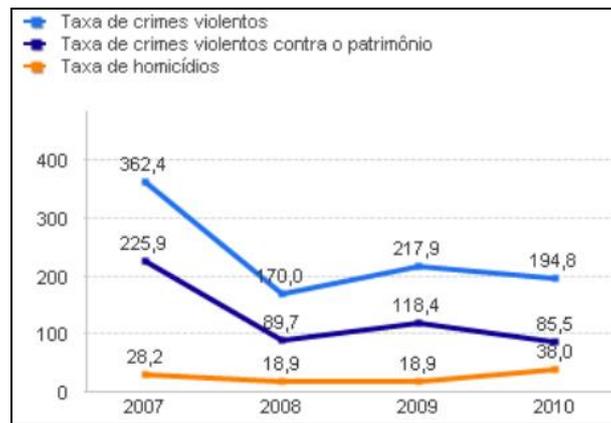


Figura 44 – Taxas de Criminalidade – Medina/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Padre Paraíso

Todas as taxas de criminalidade no município apresentaram queda no período entre 2008/2010: a mais significativa foi de crimes violentos, com queda de, aproximadamente, 130 pontos. Em 2007 foram registradas 51 ocorrências desse crime e, em 2010, o número de ocorrências caiu para 28.



Figura 45 – Taxas de Criminalidade – Padre Paraíso/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Pedra Azul

Houve um significativo aumento das taxas de criminalidade em Pedra Azul no período 2007/2008 nos crimes violentos e crimes violentos contra o patrimônio: as taxas subiram 65,2 e 53,9, respectivamente. Em relação aos homicídios, entre 2007/2008 houve uma estabilização da taxa entre 2007/2008, um leve aumento em 2009 e nova queda em 2010: nesse ano foram registradas 3 ocorrências desse tipo de crime no município.

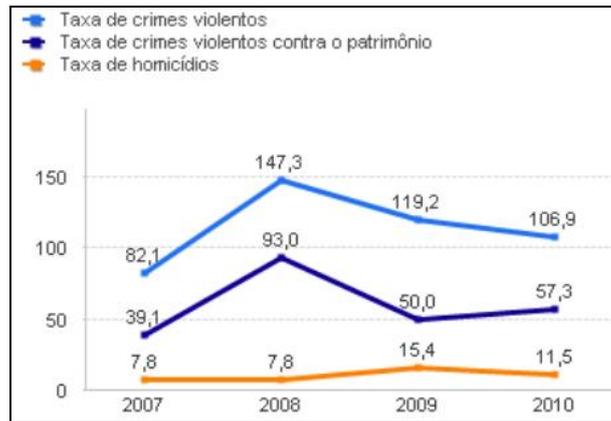


Figura 46 – Taxas de Criminalidade – Pedra Azul/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Ponto dos Volantes

Em Ponto dos Volantes houve uma grande queda dos crimes violentos desde o ano de 2007: a taxa passou de 168,2 para 60,7. Por outro lado, os homicídios tiveram uma pequena elevação em 2010, após um período de estabilização (entre 2007/2009): em 2010 foram registradas 4 ocorrências desse tipo de crime.



Figura 47 – Taxas de Criminalidade – Ponto dos Volantes/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Teófilo Otoni

Todas as taxas de criminalidade no município caíram desde 2007, com destaque para os crimes violentos: a taxa passou de 684,9 em 2007, para 216,8 em 2010, ou seja, queda de 468,1 pontos. As ocorrências registradas desse tipo de crime passaram de 894 em 2007, para 283 em 2010. A menor queda foi observada nos homicídios.



Figura 48 – Taxas de Criminalidade – Teófilo Otoni/MG
Fonte: Portal Minas em Números

✓ **RP Norte de Minas**

Águas Vermelhas

No município de Águas Vermelhas foram registradas 8 ocorrências de crimes violentos, 2 de crimes violentos contra o patrimônio e 2 homicídios.

Segundo dados do Portal, a taxa de crimes violentos¹⁵ reduziu de 145,6 em 2007 para 59,6 em 2010. A mesma queda foi registrada para os crimes violentos contra o patrimônio, que passou de 84,3 em 2007 para 14,9 em 2010.



Figura 49 – Taxas de Criminalidade – Águas Vermelhas/MG
Fonte: Portal Minas em Números

Divisa Alegre

As ocorrências de homicídios no município tiveram queda entre o período de 2008/2010 (65,5 pontos): de 4 ocorrências, registradas em 2008, passou para nenhuma ocorrência registrada em 2010. Os crimes violentos e violentos contra o patrimônio tiveram uma grande queda entre 2008/2009 (168,8 e 99,9 pontos, respectivamente) com pequena elevação no período entre 2009-2010.

¹⁵ Taxa por 100.000 habitantes.

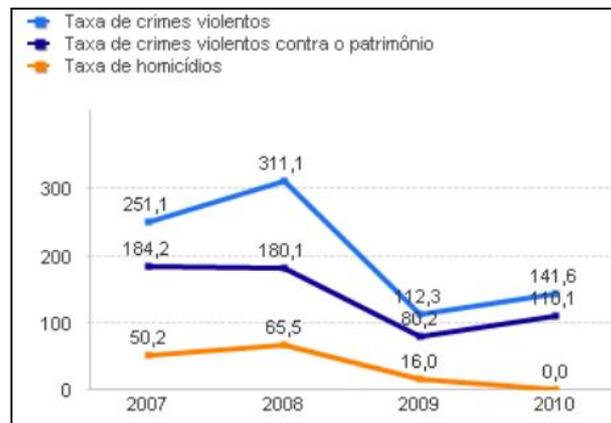


Figura 50 – Taxas de Criminalidade – Divisa Alegre/MG
Fonte: Portal Minas em Números



Foto 37: Posto Policial – Polícia Militar
Divisa Alegre/MG.

✓ Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH constitui um estudo da Organização das Nações Unidas que mede e compara a qualidade de vida em todo o mundo. No Brasil, esse trabalho é realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), conjuntamente com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro. O IDH é medido apenas a cada dez anos, pois se baseia nas informações do censo do IBGE.

Há muito tempo estabeleceu-se a prática de avaliar o bem estar de uma população e, conseqüentemente, de classificar os países ou regiões, pelo tamanho de seu PIB *per capita*. Entretanto, o progresso humano e a evolução das condições de vida das pessoas não podem ser medidos apenas por sua dimensão econômica. Por isso, existe uma busca constante por medidas socioeconômicas mais abrangentes, que incluam também outras dimensões fundamentais da vida e da condição humana. O IDH combina três componentes básicos do desenvolvimento humano:

- **IDHM-Longevidade**, que também reflete, entre outras coisas, as condições de saúde da população, medida pela esperança de vida ao nascer; (número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento) através da fórmula: (valor observado do indicador – limite inferior) / (limite superior – limite inferior), onde os limites inferiores e superiores são equivalentes a 25 e 85 anos, respectivamente.
- **IDHM-Educação**; medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino: fundamental, médio e superior;
- **IDHM-Renda**; medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB *per capita* ajustado ao custo de vida local, para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC).

A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano.

Segundo a última atualização do IDH pelo PNUD, em 2013, baseados nos dados do Censo de 2010, houve uma mudança radical em relação à qualidade de vida, distribuição de renda e educação no país, comparados aos índices de 2000: cerca de 74% dos municípios brasileiros se encontram na faixa entre Médio e Alto Desenvolvimento Humano. O Brasil passou da faixa de Muito Baixo (0,493), em 1991 para Alto (0,727), em 2010. Isso indica que o país está conseguindo diminuir as disparidades históricas de desenvolvimento humano.

Apesar dessa grande melhora o Atlas do Desenvolvimento Humano de 2013, aponta que a Região Nordeste brasileira ainda tem a maioria de seus municípios (61,3%) no grupo de Baixo Desenvolvimento Humano. Isso representa 1.009 municípios nordestinos.

Minas Gerais ocupa a 9ª posição entre as 27 unidades federativas brasileiras, com o IDHM de 0,731 em 2010, que se situa na faixa de Desenvolvimento Humano Alto segundo o IDHM. A dimensão que mais contribui para o IDHM do estado foi Longevidade, com índice de 0,838, seguida de Renda, com índice de 0,730, e de Educação, com índice de 0,638.

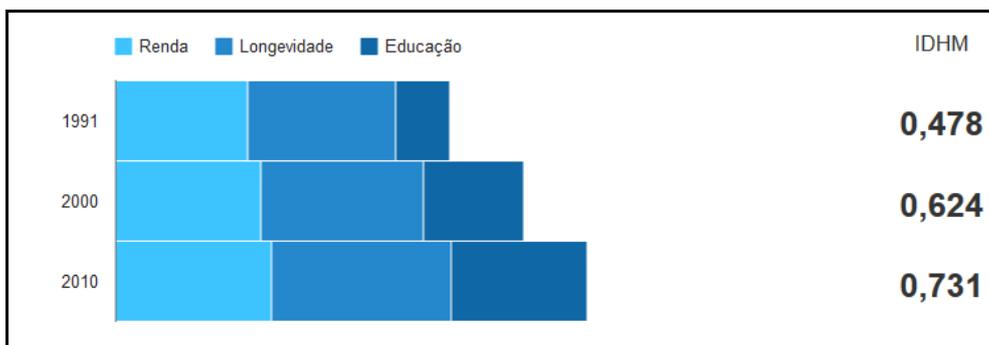


Gráfico 4: IDH de Minas Gerais
Fonte: PNUD, 2014

O IDHM do estado passou de 0,624 em 2000, para 0,731 em 2010 - uma taxa de crescimento de 17,15%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM estadual e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 71,54% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,168), seguida por Longevidade e por Renda. Na Tabela 28, a seguir, é possível acompanhar a evolução dos índices em Minas Gerais.

Tabela 28: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes – Minas Gerais.

IDHM e Componentes	2000	2010
IDHM Educação	0,470	0,638
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	36,78	51,43
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	71,94	92,16
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais ens. fundamental	68,88	87,96
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	45,42	60,94
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	26,33	42,82
IDHM Longevidade	0,759	0,838
Esperança de vida ao nascer (em anos)	70,55	75,30
IDHM Renda	0,680	0,730
Renda per capita (em R\$)	548,87	749,69

Fonte: PNUD, 2014

Os IDHs menos significativos do estado se encontram, em sua maioria, nas cidades das Regiões de Planejamento (RPs) Norte e Jequitinhonha, com índices entre 0,568 a 0,707; e nas RPs do Triângulo, Alto Parnaíba e Sul de Minas que se concentram a maioria das cidades com IDHs mais elevados, entre 0,744 a 0,841.

A seguir serão apresentados indicadores dos municípios analisados, relacionados por regiões de planejamentos.

✓ **RP Rio Doce**

Nos municípios analisados da região do Rio Doce, no ano 2000, Inhapim, Governador Valadares, Dom Cavati, Santa Barbara do Leste e Caratinga apresentaram maior esperança de vida ao nascer (71 e 70 anos) e, conseqüentemente, o maior índice de Longevidade (0,773 – 0,757 - 0,751, respectivamente). Os maiores índices de Renda foram dos municípios de Governador Valadares (0,699), Caratinga (0,659) e Dom Cavati (0,629). Governador Valadares também apresentou os maiores índices de Educação (0,484) e IDHM (0,635). Em 2000, Governador Valadares estava na 85ª posição no IDHM de Minas Gerais, e 882ª posição do Brasil (Tabela 29).

Tabela 29: IDH dos Municípios Analisados – RP Rio Doce (2000).

MUNICÍPIO	Esperança de Vida ao Nascer	IDHM-E	IDHM-L	IDHM-R	IDHM	Posição MG	Posição BR
Alpercata	69,79	0,381	0,747	0,580	0,549	443 ^a	2.518 ^a
Campanário	68,69	0,369	0,728	0,567	0,534	505 ^a	2.755 ^a
Caratinga	70,07	0,450	0,751	0,659	0,606	185 ^a	1.451 ^a
Dom Cavati	70,07	0,449	0,751	0,629	0,596	226 ^a	1.642 ^a
Engenheiro Caldas	67,89	0,410	0,715	0,559	0,547	452 ^a	2.551 ^a
Frei Inocêncio	67,89	0,353	0,715	0,582	0,528	528 ^a	2.844 ^a
Governador Valadares	70,43	0,484	0,757	0,699	0,635	85 ^a	882 ^a
Inhapim	71,38	0,363	0,773	0,581	0,546	455 ^a	2.563 ^a
Itambacuri	66,84	0,312	0,697	0,585	0,503	632 ^a	3.189 ^a
Itanhomi	69,38	0,360	0,740	0,563	0,531	515 ^a	2.798 ^a
Jampruca	65,57	0,298	0,676	0,511	0,469	721 ^a	3.651 ^a
Mathias Lobato	69,38	0,346	0,740	0,549	0,520	565 ^a	2.963 ^a
Santa Bárbara do Leste	70,07	0,281	0,751	0,556	0,490	664 ^a	3.360 ^a
Santa Rita de Minas	67,42	0,271	0,707	0,587	0,483	684 ^a	3.452 ^a
Tarumirim	68,41	0,358	0,724	0,558	0,525	540 ^a	2.890 ^a
Ubaporanga	69,38	0,314	0,740	0,579	0,512	605 ^a	3.079 ^a

Fonte: PNUD, 2014

Em 2010, o maior índice de longevidade (0,836) e a maior esperança de vida ao nascer (75,16 anos), foi do município de Caratinga. O município que estava na 185ª posição em 2000 passou para a 192ª posição no *ranking* do estado em 2010. Governador Valadares teve o IDHM de 0,727, na educação alcançou o índice de 0,644 e, na renda, ficou com 0,714. O município passou da 85ª posição em Minas Gerais, no ano 2000, para a 96ª posição no estado, em 2010, descendo também no *ranking* dos municípios país (de 882ª para 1.107ª posição). Segundo a classificação do PNUD Governador Valadares e Caratinga, estão entre as regiões consideradas de Alto Desenvolvimento Humano (IDHM maior que 0,700 e 0,799). Entre 2000 e 2010, Caratinga cresceu 0,153 no índice da educação e Santa Rita de Minas 0,193, conforme se pode constatar na Tabela 30.

Tabela 30: IDH dos Municípios Analisados – RP Rio Doce (2010).

MUNICÍPIO	Esperança de Vida ao Nascer	IDHM-E	IDHM-L	IDHM-R	IDHM	Posição MG	Posição BR
Alpercata	74,43	0,521	0,824	0,629	0,646	725 ^a	3.186 ^a
Campanário	74,85	0,464	0,831	0,607	0,616	725 ^a	3.771 ^a
Caratinga	75,16	0,603	0,836	0,697	0,706	192 ^a	1.720 ^a
Dom Cavati	72,03	0,630	0,784	0,660	0,688	300 ^a	2.224 ^a
Engenheiro Caldas	73,91	0,518	0,815	0,632	0,644	581 ^a	3.222 ^a
Frei Inocêncio	71,72	0,559	0,779	0,624	0,648	556 ^a	3.156 ^a
Governador Valadares	75,06	0,644	0,834	0,714	0,727	96 ^a	1.107 ^a
Inhapim	67,72	0,535	0,829	0,642	0,658	496 ^a	2.946 ^a
Itambacuri	72,05	0,527	0,784	0,616	0,634	627 ^a	3.407 ^a
Itanhomi	74,85	0,503	0,831	0,656	0,650	545 ^a	3.115 ^a
Jampruca	71,86	0,479	0,781	0,605	0,609	751 ^a	3.927 ^a
Mathias Lobato	72,71	0,483	0,795	0,596	0,612	744 ^a	3.866 ^a
Santa Bárbara do Leste	73,01	0,473	0,800	0,608	0,613	740 ^a	3.847 ^a
Santa Rita de Minas	72,48	0,464	0,791	0,627	0,613	740 ^a	3.847 ^a
Tarumirim	74,72	0,499	0,829	0,614	0,633	636 ^a	3.433 ^a
Ubaporanga	73,32	0,475	0,805	0,604	0,614	734 ^a	3.820 ^a

Fonte: PNUD, 2014

✓ RP Zona da Mata

No ano de 2000, o município de Laranjal apresentou a maior esperança de vida ao nascer (74,75) e, conseqüentemente, o maior índice de longevidade (0,829). Além Paraíba teve o maior índice em educação e o maior índice de renda (0,524 e 0,689). Já o menor índice em educação (0,215) e o menor IDHM (0,451), coube ao município de Fervedouro (Tabela 31).

Tabela 31: IDH dos Municípios Analisados – RP Zona da Mata (2000).

MUNICÍPIO	Esperança de Vida ao Nascer	IDHM-E	IDHM-L	IDHM-R	IDHM	Posição MG	Posição BR
Além Paraíba	70,55	0,524	0,759	0,689	0,650	53 ^a	637 ^a
Divino	68,40	0,300	0,723	0,586	0,503	632 ^a	3.189 ^a
Fervedouro	70,73	0,215	0,762	0,560	0,451	762 ^a	3.904 ^a
Laranjal	74,75	0,446	0,829	0,630	0,615	148 ^a	1.275 ^a
Leopoldina	72,35	0,475	0,789	0,659	0,627	111 ^a	1.041 ^a
Manhuaçu	73,36	0,416	0,806	0,678	0,610	168 ^a	1.373 ^a
Miradouro	69,35	0,334	0,739	0,587	0,525	540 ^a	2.890 ^a
Muriaé	72,02	0,493	0,784	0,664	0,635	85 ^a	882 ^a
Orizânia	65,91	0,259	0,682	0,546	0,459	749 ^a	3.794 ^a
Santo Antonio do Aventureiro	70,55	0,396	0,759	0,568	0,555	421 ^a	2.419 ^a

MUNICÍPIO	Esperança de Vida ao Nascer	IDHM-E	IDHM-L	IDHM-R	IDHM	Posição MG	Posição BR
São Francisco do Glória	69,20	0,369	0,737	0,572	0,538	486 ^a	2.699 ^a
São João do Manhuaçu	69,98	0,274	0,750	0,631	0,506	621 ^a	3.147 ^a

Fonte: PNUD - 2014

Em 2010, o município de Leopoldina teve o maior índice de longevidade (0,867) e a maior esperança de vida ao nascer: 77,04 anos, seguido pelos municípios de Além Paraíba (76,43 anos) e Laranjal (76,42 anos). Na educação também foi do município de Leopoldina o melhor índice (0,635). O município de Muriaé obteve a melhor renda (0,731) e também o melhor IDHM (0,734). Segundo a classificação do PNUD, Muriaé está entre as regiões consideradas de Alto Desenvolvimento Humano, (IDH entre 0,700 e 0,799).

Além Paraíba, que se encontrava na 53^a posição no ranking (IDHM) do estado, em 2000, passou para a 99^a posição em 2010, ou seja, desceu 46 posições. Leopoldina que ocupava a 111^a posição no estado em 2000, passou a ocupar a 99^a posição em 2010 subindo 12 posições no ranking. Ambos os municípios ocuparam a mesma posição no ano de 2010 tanto no estado quanto no país (99^a e 1.133^a). Já Muriaé que ocupava a 85^a posição no ranking do estado em 2000, passou a ocupar a 70^a posição em 2010, subindo cinco posições. No país o município passou da 882^a posição para a 920^a, descendo 38 posições conforme Tabela 31.

Tabela 32: IDH dos Municípios Analisados – RP Zona da Mata (2010).

MUNICÍPIO	Esperança de Vida ao Nascer	IDHM-E	IDHM-L	IDHM-R	IDHM	Posição MG	Posição BR
Além Paraíba	76,43	0,626	0,857	0,713	0,726	99 ^a	1.133 ^a
Divino	74,36	0,421	0,823	0,639	0,605	766 ^a	4.029 ^a
Fervedouro	72,73	0,420	0,796	0,583	0,580	818 ^a	4.638 ^a
Laranjal	76,42	0,613	0,857	0,694	0,714	153 ^a	1.486 ^a
Leopoldina	77,04	0,635	0,867	0,696	0,726	99 ^a	1.133 ^a
Manhuaçu	75,35	0,563	0,839	0,692	0,689	292 ^a	2.199 ^a
Miradouro	74,64	0,546	0,827	0,645	0,663	468 ^a	2.828 ^a
Muriaé	76,18	0,634	0,853	0,731	0,734	70 ^a	920 ^a
Orizânia	71,67	0,414	0,778	0,551	0,562	835 ^a	5.002 ^a
Santo Antonio do Aventureiro	75,45	0,545	0,841	0,660	0,671	420 ^a	2.642 ^a
São Francisco do Glória	74,96	0,541	0,833	0,647	0,663	468 ^a	2.828 ^a
São João do Manhuaçu	75,16	0,498	0,836	0,659	0,650	545 ^a	3.115 ^a

Fonte: PNUD, 2014

✓ **RP Jequitinhonha/Mucuri**

Entre os municípios analisados pertencentes à RP, no ano de 2000, Teófilo Otoni obteve a maior esperança de vida ao nascer (69,76 anos) e, conseqüentemente, o maior índice de Longevidade (0,746). Também são do município o maior IDHM (0,589), a maior renda (0,635) e maior educação (0,431). O menor índice em educação, nesta Região, foi no município de Catují (0,200); o menor IDHM foi no município de Ponto dos Volantes (0,402); e a menor renda foi em Catují (0,432), conforme pode ser visto na Tabela 33.

Tabela 33: IDH dos Municípios Analisados – RP Jequitinhonha/Mucuri (2000).

MUNICÍPIO	Esperança de Vida ao Nascer	IDHM-E	IDHM-L	IDHM-R	IDHM	Posição MG	Posição BR
Cachoeira de Pajeú	65,70	0,224	0,678	0,477	0,417	819 ^a	4.504 ^a
Caraí	66,88	0,225	0,698	0,487	0,424	811 ^a	4.371 ^a
Catují	65,68	0,200	0,678	0,490	0,405	833 ^a	4.684 ^a
Itaobim	69,61	0,389	0,744	0,550	0,542	472 ^a	2.633 ^a
Medina	68,19	0,299	0,720	0,505	0,477	703 ^a	3.540 ^a
Padre Paraíso	67,64	0,239	0,711	0,507	0,442	776 ^a	4.064 ^a
Pedra Azul	67,75	0,362	0,713	0,532	0,516	580 ^a	3.011 ^a
Ponto dos Volantes	65,70	0,222	0,678	0,432	0,402	835 ^a	4.725 ^a
Teófilo Otoni	69,76	0,431	0,746	0,635	0,589	257 ^a	1.774 ^a

Fonte: PNUD, 2014

O IDHM de Teófilo Otoni foi 0,701 em 2010, situando-se na faixa de Desenvolvimento Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi educação (com crescimento de 0,167), seguida por longevidade e por renda. O município de Ponto dos Volantes, que possuía o pior IDHM em 2000, obteve um grande avanço, apesar de ainda estar na faixa de Desenvolvimento Baixo: o IDHM passou de 0,402 em 2000, para 0,595 em 2010, o que representa uma taxa de crescimento de 48,01%. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,256), seguida por Renda e por Longevidade.

Tabela 34: IDH dos Municípios Analisados – RP Jequitinhonha/Mucuri (2010).

MUNICÍPIO	Esperança de Vida ao Nascer	IDHM-E	IDHM-L	IDHM-R	IDHM	Posição MG	Posição BR
Cachoeira de Pajeú	71,25	0,444	0,771	0,563	0,578	820 ^a	4.670 ^a
Caraí	71,88	0,405	0,781	0,549	0,558	837 ^a	5.081 ^a
Catují	71,23	0,382	0,771	0,534	0,540	850 ^a	5.325 ^a
Itaobim	72,19	0,516	0,787	0,613	0,629	659 ^a	3.501 ^a
Medina	74,27	0,475	0,821	0,624	0,624	692 ^a	3.607 ^a

MUNICÍPIO	Esperança de Vida ao Nascer	IDHM-E	IDHM-L	IDHM-R	IDHM	Posição MG	Posição BR
Padre Paraíso	72,83	0,478	0,797	0,556	0,596	787 ^a	4.238 ^a
Pedra Azul	72,79	0,518	0,797	0,596	0,627	668 ^a	3.534 ^a
Ponto dos Volantes	71,88	0,478	0,781	0,564	0,595	788 ^a	4.255 ^a
Teófilo Otoni	74,45	0,598	0,824	0,698	0,701	218 ^a	1.866 ^a

Fonte: PNUD

✓ RP Norte de Minas

Entre os municípios analisados na RP, no ano 2000, Águas Vermelhas foi o que apresentou a maior esperança vida ao nascer (67,11 anos), como também o maior índice de longevidade (0,702). A maior renda (0,483), o maior índice da educação (0,320) e o maior IDH (0,515), foi no município Divisa Alegre (Tabela 35).

Tabela 35: IDH dos Municípios Analisados – RP Norte de Minas (2000).

MUNICÍPIO	Esperança de Vida ao Nascer	IDHM-E	IDHM-L	IDHM-R	IDHM	Posição MG	Posição BR
Águas Vermelhas	67,11	0,283	0,702	0,509	0,466	726 ^a	3.686 ^a
Divisa Alegre	65,91	0,320	0,682	0,515	0,483	684 ^a	3.452 ^a

Fonte: PNUD, 2014

Segundo a classificação do PNUD, o índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Águas Vermelhas é 0,601, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi educação (com crescimento de 0,175), seguida por longevidade e por renda. Em Divisa Alegre, o IDHM, em 2010, é 0,608. O município também esta situado na faixa de Desenvolvimento Médio: entre 2000 e 2010, e a dimensão que mais cresceu foi a educação (com crescimento de 0,297) seguida por longevidade e renda (Tabela 36).

Tabela 36: IDH dos Municípios Analisados – RP Norte de Minas (2010).

MUNICÍPIO	Esperança de Vida ao Nascer	IDHM-E	IDHM-L	IDHM-R	IDHM	Posição MG	Posição BR
Águas Vermelhas	73,46	0,458	0,808	0,586	0,601	774 ^a	4.123 ^a
Divisa Alegre	68,39	0,515	0,723	0,603	0,608	755 ^a	3.957 ^a

Fonte: PNUD, 2014

✓ **Programas de Assistência Social**

O principal programa de assistência social desenvolvido pelo Governo Federal na atualidade é o “Brasil Sem Miséria”, que tem como objetivo a elevação da renda e das condições de bem estar da população que vive em lares cuja renda familiar é de até R\$ 70 (setenta reais) por pessoa. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, o Plano agrega ações de transferência de renda, acesso a serviços públicos na área de educação, saúde, assistência social, saneamento, energia elétrica e inclusão produtiva.

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), são os pontos de atendimento do programa, que possui 3 (três) eixos de atuação: acesso a serviços (na área de educação, saúde, assistência social e segurança alimentar); garantia de renda (Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada – BPC); e inclusão produtiva (rural e urbana). Os Programas incluídos, por cada eixo, são apresentados a seguir:

Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Brasil Alfabetizado - Mais Educação - Brasil Carinhoso - Escola Integral
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Unidades Básicas de Saúde (UBS) - Brasil Sorridente - Saúde da Família - Olhar Brasil - Distribuição de medicamentos - Rede Cegonha - Saúde na Escola - Água para Todos
Assistência Social e Segurança Alimentar	<ul style="list-style-type: none"> - Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) - Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) - Banco de Alimentos - Cozinhas Comunitárias
Garantia de Renda	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsa Família - Benefício de Prestação Continuada (BPC)
Inclusão Produtiva	<p><u>Rural</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Assistência Técnica – PRONATEC e ATER - Fomento - Acesso a Mercados Públicos e Privados - Água e Luz para Todos - Bolsa Verde <p><u>Urbano</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Qualificação - Catadores

Quadro 9: Programas do Brasil Sem Miséria por Eixo de Atuação
Fonte: MDS



**Foto 38: Cozinha Popular Municipal
Santa Rita de Minas/MG**



Foto 39: Telecentro Comunitário – Alepercata/MG

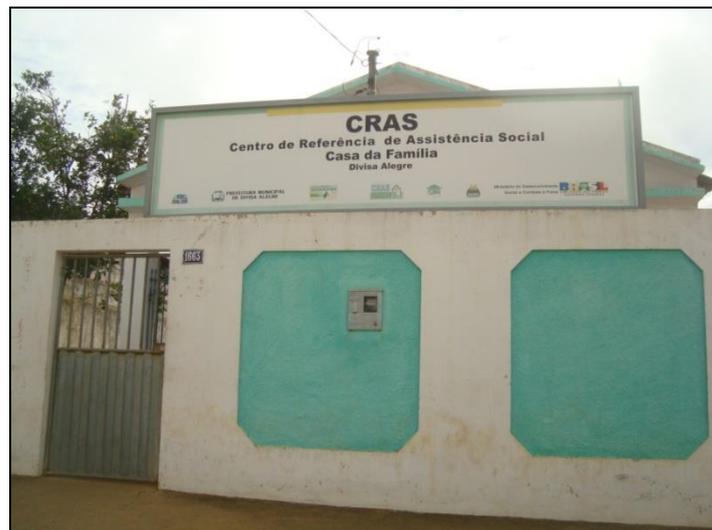


Foto 40: CRAS – Divisa Alegre/MG

No estado de Minas Gerais, o Governo Estadual, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE, também desenvolve programas na área de assistência social, através de programas estruturadores, associados e especiais. São eles:

Programas Estruturadores	<ul style="list-style-type: none"> - Travessia - Assistência Social e Direitos Humanos - Melhor Emprego
Programas Associados	<ul style="list-style-type: none"> - Política de Promoção de Emprego - Programa de Geração de Renda e Inclusão Produtiva - Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS - Apoio às Políticas de Desenvolvimento Social - Gestão da Política da Criança e do Adolescente - Desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos
Programas Especiais	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio à Administração Pública - Promoção de Direitos Difusos e Coletivos

Quadro 10: Programas de Assistência Social do Governo de Minas Gerais

De acordo com o Governo Estadual, o Projeto Travessia foi criado em 2007, sendo uma estratégia de combate à pobreza e a vulnerabilidade social no estado. O projeto foi desmembrado em seis projetos estratégicos: Porta a Porta, Travessia Social, Travessia Renda, Travessia Saúde, Travessia Educação e Banco Travessia.

O objetivo é promover a inclusão social e produtiva da população em situação de pobreza e vulnerabilidade social, visando aumentar os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M dos municípios selecionados. As principais ações desse programa são: implementação e/ou melhoria da cobertura dos serviços de abastecimento de água e saneamento básico; melhoria das condições de habitação da população em situação de pobreza multidimensional; melhoria das condições de infraestrutura dos equipamentos públicos locais; redução das taxas de mortalidade infantil e desnutrição; fortalecimento da atenção primária à saúde; melhoria na qualidade da educação básica; aumento da escolaridade média da população em situação de pobreza multidimensional; e, criação de oportunidades de emprego, da possibilidade de inserção no mercado de trabalho e geração de renda para a população local.



Foto 41: Banco Travessia – Campanário/MG

De acordo com as informações disponibilizadas pelo sítio eletrônico do Programa Brasil sem Miséria¹⁶, aliado às informações disponibilizadas pelas Prefeituras Municipais da área de estudo, temos os seguintes programas na área de assistência social sendo desenvolvidos (Tabela 37). Todos os programas (federais, estaduais e municipais) tem a finalidade de aumentar a renda e as condições de vida da população em situações de vulnerabilidades econômica e social, e assim, a melhoria dos índices de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M.

Tabela 37: Programas de Assistência Social Desenvolvidos nos Municípios da Área de Estudo (até dezembro de 2014).

Municípios	Programas em Desenvolvimento
<p>Águas Vermelhas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 3.507 famílias registradas; - Bolsa Família: 2.104 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 49 famílias; - 1 CRAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 6 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 149 vagas no município; - Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER): 15 famílias de agricultores tiveram acesso aos serviços; - Fomento às Atividades Produtivas Rurais: 26 famílias de agricultores familiares receberam recursos; - Água para Todos: 194 cisternas entregues. - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 245 pessoas beneficiadas;

¹⁶ Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=69. Acesso em maio de 2015.

Municípios	Programas em Desenvolvimento
	<ul style="list-style-type: none"> - Equipes Volantes de Assistentes Sociais: 1 equipe; - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos¹⁷: 280 participantes; - Projeto Resgatando Vidas¹⁸: 120 participantes; - Programa Amigo de Valor: parceria com o banco Santander, voltado para a proteção integral de crianças e adolescentes.
Além Paraíba	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 5.210 famílias registradas; - Bolsa Família: 2.263 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 89 famílias; - 1 CRAS; - 1 CREAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 9 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 80 vagas no município; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 1.256 pessoas beneficiadas;
Alpercata	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 1.944 famílias registradas; - Bolsa Família: 830 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 27 famílias; - 1 CRAS; - 1 CREAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 4 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 120 vagas no município; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 89 pessoas beneficiadas; - Passe Livre: isenção de transporte coletivo e rural municipal às pessoas portadoras de deficiência e seus acompanhantes; - PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família: vaga para 163 famílias; - PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos¹⁹: acompanhamento de 231 famílias; - Albergue Municipal: o albergue atende cerca de 40 migrantes/mês

¹⁷ Segundo a Prefeitura Municipal os objetivos são assegurar espaços de convívio familiar e comunitário, desenvolver relações de afetividade; promover relações de afetividade e convivência; potencializar a inclusão dos usuários nas situações de prioridades; entre outros.

¹⁸ De acordo com a Prefeitura municipal o objetivo do programa é contribuir para a redução dos índices de vulnerabilidade e risco social, com o foco na diminuição dos crimes contra a vida e o patrimônio. Um dos maiores desafios são o enfrentamento e a prevenção do uso de drogas e tráfico de entorpecentes.

¹⁹ Segundo a prefeitura o PAEFI oferta apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos.

Municípios	Programas em Desenvolvimento
	<p>com pernoite, alimentação noturna e passagens;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Casa de Passagem²⁰: são acolhidos cerca de 9 crianças/adolescentes.
<p>Cachoeira do Pajeú</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 2.591 famílias registradas; - Bolsa Família: 1.641 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 14 famílias; - 1 CRAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 7 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 180 vagas no município; - Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER): 8 famílias de agricultores tiveram acesso aos serviços; - Fomento às Atividades Produtivas Rurais: 30 famílias de agricultores familiares receberam recursos; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 2275 pessoas beneficiadas;
<p>Campanário</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 1.242 famílias registradas; - Bolsa Família: 458 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 27 famílias; - 1 CRAS; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 140 vagas no município; - Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER): 17 famílias de agricultores tiveram acesso aos serviços; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 101 pessoas beneficiadas; - Proteção e Atendimento Integral da Família – PAIF; - Travessia;
<p>Carai</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 5.148 famílias registradas; - Bolsa Família: 2.997 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 72 famílias; - 1 CRAS; - 1 CREAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 17 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 124 vagas no município;

²⁰ Proteção integral à crianças e adolescentes com direitos violados, que permanecem na casa até quererem retornar ao convívio familiar através de medida judicial.

Municípios	Programas em Desenvolvimento
	<ul style="list-style-type: none"> - Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER): 32 famílias de agricultores tiveram acesso aos serviços; - Fomento às Atividades Produtivas Rurais: 36 famílias de agricultores familiares receberam recursos; - Água para Todos: 1.662 cisternas entregues. - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 518 pessoas beneficiadas;
Caratinga	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 13.217 famílias registradas; - Bolsa Família: 5.917 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 159 famílias; - 3 CRAS; - 1 CREAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 20 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 495 vagas no município; - Fomento às Atividades Produtivas Rurais: 2 famílias de agricultores familiares receberam recursos; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 2.165 pessoas beneficiadas;
Catuji	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 2.354 famílias registradas; - Bolsa Família: 1.352 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 44 famílias; - 1 CRAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 7 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 35 vagas no município; - Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER): 4 famílias de agricultores tiveram acesso aos serviços; - Fomento às Atividades Produtivas Rurais: 23 famílias de agricultores familiares receberam recursos; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 112 pessoas beneficiadas;
Divino	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 5.062 famílias registradas; - Bolsa Família: 2.948 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 64 famílias; - 1 CRAS; - 1 CREAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 4

Municípios	Programas em Desenvolvimento
	<p>escolas de ensino fundamental;</p> <ul style="list-style-type: none"> - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 116 vagas no município; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 634 pessoas beneficiadas;
Divisa Alegre	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 1.818 famílias registradas; - Bolsa Família: 868 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 20 famílias; - 1 CRAS; - 1 CREAS; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 40 vagas no município; - Fomento às Atividades Produtivas Rurais: 15 famílias de agricultores familiares receberam recursos; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 80 pessoas beneficiadas;
Dom Cavati	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 1.256 famílias registradas; - Bolsa Família: 485 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 8 famílias; - 1 CRAS; - 1 CREAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 2 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 87 vagas no município; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 162 pessoas beneficiadas;
Engenheiro Caldas	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 1.704 famílias registradas; - Bolsa Família: 1.019 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 33 famílias; - 1 CRAS; - 1 CREAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 3 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 100 vagas no município; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 171 pessoas beneficiadas; - PAIFE – Programa de Atenção Integral à Família; - Oficinas de Geração de emprego e renda.
Fervedouro	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 2.124 famílias registradas;

Municípios	Programas em Desenvolvimento
	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsa Família: 1.059 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 32 famílias; - 1 CRAS; - 1 CREAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 5 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 1 vagas no município; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 123 pessoas beneficiadas;
Frei Inocêncio	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 2.440 famílias registradas; - Bolsa Família: 1.133 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 30 famílias; - 1 CRAS; - 1 CREAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 3 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 120 vagas no município; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 225 pessoas beneficiadas;
Governador Valadares	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 47.608 famílias registradas; - Bolsa Família: 16.026 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 390 famílias; - 4 CRAS; - 1 CREAS; - 1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua (Centro POP) ; - 50 vagas em Serviços de Acolhimento para População em Situação de Rua; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 54 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 1.351 vagas no município; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 7.133 pessoas beneficiadas;
Inhapim	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 5.746 famílias registradas; - Bolsa Família: 3.238 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 86 famílias; - 1 CRAS;

Municípios	Programas em Desenvolvimento
	<ul style="list-style-type: none"> - 1 CREAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 10 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 28 vagas no município; - Fomento às Atividades Produtivas Rurais: 1 famílias de agricultores familiares receberam recursos; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 617 pessoas beneficiadas; - Equipes Volantes de Assistes Sociais: 1 equipe.
Itambacuri	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 5.994 famílias registradas; - Bolsa Família: 3.347 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 14 famílias; - 1 CRAS; - 1 CREAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 5 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 701 vagas no município; - Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER): 1 famílias de agricultores tiveram acesso aos serviços; - Fomento às Atividades Produtivas Rurais: 42 famílias de agricultores familiares receberam recursos; - Água para Todos: 156 cisternas entregues. - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 876 pessoas beneficiadas; - Equipes Volantes de Assistes Sociais: 1 equipe.
Itanhomi	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 2.586 famílias registradas; - Bolsa Família: 1.002 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 46 famílias; - 1 CRAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 2 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 100 vagas no município; - Fomento às Atividades Produtivas Rurais: 3 famílias de agricultores familiares receberam recursos; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 346 pessoas beneficiadas; - PAIF – Programa de Atendimento Integral às Famílias;

Municípios	Programas em Desenvolvimento
	<ul style="list-style-type: none"> - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; - Projeto Terceira Idade; - Pró-Jovem; - Telecentro.
Itaobim	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 3.772 famílias registradas; - Bolsa Família: 2.270 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 37 famílias; - 2 CRAS; - 1 CREAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 8 escolas de ensino fundamental; - Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER): 40 famílias de agricultores tiveram acesso aos serviços; - Fomento às Atividades Produtivas Rurais: 14 famílias de agricultores familiares receberam recursos; - Água para Todos: 345 cisternas entregues. - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 1.127 pessoas beneficiadas;
Jampruca	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 1.538 famílias registradas; - Bolsa Família: 733 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 8 famílias; - 1 CRAS; - 1 CREAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 1 escolas de ensino fundamental; - Bolsa Verde: 14 famílias beneficiadas; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 150 vagas no município; - Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER): 31 famílias de agricultores tiveram acesso aos serviços; - Fomento às Atividades Produtivas Rurais: 20 famílias de agricultores familiares receberam recursos; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 67 pessoas beneficiadas;
Laranjal	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 1.301 famílias registradas; - Bolsa Família: 572 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 10 famílias; - 1 CRAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 2 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 19 vagas no

Municípios	Programas em Desenvolvimento
	<p>município;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER): 15 famílias de agricultores tiveram acesso aos serviços; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 114 pessoas beneficiadas;
Leopoldina	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 8.466 famílias registradas; - Bolsa Família: 3.040 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 77 famílias; - 2 CRAS; - 1 CREAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 6 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 384 vagas no município; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 1.387 pessoas beneficiadas;
Manhuaçu	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 1.110 famílias registradas; - Bolsa Família: 640 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 10 famílias; - 1 CRAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 1 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 150 vagas no município; - Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER): 1 famílias de agricultores tiveram acesso aos serviços; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 264 pessoas beneficiadas;
Mathias Lobato	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 3.507 famílias registradas; - Bolsa Família: 2.104 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 49 famílias; - 1 CRAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 6 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 149 vagas no município; - Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER): 15 famílias de agricultores tiveram acesso aos serviços; - Fomento às Atividades Produtivas Rurais: 26 famílias de agricultores familiares receberam recursos;

Municípios	Programas em Desenvolvimento
	<ul style="list-style-type: none"> - Água para Todos: 194 cisternas entregues. - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 245 pessoas beneficiadas; - Equipes Volantes de Assistentes Sociais: 1 equipe.
Medina	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 5.530 famílias registradas; - Bolsa Família: 2.894 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 93 famílias; - 2 CRAS; - 1 CREAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 8 escolas de ensino fundamental; - Bolsa Verde: 3 famílias beneficiadas; - Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER): 51 famílias de agricultores tiveram acesso aos serviços; - Fomento às Atividades Produtivas Rurais: 19 famílias de agricultores familiares receberam recursos; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 949 pessoas beneficiadas; - Equipes Volantes de Assistentes Sociais: 2 equipe. - SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos²¹;
Miradouro	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 2.097 famílias registradas; - Bolsa Família: 1.172 famílias beneficiadas; - 1 CRAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 7 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 51 vagas no município; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 337 pessoas beneficiadas; - PAIF – Programa de Atenção Integral às Famílias; - Projeto Habitar²²: mais de 40 famílias atendidas; - Projetos/Oficinas de Capoeira, Takewondo, Natação, Hidroginástica: mais de 300 jovens inscritos; - Projeto Viva a Vida na Terceira Idade: mais de 500 idosos inscritos
Muriaé	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 16.605 famílias registradas; - Bolsa Família: 5.237 famílias beneficiadas;

²¹ Segundo a Prefeitura Municipal, o objetivo do programa é o fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e socialização. Promove a integração, socialização, lazer, esporte, cultura para crianças de 6 a 14 anos e adolescentes até os 17 anos.

²² Segundo informações da prefeitura, a principal ação do programa é a liberação de mão de obra de pedreiro e materiais de construção para famílias em situação de vulnerabilidade social.

Municípios	Programas em Desenvolvimento
	<ul style="list-style-type: none"> - Benefício Variável à Gestante (BVG): 107 famílias; - 3 CRAS; - 1 CREAS; - 1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua; - Serviço de Acolhimento para População em Situação de Rua: 25 vagas; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 23 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 699 vagas no município; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 2.576 pessoas beneficiadas;
Orizânia	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 1.833 famílias registradas; - Bolsa Família: 970 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 20 famílias; - 1 CRAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 3 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 17 vagas no município; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 56 pessoas beneficiadas;
Padre Paraíso	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 5.418 famílias registradas; - Bolsa Família: 3.075 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 50 famílias; - 1 CRAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 13 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 218 vagas no município; - Bolsa Verde: 4 famílias beneficiadas; - Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER): 56 famílias de agricultores tiveram acesso aos serviços; - Água para Todos: 714 cisternas entregues. - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 1.213 pessoas beneficiadas;
Pedra Azul	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 5.997 famílias registradas; - Bolsa Família: 3.736 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 80 famílias; - 1 CRAS;

Municípios	Programas em Desenvolvimento
	<ul style="list-style-type: none"> - 1 CREAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 7 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 50 vagas no município; - Bolsa Verde: 29 famílias beneficiadas; - Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER): 54 famílias de agricultores tiveram acesso aos serviços; - Água para Todos: 254 cisternas entregues. - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 1.231 pessoas beneficiadas; - Equipes Volantes de Assistes Sociais: 1 equipe.
Ponto dos Volantes	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 2.818 famílias registradas; - Bolsa Família: 1.546 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 31 famílias; - 1 CRAS; - 1 CREAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 6 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 39 vagas no município; - Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER): 11 famílias de agricultores tiveram acesso aos serviços; - Fomento às Atividades Produtivas Rurais: 43 famílias de agricultores familiares receberam recursos; - Água para Todos: 533 cisternas entregues. - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 135 pessoas beneficiadas; - Equipes Volantes de Assistes Sociais: 1 equipe.
Santa Bárbara do Leste	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 1.715 famílias registradas; - Bolsa Família: 895 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 15 famílias; - 1 CRAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 4 escolas de ensino fundamental; - Fomento às Atividades Produtivas Rurais: 18 famílias de agricultores familiares receberam recursos; - Água para Todos: 194 cisternas entregues. - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 164 pessoas beneficiadas;

Municípios	Programas em Desenvolvimento
Santa Rita de Minas	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 1.194 famílias registradas; - Bolsa Família: 532 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 8 famílias; - 1 CRAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 4 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 160 vagas no município; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 96 pessoas beneficiadas; - Cozinha Popular Municipal.
Santo Antônio do Aventureiro	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 631 famílias registradas; - Bolsa Família: 250 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 6 famílias; - 1 CRAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 1 escolas de ensino fundamental; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 39 pessoas beneficiadas;
São Francisco do Glória	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 1.116 famílias registradas; - Bolsa Família: 483 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 10 famílias; - 1 CRAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 2 escolas de ensino fundamental; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 56 pessoas beneficiadas;
São João do Manhuaçu	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 2.581 famílias registradas; - Bolsa Família: 1.467 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 44 famílias; - 1 CRAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 1 escolas de ensino fundamental; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 101 pessoas beneficiadas;
Tarumirim	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 3.020 famílias registradas; - Bolsa Família: 1.588 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 17 famílias; - 1 CRAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 10 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 124 vagas no município;

Municípios	Programas em Desenvolvimento
	<ul style="list-style-type: none"> - Fomento às Atividades Produtivas Rurais: 7 famílias de agricultores familiares receberam recursos; - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 514 pessoas beneficiadas; - Equipes Volantes de Assistentes Sociais: 1 equipe.
Teófilo Otoni	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 25.480 famílias registradas; - Bolsa Família: 8.594 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 113 famílias; - 6 CRAS; - 1 CREAS; - 1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua; - Serviço de Acolhimento para População em Situação de Rua: 25 vagas; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 38 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 2.897 vagas no município; - Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER): 6 famílias de agricultores tiveram acesso aos serviços; - Fomento às Atividades Produtivas Rurais: 27 famílias de agricultores familiares receberam recursos; - Água para Todos: 1.109 cisternas entregues. - Benefício de Prestação Continuada (BPC): 5.363 pessoas beneficiadas; - SCFV – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; - Programa Poupança Jovem²³; - CASI – Centro de Atendimento Sócio-Infantil²⁴: 3 centros
Ubaporanga	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro Único: 2.716 famílias registradas; - Bolsa Família: 1.548 famílias beneficiadas; - Benefício Variável à Gestante (BVG): 49 famílias; - 1 CRAS; - Escola em Tempo Integral: o município fez adesão (2013) para 5 escolas de ensino fundamental; - PRONATEC: Para 2014 foi pactuada a oferta de 200 vagas no município;

²³ Tem por finalidade elaborar e executar atividades como a prevenção da evasão escolar, melhorar o desempenho e o rendimento do aluno, desenvolver o protagonismo juvenil, e aprimorar o capital humano e social dos jovens. É concedido um benefício de R\$ 3 mil ao aluno que concluir com êxito o ensino médio e realizar um mínimo de pontuação em atividades curriculares e extracurriculares.

²⁴ Destina-se a atender a população, garantindo espaços adequados para a prática de atividades culturais, recreativas e pedagógicas.

Municípios	Programas em Desenvolvimento
	- Benefício de Prestação Continuada (BPC): 224 pessoas beneficiadas;

Fonte: MDS e Prefeituras Municipais



Foto 42: CREAS Fervedouro/MG

✓ Taxas de Analfabetismo e Nível de Escolaridade

Segundo o documento 11º Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, publicado pela ONU – Organização Mundial das Nações Unidas, no início de 2014, dez países respondem por 72% da população mundial de analfabetos, entre eles o Brasil, a Índia, China e Etiópia. Dados do documento mostram que no *ranking* dos dez países com o maior número de adultos analfabetos, o Brasil ocupa a oitava posição.

A Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) de 2012, mostrou que a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 8,7%, o que corresponde a uma população de cerca de 12,9 milhões de pessoas. Segundo o IBGE esta é a primeira vez que a taxa de analfabetismo aumenta em 15 anos no país: a última vez que o índice subiu em relação ao ano anterior foi em 1997.

Regionalmente, em 2012, as regiões Sul e Sudeste apresentaram taxas de analfabetismo de 4,4% e 4,8%, respectivamente, caracterizando-se como as regiões com médias menores. A região Nordeste registrou as maiores taxas, de 17,4% entre as pessoas de 15 anos ou mais: 0,5 pontos a mais que a taxa registrada em 2011 (16,9%). O Nordeste concentra mais da metade do total de analfabetos do Brasil: 54% (7,1 milhões de pessoas).

Ainda de acordo com o PNAD (2012), o número de brasileiros que não tem nenhuma instrução ou menos de um ano de estudo, diminuiu entre 2011 e 2012. Em 2011, 11,5% da população de 10 anos

ou mais de idade, se encaixam neste perfil. Um ano depois, a situação melhorou um pouco: as pessoas com até um ano de instrução representam 9% da população ou 15,1 milhão.



**Foto 43: Escola Estadual Professor Juventino Nunes
São João do Manhuaçu/MG**

O compromisso “Educação para Todos” (Acordo de Dacar, assinado pelo Brasil em 2000), traz seis metas pelas quais, até 2015, os países signatários devem expandir cuidados na primeira infância e educação, universalizar o ensino primário, promover as competências de aprendizagem e de vida para jovens e adultos, reduzir o analfabetismo pela metade, alcançar a paridade e igualdade de gênero e melhorar a qualidade da educação.



**Foto 44: Telecentro Comunitário e Biblioteca Municipal
Alpercata/MG**

O estado de Minas Gerais foi o primeiro a implantar o ingresso das crianças aos 6 anos de idade nas escolas, aumentando em um ano o Ensino Fundamental (para 9 anos). Segundo a Secretaria de Educação de Minas Gerais isso foi fundamental para estado ter a melhor nota do país no IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, relativo ao Ensino Fundamental: o índice

mineiro saltou de 4,7 para 5,6 pontos, de 2007 para 2009. O acréscimo de 0,9 na pontuação foi mais do que o dobro da média nacional. No Ensino Médio e no Ensino Fundamental II (da quinta a nona série), o estado ficou em terceiro lugar.



**Foto 45: Escola Estadual Paulo Luiz
Mathias Lobato/MG**

Minas Gerais conta com 22.241 instituições de ensino (particulares e públicas, nos três níveis de escolaridade, conforme apresentado na Tabela 38) e 248.713 docentes.

Tabela 38 – Número de Escolas e Docentes de Minas Gerais (2012).

Número de Escolas			Número de Docentes		
Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Pré-Escolar	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Pré-Escolar
11.831	2.979	7.431	161.108	59.544	28.061

Fonte: IBGE Estados – Censo Educacional - 2012 (INEP)

Segundo o PNUD, a taxa de analfabetismo do estado (de pessoas com 18 anos ou mais de idade) passou de 12,87%, em 2000, para 8,83%, em 2010. O nível de escolaridade da população adulta empregada teve um grande salto entre os anos de 2000 e 2010: a porcentagem de ocupadas com ensino fundamental completo teve um aumento de 15,75%, com Ensino Médio de 13,37% e com Ensino Superior de 5,1% (Tabela 39).

Tabela 39 - Porcentagem do Pessoal Ocupado, com 18 anos ou mais, Segundo Nível de Escolaridade – Minas Gerais (2000/2010).

% dos Ocupados com Fundamental Completo	% dos Ocupados com Fundamental Completo	% dos Ocupados com Ensino Médio Completo	% dos Ocupados com Ensino Médio Completo	% dos Ocupados com Ensino Superior Completo	% dos Ocupados com Ensino Superior Completo
2000	2010	2000	2010	2000	2010
42,96	58,71	27,97	41,34	7,16	12,26

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013

O Governo Estadual desenvolve Programas Estruturadores na Área de Educação, tais como:

- Programa Melhor Emprego: formação profissional e técnico-profissional dos trabalhadores de forma integrada;
- Projeto Pró-Escola: capacitação continuada dos profissionais da educação;
- Projeto Educação Para Crescer: aumentar o tempo de permanência diária dos alunos na escola, ampliando a participação da família e avaliação constante do sistema público de educação (SIMAVE);
- Programa Melhoria da Educação Básica: o objetivo é elevar os níveis de aprendizagem a partir de ações que promovam a aquisição de conhecimentos e habilidades;
- Programa Atendimento ao Ensino Profissional: reorganização da educação profissional em todo o Estado;
- Cooperação Estado e Município na Área Educacional: o objetivo é promover a cooperação mútua dos agentes governamentais visando racionalizar a ação governamental na área de educação;
- Programa Escola Família Agrícola: proporciona ao aluno condições de frequência e melhor desempenho, através de metodologia específica para o aluno rural.

Outros Programas complementares também podem ser citados, tais como Programa de Educação Escolar Indígena, Programa de Educação Ambiental, Projeto Saberes de Minas, Projeto Incluir, Projeto de Valorização da Cultura Afro-Brasileira, entre outros.

Nos municípios mineiros da Área de Estudo, há 1.482 unidades de ensino, entre particulares e públicas, nos três níveis de escolaridade (Ensino Fundamental, Médio e Pré-Escolar). Municípios como Campanário, Divisa Alegre, Dom Cavati, Santa Rita de Minas e São Francisco do Glória, não possuem unidades de ensino privadas.



**Foto 46: Escola Estadual Josefina Vieira
Santa Rita de Minas/MG**

Os municípios maiores, polos de suas respectivas microrregiões, são aqueles que possuem maior número de estabelecimentos de ensino e número de docentes, tais como Governador Valadares, Teófilo Otoni, Caratinga, Manhuaçu e Muriaé. A população dos municípios vizinhos acaba se utilizando da rede de ensino desses municípios como apoio, para matricularem seus filhos em escolas melhores, principalmente as privadas de ensino médio. O número de escolas e de docentes dos municípios analisados pode ser visualizado na Tabela 40.

Tabela 40 - Número de Escolas e Docentes – Municípios da Área de Estudo – Minas Gerais (2012).

Municípios	Número de Escolas			Número de Docentes		
	Ensino Fund.	Ensino Médio	Ensino Pré-Escolar	Ensino Fund.	Ensino Médio	Ensino Pré-Escolar
Águas Vermelhas	13	4	5	126	48	17
Além Paraíba	26	8	23	319	138	48
Alpercata	8	1	4	88	20	12
Cachoeira do Pajeú	13	2	4	109	40	11
Campanário	3	1	1	42	19	4
Carai	29	3	9	234	68	25
Caratinga	54	20	32	684	299	122
Catuji	18	1	5	111	24	10
Divino	25	3	4	184	79	14
Divisa Alegre	3	1	1	63	20	10
Dom Cavati	3	1	2	49	13	8
Engenheiro Caldas	4	1	3	93	21	21
Fervedouro	14	2	7	111	42	17
Frei Inocência	6	1	2	86	28	13
Governador Valadares	124	39	87	2.386	788	587

Municípios	Número de Escolas			Número de Docentes		
	Ensino Fund.	Ensino Médio	Ensino Pré-Escolar	Ensino Fund.	Ensino Médio	Ensino Pré-Escolar
Inhapim	38	4	20	251	59	37
Itambacuri	25	2	12	252	53	28
Itanhomi	9	2	3	118	42	16
Itaobim	12	3	6	173	58	28
Jampruca	4	2	1	56	15	4
Laranjal	4	1	3	48	15	7
Leopoldina	30	10	31	421	217	81
Manhuaçu	56	13	32	726	262	159
Mathias Lobato	2	1	1	42	16	7
Medina	18	3	2	183	56	29
Miradouro	10	1	5	91	24	12
Muriaé	67	14	49	714	252	125
Orizânia	7	1	3	88	17	10
Padre Paraíso	23	3	10	200	50	23
Pedra Azul	23	2	9	198	45	29
Ponto dos Volantes	22	2	1	152	47	19
Santa Bárbara do Leste	7	1	4	75	17	12
Santa Rita de Minas	4	1	2	59	17	12
Santo Antônio do Aventureiro	4	1	2	37	13	7
São Francisco do Glória	3	1	2	42	19	5
São João do Manhuaçu	8	1	7	107	32	14
Tarumirim	18	6	10	150	74	17
Teófilo Otoni	89	22	52	1.190	396	189
Ubaporanga	6	2	7	102	44	17
TOTAL	832	187	463	10.160	3.487	1.806

Fonte: IBGE Estados – Censo Educacional 2012 (INEP)

Sobre o ensino especial, os municípios de Além Paraíba, Caratinga, Divino, Fervedouro, Frei Inocência, Governador Valadares, Inhapim, Itambacuri, Leopoldina, Manhuaçu, Muriaé, Pedra Azul, Teófilo Otoni e Ubaporanga, possuem unidades da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. São instituições particulares de ensino.



Foto 47: APAE de Ubaporanga/MG

Em relação ao Ensino Técnico, segundo o Ministério da Educação, este visa formar um novo trabalhador, sintonizado com a complexidade da realidade atual. “A *contextualização do conhecimento e a vinculação entre teoria prática incentivam a investigação científica, a produção e o desenvolvimento de novas tecnologias*”. Dessa forma foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.



**Foto 48: Escola Técnica SESI/CNI/FIEMG
Cachoeira do Pajeú/MG**

Pesquisa realizada pelo IBOPE, encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), aponta que a sociedade brasileira tem percepção de que a educação profissionalizante é uma excelente escolha para o jovem. De acordo com o estudo, 90% dos entrevistados concordam que quem tem ensino técnico encontra mais oportunidades no mercado de trabalho do que quem não faz nenhum curso. Entretanto, segundo Censo da Educação 2013, apenas 7,8% dos brasileiros optam pela educação profissional contra 76,8% dos australianos, 69,7% entre os finlandeses e

51,5% dos alemães (dados do CEDEFOP - European Centre for the Development of Vocational Training).



Foto 49: Escola Móvel SESI/SENAI – Itambacuri/MG

Na área de estudo existem 111 unidades de ensino profissional, com cursos profissionalizantes como: técnico em informática, meio ambiente, contabilidade, enfermagem, em agropecuária, em comércio, em redes, cooperativismo, em mineração, farmácia, eletrônica, entre outros.

Tabela 41: Instituições de Ensino Profissional – Municípios da Área de Estudo.

Município	Nº de Instituições	Município	Nº de Instituições
Além Paraíba	4	Cachoeira do Pajeú	2
Campanário	1	Carai	1
Caratinga	14	Divino	4
Divisa Alegre	2	Dom Cavati	1
Fervedouro	1	Frei Inocência	1
Governador Valadares	20	Inhapim	1
Itaobim	2	Laranjal	1
Leopoldina	9	Manhuaçu	11
Mathias Lobato	2	Medina	3
Muriaé	10	Padre Paraíso	1
Pedra Azul	3	São João do Manhuaçu	1
Tarumirim	1	Teófilo Otoni	15

Fonte: SISTEC/MRC

Na área de estudo alguns município possuem cursos técnicos oferecido pelo PRONATEC, como por exemplo, Campanário/MG (que formará uma turma de 28 Auxiliares Administrativos em

maio/2015); Além Paraíba/MG que possui os cursos de Inglês Básico, Vendedor e Agente Comunitário de Saúde; e Tarumirim que teve a primeira turma formada em janeiro de 2015.

Segundo informações da Secretaria de Educação de Teófilo Otoni, no município existem duas escolas técnicas agrícolas municipais: a Escola Municipal Agrícola Geraldo Leão Lopes e a Escola Municipal Agrícola Inácio Pereira Guimarães. Na esfera Federal há o PRONATEC, através do IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais e do SEST/SENAT.

Em Além Paraíba/MG, há cursos técnicos de capacitação profissional oferecidos pela Prefeitura municipal, com contrapartida do Governo Federal (Técnico em Secretaria Escolar, Multimeios Didáticos, Infraestrutura, Alimentação Escolar, Hospedagem, Transações Imobiliárias e Agente Comunitário de Saúde).

As instituições de ensino superior da região estudada possuem cursos diversificados, porém, somente alguns municípios possuem instituições de ensino superior presencial e pólos de ensino superior à distância. Na Tabela 42, é possível observar a quantidade de instituições bem como os municípios que as possuem. É importante destacar que os municípios menores, que não possuem estas instituições, os moradores se deslocam, regularmente, para as cidades maiores para estudar.



**Foto 50: Centro Universitário de Caratinga
Caratinga/MG**



Foto 51: Campus UNIPAC em Teófilo Otoni/MG

Segundo as entrevistas realizadas, esse deslocamento é realizado, principalmente, a partir de ônibus intermunicipais. Há também alunos que se reúnem e dividem o frete de vans que realizam o trajeto.

Tabela 42: Número de Instituições de Ensino Superior - Municípios Analisados (2014)

Município	Ensino Presencial	Ensino a Distância
Além Paraíba	4	1
Caratinga	4	2
Divino	0	2
Engenheiro Caldas	0	1
Governador Valadares	8	12
Itambacuri	1	0
Leopoldina	4	1
Manhuaçu	3	2
Medina	0	1
Muriaé	3	3
Padre Paraíso	1	1
Pedra Azul	0	1
Santa Bárbara do Leste	0	1
Teófilo Otoni	7	10
TOTAL DE INSTITUIÇÕES		

Fonte: Sistema E-MEC (Ministério da Educação)

Em relação ao nível de escolaridade da população, com mais de 25 anos de idade, temos apresentados os dados na Tabela 43:

Tabela 43 - Escolaridade da População de 25 Anos ou Mais (%) – Municípios da Área de Estudo – Minas Gerais (2010).

Municípios	Fundamental Incompleto e Analfabeto	Fundamental Incompleto e Alfabetizado	Fundamental Completo e Médio Incompleto	Médio Completo e Superior Incompleto	Superior Completo
Águas Vermelhas	36,6	42,1	8,9	7,9	4,5
Além Paraíba	7,6	44,9	14,9	23,0	9,6
Alpercata	20,3	49,2	14,2	12,7	3,6
Cachoeira do Pajeú	34,5	46,2	6,7	10,0	2,6
Campanário	23,0	49,3	7,1	14,6	6,0
Caraí	34,6	46,1	7,4	8,4	3,5
Caratinga	11,9	48,1	14,3	16,8	8,9
Catuji	32,7	48,2	7,8	8,0	3,3
Divino	17,4	60,5	8,1	8,1	5,9
Divisa Alegre	29,7	43,3	8,5	12,3	6,2
Dom Cavati	15,4	52,3	12,0	13,0	7,3
Engenheiro Caldas	23,3	49,9	9,3	11,8	5,7
Fervedouro	18,7	63,7	8,1	6,7	2,8
Frei Inocência	22,5	44,7	11,7	15,8	5,3
Governador Valadares	9,5	40,0	15,9	24,6	10,0
Inhapim	18,8	55,0	10,7	9,5	6,0
Itambacuri	27,4	42,6	12,9	11,0	6,1
Itanhomi	22,0	51,5	9,4	11,6	5,5
Itaobim	26,7	42,8	10,6	14,5	5,4
Jampruca	29,3	47,4	8,2	11,6	3,5
Laranjal	12,8	47,4	12,6	20,6	6,6
Leopoldina	8,5	45,6	17,2	20,2	8,5
Manhuaçu	10,8	51,0	13,1	18,1	7,0
Mathias Lobato	27,4	45,4	12,5	10,2	4,5
Medina	28,8	43,5	9,1	13,0	5,6
Miradouro	17,0	56,5	8,1	12,4	6,0
Muriaé	9,4	48,3	13,8	19,3	9,2
Orizânia	20,4	63,3	6,7	7,2	2,4
Padre Paraíso	29,5	46,8	9,1	11,6	3,0
Pedra Azul	26,4	43,9	10,7	15,6	3,4
Ponto dos Volantes	35,9	42,8	8,9	9,0	3,6
Santa Bárbara do Leste	16,7	62,1	8,6	9,2	3,4
Santa Rita de Minas	20,3	57,0	10,6	9,0	3,1

Municípios	Fundamental Incompleto e Analfabeto	Fundamental Incompleto e Alfabetizado	Fundamental Completo e Médio Incompleto	Médio Completo e Superior Incompleto	Superior Completo
Santo Antônio do Aventureiro	16,3	60,0	7,6	10,1	6,0
São Francisco do Glória	18,7	53,0	9,3	13,0	6,0
São João do Manhuaçu	18,5	54,8	9,0	12,8	4,8
Tarumirim	22,0	52,7	9,9	10,9	4,6
Teófilo Otoni	16,3	39,2	13,6	20,9	10,0
Ubaporanga	18,2	59,5	9,9	8,8	3,6

Fonte: PNUD, IPEA, FJP – 2014.

Percebe-se, pelos dados apresentados, que o município de Além Paraíba é o que possui o menor número de habitantes com ensino fundamental incompleto/analfabetos (7,6% da população). Por outro lado, Águas Vermelhas se destaca como o município com o maior número, representando 36,6% da população, ou seja, cerca de 4.406 habitantes.



Foto 52: Escola Municipal do Distrito de Soledade Manhuaçu/MG

O município de Leopoldina é que possui o maior número da população com ensino médio completo/ensino superior incompleto (17,2% ou seja, cerca de 8.794 habitantes) e Governador Valadares e Teófilo Otoni, os municípios com maior percentual da população com ensino superior completo (10%).

✓ Programas Municipais de Educação

Alguns municípios da área de estudo desenvolvem projetos/programas municipais na área de educação. As informações apresentadas a seguir foram disponibilizadas pelas Prefeituras Municipais e suas Secretarias de Educação.

Dados disponibilizados da Secretaria Municipal de Educação de Teófilo Otoni/MG, estão sendo desenvolvidos os seguintes projetos/programas educacionais no município (com ou sem apoio/parceria dos governos federal e estadual): Pró-Jovem Urbano; Escola da Terra; PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar; PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar; PACTO – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa; Educação 100% Inclusiva; Atleta na Escola; Mais Educação; PROINFÂNCIAS (em desenvolvimento).

Em Itanhomi é desenvolvido o Programa “Meio Ambiente, Lixo e Bulling”. Segundo a secretaria de educação municipal, os trabalhos são realizados dentro da escola e objetivam a conscientização sobre os referidos temas.

Em Miradouro, temos o Programa de Intervenção Pedagógica (PIP), que monitora e subsidia de forma sistemática o trabalho dos professores do ciclo de alfabetização; o PACTO – Pacto Nacional de alfabetização na Idade Certa; o Programa Mais Educação – Escola em Tempo Integral; e o Escola Empreendedora (que difunde informações e práticas de atendimento ao micro empreendedor individual, realizado em parceria com o SEBRAE/MG).

Em Além Paraíba os programas municipais desenvolvidos na educação são: Programa de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério; o SAMAP – Programa de Acompanhamento da Aprendizagem; Dançarte (literatura e arte em prol da educação); Ecorréis (coleta seletiva e ações concretas de educação ambiental); Monitor Amigo; Corte e Costura.

Em Águas Vermelhas são desenvolvidos o Programa Mais Educação; PACTO; Escola Ativa e Saúde na Escola.

O município de Caratinga aderiu ao Programa Federal Mais Educação, do Ministério da Educação – MEC, e 11 escolas no município começarão a oferecer a modalidade de ensino integral a partir de maio de 2015.

Cabe destacar que todos os municípios da área de estudo possuem transporte escolar para alunos que moram na zona rural e estudam na zona urbana: trata-se do PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar



Foto 53: Ônibus Escolares Aguardando Alunos ao lado da Escola Municipal - Além Paraíba/MG

6.3.2.5 Assentamentos de Reforma Agrária

Segundo o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA foi instituído em 1985, por Decreto Presidencial, gerado a partir de um amplo debate nacional que coletou contribuições e ajudou a compor o documento. Em 2003, foi apresentado o II PNRA, durante a Conferência da Terra. Foi *“construído num amplo diálogo social, fruto do esforço coletivo de servidores e técnicos, com o acúmulo dos movimentos sociais e da reflexão acadêmica. Combina qualidade e quantidade, eficiência e transparência na aplicação dos recursos numa ação integrada de governo e com a participação social na sua implementação”*.

Os procedimentos técnico-administrativos para a criação e reconhecimento de um Projeto de Reforma Agrária (PA), estão amparados pela Norma de Execução DT nº 69/2008. Os PAs, criados e reconhecidos pelo PNRA, estão sob jurisdição e atuação das Superintendências Regionais do INCRA.

Existem dois grupos de Projetos de Reforma Agrária:

I – os criados pelo INCRA por meio de obtenção de terras, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamentos (PA), e ambientalmente diferenciados, denominados Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF);

II – os reconhecidos pelo INCRA, criados pelas instituições governamentais para acesso às políticas públicas do PNRA.

O Plano Brasil sem Miséria inovou ao buscar o cumprimento do objetivo de superar a miséria articulando e potencializando políticas públicas existentes em associação com a criação de novas ações. As experiências do Plano em assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária,

que se encontrava em condições de pobreza extrema, passam a ser vistos como potenciais beneficiários de inúmeras políticas públicas em dois grandes eixos: o primeiro, de inclusão social, possibilitou que famílias já beneficiadas e famílias com perfil do programa de reforma agrária fossem incorporadas ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Por consequência, essas pessoas começaram a contar com a rede de proteção social articulada pelo Cadastro, destacando-se os Programas Bolsa Família, Brasil Sorridente, Brasil Carinhoso, Água para Todos e Minha Casa Minha Vida (STURM & GUERESI, 2013).

O segundo eixo foi o da inclusão produtiva, a ampliação dos serviços de assistência técnica e extensão rural para o público em situação de pobreza, o estímulo à comercialização pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A agenda da sustentabilidade ambiental e produtiva foi potencializada pelo Programa Bolsa Verde, também criado no âmbito do Brasil sem Miséria, destinado a famílias que vivem em assentamentos ambientalmente diferenciados, em parceria com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Meio Ambiente (MMA).

Os frutos já são colhidos pelas famílias acampadas e assentadas: aproximadamente 680 mil delas estão no Cadastro Único (67% das famílias assentadas e 55% das acampadas); o Bolsa Família já faz parte da vida de 395,9 mil delas; há registro da presença de médicos do Programa Mais Médicos em 350 assentamentos de reforma agrária; 20 mil dessas famílias já têm projetos de moradia em avaliação na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil para atendimento pelo Minha Casa Minha Vida; o Água para Todos está em execução para 31,6 mil dessas famílias no semiárido (STURM & GUERESI, 2013).

Nas ações de inclusão produtiva também foram reestruturadas: a assistência técnica foi ampliada para 350 mil famílias em 2014. No âmbito do Plano, realizou-se a primeira chamada pública de assistência técnica extrativista, que beneficia 26.054 famílias, em 5,3 milhões de hectares. O Programa de Fomento do Brasil sem Miséria já beneficia 12.663 famílias assentadas e o Bolsa Verde é realidade para 40,6 mil, que vivem em 11 milhões de hectares de áreas reformadas. O Programa de Aquisição de Alimentos está ajudando a ampliar a renda de mais de 35 mil famílias, e 4,5 mil famílias serão beneficiadas com ações de apoio à produção agroecológica (STURM & GUERESI, 2013).

Segundo informações do INCRA (dados de dezembro de 2014), no Brasil há 956.543 famílias assentadas em 9.128 assentamentos criados, com área reformada equivalente a 88.101.001 hectares.

A área de estudo está inserida na Superintendência Regional do INCRA - SR 06 (Minas Gerais). De acordo com os levantamentos da Coordenação-Geral de Implantação – DTI/INCRA, e

disponibilizados em seu sítio eletrônico²⁵, temos o seguinte quantitativos de PAs na Superintendência analisada:

	PAs	Área Total (ha)	Famílias Assentadas
Superintendência Regional do Estado de Minas Gerais - SR (06)	327	874.307,07	15.978

Quadro 11 - Projetos de Assentamentos da Superintendências Regional de Minas Gerais (INCRA-SR 06).
Fonte: INCRA, 2014.

Nos municípios analisados temos um total de 16 Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, concentrados em 9 municípios: Carai (1); Governador Valadares (3); Itaobim (1); Jampruca (4); Medina (1); Padre Paraíso (1); Pedra Azul (2); Tarumirim (1) e; Teófilo Otoni (2).

Tabela 44 - PAs Localizados nos Municípios Analisados da Área de Estudo.

Nome do PA	Município	Área (ha)	Famílias Assentadas
PA Futura	Carai	1.061,69	28
PA Barro Azul	Governador Valadares	2.147,22	54
PA Joaquim Nicolau da Silva	Governador Valadares	599,75	16
PA Oziel Alves Pereira	Governador Valadares	1.942,03	68
PA Bela Vista	Itaobim	1.951,00	38
PA Santa Martha	Jampruca	1.007,48	31
PA Santa Maria/Monaliza	Jampruca	619,59	20
PA Manuel Ferreira Alves	Jampruca	734,94	20
PA Ulisses Oliveira	Jampruca	1.500,80	44
PA Surpresa	Medina	2.310,82	34
PA Córrego Comprido	Padre Paraíso	1.106,60	41
PA Nova Serrana	Pedra Azul	1.412,38	27
PA Lagoa Dourada	Pedra Azul	1.303,42	26
PA Aliança	Pedra Azul	1.994,10	72
PA São Sebastião	Tarumirim	176,25	20
PA Saudade	Teófilo Otoni	3.355,61	144
PA Itamunhec	Teófilo Otoni	2.136,67	--

Fonte: INCRA, 2014.

²⁵ Relação de Projetos de Reforma Agrária extraída do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA e disponibilizada quinzenalmente no site: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>. Acesso em dezembro de 2014.

Para os estudos ambientais da BR-116/MG, foi definido o levantamento dos assentamentos situados dentro de uma faixa de 3 km de distância, a partir do eixo da rodovia. Para esses assentamentos serão direcionadas a caracterização geral, área, número de famílias, atividades econômicas desenvolvidas, infraestruturas existentes e outras informações que caracterizem a área. Foi adotada essa distância, pois, essas comunidades deverão ser diretamente afetadas pelas obras de duplicação, incluindo-se aí, inclusive, a possibilidade de desapropriação e/ou redução dos lotes que se situem às margens da rodovia.

Assim, os Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, diretamente afetados pelas obras do empreendimento serão: PA Oziel Alves Pereira; PA Surpresa; PA Córrego Comprido e; PA Aliança.

A seguir serão apresentadas informações desses assentamentos obtidas a partir dos relatórios do Painel dos Assentamentos²⁶ – INCRA e de informações disponibilizadas pela SR-06²⁷.

✓ **PA Oziel Alves Pereira**

O PA Oziel Alves Pereira (código INCRA MG0084000), localiza-se no município de Governador Valadares/MG, a cerca de 3 km da sede municipal, sendo criado pela Portaria nº 038, em 25 de setembro de 1997, através de compra das terras, datada de agosto de 1997. O acesso é feito, integralmente, por estrada asfaltada, através da rodovia BR 116 (Rio-Bahia), no sentido Governador Valadares – Teófilo Otoni. A entrada do assentamento fica à esquerda da rodovia, antes do horto florestal do IBAMA.

Segundo o Espelho do Projeto, disponibilizado pela Superintendência Regional (SR-06), o imóvel que hoje é o assentamento, pertencia anteriormente à União, e foi transmitido à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Conforme certidão cartorária, a EMBRAPA celebrou contrato de comodato com a EPAMIG, que subcomodatou, parcialmente, com o IBAMA, Rural Minas e IEF, em agosto de 1974. A área foi ocupada irregularmente por 300 famílias de trabalhadores rurais, sem terra, liderados pelo MST – Movimento dos Sem Terra que, posteriormente (por força de ação de reintegração de posse judicial), tiveram de desocupá-la e, como consequência, se transferindo para as margens da BR-116. Como o imóvel não cumpria a sua função social, foi autorizada a sua aquisição, via Decreto 433, para fins de reforma agrária, culminando na criação do PA.

Possui a capacidade para assentar 77 famílias, mas, atualmente, abriga 68 famílias assentadas em uma área de aproximadamente 1.900 hectares – constando, ainda, como em “fase de estruturação”. Não há famílias inscritas no Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES e nem no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Também não

²⁶ Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em dezembro de 2014.

²⁷ Por meio do Ofício/INCRA/SR-06/MG/GAB/Nº 49/2015, de 16/01/2015.

recebeu nenhum maquinário do Programa do Governo Federal PAC II – Programa de Aceleração do Crescimento. No PA, 48 famílias estão inscritas no CAD Único; 17 no CAD 70; e 22 no Bolsa Família.



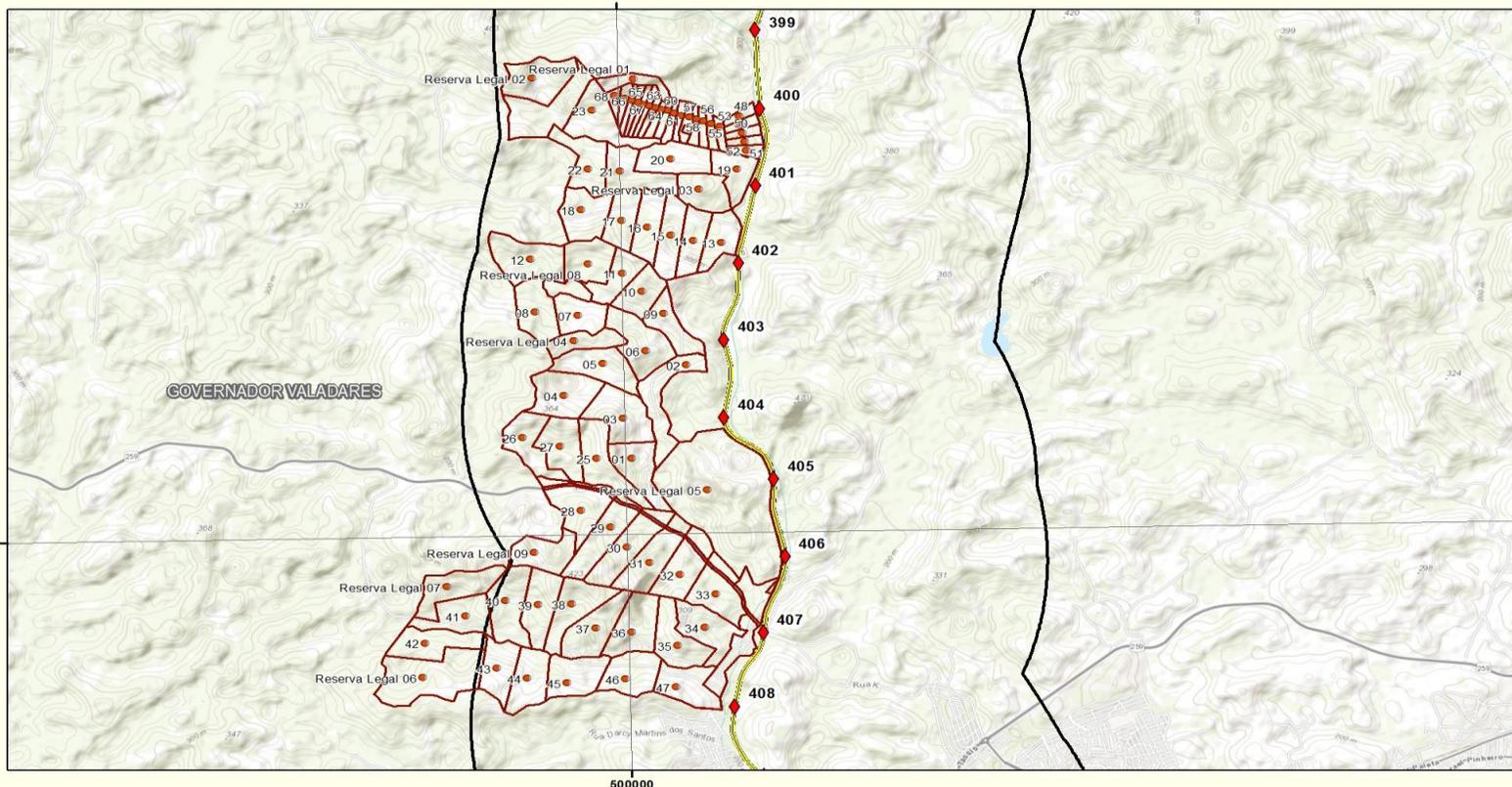
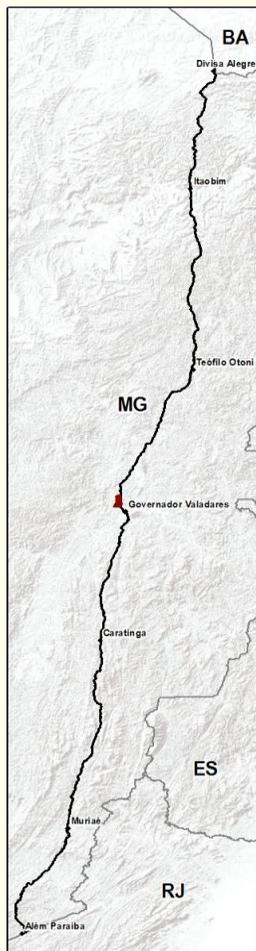
Figura 51: Curral e Silo de Uso Comunitário Existente na Agrovila do PA Oziel Alves Pereira, e vista da Agrovila.
Fonte: Diagnóstico Socioambiental e Projeto Final de Assentamento, INCRA

Há duas Associações ativas no PA: APROINCA - Associação de Produção Industrialização e Comercialização Agrícola e ACOAP - Associação de Cooperação Agrícola Oziel Alves Pereira, segundo informações do Espelho do Projeto, com data de consulta de fevereiro de 2014.

Segundo o projeto enviado, o PA possui 68 lotes que variam de tamanho (de 21 a 36 ha), 9 áreas de reserva legal e uma área comunitária (de cerca de 1,5 ha). Margeia a BR-116/MG por cerca de 8,2 km, estando localizado a oeste da rodovia. A rodovia estadual MG-259 corta o PA (vide Figura 52 e mapas no Anexo IV).

Somente as reservas legais 6 e 7 e os lotes 41 e 42 estão fora da faixa de 3 km, adotada para o estudo, ou seja, mais de 92% do assentamento está inserida nessa área (cerca de 1.800 hectares).

Mapa de Localização do Assentamento PA - Oziel Alves Pereira
TRECHO: Divisa BA/MG - Divisa MG/RJ (Além Paraíba), KM0,0 - KM818,1km.



Legenda		
	Sedes municipais	
	Quilometragem	
	Rodovia BR-116MG	
		Números dos Lotes PA - Oziel Alves Pereira
		Lotes demarcados - PA - Oziel Alves Pereira
		Área de Influência - 3km
		Limites municipais

Fonte: Base Municipal e Localidades - IBGE; Dados referentes aos Assentamentos fornecidos pelo INCRA; Composição de imagens Basemaps cedidas pelo Software ArcGis/ESRI.

Figura 52: Localização do PA Oziel Alves Pereira

✓ **PA Surpresa**

O PA Surpresa (código MG0082000) localiza-se no município de Medina/MG e foi ocupado em 05/12/1996, através de desapropriação e criado pela Portaria 023, de 02/07/1997. Possui uma área de aproximadamente 2.310 ha, com capacidade para assentar 35 famílias. Atualmente, 34 famílias estão assentadas. O status do assentamento se apresenta como “assentamento em estruturação” (ver Figura 53).

De acordo com as informações do INCRA, todas as famílias estão inscritas no ATES; 21 no CAD Único; 7 no CAD 70; 8 no Programa Bolsa Família; e 3 no Bolsa Verde (adesão em 2012). O PA recebeu do PAC II os seguintes equipamentos: 5 retroescavadeiras; 1 motoniveladora; 1 caminhão caçamba; 1 caminhão pipa; e 1 carregadeira.

Segundo o projeto do assentamento, há 35 lotes e 5 reservas legais. Os lotes que margeiam a BR já consideram a faixa de domínio da rodovia (40 metros). A rodovia intercepta cerca de 2 km do PA, afetando uma área de cerca de 1.703 hectares (aproximadamente 68% da área total do PA) (vide Figura 53).

Mapa de Localização do Assentamento PA - Surpresa
TRECHO: Divisa BA/MG - Divisa MG/RJ (Além Paraíba), KM0,0 - KM18,1km.

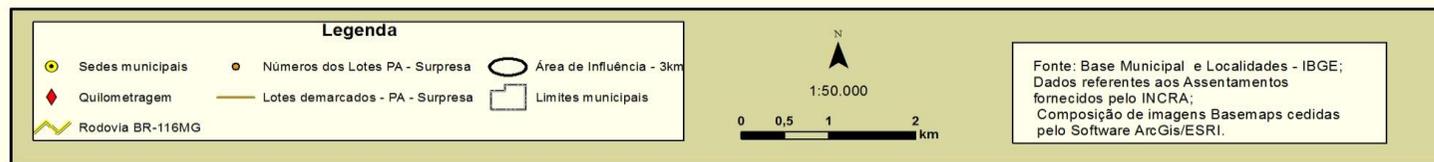
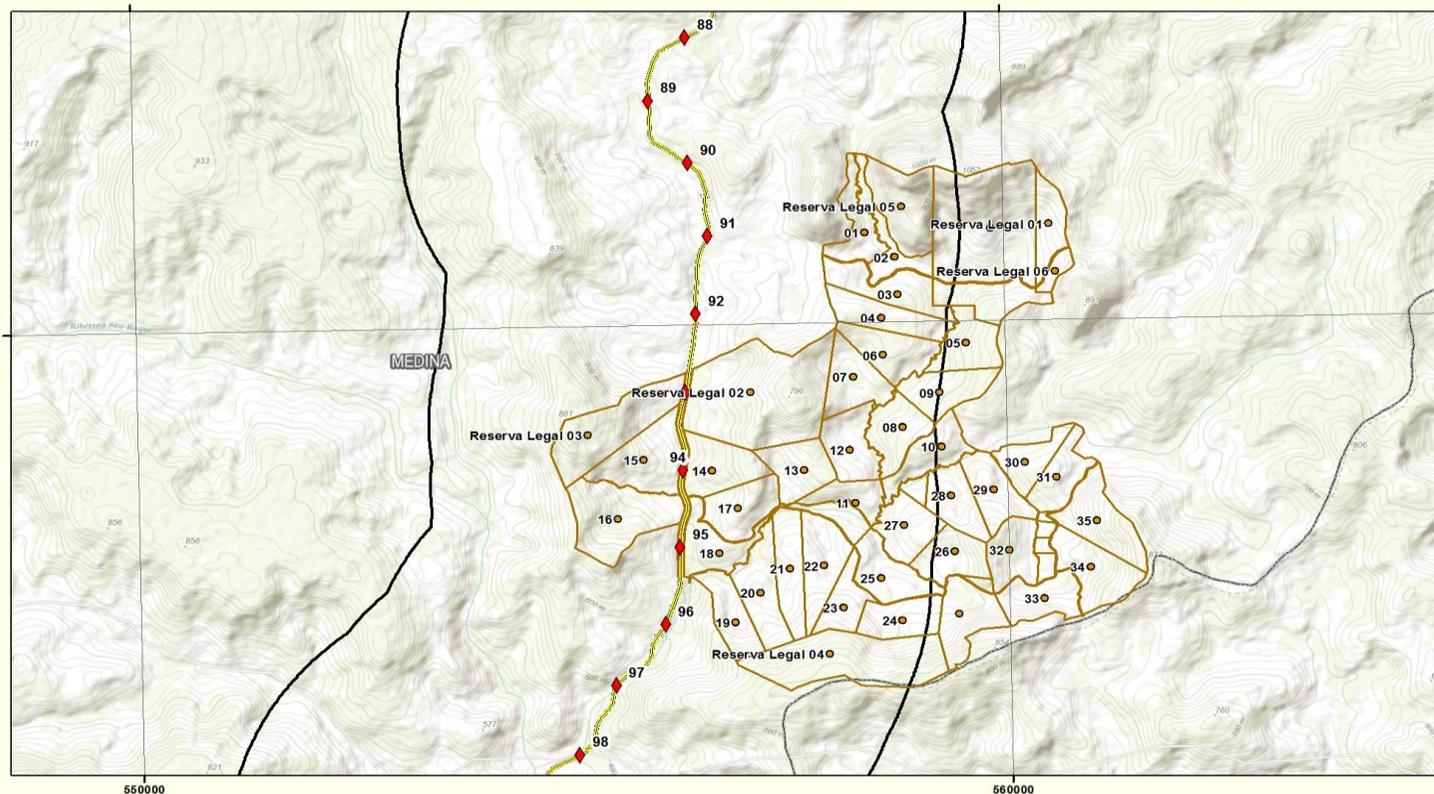


Figura 53: Localização do PA Surpresa

✓ **PA Córrego Comprido**

O PA Córrego Comprido (código MG0009000), localiza-se no município de Padre Paraíso/MG. Foi criado através da Portaria 837, de 24/09/1987. Segundo informações da Superintendência Regional do INCRA (SR-06), o assentamento já foi emancipado e titulado pelo Instituto, ou seja, as terras já pertencem aos assentados. Por isso, há poucas informações sobre ele.

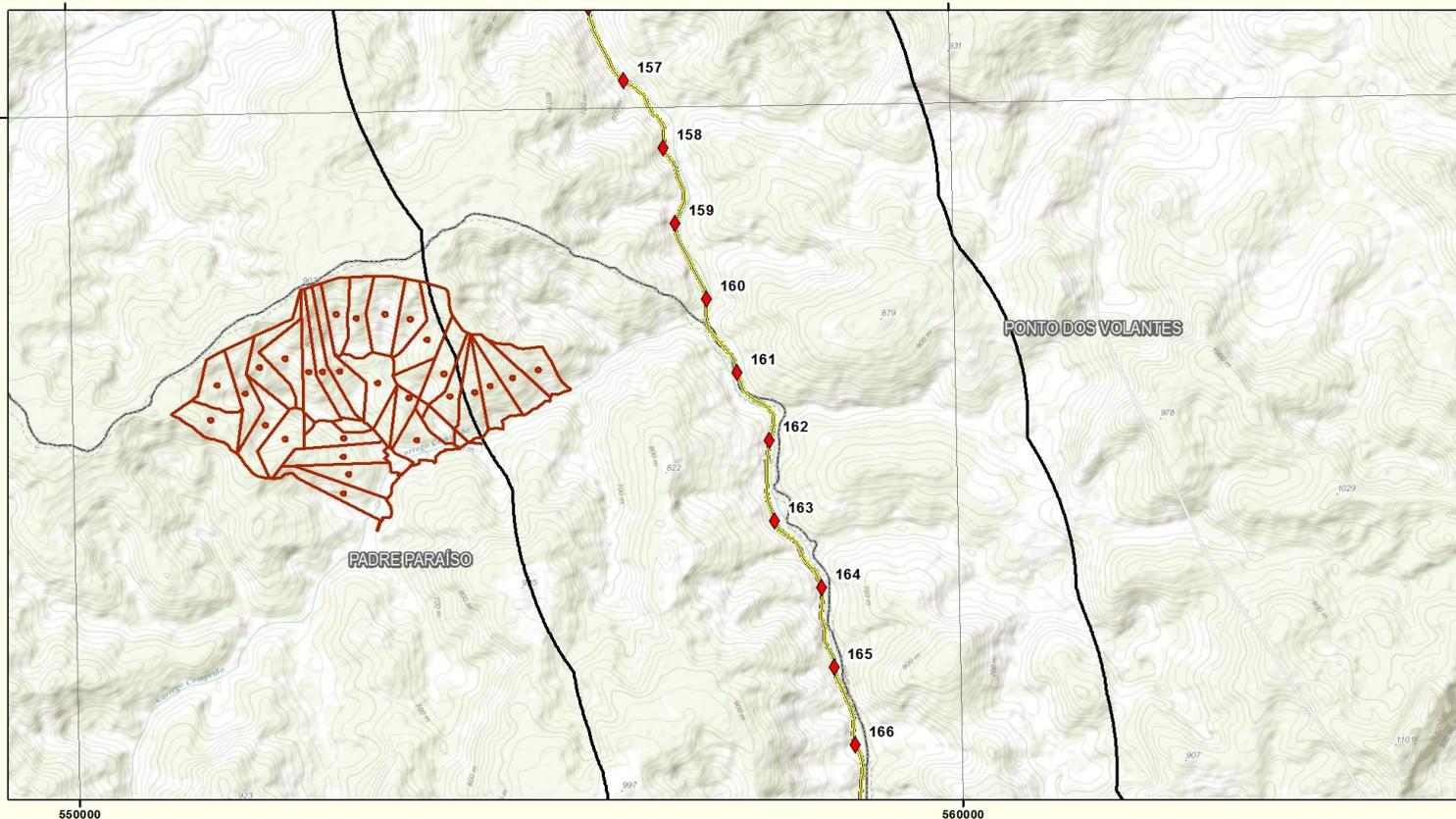
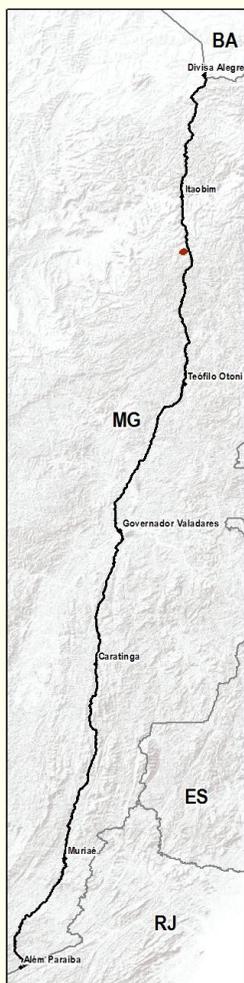
O PA possui uma área de, aproximadamente, 1.107 ha, com capacidade para abrigar 43 famílias (41 delas estão nele assentadas). Nenhuma família está inscrita no ATES; 26 estão no CAD Único; 4 no CAD 70 e; 6 no Bolsa Família. O PA recebeu do PAC II os seguintes equipamentos: 5 retroescavadeiras; 1 motoniveladora; 1 caminhão caçamba; 1 caminhão pipa; e 1 carregadeira.

O assentamento dista cerca de 1,6 km da BR-116/MG. Entretanto, algumas de suas estruturas estão inseridas na faixa de 3 km, adotada para esse estudo: os lotes 1, 2 e 3 estão totalmente dentro dessa faixa e parte dos lotes 4, 5, 6 e 7. Essa área totaliza cerca de 1.100 hectares (15% da área total do PA).



Mapa de Localização do Assentamento PA - Córrego Comprido

TRECHO: Divisa BA/MG - Divisa MG/RJ (Além Paraíba), KM0,0 - KM818,1km.



Legenda		
	Sedes municipais	
	Quilometragem	
	Rodovia BR-116MG	
		Área de Influência - 3km
		Limites municipais

N

1:50.000

0 0,5 1 2 km

Fonte: Base Municipal e Localidades - IBGE; Dados referentes aos Assentamentos fornecidos pelo INCRA; Composição de imagens Basemaps cedidas pelo Software ArcGis/ESRI.

Figura 54: Localização do PA Córrego Comprido

✓ **PA Aliança**

Como o assentamento anterior, o PA Aliança (código MG000700) já foi emancipado e seus assentados possuem a titularidade da terra. Foi criado em 1987, através da Portaria 054. Localiza-se no município de Pedra Azul/MG, possuindo uma área aproximada de 5.036 ha, com capacidade para 95 famílias. Entretanto, somente 72 estão assentadas.

Sobre os programas sociais, 36 famílias estão inscritas no CAD Único; 18 no CAD 70 e; 17 no Bolsa Família. Também recebeu do PAC II os seguintes equipamentos: 5 retroescavadeiras; 1 motoniveladora; 1 caminhão caçamba; 1 caminhão pipa; e 1 carregadeira.

O assentamento dista cerca de 6,5 km da BR-116/MG e nenhum lote e/ou estrutura deste está inserido na faixa de 3 km, adotados para este estudo (ver Figura 55).

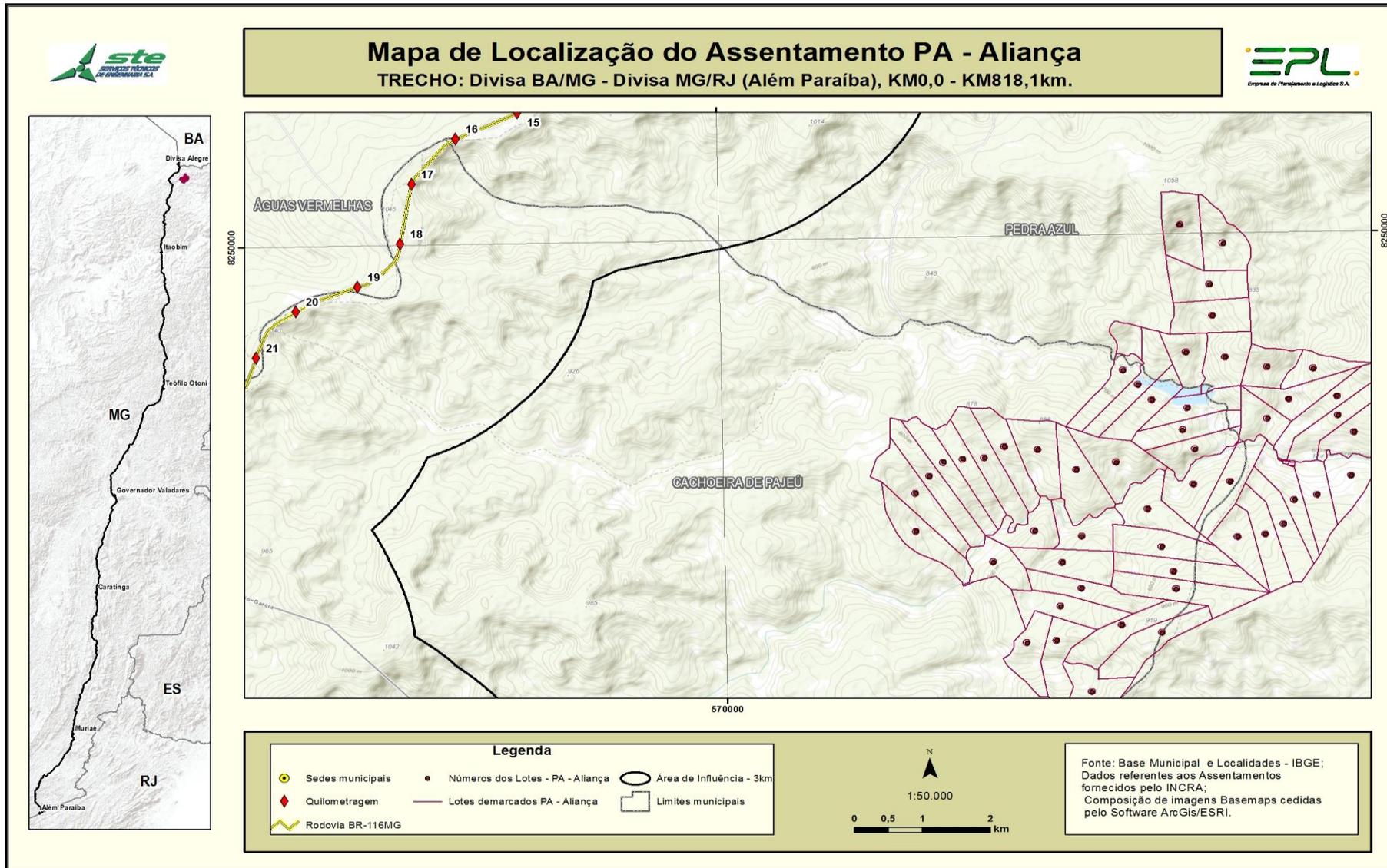


Figura 55: Estruturas e Lotes - PA Aliança.

6.3.3 DINÂMICA ECONÔMICA

6.3.3.1 Estrutura Produtiva e de Serviços

O Produto Interno Bruto caracteriza-se como principal indicador para análise de desempenho econômico de uma região ou país. Permite, por exemplo, mensurar a renda gerada na economia, pelos diversos agentes produtores, em dado período de tempo.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o PIB brasileiro cresceu 7,5% no ano de 2010, em relação à baixa base do ano anterior. Contribuíram para esse resultado as expansões de 6,9% no valor adicionado e de 11,7% nos impostos sobre produtos líquidos de subsídios. Em valores correntes, alcançou-se R\$ 3,770 trilhões, somatório dos R\$ 3,227 trilhões do valor adicionado bruto, aos R\$ 542,904 bilhões dos impostos sobre produtos.

A análise, segundo a oferta, revela que o bom desempenho foi capitaneado pela indústria que, ao apresentar queda de 5,6%, em 2009, cresceu 10,4%, em 2010, registrando variações positivas e significativas em todas as atividades: indústria extrativa mineral (13,6%), construção civil (11,6%), indústria de transformação (10,1%) e produção e distribuição de gás, água, esgoto e limpeza urbana (8,1%). As atividades da construção civil e da Indústria de transformação, foram influenciadas pelas políticas de desoneração seletiva de tributos, em especial, pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis, eletrodomésticos e materiais de construção (IBGE, 2012).

O produto da agropecuária cresceu 6,3%, impulsionado pelo aumento da safra de grãos que, a sua vez, se beneficiou das condições climáticas. O setor de Serviços apontou crescimento de 5,5%, com destaque para comércio (10,9%), intermediação financeira, seguros e previdência complementar (10,0%) e transporte, armazenagem e correios (9,2%), estimulados pela elevação da massa salarial dos trabalhadores e ampliação do crédito (IBGE, 2012).

✓ Economia da Região Sudeste

A Região Sudeste é a principal responsável pela geração de riquezas econômicas do País: abriga as maiores montadoras e siderúrgicas, possui o maior parque industrial, áreas de atividades agrícolas modernas, bancos, mercados de capitais, empresas transnacionais, comércios, universidades, e possui, também, as duas metrópoles nacionais, consideradas cidades globais (São Paulo e Rio de Janeiro).

O Sudeste é responsável por 56,4% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional: o setor de serviços é o principal segmento de atividade e representa a maior parte da riqueza do Sudeste. A agricultura é bem dinâmica e diversificada, destaca-se o cultivo de café, laranja e cana-de-açúcar. A exploração de minério é outra atividade econômica importante: Minas Gerais detém grandes reservas de ferro e manganês; a maioria do petróleo produzido no país é extraído da bacia de Campos, no Rio de Janeiro.

Os resultados de 2011 mostraram que a Região Sudeste participou com 55,4% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Nesse ano, em relação ao anterior, o estado de São Paulo, com 32,60% do PIB, teve queda de 0,5 ponto percentual, enquanto Rio de Janeiro e Espírito Santo ganharam 0,4 e 0,2 pontos percentuais, respectivamente, e Minas Gerais, com 9,32%, manteve sua participação inalterada, conforme aponta a tabela abaixo.

Tabela 45: Participação do PIB dos Estados da Região Sudeste – 2010/2011

Unidade de Federação	2010	2011	Comportamento
São Paulo	33,10	32,60	Diminuiu
Rio de Janeiro	10,80	11,20	Aumentou
Minas Gerais	9,32	9,32	Igual
Espírito Santo	2,20	2,40	Aumentou

Fonte: IBGE e Fundação João Pinheiro (FJP).

✓ Perfil Econômico de Minas Gerais

O estado de Minas Gerais é o terceiro mais rico da região e do Brasil (só perde para São Paulo e Rio de Janeiro), assim como o maior parque industrial do país (ficando atrás dos mesmos estados). Tem a economia equilibrada entre serviços e indústrias, sendo que, além dessas duas áreas, ainda existe a da agricultura. Na parte industrial, a de energia é a que recebe maior destaque: a produção de energia de Minas Gerais é de, aproximadamente, 17% da produção nacional. Outra parte importante da economia mineira é a de produção tecnológica, tendo participação no chamado “vale do silício brasileiro”.

Minas Gerais ocupa lugar de destaque no cenário nacional em vários quesitos estruturais: detém a segunda maior população brasileira, ocupa o quarto lugar em área territorial. Acresce que seu histórico de protagonismo no cenário político nacional, o coloca como referência no contexto do país. Mas são os avanços recentes, verificados nos campos econômico, social e ambiental, que contribuíram para consolidar a posição de Minas Gerais, como um ator de grande relevância no desenvolvimento do Brasil. A economia mineira equivale à economia de países como Israel, Irlanda, Chile e República Tcheca. Entre os 184 países membros do FMI, o estado ocuparia a 50ª posição.

No campo econômico, a evolução recente indica que a economia mineira manteve-se como a terceira maior do Brasil, tendo elevado seu valor agregado à produção nacional de 8,4%, em 1999, para 9,4% em 2010 (de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em 2011, foi registrado um crescimento real médio de 2,7% do PIB mineiro, em relação a 2010, percentual similar à expansão do PIB nacional no mesmo período.

Após queda nos anos 90, o estado também vem aumentando de forma consistente sua participação nas exportações brasileiras, a partir de 2003, passando de 10% para 15,5%, em 2010, o que lhe confere o segundo maior estado exportador do Brasil.

O PIB de Minas Gerais cresceu 9,9%, em termos nominais (ou seja, avaliado aos preços correntes dos respectivos períodos), de R\$ 351.380.905 bilhões, em 2010, para R\$ 386.155.622 bilhões, em 2011. Conforme tabela a seguir.

Tabela 46: Produto Interno Bruto em Valores Correntes e Taxa de Crescimento de Minas Gerais/Brasil – 2000/2011.

ANO	Produto Interno Bruto – 2000/05/09-11			
	Valores Correntes (R\$ milhão)		Taxas de Crescimento (%)	
	Minas Gerais	Brasil	Minas Gerais	Brasil
2000	100.612.295	1.179.482	8,5	4,3
2005	192.639.256	2.147.293	8,9	3,2
2009	287.054.748	3.239.404	8,8	- 0,3
2010	351.380.905	3.770.085	9,3	7,5
2011	386.155.622	4.143.013	9,3	2,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.
Elaboração: Fundação João Pinheiro – 2013

Essa variação pode ser atribuída, majoritariamente, à elevação do nível geral de preços da economia, conforme medido pela evolução do deflator implícito do PIB. O movimento dos preços das *commodities* determinou forte apreciação do produto agregado no subsetor da indústria de extração mineral, cujo deflator evoluiu com variação positiva de 45,5%, em 2011, portanto, muito acima da variação do deflator implícito do PIB. Em menor medida, isto também foi verificado na variação do deflator do setor agropecuário, de acordo com os dados do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais do IBGE. O crescimento do PIB, em valor nominal, implicou na elevação do PIB *per capita* estadual, a preços de mercado correntes, de R\$ 17.931,89, em 2010 para R\$ 19.573,29, em 2011, (90,9% da média nacional), conforme aponta a Tabela 47.

Tabela 47: Produto Interno Bruto *per capita* Valores Correntes (2000/2011).

ANO	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> – 2000/05/09-11	
	Valores Correntes (R\$)	
	Minas Gerais	Brasil
2000	5.580,13	6.886,28
2005	10.013,76	11.658,10
2009	14.328,62	16.917,66

ANO	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> – 2000/05/09-11	
	Valores Correntes (R\$)	
	Minas Gerais	Brasil
2010	17.931.89	19.766,33
2011	19.573.29	21.535.65

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.
Elaboração: Fundação João Pinheiro – 2013

✓ Setores Econômicos – Minas Gerais

A composição do PIB mineiro revela a predominância no setor de serviços na geração desta renda (58,3%), seguido pela indústria (32%) e pela agropecuária (9,5%). Observa-se que a estrutura produtiva da economia mineira é fortemente baseada na produção de bens primários, com destaque para as atividades agropecuárias e minero-metalurgia. Assim, é natural a predominância – 62% do total exportado em 2010 – de produtos primários na pauta das exportações mineiras.

A Tabela 48 aponta as taxas de crescimento real do Valor Adicionado nos grandes setores econômicos do estado de Minas Gerais, no período 2003/2010.

Tabela 48: Taxa de Crescimento do Valor Adicionado por Atividades Econômicas – Minas Gerais – 2003-2010.

Setores de atividades	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Agropecuária	-4,4	9,2	1,0	2,3	-2,9	15,8	-1,1	5,5
Indústria	3,0	5,6	4,3	2,9	7,42	2,7	-13,1	14,1
Serviços	1,5	5,5	4,0	4,1	5,3	4,7	1,0	5,8

Fonte: IBGE e Fundação João Pinheiro (FJP).

a. Aspectos Econômicos das Regiões de Planejamento e Municípios da Área de Estudo.

Neste tópico, serão apresentados dados da economia das Regiões de Planejamento, Rio Doce, Zona da Mata Jequitinhonha/Mucuri, Norte de Minas e municípios pertencentes à área de estudo.

Na Tabela 49, a seguir, pode-se observar que a Região de Planejamento da Zona da Mata, com 142 municípios, respondia por 38,86% do Produto Interno Bruto, em 2010. A região do Rio Doce, com 29,94%, a Norte com 20,81% do PIB e, a região Jequitinhonha/Mucuri, que respondia apenas com 10,40%.

As acentuadas disparidades regionais da economia mineira são visíveis quando se considera o PIB *per capita* de cada uma delas. Na área mais pobre, a região do Jequitinhonha/Mucuri, o PIB *per capita*, em 2010, era pouco mais de R\$ 5,5 mil.

Tabela 49: PIB – Valor Bruto e *Per Capita* das Regiões de Planejamento Inseridas na Área de Estudo.

Região de Planejamento	População (jul./2011)	Eleitores (até Nov 2011)	Área (km ²)	PIB 2009 (R\$1.000)	PIB per capita 2009	IDH M 2007	Nº de municípios
Rio Doce	1.627.698	1.214.246	41.714	17.168.651	10.458,43	0,739	102
Zona da Mata	2.184.397	1.653.713	35.711	22.296.699	10.116,38	0,764	142
Jequitinhonha/Mucuri	1.050.027	779.820	66.765	5.961.596	5.537,30	0,665	68
Norte de Minas	1.619.489	1.174.897	128.450	11.943.407	7.260,22	0,697	89
Total MG	6.481.611	4.822.676	272.640	57.370.353	3.337.233	--	401

Fontes: IBGE – Censo 2010.

RP Região do Rio Doce

A Região de Planejamento (RP) Rio Doce, reúne 1,62 milhões de habitantes e 8,3% da população mineira. Cerca de 80% da população regional vive em áreas urbanas, com destaque para os municípios de Caratinga e Governador Valadares, polos da região.

A RP responde por 6,3% do PIB mineiro, cuja distribuição setorial revela a predominância dos serviços (56,2%), em comparação à participação relativa da indústria (37,5%) e da agropecuária (6,3%). É a região que apresentou menor crescimento do PIB *per capita*, entre 2005 e 2008.

A região é também responsável por 5,8% dos empregos formais e 4,8% das exportações totais da economia estadual. Quando analisada, individualmente, cada atividade, nota-se maior contribuição da região na geração do valor adicionado da indústria (7,2%), seguida dos serviços (6,2%) e, por último, da agropecuária (5,2%). Dentre as atividades econômicas desenvolvidas na região, destacam-se a produção de autopeças, têxteis, agricultura, pecuária, celulose, siderurgia, mecânica pesada, produtos alimentares e reflorestamento. Nos últimos anos, a participação regional no total do PIB do estado, oscilou negativamente em 0,4 pontos percentuais, enquanto que, nas exportações, teve queda acentuada de 6,7 pontos percentuais, a maior perda dentre as dez regiões de Minas.

Na Tabela 50 a seguir, pode se perceber que, entre os municípios analisados, em 2009 - Governador Valadares foi o responsável pelo maior PIB *per capita* (R\$10.809,32 mil), seguido por Santa Rita de Minas com (R\$ 9.746,06 mil) e Caratinga com (R\$ 8.006,74mil). Dom Cavati teve o menor PIB *per capita* (R\$ 4.978,57mil). Os demais municípios estiveram praticamente iguais.

Tabela 50: PIB a Preços Correntes e PIB Per Capita de Minas Gerais e Municípios Analisados (2005/2009).

Unidade de Federação e Municípios	Produto Interno Bruto					Per Capita (R\$) 2009
	A preços correntes (1.000 R\$)					
	2005	2006	2007	2008	2009	
Minas Gerais	192 639 256	214 753 977	241 293 054	282 520745	287 054 748	14 328,62
Alpercata	32 215	33 266	35 579	38 672	40 112	5 531,10
Campanário	15 855	19 856	20 262	26 553	27 106	7 214,74
Caratinga	483 163	581 964	611 016	611 764	684 352	8 006,74
Dom Cavati	20 028	23 738	26 169	30 781	28 930	4 978,57
Engenheiro Caldas	42 396	45 330	46 374	53 769	56 074	5 140,64
Frei Inocêncio	37 787	36 448	45 191	50 771	54 560	5 837,19
Governador Valadares	2 022 974	2 262 899	2 463 871	2 587 223	2 845 814	10 809,32
Inhapim	101 788	109 014	122 979	144 319	150 295	6 023,37
Itambacuri	92 343	92 659	107 718	123 815	134 253	5 740,75
Itanhomi	42 494	48 095	51 036	57 036	63 976	5 177,28
Jampruca	17 805	18 568	21 069	25 688	26 990	5 245,96
Mathias Lobato	14 081	15 175	16 122	17 268	19 698	5 586,38
Santa Bárbara do Leste	34 725	33 971	34 400	47 828	43 049	5 546,13
Santa Rita de Minas	38 087	37 099	53 519	77 301	58 282	9 746,06
Tarumirim	47 034	52 543	57 888	69 439	75 479	5 175,12
Ubaporanga	52 109	50 002	56 847	64 897	69 659	5 545,66

Fonte: IBGE 2011 - Contas Nacionais nº36

✓ **RP Zona da Mata**

A região reúne 2,17 milhões de habitantes e 11,1% da população mineira. Cerca de 81% da população regional vive em áreas urbanas, com destaque para os municípios polos: Carangola, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa.

A Zona da Mata responde por 7,6% do PIB mineiro, mas vem perdendo participação no período recente. Entre 2001 e 2008, a participação regional no PIB mineiro caiu 0,7 pontos percentuais.

A distribuição setorial do PIB da Zona da Mata revela a predominância dos serviços (68,4%), em comparação à participação relativa da indústria (22,6%) e da agropecuária (9,0%). Quando analisada, individualmente, cada atividade, nota-se maior contribuição da região na geração do valor adicionado dos serviços (9%) e da agropecuária (8,4%), já que a região contribui com apenas 5,4% da renda gerada na indústria mineira. A região é responsável por 9,5% dos empregos formais e de 3,2% das exportações totais da economia estadual. Tal como ocorre em relação ao PIB, observa-se que, também nas exportações, a Zona da Mata tem reduzido sua participação no total do estado nos últimos cinco anos.

Dentre as atividades econômicas desenvolvidas na região, o destaque é para a produção de suco de fruta natural, café, produtos alimentares, metalurgia (zinco), siderurgia e automóveis.

Em 2009, dentre os municípios que compõem a AID do empreendimento, pertencentes à região da Zona Mata, o PIB *per capita* de Além Paraíba ultrapassou o do estado mineiro – (R\$18.018,68 mil). Manhuaçu e Miradouro, praticamente, se igualaram ao do estado e Orizânia teve o PIB *per capita* mais baixo (R\$ 4.535,37 mil). Conforme mostra a Tabela 51, abaixo.

Tabela 51: PIB a Preços Correntes e PIB Per Capita de Minas Gerais e Municípios Analisados (2005/2009).

Unidade de Federação e Municípios	Produto Interno Bruto					Per Capita (R\$) 2009
	A preços correntes (1 000 R\$)					
	2005	2006	2007	2008	2009	
Minas Gerais	192 639 256	214 753 977	241 293 054	282 520745	287 054 748	14 328,62
Além Paraíba	438 867	469 040	335 219	537 189	623 284	18 018,68
Divino	79 936	83 618	82 946	116 213	106 150	5 281,36
Fervedouro	36 186	40 210	40 459	53 653	55 019	5 116,12
Laranjal	29 637	31 919	34 636	40 131	43 400	6 607,84
Leopoldina	358 829	388 043	415 882	462 060	510 693	9 907,71
Manhuaçu	678 495	837 759	906 759	1 118 224	1 108 460	14 101,64
Miradouro	58 380	49 886	57 064	87 609	148 854	13 979,54
Muriaé	624 743	733 649	771 971	884 441	927 707	9 311,71

Unidade de Federação e Municípios	Produto Interno Bruto					Per Capita (R\$)
	A preços correntes (1 000 R\$)					
	2005	2006	2007	2008	2009	2009
Orizânia	21 223	23 789	24 118	30 074	32 101	4 535,37
Santo Antonio do Aventureiro	15 927	16 189	18 134	21 696	22 729	6 313,54
São Francisco do Glória	20 224	23 368	23 994	32 128	32 376	5 695, 01
São João do Manhuaçu	65 167	58 875	64 303	84 064	73 657	7 454,43

Fonte: IBGE 2011 - Contas Nacionais nº36

✓ RP Jequitinhonha/Mucuri

Reunindo 5,1% da população e 2,0% do PIB estadual, a região de Jequitinhonha/Mucuri apresenta o mais baixo PIB *per capita* dentre as dez regiões de Minas Gerais. A taxa de urbanização de Jequitinhonha/Mucuri é baixa (63,2%) e tem entre seus principais municípios: Teófilo Otoni, município polo da região.

A distribuição setorial do PIB do Jequitinhonha/Mucuri, revela ampla predominância dos serviços (69,0%), em comparação à participação relativa da agropecuária (16,5%) e da indústria (14,5%). A região é também responsável por (1,5%) dos empregos formais e por apenas (0,3%) das exportações totais da economia estadual.

Quando se analisa, individualmente, cada atividade, nota-se maior contribuição da região na geração do valor adicionado da agropecuária (4,1%), seguida dos serviços (2,4%) e, por último, da indústria (0,9%). Dentre as atividades econômicas desenvolvidas na região, destacam-se a agricultura, pecuária, mineração, pedras ornamentais e reflorestamento.

Nos últimos anos, a participação regional no total das exportações do estado, oscilou negativamente em 0,53 pontos percentuais, enquanto que no PIB manteve-se estável.

A Tabela 52, abaixo, mostra o Produto Interno Bruto, a preços correntes e a renda *per capita*, nos período de 2005 a 2009, dos municípios pertencentes à região do empreendimento, que fazem parte da região de planejamento Jequitinhonha/Mucuri. Esta é a região mais pobre de Minas Gerais, a maior renda *per capita*, em 2009, era no do município de Teófilo Otoni e a menor no município de Caraií.

Tabela 52: PIB a Preços Correntes e PIB *Per Capita* de Minas Gerais e Municípios Analisados (2005/2009).

Unidade de Federação e Municípios	Produto Interno Bruto					Per Capita (R\$) 2009
	A preços correntes (1 000 R\$)					
	2005	2006	2007	2008	2009	
Minas Gerais	192 639 256	214 753 977	241 293 054	282 520 745	287 054 748	14 328,62
Cachoeira de Pajeú	48 773	40 760	44 380	41 083	48 175	5 051,41
Carai	52 390	61 332	62 635	74,605	80 639	3 601,26
Catuji	18 763	23 642	24 767	23 962	27 707	4 177,19
Itaobim	96 030	110 562	117 281	135 320	142 984	6 614,12
Medina	73 776	78 814	84 616	96 092	102 445	4 851,74
Padre Paraíso	44 831	53 192	56 448	64 930	71 394	3 779,25
Pedra Azul	115 517	117 854	136 643	208 417	187 524	7 212,45
Ponto dos Volantes	26 987	31 204	37 832	38 878	41 718	3 640,92
Teófilo Otoni	740 010	779 825	880 463	1 043 090	1 154 886	8 848,55

Fonte: IBGE 2011 - Contas Nacionais nº36

✓ RP Norte de Minas

A região reúne 1,61 milhões de habitantes, 8,2% da população mineira. A região é, predominantemente urbana, embora sua taxa de urbanização seja relativamente reduzida – 69,4%, comparada às demais. A cidade de Montes Claros é o principal polo da região.

Responsável por 4,0% do PIB, 2,4% das exportações e 3,6% dos empregos formais, a RP tem sua geração de renda concentrada no setor de serviços (61,8%), seguida pela indústria (24,9%) e pela agropecuária (13,2%). A RP manteve sua participação no PIB e nas exportações relativamente estável nos anos 2000.

Quando analisada, individualmente, cada atividade, nota-se maior contribuição da região na geração do valor adicionado da agropecuária (7,0%), seguida dos serviços (4,4%) e, por último, da indústria (3,0%). Dentre as atividades econômicas desenvolvidas na região, o destaque é para a agricultura, seguida da pecuária, ferro-liga, metalurgia, reflorestamento, têxteis, frutas e minerais

não metálicos. O PIB *per capita* desses municípios, em 2009, estiveram praticamente iguais, como mostra a Tabela 53 abaixo.

Tabela 53: PIB a Preços Correntes e PIB Per Capita de Minas Gerais e Municípios Analisados (2005/2009).

Unidade de Federação e Municípios	Produto Interno Bruto					Per Capita (R\$) 2009
	A preços correntes (1 000 R\$)					
	2005	2006	2007	2008	2009	
Minas Gerais	192 639 256	214 753 977	241 293 054	282 520 745	287 054 748	14 328,62
Águas Vermelhas	51 321	40 210	42 920	49 278	89 496	6 728,53
Divisa Alegre	29 841	32 672	35 316	41 139	42 667	6 843,16

Fonte: IBGE 2011 - Contas Nacionais nº36

O rendimento médio *per capita* de Minas Gerais, é de 733 reais, de acordo com o censo realizado em 2010, pelo IBGE, encontrando-se abaixo da média nacional. Contudo, o estado apresenta uma grande disparidade entre suas regiões no que se refere ao desenvolvimento econômico e social.

Nas regiões analisadas, a renda média *per capita* mais representativa, está nos municípios de Governador Valadares (R\$ 678,74) e de Caratinga (R\$ 610,29), da região do Rio Doce; Além Paraíba (R\$ 674,74), Leopoldina (R\$ 609,50) e Laranjal (R\$ 601,49), da região da Zona da Mata; Teófilo Otoni (R\$ 615,34), da região de Jequitinhonha/Mucuri. Na região Norte de Minas, os valores da renda média *per capita* estão equilibrados (Tabela 54).

Tabela 54: Renda Domiciliar, Renda Per Capita Média Mensal e Índice de Gini, dos Municípios Analisados (2010).

Municípios	Renda Domiciliar Média Mensal	Renda Per Capita Média	Índice de Gini
RP Rio Doce			
Alpercata	375,37	401,21	0,45
Campanário	347,27	350,46	0,44
Caratinga	593,88	610,29	0,54
Dom Cavati	481,43	485,90	0,44
Engenheiro Caldas	398,75	407,77	0,49
Frei Inocência	382,28	389,61	0,46

Municípios	Renda Domiciliar Média Mensal	Renda <i>Per Capita</i> Média	Índice de Gini
Governador Valadares	656,20	678,74	0,52
Inhapim	423,92	434,81	0,52
Itambacuri	361,19	370,48	0,51
Itanhomi	459,94	474,77	0,55
Jampruca	338,38	344,60	0,48
Mathias Lobato	299,91	326,18	0,54
Santa Bárbara do Leste	350,12	351,59	0,44
Santa Rita de Minas	388,97	395,61	0,44
Tarumirim	350,27	364,41	0,47
Ubaporanga	337,22	342,30	0,41
RP Zona da Mata			
Além Paraíba	666,65	674,50	0,50
Divino	409,05	426,94	0,52
Fervedouro	294,18	301,55	0,48
Laranjal	579,80	601,49	0,49
Leopoldina	604,04	609,50	0,50
Manhuaçu	582,04	592,99	0,50
Miradouro	440,47	443,39	0,52
Muriaé	742,06	758,46	0,52
Orizânia	236,95	247,35	0,54
Santo Antonio do Aventureiro	470,44	485,50	0,42
São Francisco do Glória	446,98	449,20	0,47
São João do Manhuaçu	475,30	484,15	0,57
RP Jequitinhonha/Mucuri			
Cachoeira do Pajeú	261,79	265,27	0,52
Caraí	241,36	244,29	0,53
Catuji	212,35	221,41	0,54

Municípios	Renda Domiciliar Média Mensal	Renda <i>Per Capita</i> Média	Índice de Gini
Itaobim	351,36	362,88	0,51
Medina	375,41	388,82	0,57
Padre Paraíso	249,46	253,17	0,54
Pedra Azul	313,18	327,18	0,53
Ponto dos Volantes	254,14	267,46	0,53
Teófilo Otoni	600,77	615,34	0,57
RP Norte de Minas			
Águas Vermelhas	299,85	306,97	0,51
Divisa Alegre	328,34	341,94	0,57

Fonte: IBGE

b. Atividades Econômicas das Regiões de Planejamento e Municípios da Área de Estudo.

A análise da produção de uma determinada região pode ser feita através de sua estratificação em setores, conforme o tipo de bem ou serviço produzidos. Esta análise não pretende apenas inferir no nível de produção auferido em um determinado período de tempo, mas também qualificar esta produção. Se uma sociedade é estritamente agrícola, pode-se inferir que o nível tecnológico da mesma deva ser baixo. Da mesma forma que o nível educacional e a densidade populacional – provavelmente, sejam pequenos - devido à grande necessidade de espaço para as plantações.

Conclui-se que, numa área agrícola, quanto menor for a densidade populacional, mais custosa será a instalação da infraestrutura social (educação, saúde, saneamento, etc.), em decorrência tanto da baixa utilização, como das maiores distâncias envolvidas. Uma vez que regiões em desenvolvimento têm recursos limitados, uma sociedade estritamente agrícola tende a apresentar uma infraestrutura social menos eficiente do que numa sociedade urbanizada.

Os estratos principais da economia são os setores da agropecuária, da indústria, e o de comércio e serviços, que para fins didáticos são comumente chamados apenas de Setor de Serviços. Cada Setor Econômico apresenta uma participação distinta na formação do PIB de uma região, o que se denomina valor adicionado.

Na evolução econômica das sociedades percebe-se que a produção tende a migrar do setor agropecuário para o setor de serviços, ou seja, o valor adicionado pelo setor agropecuário tende a diminuir à medida que a sociedade evolui ao longo do tempo.

A seguir serão apresentadas informações sobre o percentual do valor adicionado ao PIB pelos setores de atividades econômicas das regiões de planejamento Rio Doce, Zona da Mata, Jequitinhonha/Mucuri, Norte de Minas, bem como dos municípios que compõe a área em estudo.

✓ RP Rio Doce

De acordo com dados do último Censo (2010), a região do Rio Doce produziu 5,6% do PIB mineiro. Na composição do Valor Adicionado local, a atividade industrial representou 32,8%, a segunda maior participação no valor adicionado industrial local entre as regiões de planejamento, concentrada, particularmente, na produção siderúrgica: laminados planos de aço especiais, ao carbono, revestimento e estruturas metálicas. A fabricação de celulose e produtos de papel foram segmentos da indústria de transformação que se destacaram, bem como a fabricação de laticínios.

A participação do setor de serviços no valor adicionado local foi de 59,8%, com contribuição significativa do comércio (varejista e atacadista) de automóveis e combustíveis e do comércio varejista de alimentos e bebidas. A menor participação foi a do setor agropecuário, com percentual de 7,4%, segundo menor entre as regiões.

Somando-se as participações de Ipatinga (33,0%), Governador Valadares (16,2%), Timóteo (9,3%), Caratinga (4,8%) e Coronel Fabriciano (4,3%), foram obtidos 67,7% do PIB da região. Relativamente ao PIB estadual, a contribuição desses municípios foi de 3,8%.



Foto 54: Setor Industrial de Governador Valadares/MG

✓ **RP Zona da Mata**

A participação da RP Zona da Mata no PIB mineiro foi de 7,5% em 2011, apresentando um crescimento percentual de 0,2% em relação ao ano de 2010.

A agropecuária representou 11,3% do valor adicionado (VA) da região e obteve contribuições expressivas da produção de lenha e de carvão vegetal; do cultivo de café e da pecuária com a produção de bovinos, suínos e aves. A indústria, que contribuiu com 21,6% do VA local, teve maior peso na indústria de transformação dos gêneros metalúrgico, têxtil, moveleiro e automobilístico. Os serviços representaram 67,1% do VA local, destacando-se o comércio, principalmente com as vendas de bebidas (refrigerante e cerveja), café, produtos de perfumaria e cosméticos, combustíveis e automóveis.

As maiores participações no PIB da Zona da Mata foram de Juiz de Fora (32,4%), Manhuaçu (5,1%), Ubá (5,1%), Muriaé (4,1%) e Cataguases (3,4%), totalizando 50,0% da região. A representação desses municípios no PIB do estado correspondeu a 3,7%.



Foto 55: Centro Comercial de Manhuaçu/MG

✓ **RP Jequitinhonha/Mucuri**

A região do Jequitinhonha/Mucuri gerou apenas 1,9% do PIB mineiro. A agricultura se destacou na agropecuária local com as culturas de abacaxi, mandioca, cana-de-açúcar e milho.



Foto 56: Centro Comercial de Teófilo Otoni/MG

✓ **RP Norte de Minas**

A participação da região Norte no PIB mineiro foi de 3,9%. O comércio e a administração pública (com participação de 25,2% no VA da região) se destacaram no que se refere ao setor de serviços, cuja contribuição para o VA local foi de 63,2%.

A agropecuária representou 14,5% do VA local, evidenciando-se as culturas de soja, milho, cana-de-açúcar, mandioca, café e banana. A indústria, com participação de 22,3% no VA local, teve destaques na fabricação de leite, nos segmentos metalúrgicos (fabricação de ferroligas e de metais não ferrosos) e têxteis, e na produção de medicamentos veterinários (vacinas).

A Tabela 55 abaixo identifica a participação de cada Setor Econômico para a formação do PIB nos municípios da Área de Estudo, ano de 2012.

Tabela 55: Percentual do Valor Adicionado ao PIB pelos Diferentes Setores Econômicos dos municípios analisados. (2012)

RP Rio Doce			
Município	Agropecuária	Indústria	Serviços
Alpercata	12,20	16,0	67,2
Campanário	18,30	10,1	68,1
Caratinga	6,30	12,0	72,9
Dom Cavati	9,80	12,3	74,8
Engenheiro Caldas	11,30	12,2	71,8
Frei Inocêncio	22,00	12,1	62,9
Governador Valadares	1,30	14,6	74,2
Inhapim	21,20	9,1	65,7
Itambacuri	13,40	12,9	69,9
Itanhomi	14,80	12,5	69,8

Jampruca	26,40	10,0	61,6
Mathias Lobato	13,70	10,9	71,5
Santa Bárbara do Leste	30,50	8,8	57,6
Santa Rita de Minas	22,50	14,9	57,1
Tarumirim	20,30	11,7	64,9
Ubaporanga	30,30	9,6	57,1
RP Zona da Mata			
Município	Agropecuária	Indústria	Serviços
Além Paraíba	1,40	11,3	74,8
Divino	32,70	7,8	54,7
Fervedouro	34,60	8,5	53,8
Laranjal	22,70	12,1	61,3
Leopoldina	8,70	16,4	66,3
Manhuaçu	7,20	15,6	66,1
Miradouro	19,90	10,4	63,6
Muriaé	3,20	15,2	72,1
Orizânia	27,20	9,6	60,6
Santo Antonio do Aventureiro	22,90	9,3	64,9
São Francisco do Glória	30,30	8,2	58,5
São João do Manhuaçu	34,50	17,3	43,4
RP Jequitinhonha/Mucuri			
Município	Agropecuária	Indústria	Serviços
Cachoeira do Pajeú	13,00	11,0	70,8
Caraí	15,40	13,9	68,4
Catuji	14,80	11,1	71,9
Itaobim	4,10	11,5	77,2
Medina	8,20	21,1	66,9
Padre Paraíso	4,70	14,1	78,2
Pedra Azul	37,90	16,6	43,1
Ponto dos Volantes	10,90	12,3	74,1
Teófilo Otoni	4,20	14,7	72,7
RP Norte de Minas			
Município	Agropecuária	Indústria	Serviços
Águas Vermelhas	18,80	10,2	64,7
Divisa Alegre	3,00	27,7	59,3

Fonte: IBGE

6.3.3.2 Economia Informal

Em meio à globalização da economia e a abertura dos mercados, o modelo de produção capitalista passa por uma etapa de reestruturação na qual impõe a sociedade, ao estado e ao espaço, diversas e contínuas transformações que permitem a sua manutenção e expansão. Nesse contexto, o crescimento do setor terciário tem sido uma tendência mundial, evidenciada pela ampliação do trabalho autônomo, pelo aumento dos postos de trabalho das populações marginalizadas e pela diminuição da importância das atividades primárias para a macroeconomia (CLEPS, 2009).

As atividades econômicas informais estão cada vez mais presentes no cotidiano da sociedade brasileira: seu crescimento deve-se, entre outras razões, às transformações socioeconômicas resultantes da adoção de modelos flexíveis de gestão que se refletiram diretamente sobre o mercado de trabalho. Diante do aumento dos índices de desemprego e das baixas remunerações oferecidas no setor formal, a informalidade tem sido, na maioria das vezes, a única alternativa de trabalho para um expressivo contingente de mão de obra que se encontra fora dos padrões exigidos pelo mercado de trabalho (CLEPS, 2009). A partir dessas considerações, neste item serão passadas informações sobre a economia informal no Brasil, Minas Gerais, e municípios que compõem a área de estudo.

O grau de informalidade do mercado de trabalho caiu substancialmente nos últimos dez anos. A proporção de trabalhadores informais era de, aproximadamente, 54% no Brasil e 52% em Minas Gerais, em 2001, tendo caído 12 pontos percentuais, tanto no Brasil, como em Minas Gerais, chegando em 2011 a uma proporção de 42% e 40%, respectivamente. A informalidade no mercado de trabalho paulista é, consideravelmente, menor do que a de Minas Gerais e do Brasil: a diferença é próxima de 10 pontos percentuais. Minas Gerais tem hoje uma proporção de trabalhadores formal igual a que o estado de São Paulo mantinha há dez anos (FJP, 2012b).

Os empregados sem registro da carteira de trabalho são o grupo mais representativo entre os informais. Eles representavam 22% dos ocupados em Minas Gerais, em 2011. O segundo maior grupo de trabalhadores informais são os “conta própria”. Esse grupo representava 15% dos ocupados nesse mesmo ano.

Os trabalhadores por “conta própria” são um grupo com grande incidência da informalidade: em 2001, 82% dos trabalhadores nessa posição eram informais. A redução nos últimos dez anos foi de oito pontos percentuais, fazendo com que a proporção de informais entre os trabalhadores por “conta própria” alcançasse 74%, em 2011. É importante destacar que a maior parte da redução da informalidade entre os “conta própria” ocorreu nos últimos dois anos: dos oito pontos de redução registrados entre 2001 e 2011, seis pontos ocorreram entre 2009 e 2011.



Foto 57: Feira Livre – Padre Paraíso/MG

É sabido que nesse período entrou em vigor a legislação do Micro Empreendedor Individual (MEI), que facilita e promove a formalização desses trabalhadores. Segundo estudo realizado pelo SEBRAE (2012), entre julho de 2009, quando teve início a formalização do MEI, e abril de 2012, foram registrados mais de dois milhões de microempreendedores individuais no Brasil, sendo 210 mil em Minas Gerais, o que tem impacto direto sobre o grau de informalidade. Outro aspecto relevante, foi a grande geração de empregos com carteira assinada: a quantidade desses empregos aumentou para quase quatro milhões, entre 2009 e 2011, no Brasil, e em quase 700 mil, em Minas Gerais. Muitos trabalhadores podem ter deixado a informalidade para ocupar uma posição como empregado. (FJP 2012a).

A Tabela 56 aponta os locais de funcionamento das empresas do setor informal da economia, com destaque para o número significativo de empresas que funcionam fora das residências²⁸.

Tabela 56: Empresas do Setor Informal, por Tipo de Empresa Segundo Local de Funcionamento - Minas Gerais (2003).

Local de Funcionamento	Total	Empresa do Setor informal	
		Tipo de Empresa	
		Conta própria	Empregador
Total	1.119 774	992 915	126 859
Só no domicílio	264 840	247 021	17 819
Local exclusivo	118 290	107 863	10 427
Não tem local exclusivo	146 549	139 158	7 391
Sem declaração	--	--	--
Só fora do domicílio	718 862	614 701	104 161

²⁸ Cabe destacar que a última pesquisa realizada sobre a temática pelo IBGE foi publicada em 2003, não havendo mais recentes.

Local de Funcionamento	Total	Empresa do Setor informal	
		Tipo de Empresa	
		Conta própria	Empregador
Loja, oficina	245 629	166 792	78 837
Domicílio de cliente	306 239	292 325	13 914
Veículo	71 785	66 692	5 093
Via pública	56 723	54 275	2 448
Outros	32 313	28 814	3 499
Sem declaração	6 575	6 203	372
No domicílio e fora do domicílio	66 073	61 194	4 879
Loja, oficina	3 420	1 559	1 861
Domicílio de cliente	52 865	50 252	2 613
Veículo	308	308	---
Via pública	4 715	4 715	---
Outros	4 480	4 075	405
Sem declaração	284	284	---
Sem declaração	---	---	---

Fonte: IBGE - Economia Informal Urbana

A Tabela 57, apresentada a seguir, caracteriza as empresas do setor informal da economia de Minas Gerais, segundo diferentes grupos de atividades, onde se observa a maior representatividade das atividades associadas ao comércio, serviços, construção civil e indústria de transformação.

Tabela 57: Empresas do Setor Informal, por tipo de Empresa Segundo Grupo de Atividades - Minas Gerais (2003).

Grupos de Atividades	Total	Empresa do setor informal	
		Tipo de empresa	
		Conta própria	Empregador
Total	1 049 774	922 915	126 859
Indústria de Transporte e Extrativa	193 692	173 573	20 119
Construção Civil	213 927	200 550	13 377
Comércio e Reparação	291 876	243 663	48 213
Serviço de Alojamento e Alimentação	72 901	65 334	7 567
Transporte Armazenagem e Comunicações	88 852	77 779	11073

Grupos de Atividades	Total	Empresa do setor informal	
		Tipo de empresa	
		Conta própria	Empregador
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados à Empresas	48 874	42 597	6 277
Educação, Saúde e Serviços Sociais	36 681	23 264	13 417
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	98 462	92 268	6 194
Outras Atividades	2 696	2 329	367
Atividades mal definidas	1 814	1559	255

Fonte: IBGE - Economia Informal Urbana

A Tabela 58 aponta o número de pessoas ocupadas por cada tipo de empresa do setor informal da economia de Minas Gerais. Observa-se que o grupo de maior representação é do comércio e reparação.

Tabela 58: Empresas do Setor Informal, por Número de Pessoas Ocupadas, Segundo Grupos de Atividades - Minas Gerais (2003).

Grupos de Atividades	Total (1)	Empresas do Setor Informal		
		Número de pessoas ocupadas		
		1	2	3 ou mais
Total	1 049 773	847 370	130 521	71 882
Indústria de Transporte e Extrativa	193 691	150 043	33 825	9 823
Construção Civil	213 927	198 315	13 081	2 531
Comércio e Reparação	291 876	217 178	42 255	32 443
Serviço de Alojamento e Alimentação	72 900	58 521	8 480	5 899
Transporte Armazenagem e Comunicações	88 852	75 159	9 693	4000
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados à Empresas	48 874	36 433	6 830	5 611
Educação, Saúde e Serviços Sociais	36 681	21 054	8 936	6 691
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	98 462	86 868	7 078	4 516
Outras Atividades	2 696	2 241	88	367
Atividades mal definidas	1 814	1 559	255	---

Fonte: IBGE - Economia Informal Urbana

Nas cidades brasileiras o trabalho autônomo é um fenômeno antigo. Ainda no séc. XIX, as negras que faziam iguarias e artigos de armarinho, comercializavam seus produtos pelas ruas das

principais cidades da época, a exemplo de Salvador, Rio de Janeiro e Recife. Os mascates, geralmente, descendentes de povos árabes que, visitando cidades do interior, batendo de porta em porta, ofereciam as mais variadas mercadorias, representando, assim, outra figura que ilustrava esta atividade.

Nas cidades do interior, principalmente as de porte médio, o fenômeno dos camelôs e ambulantes é mais recente: esses começam a fazer parte do urbano, a partir do momento em que a cidade passa a atrair fluxos demográficos, com a criação de frentes de trabalho, como a implantação de distritos industriais e a consequente expansão comercial, com a instalação de estabelecimentos de ensino, principalmente de nível superior, com a criação de hospitais, enfim, uma série de infraestruturas urbanas que acabam atraindo um grande número de migrantes, oriundos principalmente das cidades polarizadas.



Foto 58: Camelôs na Cidade de Governador Valadares/MG

Durante as atividades de campo foram visitadas as prefeituras dos municípios da Área de Estudo, a fim de se obter mais informações sobre a economia informal de cada um deles. As informações obtidas nesses contatos foram de que, a maior parte do mercado de trabalho local urbano está concentrado na economia formal. Porém, as prefeituras não possuem dados e pesquisas sobre o número de trabalhadores nos setores formal e informal: se baseiam nas pesquisas realizadas pelo IBGE.



Foto 59: Comercio de frutas, sucos, queijos e doces às margens da BR 116 (Municípios de Alpercata e Medina/MG).

Segundo as prefeituras de municípios menores e que possuem a economia direcionada às atividades agropecuárias (exemplos: Leopoldina, Frei Inocência, Campanário, Águas Vermelhas etc.), sazonalmente, é comum a troca de ocupações rurais não qualificadas (desmatamento, limpeza de pasto, colheita de safras), por ocupações urbanas informais (doméstico, vendedor, servente). É comum, também, nessas cidades, os pequenos produtores rurais venderem suas produções em feiras livres, nos centros urbanos dos municípios, como forma de complementar a renda familiar.



Foto 60: Feirantes nas Cidades de Miradouro e Manhuaçu/MG

Nas cidades mais urbanizadas é muito comum ver trabalhadores informais: as prefeituras apontam que a falta de capacitação é uma das principais razões para o crescimento da informalidade, já que as empresas, indústrias e o setor de serviços, estão contratando mão de obra com qualificação. Nas cidades como Muriaé, Teófilo Otoni, Caratinga, Manhuaçu e Governador Valadares, por exemplo, as prefeituras descrevem que a ocupação no setor informal está, principalmente, concentrada nos trabalhos domésticos, vendedores ambulantes, catadores de resíduos recicláveis, pequenas empresas de prestação de serviço, não formalizadas (borracharias, mecânicas, cabeleireiros, etc.), entre outros.

Nas referidas cidades, o principal lugar de concentração das atividades informais acontece em suas ruas centrais (“Centro”), onde existe um intenso fluxo de veículos e de pessoas. Nestas áreas centrais, além das atividades comerciais e de serviços, ainda existem residências, constituindo-se, assim, como o espaço de uso para pedestres, veículos, ônibus, motos, bicicletas e pela publicidade em geral. Nestas ruas centrais são comercializados diferentes tipos de produtos como alimentos, produtos importados, brinquedos, produtos artesanais, entre outros tantos.



Foto 61: Vendedores Ambulantes no Centro das Cidades de Muriaé e Caratinga/MG.

Foi levantado pelas prefeituras dos municípios, inseridos na área de estudo, que o perfil da informalidade, principalmente de pequenas empresas familiares, vem mudando devido aos Programas Governamentais (federais e estaduais) de Microcrédito: trata-se da concessão de empréstimos de pequeno valor a microempreendedores formais e informais, normalmente de acesso ao sistema financeiro tradicional.

Alguns Programas Federais que podem ser citados são o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado – PNMO, gerido pelo Ministério do Trabalho e Emprego; Programa de Microcrédito do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES; Microcrédito Orientado da Caixa Econômica Federal – CEF; e microcréditos orientados concedidos pelo chamado “Sistema S”: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI; Serviço Social do Comércio - SESC; Serviço Social da Indústria - SESI; Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio – SENAC; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR; entre outros).

6.3.3.3 Distritos Industriais e Indústria na Área de Estudo

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG, é uma empresa pública estadual cujo objetivo principal é atrair novas oportunidades de investimentos para o estado. Atua na elaboração e implantação de projetos, obras, serviços e empreendimentos, com

destaque para o setor de infraestrutura. A empresa coordena, também, projetos em distritos industriais e responde pela gestão dos bens de domínio do patrimônio estadual.

Um dos compromissos é a promoção da interiorização do desenvolvimento estadual por meio do fomento industrial: a iniciativa tem possibilitado a atração de novas empresas para Minas Gerais, o que impacta positivamente a sua economia.

Segundo a CODEMIG, todo trabalho de coordenação, estudos e execução de projetos e obras, voltados à implantação de áreas industriais, é realizado por meio de parcerias com prefeituras municipais e entidades privadas. Integram-se a esse esforço de promoção do desenvolvimento industrial do estado: o Instituto de Desenvolvimento Industrial – INDI e o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - BDMG, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.

O resultado dessa interação é a presença consolidada de mais de 2.500 projetos industriais, nos 52 distritos industriais implantados em diferentes regiões de Minas Gerais.

Na área de estudo há o distrito industrial de Governador Valadares, implantado no ano de 1977, que localiza-se a 8 quilômetros do centro urbano, com acesso pela BR-381. A área total do distrito é de 1.695.596 m², não havendo mais áreas disponíveis para instalação de novas indústrias. Nele, também, está localizado o Aeroporto da cidade.

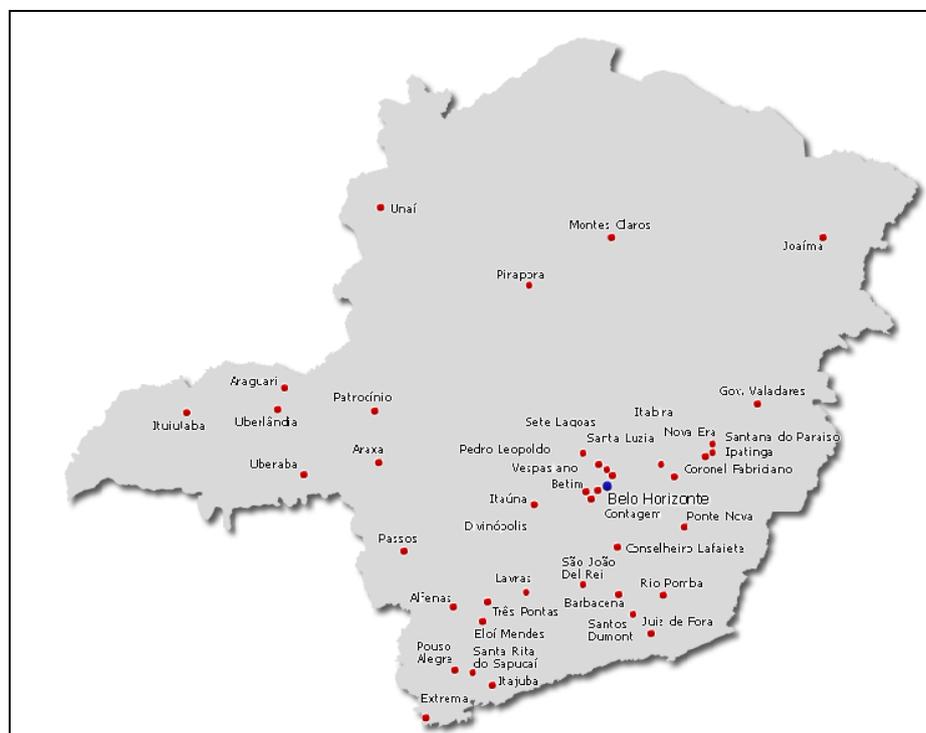


Figura 56: Distritos Industriais de Minas Gerais
Fonte: CODEMIG

Segundo o Cadastro Industrial de Minas Gerais, realizado pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado Minas Geral – FIEMIG e o Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais - CIEMIG, na área de estudo há cerca de 571 indústrias, de variados portes. Observa-se, na

Tabela 59, que não há informações sobre alguns municípios.

Entre os municípios da área de estudo, Governador Valadares se destaca com o maior número de indústrias em diversos ramos de atuação: fabricação de produtos de panificação industrial; fabricação de móveis com predominância de madeira; extração de areia, cascalho ou pedregulho; e beneficiamento associado, como lapidação de gemas, fabricação de laticínios, construtoras, frigoríficos, abatedouros, recuperação e reparação de máquinas agrícolas e automotores, entre outros.



Foto 62: Distrito Industrial de Governador Valadares/MG

Tabela 59: Indústrias da Área de Estudo.

Município	Nº de Indústrias	Tipo
RP Rio Doce		
Alpercata	03	Pequena
Campanário	Sem informações	
Caratinga	05	Micro
	24	Pequena
	06	Média

Município	Nº de Indústrias	Tipo
Dom Cavati	01	Pequena
Engenheiro Caldas	13	Pequena
	01	Média
Frei Inocência	01	Micro
	02	Pequena
Governador Valadares	33	Micro
	117	Pequena
	28	Média
	05	Grande
Inhapim	01	Micro
Itambacuri	04	Pequena
	03	Média
Itanhomi	01	Micro
Jampruca	Sem informações	
Mathias Lobato	Sem informações	
Santa Bárbara do Leste	Sem informações	
Santa Rita de Minas	02	Pequena
	01	Grande
Tarumirim	02	Pequena
Ubaporanga	01	Micro
	04	Pequena
RP da Mata		
Além Paraíba	02	Micro
	04	Pequena
	02	Média
Divino	02	Micro
Fervedouro	01	Micro
	01	Pequena
Laranjal	02	Micro
	05	Pequena
Leopoldina	05	Micro
	22	Pequena
	02	Média
	01	Grande
Manhuaçu	10	Micro
	21	Pequena
	09	Média
	02	Grande

Município	Nº de Indústrias	Tipo
Miradouro	Sem informações	
Muriaé	33	Micro
	86	Pequena
	21	Média
	1	Grande
Orizânia	Sem informações	
Santo Antônio do Aventureiro	01	Pequena
São Francisco do Glória	Sem informações	
São João do Manhuaçu	02	Pequena
RP Jequitinhonha/Mucuri		
Cachoeira de Pajeú	02	Pequena
	01	Média
Carai	02	Pequena
	01	Média
Catuji	Sem informações	
Itaobim	02	Micro
	04	Pequena
Medina	01	Micro
	06	Pequena
	03	Média
Padre Paraíso	02	Micro
	02	Pequena
Pedra Azul	01	Grande
Ponto dos Volantes	Sem informações	
Teófilo Otoni	06	Micro
	35	Pequena
	06	Média
	01	Grande
RP Norte de Minas		
Águas Vermelhas	01	Pequena
Divisa Alegre	01	Pequena
	01	Média

Fonte: CIEMG/FIEMG

Na região de Planejamento da Mata, o município de Muriaé é o que possui o maior número de indústrias (141) e, na Região de Planejamento Jequitinhonha/Mucuri, destaca-se, neste sentido, o município de Teófilo Otoni (48).

6.3.3.4 Emprego e Renda – Minas Gerais

No que se refere à quantidade total de empregos formais registrados no estado, este atingiu 4,938 milhões em dezembro de 2012, representando um crescimento de 1,59%, em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2011. Em números absolutos, esse aumento correspondeu ao acréscimo de 77,2 mil postos de trabalho, em relação ao ano anterior. Os setores que apresentaram melhor desempenho, no tocante à geração de empregos, foram os de Serviços, com a criação de 57 mil postos de trabalho (+3,75%), o Comércio, com 41,1 mil postos (+4,45%), e a Construção Civil, com 19,5 mil novos postos (+6,00%).

A maior variação relativa ocorreu no setor Extrativo Mineral, com crescimento de 17,68% ou a criação de mais 9,8 mil postos de trabalho. Os setores que reduziram o nível de emprego formal foram: a administração pública (-5,99%), que eliminou 53,8 mil postos de trabalho; e a agropecuária (-2,83%), com queda de 7,3 mil postos de trabalho (FJP, 2012a).

Tabela 60: Número de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa, Segundo Setores de Atividade Econômica em Minas Gerais (2011/2012).

Setores de Atividades Econômicas	2011	2012	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Extrativa mineral	55.306	65.084	9.778	17,68
Indústria de transformação	831.949	851.694	9.745	1,17
Serviços industriais de utilidade pública	39.977	41.118	1.141	2,85
Construção civil	325.758	345.294	19.536	6,00
Comércio	923.092	964.190	41.098	4,45
Serviços	1.518.900	1.575.925	57.025	3,75
Administração pública	898.335	844.549	-53.786	-5,99
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	257.659	250.371	-7.288	-2,83
Total	4.850.976	4.938.225	77.249	1,59

Fonte: RAIS/TEM.

6.3.3.5 Estrutura de Produção dos Municípios da Área de Estudo por Regiões de Planejamento/MG

Os dados apresentados a seguir, são procedentes das pesquisas realizadas pelo IBGE: Produção Agrícola Municipal, Produção Pecuária Municipal, Extração Vegetal e Silvicultura Municipal (2011). Os aspectos analisados são a produção agropecuária e a extração vegetal.

Em quase a totalidade dos municípios analisados, o produto com o mais alto percentual do valor da produção de origem animal foi o leite. Em segundo lugar, no *ranking* de maior valor de

produção, figuram os ovos de galinha em alguns municípios; em outros, o segundo valor mais alto é atribuído ao mel de abelhas.

Na Região de Planejamento Rio Doce, nos municípios analisados, os rebanhos mais representativos são, em número de cabeças, o bovino (391.437 cabeças), o de galos, frangas, frangos e pintos (302.714), o de vacas leiteiras (117.561 no total), galinhas (112.375) e os suínos (34.872). Os demais rebanhos são pouco expressivos (Tabela 61).

Os rebanhos mais representativos nos municípios analisados, pertencentes à RP da Mata, são, em número de cabeças, o bovino (215.420 cabeças), o de galos, frangas, frangos e pintos (98.834), galinhas (89.908), vacas leiteiras (83.955 no total), e o de suínos (58.607). Os demais rebanhos são pouco expressivos (Tabela 62).

Os rebanhos mais representativos nos municípios analisados, pertencentes à região de Jequitinhonha/Mucuri, são, em número de cabeças, o bovino (352.294 cabeças), o de vacas leiteiras (135.428 no total), o de galos, frangas, frangos e pintos (131.432); galinhas (59.494) e suínos (26.827). Os demais rebanhos são pouco expressivos (Tabela 63).



**Foto 63: Área de Criação de Gado
Itaobim/MG**



Foto 64: Criação de Gado e Mueres na Beira da BR-116/MG

Tabela 61: Efetivo dos Rebanhos nos Municípios Analisados, RP Rio Doce, por Unidade (2011).

Rebanho	Campanário	Dom Cavati	Gov. Valadares	Tarumirim	Alpercata	Eng. Caldas	Sta Rita de Minas	Ubaporanga	Inhapim	Jampruca	Sta Bárbara do Leste	Mathias Lobato	Caratinga	Frei Inocência	Itambacuri	Total
Bovino	23984	4034	172078	50532	20435	19019	2561	5375	35966	31316	1175	12128	31405	41506	94923	391.437
Eqüino	1551	76	8000	780	1900	650	46	153	1315	1100	49	1300	710	100	5028	22.758
Bubalino	18	--	1500	--	--	10	--	4	35	--	--	700	34	2	816	3.119
Asinino	17	--	350	241	115	15	--	--	--	6	--	20	10	--	124	898
Muar	584	85	2600	750	285	200	28	106	861	300	34	350	600	330	1759	8.872
Suíno	509	734	13350	2695	854	1190	371	171	3102	1000	654	1700	1251	1750	5541	34.872
Caprino	--	1365	2500	241	500	400	23	1186	374	47	152	200	72	300	381	7.741
Vacas leiteiras	3693	1365	28978	14826	4104	4290	961	2070	12769	6049	387	2066	11364	7645	16994	117.561
Ovino	515	37	7500	87	900	410	32	32	82	320	32	3200	385	620	2242	13.194
Galos, frangas, frangos e pintos	4132	1950	42000	40110	15000	35000	3160	8697	24600	5500	2010	3200	79900	14000	23455	302.714
Galinhas	2279	3030	13000	6322	6600	10350	2070	6649	17926	3115	1510	1250	23932	5600	8742	112.375
Codornas	73	--	1280	--	1370	620	--	--	--	--	--	10500	--	230	328	14.401
Coelho	--	--	2000	--	1400	--	--	--	--	--	--	--	--	40	--	3.440

Fonte: IBGE - Produção da Pecuária Municipal

Tabela 62: Efetivo dos Rebanhos nos Municípios Analisados, RP da Mata, por Unidade (2011)

Rebanho	Além Paraíba	Orizânia	Laranjal	Leopoldina	Muriae	São João do Maranhão	Divino	Miradouro	São Francisco do Glória	Fervedouro	Manhuaçu	Total
Bovino	30531	2255	14950	65210	57409	1900	14460	17540	8425	11930	8350	215.420
Equino	1010	120	410	6120	2364	150	215	501	114	290	390	11.684
Bubalino	--	--	--	--	380	--	--	2	--	--	--	382
Asinino	4	--	35	65	4	--	--	2	--	--	--	112
Muar	61	10	42	250	218	50	5	69	8	10	220	943
Suíno	1010	442	3840	31680	12065	1200	462	4328	910	780	1890	58.607
Caprino	370	16	350	1720	464	90	30	162	15	25	270	3.512
Vacas leiteiras	4608	789	8410	31050	18368	740	4354	5957	2612	3817	3250	83.955
Ovino	170	20	--	310	159	60	80	118	15	420	80	1.432
Galos, frangas, frangos e pintos.	1404	1160	14500	13180	13918	4900	3144	11314	1694	3620	30000	98.834
Galinhas	4000	720	7900	45100	11231	2900	2680	10060	1122	2595	16000	89.908
Codornas	--	--	--	210	--	--	--	--	--	--	450	660
Coelho	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	190	190

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal

Tabela 63: Efetivo dos Rebanhos nos Municípios Analisados, RP Jequitinhonha/Mucuri, por Unidade (2011)

Rebanho	Cachoeira de Pajeú	Carai	Catuji	Medina	Ponto dos Volantes	Teófilo Otoni	Padre Paraíso	Pedra Azul	Itaobim	Total
Bovino	17090	21513	7965	37493	18227	172449	9154	48093	20313	352.294
Equino	720	629	339	1480	1058	4760	530	1700	1182	12.398
Bubalino	--	5	--	--	--	147	--	--	--	152
Asinino	452	51	36	355	255	80	49	1010	422	2.710
Muar	678	237	95	947	179	1570	298	1600	200	5.804
Suíno	657	2735	1631	1880	962	14850	1085	1095	1932	26.827
Caprino	344	--	--	690	626	48	146	105	216	2.175
Vacas leiteiras	62345	4423	1980	8200	3375	38900	1838	10400	3967	135.428
Ovino	520	595	140	584	156	1780	146	725	491	5.135
Galos, frangas, frangos e pintos.	2100	20752	9643	2049	6327	68200	9536	3250	9575	131.432
Galinhas	1380	6468	3658	1444	1939	36500	2125	3020	2960	59.494
Codornas	--	122	--	--	--	2800	--	--	--	2.922
Coelho	--	--	--	--	--	170	--	--	--	170

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2011

Os rebanhos mais representativos nos municípios analisados, pertencentes à região Norte de Minas são, em número de cabeças, o bovino (16.996 cabeças), o de vacas leiteiras (3.465 no total), o de galos, frangas, frangos e pintos (3.010) e galinhas (1.957). Os demais rebanhos são pouco expressivos (Tabela 64).

Tabela 64: Efetivo dos Rebanhos nos Municípios Analisados, RP Norte de Minas, por Unidade (2011).

Rebanho	Águas Vermelhas	Divisa Alegre	Total
Bovino	16104	892	16.996
Equino	724	470	1.194
Bubalino	--	--	--
Asinino	182	60	242
Muar	247	140	387
Suíno	424	231	655
Caprino	435	--	435
Vacas leiteiras	3094	371	3.465
Ovino	366	--	366
Galos, frangas, frangos e pintos.	910	2100	3.010
Galinhas	557	1400	1.957
Codornas	--	--	--
Coelho	--	--	--

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2011.

Nos quinze municípios analisados na região de Rio Doce, apenas Itambacuri tem representação de extração vegetal. Já a extração de lenha tem representação nos municípios de Campanário, Dom Cavati, Governador Valadares, Tarumirim, Engenheiro Caldas, Santa Rita de Minas, Ubaporanga, Inhapim, Jampruca, Mathias Lobato, Caratinga e Itambacuri. O corte de madeira em tora é feito somente em Caratinga e Itambacuri (

Tabela 65).

Tabela 65: Tabela Quantidade Produzida por Extração Vegetal, RP Rio Doce (2011).

Produto	Campanário	Dom Cavati	Gov. Valadares	Tarumirim	Alpercata	Eng. Caldas	Sta Rita de Minas	Ubaporanga	Inhapim	Jampruca	Sta Bárbara do Leste	Mathias Lobato	Caratinga	Frei Inocência	Itambacuri	Total
Carvão vegetal (Tonelada)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	17	17
Lenha (Metro cúbico)	1100	494	328	430	--	120	419	468	859	80	650	50	1403	--	6200	12.601
Madeira em tora (Metro cúbico)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	785	--	3	788

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal.



**Foto 65: Plantação de Eucaliptos
Caratinga/MG**

A extração vegetal não tem nenhuma representação significativa nos onze municípios analisados, que pertencem à região da Mata. Entretanto, nos municípios de Laranjal, Leopoldina, Muriaé, São João do Manhuaçu, Divino, Miradouro, Fervedouro e Manhuaçu, a extração de lenha é praticada. Nos municípios de Muriaé, Miradouro e Manhuaçu, a prática do corte de madeira em tora tem representação. Em Além Paraíba, Orizânia e São Francisco do Glória, não há nenhuma prática representativa por extração vegetal (Tabela 66).

Tabela 66: Quantidade Produzida por Extração Vegetal nos Municípios Analisados, RP da Mata, (2011)

Pratica	Além Paraíba	Orizânia	Laranjal	Leopoldina	Muriaé	São João do Manhuaçu	Divino	Miradouro	São Francisco do Glória	Fervedouro	Manhuaçu	Total
Carvão Vegetal (Tonelada)	--	--	--	3	--	--	--	--	--	--	--	--
Lenha (Metro cúbico)	--	--	400	650	618	12	2.044	45	--	800	75	4.644
Madeira em tora (Metro cúbico)	--	--	--	--	97	--	--	11	--	--	2	110

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal

A extração vegetal tem pouca representação nos nove municípios analisados, pertencentes à região de Jequitinhonha/Mucuri. Já a extração de lenha é praticada nos municípios de Cachoeira de Pajeú, Caraí, Catuji, Ponto dos Volantes, Teófilo Otoni e Itaobim. A prática do corte de madeira em tora tem representação em Caraí e Teófilo Otoni. Em Medina, Padre Paraíso e Pedra Azul não é praticada nenhum tipo de extração vegetal (Tabela 67).

Tabela 67: Quantidade Produzida por Extração Vegetal nos Municípios Analisados, RP Jequitinhonha/Mucuri (2011)

Produto	Cachoeira de Pajeú	Carai	Catuji	Medina	Ponto dos Volantes	Teófilo Otoni	Padre Paraíso	Pedra Azul	Itaobim	Total
Carvão vegetal (Tonelada)	--	78	6	--	--	19	--	--	--	103
Lenha (Metro cúbico)	2320	4090	2800	--	50	1590	--	--	32	10.882
Madeira em tora (Metro cúbico)	--	10	--	--	--	35	--	--	--	45

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal

Nos dois municípios analisados pertencentes à Região de Planejamento Norte de Minas, nenhum apresenta qualquer produção por extração vegetal.

A seguir serão apresentados os dados sobre a produção agropecuária dos municípios da Área de Estudo, por regiões de planejamento. Os dados apresentados são fruto das pesquisas realizadas pelo IBGE, tais como Produção Agrícola Municipal (2012), Produção Pecuária Municipal (2012), ambas disponibilizadas no sítio IBGE Cidades.

✓ **RP Rio Doce**

Alpercata

A batata-doce e o milho foram os principais produtos da lavoura temporária de Alpercata no ano de 2012, e representavam 25,25% do valor da produção do município, seguidos pela mandioca, com 23,48% e pelo feijão, com 18,26%.

Tabela 68: Produção Agrícola de Lavouras Temporárias em Alpercata (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Arroz	31	16	6,96	15	15
Batata doce	52	59	25,65	4	4
Feijão	14	42	18,26	20	20
Mandioca	80	54	23,48	8	8
Milho	130	59	25,65	90	90
Total	307	230	100	137	137

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, o produto de maior representação no valor da produção agrícola do município, foi a manga, com 55,67%, seguido pela banana com 18,56%.

Tabela 69: Produção Agrícola de Lavouras Permanentes em Alpercata (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	44	36	18,56	4	4
Coco-da-baía	40	24	12,37	5	5
Limão	42	26	13,40	2	2
Manga	90	108	55,67	10	10
Total	216	194	100	21	21

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

No município, o valor da produção agrícola mais significativo foi a lavoura temporária chegando a 68,45%, em 2007 e caindo para 54,25%, no ano de 2012. A lavoura permanente, que teve uma produção de 26,39%, em 2007, cresceu, em 2012, para (45,75%).

Tabela 70: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – 2007/2012 em Alpercata

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	504	100	424	100
Lavoura Permanente	133	26,39	194	45,75
Lavoura Temporária	345	68,45	230	54,25
Extração Vegetal	-	-	-	-
Silvicultura	26	5,16	-	-

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, o produto mais representativo do município, em 2012, foi o leite, cuja produção alcançou 4.500 mil litros. O segundo maior produto de origem animal foram os ovos de galinha, com uma produção de 32 mil dúzias.

Tabela 71: Produtos de Origem Animal em Alpercata (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	4500
Ovos de galinha	Mil dúzias	32
Ovos de codorna	Mil dúzias	23
Mel de abelha	Quilograma	-

Fonte: IBGE Produção Pecuária Municipal

Campanário

O principal produto da lavoura temporária de Campanário, no ano de 2012, foi a cana-de-açúcar, que representava 38,45% do valor da produção do município, seguida pela mandioca, com 28,04% e pelo feijão, com 19,75%.

Tabela 72: Produção Agrícola de Lavoura Temporária em Campanário (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Arroz	2	1	0,18	1	1
Cana-de-açúcar	3.640	218	38,45	52	52
Feijão	43	112	19,75	70	70
Mandioca	510	159	28,04	34	34
Milho	160	77	13,58	80	80
Total	4.355	567	100	237	237

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, em 2012, o produto de maior representação no valor da produção agrícola do município, foi a laranja, com 32,14%, seguida da banana com 26,19%.

Tabela 73: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Campanário (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	24	22	26,19	3	3
Café	3	17	20,24	6	6
Coco-da-baía	25	18	21,43	5	5
Laranja	54	27	32,14	6	6
Total	116	84	100	20	20

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

No município, o valor da produção agrícola mais significativo, foi da lavoura temporária, chegando a 89,39% (quase 90%), em 2007, caindo para 78,53% ,no ano de 2012. A lavoura permanente que teve uma produção de 7,36%, em 2007, aumentou em 2012, para 11,63%. Em ambos os anos a extração vegetal teve uma representação pouco significativa no município: 3,25% e 5,96%, respectivamente. A silvicultura teve um valor de produção municipal de apenas 3,88%, em 2012. Os dados podem ser visualizados na Tabela 74.

Tabela 74: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente - Campanário (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	1.875	100	722	100
Lavoura permanente	138	7,36	84	11,63
Lavoura temporária	1.676	89,39	567	78,53
Extração Vegetal	61	3,25	43	5,96
Silvicultura	-	-	28	3,88

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal



Foto 66: Vista Geral da Área Rural de Campanário/MG, com Plantações de Eucaliptos e Bananas ao Fundo.

Com relação à produção de origem animal, o produto mais representativo do município de Campanário, em 2012, foi o mel de abelha, cuja produção alcançou 3.950 kg. O segundo maior produto, de origem animal, foi o leite, com uma produção de 3.881 mil litros.

Tabela 75: Produtos de Origem Animal em Campanário (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	3.881
Ovos de galinha	Mil dúzias	19
Ovos de codorna	Mil dúzias	1
Mel de abelha	Quilograma	3.950

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

Caratinga

O principal produto da lavoura temporária de Caratinga, no ano de 2012, foi o tomate que representava 30,69% do valor da produção do município, seguido pela mandioca, com 23,15% e pelo milho, com 22,62%.

Tabela 76: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Caratinga (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Arroz	500	273	3,66	200	200
Batata doce	120	108	1,45	12	12
Cana-de-açúcar	11.400	680	9,13	210	210
Feijão	390	693	9,30	700	700
Mandioca	3.750	1.725	23,15	250	250
Milho	3.825	1.685	22,62	1.530	1.530
Tomate	1.800	2.286	30,69	30	30
Total	21.785	7.450	100	2.932	2.932

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, em 2012, o café foi o produto que representava quase todo o valor da produção agrícola do município de Caratinga, com 93,09%. Também representava a maior área plantada (8.300 hectares). Os dados podem ser visualizados na Tabela 77.

Tabela 77: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Caratinga (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Abacate	48	48	0,08	4	4
Banana	2.050	1.765	3,01	205	205
Borracha	24	84	0,14	15	15
Café	8.466	54.606	93,09	8.300	8.300
Coco-da-baía	60	54	0,09	10	10
Goiaba	5	8	0,02	1	1
Laranja	2.000	1.600	2,73	120	120
Maracujá	240	270	0,46	25	25
Tangerina	450	225	0,38	30	30
Total	13.343	58.660	100	8.710	8.710

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

No município, o valor da produção agrícola mais representativo foi a lavoura permanente, chegando a 81,10%, em 2007 e caindo para 77,30%, no ano de 2012. A lavoura temporária, que teve uma produção de 13,71%, em 2007, diminuiu, em 2012, para 9,82%. Tanto em 2007, como em 2012, a extração vegetal teve uma representação pouco significativa no município: 0,13% e 0,07%, respectivamente. A silvicultura teve valor de produção agrícola municipal de 5,06%, em 2007, aumentando pouco em 2012, para 12,81%.

Tabela 78: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Caratinga (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	34.714	100	75.884	100
Lavoura permanente	28.154	81,10	58.660	77,30
Lavoura temporária	4.761	13,71	7.450	9,82
Extração Vegetal	42	0,13	51	0,07
Silvicultura	1.757	5,06	9723	12,81

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, o produto mais representativo do município de Caratinga, em 2012, foi o mel de abelha, cuja produção alcançou 22.400 kg. O segundo maior produto de origem animal, foi o leite, com uma produção de 12.340 mil litros.

Tabela 79: Produtos de Origem Animal em Caratinga (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	12.340
Ovos de galinha	Mil dúzias	165
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	22.400

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

Dom Cavati

O principal produto da lavoura temporária de Dom Cavati, no ano de 2012, foi a mandioca, que representou 31,82% do valor da produção do município, seguido pela cana-de-açúcar com 20,37% e pelo tomate com 18,28%.

Tabela 80: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Dom Cavati (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Amendoim	4	9	0,65	4	4
Arroz	8	5	0,36	8	8

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Batata doce	100	85	6,12	5	5
Cana-de-açúcar	4750	283	20,37	55	55
Feijão	97	173	12,46	115	115
Mandioca	910	442	31,82	91	91
Milho	312	138	9,94	98	98
Tomate	200	254	18,28	5	5
Total	6381	1389	100	381	381

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, em 2012, a banana foi o produto que representava o maior valor da produção agrícola do município de Dom Cavati, com 47,59%.

Tabela 81: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Dom Cavati (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	1080	938	47,59	50	50
Café	108	670	34,00	90	90
Coco-da-baía	80	72	3,65	2	2
Laranja	100	80	4,06	5	5
Manga	144	101	5,12	6	6
Maracujá	110	110	5,58	5	5
Total	1622	1971	100	158	158

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

No município, o valor da produção agrícola mais significativo, foi a lavoura permanente, com 55,82%, em 2007, subindo para 58,45% ,no ano de 2012. A lavoura temporária teve uma produção de 40,54%, em 2007 e 41,19%, em 2012. Em ambos os anos, a extração vegetal teve uma representação pouco significativa no município: 0,74% e 0,36%, respectivamente. Já na silvicultura, o valor da produção agrícola municipal foi de 2,90%, em 2007, e nenhuma representação em 2012. Os dados podem ser visualizados na Tabela 82.

Tabela 82: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Dom Cavati (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	2.141	100	3.372	100
Lavoura permanente	1195	55,82	1971	58,45

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Lavoura temporária	868	40,54	1389	41,19
Extração Vegetal	16	0,74	12	0,36
Silvicultura	62	2,90	-	

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, o produto mais representativo do município de Dom Cavati, em 2012, foi o leite, cuja produção alcançou 1.473 mil litros. O segundo maior produto de origem animal foi o mel, com uma produção de 1.200kg.

Tabela 83: Produtos de Origem Animal em Dom Cavati (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	1473
Ovos de galinha	Mil dúzias	21
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	1200

Fonte: IBGE Produção Pecuária Municipal

Engenheiro Caldas

O principal produto da lavoura temporária em Engenheiro Caldas, no ano de 2012, foi a mandioca, que representava 44,22% do valor da produção do município, seguido pelo feijão com 23,37% e pelo arroz com 16,83%. A maior área plantada da lavoura temporária era a do milho, com 100 hectares.

Tabela 84: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Engenheiro Caldas (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Arroz	120	67	16,83	80	80
Cana-de-açúcar	960	56	14,07	20	20
Feijão	34	93	23,37	55	55
Mandioca	260	176	44,22	20	20
Milho	14	6	1,51	100	10
Total	1.388	398	100	275	185

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, em 2012, a banana foi o produto que representava o maior valor da produção agrícola do município de Engenheiro Caldas, com 33,10%. Os dados podem ser visualizados na Tabela 85.

Tabela 85: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Engenheiro Caldas (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	345	287	33,10	30	30
Coco-da-baía	88	53	6,11	10	10
Laranja	320	241	27,80	20	20
Limão	40	25	2,88	2	2
Manga	270	216	24,91	30	30
Maracujá	45	45	5,20	2	2
Total	1.108	867	100	74	74

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

No município, o valor da produção mais representativo foi da lavoura permanente, com 63,92%, em 2007, subindo para 68,42%, no ano de 2012. A lavoura temporária teve uma produção de 36,08%, em 2007 e 31,42%, em 2012. A extração vegetal teve pouca representatividade no município, com apenas 0,15%, em 2012.

Tabela 86: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Engenheiro Caldas (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	812	100	1.267	100
Lavoura permanente	519	63,92	867	68,42
Lavoura temporária	293	36,08	398	31,42
Extração Vegetal	-	-	2	0,15
Silvicultura	-	-	-	-

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, o produto mais representativo do município, em 2012, foi o leite, cuja produção alcançou 5.400 mil litros. O segundo maior produto de origem animal, foram os ovos de galinha, com 54 mil dúzias produzidas.

Tabela 87: Produtos de Origem Animal em Engenheiro Caldas (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	5400
Ovos de galinha	Mil dúzias	54
Ovos de codorna	Mil dúzias	10

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Mel de abelha	Quilograma	-

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

Frei Inocênciao

O principal produto da lavoura temporária de Frei Inocênciao, no ano de 2012, foi a mandioca, que representava 38,69% do valor da produção do município, seguido pelo milho com 32,14% , que também possuiu a maior área plantada, com 300 hectares.

Tabela 88: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Frei Inocênciao (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Arroz	11	6	0,71	12	12
Batata doce	8	9	1,08	1	1
Cana-de-açúcar	600	41	4,88	10	10
Feijão	78	189	22,50	75	75
Mandioca	530	325	38,69	40	40
Milho	600	270	32,14	300	300
Total	1.827	840	100	438	438

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Em relação à lavoura permanente, em 2012, a banana foi o produto que representava o maior valor da produção agrícola do município, com 71,05%. Os dados podem ser visualizados na Tabela 90.

Tabela 89: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Frei Inocênciao (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	120	108	71,05	12	12
Coco-da-baía	45	27	17,76	6	6
Laranja	24	17	11,19	2	2
Total	189	152	100	20	20

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

No município, o valor da produção agrícola mais representativo foi a lavoura temporária, com 80,93%, em 2007, subindo para 84,68%, no ano de 2012. A lavoura permanente teve uma produção de 19,07%, em 2007, caindo para 15,32%, em 2012. A extração vegetal e a silvicultura não tiveram nenhuma representação em ambos os anos.

Tabela 90: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Frei Inocência (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	388	100	992	100
Lavoura permanente	74	19,07	152	15,32
Lavoura temporária	314	80,93	840	84,68
Extração Vegetal	-	-	-	-
Silvicultura	-	-	-	-

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, o produto mais representativo do município, em 2012, foi a produção de leite (produção alcançou 9.500 mil litros). O segundo maior produto de origem animal foi o mel, com 520 kg produzidos no mesmo ano.

Tabela 91: Produtos de Origem Animal em Frei Inocência (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	9.500
Ovos de galinha	Mil dúzias	27
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	520

Fonte: IBGE Produção Pecuária Municipal

Governador Valadares

O principal produto da lavoura temporária de Governador Valadares, no ano de 2012, foi o milho, que representou mais de 50% do valor da produção do município, seguido pela mandioca, com 35,93%. A lavoura do milho é a que ocupa a maior área no município, com 1.800 hectares.

Tabela 92: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Governador Valadares (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Arroz	120	66	2,18	80	80
Batata doce	39	40	1,32	3	3
Cana-de-açúcar	500	30	0,99	10	10
Feijão	62	184	6,08	100	100
Mandioca	1.600	1.088	35,93	200	200
Milho	3.600	1.620	53,50	1.800	1.800
Total	5.921	3.028	100	2.193	2.193

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, em 2012, a banana foi o produto que representava o maior valor da produção agrícola no município, chegando a 60,51%. Os dados podem ser visualizados na Tabela 93.

Tabela 93: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Governador Valadares (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	1.000	829	60,51	100	100
Coco-da-baía	600	420	30,65	70	70
Laranja	150	112	8,18	10	10
Maracujá	10	9	0,66	1	1
Total	1.760	1.370	100	181	181

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

No município, o valor da produção agrícola mais significativo foi a lavoura temporária com 44,11%, em 2007, subindo para 47,21%, no ano de 2012. A lavoura permanente teve uma produção de 13,43%, em 2007, aumentando para 21,36%, em 2012. A extração vegetal teve pouca representação nos dois períodos e a silvicultura teve boa representação com 41,93%, em 2007 e 31,30%, em 2012.

Tabela 94: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Governador Valadares (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	8.325	100	6.414	100
Lavoura permanente	1.118	13,43	1370	21,36
Lavoura temporária	3.672	44,11	3.028	47,21
Extração Vegetal	44	0,53	8	0,13
Silvicultura	3.491	41,93	2.008	31,30

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, o produto mais representativo do município em 2012, foi o leite, cuja produção alcançou 35.000 mil litros. O segundo maior produto de origem animal foi o mel, com uma produção de 8.000 kg.

Tabela 95: Produtos de Origem Animal em Governador Valadares (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	35.000
Ovos de galinha	Mil dúzias	82
Ovos de codorna	Mil dúzias	19
Mel de abelha	Quilograma	8.000

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

Inhapim

O principal produto da lavoura temporária de Inhapim, no ano de 2012, foi o milho que representava 38,86% do valor da produção do município, seguido pelo tomate com 37,89%. A maior área plantada no município destina-se ao cultivo do milho, com 3.900 hectares.

Tabela 96: Produção Agrícola da Lavoura Temporárias em Inhapim (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Amendoim	4	9	0,06	4	4
Arroz	244	139	0,90	98	98
Batata doce	90	81	0,52	6	6
Cana-de-açúcar	33.000	1.968	12,73	550	550
Feijão	474	844	5,46	750	750
Mandioca	1.150	553	3,58	115	115
Milho	13.650	6.006	38,86	3.900	3.900
Tomate	4.400	5.857	37,89	55	55
Total	53.012	15.457	100	5.478	5.478

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

A lavoura permanente, em 2012, o café foi o produto que representava o maior valor da produção agrícola do município de Inhapim, chegando a 76,98%. Também foi o que possuiu a maior área plantada, entre as lavouras permanentes, com 2.110 hectares. Os dados podem ser visualizados na Tabela 97.

Tabela 97: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Inhapim (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Abacate	30	24	0,08	3	3
Banana	2.100	1.812	6,78	210	210
Café	3.165	20.573	76,98	2.110	2.110
Coco-da-baía	210	189	0,71	10	10
Laranja	1.760	1.408	5,27	88	88
Manga	150	120	0,45	15	15
Maracujá	1.750	1750	6,55	70	70
Tangerina	1.700	850	3,18	85	85
Total	11.015	26.726	100	2.591	2.591

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal



**Foto 67: Vista Geral da Área Rural de Inhapim
Localidade Córrego Boa Fé – Inhapim/MG**

No município, o valor da produção agrícola mais significativo foi da lavoura permanente: em 2007 foi de 72,99%, caindo para 60,89%, em 2012. A lavoura temporária teve uma produção de 22,43%, em 2007, aumentando para 35,22%, em 2012. A extração vegetal e a silvicultura, nos dois períodos, tiveram pouca representação conforme tabela abaixo.

Tabela 98: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Inhapim (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	31.577	100	43.893	100
Lavoura permanente	23048	72,99	26726	60,89
Lavoura temporária	7082	22,43	15457	35,22
Extração Vegetal	55	0,17	28	0,06
Silvicultura	1392	4,41	1682	3,83

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, o produto mais representativo do município de Inhapim, em 2012, foi o leite, cuja produção alcançou 14.247 mil litros. O segundo maior produto de origem animal foi o mel, com produção de 1.200kg.

Tabela 99: Produtos de Origem Animal em Inhapim (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	14.247
Ovos de galinha	Mil dúzias	125
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	1.200

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

Itambacuri

O principal produto da lavoura temporária de Itambacuri, no ano de 2012, foi o feijão, que representava 38,86% do valor da produção do município, seguido pela cana-de-açúcar, com 29,10%. A lavoura do feijão é a que ocupa a maior área do município, com 965 hectares.

Tabela 100: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Itambacuri (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Abacaxi	110	165	4,45	5	5
Arroz	9	6	0,16	5	5
Cana-de-açúcar	18.000	1.080	29,10	300	300
Feijão	635	1.611	43,41	965	965
Mandioca	1.080	324	8,73	90	90
Milho	945	469	12,64	270	270
Tomate	30	56	1,51	1	1
Total	20.809	3.711	100	1.636	1.636

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, em 2012, o café foi o produto que representava o maior valor da produção agrícola do município, chegando a 60,11%.

Tabela 101: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Itambacuri (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	300	210	19,48	20	20
Café	108	648	60,11	90	90
Coco-da-baía	136	95	8,81	8	8
Laranja	160	80	7,42	8	8
Tangerina	75	45	4,18	5	5
Total	779	1.078	100	131	131

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

No município, o valor da produção agrícola mais significativo foi da lavoura temporária com 51,68%, em 2007, aumentando para 71,49% no ano de 2012. Em relação à lavoura permanente, o valor da produção foi de 40,13%, em 2007, caindo para 20,77% em 2012. A extração vegetal e a silvicultura, nos dois períodos, tiveram pouca representação no valor da produção municipal, conforme tabela abaixo.

Tabela 102: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Itambacuri (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	5.373	100	5.191	100
Lavoura permanente	2.156	40,13	1.078	20,77
Lavoura temporária	2.777	51,68	3.711	71,49
Extração Vegetal	392	7,30	270	5,20
Silvicultura	48	0,89	132	2,54

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, o produto mais representativo do município, em 2012, foi o leite, cuja produção alcançou 14.292 mil litros. O segundo maior produto de origem animal foi o mel, com uma produção de 4.498 kg. Os dados podem ser visualizados na Tabela 103.

Tabela 103: Produtos de Origem Animal em Itambacuri (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	14.292
Ovos de galinha	Mil dúzias	32
Ovos de codorna	Mil dúzias	4
Mel de abelha	Quilograma	4.498

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

Itanhomi

O principal produto agrícola de lavoura temporária em Itanhomi, no ano de 2012, foi o abacaxi que representava 39,84% do valor da produção do município, seguido pelo arroz com 28,09%.

Tabela 104: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Itanhomi (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Abacaxi	300	451	39,84	10	10
Amendoim	15	30	2,65	10	10
Arroz	600	318	28,09	100	100
Cana de açúcar	1.200	65	5,74	40	40
Feijão	77	193	17,05	50	50
Milho	150	75	6,63	50	50
Total	2.342	1.132	100	260	260

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente o café foi o produto de maior valor, representando 46,59% da produção do município em 2012. Em seguida vem a banana com 43,22% da produção.

Tabela 105: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Itanhomi (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	1.400	1.400	43,22	50	50
Café	297	1.509	46,59	275	275
Coco-da-baía	50	30	0,93	7	6
Laranja	400	300	9,26	50	50
Total	2.147	3.239	100	382	381

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

No município, o valor da produção agrícola mais significativo foi da lavoura permanente, chegando a 68,38%, em 2007 e caindo, no ano de 2012, para 25,90%. A lavoura temporária passou de 30,93%, em 2007, subindo para 74,10%, em 2012. A silvicultura e a extração vegetal têm pouca representação no município, como se pode observar na tabela a seguir.

Tabela 106: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Itanhomi (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	2.315	100	4.371	100
Lavoura permanente	1.583	68,38	1.132	25,90
Lavoura temporária	716	30,93	3.239	74,10
Extração Vegetal	16	0,69	-	-
Silvicultura	-	-	-	-

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, o produto mais representativo do município, em 2012, foi o leite, cuja produção alcançou 9.290 mil litros. O segundo produto com maior produção foram os ovos de galinha, com uma produção de 77 mil dúzias.

Tabela 107: Produtos de Origem Animal em Itanhomi (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	9.290
Ovos de galinha	Mil dúzias	77
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	-

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

Jampruca

O principal produto agrícola de lavoura temporária em Jampruca, no ano de 2012, foi o milho, que representava 46,63% do valor da produção do município, seguido pela mandioca, com 36,63%. A maior área plantada, em relação às lavouras temporárias, é a do milho, com 120 hectares.

Tabela 108: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Jampruca (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Arroz	4	3	1,56	3	3
Cana de açúcar	250	15	7,77	5	5
Feijão	6	15	7,77	10	10
Mandioca	140	70	36,27	20	20
Milho	200	90	46,63	120	120
Total	600	193	100	158	158

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Em relação à lavoura permanente, a banana foi o produto de maior valor, representando 66,67% da produção municipal. Todas as lavouras temporárias possuem uma pequena área destinada à sua produção, como pode ser visualizado na Tabela 110.

Tabela 109: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Jampruca (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	12	10	66,67	1	1
Coco-da-baía	8	5	33,33	1	1
Total	20	15	100	2	2

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

No município, o valor da produção agrícola mais significativa foi da lavoura temporária, chegando a 88,89%, em 2007 e aumentando, no ano de 2012, para 92,79%. A lavoura permanente teve pouca representação, em 2007 (9,30%) e, menos ainda, em 2012 (7,21%), como mostra a tabela a seguir.

Tabela 110: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Jampruca (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	441	100	208	100
Lavoura permanente	41	9,30	15	7,21
Lavoura temporária	392	88,89	193	92,79

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Extração Vegetal	8	1,81	-	-
Silvicultura	-	-	-	-

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, o produto mais representativo do município de Jampruca, em 2012, foi o leite, cuja produção alcançou 7.000 mil litros. Em seguida, veio a produção do mel de abelha, com 800 kg produzidos nesse ano.

Tabela 111: Produtos de Origem Animal em Jampruca (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	7.000
Ovos de galinha	Mil dúzias	30
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	800

Fonte: IBGE Produção Pecuária Municipal

Mathias Lobato

O principal produto agrícola da lavoura temporária, em Mathias Lobato, no ano de 2012, foi a mandioca, que representava 54,01% do valor da produção do município, seguido pelo feijão, com 28,34%.

Tabela 112: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Mathias Lobato (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Cana de açúcar	400	24	12,84	8	8
Feijão	18	53	28,34	30	30
Mandioca	176	101	54,01	20	20
Milho	20	9	4,81	20	20
Total	614	187	100	78	78

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente a banana foi o produto de maior valor, representando 70,97% da produção do município. Em seguida, vem a laranja, com representação de 29,03% da produção municipal. Os dados podem ser visualizados na Tabela 113.

Tabela 113: Produção Agrícola de Lavouras Permanentes Mathias Lobato – (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	132	110	70,97	12	12
Laranja	60	45	29,03	4	4
Total	192	155	100	16	16

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

No município, o valor da produção agrícola mais significativo foi da lavoura temporária, chegando a 58.63%, em 2007 e caindo, no ano de 2012, para 25,20%. O valor da produção da lavoura permanente passou de 41,37%, em 2007, para 20,89%, em 2012. Em ambos os anos a extração vegetal não teve nenhuma representação na produção agrícola do município. Já a silvicultura teve a maior representação dentro do município (53,91%).

Tabela 114: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Mathias Lobato (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	307	100	742	100
Lavoura permanente	127	41,37	155	20,89
Lavoura temporária	180	58,63	187	25,20
Extração Vegetal	-	-	-	-
Silvicultura	-	-	400	53,91

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, o produto mais representativo do município, em 2012, foi o leite, cuja produção alcançou 2.600 mil litros. O segundo produto, com maior produção, foram os ovos de codorna, com uma produção de 120 mil dúzias.

Tabela 115: Produtos de Origem Animal em Mathias Lobato (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	2.600
Ovos de galinha	Mil dúzias	6
Ovos de codorna	Mil dúzias	120
Mel de abelha	Quilograma	-

Fonte: IBGE Produção Pecuária Municipal

Santa Bárbara do Leste

O principal produto agrícola da lavoura temporária produzido em Santa Bárbara do Leste, no ano de 2012, foi o tomate, que representava 63,88% do valor da produção do município, seguido pelo feijão, com 14,87% e pela mandioca, com 12,51%.

Tabela 116: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Santa Bárbara do Leste (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Batata - doce	30	27	1,05	2	2
Cana-de-açúcar	600	36	1,40	20	20
Feijão	215	383	14,87	280	280
Mandioca	700	322	12,51	20	20
Milho	360	162	6,29	200	200
Tomate	1210	1645	63,88	22	22
Total	3.115	2.575	100	544	544

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, o café foi o produto que representou quase toda a produção do município: 96,91%. Também é o que apresenta a maior área plantada: 2.900 hectares. Os dados podem ser visualizados na Tabela 117.

Tabela 117: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Santa Bárbara do Leste (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Abacate	90	72	0,36	6	6
Banana	220	191	0,96	22	22
Café	2.958	19.227	96,91	2.900	2.900
Laranja	90	72	0,36	6	6
Limão	75	68	0,34	3	3
Maracujá	120	143	0,72	6	6
Tangerina	140	70	0,35	7	7
Total	3.693	19.843	100	2.950	2.950

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

No município, o valor da produção agrícola mais significativo foi da lavoura permanente, chegando a 85,24%, em 2007, tendo praticamente o mesmo valor de produção em 2012 (85,38%). A lavoura temporária não foi muito diferente: teve 13,71%, em 2007 e 11,08%, em 2012. A silvicultura e a extração vegetal tiveram pouca representação no município, como se pode observar na tabela abaixo.

Tabela 118: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Santa Bárbara do Leste (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	11.616	100	23.241	100
Lavoura permanente	9.901	85,24	19.843	85,38
Lavoura temporária	1.593	13,71	2.575	11,08
Extração Vegetal	16	0,14	16	0,07
Silvicultura	106	0,91	807	3,47

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, o produto mais representativo do município de Santa Bárbara do Leste, em 2012, foi a do mel, cuja produção alcançou 1000 kg.

Tabela 119: Produtos de Origem Animal em Santa Bárbara do Leste (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	498
Ovos de galinha	Mil dúzias	11
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	1000

Fonte: IBGE Produção Pecuária Municipal

Santa Rita de Minas

O principal produto agrícola da lavoura temporária em Santa Rita de Minas, no ano de 2012, foi o feijão, que representava 39,35% do valor da produção do município, seguido pelo tomate, com 25,74%, e pela mandioca, com 18,60%.

Tabela 120: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Santa Rita de Minas (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Cana-de-açúcar	300	18	2,43	10	10
Feijão	164	292	39,35	210	210
Mandioca	300	138	18,60	15	15
Milho	225	103	13,88	150	150
Tomate	150	191	25,74	5	5
Total	1.139	742	100	390	390

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, o café foi o produto que representava quase todo o valor da produção agrícola municipal: 97,80%. Também é a maior área de cultivo, com 2.800 hectares. Os dados podem ser visualizados na Tabela 121.

Tabela 121: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Santa Rita de Minas (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Abacate	40	24	0,14	4	4
Banana	119	103	0,62	10	10
Café	2.520	16.380	97,80	2.800	2.800
Laranja	240	192	1,15	12	12
Tangerina	80	48	0,29	4	4
Total	2.999	16.747	100	2.830	2.830

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

No município, o valor da produção agrícola mais significativo foi da lavoura permanente, chegando a 95,71%, em 2007, e tendo – praticamente, o mesmo valor de produção em 2012 (95,67%). A lavoura temporária não foi muito diferente: o valor da produção foi de 4,13%, em 2007 e 4,24%, em 2012. A silvicultura e a extração vegetal tiveram pouca representação no município, como se pode observar a seguir.

Tabela 122: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – 2007/2012 em Santa Rita de Minas

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	11.459	100	17.505	100
Lavoura permanente	10968	95,71	16747	95,67
Lavoura temporária	473	4,13	742	4,24
Extração Vegetal	11	0,10	16	0,09
Silvicultura	7	0,06	-	-

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal o produto mais representativo do município de Santa Rita de Minas, em 2012, foi o leite, cuja produção alcançou 1.244 mil litros.

Tabela 123: Produtos de Origem Animal em Santa Rita de Minas (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	1.244
Ovos de galinha	Mil dúzias	14
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	500

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

Tarumirim

O principal produto agrícola da lavoura temporária em Tarumirim, no ano de 2012, foi o milho, que representava 52,59% do valor da produção do município, seguido pela cana-de-açúcar, com 33,42%. O cultivo de milho, é a lavoura que ocupa a maior área no município, com 1.200 hectares.

Tabela 124: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Tarumirim (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Arroz	207	122	3,03	105	105
Cana-de-açúcar	22.500	1.342	33,42	600	600
Feijão	32	57	1,42	60	60
Mandioca	800	285	7,10	40	40
Milho	4.800	2.112	52,59	1.200	1.200
Tomate	80	98	2,44	4	4
Total	28.419	4.016	100	2.009	2.009

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, o principal produto agrícola do município foi a banana (70,02% do valor da produção), seguido pelo café (19,41%). Os dados podem ser visualizados na Tabela 125.

Tabela 125: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Tarumirim (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	2.166	1.869	70,02	59	59
Café	95	518	19,41	119	119
Coco-da-baía	36	32	1,20	10	10
Limão	75	45	1,69	5	5
Maracujá	75	85	3,18	5	5
Tangerina	200	120	4,50	10	10
Total	2.647	2.669	100	208	208

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

A produção agrícola de maior valor no município foi a de lavoura permanente, atingindo 53,34%, em 2007, e caindo para 39,89%, em 2012. A lavoura temporária foi de 45,53%, em 2007, atingindo 60,02%, em 2012.

Tabela 126: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Tarumirim (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	3.268	100	6.691	100
Lavoura permanente	1.743	53,34	2669	39,89
Lavoura temporária	1.488	45,53	4016	60,02
Extração Vegetal	37	1,13	6	0,09
Silvicultura	-	-	-	-

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

A produção de origem animal no município teve sua maior produção no leite, com 19.184 mil litros produzidos em 2012.

Tabela 127: Produtos de Origem Animal em Tarumirim (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	19.184
Ovos de galinha	Mil dúzias	45
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	-

Fonte: IBGE Produção Pecuária Municipal

Ubaporanga

O principal produto agrícola da lavoura temporária em Ubaporanga, no ano de 2012, foi o tomate, que representava 38,53% do valor da produção municipal, seguido pelo feijão, com 25,72%, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 128: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Ubaporanga (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Arroz	150	90	3,21	30	30
Batata-doce	120	108	3,85	8	8
Cana-de-açúcar	1.850	110	3,93	37	37
Feijão	405	721	25,72	450	450
Mandioca	360	166	5,92	36	36
Milho	1.200	528	18,84	400	400
Tomate	850	1.080	38,53	20	20
Total	4.935	2.803	100	981	981

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, o principal produto agrícola do município foi o café, que representou mais de 95% da produção municipal, em 2012. Também é dessa lavoura a maior área: 3.921 hectares. Os dados podem ser visualizados na Tabela 129.

Tabela 129: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Ubaporanga (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Abacate	40	28	0,10	4	4
Banana	720	560	2,07	41	41
Café	3.999	25.854	95,44	3.921	3.921
Laranja	300	276	1,02	20	20
Limão	150	90	0,33	10	10
Maracujá	200	200	0,74	10	10
Tangerina	160	80	0,30	8	8
Total	5.569	27.088	100	4.014	4.014

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

A produção agrícola de maior valor no município foi a da lavoura permanente, atingindo 90,92%, em 2007, e caiu para 88,53%, em 2012. A lavoura temporária passou de 8,02%, em 2007, para 9,16%, em 2012.

Tabela 130: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Ubaporanga (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	20.761	100	30.598	100
Lavoura permanente	18.877	90,92	2.7088	88,53
Lavoura temporária	1.665	8,02	2.803	9,16
Extração Vegetal	20	0,10	6	0,02
Silvicultura	199	0,96	701	2,29

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

A produção de origem animal no município foi representada pela produção de leite com 2.686 mil litros produzidos em 2012, seguido pelo mel com 850 kg produzidos no mesmo período.

Tabela 131: Produtos de Origem Animal em Ubaporanga (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	2.686
Ovos de galinha	Mil dúzias	47
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	850

Fonte: IBGE Produção Pecuária Municipal

✓ RP da Mata

Além Paraíba

O principal produto agrícola da lavoura temporária em Além Paraíba, no ano de 2012, foi a cana-de-açúcar, que representava 39,98% do valor da produção do município, seguido pela mandioca com 32,53%, conforme apresentado a seguir.

Tabela 132: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Além Paraíba (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Cana-de-açúcar	4860	365	39,98	90	90
Feijão	23	40	4,38	25	25
Mandioca	540	297	32,53	30	30
Milho	441	211	23,11	150	147
Total	5.864	913	100	295	292

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, o principal produto agrícola foi a banana (90,79% do valor de produção), seguido pela laranja com 6,40%.

Tabela 133: Produção Agrícola de Lavouras Permanentes Além Paraíba 2012

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	530	355	90,79	25	25
Café	2	11	2,81	2	2
Laranja	66	25	6,40	10	10
Total	598	391	100	37	37

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

A produção agrícola de maior valor no município foi a da lavoura temporária, atingindo 76,64%, em 2007, caindo para 66,16% em 2012. A lavoura permanente passou de 23,12%, em 2007 e para 28,33%, em 2012.

Tabela 134: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Além Paraíba (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	1.652	100	1.380	100
Lavoura permanente	382	23,12	391	28,33
Lavoura temporária	1.266	76,64	913	66,16
Extração Vegetal	4	0,24	6	0,44

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Silvicultura	-	-	70	5,07

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

A produção de origem animal no município foi representada pela produção de mel com 9000 mil kg, produzidos em 2012, seguido pelo leite com 6.400 mil litros no mesmo ano.

Tabela 135: Produtos de Origem Animal em Além Paraíba (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	6.400
Ovos de galinha	Mil dúzias	44
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	9.000

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

Divino

O principal produto agrícola da lavoura temporária em Divino, no ano de 2012, foi o feijão, que representava 63,19% do valor da produção do município, seguido pela mandioca com 33,88%, conforme apresentado na Tabela a seguir.

Tabela 136: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Divino (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Cana-de-açúcar	1.320	79	1,82	22	22
Feijão	1.225	2.742	63,19	2.650	2.650
Mandioca	80	48	1,11	10	10
Milho	3.203	1.470	33,88	1.000	980
Total	5.828	4.339	100	3.682	3.662

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, o principal produto agrícola no município de Divino foi o café, com 99,48% do valor da produção municipal, bem como a maior área plantada: 10.500 ha. Os dados são apresentados a seguir.

Tabela 137: Produção Agrícola de Lavouras Permanentes em Divino (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	400	342	0,42	80	80
Café	13.860	80.292	99,48	10.500	10.500
Laranja	155	76	0,10	31	31
Total	14.336	80.710	100	10.611	10.611

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

A produção agrícola de maior valor no município foi a da lavoura permanente, atingindo 87,77% do valor da produção, em 2007, subindo para 94,73%, em 2012. A lavoura temporária passou de 11,22%, do valor da produção em 2007, caindo para 5,09%, em 2012.

Tabela 138: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Divino (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	17.491	100	85.196	100
Lavoura permanente	15.352	87,77	80.710	94,73
Lavoura temporária	1.962	11,22	4.339	5,09
Extração Vegetal	1	0,00	49	0,06
Silvicultura	176	1,01	98	0,12

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

A produção de origem animal de maior destaque no município foi representada pela produção do leite, com 6.919 mil litros, produzidos em 2012, seguido pela produção de mel, com 810 kg no mesmo ano.

Tabela 139: Produtos de Origem Animal em Divino (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	6.919
Ovos de galinha	Mil dúzias	12
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	810

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

Fervedouro

O principal produto agrícola da lavoura temporária, em Fervedouro, no ano de 2012, foi o feijão, que representava 43,30% do valor da produção municipal, seguido pelo milho com 31,64%, conforme apresentado na Tabela a seguir.

Tabela 140: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Fervedouro (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Cana-de-açúcar	1.500	90	11,17	50	50
Feijão	166	349	43,30	260	260
Mandioca	160	112	13,90	20	20
Milho	560	255	31,64	160	160
Total	2.386	806	100	490	490

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, o principal produto agrícola do município foi o café, com 99,74% do valor da produção e área plantada de 4.500 ha. Os dados podem ser visualizados na Tabela 141.

Tabela 141: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Fervedouro (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	1.500	90	0,26	50	50
Café	5.940	34.450	99,74	4.500	4.500
Total	7.440	34.540	100	4.550	4.55

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

A produção agrícola de maior valor no município foi a da lavoura permanente, atingindo 95,75% do valor da produção municipal, em 2007 e aumentando para 97,62%, em 2012. A lavoura temporária passou de 2,56%, em 2007, para 2,28%, em 2012, registrando, assim, uma baixa. A silvicultura teve uma grande queda entre os anos analisados, passando de 1,69% do valor da produção, para somente 0,01%, em 2012.

Tabela 142: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Fervedouro (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	8.074	100	35.381	100
Lavoura permanente	7.731	95,75	34.540	97,62
Lavoura temporária	207	2,56	806	2,28
Extração Vegetal	-	-	31	0,09
Silvicultura	136	1,69	4	0,01

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

A produção de origem animal no município, foi representada pela produção de leite com 6.105 mil litros produzidos, em 2012, e seguido pela produção de mel, com 424 kg no mesmo ano.

Tabela 143: Produtos de Origem Animal em Fervedouro (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	6.105
Ovos de galinha	Mil dúzias	13
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	424

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

Laranjal

O principal produto agrícola da lavoura temporária em Laranjal, no ano de 2012, foi a cana-de-açúcar, que representava 40,40% do valor da produção municipal, seguido pela mandioca com 28,96%, conforme apresentado a seguir.

Tabela 144: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Laranjal (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Arroz	200	120	13,47	40	40
Cana-de-açúcar	4.500	360	40,40	90	90
Feijão	6	15	1,68	6	6
Mandioca	368	258	28,96	23	23
Milho	300	138	15,49	75	75
Total	5.374	891	100	234	234

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, o principal produto agrícola foi o coco-baía (40,41% do valor da produção), seguido pela laranja, com 19,18% e pela goiaba, com 18,49%.

Tabela 145: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Laranjal (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	26	26	17,81	2	2
Café	1	6	4,11	1	1
Coco-baía	84	59	40,41	3	3
Goiaba	15	27	18,49	1	1
Laranja	40	28	19,18	15	15

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Total	166	146	100	22	22

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

A produção agrícola de maior valor no município foi da lavoura temporária, atingindo 79,27%, em 2007, e caindo para 69,94%, em 2012. A lavoura permanente passou de 13,82%, em 2007, para 11,46%, em 2012. A silvicultura teve uma elevação da representatividade na produção agrícola do município, passando de 6,07%, em 2007, para 17,74% ,em 2012. Os dados podem ser visualizados abaixo, na Tabela 146.

Tabela 146: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Laranjal (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	1.071	100	1.274	100
Lavoura permanente	148	13,82	146	11,46
Lavoura temporária	849	79,27	891	69,94
Extração Vegetal	9	0,84	11	0,86
Silvicultura	65	6,07	226	17,74

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

A produção de origem animal no município foi representada pela produção de leite, com 14.879 mil litros produzidos, em 2012, seguido pelos ovos de galinha, com 50 mil dúzias no mesmo ano.

Tabela 147: Produtos de Origem Animal em Laranjal (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	14.879
Ovos de galinha	Mil dúzias	50
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	30

Fonte: IBGE Produção Pecuária Municipal

Leopoldina

O principal produto agrícola da lavoura temporária em Leopoldina, no ano de 2012, foi a cana-de-açúcar, que representava 46,23% do valor da produção municipal, seguido pelo milho com 41,57%, conforme apresentado na Tabela a seguir.

Tabela 148: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Leopoldina (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Arroz	90	54	0,97	20	20
Cana-de-açúcar	32.000	2560	46,23	400	400
Feijão	201	548	9,89	170	170
Mandioca	105	74	1,34	7	7
Milho	4950	2302	41,57	1100	1100
Total	37.346	5.538	100	1.697	1.697

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, o principal produto agrícola de Leopoldina foi a banana (44,28% do valor da produção), seguido pela goiaba (15,71%).

Tabela 149: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Leopoldina (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	975	975	44,28	75	75
Borracha	20	70	3,18	20	20
Café	36	216	9,81	30	30
Coco-baía	392	274	12,45	14	14
Goiaba	192	346	15,71	13	13
Laranja	72	43	1,95	9	9
Limão	84	50	2,27	7	7
Manga	160	128	5,81	20	20
Maracujá	100	100	4,54	5	5
Total	2.013	2.202	100	193	193

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

A produção agrícola de maior valor no município foi a da lavoura temporária, atingindo 57,59%, em 2007, subindo para 58,44%, em 2012. A lavoura permanente passou de 37,27%, em 2007, caindo para 23,24%, em 2012. Observa-se, também, que a produção da silvicultura teve um grande salto: passou de 4,93%, em 2007, para 18,22%, em 2012, representando um aumento de mais de 13%.

Tabela 150: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Leopoldina (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	6.382	100	9.476	100

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Lavoura permanente	2.379	37,27	2.202	23,24
Lavoura temporária	3.676	57,59	5.538	58,44
Extração Vegetal	12	0,18	9	0,10
Silvicultura	315	4,93	1.727	18,22

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

O município destaca-se na produção do leite, com 59.490 mil litros produzidos em 2012, seguido pelo mel com 300 kg produzidos no mesmo ano. Os dados podem ser visualizados na Tabela 151.

Tabela 151: Produtos de Origem Animal em Leopoldina (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	59.490
Ovos de galinha	Mil dúzias	250
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	300

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

Manhuaçu

O principal produto agrícola da lavoura temporária em Manhuaçu, no ano de 2012, foi o milho, que representava 46,95% do valor da produção municipal, seguido pelo feijão com 30,73%, conforme apresentado a seguir.

Tabela 152: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Manhuaçu (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Alho	20	100	3,74	4	4
Batata - doce	10	9	0,34	1	1
Cebola	100	100	3,74	4	4
Feijão	320	822	30,73	800	800
Mandioca	30	18	0,67	3	3
Milho	2.700	1.256	46,95	500	500
Tomate	250	370	13,83	5	5
Total	3.430	2.675	100	1.317	1.317

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente o principal produto agrícola foi o café, com 99,04% do valor de produção municipal e área plantada de mais de 18 mil hectares. Os dados podem ser visualizados na Tabela 153.

Tabela 153: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Manhuaçu (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Abacate	600	600	0,43	30	30
Banana	600	540	0,38	60	60
Café	21.780	138.956	99,04	18.150	18.150
Laranja	132	66	0,05	11	11
Limão	48	36	0,03	4	4
Tangerina	225	101	0,07	15	15
Total	23.385	140.299	100	18.270	18.270

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

A produção agrícola de maior valor no município foi a da lavoura permanente atingindo 96,85% do valor da produção em 2007, com leve queda para 96,74% em 2012. A lavoura temporária que representava 3,15% do valor da produção em 2007, caiu para 1,84% em 2012. A silvicultura que não possuía nenhuma produção em 2007, aparece com 1,42% em 2012.

Tabela 154: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Manhuaçu (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	59.922	100	145.034	100
Lavoura permanente	58.033	96,85	140.299	96,74
Lavoura temporária	1.887	3,15	2.675	1,84
Extração Vegetal	2	0,00	3	0,00
Silvicultura	-	-	2.060	1,42

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

A produção de origem animal no município é representada pela produção de leite, com 3.200 mil litros produzidos em 2012, seguidos pelo mel com 1.500 kg no mesmo ano.

Tabela 155: Produtos de Origem Animal em Manhuaçu (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	3.200
Ovos de galinha	Mil dúzias	112
Ovos de codorna	Mil dúzias	2
Mel de abelha	Quilograma	1.500

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

Miradouro

O principal produto agrícola da lavoura temporária em Miradouro, no ano de 2012, foi o milho, que representava 75,77% do valor da produção do município, seguido pela cana-de-açúcar, com 7,26%.

Tabela 156: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Miradouro (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Arroz	115	81	6,00	40	40
Cana-de-açúcar	1.600	98	7,26	40	40
Feijão	60	90	6,67	50	50
Mandioca	96	58	4,30	8	8
Milho	2.500	1.023	75,77	1.250	1.250
Total	4.371	1.350	100	1.388	1.388

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente o principal produto agrícola no município foi o café: em 2012 representou mais de 97% do valor da produção municipal. Os dados podem ser visualizados na Tabela 157.

Tabela 157: Produção Agrícola de Lavouras Permanentes Miradouro 2012

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	105	63	0,44	21	21
Café	2.376	13.995	97,24	2.200	2.200
Laranja	236	214	1,49	16	16
Manga	50	30	0,21	5	5
Maracujá	90	90	0,62	6	6
Total	2.857	14.392	100	2.248	2.248

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

A produção agrícola de maior valor no município foi a da lavoura permanente, atingindo 73,91%, em 2007 e subindo para 90,31%, em 2012. A lavoura temporária passou de 24,81%, em 2007 e caiu para 8,47%, em 2012.

Tabela 158: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Miradouro (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	8.217	100	15.936	100
Lavoura permanente	6073	73,91	14392	90,31
Lavoura temporária	2039	24,81	1350	8,47
Extração Vegetal	7	0,09	20	0,13
Silvicultura	98	1,19	174	1,09

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

A produção de origem animal em destaque no município foi a do leite, com 9.396 mil litros produzidos em 2012, seguidos pelo mel com 500 kg no mesmo ano.

Tabela 159: Produtos de Origem Animal em Miradouro (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	9396
Ovos de galinha	Mil dúzias	32
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	500

Fonte: IBGE Produção Pecuária Municipal

Muriaé

O principal produto agrícola de lavoura temporária em Muriaé, no ano de 2012, foi o milho que, à época, representava 36,48% do valor da produção do município, seguido do feijão com 22,93%, conforme apresentado na Tabela 160.

Tabela 160: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Muriaé (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Arroz	83	58	1,95	23	23
Cana-de-açúcar	6.600	412	13,89	110	110
Feijão	320	680	22,93	400	400
Mandioca	540	327	11,03	36	36
Milho	2.520	1.082	36,48	600	600
Tomate	360	407	13,72	9	9
Total	10.423	2.966	100	1.178	1.178

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, o principal produto agrícola municipal foi o café (51,28% do valor da produção), seguido pelo mamão (22,90% da produção). Também pertence ao café a maior área destinada às lavouras: 1.700 hectares.

Tabela 161: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Muriaé (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Abacate	195	156	0,76	15	15
Banana	328	207	1,01	41	41
Café	1.734	10.480	51,28	1.700	1.700
Coco-baía	2.952	1.588	7,77	88	88
Goiaba	16	19	0,09	2	2
Laranja	3.410	3.000	14,68	310	310
Mamão	2.340	4.680	22,90	52	52
Manga	440	264	1,29	44	44
Maracujá	45	45	0,22	3	3
Total	11.460	20.439	100	2.255	2.255

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal



Foto 68: Área de Cultivo de Eucaliptos Muriaé/MG

A produção agrícola de maior valor no município foi a da lavoura permanente, atingindo 79,01%, em 2007 e subindo para 83,10%, em 2012. A lavoura temporária passou de 15,65%, em 2007, para 12,06%, em 2012. Os dados podem ser visualizados na Tabela 162.

Tabela 162: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Muriaé (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	18.558	100	24.595	100
Lavoura permanente	14.662	79,01	20.439	83,10
Lavoura temporária	2.905	15,65	2.966	12,06
Extração Vegetal	58	0,31	26	0,11
Silvicultura	933	5,03	1.164	4,73

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

A maior produção de origem animal no município foi o leite, com 22.226 mil litros produzido em 2012, seguido pelo mel com 3.500 kg, no mesmo ano.

Tabela 163: Produtos de Origem Animal em Muriaé (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	22.226
Ovos de galinha	Mil dúzias	90
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	3500

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

Orizânia

O principal produto agrícola da lavoura temporária em Orizânia, no ano de 2012, foi o milho, que representava 56,01% do valor da produção municipal, seguido pelo feijão com 27,09%, conforme apresentado na Tabela a seguir.

Tabela 164: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Orizânia (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Cana-de-açúcar	2.400	144	14,66	40	40
Feijão	128	266	27,09	285	285
Mandioca	32	22	2,24	4	4
Milho	1.200	550	56,01	300	300
Total	3.760	982	100	629	629

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente o principal produto agrícola foi o café, com 99,70% do valor da produção e área plantada de 2.600 hectares.

Tabela 165: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Orizânia (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	57	49	0,30	3	3
Café	1.808	16.319	99,70	2.600	2.600
Total	1.865	16.368	100	2.603	2.603

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

A produção agrícola de maior valor no município foi da lavoura permanente, atingindo 79,01%, em 2007, e subindo para 83,10%, em 2012. A lavoura temporária passou de 15,65%, em 2007, para 12,06% em 2012. Em 2007, não havia nenhuma produção significativa na atividade silvícola, o que representava apenas 0,13% do valor da produção municipal em 2012.



Foto 69: Plantação Consorciada de Banana e Café Orizânia/MG

Tabela 166: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Orizânia (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	5.166	100	17.373	100
Lavoura permanente	3.686	71,36	16.368	94,22
Lavoura temporária	1.479	28,63	982	5,65
Extração Vegetal	1	0,01	-	-
Silvicultura	-	-	23	0,13

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

A produção de origem animal no município foi representada pela produção de leite, com 1.274 mil litros, em 2012, seguida pelo mel, com 388 kg no mesmo ano.

Tabela 167: Produtos de Origem Animal em Orizânia (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	1.274
Ovos de galinha	Mil dúzias	4
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	388

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

Santo Antônio do Aventureiro

O principal produto agrícola da lavoura temporária, em Santo Antônio do Aventureiro, no ano de 2012, foi a mandioca, que representava 44,32% do valor da produção do município, seguido pela cana-de-açúcar (22,71%).

Tabela 168: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Santo Antônio do Aventureiro (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Arroz	210	126	12,55	70	70
Cana-de-açúcar	3.250	228	22,71	44	44
Feijão	46	90	8,97	42	42
Mandioca	738	445	44,32	41	41
Milho	240	115	11,45	80	80
Total	4.484	1.004	100	277	277

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, o principal produto agrícola foi a banana, que representava mais de 90% do valor da produção municipal. Os dados podem ser visualizados na Tabela 169.

Tabela 169: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Santo Antônio do Aventureiro (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	528	362	90,50	25	25
Café	3	12	3,00	3	3
Laranja	66	26	6,50	10	10
Total	597	400	100	38	38

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

A produção agrícola de maior valor no município foi da lavoura temporária, atingindo 68,55% do valor da produção em 2007 e caindo para 66,05%, em 2012. A lavoura permanente passou de 30,57%, em 2007, para 26,32%, em 2012. A silvicultura teve um aumento de cerca de 7% no valor da produção.

Tabela 170: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Santo Antônio do Aventureiro (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	1.253	100	1.520	100
Lavoura permanente	383	30,57	400	26,32
Lavoura temporária	859	68,55	1.004	66,05
Extração Vegetal	3	0,24	-	-
Silvicultura	8	0,64	116	7,63

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

A maior produção de origem animal no município foi o leite, com 3.417 mil litros, em 2012, seguido pelo mel, com 2.500 kg no mesmo ano.

Tabela 171: Produtos de Origem Animal em Santo Antônio do Aventureiro (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	3.417
Ovos de galinha	Mil dúzias	25
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	2.500

Fonte: IBGE Produção Pecuária Municipal

São Francisco do Glória

O principal produto agrícola da lavoura temporária, em São Francisco do Glória, no ano de 2012, foi o milho, que representava 50,80% do valor da produção municipal, seguido pelo feijão com 45,29%, conforme apresentado na Tabela a seguir.

Tabela 172: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em São Francisco do Glória (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Arroz	10	7	1,61	3	3
Feijão	94	197	45,29	140	140
Mandioca	16	10	2,30	2	2
Milho	480	221	50,80	120	120

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Total	600	435	100	265	265

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, o único produto agrícola no município de São Francisco do Glória, foi o café com 100% da produção.

Tabela 173: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em São Francisco do Glória (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Café	1.744	10.154	100	1.530	1.530
Total	1.744	10.154	100	1.530	1.530

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

A produção agrícola de maior valor no município foi da lavoura permanente, atingindo 94,27%, em 2007 e aumentando para 95,61%, em 2012. A lavoura temporária passou de 5,09%, em 2007, para 4,10%, em 2012, e a silvicultura apresentou um pequeno crescimento (de 0,64% para 0,29%).

Tabela 174: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – São Francisco do Glória (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	2.669	100	10.620	100
Lavoura permanente	2.516	94,27	10.154	95,61
Lavoura temporária	136	5,09	435	4,10
Extração Vegetal	-	-	-	-
Silvicultura	17	0,64	31	0,29

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

A produção de origem animal no município foi representada pela produção de leite, com 4.330 mil litros em 2012, seguida pelo mel, com 2.710 kg no mesmo ano.

Tabela 175: Produtos de Origem Animal São Francisco do Glória (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	4.330
Ovos de galinha	Mil dúzias	6
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	2.710

Fonte: IBGE Produção Pecuária Municipal

São João de Manhuaçu

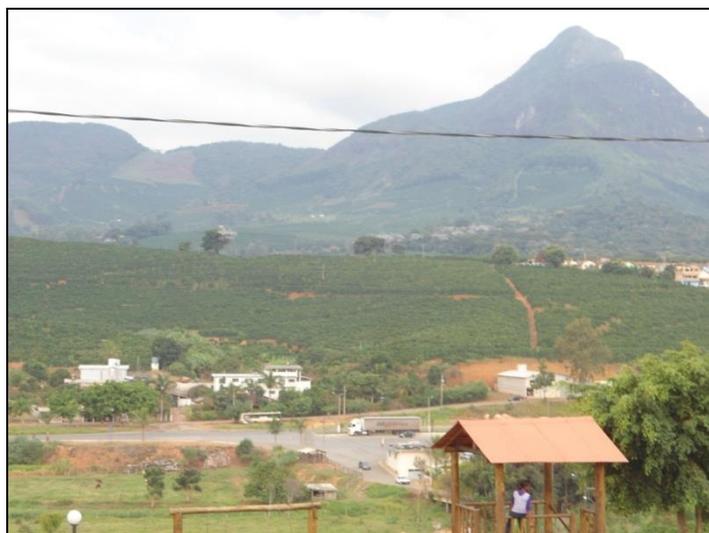
O principal produto agrícola da lavoura temporária em São João de Manhuaçu, no ano de 2012, foi o feijão, que representava 43,28% do valor da produção do município, seguido pelo milho com 26,73%.

Tabela 176: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em São João de Manhuaçu (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Arroz	203	122	6,33	70	70
Cana-de-açúcar	300	24	1,24	12	12
Feijão	305	834	43,28	430	430
Mandioca	90	63	3,27	9	9
Milho	1.050	515	26,73	300	300
Tomate	260	369	19,15	4	4
Total	2.208	1.927	100	825	825

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, o principal produto agrícola no município de São João de Manhuaçu, foi o café com (99,39% da produção). Também pertence à lavoura cafeeira a maior área plantada: 7.200 hectares. Os dados podem ser visualizados na Tabela 177.



**Foto 70: Plantações de Café
São João de Manhuaçu/MG**

Tabela 177: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em São João de Manhuaçu (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Abacate	240	216	0,37	20	20
Banana	121	109	0,19	12	12
Café	9.072	57.897	99,39	7.200	7.200
Laranja	60	30	0,05	10	10
Total	9.493	58.252	100	7.242	7.242

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

A produção agrícola de maior valor no município foi da lavoura permanente, atingindo 95,85%, em 2007 e aumentando para 96,71%, em 2012. A lavoura temporária passou de 4,16%, em 2007 , para 3,20%, em 2012.

Tabela 178: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – São João de Manhuaçu (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	29.151	100	60.222	100
Lavoura permanente	27.938	95,84	58.242	96,71
Lavoura temporária	1.213	4,16	1.927	3,20
Extração Vegetal	-	-	1	0,00
Silvicultura	-	-	52	0,09

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

A produção de origem animal no município foi representada pela produção de leite com 731 mil litros em 2012, seguida dos ovos de galinha com 23 mil dúzias no mesmo ano.

Tabela 179: Produtos de Origem Animal São João de Manhuaçu (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	731
Ovos de galinha	Mil dúzias	23
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	-

Fonte: IBGE Produção Pecuária Municipal

RP Jequitinhonha/Mucuri

Cachoeira de Pajeú

O principal produto agrícola da lavoura temporária em Cachoeira de Pajeú, no ano de 2012, foi a cana-de-açúcar, que representava 33,56% do valor da produção do município, seguida pela mandioca com 31,32%.

Tabela 180: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Cachoeira do Pajeú (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Abacaxi	66	102	2,28	6	6
Alho	4	22	0,49	5	5
Arroz	2	1	0,02	4	4
Batata Doce	9	5	0,11	1	1
Cana de açúcar	20.000	1.500	33,56	400	400
Feijão	96	268	6,00	300	300
Mandioca	5.600	1.400	31,32	400	400
Milho	15	8	0,18	40	38
Tomate	600	1.164	26,04	12	12
Total	26.392	4.470	100	1.168	1.166

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, o maracujá foi o produto de maior valor, representando 41,67% da produção do município. Em seguida, estava a banana, com 21,11% e a manga, com 13,89%. Os dados podem ser visualizados na Tabela 181.

Tabela 181: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Cachoeira de Pajeú (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	190	152	21,11	20	20
Café	615	39	5,42	13	13
Laranja	180	90	12,50	12	12
Manga	200	100	13,89	40	40
Maracujá	300	300	41,67	20	20
Marmelo	21	17	2,36	7	7
Tangerina	32	22	3,05	4	4
Total	1.538	720	100	116	116

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

A produção agrícola de maior valor no município foi a de lavoura temporária atingindo 72,94%, em 2007 e aumentando para 85,90%, em 2012. A lavoura permanente de 18,17%, em 2007, diminuiu para 13,79%, em 2012.

Tabela 182: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Cachoeira de Pajeú (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	7.183	100	5.222	100
Lavoura permanente	1.305	18,17	720	13,79
Lavoura temporária	5.239	72,94	4.470	85,60
Extração Vegetal	210	2,92	17	0,32
Silvicultura	429	5,97	15	0,29

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, o produto mais representativo do município, em 2012, foi o leite, cuja produção alcançou 2.850 mil litros. O segundo produto com maior produção foi o mel de abelha, com uma produção de 700 kg.

Tabela 183: Produtos de Origem Animal em Cachoeira de Pajeú (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	2.850
Ovos de galinha	Mil dúzias	23
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	700

Fonte: IBGE Produção Pecuária Municipal

Carai

O principal produto agrícola da lavoura temporária em Carai, no ano de 2012, foi a mandioca, que representava 39,26% do valor da produção do município, seguida pela cana-de-açúcar com 32,97% e pelo feijão com 16,57%.

Tabela 184: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Carai (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Abacaxi	270	405	5,89	15	15
Arroz	60	42	0,61	30	30
Cana-de-açúcar	32.400	2.268	32,97	540	540
Feijão	429	1140	16,57	520	520
Mandioca	7.500	2.700	39,26	620	620
Milho	660	323	4,70	300	300

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Total	41.319	6.878	100	2.025	2.025

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente o café era o produto que representava quase toda a produção do município em 2012, 89,08% do total produzido, ocupando uma área de 1.800 hectares.

Tabela 185: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Carai (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	300	270	2,44	30	30
Café	1.620	9.866	89,08	1.800	1.800
Laranja	1.700	850	7,67	85	85
Tangerina	150	90	0,81	10	10
Total	3.770	11.076	100	1.925	1.925

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

A produção agrícola de maior valor no município foi da lavoura permanente, atingindo 68,01%, em 2007 e caindo para 60,90%, em 2012. A lavoura temporária passou de 27,73%, em 2007 e aumentou para 37,82%, em 2012. A silvicultura também teve um leve crescimento, passando de 0,38%, para 0,35%, no mesmo período.

Tabela 186: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Carai (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	10.594	100	18.187	100
Lavoura permanente	7.205	68,01	11.076	60,90
Lavoura temporária	2.938	27,73	6.878	37,82
Extração Vegetal	411	3,88	170	0,93
Silvicultura	40	0,38	63	0,35

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, o produto mais representativo do município de Carai, em 2012, foi o leite, cuja produção alcançou 3.758 mil litros. O segundo produto com maior produção foi o mel de abelha, com uma produção de 450 kg.

Tabela 187: Produtos de Origem Animal em Caraiá (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	3758
Ovos de galinha	Mil dúzias	126
Ovos de codorna	Mil dúzias	1
Mel de abelha	Quilograma	450

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

Catuji

O principal produto agrícola da lavoura temporária em Catuji, no ano de 2012, foi a mandioca, que representava 40,32% do valor da produção do município, seguida pelo feijão com 30% e pela cana-de-açúcar com 23,03%.

Tabela 188: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Catuji (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Abacaxi	15.000	23	1.17	1	1
Arroz	45	32	1.64	30	30
Cana-de-açúcar	7.500	450	23.03	150	150
Feijão	164	586	30.00	280	280
Mandioca	2.250	788	40.32	150	150
Milho	165	75	3.84	110	110
Total	10.139	1.954	100	721	721

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, o café foi o produto que representava quase toda a produção do município (96,07%) e a maior área plantada (650 hectares). Os dados podem ser visualizados na Tabela 189.

Tabela 189: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Catuji (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	112	78	3,26	14	14
Café	390	2.301	96,07	650	650
Laranja	32	16	0,67	2	2
Total	534	2.395	100	666	666

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

A produção agrícola com maior valor no município foi a da lavoura permanente, atingindo 54,60%, em 2007 e caindo para 50,6%, em 2012. A lavoura temporária passou de 35,69%, em 2007, para 40,84%, em 2012.

Tabela 190: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – 2007/2012 em Catuji

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	2.502	100	4.784	100
Lavoura permanente	1.366	54,60	2.395	50,06
Lavoura temporária	893	35,69	1.954	40,84
Extração Vegetal	188	7,52	352	7,36
Silvicultura	55	2,19	83	1,74

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, o produto mais representativo do município de Catuji, em 2012, foi o mel, cuja produção alcançou 8.641kg. Em seguida, foi o leite, com 1.977 mil litros produzidos no mesmo ano.

Tabela 191: Produtos de Origem Animal em Catuji (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	1.977
Ovos de galinha	Mil dúzias	12
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	8.641

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

Itaobim

O principal produto agrícola de lavoura temporária em Itaobim, no ano de 2012, foi a cana-de-açúcar que representava 78,27% do valor da produção do município, seguida pela mandioca (14,59%).

Tabela 192: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Itaobim (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Arroz	2	1	0,05	2	2
Cana-de-açúcar	18	1.620	78,27	300	300
Feijão	48	101	4,87	60	60
Mandioca	1.040	302	14,59	130	130
Milho	110	46	2,22	110	110
Total	1.218	2.070	100	602	602

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente a banana foi o produto que representava mais da metade da produção do município em 2012, com 58,22% do valor da produção municipal. Em seguida, vinha a manga (39,25%), com a maior área plantada: 126 hectares.

Tabela 193: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Itaobim (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	2610	1749	58,22	87	87
Café	1	4	0,13	1	1
Coco-da-baía	120	72	2,40	10	10
Manga	3024	1179	39,25	126	126
Total	5.755	3.004	100	224	224

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

No município, o valor da produção agrícola mais significativa foi da lavoura temporária chegando a 46,02%, em 2007 e tendo uma queda em 2012, para 40,66%. A lavoura permanente que teve 44,40% do valor da produção em 2007, aumentou para 59,00%, em 2012. A extração vegetal teve pouca representação no município e a silvicultura nenhuma representação, como se pode observar na tabela.

Tabela 194: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Itaobim (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	2.236	100	5.091	100
Lavoura permanente	993	44,40	3.004	59,00
Lavoura temporária	1029	46,02	2.070	40,66
Extração Vegetal	214	9,58	17	0,34
Silvicultura	-	-	-	-

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, o produto mais representativo do município de Itaobim, em 2012, foi o leite, cuja produção alcançou 1.294 mil litros. O segundo produto com maior produção foi o mel com 298 kg, em 2012.

Tabela 195: Produtos de Origem Animal em Itaobim (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	1.294
Ovos de galinha	Mil dúzias	13
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	298

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

Medina

O principal produto agrícola da lavoura temporária, do município de Medina, no ano de 2012, foi a cana-de-açúcar, que representava 50,72% do valor da produção do município, seguida pela mandioca com 30,43%.

Tabela 196: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Medina (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Abacaxi	120	162	4,39	8	8
Alho	3	14	0,38	5	5
Arroz	6	4	0,10	14	14
Batata doce	18	11	0,30	2	2
Cana-de-açúcar	25	1.875	50,72	500	500
Feijão	132	346	9,35	320	320
Mandioca	3.750	1.125	30,43	300	300
Milho	320	160	4,33	800	800
Total	4.374	3.697	100	1949	1949

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, em 2012, a banana foi o produto que representava o maior valor da produção do município de Medina (55,47%), seguida pela laranja (27,37%).

Tabela 197: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Medina (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	380	304	55,47	40	40
Café	4	23	4,20	7	7
Coco-da-baía	30	21	3,83	2	2
Laranja	300	150	27,37	20	20
Manga	100	50	9,13	10	10

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Total	814	548	100	79	79

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal



Foto 71: Barraquinhas na Beira da Estrada com a Venda da Produção Local de Leite e Mel Comunidade de Souza Lima – Medina/MG

No município, o valor da produção agrícola mais significativa foi da lavoura temporária, chegando a 67,95%, em 2007 e subindo, em 2012, para 78,05%. A lavoura permanente passou de 27,45%, em 2007, para 11,57%, em 2012. A extração vegetal teve pouca representatividade no município e a silvicultura teve uma produção, em 2012, que representou 10,13% do valor da produção municipal.

Tabela 198: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Medina (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	5.922	100	4.737	100
Lavoura permanente	1.625	27,45	548	11,57
Lavoura temporária	4.024	67,95	3.697	78,05
Extração Vegetal	273	4,60	12	0,25
Silvicultura	-	-	480	10,13

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, a maior produção, em 2012, foi do leite, cuja produção alcançou 4.500 mil litros nesta categoria. O segundo produto com maior produção foi o mel, com 1.800kg. Os dados podem ser visualizados na Tabela 199.

Tabela 199: Produtos de Origem Animal em Medina (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	4500
Ovos de galinha	Mil dúzias	30
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	1800

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

Padre Paraíso

O principal produto agrícola da lavoura temporária do município de Padre Paraíso, no ano de 2012, foi da cana-de-açúcar, que representava 52,03% do valor da produção do município, seguida pela mandioca com 39,11%.

Tabela 200: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Padre Paraíso (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Abacaxi	22	24	1,15	1	1
Arroz	1	1	0,04	1	1
Cana-de-açúcar	12.000	1.080	52,03	300	300
Feijão	52	109	5,26	70	70
Mandioca	2.800	812	39,11	280	280
Milho	120	50	2,41	100	100
Total	14.995	2.076	100	752	752

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, em 2012, o café foi o produto que representava quase todo o valor da produção do município de Padre Paraíso, atingindo 95,52% do valor de produção municipal. Em seguida, aparece o urucum, com 4,08% e área plantada de 24 hectares.

Tabela 201: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Padre Paraíso (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Café	234	1.404	95,52	300	300
Laranja	14	6	0,40	2	2
Urucum	24	60	4,08	24	24
Total	272	1470	100	326	326

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

No município, em 2007, o valor da produção agrícola mais significativa foi da lavoura temporária, chegando a 69,45% do valor da produção e caindo, em 2012, para 58,55%. A lavoura permanente passou de 30,55%, em 2007, para 41,45%, em 2012.

Tabela 202: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Padre Paraíso (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	2.281	100	3.546	100
Lavoura permanente	697	30,55	1.470	41,45
Lavoura temporária	1.584	69,45	2.076	58,55
Extração Vegetal	-	-	-	-
Silvicultura	-	-	-	-

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, o produto mais representativo do município de Padre Paraíso, em 2012, foi o leite, cuja produção alcançou 382 mil litros, seguido pelo mel, com 202 kg.

Tabela 203: Produtos de Origem Animal em Padre Paraíso (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	382
Ovos de galinha	Mil dúzias	9
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	202

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

Pedra Azul

O principal produto agrícola de lavoura temporária do município de Pedra Azul, no ano de 2012, foi a mandioca, que representava 26,32% do valor da produção do município, seguida pelo feijão com 20,86% e pelo tomate com 20,00%.

Tabela 204: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Pedra Azul (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Abacaxi	150	203	7,42	10	10
Arroz	3	2	0,07	8	8
Batata - doce	45	27	0,98	5	5
Cana-de-açúcar	3.840	288	10,53	120	120
Feijão	201	571	20,86	600	600
Mandioca	2.400	720	26,32	200	200
Milho	720	378	13,82	480	480

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Tomate	360	547	20,00	12	12
Total	7.719	2.736	100	1.435	1.435

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, em 2012, o café foi o produto que representava quase a metade do valor de toda a produção do município de Pedra Azul, com 43,64%. A lavoura também responde pela maior área plantada, com 220 hectares. Os dados podem ser visualizados na Tabela 205.

Tabela 205: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Pedra Azul (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	380	342	12,77	40	40
Café	198	1.168	43,64	220	220
Laranja	1.425	713	26,64	75	75
Limão	6	4	0,16	1	1
Manga	42	21	0,78	6	6
Maracujá	300	300	11,20	20	20
Tangerina	24	17	0,63	3	3
Urucum	40	112	4,18	40	40
Total	2.415	2.677	100	405	405

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

No município, em 2007, o valor da produção agrícola mais significativa foi da lavoura temporária, chegando a 48,46%. Em 2012, o valor maior da produção agrícola do município foi da lavoura permanente (49,23%).

Tabela 206: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Pedra Azul (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	5.482	100	5.557	100
Lavoura permanente	2.657	48,46	2.677	48,17
Lavoura temporária	2.553	46,57	2.736	49,23
Extração Vegetal	204	3,72	-	-
Silvicultura	68	1,25	144	2,60

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, o produto mais representativo do município de Pedra Azul, em 2012, foi o leite, cuja produção alcançou 7.000 mil litros, seguido pelo mel, com 2.500 kg.

Tabela 207: Produtos de Origem Animal em Pedra Azul (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	7.000
Ovos de galinha	Mil dúzias	37
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	2.500

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

Ponto dos Volantes

O principal produto agrícola da lavoura temporária do município, no ano de 2012, foi a mandioca, que representava 61,22% do valor da produção do município, seguida pela cana-de-açúcar com 16,57% e pelo feijão com 15,47%.

Tabela 208: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Ponto dos Volantes (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Abacaxi	20	22	1,32	1	1
Arroz	2	1	0,06	3	3
Cana-de-açúcar	3.000	270	16,29	60	60
Feijão	115	258	15,57	200	200
Mandioca	3.500	1.015	61,22	350	350
Milho	220	92	5,54	200	200
Total	6.857	1.658	100	815	815

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, em 2012, o café era o produto que representava mais da metade do valor de toda a produção do município de Ponto dos Volantes: 53,39%. Também pertence à lavoura cafeeira a maior área plantada entre as culturas permanentes, com 160 hectares.

Tabela 209: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Ponto dos Volantes (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	770	493	41,25	35	35
Café	112	638	53,39	160	160
Limão	10	7	0,59	1	1
Mamão	18	9	0,76	1	1

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Manga	120	48	4,01	10	10
Total	1.012	1.195	100	207	207

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

No município de Ponto dos Volantes, em 2007, o valor da produção agrícola mais significativo foi da lavoura temporária, chegando a 59,08% e caindo, em 2012, para 57,97%. Já a lavoura permanente, que em 2007 teve o valor da produção agrícola de 31,72%, subiu, em 2012, para 41,79%, conforme dados da Tabela 210.

Tabela 210: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Ponto dos Volantes (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	2.339	100	2.860	100
Lavoura permanente	742	31,72	1.195	41,79
Lavoura temporária	1.382	59,08	1.658	57,97
Extração Vegetal	215	9,20	6	0,21
Silvicultura	-	-	1	0.03

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, o produto mais representativo do município em 2012 foi o leite, cuja produção alcançou 1.139 mil litros. O segundo produto com maior produção foi o mel, com produção de 262 kg.

Tabela 211: Produtos de Origem Animal em Ponto dos Volantes (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	1.139
Ovos de galinha	Mil dúzias	9
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	262

Fonte: IBGE- Produção Pecuária Municipal

Teófilo Otoni

O principal produto agrícola da lavoura temporária do município de Teófilo Otoni, no ano de 2012, foi a cana-de-açúcar, que representava 42,17% do valor da produção do município, seguida pela mandioca com 38,85% e pelo feijão com 12,38%.

Tabela 212: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Teófilo Otoni (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Abacaxi	100	150	1,25	4	4
Arroz	63	44	0,37	35	35
Cana-de-açúcar	84.000	5.040	42,17	1.200	1.200
Feijão	610	1.479	12,38	1.100	1.100
Mandioca	12.780	4.644	38,85	1.065	1.065
Milho	1.200	594	4,98	600	600
Total	98.753	11.951	100	4.004	4.004

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, em 2012, o produto de maior representação do valor da produção agrícola do município, foi da banana com 38,27%. Entretanto, em termos de área plantada, o cultivo da tangerina possuía a maior área, com 150 hectares.

Tabela 213: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Teófilo Otoni (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	2000	1400	38,27	100	100
Café	63	378	10,34	105	105
Coco-da-baía	72	50	1,36	3	3
Laranja	1500	750	20,51	60	60
Tangerina	1800	1080	29,52	150	150
Total	5.435	3.658	100	418	418

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

No ano de 2007, o valor da produção agrícola mais significativa foi da lavoura permanente, chegando a 47,37% e caindo para 23,12%, em 2012. Já a lavoura temporária, que em 2007 representou 40,67% do valor da produção agrícola municipal, aumentou em 2012, para 75,52%. Em ambos os anos a participação da silvicultura na produção agrícola do município foi pouco expressiva.

Tabela 214: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Teófilo Otoni (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	9.777	100	15.826	100
Lavoura permanente	4631	47,37	3658	23,12
Lavoura temporária	3977	40,67	11951	75,52

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Extração Vegetal	1098	11,24	77	0,48
Silvicultura	71	0,72	140	0,88

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, o produto mais representativo do município de Teófilo Otoni em 2012 foi o mel, cuja produção alcançou 81.932kg. O segundo produto com maior produção foi o leite, com 26.254 mil litros.

Tabela 215: Produtos de Origem Animal em Teófilo Otoni (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	26254
Ovos de galinha	Mil dúzias	430
Ovos de codorna	Mil dúzias	28
Mel de abelha	Quilograma	81932

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

✓ RP Norte

Águas Vermelhas

O principal produto agrícola da lavoura temporária de Águas Vermelhas, no ano de 2012, foi o tomate, que representava 37,62% do valor da produção do município, seguido pela mandioca com 36,53% e pelo feijão com 12,18%. As maiores áreas plantadas da lavoura temporária são do tomate e do milho, com 500 hectares cada.

Tabela 216: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Águas Vermelhas (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Abacaxi	150	150	5,07	10	10
Arroz	2	1	0,03	4	4
Batata doce	30	17	0,58	3	3
Cana-de-açúcar	2.800	210	7,11	80	80
Feijão	162	360	12,18	500	500
Mandioca	3.600	1.080	36,53	400	400
Milho	38	21	0,72	500	150
Sorgo	18	5	0,16	9	9
Tomate	800	1.112	37,62	20	20
Total	7.600	2.956	100	1.526	1.176

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

Na lavoura permanente, em 2012, o produto de maior representação do valor da produção agrícola do município, foi a banana (42,21%), seguida pelo café (35,94%). Os dados podem ser visualizados na Tabela 217.

Tabela 217: Produção Agrícola de Lavouras Permanentes em Águas Vermelhas - 2012

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	1860	2232	42,21	124	124
Café	333	1900	35,94	185	185
Laranja	465	233	4,40	31	31
Manga	35	18	0,35	6	6
Maracujá	600	600	11,34	30	30
Tangerina	140	112	2,13	7	7
Urucum	74	192	3,63	35	35
Total	3.507	5.287	100	418	418

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Entre os anos de 2007 e 2010, o valor da produção agrícola no município teve uma queda brusca: a lavoura temporária, por exemplo, passou de 55,35% do valor da produção, em 2007, para 9,34%, em 2012. Já a silvicultura, que em 2007 representava somente 9,29% do valor da produção municipal, passou para 73,58%, em 2012. Os dados podem ser visualizados na Tabela 218.

Tabela 218: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – 2007/2012 em Águas Vermelhas

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	8.866	100	31.679	100
Lavoura permanente	2.897	32,68	5.287	16,69
Lavoura temporária	4.907	55,35	2.956	9,34
Extração Vegetal	238	2,68	126	0,39
Silvicultura	824	9,29	23.310	73,58

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, a maior produção do município foi o mel, cuja produção alcançou 3.052kg. Em seguida, veio a produção do leite com 1.500 mil litros.

Tabela 219: Produtos de Origem Animal em Águas Vermelhas (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	1.500
Ovos de galinha	Mil dúzias	8
Ovos de codorna	Mil dúzias	-

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Mel de abelha	Quilograma	3052

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

Divisa Alegre

O principal produto agrícola da lavoura temporária de Divisa Alegre, no ano de 2012, foi a mandioca, que representava 48,59% do valor da produção do município, seguida pelo feijão com 26,14% e pelo abacaxi com 17,49%.

Tabela 220: Produção Agrícola da Lavoura Temporária em Divisa Alegre (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Abacaxi	120	162	17,49	8	8
Batata doce	18	11	1,19	2	2
Cana-de-açúcar	300	23	2,49	10	10
Feijão	84	242	26,14	180	180
Mandioca	1.800	450	48,59	180	180
Milho	75	38	4,10	80	75
Total	2.397	926	100	460	455

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal



Foto 72: Venda de Abacaxis, Produzidos no Município, na Beira da BR-116/MG. Perímetro Urbano de Divisa Alegre/MG

Na lavoura permanente, em 2012, o produto de maior representação do valor da produção agrícola do município foi o maracujá (com 63,56%), seguido pela banana com 21,46%.

Tabela 221: Produção Agrícola da Lavoura Permanente em Divisa Alegre (2012)

Lavoura	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ 1000)	Valor da produção (%)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)
Banana	95	76	21,46	10	10
Laranja	105	53	14,98	7	7
Maracujá	225	225	63,56	15	15
Total	425	354	100	32	32

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Em Divisa Alegre, o valor da produção agrícola mais significativa foi da lavoura temporária chegando a 65,48%, em 2007 e caindo para 36,61%, no ano de 2012. A lavoura permanente também apresentou queda: em 2007 era de 19,33% da produção, passando para 14,00%, em 2012. Por outro lado, a silvicultura apresentou um grande incremento na produção municipal: passou de 10,22, em 2007, para quase 17% em 2012.

Tabela 222: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Divisa Alegre (2007/2012)

Atividade	2007		2012	
	Mil Reais	(%)	Mil Reais	(%)
Total	2.474	100	2.529	100
Lavoura permanente	478	19,33	354	14,00
Lavoura temporária	1.620	65,48	926	36,61
Extração Vegetal	123	4,97	63	2,50
Silvicultura	253	10,22	1186	46,89

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Com relação à produção de origem animal, a maior produção em 2012, em Divisa Alegre, foi do mel, cuja produção alcançou 1.200kg. Em seguida, veio a produção do leite, com 78 mil litros produzidos. Os dados podem ser visualizados na Tabela 223.

Tabela 223: Produtos de Origem Animal em Divisa Alegre (2012)

Tipo de produto	Unidade	Quantidade
Leite	Mil litros	78
Ovos de galinha	Mil dúzias	17
Ovos de codorna	Mil dúzias	-
Mel de abelha	Quilograma	1.200

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

6.3.3.6 Setor Minerário

Conforme classificação internacional aceita pela Organização das Nações Unidas (ONU), o termo mineração é conceituado como sendo “a extração, elaboração e beneficiamento de minerais que se encontram em estado natural: sólido, como carvão e outros; líquido, como o petróleo bruto; e gasoso, como o gás natural”. De maneira geral, a mineração é definida como extração de minerais presentes em rochas e/ou no solo (DNPM, 2013).

O Brasil produz um variado grupo de substâncias minerais, algumas em grande volume: o país é rico em alguns minérios, como nióbio, ferro, manganês, alumínio e pedras preciosas, e pobre em outros, como cobre, chumbo e prata, por exemplo. Outras substâncias minerais são aqui encontradas em quantidades que se podem considerar suficientes para nossas necessidades, mas sem sobras para exportação, ou exigindo pequeno volume de importação. Esse é o caso do petróleo, por exemplo.

Tabela 224: Produção Mineral no Brasil e no Mundo (2012).

Substância	Ranking Mundial do Brasil	Produção Mundial (mil t)	Produção Brasil (mil t)	% Brasil
Nióbio	1º	87,9	82,2	93,5
Tântalo	2º	0,70	0,12	16,8
Magnesita	2º	6.446	479	7,4
Crisotila	3º	2.004,6	304,6	15,2
Ferro	3º	3.000.000	400.822	13,4
Alumínio (bauxita)	3º	260.910	33.260	12,7
Grafita natural	3º	1.100	88	8,0
Vermiculita	4º	574	52	9,1
Rochas ornamentais	4º	123.500	9.300	8,0
Manganês	5º	16.859	1.119	6,6
Caulim	5º	34.000	2.189	6,4
Estanho	5º	230,1	13,7	5,9

Fonte: Ministério de Minas e Energia

De acordo com o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, no ano de 2011, o Brasil registrou o montante de 8.870 empresas mineradoras: desse total, somente na região Sudeste encontram-se 3.609. Com relação à Produção Mineral Brasileira (PMB), o crescimento entre os anos de 2009 e 2012 foi de 112,5%, atingindo, em 2011, o valor de 53 bilhões de dólares. Aliado a isso, em 2011, a mineração gerou 175 mil empregos. Contudo, neste setor, cada posto de trabalho gera outros 13 empregos diretos ao longo da cadeia produtiva. Deste modo, o setor de mineração no País, empregou, em 2011, 2,2 milhões de trabalhadores diretos (IBRAM, 2012).

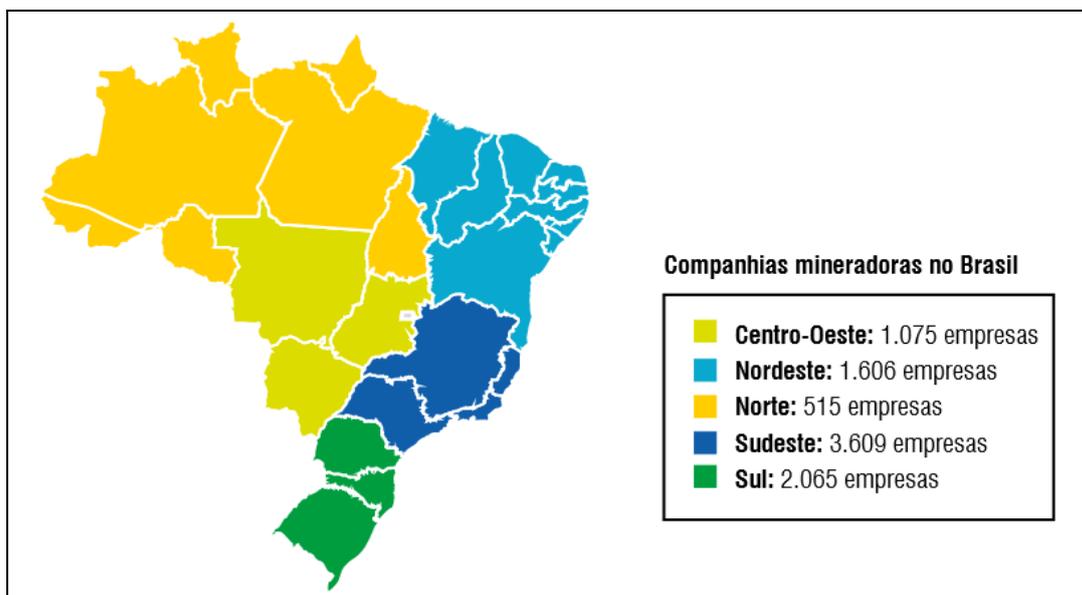


Figura 57: Companhias Mineradoras do Brasil – Por Região
Fonte: IBRAN

Ainda de acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM (2012), em termos quantitativos, os estados de maior produção mineral são: Minas Gerais (53,2%), seguido pelo Pará (28,6%), Goiás (4,1%), São Paulo (2,8%) e Bahia (2,0%). Os demais Estados, somados, representam 9,3% da produção nacional.

O estado de Minas Gerais configura-se como o mais importante no setor de mineração, extraindo mais de 160 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. A atividade mineradora está presente em 250 municípios, de um total de 853 que compõem o Estado (IBRAM, 2014).

Em relação ao setor econômico, a mineração representou no ano de 2013, 57,9% do total das exportações do estado. Neste contexto, em 2013, o saldo da balança mineral de Minas Gerais foi de quase 18 bilhões de dólares, contra 16,7 bilhões em 2012. Em cenário comparativo de Minas Gerais com o país, o estado respondeu por quase 50% das exportações de minério de ferro e por 42,7% de ouro (IBRAM, 2014).

O estado é responsável por 34% do aço produzido no país, 93% do berílio; 39,1% do feldspato; 69,2% do Ferro; e 30,9% da prata. Em menor proporção, mas bastante representativo, o estado ainda produz água mineral, areia, cobalto, diamante, entre outros.

Em relação às empresas mineradoras de maior destaque no estado temos a VALE S/A, Samarco Mineração S.A; Companhia Siderúrgica Nacional – CSN; Nacional Minérios S.A.; Mineração Usiminas; Votorantim S.A; e Anglo Ferrous Mineração.

Na área de estudo, temos destaque na mineração de rochas ornamentais (principalmente o granito e gnaiss) e de gemas (água marinha, turmalina, berilo, ametista, etc.). A tabela a seguir

mostra os processos abertos no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, de requerimentos de pesquisa, entre os anos de 2013/2014.

Observa-se que alguns municípios não possuem processos abertos/ativos nesse período (como Divisa Alegre, Santo Antônio do Aventureiro e Ubaporanga, por exemplo), e, por outro lado, municípios como Governador Valadares e Teófilo Otoni, possuem um grande número de processos.

Tabela 225 – Processos Ativos no DNPM – Municípios da Área de Estudo (2013/2014).

Município	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Principais Substâncias
Águas Vermelhas	08	Granito, areia, quartzo, fosfato
Além Paraíba	05	Granito, gnaissse, areia, cascalho
Alpercata	07	Areia, granito, minério de ferro, quartzo, gnaissse
Cachoeira do Pajeú	09	granito
Campanário	11	Granito, feldspato
Carai	27	Água marinha, quartzo, granito, caulim, ametista, caulim,
Caratinga	35	Granito, areia, saibro, minério de ouro, minério de ferro, ilmenita
Catuji	14	Granito, caulim, água marinha, turmalina, feldspato, berilo
Divino	05	Granito, areia, minério de ouro, berilo, minério de manganês
Divisa Alegre	--	--
Dom Cavati	--	--
Engenheiro Caldas	03	Granito, argila
Fervedouro	01	Areia, argila
Frei Inocência	06	Areia, cascalho, quartzo, granito
Governador Valadares	71	Granito, areia, feldspato, quartzo, gnaissse, berílio, turmalina, caulim
Inhapim	20	Granito, areia, quartzito, minério de ouro, água mineral,
Itambacuri	16	Feldspato, granito, turmalina, quartzo, minério de manganês, cascalho
Itanhomi	04	Granito, areia, quartzo, minério de ouro
Itaobim	08	Granito, areia, argila,
Jampruca	07	Granito, quartzito

Município	Requerimento de Autorização de Pesquisa	Principais Substâncias
Laranjal	06	Areia, argila, granito
Leopoldina	16	Argila, saibro, areia, gnaiss, cascalho
Manhuaçu	11	Granito, areia, caulim,
Mathias Lobato	03	Areia, cascalho
Medina	14	Granito, argila,
Miradouro	03	Granito, areia, argila
Muriaé	11	Granito, gnaiss, quartzo, areia, cascalho
Orizânia	01	Granito
Padre Paraíso	16	Granito, caulim
Pedra Azul	1	Granito, grafita, minério de berílio
Ponto dos Volantes	18	Granito, turmalina, água marinha,
Santa Bárbara do Leste	--	--
Santa Rita de Minas	04	Granito, minério de ferro
Santo Antônio do Aventureiro	--	--
São Francisco do Glória	04	Areia, argila
São João do Manhuaçu	01	Granito
Tarumirim	08	Granito, minério de ouro,
Teófilo Otoni	50	Granito, caulim, areia,
Ubaporanga	--	--

Fonte: DNPM.



Foto 73: Pedreira de Granito Itaobim/MG

Na área de estudo existe um circuito turístico, denominado “Circuito Turístico das Pedras Preciosas”²⁹, nos quais os municípios de Teófilo Otoni, Nanuque, Carlos Chagas, Itambacuri, Minas Novas, Carai e Padre Paraíso, fazem parte. Nesses municípios a exploração de gemas, bem como o seu comércio, são destaques na economia municipal. Ocorrem grandes feiras, inclusive internacionais, nesses municípios, tais como: a FIPP - Feira Internacional de Pedras Preciosas, realizada anualmente em Teófilo Otoni; a Brazil Gem Show; e a Minas Trend



Foto 74: Gemas Expostas em Mercado de Pedras. Teófilo Otoni/MG



Foto 75: Barraquinhas com Venda de Gemas na Beira da BR-116/MG - Catuji/MG

²⁹ Vide item Turismo.

6.3.3.7 Turismo

O turismo se caracteriza como importante atividade de integração sociocultural, promovendo o intercâmbio de diferentes culturas e o estreitamento das relações entre as sociedades, com relevantes contribuições para a geração de renda e emprego. Através do turismo, o país ou região, divulga suas paisagens, tradições, gastronomia, hábitos, modos de vida, sua cultura em geral, contribuindo para a preservação dos patrimônios arquitetônico e ambiental, bem como para a difusão de sua imagem, em níveis intranacional e internacional (IBGE, 2011).

O Brasil é reconhecido por ser um país com grandes potencialidades turísticas, devido, principalmente, à sua extensão territorial, que oferece, no âmbito do turismo de lazer, destinos bastante diversificados. O turismo receptivo no Brasil, segundo o IBGE, registrou o ingresso de 5,2 milhões de turistas estrangeiros em 2010, um patamar considerado baixo, quando comparado com outros países como França (76,8 milhões), Estados Unidos (59,7 milhões), China (55,7 milhões) e Espanha (52,7 milhões). Por outro lado, os grandes eventos internacionais que se realizaram e se realizarão no Brasil, como a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos (2016), trazem a perspectiva de um aumento expressivo desse ingresso, bem como a expansão do turismo nacional.

✓ Turismo em Minas Gerais

Minas Gerais é um estado único em termos turísticos, pois alia cultura, rico patrimônio histórico e uma variedade enorme de atrativos naturais. O estado detém cerca de 60% do patrimônio histórico nacional, com cidades centenárias que narram a grandiosidade da história do Brasil e com a arquitetura colonial barroca, expressada através das autênticas igrejas centenárias³⁰.

Entre as peculiaridades de Minas Gerais, algumas representações populares e culturais figuram na listagem de bens brasileiros tombados como Patrimônio imaterial, ou seja, ofícios que merecem preservação para não se perderem no tempo. Entre eles estão: a cerâmica de Candeal (ofício de fazer panelas de barro passado de geração a geração entre mulheres); o modo de fazer viola de 10 cordas; as festas religiosas de Ouro Preto; e também, o modo artesanal de fazer queijo de minas.

Segundo a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais – SETUR, existem 45 (quarenta e cinco) Circuitos Turísticos certificados no estado, além da capital, Belo Horizonte. Os Circuitos Turísticos são entidades sem fins lucrativos, que caracterizam a política pública de Regionalização do Turismo de Minas Gerais, em desenvolvimento pelo Governo do estado de Minas Gerais, desde o ano de 2001: obtiveram seu reconhecimento com a publicação do Decreto de Lei

³⁰ Portal Minas Gerais. Disponível em: <http://www.minasgerais.com.br/sobre-minas/>. Acesso em março de 2015.

nº43.321/2003. Esta política é um modelo de gestão das regiões turísticas que segue as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo, estabelecido pelo Ministério do Turismo.



Foto 76: Igreja Matriz – Santa Rita de Minas/MG

Os Circuitos mineiros abrigam um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas, que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística de forma sustentável, consolidando uma identidade regional, segundo informações da SETUR. O trabalho destas entidades se dá por meio da integração contínua dos municípios, gestores públicos, iniciativa privada e sociedade civil, consolidando uma identidade regional e protagonizando o desenvolvimento por meio de alianças e parcerias.

RP Central	RP Zona da Mata
- Belo Horizonte	- Caminho Novo
- Diamantes	- Caminhos Verdes de Minas
- Grutas	- Montanhas e Fé
- Guimarães Rosa	- Nascente do Rio Doce
- Lago Três Marias	- Pico da Bandeira*
- Ouro	- Serra do Brigadeiro*
- Parque Nacional Serra do Cipó	- Serras de Minas
- Trilha dos Inconfidentes	- Serras do Ibitipoca
- Verde – Trilha dos Bandeirantes	- Serras e Cachoeiras*
- Veredas do Paraopeba	
- Vilas e Fazendas de Minas	

RP Triângulo Mineiro	RP Sul de Minas
Águas do Cerrado - Lagos - Triângulo Mineiro	- Águas - Caminhos do Sul de Minas - Caminhos Gerais - Malhas do Sul de Minas - Nascentes das Gerais - Serras Verdes do Sul de Minas - Terras Altas da Mantiqueira - Vale Verde e Quedas D'Água
RP Alto Paranaíba	
- Caminhos do Cerrado - Canastra	
RP do Rio Doce	RP Centro Oeste de Minas
Mata Atlântica de Minas Rota do Muriqui* Trilhas do Rio Doce*	- Caminhos do Indaiá - Grutas e Mar de Minas
RP Noroeste de Minas	RP Norte de Minas
- Noroeste de Gerais	- Lago de Irapé - Serra do Cabral - Serra Geral do Norte de Minas - Sertão Gerais - Velho Chico
RP Vale do Mucuri	
- Pedras Preciosas*	

Quadro 12: Circuitos Turísticos de Minas Gerais, por Regiões de Planejamento (RP)

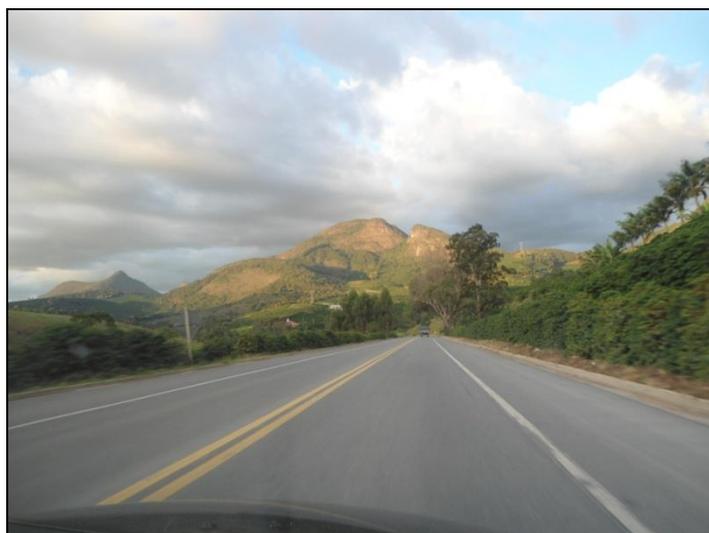
*Circuito no qual algum município da área de estudo faz parte



**Foto 77: Estátua do Menino Maluquinho
Caratinga/MG**

Dos municípios que pertencem à região em estudo, dezesseis deles fazem parte de alguns desses Circuitos Turísticos, tais como:

- Circuito das Pedras Preciosas: Teófilo Otoni, Itambacuri, Caraí, Padre Paraíso;
- Circuito Trilhas do Rio Doce: Governador Valadares;
- Circuito Rota do Muriqui: Caratinga, Santa Rita de Minas, Ubaporanga;
- Circuito Serras e Cachoeiras: Além Paraíba, Leopoldina;
- Circuito Serra do Brigadeiro: Divino, Fervedouro, Muriaé, Miradouro;
- Circuito Pico da Bandeira: Manhuaçu, São João do Manhuaçu.



**Foto 78: Vista da Paisagem – BR-116/MG
Chegada à Cidade de São João de Manhuaçu**

A seguir é apresentado o número de estabelecimentos turísticos e empresas de hospedagem, por Região de Planejamento, onde estão inseridos os municípios da área de estudo, baseado na pesquisa Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, divulgada pelo Ministério de Trabalho e Emprego, referente aos anos de 2006 a 2012.

Na RP da Zona da Mata, período entre 2006 a 2012, se encontrava o maior número de estabelecimentos no setor turístico e, na RP Jequitinhonha/Mucuri, o menor número destes (Tabela 226).

Tabela 226: Número de Estabelecimentos no Setor Turístico nas Regiões de Planejamento da Área de Estudo (2006 a 2012).

Região de Planejamento	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Zona da Mata	4.869	5.051	5.329	5.586	5.884	6.202	6.428
Rio Doce	2.998	3.105	3.145	3.239	3.414	3.598	3.707
Norte de Minas	1.786	1.841	1.953	2.061	2.285	2.498	2.619

Região de Planejamento	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Jequitinhonha/Mucuri	847	896	939	963	1.088	1.164	1.257

Fonte: RAIS – MTE - 2013

Sobre o número de estabelecimentos por atividade turística e o número de hospedagens no ano de 2013, nos municípios analisados, temos que Governador Valadares, município da RP do Rio Doce, possuía em 2013, 59 agências de viagem e 01 operadora turística. Na RP da Mata, o município de Muriaé contava com somente com 8 agências e nenhuma operadora turística.

Na RP de Jequitinhonha/Mucuri, o município de Teófilo Otoni contava com 11 agências de viagens e 21 serviços de reserva e outros não especificados. A RP Norte de Minas não conta com nenhum estabelecimento por atividade turística.



Foto 79: Hotel em Teófilo Otoni/MG

Tabela 227: Número de Estabelecimentos por Atividade Turística dos Municípios Analisados (2013)

Municípios	Agências de Viagens	Operadoras Turísticas	Serviços de Reservas e outros serviços não especificados	Total
Região do Rio Doce				
Alpercata	0	0	0	0
Campanário	0	0	0	0
Caratinga	1	0	0	1
Dom Cavati	0	0	0	0
Engenheiro Caldas	2	0	0	2
Frei Inocência	0	0	0	0
Governador Valadares	59	1	0	60

Municípios	Agências de Viagens	Operadoras Turísticas	Serviços de Reservas e outros serviços não especificados	Total
Inhapim	2	0	0	2
Itambacuri	0	0	0	0
Itanhomi	0	0	0	0
Jampruca	0	0	0	0
Mathias Lobato	-	-	-	-
Santa Bárbara do Leste	0	0	0	0
Santa Rita de Minas	0	0	0	0
Tarumirim	0	0	0	0
Ubaporanga	0	0	0	0
Região Zona da Mata				
Além Paraíba	1	0	0	1
Divino	0	0	0	0
Fervedouro	0	0	0	0
Laranjal	0	0	0	0
Leopoldina	4	0	0	4
Manhuaçu	1	0	0	1
Miradouro	0	0	0	0
Muriaé	8	0	0	8
Orizânia	0	0	0	0
Santo Antonio do Aventureiro	0	0	0	0
São Francisco do Glória	0	0	0	0
São João do Manhuaçu	1	0	0	1
Região de Jequitinhonha/Mucuri				
Cachoeira do Pajeú	-	-	-	-
Caraí	0	0	0	0
Catuji	0	0	0	0
Itaobim	5	0	0	5
Medina	1	0	0	1
Padre Paraíso	0	0	0	0
Pedra Azul	0	0	0	0
Ponto dos Volantes	0	0	0	0
Teófilo Otoni	11	0	21	32
Região Norte de Minas				
Águas Vermelhas	0	0	0	0

Municípios	Agências de Viagens	Operadoras Turísticas	Serviços de Reservas e outros serviços não especificados	Total
Divisa Alegre	0	0	0	0

Fonte: RAIS – MTE – 2013



Foto 80: Pousada em Itaobim/MG

Sobre o número de hotéis e alojamentos, o município de Governador Valadares, integrante da RP do Rio Doce, tinha, em 2013, 51 hotéis e 4 tipos de alojamentos não especificados. Muriaé, na RP da Mata, tinha 18 hotéis; Teófilo Otoni, na RP Jequitinhonha/Mucuri, contava com 24 hotéis e 4 alojamentos não especificados. Na RP Norte de Minas, somente Águas Vermelhas possuía 1 hotel, neste mesmo ano.

Tabela 228: Número de Hospedagem nos Municípios Analisados (2013).

Municípios	Hotéis e similares	Outros tipos de alojamento não especificado	Total
Região Do Rio Doce			
Alpercata	0	0	0
Campanário	0	0	0
Caratinga	9	1	10
Dom Cavati	2	0	2
Engenheiro Caldas	2	0	2
Frei Inocência	4	0	4
Governador Valadares	51	4	55
Inhapim	5	0	5
Itambacuri	2	0	2

Municípios	Hotéis e similares	Outros tipos de alojamento não especificado	Total
Itanhomi	0	0	0
Jampruca	0	0	0
Mathias Lobato	-	-	-
Santa Bárbara do Leste	1	0	1
Santa Rita de Minas	3	0	3
Tarumirim	1	0	1
Ubaporanga	2	0	2
Região Zona da Mata			
Além Paraíba	5	0	5
Divino	2	0	2
Fervedouro	0	0	0
Laranjal	3	0	3
Leopoldina	10	2	12
Manhuaçu	9	3	12
Miradouro	0	0	0
Muriaé	18	0	18
Orizânia	0	0	0
Santo Antonio do Aventureiro	2	0	2
São Francisco do Glória	0	0	0
São João do Manhuaçu	0	0	0
Região de Jequitinhonha/Mucuri			
Cachoeira do Pajeú	-	-	-
Caraí	0	0	0
Catuji	0	0	0
Itaobim	8	0	8
Medina	1	0	1
Padre Paraíso	2	0	2
Pedra Azul	2	0	2
Ponto dos Volantes	1	0	1
Teófilo Otoni	23	4	27
Região Norte de Minas			
Águas Vermelhas	1	0	1
Divisa Alegre	0	0	0

Fonte: RAIS – MTE – 2013.

6.3.3.8 Indicadores

a. População Economicamente Ativa – PEA e Taxas de Desemprego

População Economicamente Ativa (PEA), é um conceito elaborado para designar a população que está inserida no mercado de trabalho ou que, de certa forma, está procurando se inserir nele para exercer algum tipo de atividade remunerada. Não há um método consolidado em todo o mundo para definir aqueles que fazem parte da PEA. Por exemplo: nos países em desenvolvimento o índice inclui os indivíduos que possuem entre 10 e 60 anos; já nos países desenvolvidos, geralmente, considera-se apenas aqueles que possuem mais de 15 anos de idade.

Assim, a parte da população que está desempregada e que não busca empregos, como crianças menores de 10 anos, estudantes que não trabalham, donas de casa, entre outros, é incluída naquilo que se denomina por População Economicamente Inativa (PEI).

No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a PEA brasileira compreende 51% da população, apesar desse número não considerar aqueles que não trabalham com contrato formal ou carteira assinada. Ainda segundo o IBGE, do total da população ativa no Brasil, pouco mais de 20% encontram-se no setor primário; 21% no setor secundário; e, 59%, no setor terciário.

Isso significa que a maior parte da população empregada no Brasil encontra-se vinculada ao setor terciário, deflagrando o processo de terceirização da economia. Tal processo ocorre graças à intensa mecanização do campo e da indústria (setores primário e secundário, respectivamente), fenômeno responsável pela substituição do homem pela máquina. Assim, a maior parte da população encontra emprego somente no setor de serviços e comércio.

Para compor esse item, buscaram-se informações nos dados do Censo/2010 – IBGE, Ministério do Trabalho e Emprego e no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil - ano 2013, elaborado em conjunto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA e Fundação João Pinheiro - FJP. Os dados referentes às taxas de ocupação e desocupação do Brasil, de Minas Gerais e dos municípios analisados, assim como o percentual de emprego e desemprego dos mesmos, estão apresentados a seguir.

✓ **Brasil e Minas Gerais**

Segundo dados do último Censo (2010), a população ativa soma, aproximadamente, 79 milhões de pessoas ou 46,7% da população. Esse índice é considerado baixo, uma vez que o restante da população, cerca de 53,3%, fica à mercê do sustento dos economicamente ativos. Em diversos países, o índice é bastante superior: aproximadamente, 75% atuam no setor produtivo.

Atualmente, o Brasil vem atravessando mudanças nos diversos setores da economia: a partir da década de 1940, quando teve início o processo de industrialização, houve um acelerado crescimento urbano provocado pela mecanização do campo, fato que ocasionou a perda de postos de trabalho nesse setor, promovendo um enorme fluxo de trabalhadores para os centros urbanos (êxodo rural). Todo esse fluxo desencadeou uma diminuição de trabalhadores inseridos no setor primário, conforme já mencionado anteriormente.

O setor secundário, por outro lado, teve um grande crescimento em razão dos fatores citados. Essa crescente perdurou até os anos 80, apresentando queda proveniente das crises econômicas que assolaram o país e o mundo, nesse período. Aliado a isso, a modernização da produção e dos equipamentos, contribuiu ainda mais para a queda dos postos de trabalho nesse setor. O setor terciário brasileiro é o que mais cresce atualmente: as causas desse aumento são a urbanização do país e as necessidades das grandes cidades que impulsionam o mercado de prestação de serviços. Esse setor tem oferecido muitas oportunidades de trabalho, desde mão de obra especializada até de baixa qualificação.

Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano para Minas Gerais, entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 65,45% para 67,22%. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação nessa faixa etária (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 12,54% para 6,33%. Das pessoas ocupadas no estado, no ano de 2010, cerca de 15,83% trabalhavam no setor agropecuário; 0,97% na indústria extrativa; 11,90% na indústria de transformação; 8% no setor de construção; 0,88% nos setores de utilidade pública; 14,60% no comércio; e 42,48% no setor de serviços.

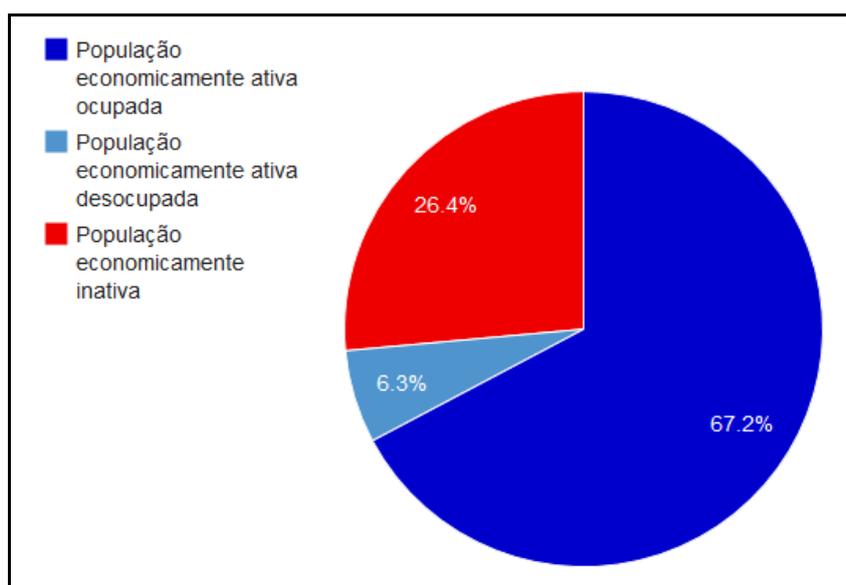


Gráfico 5: Composição da População de 18 anos ou Mais de Idade Minas Gerais (2010)

Fonte: PNUD, IPEA, FJP - 2014

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) no estado de Minas Gerais passou de 65,45% para 67,22%. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação nessa faixa etária (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 12,54% para 6,33%, conforme os dados apresentados na Tabela 229.

Tabela 229: Ocupação e Desocupação da População 18 Anos ou Mais (%) – Brasil e Minas Gerais (2000/2010)

Municípios/MG	Taxa de Atividades 18 anos ou +	Taxa de Atividade 18 anos ou +	Taxa de Desocupação 18 anos ou +	Taxa de Desocupação 18 anos ou +
	2000	2010	2000	2010
Brasil	65,69	66,54	13,82	72,90
Minas Gerais	65,45	67,22	12,54	6,33

Fonte: PNUD/IPEA/FJP – 2014.

A grande maioria dos trabalhadores do Brasil e de Minas Gerais, em 2010, possuía carteira assinada: Brasil – 46,47% e Minas Gerais – 47,47% (Tabela 230).

Tabela 230: Trabalhadores com Carteira Assinada, Sem Carteira Assinada e Por Conta Própria (%) – Brasil e Minas Gerais – 2010.

Município	Trabalhadores Com Carteira	Trabalhadores Sem Carteira	Trabalhadores Por Conta Própria
	2010	2010	2010
Brasil	46,47	19,33	21,73
Minas Gerais	47,45	19,53	20,73

Fonte: PNUD/IPEA/FJP – 2014.

Durante as atividades em campo, foram visitadas as prefeituras dos municípios da Área de Estudo, a fim de se obter informações relacionadas às taxas de desemprego municipal: as respostas obtidas de todas as prefeituras foi de que não há cadastro ou banco de dados relacionado a estes dados.

Portanto, para compor esse item, buscaram-se informações nos dados do Censo/2010 – IBGE, Ministério do Trabalho e Emprego e no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil - ano 2013, elaborado em conjunto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA e Fundação João Pinheiro - FJP.

Municípios da Área de Estudo

✓ Municípios da RP Rio Doce/MG

Dos municípios da área de estudo, incluídos nessa RP, observa-se que os municípios de Santa Bárbara do Leste e Engenheiro Caldas, tiveram o maior aumento na taxa de atividade da população de 18 anos ou mais. Em Santa Bárbara do Leste, por exemplo, a taxa de atividade passou de 53,15%, em 2000, para 65,38%, em 2010, um aumento de cerca de 12 pontos percentuais.

Em contrapartida, municípios como Campanário, Frei Inocência, Itambacuri, entre outros, apresentaram queda nessas taxas. Campanário apresentou a maior queda, passando de 66,83%, em 2000, para 59,77%, em 2010.

Tabela 231: Ocupação e Desocupação da População 18 Anos ou Mais (%) - Municípios da Área de Estudo – Rio Doce/MG (2000/2010)

Municípios/MG	Taxa de Atividades 18 anos ou +	Taxa de Atividade 18 anos ou +	Taxa de Desocupação 18 anos ou +	Taxa de Desocupação 18 anos ou +
	2000	2010	2000	2010
Alpercata	58,62	56,39	11,09	10,30
Campanário	66,83	59,77	16,36	11,39
Caratinga	60,70	60,50	8,10	6,65
Dom Cavati	56,66	60,28	15,40	6,03
Engenheiro Caldas	48,31	56,23	8,07	7,44
Frei Inocência	63,76	61,43	14,63	10,23
Governador Valadares	66,17	65,34	15,08	9,53
Inhapim	52,59	59,87	9,14	6,08
Itambacuri	67,80	61,07	7,98	9,59
Itanhomi	48,95	52,34	8,67	6,17
Jampruca	50,44	55,69	12,54	5,62
Mathias Lobato	49,39	48,58	17,78	15,43
Santa Bárbara do Leste	53,15	65,38	4,02	5,80
Santa Rita de Minas	53,32	57,87	2,84	5,77
Tarumirim	51,92	51,90	8,39	5,44
Ubaporanga	55,99	60,75	7,09	6,37

Fonte: PNUD/IPEA/FJP – 2014.

Entre os municípios analisados da região do Rio Doce, o maior percentual de empregados com carteira assinada foi do município de Governador Valadares (45,80%) e a maior taxa de empregados, sem carteira assinada, foi no município de Mathias Lobato (58,88%). O maior

percentual de trabalhadores por conta própria ficou no município de Ubaporanga (32,77%) (Tabela 232).

Tabela 232: Trabalhadores com Carteira Assinada, Sem Carteira Assinada e Por Conta Própria (%) - Município da Área de Estudo – RP Rio Doce/MG – 2010.

Município	Trabalhadores Com Carteira	Trabalhadores Sem Carteira	Trabalhadores Por Conta Própria
	2010	2010	2010
Alpercata	27,69	30,55	19,65
Campanário	26,74	47,27	13,95
Caratinga	39,98	18,46	26,36
Dom Cavati	24,21	33,68	25,89
Engenheiro Caldas	28,47	33,85	23,26
Frei Inocêncio	25,01	40,25	17,19
Governador Valadares	45,80	18,71	23,22
Inhapim	18,65	28,06	31,58
Itambacuri	22,24	40,94	17,50
Itanhomi	16,69	38,25	24,70
Jampruca	20,25	43,78	14,34
Mathias Lobato	17,76	58,88	11,19
Santa Bárbara do Leste	10,76	41,30	27,89
Santa Rita de Minas	31,79	33,64	18,23
Tarumirim	17,80	33,07	25,50
Ubaporanga	22,81	24,41	32,77

Fonte: PNUD/IPEA/FJP – 2014.

✓ **Municípios da RP da Mata/MG**

Conforme os dados apresentados na Tabela 233, os municípios de São Francisco do Glória e São João de Manhuaçu, tiveram o maior crescimento da taxa de atividade entre os municípios analisados da RP: alta de 5,71 e 6,02 pontos percentuais, respectivamente. O município de Orizânia apresentou uma grande queda (16,23%) e os demais municípios ficaram com índices praticamente estáveis.

Tabela 233: Ocupação e Desocupação da População 18 Anos ou Mais (%) - Municípios da Área de Estudo – RP da Mata/MG (2000/2010)

Municípios/MG	Taxa de Atividades 18 anos ou +	Taxa de Atividade 18 anos ou +	Taxa de Desocupação 18 anos ou +	Taxa de Desocupação 18 anos ou +
	2000	2010	2000	2010
Além Paraíba	62,34	63,73	11,83	6,82
Divino	63,98	62,08	2,13	2,62

Municípios/MG	Taxa de Atividades 18 anos ou +	Taxa de Atividade 18 anos ou +	Taxa de Desocupação 18 anos ou +	Taxa de Desocupação 18 anos ou +
	2000	2010	2000	2010
Fervedouro	56,07	55,19	4,50	6,45
Laranjal	56,18	58,13	10,46	1,99
Leopoldina	63,35	62,93	11,25	6,84
Manhuaçu	65,42	70,34	4,89	4,10
Miradouro	59,16	59,73	2,71	5,63
Muriaé	64,32	67,67	11,48	5,08
Orizânia	59,54	43,31	0,58	7,09
Santo Antônio do Aventureiro	60,69	61,04	9,64	1,32
São Francisco do Glória	57,73	63,44	4,20	5,70
São João do Manhuaçu	63,40	69,42	1,70	1,76

Fonte: PNUD/IPEA/FJP – 2014.

Dos municípios analisados da Região da Mata, Além Paraíba é o município com maior percentual de trabalhadores com carteira assinada (54,46%) que possui o menor percentual de trabalhadores sem carteira assinada (17,06%) e também o município que apresentou o menor percentual de trabalhadores que atuam por conta própria (17,73%). O município de Orizânia tem o menor percentual (7,47%) com carteira assinada. São João de Manhuaçu possui o maior percentual de trabalhadores que atuam por conta própria (40,79%) (Tabela 234).

Tabela 234: Trabalhadores com Carteira Assinada, Sem Carteira Assinada e Por Conta Própria (%) - Município da Área de Estudo – RP da Mata/MG – 2010.

Município	Trabalhadores Com Carteira	Trabalhadores Sem Carteira	Trabalhadores Por Conta Própria
	2010	2010	2010
Além Paraíba	54,46	17,06	17,73
Divino	15,09	31,80	32,72
Fervedouro	15,82	37,54	25,94
Laranjal	36,19	29,77	24,70
Leopoldina	53,32	17,75	18,91
Manhuaçu	36,61	26,14	26,52
Miradouro	25,38	29,02	27,02
Muriaé	50,50	19,94	19,40
Orizânia	7,47	38,10	26,39
Santo Antônio do Aventureiro	27,83	26,89	24,00
São Francisco do Glória	14,01	38,26	24,00

Município	Trabalhadores Com Carteira	Trabalhadores Sem Carteira	Trabalhadores Por Conta Própria
	2010	2010	2010
São João do Manhuaçu	16,59	30,06	40,79

Fonte: PNUD/IPEA/FJP – 2014.

✓ **Municípios da RP Jequitinhonha/Mucuri/MG**

O município com a maior queda na taxa de atividade da população com 18 anos ou mais, foi Padre Paraíso: passou de 63,29%, em 2000, para 50,07, em 2010. Uma queda de 13,22 pontos percentuais. Em outros municípios também se observam quedas acentuadas, como Catuji e Pedra Azul. Por outro lado, alguns municípios apresentaram uma elevação desta taxa, com destaque para Ponto dos Volantes, com aumento de 3,83%. Esses dados podem ser vistos na Tabela 235, a seguir.

Tabela 235: Ocupação e Desocupação da População 18 Anos ou Mais (%) - Municípios da Área de Estudo – RP Jequitinhonha/Mucuri/MG (2000/2010)

Municípios/MG	Taxa de Atividades 18 anos ou +	Taxa de Atividade 18 anos ou +	Taxa de Desocupação 18 anos ou +	Taxa de Desocupação 18 anos ou +
	2000	2010	2000	2010
Cachoeira de Pajeú	56,04	56,82	8,06	9,64
Caraí	62,40	59,44	6,98	9,24
Catuji	61,90	51,16	15,80	8,11
Itaobim	58,42	60,53	17,49	9,20
Medina	61,65	57,09	16,96	7,32
Padre Paraíso	63,29	50,07	15,13	10,25
Pedra Azul	60,84	53,14	21,93	9,98
Ponto dos Volantes	59,10	62,93	11,44	9,53
Teófilo Otoni	64,58	62,03	15,17	9,14

Fonte: PNUD/IPEA/FJP – 2014.

Entre os municípios analisados da região Jequitinhonha/Mucuri, o maior percentual de empregados com carteira assinada foi do município de Teófilo Otoni (40,56%). A maior taxa de empregados sem carteira assinada é do município de Pedra Azul (43,12%) e o maior percentual de trabalhadores que atuam por conta própria, ficou com o município de Padre Paraíso (27,00%), conforme é apresentado na Tabela a seguir.

Tabela 236: Trabalhadores com Carteira Assinada, Sem Carteira Assinada e Por Conta Própria (%) - Município da Área de Estudo – RP Jequitinhonha/Mucuri /MG – 2010.

Município	Trabalhadores Com Carteira	Trabalhadores Sem Carteira	Trabalhadores Por Conta Própria
	2010	2010	2010
Cachoeira de Pajeú	15,75	42,81	12,27
Caraií	13,29	34,88	21,92
Catuji	9,50	32,18	18,65
Itaobim	23,24	30,29	26,83
Medina	19,75	37,04	18,44
Padre Paraíso	14,39	30,51	27,00
Pedra Azul	26,76	43,12	15,71
Ponto dos Volantes	11,55	27,21	19,15
Teófilo Otoni	40,56	23,13	22,06

Fonte: PNUD/IPEA/FJP – 2014.

✓ **Municípios da RP Norte de Minas/MG**

Os dois municípios da área de estudo da RP Norte de Minas, apresentaram elevação na taxa de atividade da população com mais de 18 anos: 1,38% para Águas Vermelhas e 2,99% para Divisa Alegre. Em consequência, observa-se a queda das taxas de desocupação, como pode ser observado na Tabela 237.

Tabela 237: Ocupação e Desocupação da População 18 Anos ou Mais (%) - Municípios da Área de Estudo – RP Norte de Minas/MG (2000/2010)

Municípios/MG	Taxa de Atividades 18 anos ou +	Taxa de Atividade 18 anos ou +	Taxa de Desocupação 18 anos ou +	Taxa de Desocupação 18 anos ou +
	2000	2010	2000	2010
Águas Vermelhas	56,23	54,85	20,36	6,50
Divisa Alegre	63,43	66,42	22,16	11,65

Fonte: PNUD/IPEA/FJP – 2014.

O maior percentual de empregados com carteira assinada foi observado em Divisa Alegre (21,33%), que teve também o maior percentual de trabalhadores por conta própria (21,84%). A maior taxa de empregados sem carteira assinada foi do município de Águas Vermelhas (49,22%) (Tabela 238).

Tabela 238: Trabalhadores com Carteira Assinada, Sem Carteira Assinada e Por Conta Própria (%) - Município da Área de Estudo – RP Norte de Minas/MG – 2010.

Município	Trabalhadores Com Carteira	Trabalhadores Sem Carteira	Trabalhadores Por Conta Própria
	2010	2010	2010
Águas Vermelhas	13,89	49,22	16,30
Divisa Alegre	21,33	31,78	21,84

Fonte: PNUD/IPEA/FJP – 2014.

6.3.3.9 Qualificação da Mão de Obra

O Termo de Referência solicita dentro do item “Dinâmica Econômica”, a avaliação da disponibilidade e qualificação da mão de obra local, que tenha potencial de contratação para a instalação e operação do empreendimento.

Segundo especialistas, um dos maiores entraves para o crescimento do país é a falta de mão de obra qualificada. O próprio governo federal admite essa escassez e vem, nos últimos anos, investindo na formação e qualificação da mão de obra, em todo o Brasil, com a expansão das escolas técnicas: segundo o Ministério da Educação - MEC, foram entregues entre 2003 e 2010, as 214 escolas profissionalizantes previstas no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, além de federalização de outras escolas. Entre 2011 e 2014, mais 208 unidades previstas foram entregues, totalizando 562 escolas em atividade.

Ainda, segundo o MEC, são 38 Institutos Federais presentes em todos estados, que oferecem cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. A rede ainda é formada por instituições que não aderiram aos Institutos Federais, mas, também, oferecem educação profissional em todos os níveis. São 2 Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETS, 25 escolas vinculadas às Universidades e 1 Universidade Tecnológica. Em Minas Gerais, há um total de 24 Institutos Federais, 9 CEFETs e 5 Escolas Técnicas vinculadas à Universidades. Na área de estudo, há 2 Institutos Federais (localizados em Governador Valadares e Muriaé) e 1 CEFET em Leopoldina.

Em Minas Gerais há a Rede de Tecnologia e Conhecimento de Minas Gerais - RETEC, implantada pelo Sistema FIEMG (integrada pela FIEMIG, CIEMIG, SESI, SENAI, IEL). Seu objetivo é promover a integração da oferta e demanda tecnológica entre os diversos agentes econômicos, sociais e institucionais, contribuindo para o aumento da competitividade da indústria mineira. A RETEC ainda operacionaliza o Programa de Apoio à Melhoria e Inovação Tecnológica – AMITEC, que tem como principal objetivo estimular a melhoria e inovação tecnológica das empresas de Minas Gerais, oferecendo subsídio financeiro às empresas solicitantes de serviços de informação, suporte, consultoria e inovação tecnológica.

De acordo com os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano, em Minas Gerais, em 2010, considerando-se a população estadual de 25 anos ou mais de idade, 10,36% eram analfabetos, 46,40% tinham o ensino fundamental completo, 32,25% possuíam o ensino médio completo e 10,57%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

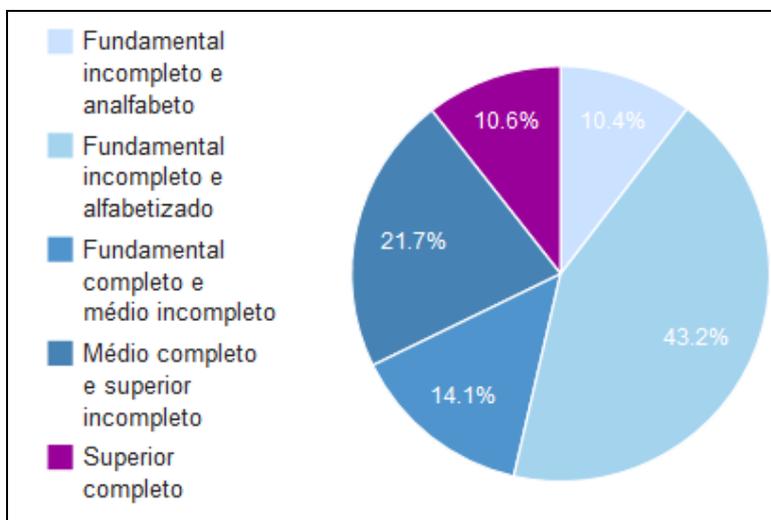


Gráfico 6: Escolaridade da População de 25 Anos ou Mais – Minas Gerais
 Fonte: PNUD, IPEA, FJP – 2014.

Em todas as Regiões de Planejamento analisadas observa-se que a maior parte da população, com 25 anos ou mais, se enquadra na categoria que possui ensino fundamental incompleto e alfabetizado. Os municípios com maior quantitativo de pessoas analfabetas ou com ensino fundamental incompleto, na faixa etária analisada, são Águas Vermelhas (36,6%), Ponto dos Volantes (35,9%) e Carai (35,6%).

Observa-se que os municípios maiores e mais urbanizados, são aqueles que possuem o maior número de pessoas com ensino médio completo e superior completo, tais como Governador Valadares e Teófilo Otoni. De uma forma geral, os municípios da PR Jequitinhonha/Mucuri, são os que possuem os piores índices nesses quesitos. Os dados são apresentados na Tabela 239, a seguir.

Tabela 239: Escolaridade da População de 25 Anos ou Mais (%) – Municípios da Área de Estudo (2010)

Municípios/MG	Fund. Incompl e Analf	Fund. Incompleto e Alfabet.	Fund. Compl. e Médio Incompl	Médio Compl. e Sup. Incompl	Sup. Compl
RP Rio Doce					
Alpercata	20,3	49,2	14,2	12,7	3,6

Municípios/MG	Fund. Incompl e Analf	Fund. Incompleto e Alfabet.	Fund. Compl. e Médio Incompl	Médio Compl. e Sup. Incompl	Sup. Compl
Campanário	23,0	49,3	7,1	14,6	6,0
Caratinga	11,9	48,1	14,3	16,8	8,9
Dom Cavati	15,5	52,2	12,0	13,0	7,3
Engenheiro Caldas	23,3	49,9	9,3	11,8	5,7
Frei Inocêncio	22,5	44,7	11,7	15,8	5,3
Governador Valadares	9,5	40,0	15,9	24,6	10,0
Inhapim	18,8	55,0	10,7	9,5	6,0
Itambacuri	27,4	42,6	12,9	11,0	6,1
Itanhomi	22,2	51,5	9,4	11,6	5,5
Jampruca	29,3	47,3	8,2	11,7	3,5
Mathias Lobato	27,3	45,4	12,5	10,2	4,6
Santa Bárbara do Leste	16,7	62,2	8,6	9,1	3,4
Santa Rita de Minas	20,3	57,0	10,6	9,0	3,1
Tarumirim	22,0	52,7	9,9	10,8	4,6
Ubaporanga	18,2	59,5	9,9	8,8	3,6
RP da Mata					
Além Paraíba	7,6	44,9	14,9	23,0	9,6
Divino	17,4	60,5	8,1	8,1	5,9
Fervedouro	18,7	63,7	8,0	6,7	2,9
Laranjal	12,8	47,3	12,7	20,6	6,6
Leopoldina	8,5	45,7	17,2	20,1	8,5
Manhuaçu	10,8	51,0	13,1	18,1	7,0
Miradouro	17,0	56,5	8,1	12,4	6,0
Muriae	9,4	48,3	13,8	19,3	9,2
Orizânia	20,4	63,4	6,7	7,1	2,4
Santo Antônio do Aventureiro	16,3	60,0	7,6	10,1	6,0
São Francisco do Glória	18,6	53,0	9,3	13,1	6,0
São João do Manhuaçu	18,5	54,8	9,1	12,8	4,8
RP Jequitinhonha/Mucuri					
Cachoeira de Pajeú	34,5	46,2	6,7	10,0	2,6
Carai	35,6	47,1	8,4	5,4	3,5
Catuji	32,7	48,2	7,8	8,0	3,3
Itaobim	26,7	42,8	10,6	14,5	5,4
Medina	28,8	43,5	9,1	13,0	5,6

Municípios/MG	Fund. Incompl e Analf	Fund. Incompleto e Alfabet.	Fund. Compl. e Médio Incompl	Médio Compl. e Sup. Incompl	Sup. Compl
Padre Paraíso	29,5	46,8	9,1	11,6	3,0
Pedra Azul	26,4	43,9	10,7	15,6	3,4
Ponto dos Volantes	35,9	42,7	8,9	9,0	3,5
Teófilo Otoni	16,3	39,2	13,6	20,9	10,0
RP Norte de Minas					
Águas Vermelhas	36,6	42,1	8,9	7,9	4,5
Divisa Alegre	29,7	43,3	8,5	12,3	6,2

Fonte: PNUD, IPEA, FJP – 2014.

Cabe destacar que também compõe o cálculo do IDHM Educação, um indicador de escolaridade da população adulta, e o percentual da população de 18 anos ou mais, com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade.

Pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro - FJP, em 2010, sobre Tecnologia e Inovação em Minas Gerais, levantou a proporção de empregados de alta escolaridade³¹, por Região de Planejamento. O resultado, para a área de estudo, está demonstrado no Quadro 13 a seguir:

Região de Planejamento	Proporção de Empregados de Alta Escolaridade no Setor Formal
Rio Doce	11,18
Da Mata	12,28
Norte de Minas	13,11
Jequitinhonha/Mucuri	9,77

Quadro 13 – Empregados de Alta Escolaridade – por RPs

Fonte: FJP

As prefeituras municipais da Área de Estudo foram consultadas e não possuem um cadastro da mão de obra disponível nos seus municípios, principalmente, sobre a sua qualificação. Os municípios mantêm um banco de dados sobre a mão de obra empregada nos serviços da prefeitura, devido às prestações de conta que precisam ser apresentadas anualmente (Lei da Transparência).

³¹ Razão entre o total de empregados com mestrado e doutorado e o total de empregados no setor formal.

Entretanto, nas entrevistas com seus representantes, informaram que a contratação da mão de obra municipal, na fase de obras, é importantíssima para a geração de renda, principalmente, nos municípios menores. A geração de empregos é o que incrementa a renda familiar e individual, estimulando o consumo e, conseqüentemente, proporcionando o aquecimento da economia local, gerando riqueza para o município, com o aumento das vendas no comércio e o incremento na prestação de serviços, provocando, assim, maior arrecadação tributária para o erário municipal.

Para efetuar uma estimativa primária da disponibilidade de mão de obra a ser contratada (que deve ser prioritariamente na área de estudos), utilizou-se dados do último Censo (IBGE, 2010) relativo a ocupação das pessoas, com 10 anos ou mais, empregadas na atividade de construção civil. Os dados são apresentados na Tabela 240.

Tabela 240: Pessoas de 10 anos ou Mais de Idade, Ocupadas na Semana de Referência, cuja Atividade do Trabalho Principal era a Construção Civil - Municípios da Área de Estudo (2010)

Municípios/MG	Homens	Mulheres	Total
RP Rio Doce			
Alpercata	228	--	228
Campanário	98	--	98
Caratinga	2.507	57	2.564
Dom Cavati	254	9	263
Engenheiro Caldas	329	20	349
Frei Inocêncio	314	--	314
Governador Valadares	10.030	379	10.409
Inhapim	506	13	519
Itambacuri	726	17	743
Itanhomi	453	--	453
Jampruca	135	--	135
Mathias Lobato	90	--	90
Santa Bárbara do Leste	133	--	133
Santa Rita de Minas	158	7	165
Tarumirim	416	--	416
Ubaporanga	303	5	308
RP da Mata			
Além Paraíba	1.402	19	1.421
Divino	257	--	257
Fervedouro	135	4	139
Laranjal	202	--	202
Leopoldina	1.584	58	1.642
Manhuaçu	2.447	91	2.538
Miradouro	300	8	308

Municípios/MG	Homens	Mulheres	Total
Muriaé	4.310	75	4.385
Orizânia	71	--	71
Santo Antônio do Aventureiro	96	--	96
São Francisco do Glória	130	--	130
São João do Manhuaçu	125	5	130
RP Jequitinhonha/Mucuri			
Cachoeira de Pajeú	114	--	114
Caraí	661	21	682
Catuji	202	--	202
Itaobim	726	--	726
Medina	610	--	610
Padre Paraíso	635	--	635
Pedra Azul	544	24	568
Ponto dos Volantes	235	4	239
Teófilo Otoni	5.130	80	5.210
RP Norte de Minas			
Águas Vermelhas	931	4	935
Divisa Alegre	160	--	160

Fonte: Censo IBGE, 2010

De acordo com os dados apresentados, a população da área de estudo, que já tem experiência em construção civil, soma mais de 38.500 pessoas, sendo a maior disponibilidade nas Regiões de Planejamento Rio Doce e da Mata.

Lembrando que o projeto de duplicação da BR-116/MG não está concluído, e faltando informações concretas sobre a mão de obra necessária e suas frentes de trabalho, utilizou-se como parâmetro para a quantidade de mão de obra necessária para as obras de duplicação, o projeto básico da BR-158/MT e da BR-040 DF/GO/MG.

De acordo com esses projetos, e levando-se em consideração a não necessidade de execução de intervenções especiais (corte e aterros em rochas, detonações, grandes pontes, etc), os projetos dessas duas rodovias apontam uma média de 5 trabalhadores de frente de serviço por quilômetro de obra, que será adotado para a BR-116/MG, nessa análise.

BR-158/MT**Trecho Norte – DNIT**

- Lote 1 – 135,13 km de extensão – 900 trabalhadores na frente de serviço;
- Lote 2 – 133,93 km de extensão – 800 trabalhadores na frente de serviço.

Trecho Sul – SINFRA

- Segmento 1 – 35,00 km de extensão – 200 trabalhadores na frente de serviço;
- Segmento 2 – 35,00 km de extensão – 200 trabalhadores na frente de serviço;
- Segmento 3 – 35,10 km de extensão – 200 trabalhadores na frente de serviço;
- Segmento 4 – 37,80 km de extensão – 200 trabalhadores na frente de serviço.

Média de Trabalhadores na Frente de Serviço por Quilômetro: 5,83

Quadro 14: Média de Trabalhadores na Frente de Serviço por Quilômetro na BR-158/MT
Fonte: Projeto Básico de Engenharia, Ecoplan Engenharia

BR-040 DF/GO/MG

Extensão Total das Obras: 941,20 Km

Estimativa da Mão de Obra Direta

- 4.921 trabalhadores diretos (Somando os picos de contratação dos três primeiros anos)

Média de Trabalhadores na Frente de Serviço por Quilômetro: 5,22

Quadro 15: Média de Trabalhadores na Frente de Serviço por Quilômetro BR-040 DF/GO/MG
Fonte: Projeto Básico de Engenharia, Via Ponte Engenharia

Adotando essa média para as obras de duplicação da BR-116/MG será necessária a contratação (mínima) de pelo menos 4.520 trabalhadores nas frentes de serviços, o que se enquadra dentro do quantitativo de mão de obra disponível, com experiência em construção civil, nos municípios analisados.

Segundo o Relatório Analítico da 3ª Etapa de Concessões Rodoviárias (Fase I) do Projeto de duplicação da BR-116/MG³², os serviços de conservação da pista e da faixa de domínio, monitoramento, controle de operações (CCO), serviços médicos, serviços de guincho, inspeções de tráfego, pesagem de caminhões, atendimento a incidentes, arrecadação de pedágios, conservação de equipamentos e sistemas de operação, etc, serão serviços terceirizados pela concessionária vencedora do processo de licitação.

³² Disponível em: <http://3etapaconcessoes.antt.gov.br/index.php/content/view/1002.html>. Acesso em junho de 2015.

Conforme já levantado no item “Taxas de Analfabetismo e Nível de Escolaridade” e no Item “Qualificação da Mão de Obra”, os municípios da área de estudo possuem número considerável de trabalhadores com nível médio, fundamental e técnico que poderão suprir a demanda de contratação.

6.3.3.10 Vetores de Crescimento Econômico

✓ Vetores de Crescimento Econômico na Área de Estudo e Interferências com o Empreendimento.

O processo de industrialização aliado à mecanização das atividades agrícolas e a concentração de terras são os elementos mais significativos para o entendimento da ocupação urbana e periurbana no Brasil. Por sua vez, a concentração de habitantes nos núcleos urbanos, inicialmente fruto do êxodo rural ocorrido na década de 60/70 do século passado, contribuiu significativamente para o crescimento do comércio e da indústria, exercendo pressão significativa nos serviços de infraestrutura, inclusive de transporte. (IMB, 2012b).

A BR-116/MG, construída na década de 1950, corta o estado de Minas Gerais no sentido norte-sul e permitiu maior integração com as demais regiões do País e do estado, possibilitando um processo de desenvolvimento articulado com os principais centros urbanos do Sudeste. A implantação da rodovia foi vetor de atração populacional para a região e proporcionou um incremento significativo nos setores de serviços e agropecuária. O impacto da duplicação nesse sentido, será muito mais reduzido uma vez que os aglomerados populacionais já apresentam um aumento populacional a despeito desse empreendimento.

Nos municípios da área de estudo, como já tratado com maior profundidade no Capítulo 6 – Dinâmica Econômica, o setor de serviços é o que mais contribui para o Produto Interno Bruto (PIB) de todos os municípios analisados (vide Tabela 241): Governador Valadares é o município com o maior valor adicionado do PIB na área de serviços em 2010, seguido por Teófilo Otoni.

No setor industrial destacam-se com os maiores valores Governador Valadares, seguido por Manhuaçu e, no setor agropecuário, o destaque são para os municípios de Pedra Azul e Manhuaçu.

Tabela 241: Produto Interno Bruto (Valor Adicionado) dos Municípios da Área de Estudo (2010).

Municípios/MG	Agropecuária	Indústria	Serviços
RP Rio Doce			
Alpercata	6.782	8.873	37.274
Campanário	5.833	3.216	21.728
Caratinga	65.915	126.439	768.587

Municípios/MG	Agropecuária	Indústria	Serviços
Dom Cavati	3.756	4.713	28.671
Engenheiro Caldas	8.795	9.553	56.056
Frei Inocêncio	14.860	8.179	42.433
Governador Valadares	48.082	551.349	2.800.795
Inhapim	43.756	18.750	135.715
Itambacuri	24.545	23.571	126.111
Itanhomi	13.372	11.307	63.251
Jampruca	9.572	3.625	22.360
Mathias Lobato	3.629	2.876	18.868
Santa Bárbara do Leste	18.992	5.504	35.939
Santa Rita de Minas	13.555	9.008	34.434
Tarumirim	22.304	12.887	71.468
Ubaporanga	27.263	8.605	51.284
RP da Mata			
Além Paraíba	9.736	79.886	529.845
Divino	62.937	15.105	105.396
Fervedouro	28.652	6.989	44.520
Laranjal	12.519	6.670	33.775
Leopoldina	56.505	106.564	430.630
Manhuaçu	105.140	226.252	961.104
Miradouro	19.963	10.471	63.766
Muriaé	41.160	193.772	919.545
Orizânia	13.161	4.667	29.343
Santo Antônio do Aventureiro	6.767	2.736	19.161
São Francisco do Glória	12.799	3.446	24.741
São João do Manhuaçu	41.614	20.808	52.323
RP Jequitinhonha/Mucuri			
Cachoeira de Pajeú	8.128	6.893	44.348
Caraí	17.708	16.000	78.502
Catuji	5.444	4.082	26.393
Itaobim	7.431	20.551	138.248
Medina	12.172	31.292	99.212
Padre Paraíso	4.823	14.426	79.956
Pedra Azul	114.625	50.144	130.162
Ponto dos Volantes	6.194	7.001	42.033
Teófilo Otoni	61.744	218.211	1.076.601
RP Norte de Minas			
Águas Vermelhas	20.737	11.206	71.466

Municípios/MG	Agropecuária	Indústria	Serviços
Divisa Alegre	1.565	14.536	31.090

Fonte: IBGE

Analisando-se os dados por Regiões de Planejamento, os municípios da área de estudo que compõem a RP Rio Doce possuem os maiores valores do PIB nas áreas de serviços e industrial, seguido pela RP da Mata. No setor agropecuário é a RP da Mata que possui os maiores valores do PIB adicionado.

Analisando-se os dados por Região de Planejamento e seus vetores de crescimento econômico, a RP da Mata teve uma participação de 1,7% no valor total exportado pelo estado de Minas Gerais em 2012. No setor de serviços o município de Juiz de Fora, que não faz parte da área de estudo, é o principal polo regional de serviços. Outros municípios dessa RP que se destacam no setor são Muriaé, Leopoldina e Além Paraíba. Os principais seguimentos na área industrial é a metalúrgica, automobilística, têxtil e moveleira. No setor agropecuário, municípios de destaque na RP são Manhuaçu, Leopoldina e Muriaé, sendo os principais produtos o café, a produção de leite e a criação de bovinos, suínos e aves.

Da mesma forma temos a RP Rio Doce, que participa com 3,7% das exportações de Minas Gerais (dados de 2012): o setor industrial é bastante forte na região, destacando-se os municípios de Governador Valadares e Caratinga, que também tem posição destacada no estado na produção de café.

A RP Jequitinhonha/Mucuri é amplamente conhecida devido aos seus baixos indicadores sócias, apesar de estar os superando. A RP participa com somente 0,3% das exportações do estado (dados de 2012). O município pólo dessa RP é Teófilo Otoni, que se destaca, como comentado anteriormente, no setor de serviços e industrial. As principais indústrias estão ligadas à agroindústria e principalmente ao setor de extração e transformação de minerais e pedras preciosas.

Por último, temos a RP Norte de Minas, nos quais somente dois municípios pertencentes a esta RP estão na área de estudo: Águas Vermelhas e Divisa Alegre. A RP Norte de Minas participa com cerca de 2,7% das exportações mineiras. Vem se desenvolvendo devido à instalação de grande multinacionais como a Nestlé, Novo Nordisk e Lafarge. Possui grandes áreas irrigadas que produzem frutas (inclusive para exportação) e áreas de silvicultura, que alimentam as siderúrgicas de Minas Gerais.

Assim, a duplicação da BR-116/MG é considerada de grande relevância, pois a rodovia contribui para o escoamento da produção industrial do Brasil e do estado e exerce um papel de eixo de integração norte-sul do país, pois interliga a região nordeste às regiões Sudeste e Sul.

Além disso, a melhoria da infraestrutura estradal, irá melhorar o tráfego de pessoas e cargas: os gastos com transportes serão reduzidos, já que haverá menos atrasos nas entregas, menos avarias nos veículos e maior capacidade de escoamento da produção regional. Ademais, a duplicação da rodovia irá ampliar e diversificar a infraestrutura, proporcionando competitividade logística, maior dinamismo integração das diversas regiões do Estado e melhoramento das rotas dos transportes escolares.

Segundo entrevistas com moradores da região, a duplicação da rodovia melhorará a infraestrutura dos municípios além de diminuir o alto índice de acidentes existente na região.

A duplicação da rodovia, também, beneficiará as populações locais: a melhoria da segurança na estrada poderá determinar o crescimento do turismo regional, já que há vários Circuitos Turísticos na região: a segurança da via, bem como a diminuição dos riscos de acidentes, poderá estimular esse setor econômico, gerando emprego e renda para a população.



**Foto 81: Acidente na BR-116/MG
Perímetro Urbano de Caratinga/MG**

Deste modo, se combinados incentivos à exportação e investimentos em inovação, qualidade, e logística, estes arranjos produtivos serão os grandes vetores do desenvolvimento econômico no interior do estado e, combinados, serão responsáveis pela maioria absoluta dos empregos gerados.

6.3.4 DINÂMICA TERRITORIAL

6.3.4.1 Uso e Ocupação do Solo

✓ Uso e Ocupação do Solo na Área de Estudo

Segundo a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, são instrumentos da política urbana de planejamento municipal: os planos diretores, a disciplina do parcelamento do uso e da ocupação do solo, o zoneamento ambiental, entre outros.

O zoneamento ambiental tem por objetivo regular o uso e a ocupação do solo, estabelecendo a divisão do território em parcelas, nas quais poderá ser autorizada ou vetada, total ou parcialmente, a realização de determinadas atividades. É o Poder Público que irá indicar os critérios básicos para esta ocupação, por meio de leis e regulamentos, sendo indispensável a participação do cidadão na elaboração dos zoneamentos de suas cidades. É um exemplo, segundo a doutrina jurídica, de limitação administrativa ao direito de propriedade, cujo solo deve ser utilizado sempre obedecendo ao interesse da coletividade (Função Social da Propriedade).

O Plano Diretor, segundo Villaça (1999): *“é um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentam um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazo, e aprovadas por lei municipal”.*

Segundo o artigo 41 da supracitada Lei, o Plano Diretor é obrigatório para cidades:

- I – com mais de vinte mil habitantes;
- II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;
- IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.
- VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.

Dos 39 municípios da área de estudo, somente 13 possuem uma população com mais de 20 mil habitantes (dados do censo de 2010).

Tabela 242: População da Área de Estudo.

Município	População 2000	População 2010
Águas Vermelhas	11.878	12.722
Além Paraíba	33.610	34.349
Alpercata	6.966	7.172
Cachoeira do Pajeú	8.523	8.959
Campanário	3.419	3.564
Carai	20.981	22.343
Caratinga	77.789	85.239
Catuji	7.332	6.708
Divino	18.420	19.133

Município	População 2000	População 2010
Divisa Alegre	4.815	5.884
Dom Cavati	5.473	5.209
Engenheiro Caldas	9.347	10.280
Fervedouro	9.671	10.349
Frei Inocêncio	8.176	8.920
Governador Valadares	247.131	263.689
Inhapim	24.895	24.294
Itambacuri	22.668	22.809
Itanhomi	11.572	11.856
Itaobim	21.271	21.000
Jampruca	4.716	5.067
Laranjal	6.126	6.465
Leopoldina	50.097	51.130
Manhuaçu	20.131	20.257
Mathias Lobato	3.642	3.370
Medina	21.641	21.026
Miradouro	9.770	10.251
Muriae	92,101	100.765
Orizânia	6.457	7.284
Padre Paraíso	17.475	18.849
Pedra Azul	23.608	23.839
Ponto dos Volantes	10.529	11.345
Santa Bárbara do Leste	7.208	7.682
Santa Rita de Minas	5.795	6.547
Santo Antônio do Aventureiro	3.514	3.538
São Francisco do Glória	5.696	5.178
São João de Manhuaçu	8.716	10.245
Tarumirim	14.488	14.293
Teófilo Otoni	129.424	134.745
Ubaporanga	11.682	12.040

Fonte: Censos Demográficos 2000/2010 - IBGE

Outro instrumento de planejamento territorial é o Código de Obras: tem por objetivo disciplinar a aprovação dos projetos, a construção e a fiscalização, assim como as condições mínimas que satisfaçam a segurança, o conforto, a higiene e a salubridade das obras e a estética do município e das habitações. São as condições mínimas de construção.

A seguir é apresentado quais instrumentos de planejamento de uso e ocupação do solo os municípios da área de estudo possuem (Tabela 243).

Tabela 243: Instrumentos Legais de Uso e Ocupação do Solo – Municípios da Área de Estudo (2010).

Município	Lei de Parcelamento do Solo	Lei de Zoneamento ou Equivalente	Código de Obras	Código de Posturas	Plano Diretor
Águas Vermelhas	Não	Não	Sim	Sim	Não
Além Paraíba	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Alpercata	Não	Não	Não	Não	Não
Cachoeira do Pajeú	Não	Não	Não	Sim	Não
Campanário	Não	Não	Não	Não	Não
Carai	Não	Não	Não	Não	Sim
Caratinga	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Catuji	Não	Não	Não	Sim	Não
Divino	Sim	Não	Não	Sim	Não
Divisa Alegre	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Dom Cavati	Não	Não	Não	Sim	Não
Engenheiro Caldas	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Fervedouro	Sim	Não	Não	Sim	Não
Frei Inocêncio	Sim	Não	Não	Sim	Não
Governador Valadares	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Inhapim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Itambacuri	Não	Não	Sim	Sim	Não
Itanhomi	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Itaobim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Jampruca	Não	Não	Não	Não	Não
Laranjal	Não	Não	Sim	Sim	Não
Leopoldina	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Manhuaçu	Não	Não	Sim	Sim	Sim

Município	Lei de Parcelamento do Solo	Lei de Zoneamento ou Equivalente	Código de Obras	Código de Posturas	Plano Diretor
Mathias Lobato	Não	Não	Não	Não	Não
Medina	Não	Não	Não	Não	Não
Miradouro	Não	Não	Sim	Sim	Não
Muriaé	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Orizânia	Não	Não	Não	Não	Não
Padre Paraíso	Não	Não	Não	Sim	Não
Pedra Azul	Não	Não	Sim	Não	Sim
Ponto dos Volantes	Não	Não	Não	Sim	Não
Santa Bárbara do Leste	Sim	Sim	Não	Não	Não
Santa Rita de Minas	Não	Não	Não	Não	Sim
Santo Antônio do Aventureiro	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
São Francisco do Glória	Não	Sim	Não	Não	Não
São João de Manhuaçu	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Tarumirim	Sim	Não	Não	Sim	Não
Teófilo Otoni	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Ubaporanga	Não	Não	Sim	Sim	Não

Fonte: FJP

De acordo com informações das Prefeituras Municipais, os municípios de Além Paraíba, Caratinga, Governador Valadares e Teófilo Otoni estão revendo seus planos, conforme preconiza a lei. Os municípios de Divino, Inhapim, Itambacuri e Medina estão elaborando seus planos.

Segundo a Resolução CONAMA nº 237/97 (art. 4º, parágrafo 1º), faz-se necessário a consulta a todas as Prefeituras municipais da Área de Estudo, no sentido de consultar se o empreendimento está em conformidade com as Leis de Uso e Ocupação do Solo do Município. As Prefeituras da Área de Estudo foram consultadas e as Declarações que já foram emitidas são apresentadas no Anexo III.

A seguir, o uso e ocupação dos municípios da Área de Estudo serão apresentados, descrevendo a legislação pertinente ao ordenamento territorial, bem como informações sobre áreas legalmente protegidas existentes nos municípios analisados, as principais áreas de valor histórico, cultural e arqueológico e a classificação das fitofisionomias existentes, como o seu grau/estágio de sucessão.

✓ **Águas Vermelhas**

O município de Águas Vermelhas emitiu a Declaração Municipal na qual atesta que, para os fins de licenciamento ambiental, as obras de duplicação da BR-116/MG estão em concordância com os preceitos legais de uso e ocupação do solo do município. Não possui Plano Diretor, Lei de Parcelamento do Solo e Zoneamento (ou similar). Entretanto possui Código de Posturas e Código de Obras.

A área do município é de aproximadamente 125.742 ha, e possui 3 distritos, segundo o IBGE³³: o distrito sede (Águas Vermelhas), Machado Mineiro e Itamarati. Segundo o mapa de uso e ocupação do solo do município, as áreas de vegetação natural ocupam cerca de 19% da área territorial. As áreas com influência urbana ou áreas antrópicas indiscriminadas³⁴ representam menos de 1% da área territorial (vide Tabela 244).

As áreas destinadas às atividades agropecuárias, incluindo-se áreas destinadas à silvicultura, somam mais de 100 mil hectares. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE), o número de estabelecimentos agropecuários destinados às pastagens contabilizavam 80 propriedades; às lavouras permanente 163 propriedades; e às lavouras temporárias 350 propriedades.

³³ Distritos Brasileiro – IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/sinopse_tab_subdistrito_zip.shtm. acesso em maio de 2015.

³⁴ Incluem-se nessa classe: ocupação de áreas de várzeas, áreas sujeitas a inundações, áreas com declividades acentuadas, áreas de solos suscetíveis aos processos de erosão, etc.

Tabela 244: Uso e Ocupação do Solo – Águas Vermelhas/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Floresta Estacional Decidual Montana	23.754,25
Pecuária (Pastagem)	15.722,88
Influência Urbana	65,87
Corpos D'água	878,92
Agricultura	43.941,41
Áreas Antrópicas Indiscriminadas	385,67
Florestamento/Reflorestamento	40.947,80
Savana-Estépica/Fl. Estacional	45,21
TOTAL	125.742,04

A atividade agricultura é o maior uso do solo no município, com quase 44 mil hectares: as principais lavouras cultivadas são da mandioca, banana e café. A área destinada à plantação de eucaliptos (florestamento/reflorestamento) vem em seguida, com mais de 40 mil hectares de área (cerca de 32,5% da área municipal).

Neste município há, segundo registros do CNA-IPHAN, a presença de um sítio arqueológico nomeado Curral de Dentro (MG-PR-5): trata-se de um sítio do período Pré-Colonial com presença de pintura rupestre.

O mapa de uso e ocupação do solo do município é apresentado na Figura 58.



**Foto 82: Área de Plantação de Eucaliptos
Águas Vermelhas/MG**

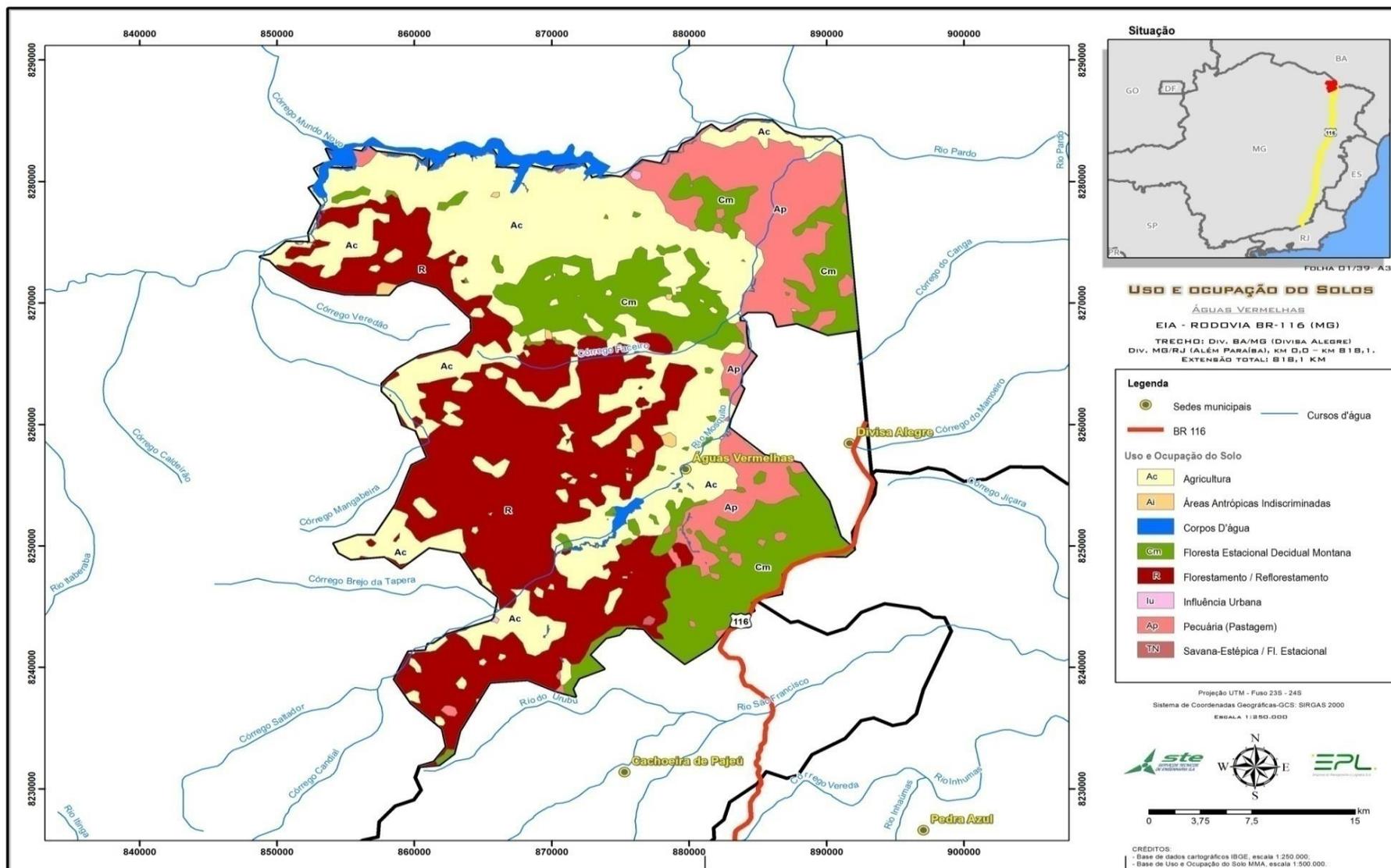


Figura 58: Uso e Ocupação do Solo – Águas Vermelhas/MG

✓ **Além Paraíba**

O município de Além Paraíba também já emitiu a Declaração Municipal na qual atesta que, para os fins de licenciamento ambiental, as obras de duplicação da BR-116/MG estão em concordância com os preceitos legais de uso e ocupação do solo do município.

Possui Plano Diretor (Projeto de Lei nº 002/2014); Lei de Parcelamento do Solo e Zoneamento (Projeto de Lei nº 004/2014); e Código de Posturas e Obras (Projeto de Lei nº 006/2014). A área do município é de cerca de 51 mil hectares, dividido em dois distritos: o sede (Além Paraíba) e Angustura.



Foto 83: Comunidade Rural de Marinópolis - Além Paraíba/MG

As atividades agropecuárias são as que ocupam a maior parte do território municipal: 41.855,53 hectares, ou seja, quase 82% do território (Tabela 245): só para atividade de pecuária a área destinada é de 35.546,95 ha, principalmente a pecuária leiteira.

Tabela 245: Uso e Ocupação do Solo – Além Paraíba/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Agricultura	3.451,95
Agropecuária+Vs*	2.856,62
Corpos D'água	303,00
Floresta Estacional Semidecidual Montana	3.235,84
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	5.351,09
Influência Urbana	422,68
Pecuária (Pastagem)	35.546,95
TOTAL	51.168,16

*Vegetação natural secundária, ou seja, em estado de regeneração.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006), nesse ano haviam 304 estabelecimentos agropecuários no município, sendo 2 destinados ao cultivo de flores; 123 destinados à pecuária; 82 às culturas permanentes; e 97 às culturas temporárias.

A área com vegetação natural representa 8.586,93 hectares (cerca de 16,5% da área territorial) e as áreas urbanas somente 422,68 ha (0,82%).

De acordo com o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA, há 5 sítios arqueológicos registrados no município e em relação ao patrimônio arquitetônico do município, pode-se destacar a Igreja Nossa Senhora da Conceição, Praça Porto, Porto Novo, entre outros.

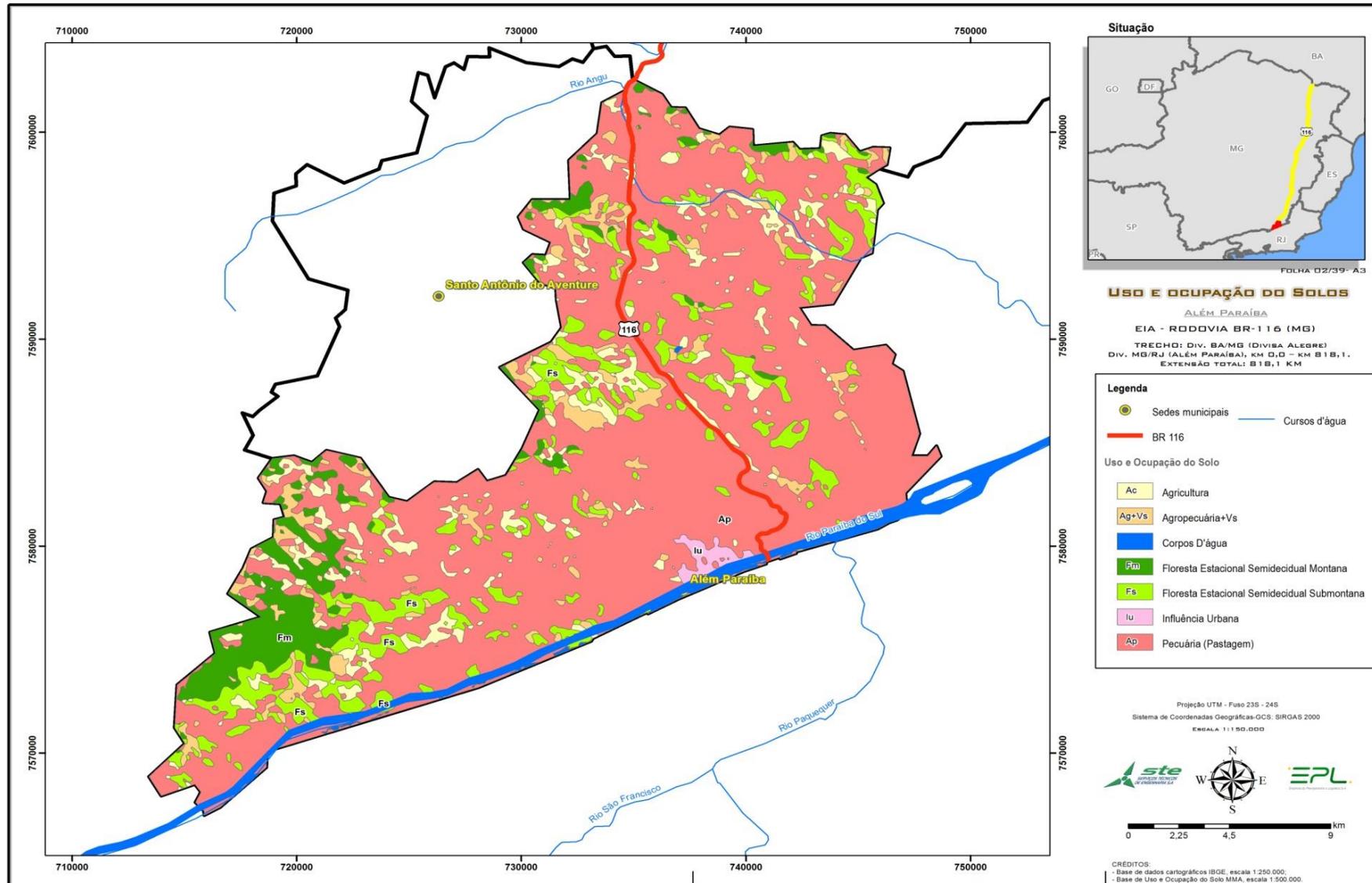


Figura 59: Uso e Ocupação do Solo – Além Paraíba/MG

O município de Alpercata possui uma área de cerca de 16.500 hectares, possuindo somente um distrito: a sede municipal. O município se caracteriza por ter uma pequena população (7.172, de acordo com o último Censo) e ter suas atividades econômicas baseadas predominantemente no setor agropecuário. Não possui nenhuma legislação relacionada ao uso e ocupação do solo e ainda não emitiu a declaração de conformidade.

A classe de uso com maior área no município é a pecuária: são 15.864,98 hectares de área ocupada, o que representa cerca de 96% da área municipal. São ao total 244 estabelecimentos agropecuários no município (dados do Censo Agropecuário IBGE – 2006), sendo 187 as propriedades que criam exclusivamente bovinos (para corte e produção leiteira).

A área urbana representa apenas 0,01% da área territorial (2,17 ha), os corpos d'água 3,13% (518,30 ha) e a vegetação natural (inclusive em estado de regeneração) 0,87% (vide Tabela 246).

Tabela 246: Uso e Ocupação do Solo – Alpercata/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Pecuária (Pastagem)	15.864,98
Influência Urbana	2,17
Vegetação Secundária Inicial	33,71
Corpos D'água	518,30
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	110,61
TOTAL	16.529,79

A Figura 60 mostra o mapa de uso e ocupação do solo do município.

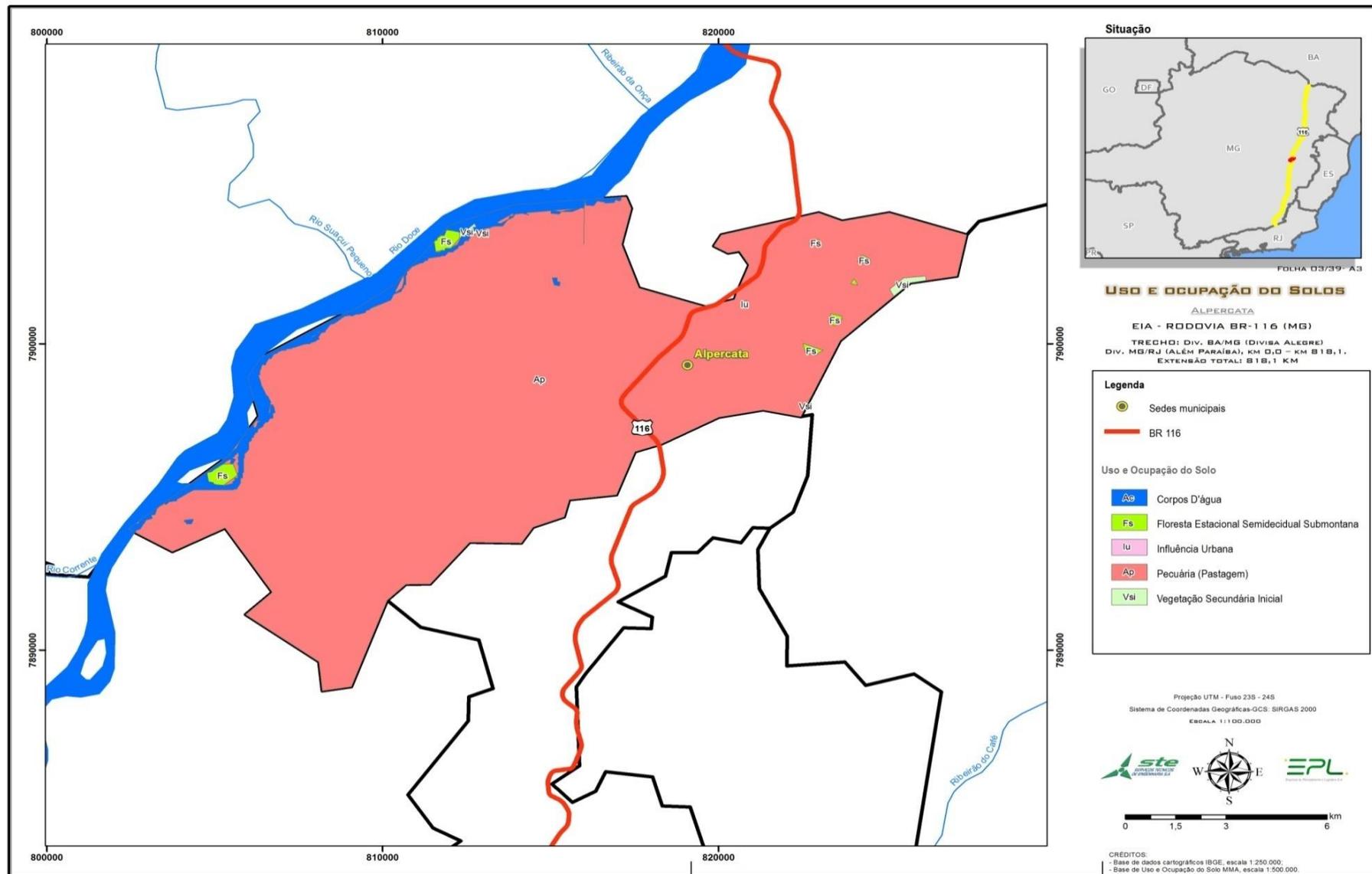


Figura 60: Uso e Ocupação do Solo – Alpercata/MG

✓ **Cachoeira de Pajeú**

O município já emitiu a Declaração Municipal na qual atesta que, para os fins de licenciamento ambiental, as obras de duplicação da BR-116/MG estão em concordância com os preceitos legais de uso e ocupação do solo do município. Em relação à legislação de uso e ocupação do solo o município possui apenas o Código de Posturas.

A vegetação natural é a classe de uso com maior área no município: são 38.028,48 hectares, incluindo-se aí a vegetação que já está em processo de regeneração. Isso representa 56,33% da área municipal (Tabela 247).

Em seguida, a área destinada à pecuária ocupa mais de 27 mil hectares (aproximadamente 40% da área municipal). Segundo o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE), no município haviam 595 estabelecimentos rurais sendo 437 destinados à criação de bovinos (para corte e leite).



**Foto 84: Comunidade Rural de Águas Altas
Cachoeira de Pajeú/MG**

Tabela 247: Uso e Ocupação do Solo – Cachoeira de Pajeú/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Floresta Estacional Decidual Montana	38.015,42
Pecuária (Pastagem)	27.070,84
Floresta Estacional Semidecidual Montana	1,77
Influência Urbana	2,43
Vegetação Secundária Inicial	11,29
Corpos D'água	28,02
Agricultura	755,53
Áreas Antrópicas Indiscriminadas	35,22
Florestamento / Reflorestamento	1.428,22
Não Classificado	160,38
TOTAL	67.509,17

As áreas urbanas e antrópicas indiscriminadas somam 37,65 hectares e as áreas de cultivo de eucaliptos cerca de 1.428 hectares (2,11% da área municipal).

Parte da Área de Proteção Especial³⁵ (APE) Soberbo, unidade de conservação de uso sustentável, encontra-se localizada no município: sua área total é de 24.157 hectares, divididas entre os municípios de Cachoeira de Pajeú e Pedra Azul.

A Figura 60 e Figura 61 mostram o uso e ocupação do solo do município.

³⁵ A APE é uma categoria de manejo encontrada no estado de Minas Gerais. Trata-se de uma área de monitoramento dos mananciais de interesse da COPASA, e que incluem ações de proteção e recuperação ambiental para garantir a qualidade dos recursos hídricos para consumo humano.

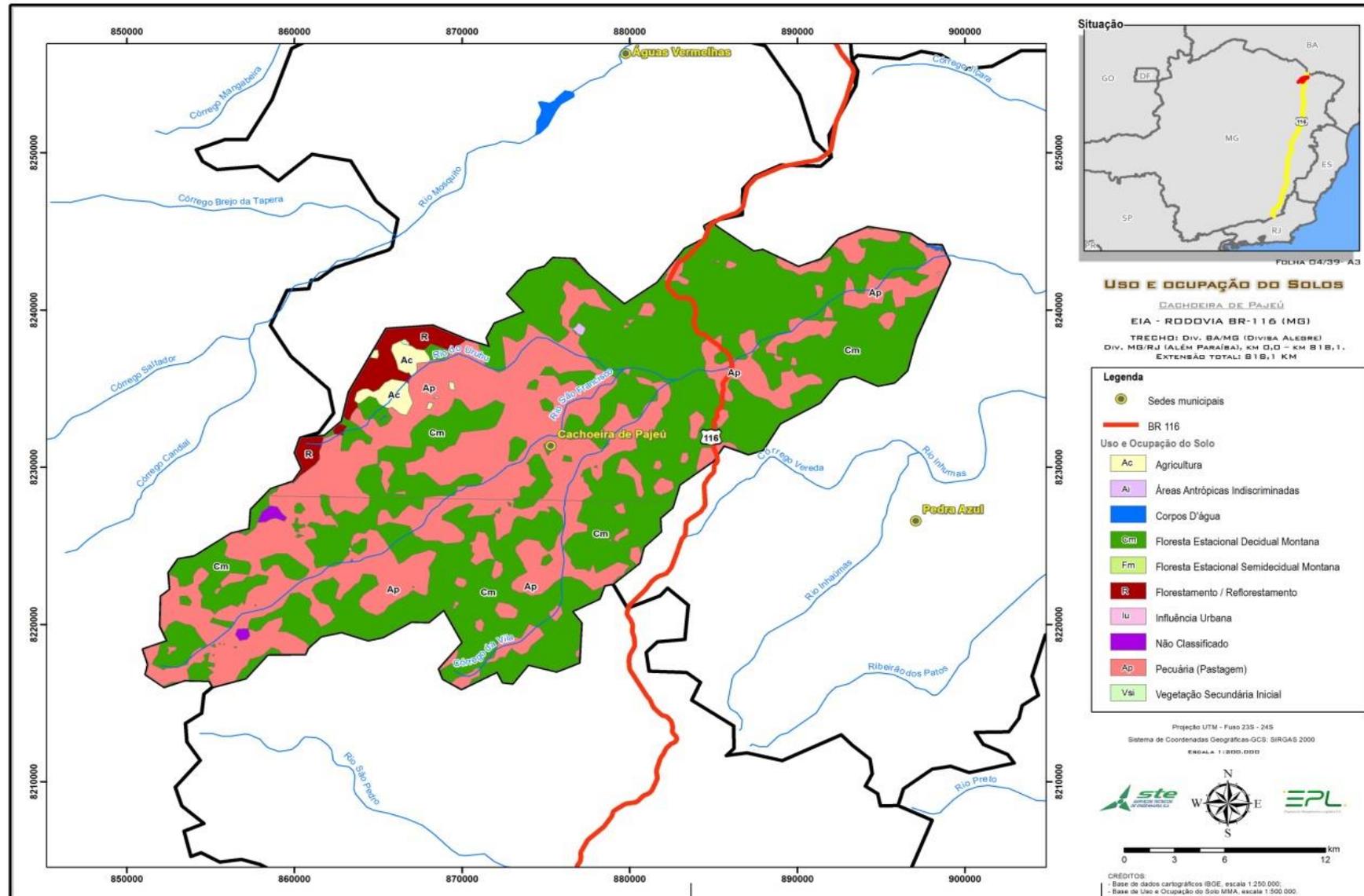


Figura 61: Uso e Ocupação do Solo – Cachoeira de Pajeú/MG

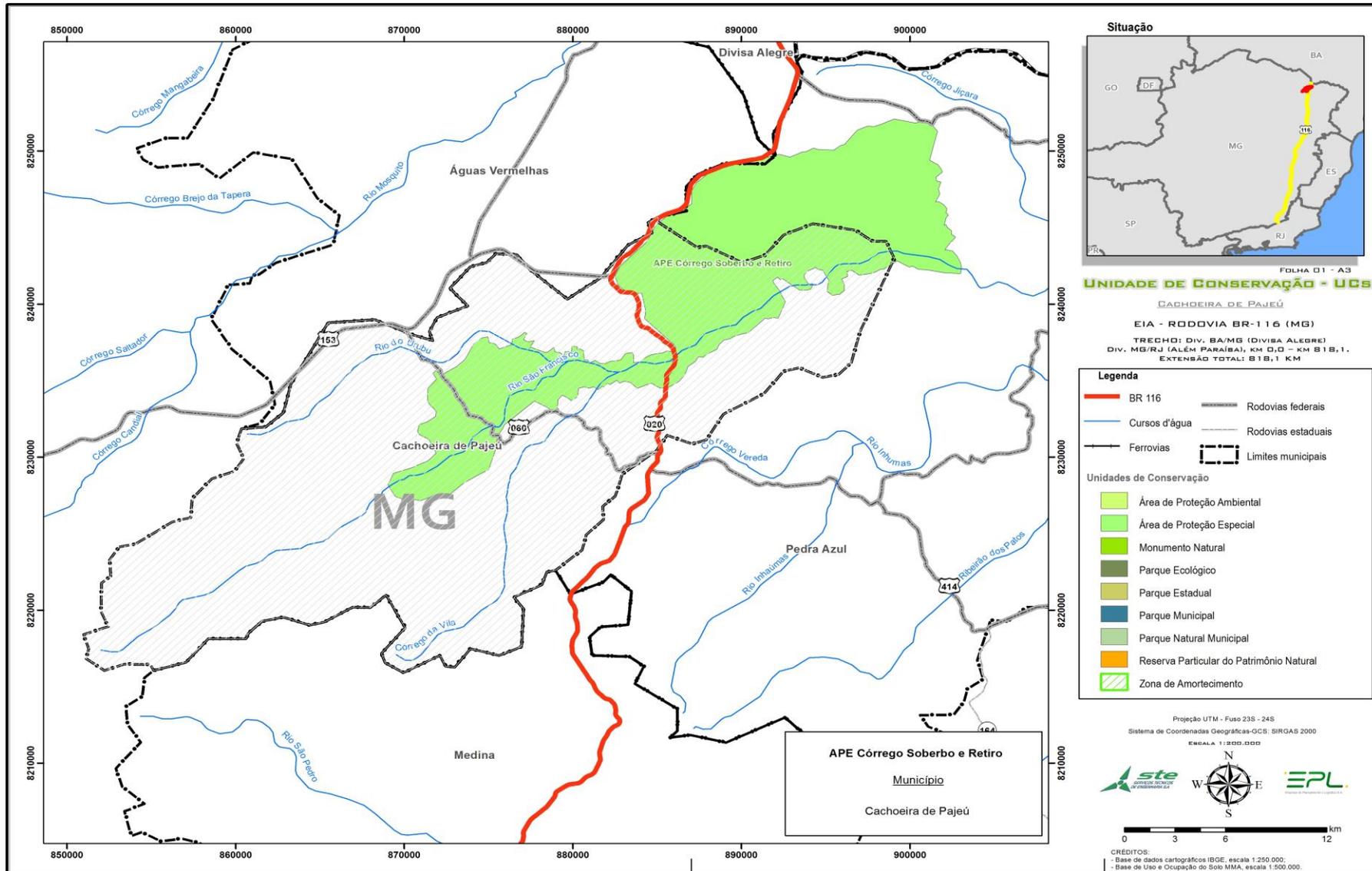


Figura 62: Uso e Ocupação do Solo - Unidades de Conservação Presentes – Cachoeira de Pajeú/MG

✓ **Campanário**

O município de Campanário não possui legislação que trata do uso e ocupação do solo municipal e ainda não emitiu a declaração solicitada. Possui somente seu distrito sede (Campanário) com uma área de mais de 44 mil hectares. Sua área urbana ocupa somente 88,62 hectares.

As pastagens são a classe de uso com maior área: são mais de 39.700 hectares, o que representa mais de 90% da área municipal. São aproximadamente 170 estabelecimentos agropecuários no município (dados do Censo Agropecuário IBGE – 2006) (Tabela 248).

A vegetação natural ocupa 1.717,45 hectares e a vegetação natural, em estágio de sucessão, 2.013,01 hectares. No total ocupam 8,46% do território municipal.

Tabela 248: Uso e Ocupação do Solo – Campanário/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Pecuária (Pastagem)	39.791,91
Floresta Estacional Semidecidual Montana	534,14
Vegetação Secundária Inicial	2.013,01
Agricultura	443,90
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	1.183,31
Indiscriminadas	13,19
Influência Urbana	88,62
TOTAL	44.068,08

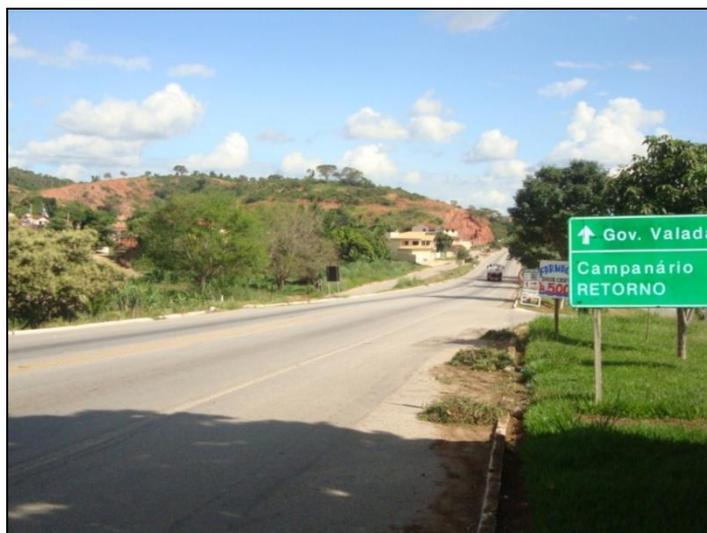


Foto 85: Vista da Entrada para Campanário/MG

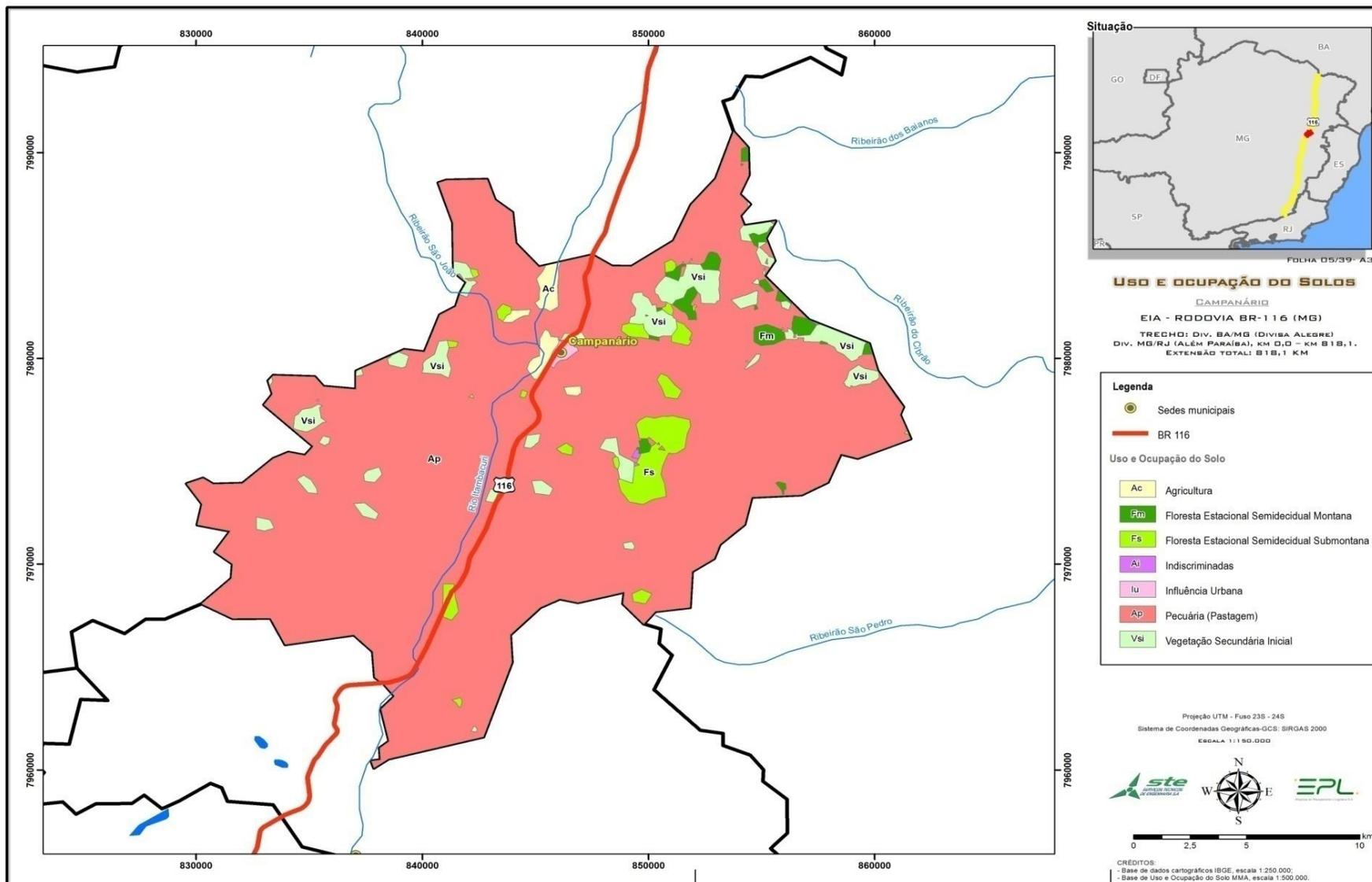


Figura 63: Uso e Ocupação do Solo – Campanário/MG

O município possui Plano Diretor, que não foi disponibilizado pela Prefeitura Municipal e não está disponível no site da prefeitura e da câmara municipal. Ainda não emitiu a declaração de conformidade solicitada. Possui uma área de quase 124 mil hectares, divididos em 4 distritos: sede (Carai), Marambainha, Ponto do Marambaia e Maranhão.

As áreas cobertas por vegetação natural ocupam 68.670,33 hectares, e somada às áreas com vegetação secundária inicial (se regenerando) totalizam 85.517,32 hectares (o que representa cerca de 69% da área municipal). A área urbana ocupa somente 38,30 hectares (0,03% da área do município) (Tabela 249).

Por outro lado a área destinada às pastagens, para a criação de gado leiteiro e de corte, possui 37.720,92 hectares (aproximadamente 30,5%). O Censo Agropecuário (2006) apontou um total de 2.620 estabelecimentos agropecuários, sendo 1.651 destinados exclusivamente à pecuária.

Tabela 249: Uso e Ocupação do Solo – Carai/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Floresta Estacional Decidual Montana	3.674,25
Pecuária (Pastagem)	37.720,92
Floresta Estacional Semidecidual Montana	59.877,98
Influência Urbana	38,30
Vegetação Secundária Inicial	16.846,99
Florestamento/Reflorestamento	663,18
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	4.929,82
Savana Florestada	43,84
Refúgio Montano	61,58
Refúgio Submontano	82,86
TOTAL	123.939,76

Parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Alto Mucuri (unidade de conservação de uso sustentável e de jurisdição estadual) encontra-se localizada no município. Sua área total é de 325.503 hectares, distribuídos entre os municípios de Carai, Catuji, Itaipé, Ladainha, Novo Cruzeiro, Malacacheta, Poté e Teófilo Otoni.

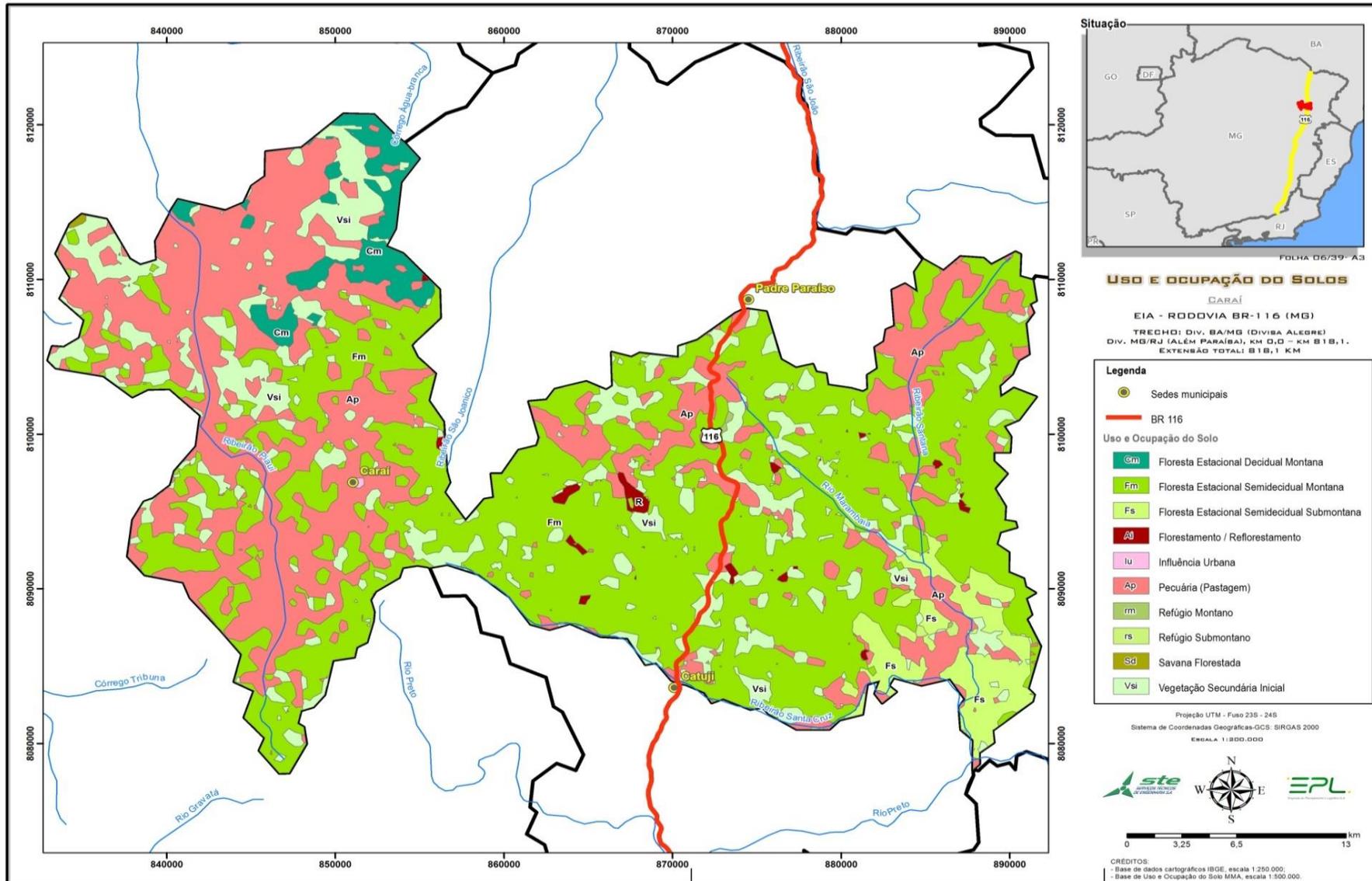


Figura 64: Uso e Ocupação do Solo – Carai/MG

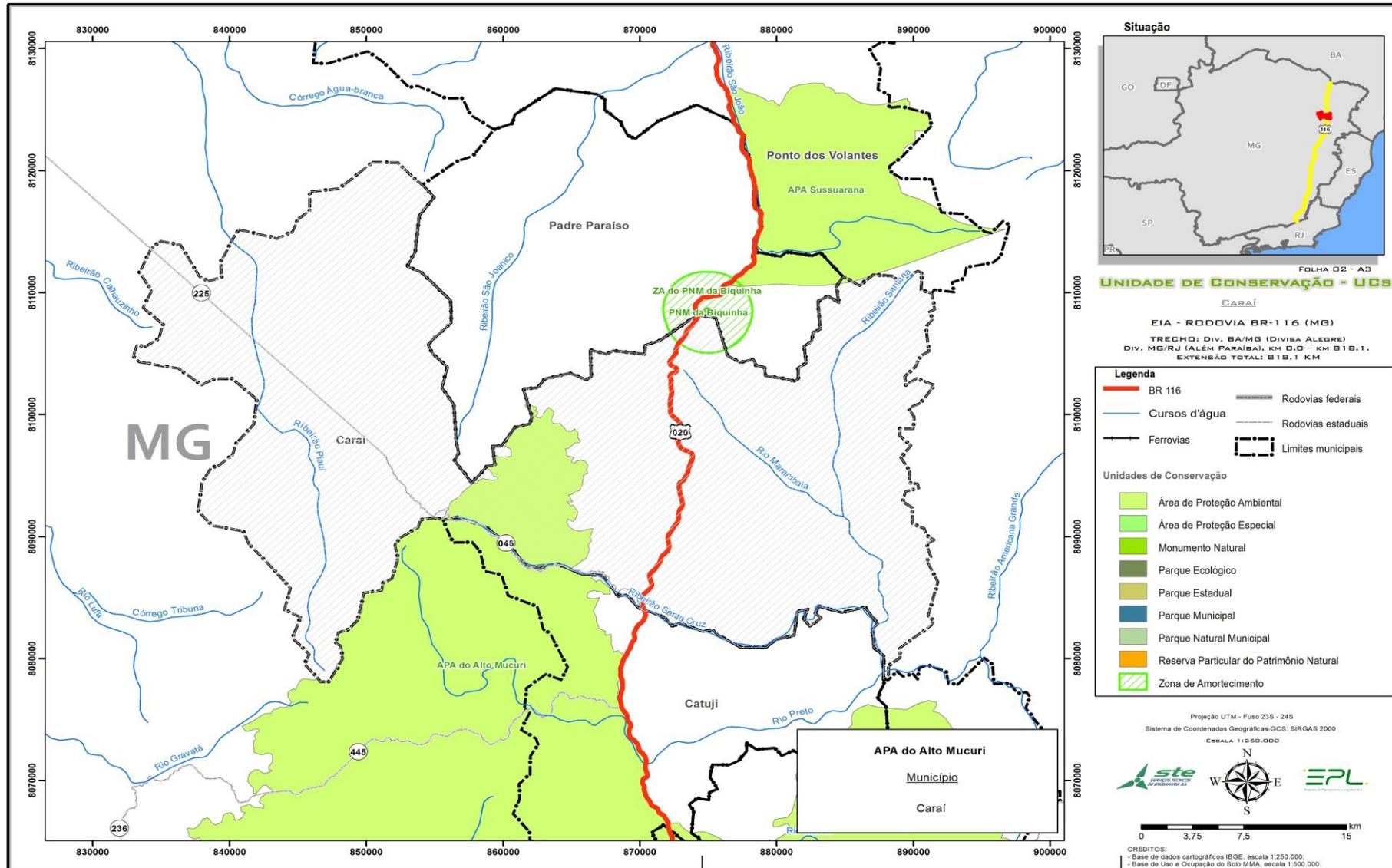


Figura 65: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes – Carai/MG

✓ **Caratinga**

O município possui legislação que regulamenta o uso e ocupação do solo, como Código de Obras (Lei nº 1.613/87); Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei Ordinária nº 2.755/2003); Lei que Regulamenta o Solo Urbano (Lei Ordinária nº 1.580/86), entre outras. Segundo informações da Prefeitura Municipal o Plano Diretor municipal foi instituído em 1959 (Lei nº 232/59), revisado em 2007 (Lei nº 3025/2007) e está passando por nova revisão.

Possui 11 distritos distribuídos em uma área de mais de 125 mil hectares. São eles: Cordeiro de Minas, São Cândido, Santa Efigênia de Caratinga, Sapucaia, São João da Jacutinga, Dom Lara, Patrocínio de Caratinga, Santo Antônio do Manhuaçu, Dom Modesto, Santa Luzia de Caratinga e o distrito sede, Caratinga (sede).

As áreas destinadas às atividades agropecuárias são as maiores classes de uso do solo no município: no total são 89.776,94 hectares, parte entremeada por vegetação natural em regeneração (o que representa cerca de 72% da área municipal). Em seguida temos as áreas com vegetação natural preservada, que ocupa mais de 16% do território (Tabela 250).

Tabela 250: Uso e Ocupação do Solo – Caratinga/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Agricultura+Pastagem+Vs*	50.196,65
Corpos D'água	1.011,41
Floresta Estacional Semidecidual Montana	17.266,14
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	3.135,18
Florestamento / Reflorestamento	13.221,91
Indiscriminadas	8,64
Influência Urbana	761,14
Pecuária (Pastagem)	39.580,29
TOTAL	125.181,39

*Vegetação natural secundária, ou seja, em estado de regeneração.

As áreas urbanas representam 0,60% da área total do município e as áreas de florestamento/reflorestamento 10,56%. A principal espécie cultivada na silvicultura do município é o eucalipto.

O município possui duas áreas destinadas à proteção ambiental:

- Área de Proteção Especial Bacia do Ribeirão da Laje: unidade de conservação de uso sustentável, com jurisdição estadual e 444 hectares de área;
- APA Pedra Itaúna, de jurisdição municipal, com 487 hectares.

Há neste município 3 sítios arqueológicos registrados no CNSA: Córrego Areia, Baixa da Vigilata e Fazenda do Marçal. Sobre o patrimônio histórico e cultural temos: Catedral São João Batista; Igreja São João; Cachoeira Bom Será; Praça Getúlio Vargas; Estátua Agnaldo Timóteo; Coreto Ronaldinho Calazans; Menino Maluquinho; Santuário de Adoração Perpétua e a Pedra Itaúna.

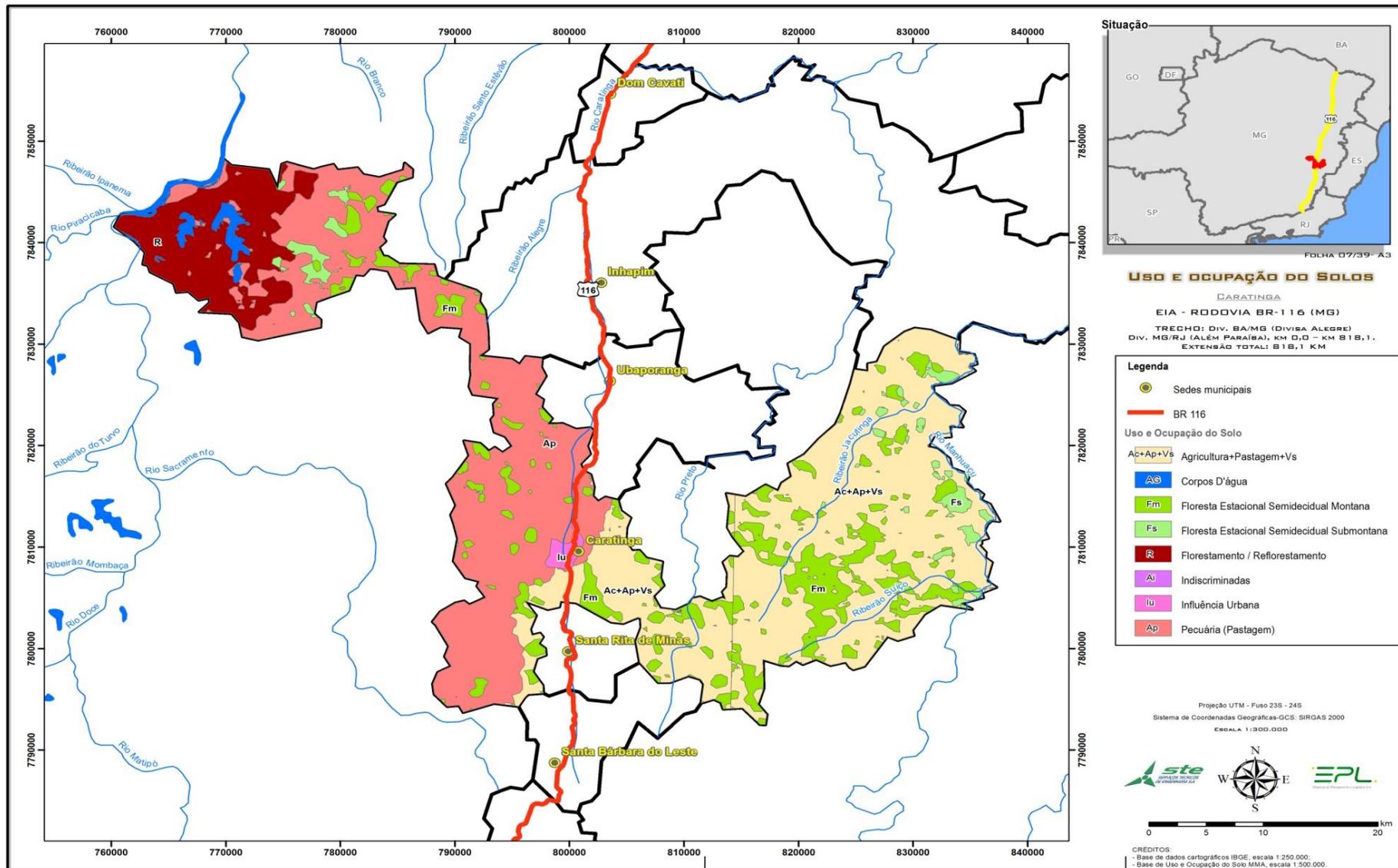


Figura 66: Uso e Ocupação do Solo – Caratinga/MG

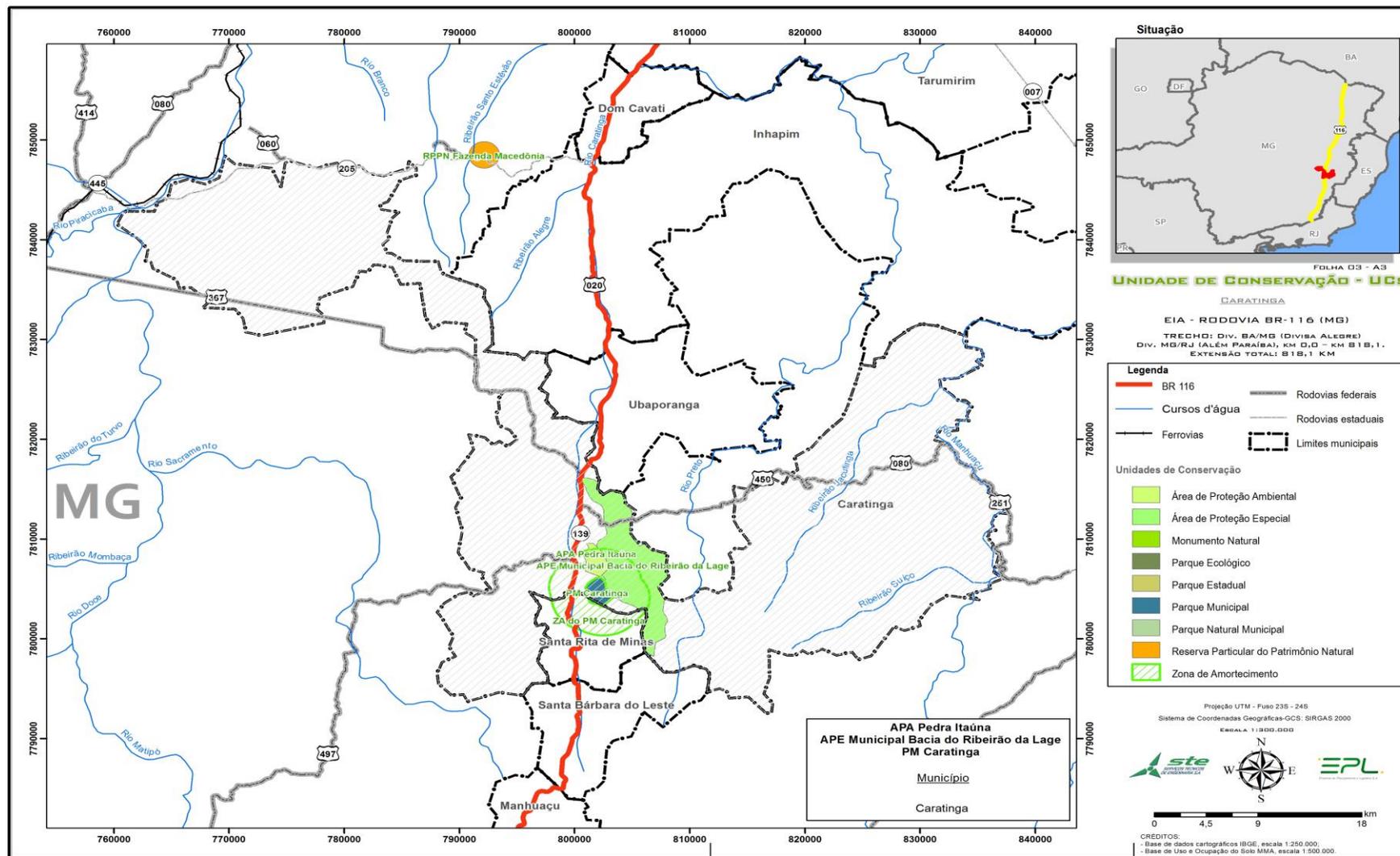


Figura 67: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes - Caratinga/MG

✓ **Catuji**

O município de Catuji possui somente Código de Posturas, em relação à legislação relacionada ao uso e ocupação do solo. O município ainda não emitiu a declaração de conformidade solicitada. A área total do município é mais de 42 mil hectares, e só possui um distrito: o sede, Catuji. A área de influência urbana representa 0,51% da área municipal.

A pecuária é a principal atividade, ocupando cerca de 7 mil hectares (18,31%). Foram cadastrados 598 estabelecimentos agropecuários no Censo Agropecuário 2006 (IBGE) destinados à criação de animais. Desse total, 413 unidades criavam frangos/galinhas e 185 gado bovino.

Tabela 251: Uso e Ocupação do Solo – Catuji/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Pecuária (Pastagem)	7.703,54
Floresta Estacional Semidecidual Montana	23.209,73
Vegetação Secundária Inicial	8.142,13
Corpos D'água	15,45
Florestamento / Reflorestamento	109,51
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	2.534,95
Refúgio Montano	61,02
Refúgio Submontano	59,16
Influência Urbana	216,62
TOTAL	42.052,15

A vegetação natural (mata atlântica) ocupa cerca de 26 mil hectares do município e a vegetação em estágio de recuperação mais de 8 mil hectares. Isso totaliza uma área de mais de 34 mil hectares, que representa quase 81% da área municipal. No município localiza-se parte da área da APA Alto do Mucuri, unidade de conservação de uso sustentável de jurisdição estadual.



Foto 86: Vista da Entrada para Catuji/MG

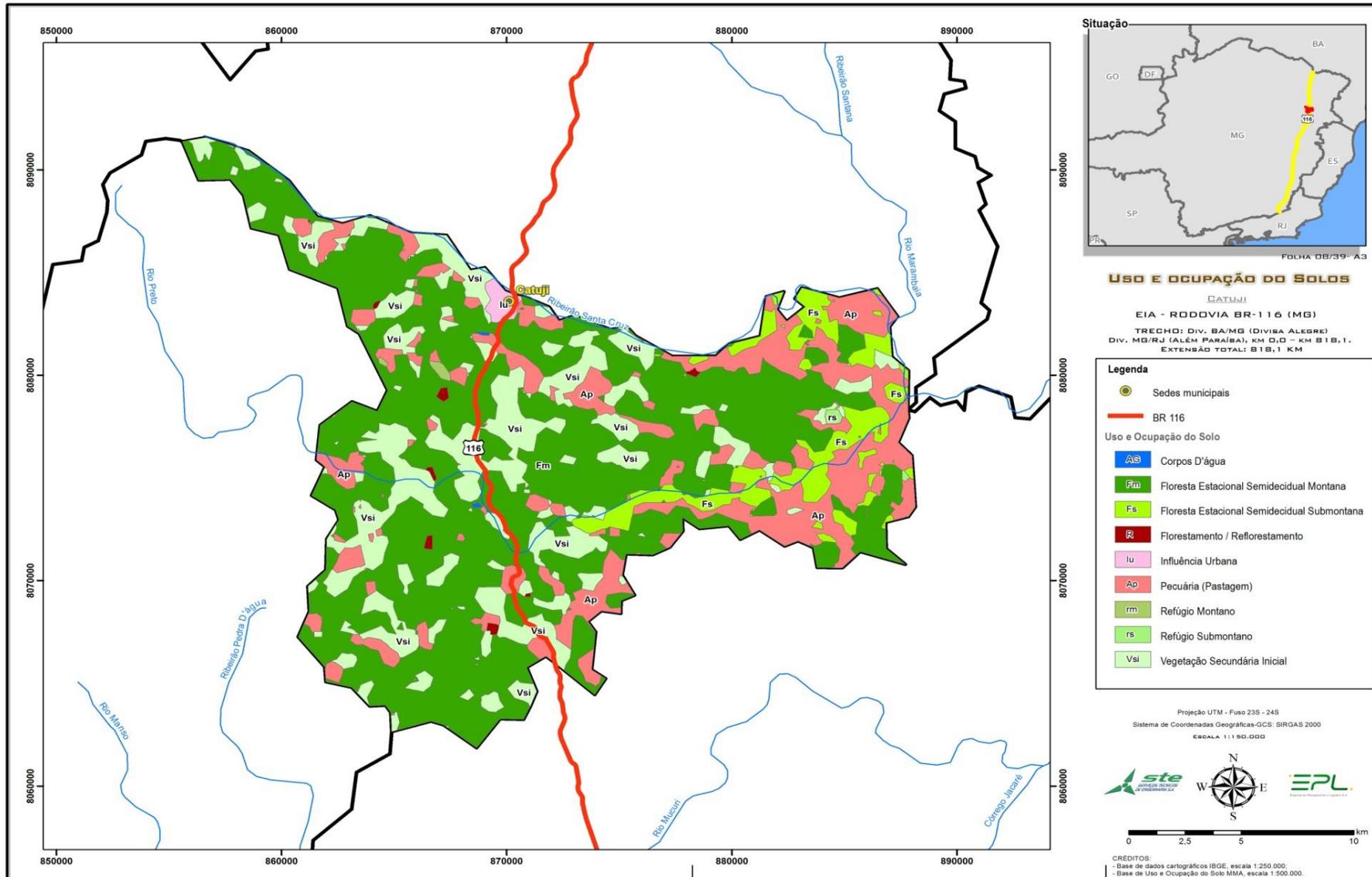


Figura 68: Uso e Ocupação do Solo – Catuji/MG

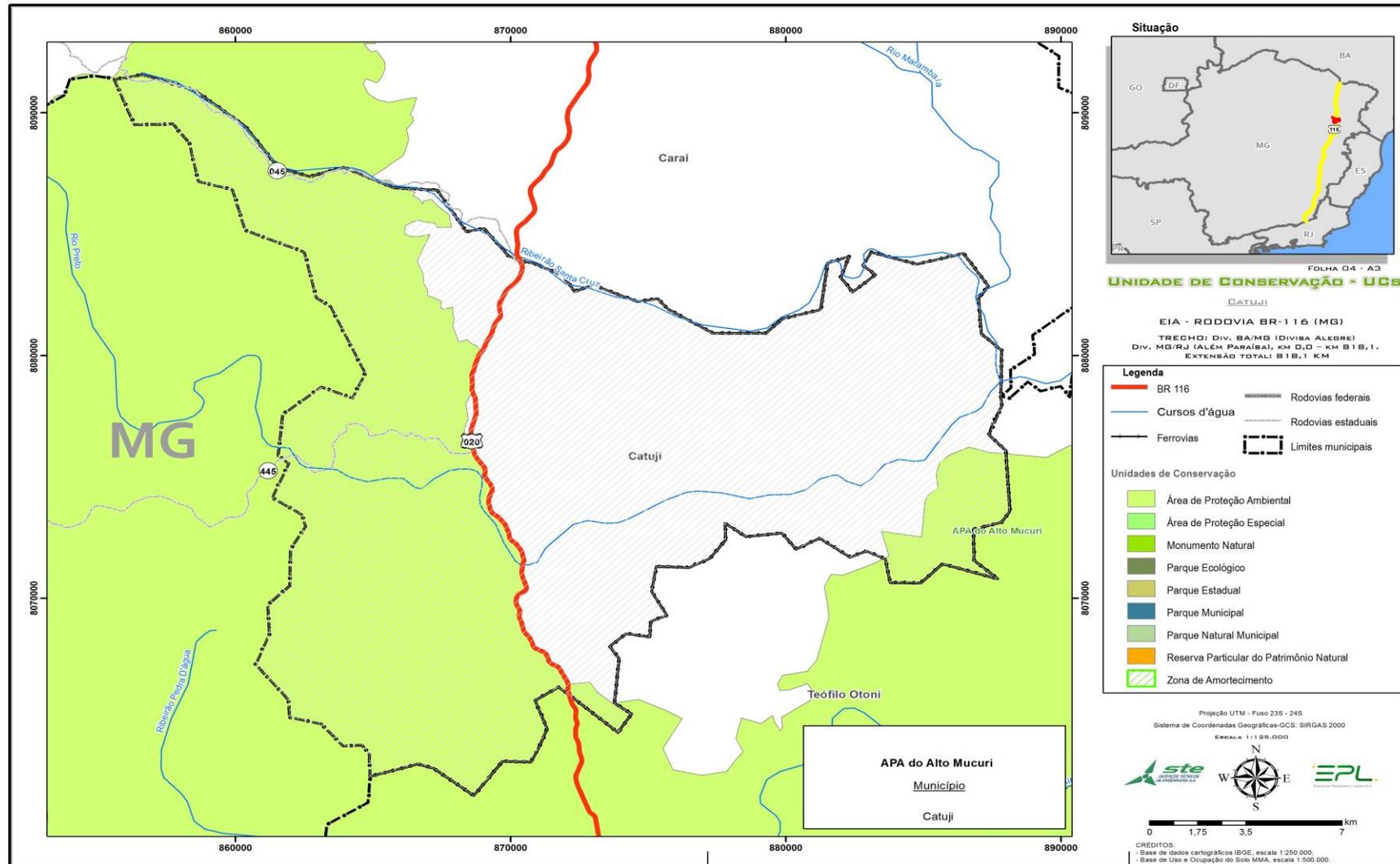


Figura 69: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes - Catuji/MG

✓ **Divino**

O município de Divino possui uma área aproximada de 34 mil hectares, divididos em 2 distritos: sede (Divino) e Bom Jesus do Divino. Segundo informações da Prefeitura, o município possui Lei de Parcelamento do Solo e Código de Posturas. O município também está em fase de preparação para a elaboração do seu Plano Diretor Participativo.

Segundo o apresentado na Tabela 252, a classe de uso do solo com maior área no município são as atividades agropecuárias, entremeadas por vegetação natural em estágio de sucessão: são mais de 26.500 hectares que representa 78,8% da área municipal.

O município possui as seguintes unidades de conservação:

- APA Árvore Bonita (unidade de uso sustentável municipal) com uma área de 9.400 hectares;
- APA Bom Jesus (unidade de uso sustentável municipal) com área de 4.690 hectares;
- E parte da área do Parque Estadual Serra do Brigadeiro (unidade de conservação de proteção integral, de jurisdição estadual).

A área de vegetação natural representa mais de 20% da área municipal, sem contar as áreas em estágio de regeneração natural.

A Figura 70 demonstra o uso e ocupação da área do município.

Tabela 252: Uso e Ocupação do Solo – Divino/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Floresta Estacional Semidecidual Montana	6.777,98
Influência Urbana	158,50
Vegetação Secundária Inicial	93,30
Áreas Antrópicas Indiscriminadas	5,96
Agricultura+Pastagem+Vs	26.621,15
Refúgio Montano	115,51
TOTAL	33.772,42

Como patrimônio cultural, tem-se o conjunto paisagístico Pedra Santa, que é de grande importância histórica.

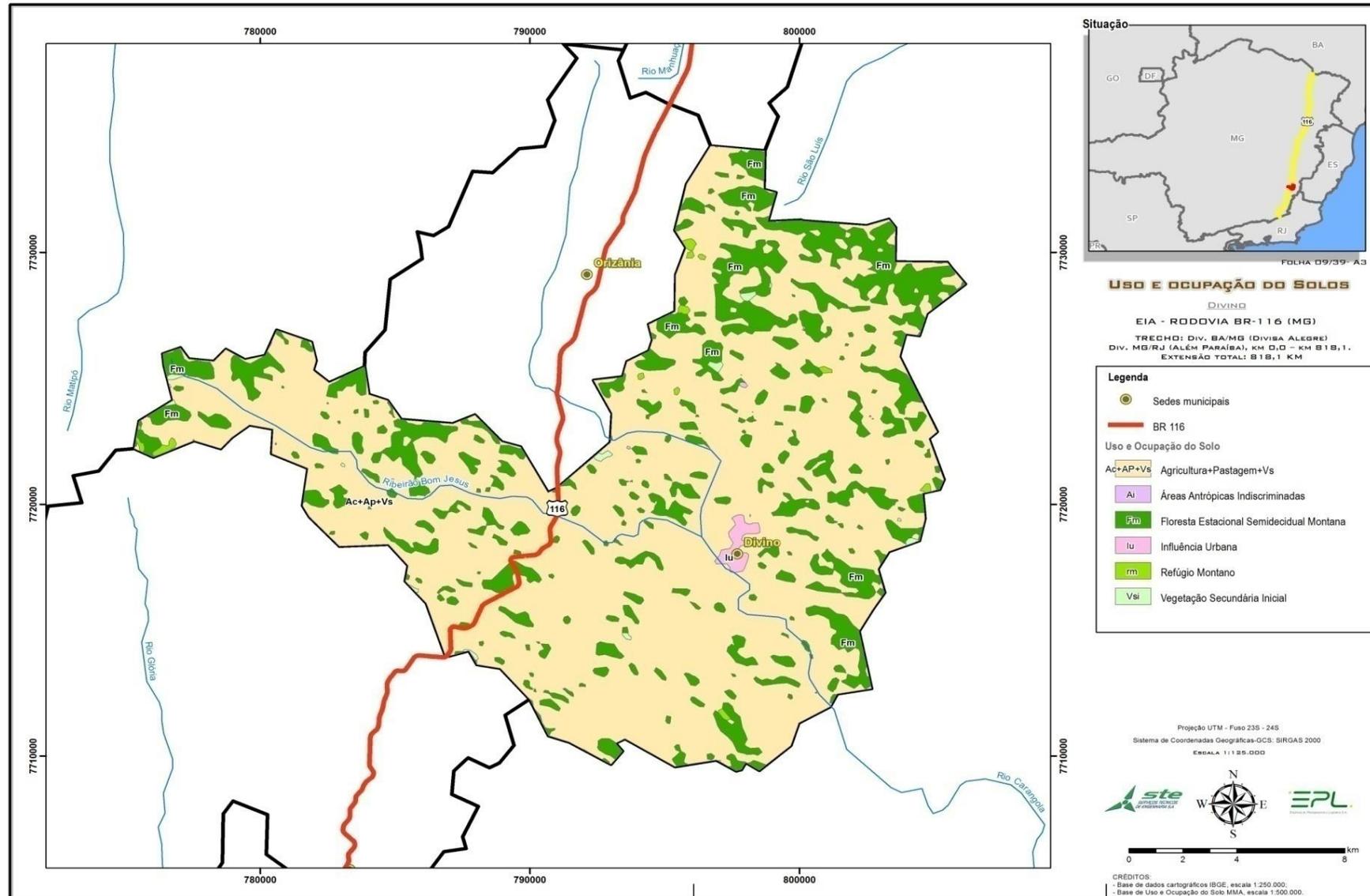


Figura 70: Uso e Ocupação do Solo – Divino/MG

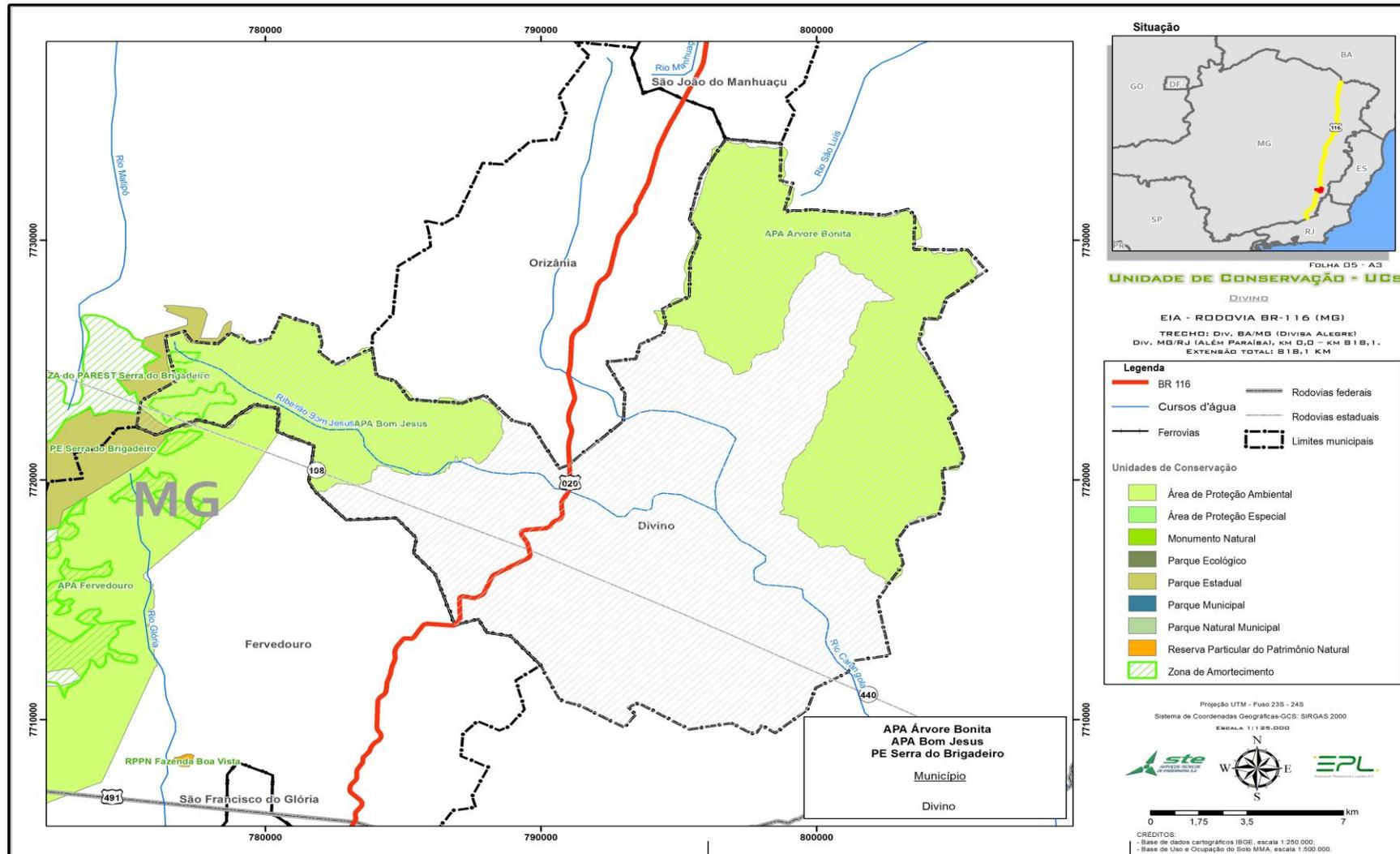


Figura 71: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes - Divino/MG

✓ **Divisa Alegre**

O município possui legislação relativa ao uso e ocupação do solo, tais como Lei de Parcelamento, Código de Obras e de Posturas. A prefeitura já emitiu a Declaração na qual atesta que, para os fins de licenciamento ambiental, as obras de duplicação da BR-116/MG estão em concordância com os preceitos legais de uso e ocupação do solo do município.

Divisa Alegre possui somente seu distrito sede (Divisa Alegre) e uma área de mais de 11.500 hectares. A área de influência urbana ocupa menos de 1% da área municipal (Tabela 253).

Tabela 253: Uso e Ocupação do Solo – Divisa Alegre/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Floresta Estacional Decidual Montana	5.141,59
Pecuária (Pastagem)	5.067,29
Influência Urbana	106,34
Corpos D'água	4,01
Agricultura	1.450,38
TOTAL	11.769,63

A classe de uso das atividades agropecuárias somam 6.517,67 hectares, sendo a pecuária a que ocupa a maior área (43,05% do município). Segundo o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE), foram registrados 47 estabelecimentos agropecuários sendo 34 dedicados, exclusivamente, à criação de gado (leiteiro e para corte).

A área com vegetação nativa natural ocupa a maior classe de uso do solo (5.141,59 hectares), o que representa 43,68% da área municipal.

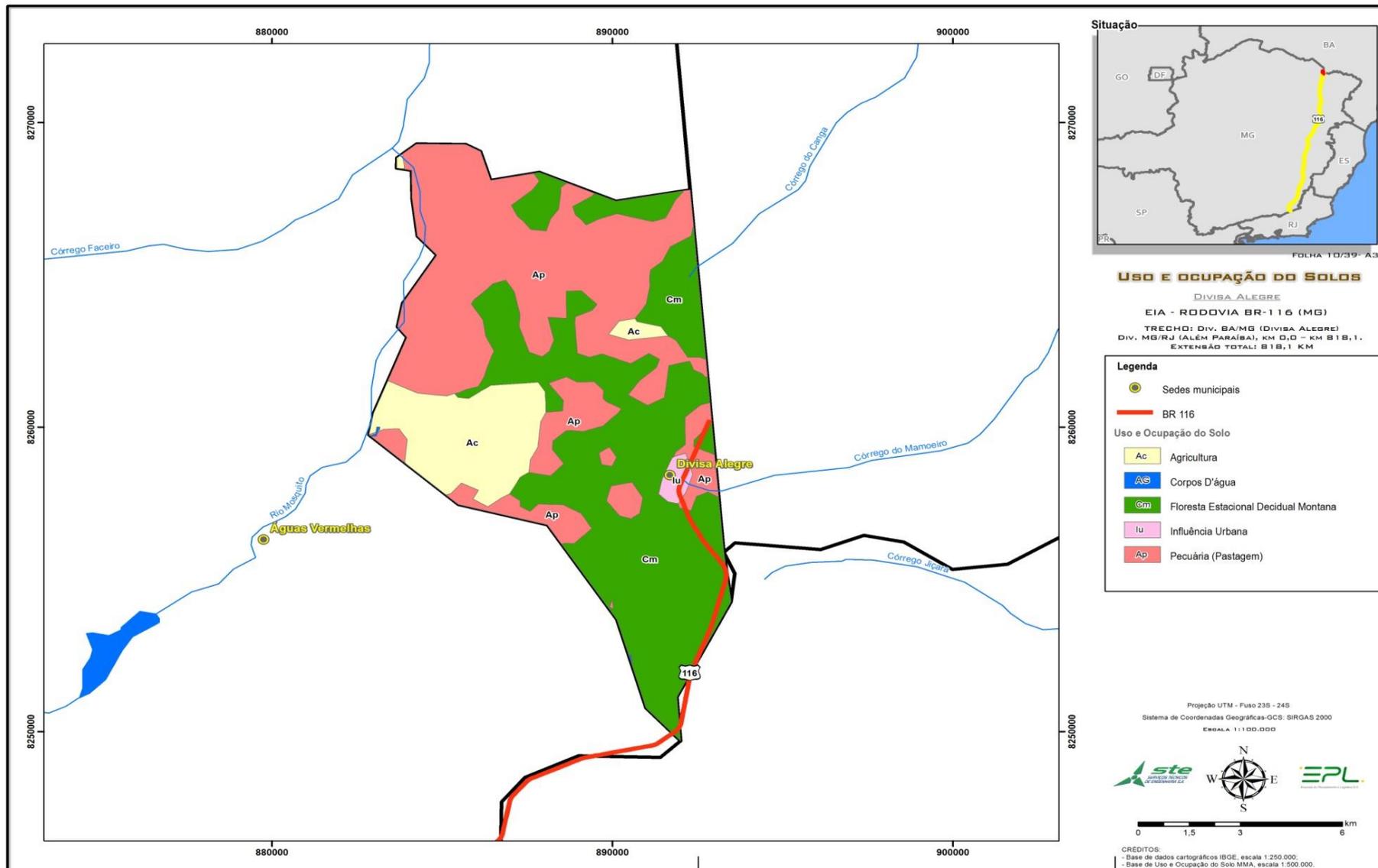


Figura 72: Uso e Ocupação do Solo – Divisa Alegre/MG

✓ **Dom Cavati**

O município de Dom Cavati possui uma área de quase 7 mil hectares, não possuindo distritos além da sede municipal (Dom Cavati). A área de influência urbana ocupa cerca de 2,5% da área municipal.

Em relação à legislação relativa ao ordenamento do uso do solo, o município possui apenas Código de Posturas: Lei complementar nº 10, de 20/05/2014.

A pecuária é a classe de uso e ocupação mais representativa no município: são 5.643,87 hectares de pastagens, distribuídas em 89 propriedades rurais (segundo dados do Censo Agropecuário IBGE – 2006).

A vegetação natural ocupa uma área total de 1.070,99 hectares (15,5% da área do município). Os dados podem ser visualizados na Tabela 254, a seguir.

Tabela 254: Uso e Ocupação do Solo – Dom Cavati/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Pecuária (Pastagem)	5.643,87
Floresta Estacional Semidecidual Montana	348,49
Influência Urbana	170,15
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	722,50
TOTAL	6.885,04



Foto 87: Perímetro Urbano de Dom Cavati/MG

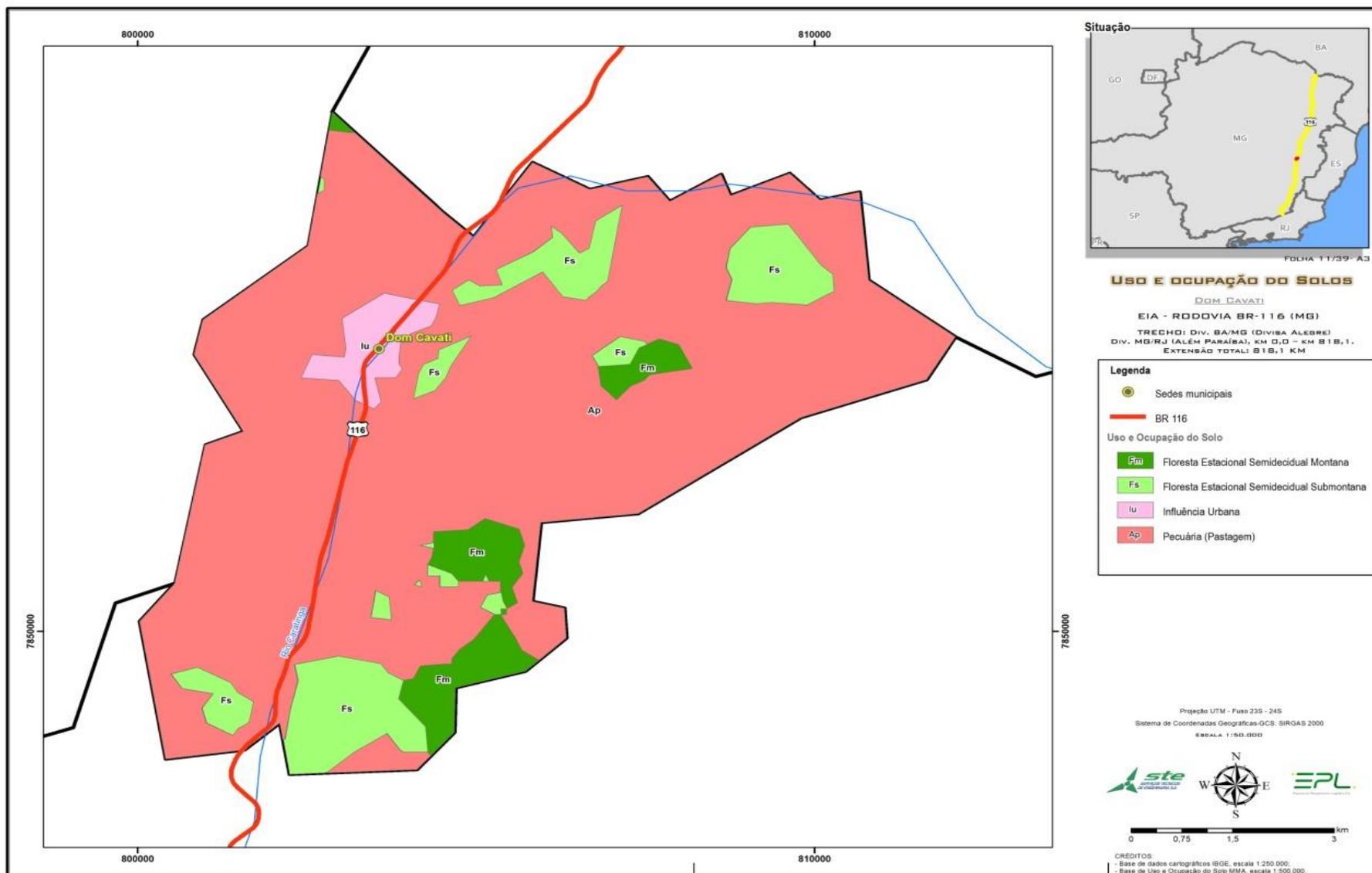


Figura 73: Uso e Ocupação do Solo – Dom Cavati/MG

✓ **Engenheiro Caldas**

A prefeitura de Engenheiro Caldas já emitiu a Declaração na qual atesta que, para os fins de licenciamento ambiental, as obras de duplicação da BR-116/MG estão em concordância com os preceitos legais de uso e ocupação do solo do município. Sobre a legislação correlata, possui Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei Complementar 14/2008); Código de Obras (Lei 601/96); e Código de Posturas.

O município possui uma área de aproximadamente 19 mil hectares, distribuídos, segundo o IBGE, em três distritos: São José do Acácio, Divino do Traíra, e a sede, Engenheiro Caldas.

Na Tabela 255 é possível observar que a área de influência urbana ocupa cerca de 1,24% da área municipal (234,58 hectares). A área de maior classe de uso do solo são as pastagens, com mais de 17 mil hectares, ou seja, mais de 90% da área do município.

Tabela 255: Uso e Ocupação do Solo – Engenheiro Caldas/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Pecuária (Pastagem)	17.076,23
Floresta Estacional Semidecidual Montana	243,29
Influência Urbana	234,58
Vegetação Secundária Inicial	7,71
Corpos D'água	59,24
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	1.277,60
TOTAL	18.898,67

A área ocupada pela vegetação natural representa 1.520,89 hectares e mais 7,71 hectares de vegetação natural em estágio de regeneração natural. No total, a vegetação natural ocupa somente cerca de 8% da área municipal.

Sobre o patrimônio histórico, cultural e paisagístico, o Morro do Cruzeiro é um local de devoção, visitado por muitos religiosos. Foi instalado por Alípio Lourenço Ezequiel de Faria com a ajuda de outros moradores, que colocaram as pedras no Cruzeiro, em honra a Nossa Senhora Perpétua Socorro.

A Figura 74 mostra o mapa de uso e ocupação do solo em Engenheiro Caldas.

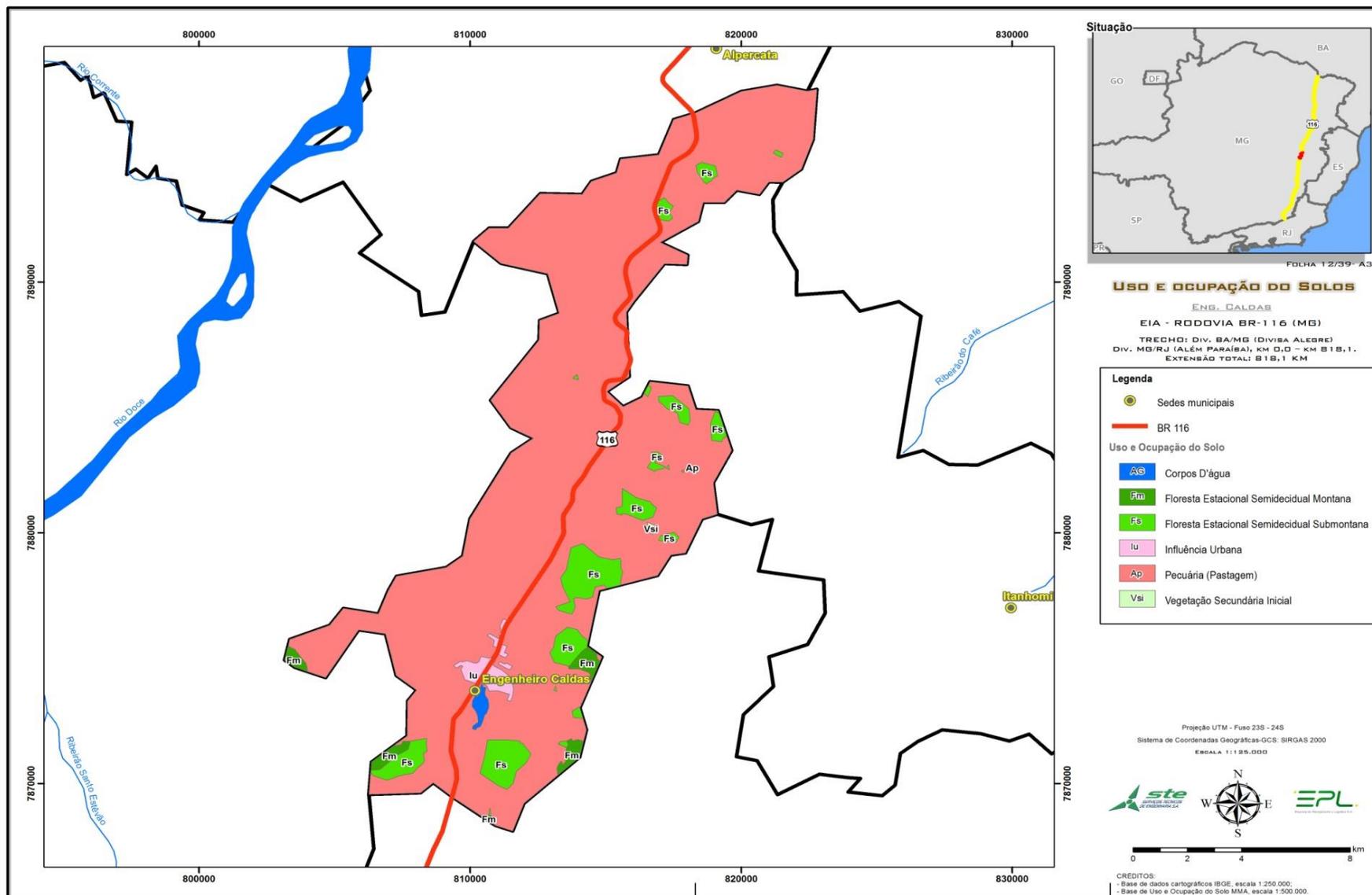


Figura 74: Uso e Ocupação do Solo – Engenheiro Caldas/MG

✓ **Fervedouro**

O município de Fervedouro possui uma área de cerca de 36 mil hectares, possuindo somente três distritos: a sede (Fervedouro), Bom Jesus do Madeira e São Pedro do Glória. Caracteriza-se por ter uma pequena população (10.349, de acordo com o último Censo) e ter suas atividades econômicas baseadas predominantemente no setor agropecuário: as áreas destinadas às atividades agropecuárias representam mais de 25 mil hectares, ou seja, ocupa quase 70,5% da área municipal (Tabela 256).

Em relação à legislação relacionada ao uso e ocupação do solo, possui Lei de Parcelamento do Solo e Código de Posturas.

Tabela 256: Uso e Ocupação do Solo – Fervedouro/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Agricultura+Pastagem+Vs*	25.182,78
Áreas Antrópicas Indiscriminadas	2,06
Floresta Estacional Semidecidual Montana	9.936,44
Influência Urbana	115,92
Refúgios Vegetacionais Alto-Montana	91,42
Refúgios Vegetacionais Montana	79,86
Vegetação Secundária Inicial	313,20
TOTAL	35.721,71

*Vegetação natural secundária, ou seja, em estado de regeneração.

Sobre a vegetação natural no município, essa classe de uso ocupa 10.420,92 hectares, contabilizando nesse número as áreas com vegetação natural em estágio de sucessão secundária. Isso representa quase 30% da área do município.

Ficam localizadas no município as seguintes unidades de conservação:

- RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) Fazenda Boa Vista: unidade de conservação de uso sustentável, de jurisdição estadual, com uma área de 29 hectares;
- APA Fervedouro: unidade de conservação municipal, de uso sustentável, que possui 10.866 hectares;
- e parte do Parque Estadual Serra do Brigadeiro: parque natural estadual de proteção integral, que possui uma área total de 14.984 hectares, compartilhada pelos municípios de Araponga, Divino, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Pedra Bonita e Sericita.

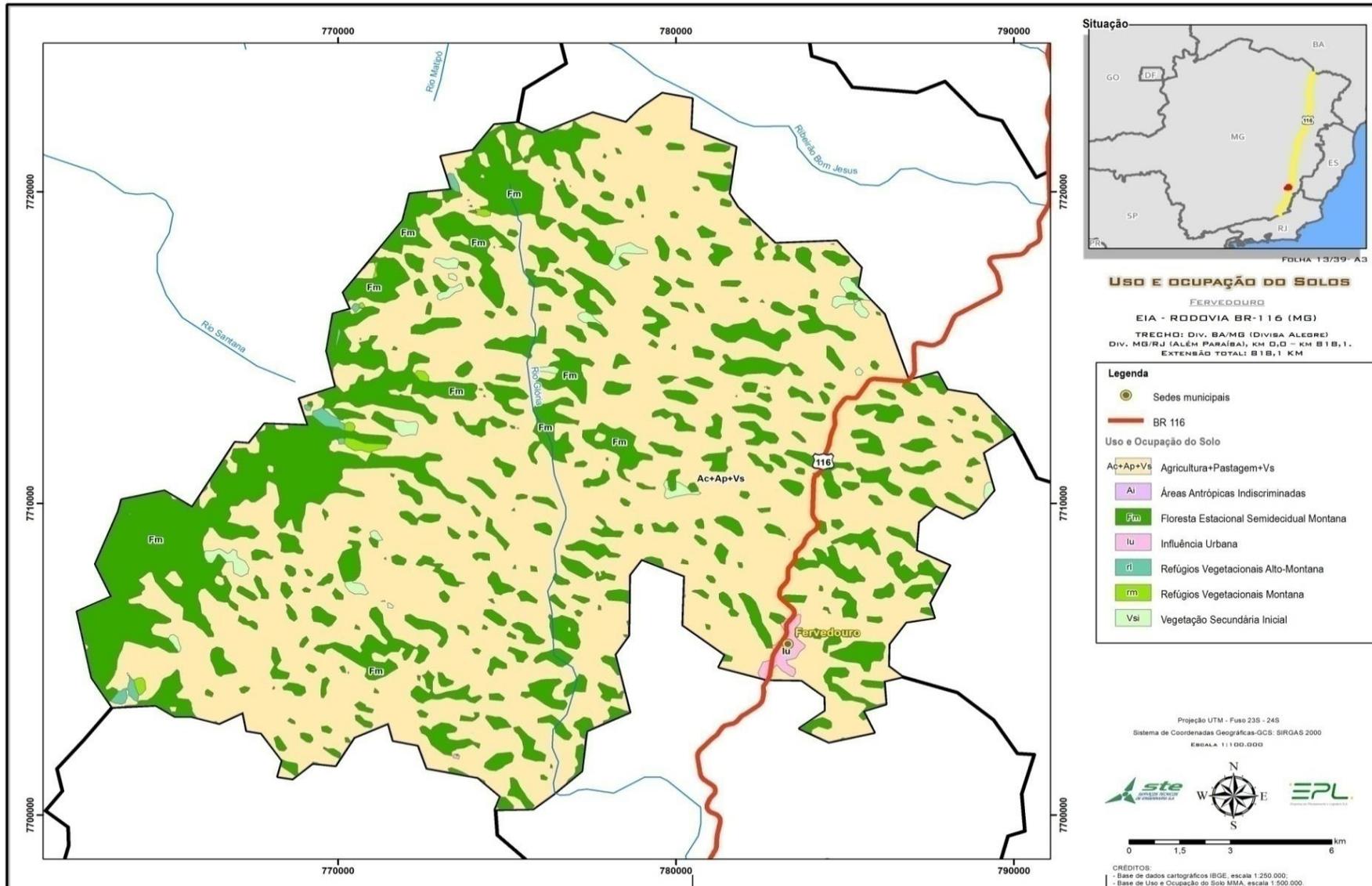


Figura 75: Uso e Ocupação do Solo – Fervedouro/MG

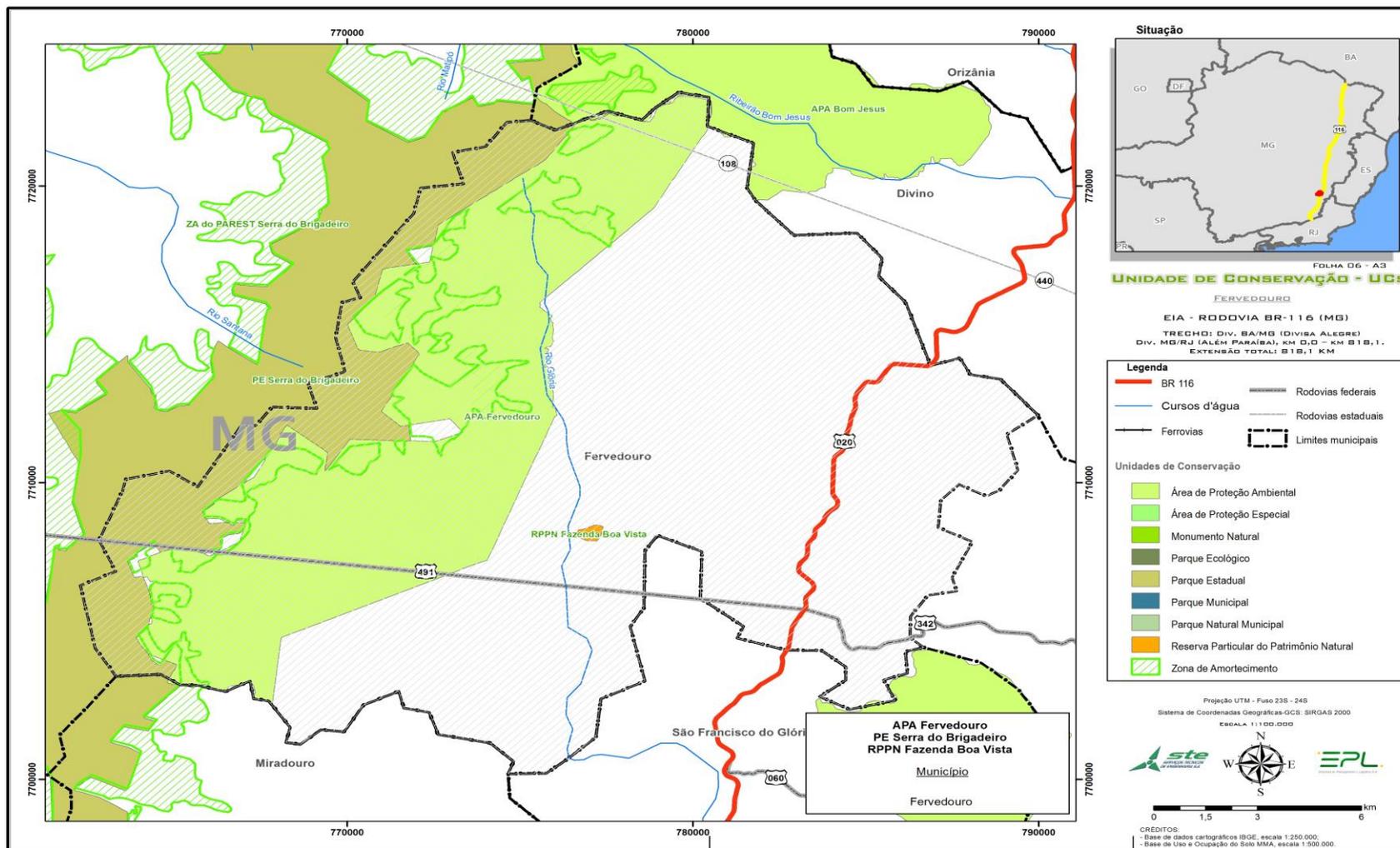


Figura 76: Uso e Ocupação do Solo - Unidades de Conservação Presentes – Fervedouro/MG

✓ **Frei Inocência**

O município de Frei Inocência possui legislação relacionada ao uso e ocupação do solo (Lei de Parcelamento do Solo e Código de Posturas), mas ainda não emitiu a declaração de conformidade. O município possui uma área de 46.747,45 hectares, e possui apenas um distrito (a sede municipal, Frei Inocência). A área de influência urbana é de aproximadamente 163 hectares, o que representa apenas 0,34% da área municipal (Tabela 257).

Tabela 257: Uso e Ocupação do Solo – Frei Inocência/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Pecuária (Pastagem)	42.861,81
Floresta Estacional Semidecidual Montana	464,04
Influência Urbana	163,50
Vegetação Secundária Inicial	1.374,69
Corpos D'água	271,76
Agricultura	99,95
Florestamento / Reflorestamento	213,74
Não Classificado	37,60
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	1.245,19
Indiscriminadas	15,10
TOTAL	46.747,45

As áreas de vegetação natural, incluindo as em fase de sucessão secundária, ocupam mais de 3.083,92 hectares (quase 7% da área do município); as áreas de florestamento/reflorestamento (principalmente o cultivo de eucaliptos) 213,74 hectares (0,45%); e área destinada à agricultura 99,95 hectares (0,21%).



Foto 88: Início do Perímetro Urbano de Frei Inocência/MG

A maior classe de uso e ocupação do solo municipal são as pastagens, que ocupam mais de 91% da área do município. Segundo dados da pesquisa do IBGE Produção Agropecuária de 2013, no município, nesse ano, havia um rebanho bovino de 44.812 cabeças e uma produção de 13.408 mil litros de leite.

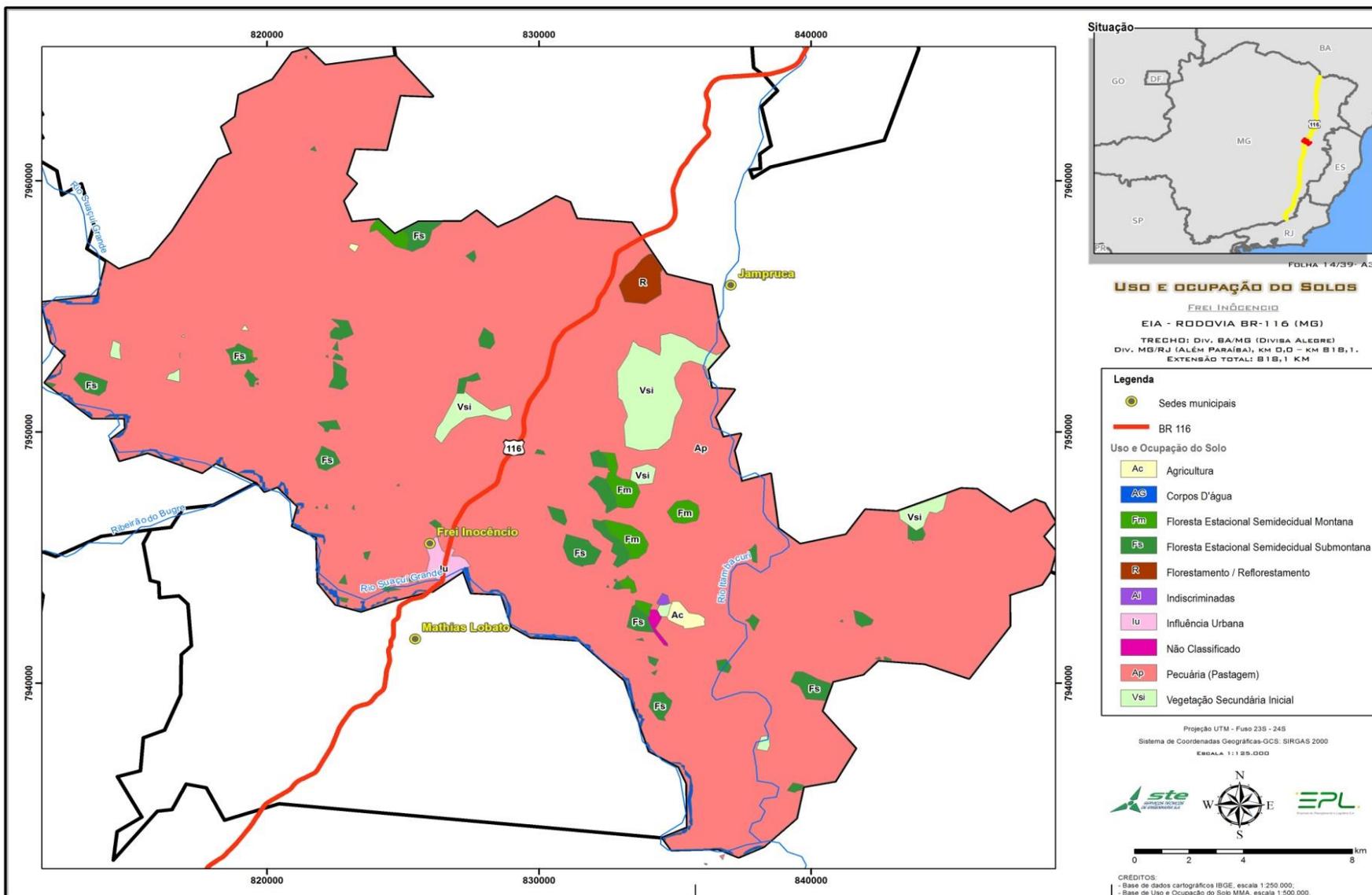


Figura 77: Uso e Ocupação do Solo – Frei Inocência/MG

✓ **Governador Valadares**

Governador Valadares possui uma área de quase 235 mil hectares, e uma população de 263.689 mil habitantes, segundo o último Censo, distribuídos em 12 distritos: São José do Itapinoã, Brejaubinha, Baguari, Vila Nova Floresta, Goiabal, São Vitor, Alto de Santa Helena, Chonin de Baixo, Penha do Cassiano, Derribadinha, Chonin, Santo Antônio do Pontal. A área de influência urbana total do município é de 2.168,68 hectares (Tabela 258).

O município possui Plano Diretor aprovado em 2006, e atualmente está sendo revisado. A Lei Complementar nº 095/2006, em seu Capítulo III – Da Política de Desenvolvimento e Expansão Urbana do Município, Seção I – Do Macrozoneamento do Município de Governador Valadares, descreve que o macrozoneamento municipal está dividido em:

- I - Zona Urbana que corresponde o perímetro urbano da Sede Municipal e dos Distritos;
- II - Zona Rural correspondendo o restante do Município;
- III - Zona de Proteção Ambiental, que corresponde às áreas protegidas pela legislação federal.

A zona urbana da Sede Municipal de Governador Valadares é composta pelas seguintes áreas: Área de Adensamento Prioritário; Área de Adensamento Não Prioritário; Área de Recuperação Urbanística e Fundiária; e Área de Interesse Ambiental.

O município possui as seguintes unidades de conservação, presentes na área de estudo:

- Área de Proteção Especial (APE) Pico do Ibituruna: unidade de conservação de uso sustentável estadual, com área de 6.680 hectares.
- Monumento Natural Pico do Ibituruna: unidade de conservação de proteção integral estadual, com área de 1.074 hectares.



Foto 89: Vista do Perímetro Urbano de Governador Valadares/MG

As área que contém vegetação natural, inclusive em estágio de regeneração ocupa 26.977,47, que representa cerca de 11,5% da área municipal. A maior classe de uso do solo são as pastagens (mais de 85% da área do município), possuindo, em 2013, 175.286 cabeças de gado, segundo dados da pesquisa da Produção Pecuária Municipal, realizada pelo IBGE.

Tabela 258: Uso e Ocupação do Solo – Governador Valadares/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Pecuária (Pastagem)	199.999,54
Floresta Estacional Semidecidual Montana	5.727,38
Influência Urbana	2.168,68
Vegetação Secundária Inicial	655,11
Corpos D'água	2.498,19
Agricultura	679,84
Florestamento / Reflorestamento	2.199,19
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	18.535,37
Refúgio Montano	1.179,29
Refúgio Submontano	504,17
Indiscriminadas	297,80
Formação Pioneira com Influência Fluvial e/ou Lacustre	376,15
TOTAL	234.820,76

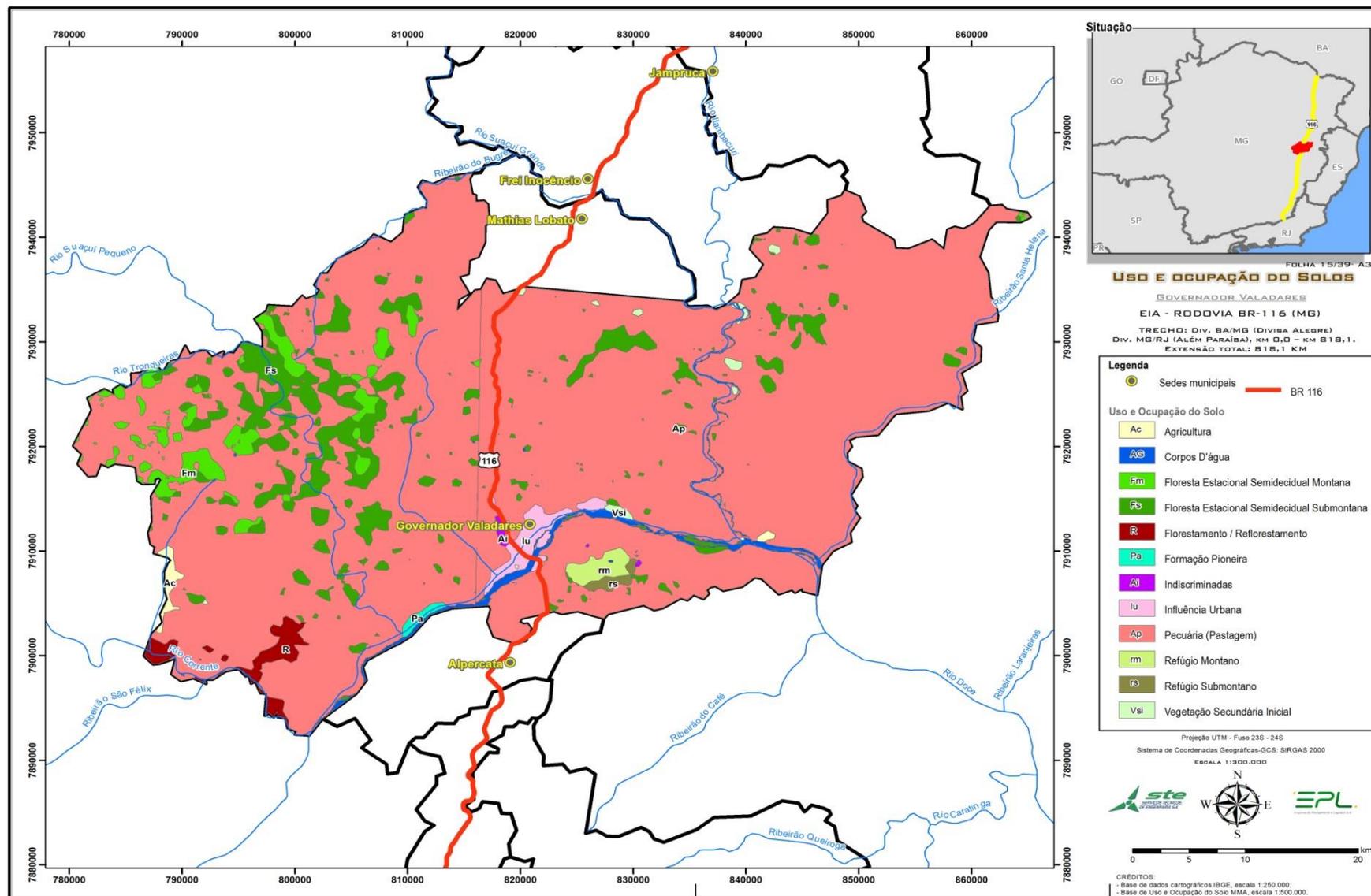


Figura 78: Uso e Ocupação do Solo – Governador Valadares/MG

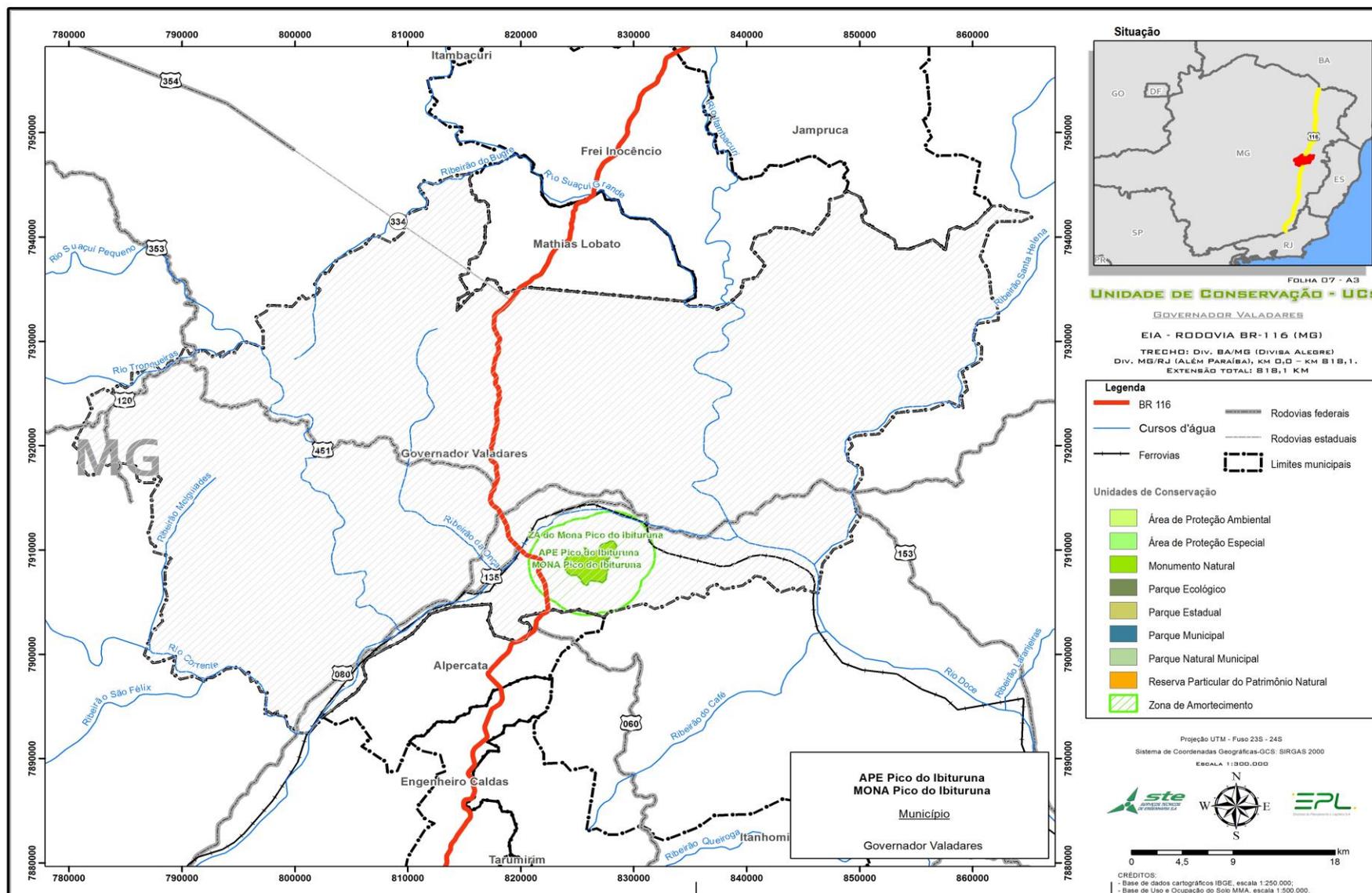


Figura 79: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes - Governador Valadares/MG

✓ **Inhapim**

O município de Inhapim possui uma população de 24.294 habitantes, segundo o último Censo do IBGE. Possui legislação de Uso e Ocupação do Solo e Código de Posturas e, segundo a Prefeitura, está em processo de elaboração do seu Plano Diretor. A área do município é de aproximadamente 85 mil hectares, distribuídos em nove distritos: Itajutiba; Bom Jesus do Rio Preto, São Tomé de Minas; Tabajara; Jerusalém; Santo Antônio do Alegre; Inhapim (sede); Macadame; e Novo Horizonte de Inhapim. A área com influência urbana representa apenas 0,02% da área municipal.

Tabela 259: Uso e Ocupação do Solo – Inhapim/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Pecuária (Pastagem)	36.004,04
Floresta Estacional Semidecidual Montana	12.756,49
Influência Urbana	17,15
Corpos D'água	104,26
Agricultura	153,10
Não Classificado	267,01
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	6.145,87
Refúgio Montano	102,19
Agropecuária+Vs*	521,91
Indiscriminadas	1,61
Agricultura+Pastagem+Vs*	28.707,62
TOTAL	84.781,30

*Vegetação natural secundária, ou seja, em estado de regeneração.

As áreas destinadas à produção agropecuária, inclusive as entremeadas por áreas de sucessão vegetacional, ocupam 65.386,67 hectares, o que representa 77,12% da área de Inhapim. Segundo o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE) eram 1.593 propriedades rurais cadastradas no município. As principais culturas são as de milho, café, feijão e cana de açúcar e as principais criações são de bovinos (37.454 cabeças) e suínos (2.734 cabeças), segundo dados da pesquisa Produção Pecuária Municipal de 2013 (IBGE). As áreas ocupadas com vegetação natural representam 19.004,55 hectares (Tabela 259).

O município possui um sítio arqueológico histórico de nome Curral Alto, localizado em área privada. O sítio é de alta relevância com presença de inúmeros fragmentos de diversos utensílios domésticos que segundo registro, podem remeter ao fim do século XIX, ou início do século XX.

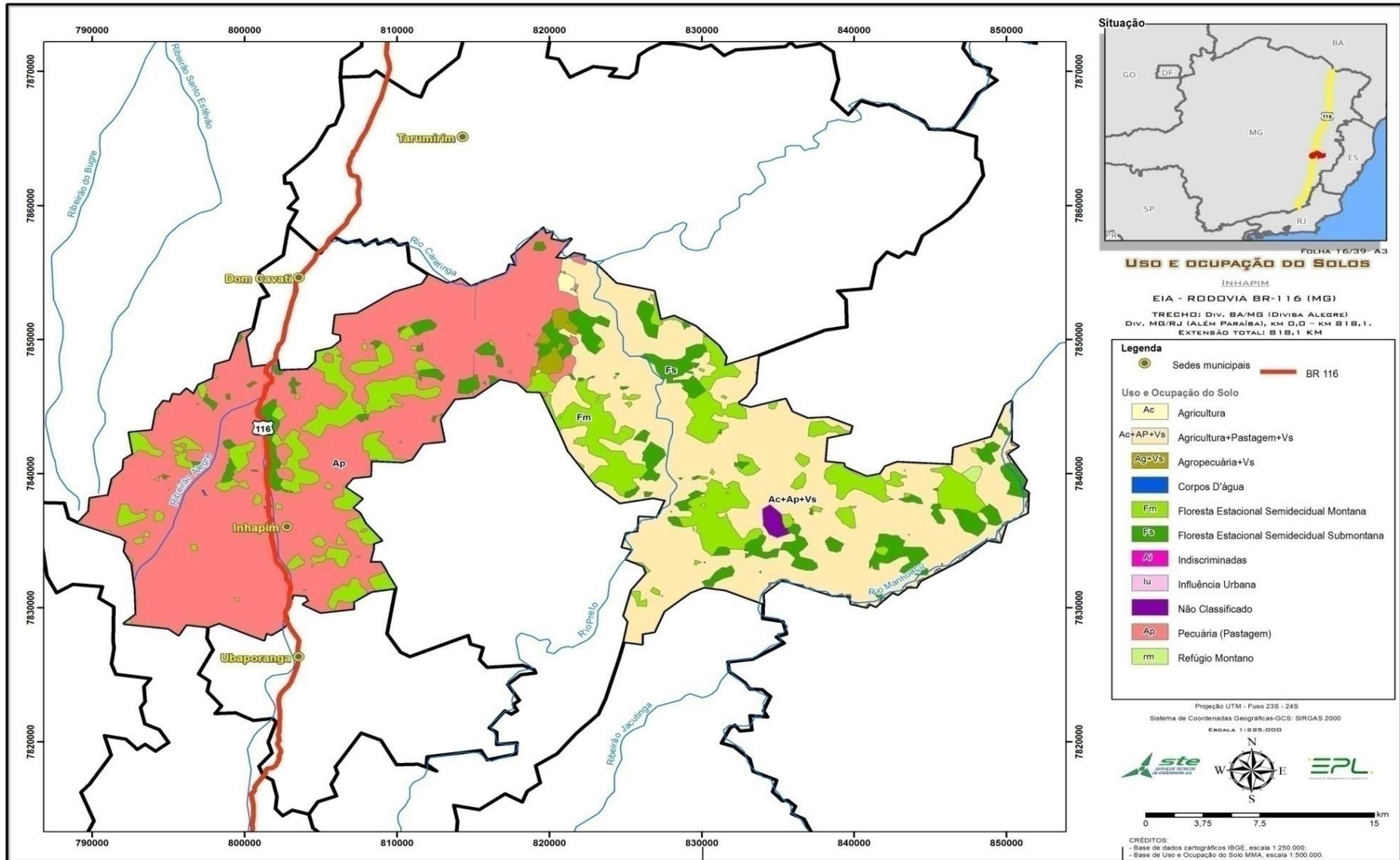


Figura 80: Uso e Ocupação do Solo – Inhapim/MG

✓ **Itambacuri**

O município de Itambacuri emitiu a Declaração Municipal na qual atesta que, para os fins de licenciamento ambiental, as obras de duplicação da BR-116/MG estão em concordância com os preceitos legais de uso e ocupação do solo do município. Seu Plano Diretor está sendo elaborado e possui Código de Posturas e de Obras. Itambacuri possui três distritos (Guarataia, Itambacuri e Frei Serafim), com uma população de 22.809 habitantes, que ocupam uma área de 138,17 hectares.

De acordo com a Tabela 260, as áreas com vegetação natural no município ocupam uma área de 6.494,15 hectares e as em estágio de regeneração natural 8.226,93, que no total ocupam 8,57% da área municipal.

Tabela 260: Uso e Ocupação do Solo – Itambacuri/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Pecuária (Pastagem)	122.744,14
Floresta Estacional Semidecidual Montana	4.536,27
Influência Urbana	138,17
Vegetação Secundária Inicial	8.226,93
Corpos D'água	48,08
Agricultura	3.138,04
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	1.215,03
Agropecuária+Vs*	947,11
Indiscriminadas	2,42
Formação Pioneira com Influência Fluvial e/ou Lacustre	742,85
TOTAL	141.739,08

*Vegetação natural secundária, ou seja, em estado de regeneração.

As atividades agropecuárias são a classe de uso mais representativas no município, totalizando 126.829,29 hectares, ou seja, mais de 89% do município. São 962 estabelecimentos agropecuários (segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 – IBGE), sendo 577 destinados exclusivamente à criação de gado (para corte e leiteiro).

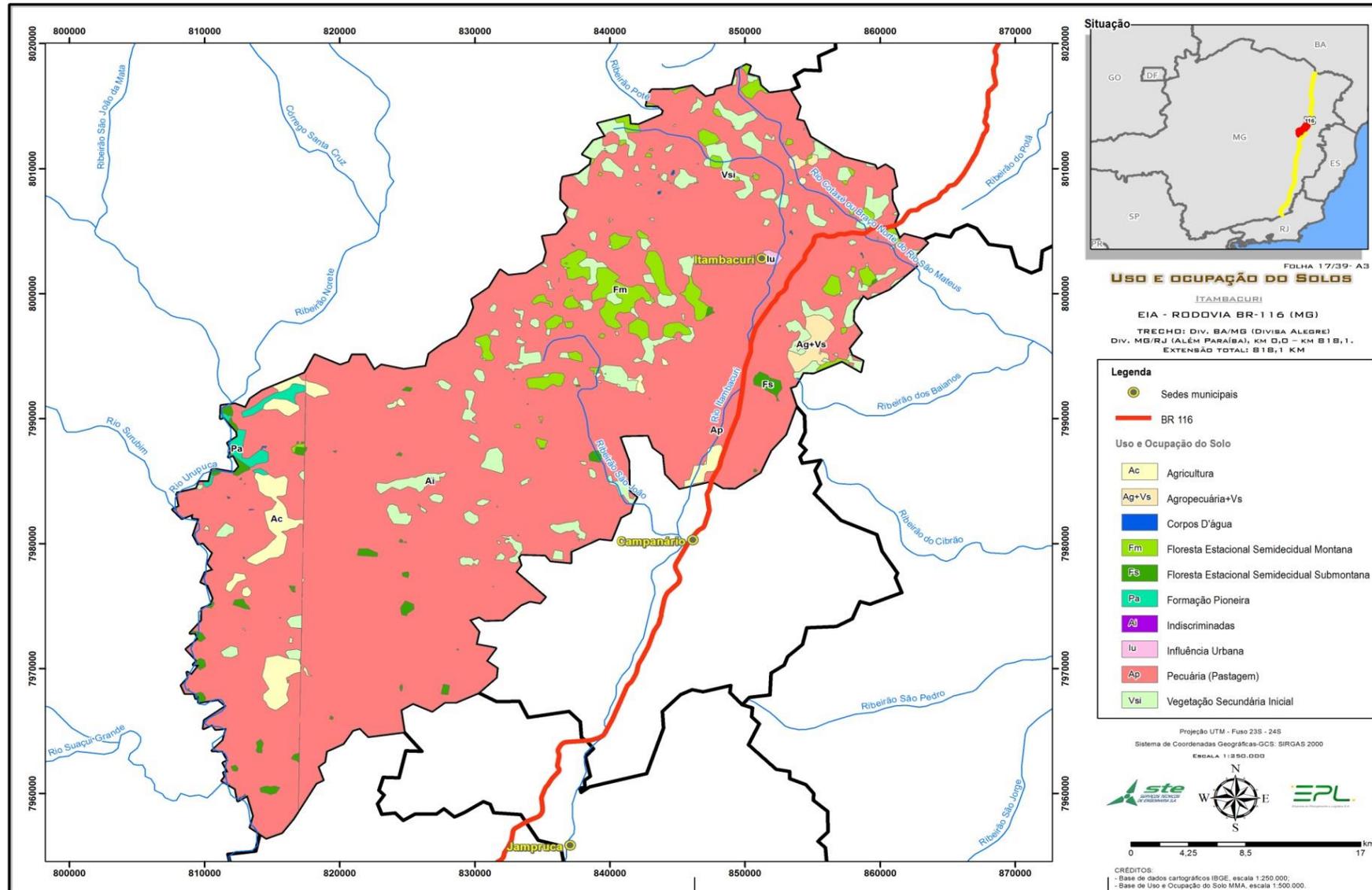


Figura 81: Uso e Ocupação do Solo – Itambacuri/MG

✓ **Itanhomi**

Itanhomi possui uma área de 48.580,83 hectares, com três distritos (São Francisco do Jataí, Edgard de Melo e Itanhomi). A área de influência urbana representa somente 0,16% da área municipal.

O município já enviou a declaração solicitada sobre a conformidade do empreendimento com sua legislação de uso e ocupação do solo. Sobre a legislação correlata, o município possui Código de Obras (Lei nº 103/1953); Código de Posturas (Lei nº 61/1950); Lei de Parcelamento do Solo (Lei nº 1.449/2008); e Código de Posturas (Lei nº 103/1953).

Tabela 261: Uso e Ocupação do Solo – Itanhomi/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Pecuária (Pastagem)	46.199,47
Floresta Estacional Semidecidual Montana	480,73
Influência Urbana	80,36
Corpos D'água	26,73
Agricultura	70,77
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	1.544,65
Agropecuária+Vs*	142,99
Indiscriminadas	35,11
TOTAL	48.580,83

*Vegetação natural secundária, ou seja, em estado de regeneração.

A vegetação natural ocupa 4,16% da área do município (2.025,38 hectares) e as áreas com atividades agropecuárias 95,5% (46.413,23 hectares). Somente as pastagens ocupam 46.199,47 hectares (Tabela 261).

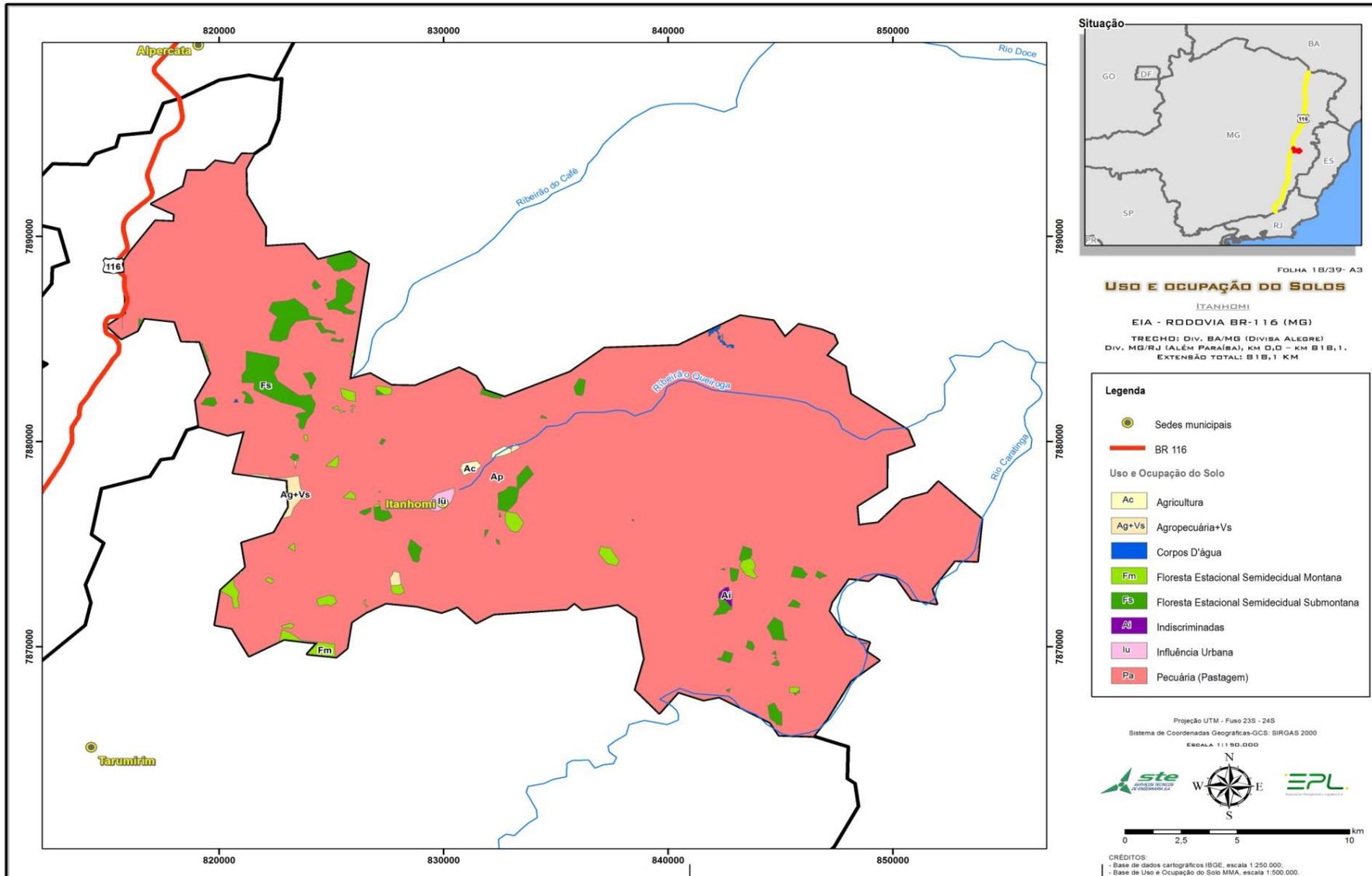


Figura 82: Uso e Ocupação do Solo – Itanhomi/MG

✓ **Itaobim**

O município de Itaobim possui uma área de cerca de 68 mil hectares, possuindo somente um distrito: a sede municipal. O município se caracteriza por ter uma pequena população (21.001, de acordo com o último Censo) e ter suas atividades econômicas baseadas predominantemente no setor pecuário. Possui Plano Diretor (que não foi disponibilizado pela Prefeitura e não está disponível no site da Prefeitura e nem da Câmara Municipal), além de Código de Posturas e Zoneamento.

A classe de uso com maior área no município é a pecuária: são 46.657,32 hectares de área ocupada, o que representa mais de 68% da área municipal. São ao total 759 estabelecimentos agropecuários no município (dados do Censo Agropecuário IBGE – 2006), sendo 353 as propriedades que criam exclusivamente bovinos (para corte e produção leiteira).

Tabela 262: Uso e Ocupação do Solo – Itaobim/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Floresta Estacional Decidual Montana	4.503,07
Pecuária (Pastagem)	46.657,32
Influência Urbana	277,33
Vegetação Secundária Inicial	2.041,20
Corpos D'água	403,36
Florestamento/Reflorestamento	109,59
Não Classificado	137,83
Floresta Estacional Decidual Submontana	1.467,74
Savana/Floresta Estacional	12.111,07
Savana-Estépica Florestada	204,02
TOTAL	67.912,57

A área urbana representa apenas 0,40% da área territorial (277,33 ha); os corpos d'água 0,59% (403,36 ha); e a vegetação natural (inclusive em estado de regeneração) quase 30% (vide Tabela 246).

A Figura 83 mostra o uso e ocupação do solo do município.



Foto 90: Perímetro Urbano de Itaobim/MG



Foto 91: Perímetro Urbano de Itaobim/MG

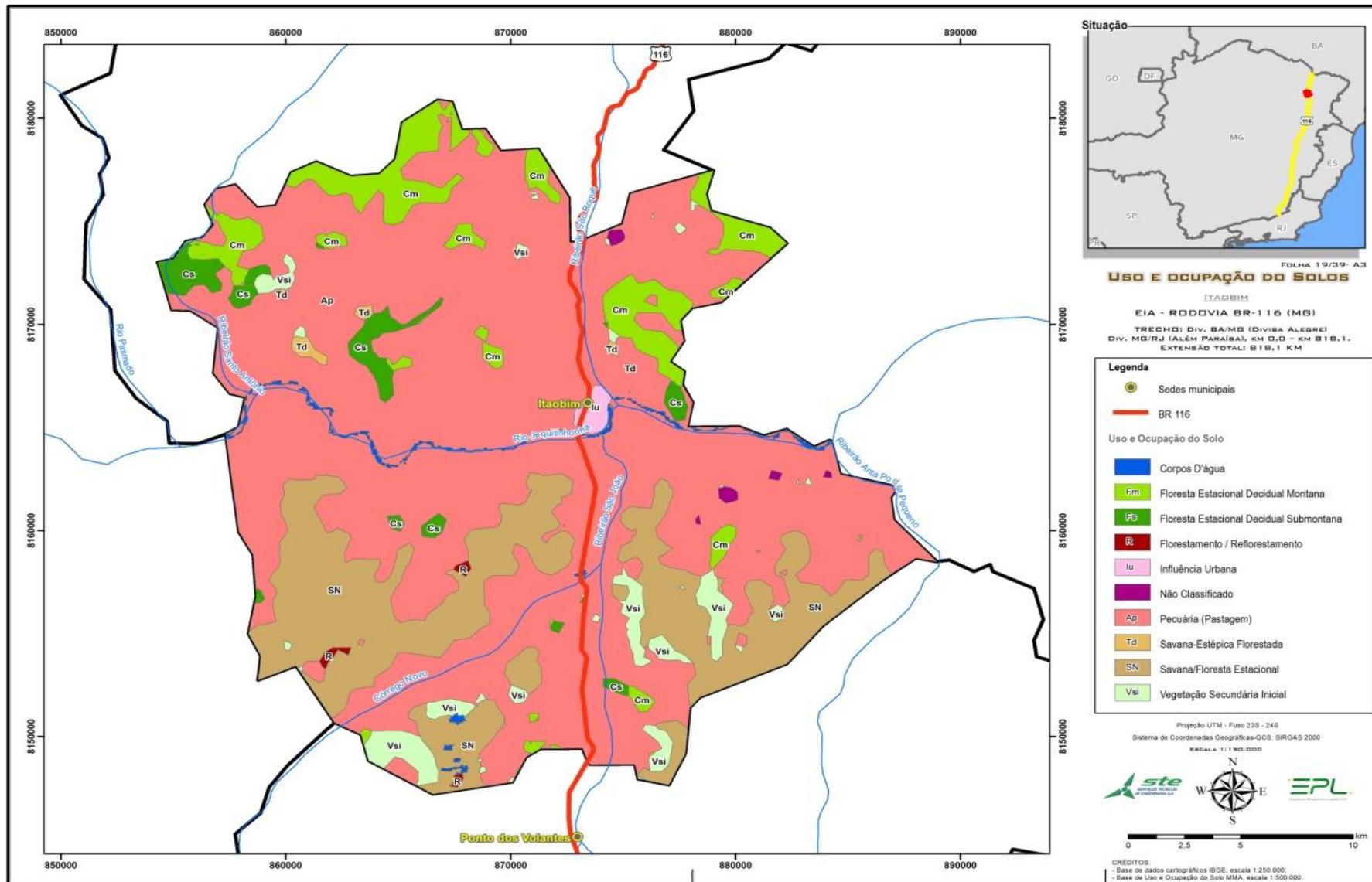


Figura 83: Uso e Ocupação do Solo – Itaobim/MG

✓ **Jampruca**

Segundo informações da Prefeitura municipal, no município não há nenhuma legislação de uso e ocupação do solo. Possui uma área de cerca de 52 mil hectares, possuindo dois distritos: a sede municipal (Jampruca) e São Sebastião do Barroso.

A classe de uso do solo com maior área no município é a pecuária: são 50.438,86 hectares de área ocupada: isso representa quase 97% da área municipal. São ao total 358 estabelecimentos agropecuários no município (dados do Censo Agropecuário IBGE – 2006), sendo 365 as propriedades que criam exclusivamente bovinos (para corte e produção leiteira).

Tabela 263: Uso e Ocupação do Solo – Jampruca/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Pecuária (Pastagem)	50.438,86
Floresta Estacional Semidecidual Montana	42,41
Vegetação Secundária Inicial	199,73
Agricultura	80,18
Florestamento/Reflorestamento	156,10
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	996,49
Indiscriminadas	76,45
Influência Urbana	71,76
TOTAL	52.062,01

A vegetação natural ocupa área de 1.038,90 hectares e a vegetação natural, em estado de regeneração natural 199,73 hectares. As áreas destinadas ao reflorestamento (de eucaliptos, predominantemente) é de 156,10 hectares.

A cidade possui um atrativo natural que é a cachoeira do Tio Odoro, localizada na fazenda Santa Julieta. Quanto ao patrimônio material e imaterial pode-se verificar a festa tradicional do Sagrado Coração de Jesus e o "Festival da Linguíça", atraindo diversas pessoas da região.

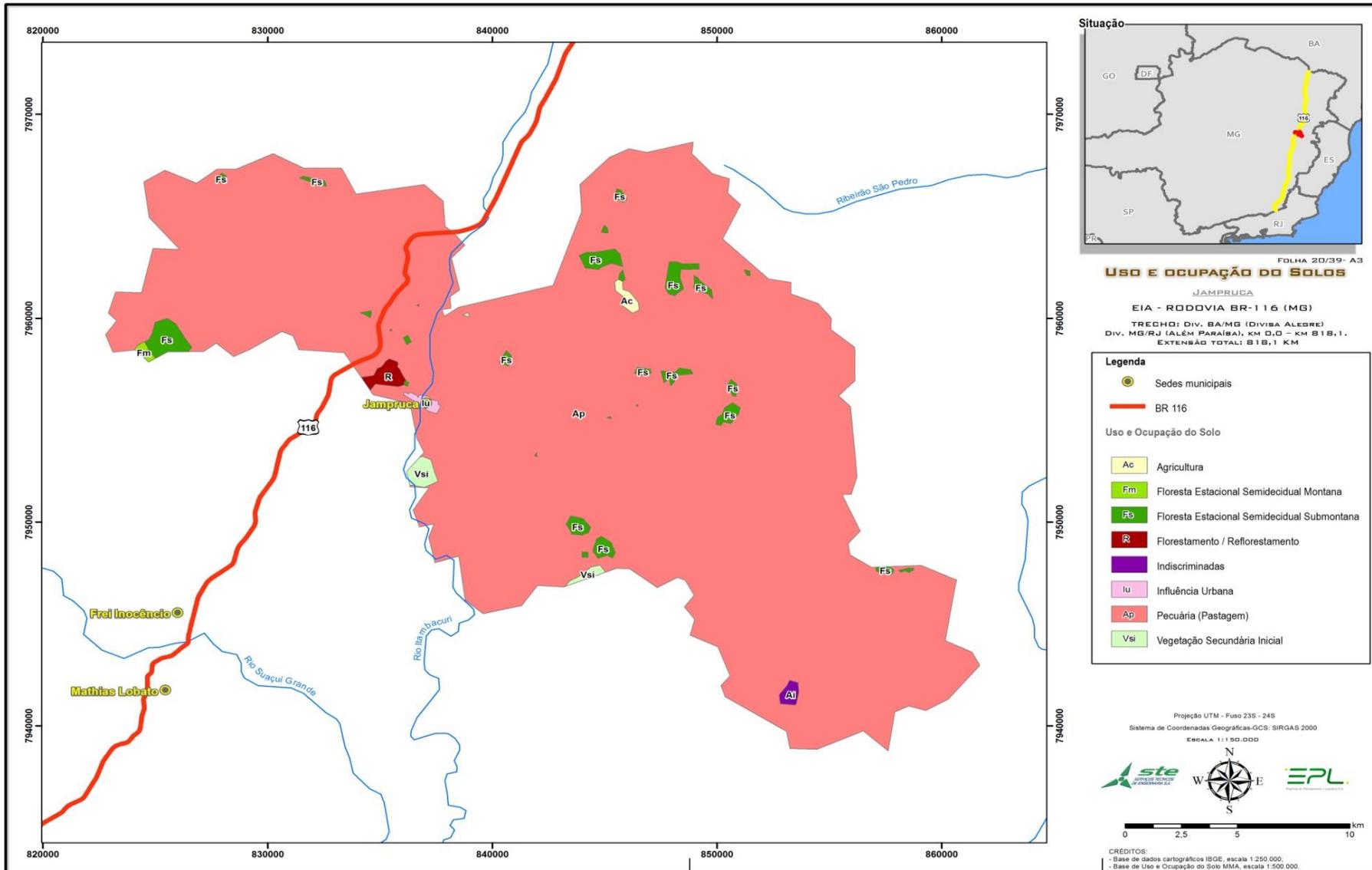


Figura 84: Uso e Ocupação do Solo – Jampruca/MG

✓ **Laranjal**

O município de Laranjal possui uma área de cerca de mais de 20 mil hectares, possuindo dois distritos: a sede municipal (Laranjal) e São João da Sapucaia.

Segundo informações da Prefeitura municipal, o município não possui Plano Diretor, mas possui Código de Obras e de Posturas. Entretanto, essas leis não foram disponibilizadas e não estão disponíveis nos sites da Câmara Municipal bem como da Prefeitura.

As atividades agropecuárias (inclusive entremeadas por vegetação natural em estágio de regeneração) ocupam 18.549,08 (mais de 91% da área municipal). As principais atividades são a criação de gado (corte e leite) e cultivo de cana de açúcar e milho. A vegetação natural representa cerca de 8% da área territorial; e a área com influência urbana 0,12%. Essas informações são apresentadas na Tabela 264.

Tabela 264: Uso e Ocupação do Solo – Laranjal/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Pecuária (Pastagem)	16.407,12
Floresta Estacional Semidecidual Montana	308,16
Influência Urbana	25,82
Corpos D'água	155,41
Agricultura	1.137,05
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	1.297,87
Agropecuária+Vs*	1.004,91
TOTAL	20.336,37

*Vegetação natural secundária, ou seja, em estado de regeneração.

Como patrimônio cultural e histórico temos a Matriz Nossa Senhora da Conceição, datada em sua torre em 1.909, sendo esta data ainda bastante discutida por estudiosos da região.



Foto 92: Avenida de Acesso ao Centro de Laranjal/MG



Foto 93: Perímetro Urbano de Laranjal/MG

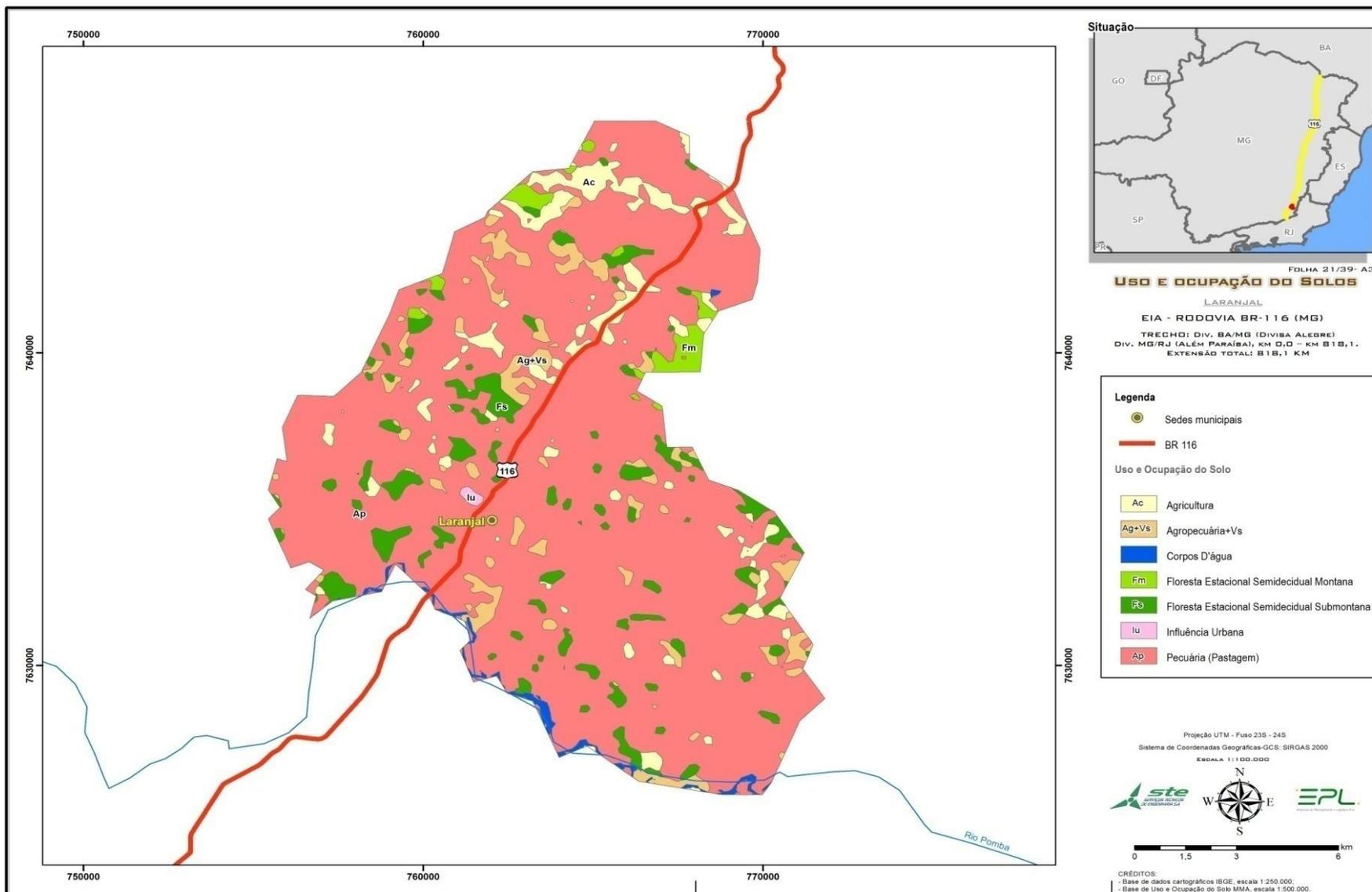


Figura 85: Uso e Ocupação do Solo – Laranjal/MG

O município de Leopoldina possui uma área de aproximadamente 94 mil hectares, distribuídos em 6 distritos: sede (Leopoldina), Abaíba, Tebas, Providência, Piacatuba e Ribeiro Junqueira.

Possui as seguintes leis que regulamentam o uso e a ocupação do solo: Lei de parcelamento, Código de Obras e Plano Diretor. O Plano Diretor Participativo foi promulgado pela Lei Complementar nº 09, de 10 de outubro de 2006. Em seu Título III (do Ordenamento Territorial), Capítulo I (do Macrozoneamento e da Estruturação Municipal) diz que o município fica definido pela divisão do território em Zona Urbana e Zona Rural.

A Zona Rural corresponde às áreas existentes entre o perímetro urbano e o limite municipal, sendo permitidas atividades agropecuárias, extrativas, de turismo, de lazer e agroindustriais. O território rural é dividido em 5 Zonas: de proteção (ZP); especial de mineração (ZEM); de recuperação e ocupação controlada (ZROC); de recuperação e preservação ambiental prioritária (ZRPAP); e rural (ZR).

O macrozoneamento urbano também é dividido em Zonas, a saber: Zona de Preservação Histórica (ZPH); Zonas de Restrição de Adensamento (ZRA); Zonas de Controle de Adensamento (ZCA); Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS); Zona de Atividades Econômicas (ZAE); Zonas para Implementação de Áreas Verdes (ZAV); Zonas para Implantação de Áreas Verdes com Controle de Ocupação (ZOC); Zonas de Verticalização Controlada (ZVC); e Zona de Expansão Urbana (ZEU).

Tabela 265: Uso e Ocupação do Solo – Leopoldina/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Agricultura	4.786,00
Agropecuária+Vs*	5.465,00
Corpos D'água	305,00
Floresta Estacional Semidecidual Montana	1.716,00
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	8.540,879
Influência Urbana	671,00
Não Classificado	7,00
Pecuária (Pastagem)	72.695,00
TOTAL	94.185,88

*Vegetação natural secundária, ou seja, em estado de regeneração.

A área de influência urbana representa apenas cerca de 0,7% da área municipal (671 hectares), enquanto que as atividades agropecuárias mais de 88% (82.946 hectares). Somente as pastagens ocupam mais de 72.500 hectares (Tabela 265). Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE), são 1.233 estabelecimentos pecuários que praticam exclusivamente a criação de bovinos.

As áreas com remanescentes de vegetação nativa ocupam 10.256,87 hectares, ou seja, somente 10,89% da área municipal.

Há o registro de um sítio arqueológico denominado Vargem Linda, que se trata de um sítio cerâmico da Tradição Tupiguarani, localizado em uma área privada no topo de colina no vale do Rio Sabiá. Sobre o patrimônio cultural, destaca-se a Catedral São Sebastião, construída em estilo românico entre os anos de 1927 a 1965. Outro marco arquitetônico é a Escola Estadual Professor Botelho Reis, construída em 1918 no estilo Neoclássico.

A Figura 86 mostra o mapa de uso e ocupação do solo do município.



Foto 94: Perímetro Urbano de Leopoldina/MG

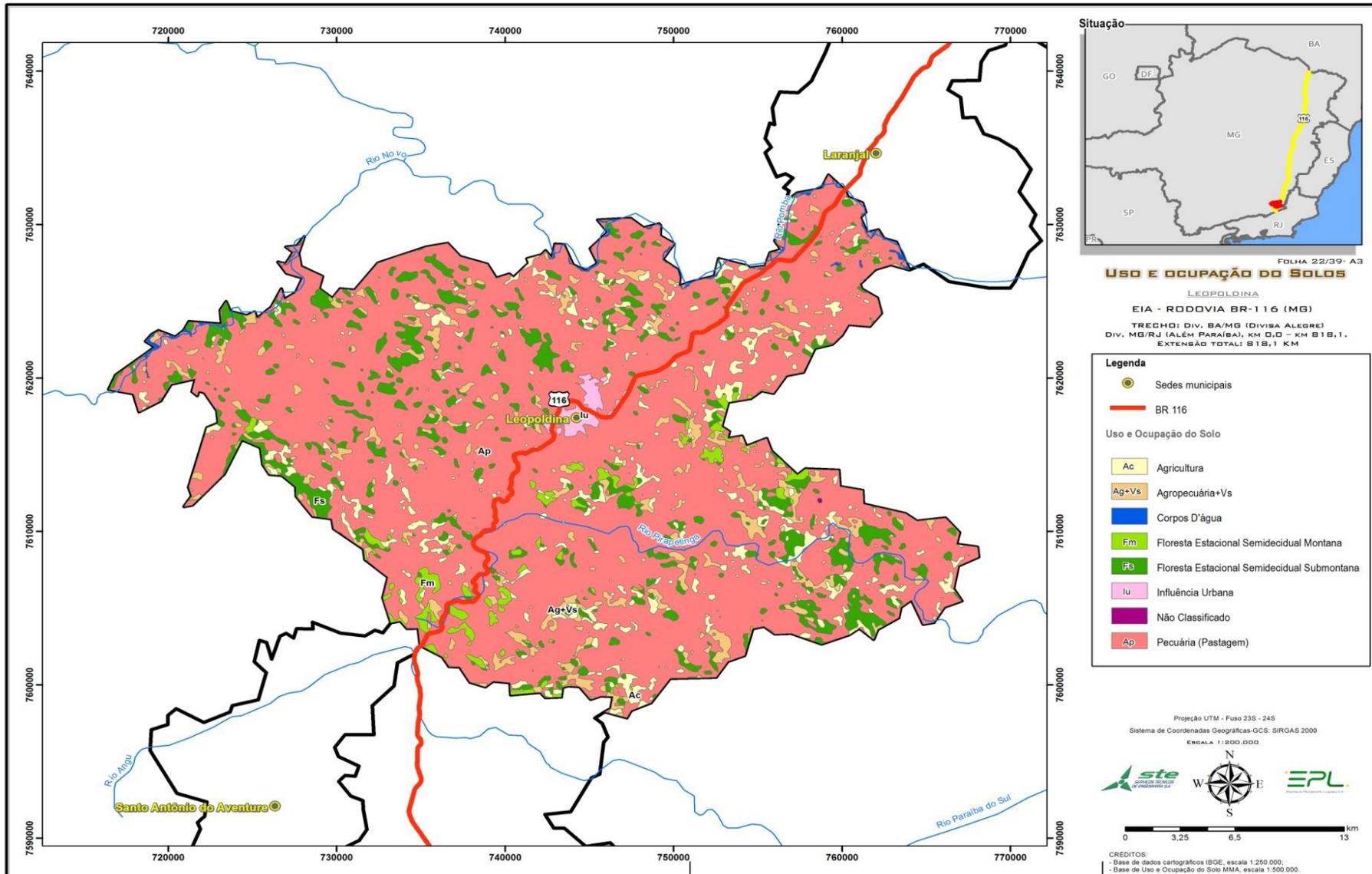


Figura 86: Uso e Ocupação do Solo – Leopoldina/MG

✓ **Manhuaçu**

O município de Manhuaçu possui uma área aproximada de 62.600 hectares, com uma população de 79.574 habitantes, segundo o último censo. A área urbana possui 974,66 hectares, divididos em oito distritos: a sede (Manhuaçu), São Pedro do Avaí, Vilanova, Dom Corrêa, Realeza, Palmeiras do Manhuaçu, Ponte do Silva e São Sebastião do Sacramento. Possui Código de Obras, Código de Posturas e Plano Diretor, promulgado pela Lei nº 2.595 de 10/10/2006.

No Título III (do Ordenamento Territorial), Capítulo I (do Macrozoneamento Municipal), delimita que o município é dividido nas seguintes Zonas: Zona de Especial Interesse Histórico (ZEIH); Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS); Zonas de Adensamento Controlado (ZAC); Zonas de Adensamento Preferencial (ZAP); Zonas de Especial Interesse Ambiental 1 (ZEIA-1); Zonas de Especial Interesse Ambiental 2 (ZEIA-2); Zonas de Expansão Urbana (ZEU); Zonas de Especial Interesse Público (ZEIP); Zona de Indústria e Comércio (ZIC); Zona Rural (ZR); e as Zonas Especiais dos Distritos (ZED).

Tabela 266: Uso e Ocupação do Solo – Manhuaçu/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Agricultura+Pastagem+Vs*	38.888,23
Áreas Antrópicas Indiscriminadas	55,87
Floresta Estacional Semidecidual Montana	21.340,63
Influência Urbana	974,66
Não Classificado	13,42
Pecuária (Pastagem)	559,06
Refúgios Vegetacionais Alto-Montana	19,11
Refúgios Vegetacionais Montana	240,44
Vegetação Secundária Inicial	564,08
TOTAL	62.655,53

*Vegetação natural secundária, ou seja, em estado de regeneração.

A área ocupada pela vegetação natural é de 22.164,26, sendo 564,08 hectares ocupados por vegetação natural em estágio de recuperação natural. Esse total representa mais de 35% da área municipal. As áreas destinadas às atividades agropecuárias somam 39.447,29 hectares. As principais culturas do município são o café e o milho.



Foto 95: Manhuaçu/MG

Neste município há um sítio arqueológico denominado de Pedra Furada: trata-se de um sítio pré-histórico cerâmico da Tradição Tupiguarani. O município apresenta alguns elementos naturais e culturais considerados importantes para a comunidade, como o Rio Manhuaçuinho, a Estátua do Cafeicultor do Trevo, e a Igreja Matriz localizada no centro da cidade.

A Figura 87 mostra o mapa de uso e ocupação do solo do município.

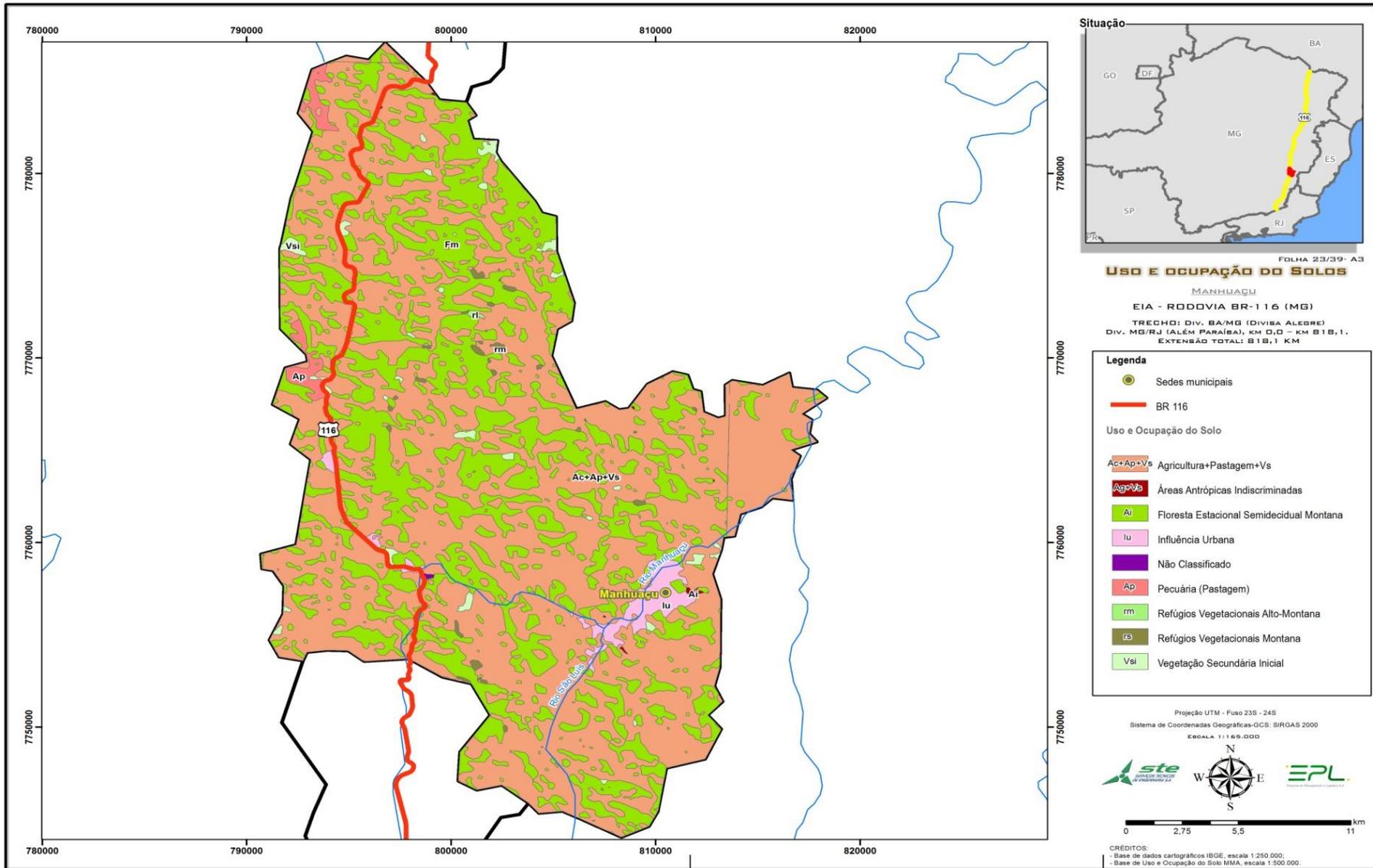


Figura 87: Uso e Ocupação do Solo – Manhuaçu/MG

✓ **Mathias Lobato**

O principal uso do solo no município de Mathias Lobato é a pecuária, com mais de 16.600 hectares, o que representa 97,7% da área municipal.

A área de influência urbana ocupa somente 10,35 hectares, e possui somente o distrito sede. Foi elevado à categoria de município após plebiscito, em 1990, e hoje possui uma população de 3.370 habitantes, segundo dados do último Censo. Segundo informações da Prefeitura municipal, não possui nenhuma legislação de uso e ocupação do solo mas já emitiu a declaração na qual atesta que o empreendimento está em conformidade com as leis de uso e ocupação do solo municipal.

Tabela 267: Uso e Ocupação do Solo – Mathias Lobato/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Pecuária (Pastagem)	16.656,22
Influência Urbana	10,35
Vegetação Secundária Inicial	124,61
Corpos D'água	73,90
Agricultura	31,96
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	149,69
TOTAL	17.046,75

Segundo a Tabela 267, a vegetação natural, incluindo a que está em estágio de regeneração natural, possui 274,30 hectares, o que representa apenas 1,60% da área municipal.

Os corpos d'água ocupam 73,90 hectares e a agricultura 31,96 hectares.

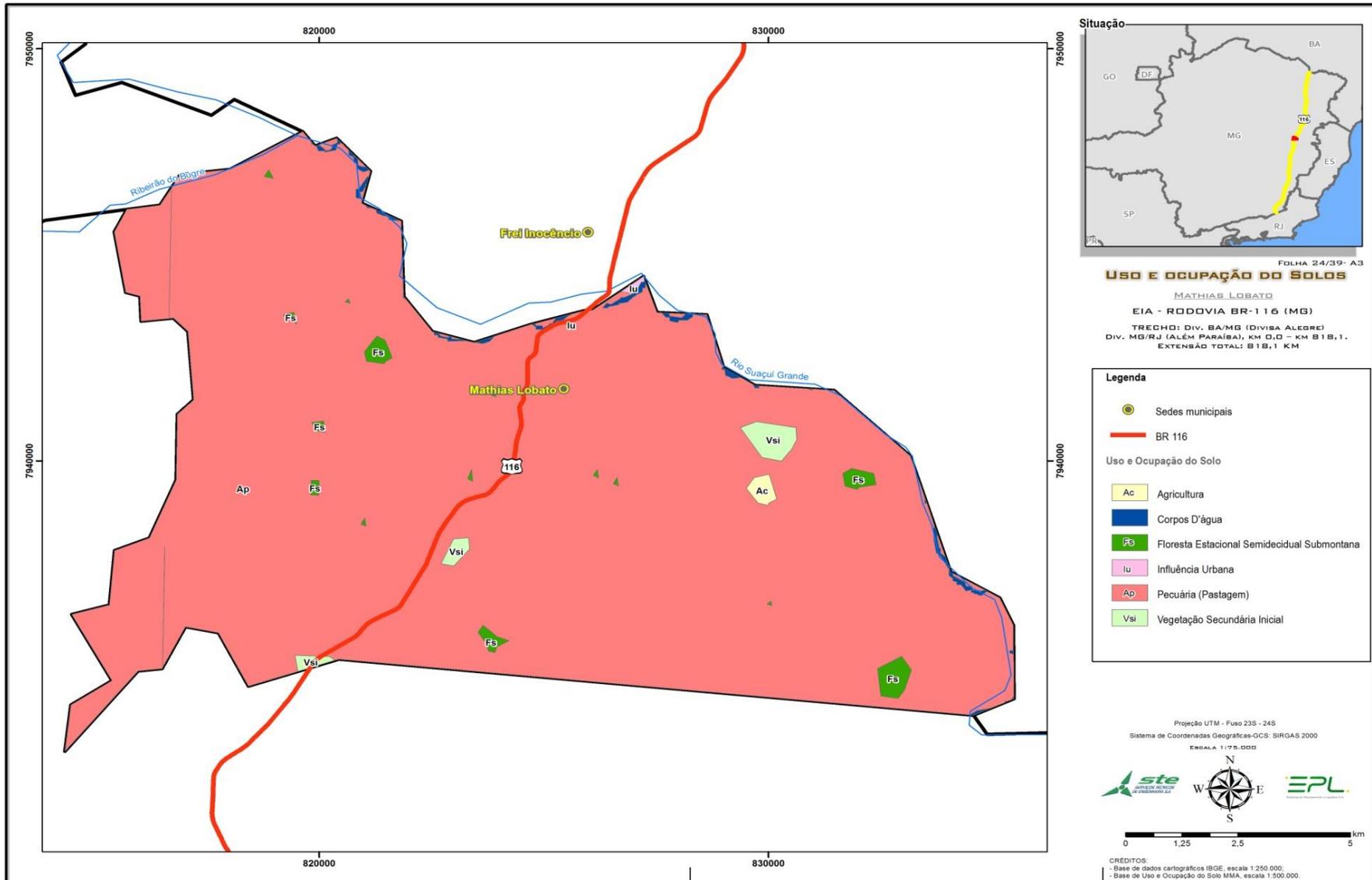


Figura 88: Uso e Ocupação do Solo – Mathias Lobato/MG

✓ **Medina**

O município de Medina não possui nenhuma legislação relativa ao uso e ocupação do solo, mas, segundo informações da Prefeitura municipal, já está havendo a mobilização no município para elaboração do seu Plano Diretor participativo, já que no Censo de 2010 sua população chegou aos 21.026 habitantes. Possui uma área superior a 143.500 hectares, divididos no distrito sede (Medina) e Tuparecê.

Conforme apresentado na Tabela 268, a classe de uso do solo com maior área no município são as pastagens, com 83.987,97 hectares, que corresponde a quase 58,5% da área municipal. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE) nesse ano haviam 416 estabelecimentos agropecuários que criavam exclusivamente bovinos.

Tabela 268: Uso e Ocupação do Solo – Medina/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Floresta Estacional Decidual Montana	54.446,73
Pecuária (Pastagem)	83.987,97
Influência Urbana	113,08
Vegetação Secundária Inicial	1.186,32
Corpos D'água	41,75
Não Classificado	9,17
Floresta Estacional Decidual Submontana	1.297,34
Savana/Floresta Estacional	2.655,25
TOTAL	143.737,64

A vegetação natural soma 58.399,32 hectares e a que se apresenta em estágio de regeneração natural 1.186,32 hectares. Juntas ocupam 41,45% do território municipal.

Sobre o patrimônio histórico e cultural, tem-se como destaque a Igreja Matriz de Santa Rita, construída em 1932 pelo padre português Monsenhor Manoel Soares Rebello. Os elementos do patrimônio natural de maior relevância são as serras do Bidó e da Onça.

A Figura 60 mostra o mapa de uso e ocupação do solo do município.

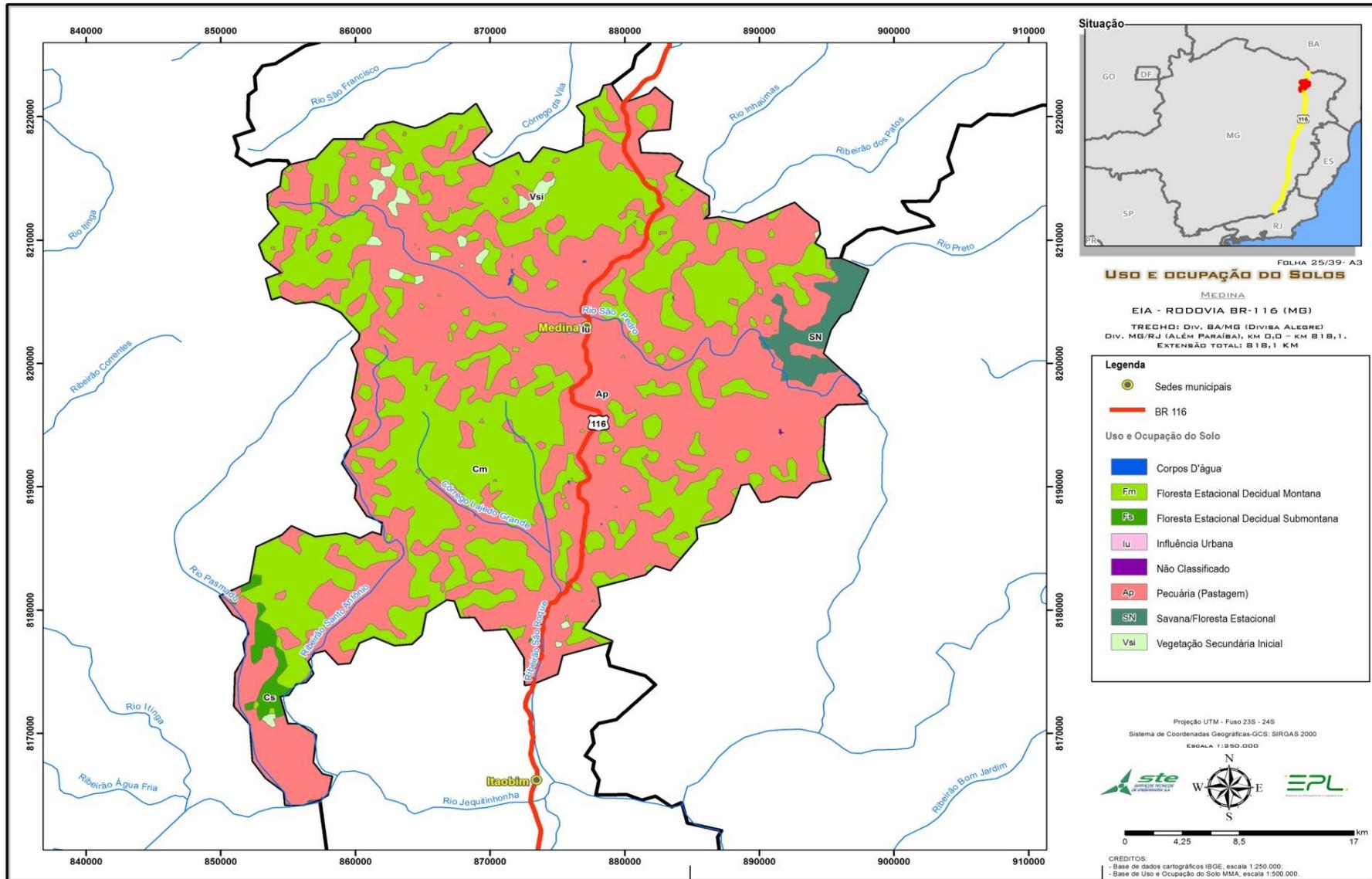


Figura 89: Uso e Ocupação do Solo – Medina/MG

O município já emitiu a Declaração Municipal na qual atesta que, para os fins de licenciamento ambiental, as obras de duplicação da BR-116/MG estão em concordância com os preceitos legais de uso e ocupação do solo do município. Em relação à legislação de uso e ocupação do solo o município possui Código de Obras e Código de Posturas (Lei 51.948/1948).

Tabela 269: Uso e Ocupação do Solo – Miradouro/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Pecuária (Pastagem)	850,50
Floresta Estacional Semidecidual Montana	7.086,62
Influência Urbana	85,47
Vegetação Secundária Inicial	92,69
Áreas Antrópicas Indiscriminadas	3,50
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	887,48
Agricultura+Pastagem+Vs*	21.020,31
Refúgios Vegetacionais Montana	69,02
Refúgios Vegetacionais Alto-Montana	2,51
TOTAL	30.098,10

*Vegetação natural secundária, ou seja, em estado de regeneração.

As atividades agropecuárias é a classe de uso com maior área no município: são 21.870,81 hectares, que representa mais de 72,5% da área municipal. As principais atividades são a criação de gado bovino para corte e leite e o cultivo do café.

As áreas urbanas e antrópicas indiscriminadas somam 88,97 hectares e as áreas com vegetação natural (incluindo a que está em estágio de regeneração natural) mais de 8 mil hectares, conforme pode ser observado na Tabela 269.

Parte do Parque Estadual Serra do Brigadeiro, unidade de conservação de uso integral, encontra-se localizada no município. Sobre o patrimônio arquitetônico do município, pode-se destacar a Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia e a Praça Santa Rita.

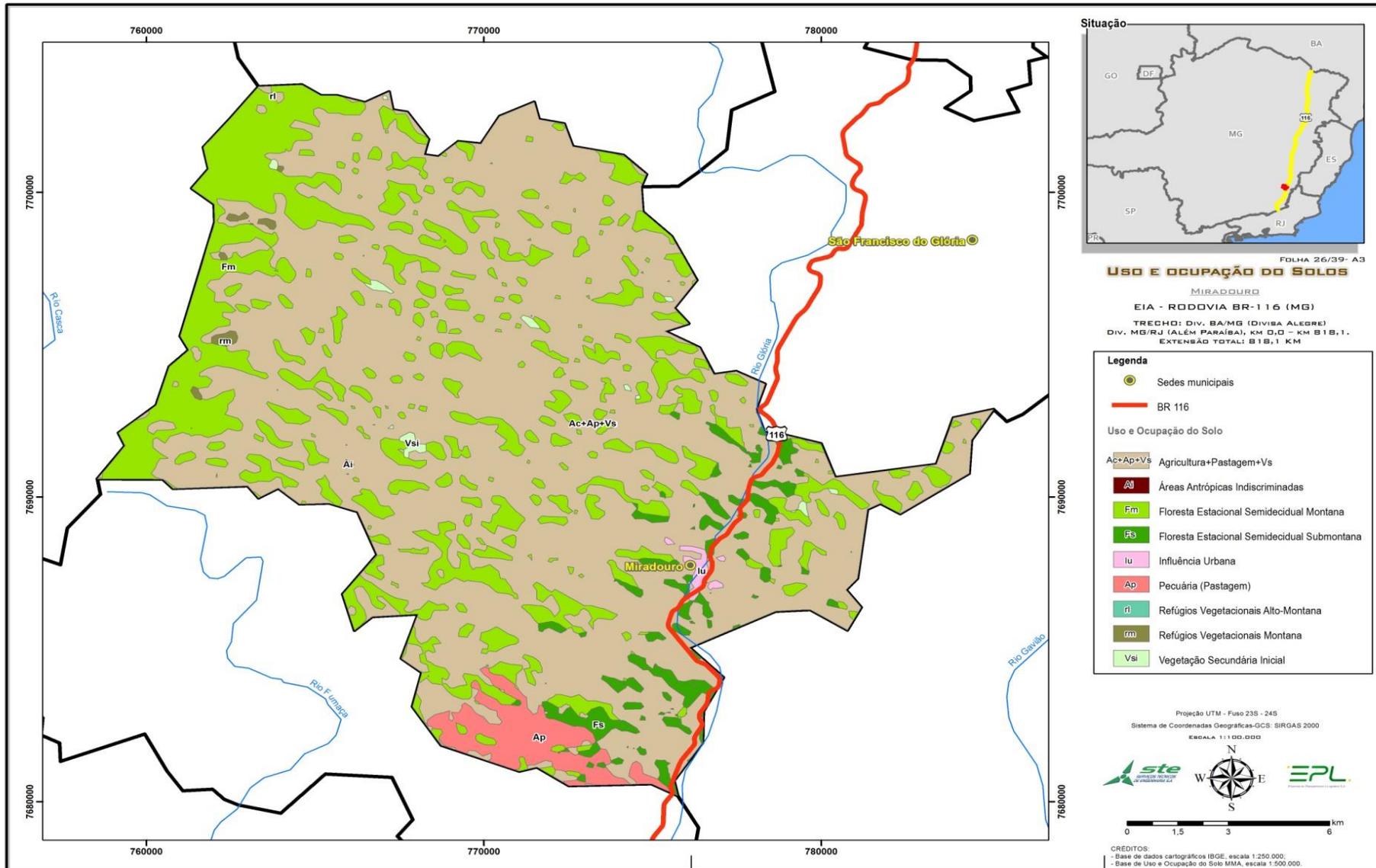


Figura 90: Uso e Ocupação do Solo – Miradouro/MG

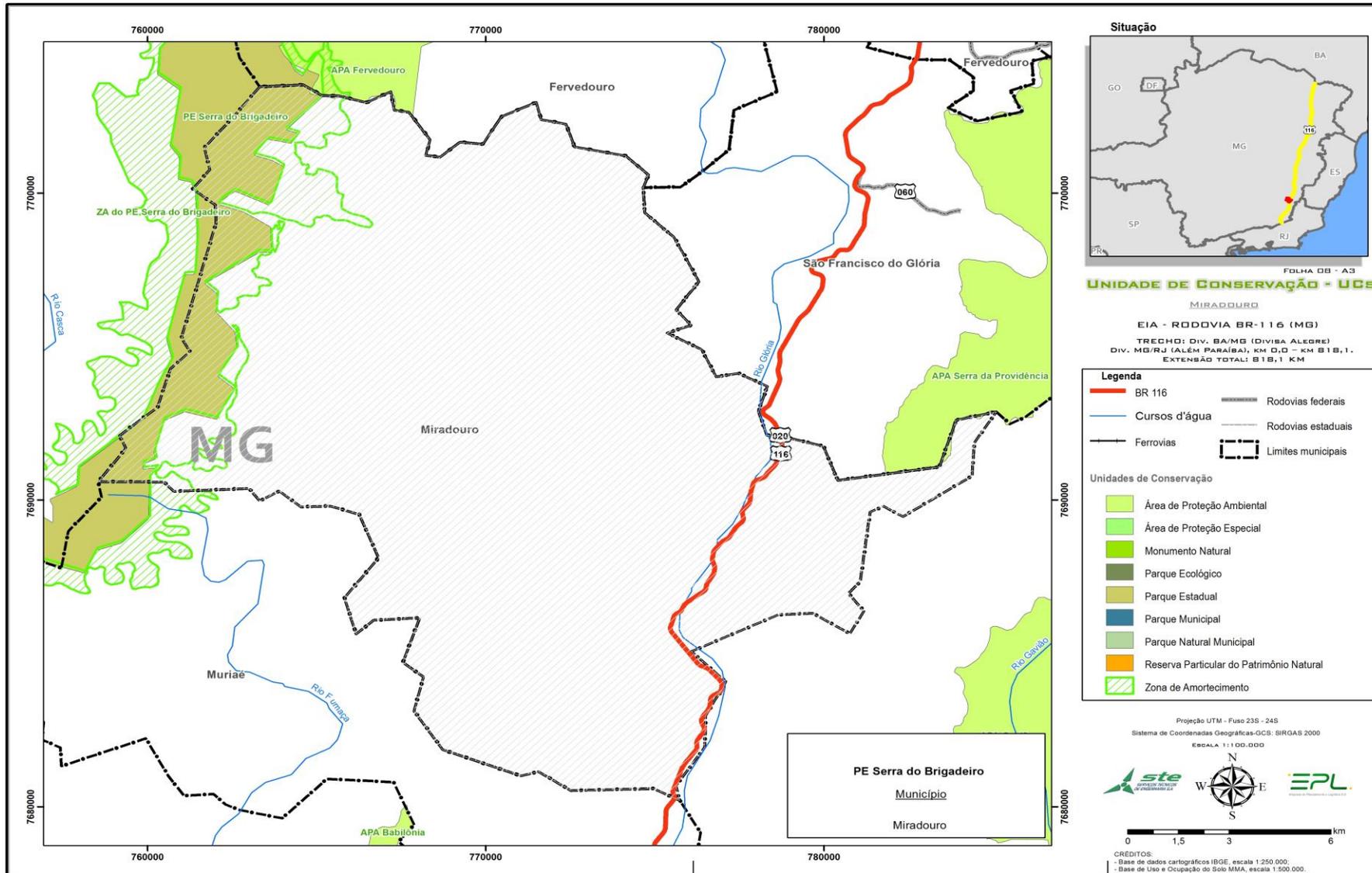


Figura 91: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes – Miradouro/MG

✓ **Muriaé**

O município de Muriaé possui uma área de mais de 84 mil hectares, divididos em 7 distritos: o sede (Muriaé), Belisário, Bom Jesus da Cachoeira, Boa Família, Pirapanema, Itamuri e Vermelho. Possui vários instrumentos de regulação do uso do solo, tais como: Código de Obras (Lei nº 1.232/1987); Código de Posturas (Lei nº 2.358/1999); Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 1.231/1987); Lei do Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 2.334/1999); e Plano Diretor (Lei nº 3.377/2006).

Segundo o Plano Diretor (Título III, Capítulo I – da Estruturação Municipal), o município se divide em Zona Urbana e Zona Rural. A Zona Rural é dividida em 7 Zonas: Zona de Preservação (ZP); Zona de Uso Sustentável (ZUS); Zona de conservação e ocupação controlada (ZOC); Zona Especial de Extração Mineral (ZEEM); Zona de Sobreposição de Interesses (ZIS); Zona de Atividades Rurais (ZR); e Área de Interesse Ambiental (AIA).

O território urbano é dividido em 11 zonas: Zona de Preservação Histórica (ZPH); Zona de Restrição de Adensamento (ZRA); Zona de Controle de Adensamento (ZCA); Zona Especial de Interesse Social (ZEIS); Zona de Atividades Econômicas (ZAE); Zona de Adensamento Preferencial (ZAP); Zona para Implementação de Áreas Verdes (ZAV); Zona de Ocupação Controlada, (ZOC); Zona Industrial (ZI); Zona de Impacto Ambiental (ZIA); Zona de Expansão Urbana (ZEU).



Foto 96: BR-116/MG – Perímetro Urbano de Muriaé/MG

Tabela 270: Uso e Ocupação do Solo – Muriaé/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Áreas Antrópicas Indiscriminadas	24,95
Agricultura	2.821,93
Agricultura+Pastagem+Vs*	19.071,00
Agropecuária+Vs*	795,14
Corpos D'água	87,71
Floresta Estacional Semidecidual Montana	8.195,69
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	5.706,34
Influência Urbana	1.675,33
Pecuária (Pastagem)	45.844,89
Refúgios Vegetacionais Alto-Montana	4,34
Refúgios Vegetacionais Montana	21,24
Vegetação Secundária Inicial	87,57
TOTAL	84.336,19

*Vegetação natural secundária, ou seja, em estado de regeneração.

Segundo dados da Tabela 270, a área de influência antrópica (indiscriminada e urbana) somam mais de 1.700 hectares. A área destinada às atividades agropecuárias (entremeadas com áreas de regeneração vegetal natural) 68.532,96 hectares, ou seja, mais de 81% da área municipal.

A área com remanescentes de vegetação natural somam 14.015,18 hectares, e possui três áreas destinadas à proteção ambiental:

- APA Pontão: unidade de conservação de uso sustentável municipal, com 8.454 hectares;
- Parte da área do Parque Estadual Serra do Brigadeiro: unidade de conservação de proteção integral estadual;
- e a RPPN Usina Coronel Domiciano: unidade de conservação de uso sustentável estadual, com área de 222 hectares.

Como patrimônio histórico e cultural pode-se destacar o grande prédio centenário de Muriaé transformado em centro histórico; Colégio Santa Marcelina; Estátua do Trabalhador; Igreja Matriz São Paulo; e Igreja do Porto.

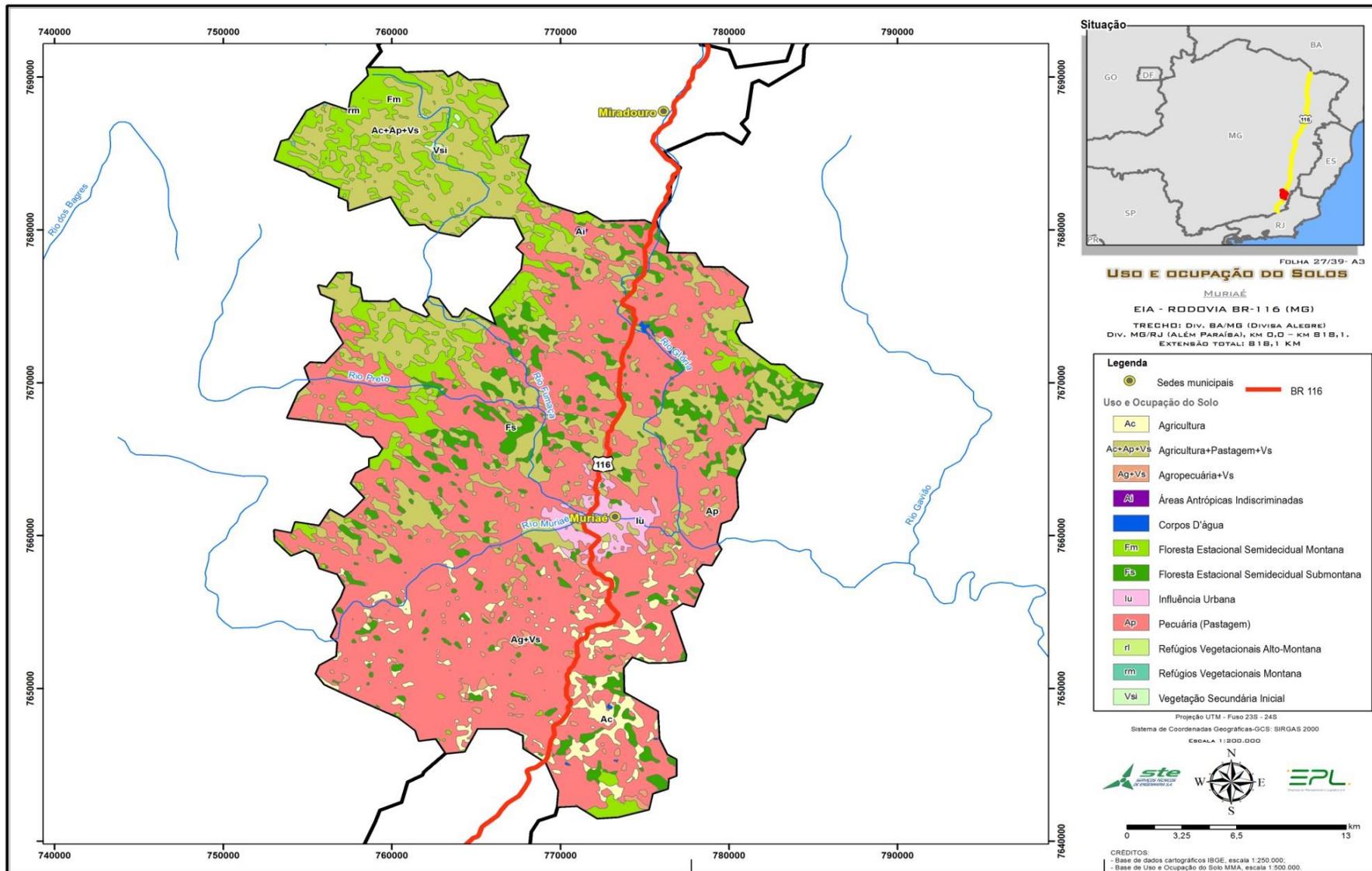


Figura 92: Uso e Ocupação do Solo – Muriaé/MG

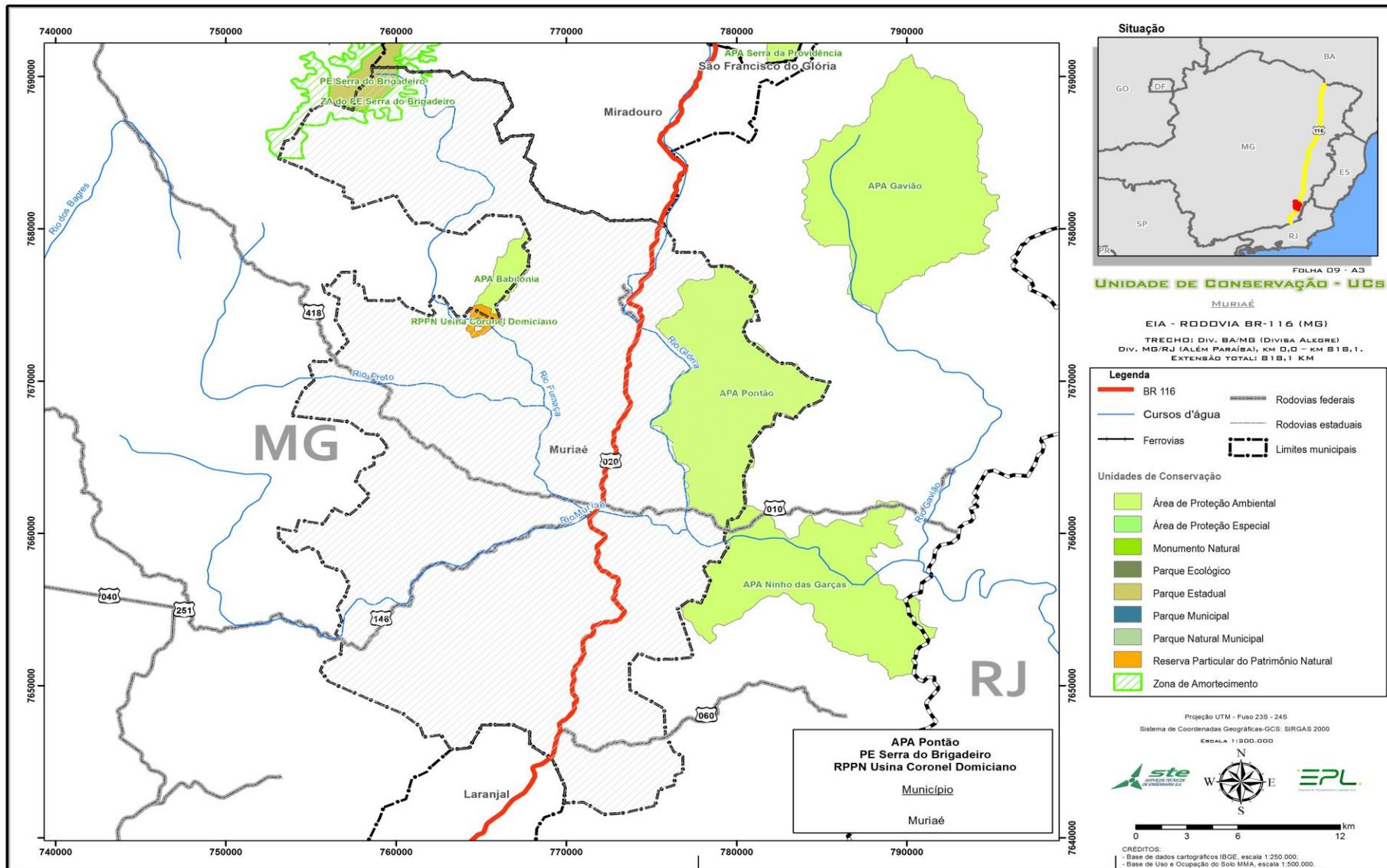


Figura 93: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes – Muriaé/MG

O município de Orizânia possui uma área de aproximadamente 12 mil hectares, possuindo somente o distrito sede (Orizânia). Segundo a Prefeitura municipal o município não possui nenhuma legislação que regulamente o uso e a ocupação do solo, entretanto, já emitiu a Declaração Municipal na qual atesta que, para os fins de licenciamento ambiental, as obras de duplicação da BR-116/MG estão em concordância com os preceitos legais de uso e ocupação do solo do município.

Segundo dados apresentados na Tabela 271, a área de influência urbana ocupa somente 50,68 hectares. A classe de uso mais representativa é das atividades agropecuárias, entremeadas por vegetação natural em estágio de regeneração, com mais de 9 mil hectares (77,5% da área municipal). A área com vegetação natural soma 2.570,42 hectares.

Tabela 271: Uso e Ocupação do Solo – Orizânia/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Áreas Antrópicas Indiscriminadas	2,46
Agricultura+Pastagem+Vs*	9.433,307
Floresta Estacional Semidecidual Montana	2.527,77
Influência Urbana	50,68
Refúgios Vegetacionais Montana	42,65
Vegetação Secundária Inicial	109,43
TOTAL	12.166,32

*Vegetação natural secundária, ou seja, em estado de regeneração.

Como patrimônio histórico e cultural da cidade de Orizânia destaca-se a Igreja Matriz com a Festa de São Sebastião e a Pedra Santa, um dos pontos mais altos do município. Como patrimônio natural são apontadas as nascentes existentes no município que deságuam no Rio Carangola.

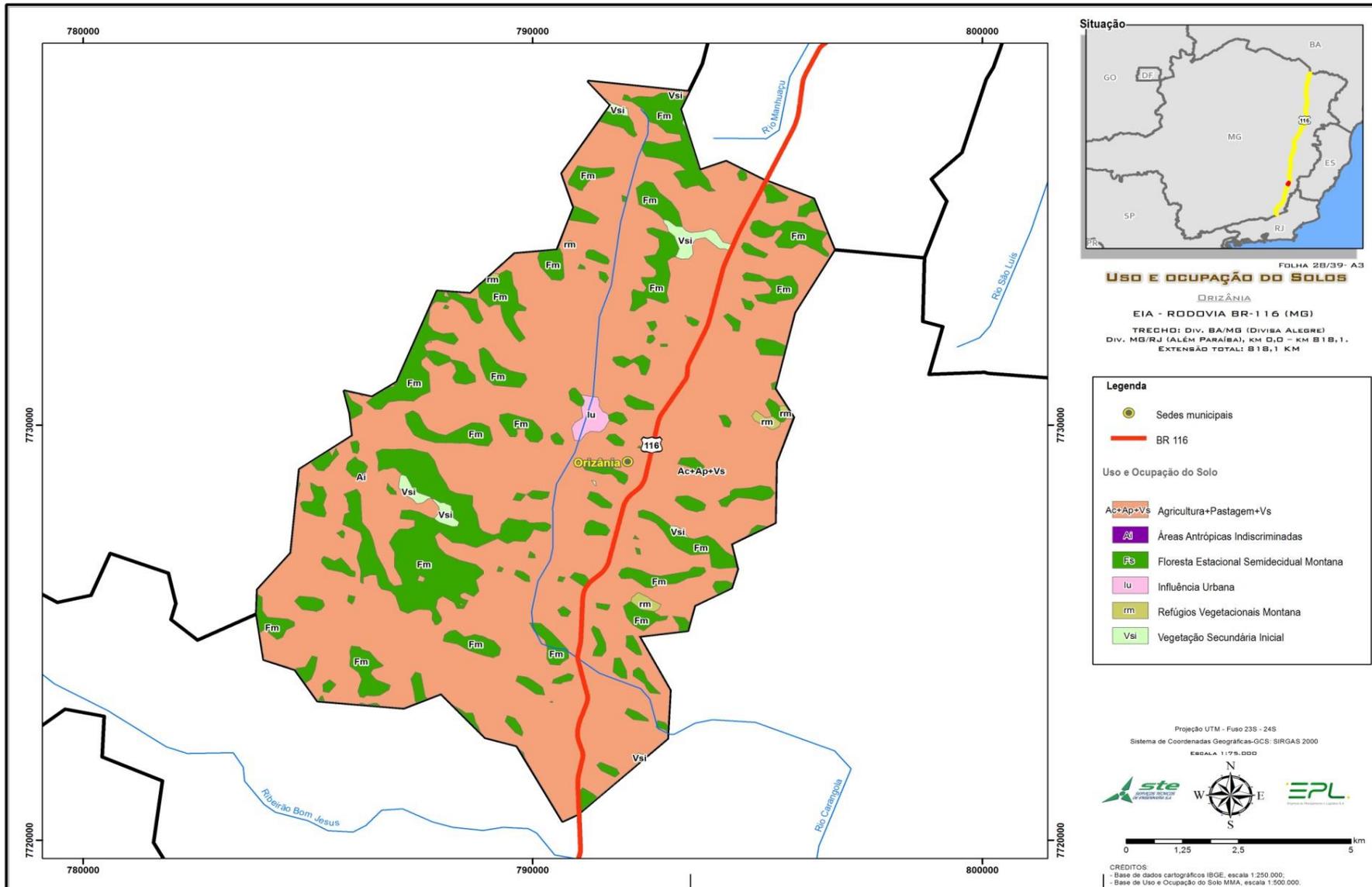


Figura 94: Uso e Ocupação do Solo – Orizânia/MG

O município de Padre Paraíso possui somente o município sede, com uma área de 54.267,13 hectares. Segundo a Prefeitura municipal, o município possui Código de Posturas e já emitiu a Declaração Municipal na qual atesta que, para os fins de licenciamento ambiental, as obras de duplicação da BR-116/MG estão em concordância com os preceitos legais de uso e ocupação do solo do município. A área de influência urbana ocupa somente 0,40% da área municipal (Tabela 272).

Tabela 272: Uso e Ocupação do Solo – Padre Paraíso/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Corpos D'água	1,12
Floresta Estacional Decidual Montana	15.972,77
Floresta Estacional Semidecidual Montana	14.357,86
Florestamento / Reflorestamento	324,47
Influência Urbana	219,82
Pecuária (Pastagem)	18.440,09
Vegetação Secundária Inicial	4.950,97
TOTAL	54.267,13

A área ocupada pela vegetação natural, incluindo as que estão em estágio de sucessão é a classe de uso predominante: são 35.281,60 hectares, ou seja, mais de 65% da área do município.

As atividades de pecuária e reflorestamentos (eucalipto) ocupam respectivamente 33,98% e 0,59% da área do município. No município há a unidade de proteção integral municipal Parque Natural da Biquinha, com 20 hectares de área, e a unidade de proteção de uso sustentável APA Sussuarana.

Como patrimônio histórico da cidade destaca-se a Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe da Igreja e o Coreto da Praça Águas Marinhas.



Foto 97: Perímetro Urbano de Padre Paraíso/MG

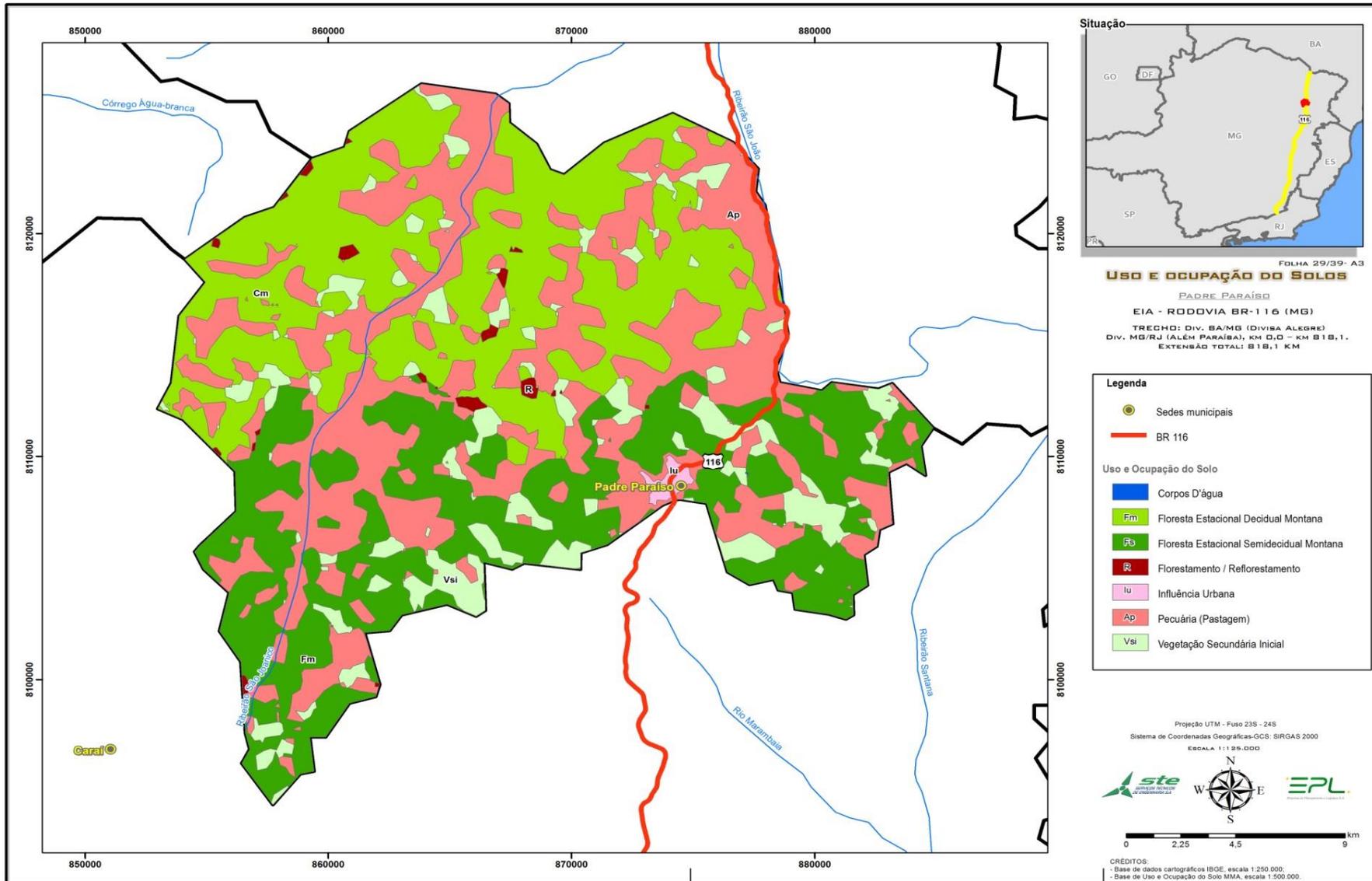


Figura 95: Uso e Ocupação do Solo – Padre Paraíso/MG

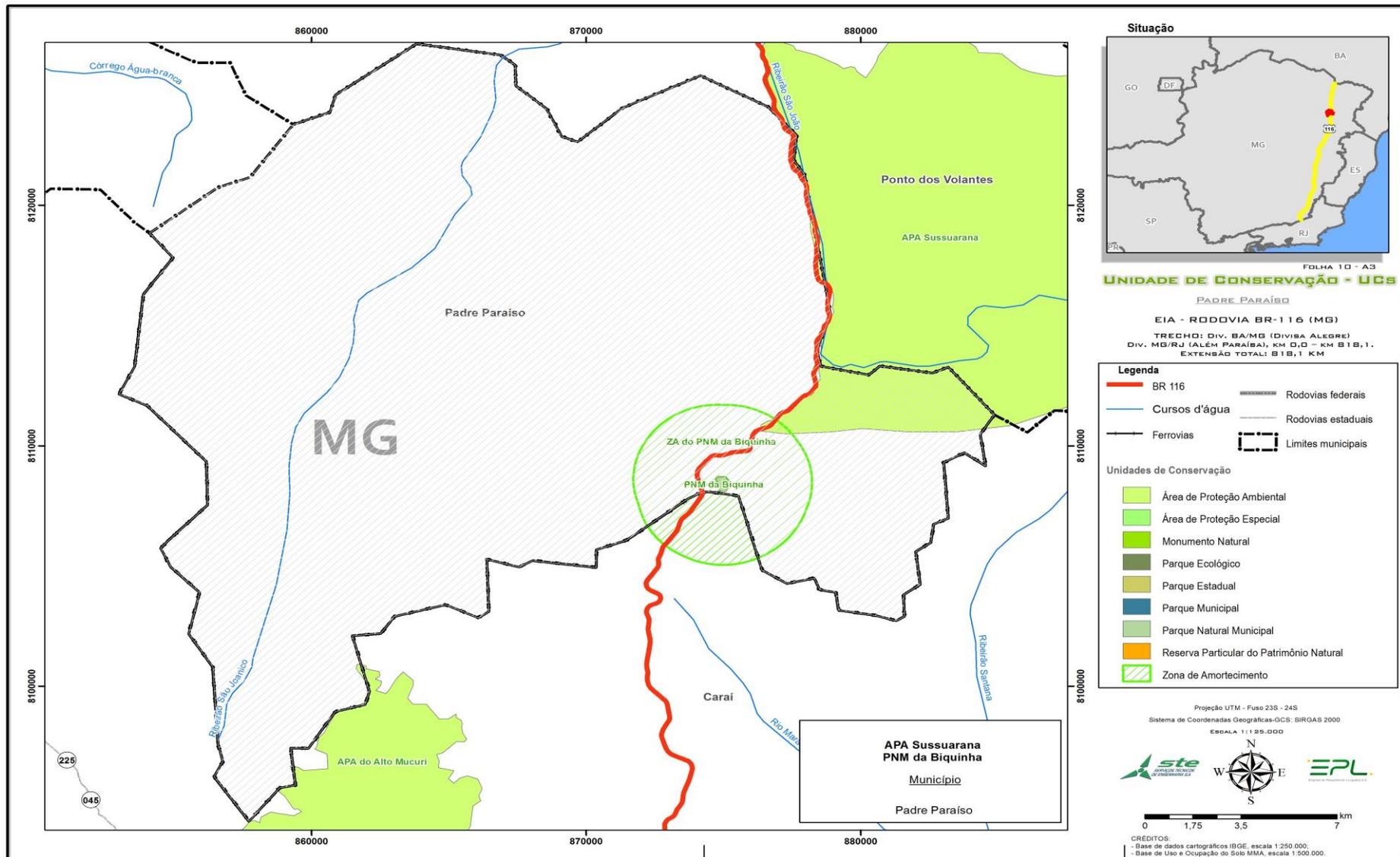


Figura 96: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes – Padre Paraíso/MG

O município de Pedra azul possui cerca de 162 mil hectares de área, distribuídas em dois distritos: o sede (Pedra Azul) e Araçaji de Minas. Segundo a Prefeitura municipal, o município possui Código de Obras e Plano Diretor, mas esse não foi disponibilizado.

A vegetação natural ocupa grande área no município: são 70.277,38 hectares mais a área com vegetação em estado de regeneração natural, com 204,30 hectares, totalizando 70.481,68 hectares (mais de 43,5% da área municipal). Parte da APE Soberbo, unidade de conservação de uso sustentável estadual, localiza-se no município.

Tabela 273: Uso e Ocupação do Solo – Pedra Azul/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Áreas Antrópicas Indiscriminadas	234,26
Corpos D'água	155,59
Floresta Estacional Decidual Montana	50.477,33
Floresta Estacional Decidual Submontana	369,28
Floresta Estacional Semidecidual Montana	1.638,15
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	22,01
Floresta Ombrófila Densa Montana	3.124,62
Florestamento / Reflorestamento	2.708,60
Influência Urbana	289,50
Não Classificado	683,28
Pecuária (Pastagem)	87.294,00
Savana/Floresta Estacional	14.130,17
Savana-Estépica / Fl. Estacional	515,82
Vegetação Secundária Inicial	204,30
TOTAL	161.846,98

A área de influência antrópica (urbana e indiscriminada) soma 523,76 hectares; a área destinadas às pastagens 87.294 hectares e as áreas de florestamento/reflorestamento 2.708,60 hectares.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE) haviam no município 515 estabelecimentos agropecuários, dos quais 320 se dedicam exclusivamente à pecuária. De acordo com a Pesquisa da Produção da Pecuária Municipal de 2013 (IBGE) haviam quase 47 mil cabeças de boi em Pedra Azul.

Em relação ao patrimônio arqueológico, nos registros do CNSA-IPHAN consta a ocorrência de um sítio arqueológico pré-histórico de denominação Toca dos Caboclos: trata-se de um abrigo rochoso com presença de arte rupestre e material lítico lascado. O município possui Centro Histórico tombado, com alguns patrimônios históricos edificadas, tais como: Igrejinha do Santuário e Casarões.

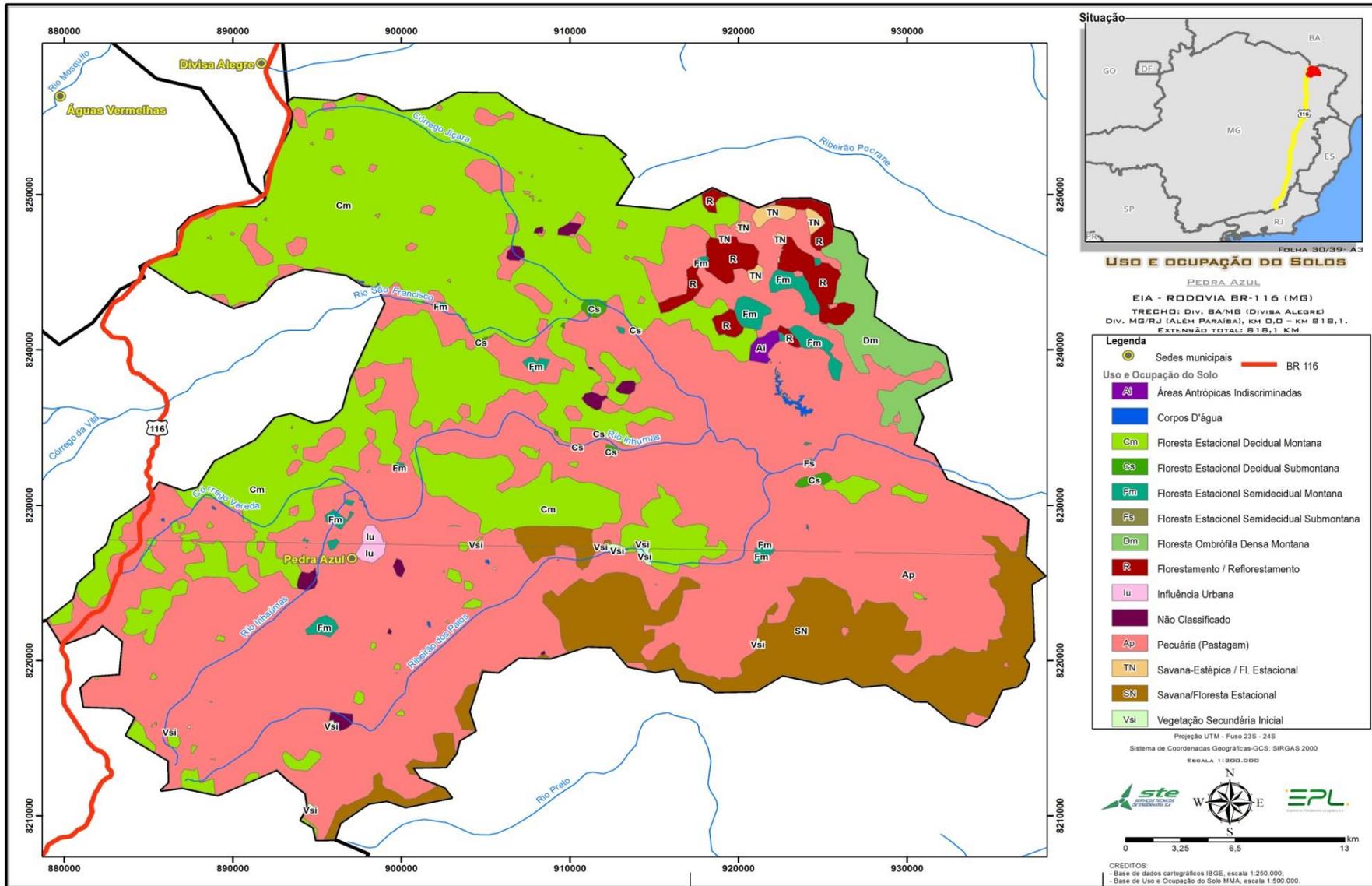


Figura 97: Uso e Ocupação do Solo – Pedra Azul/MG

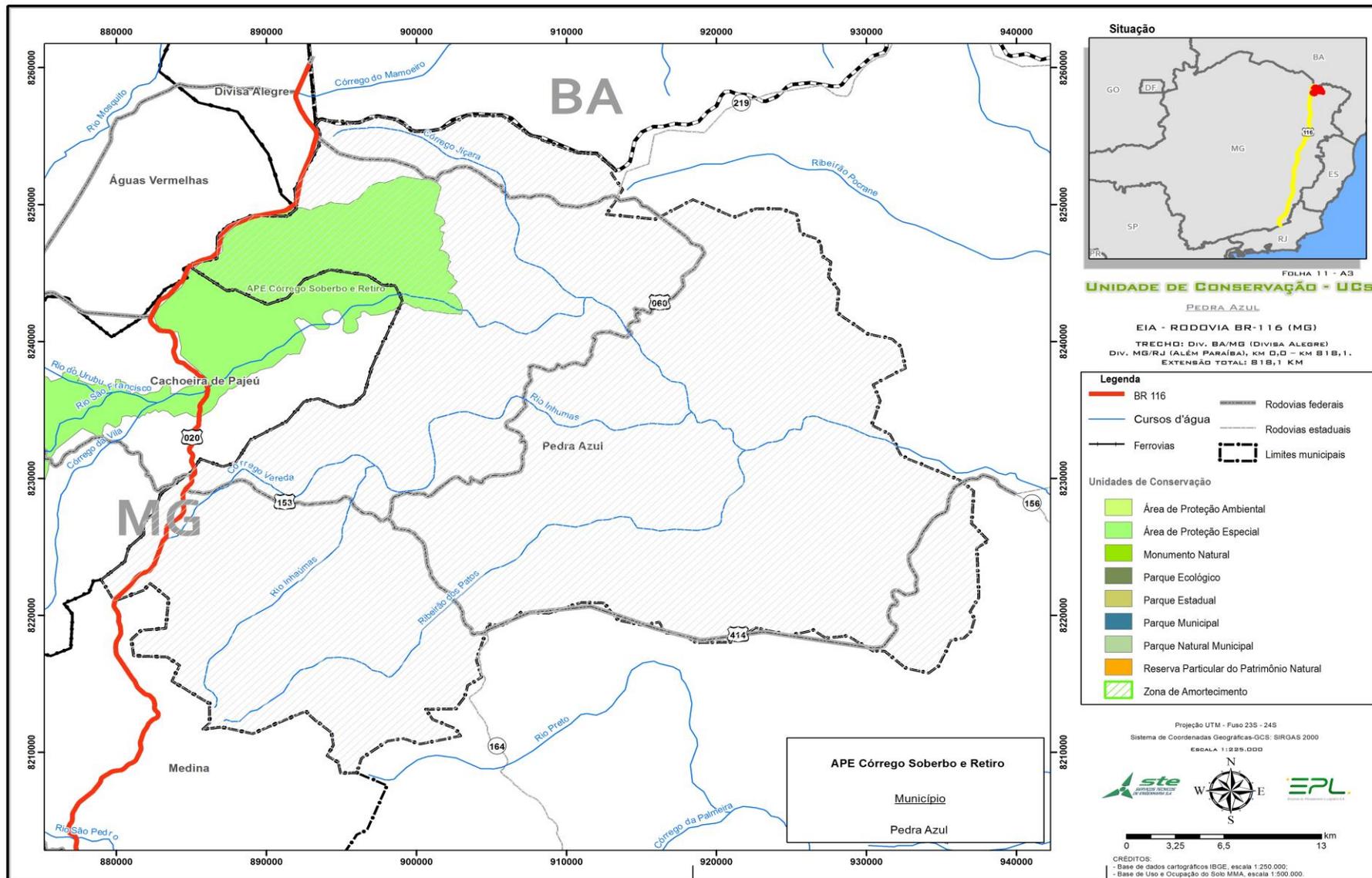


Figura 98: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes – Pedra Azul/MG

✓ **Ponto dos Volantes**

A única legislação referente ao uso e ocupação do solo no município é o Código de Posturas, de acordo com a Prefeitura municipal. Possui uma área de aproximadamente 121.500 hectares e dois distritos: a sede (Ponto dos Volantes) e Santana do Araçuá.

O município possui uma unidade de conservação de uso sustentável, a APA Sussuarana, criada pela Lei nº 130, que possui 9.606 hectares.

A Tabela 274 mostra as diferentes classes de uso e ocupação do solo no município:

Tabela 274: Uso e Ocupação do Solo – Ponto dos Volantes/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Floresta Estacional Decidual Montana	36.733,26
Pecuária (Pastagem)	54.446,32
Floresta Estacional Semidecidual Montana	9.680,37
Vegetação Secundária Inicial	8.045,45
Corpos D'água	3,23
Agricultura	81,75
Florestamento / Reflorestamento	112,36
Não Classificado	44,00
Savana/Floresta Estacional	12.270,42
Influência Urbana	151,68
TOTAL	121.568,88

As áreas destinadas para a produção pecuária ocupam 44,78% da área municipal: de acordo com a Pesquisa da Produção da Pecuária Municipal de 2013 (IBGE) haviam quase 20 mil cabeças de gado (bovino) em Ponto dos Volantes.

A área urbana representa apenas 0,12% da área municipal, e as áreas com vegetação natural 48,27%.

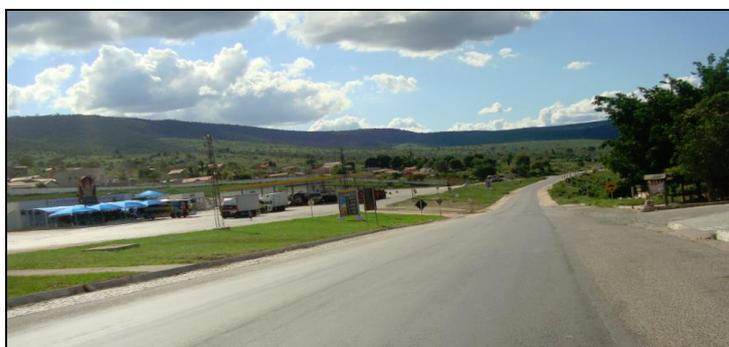


Foto 98: Saída do Perímetro Urbano de Ponto dos Volantes

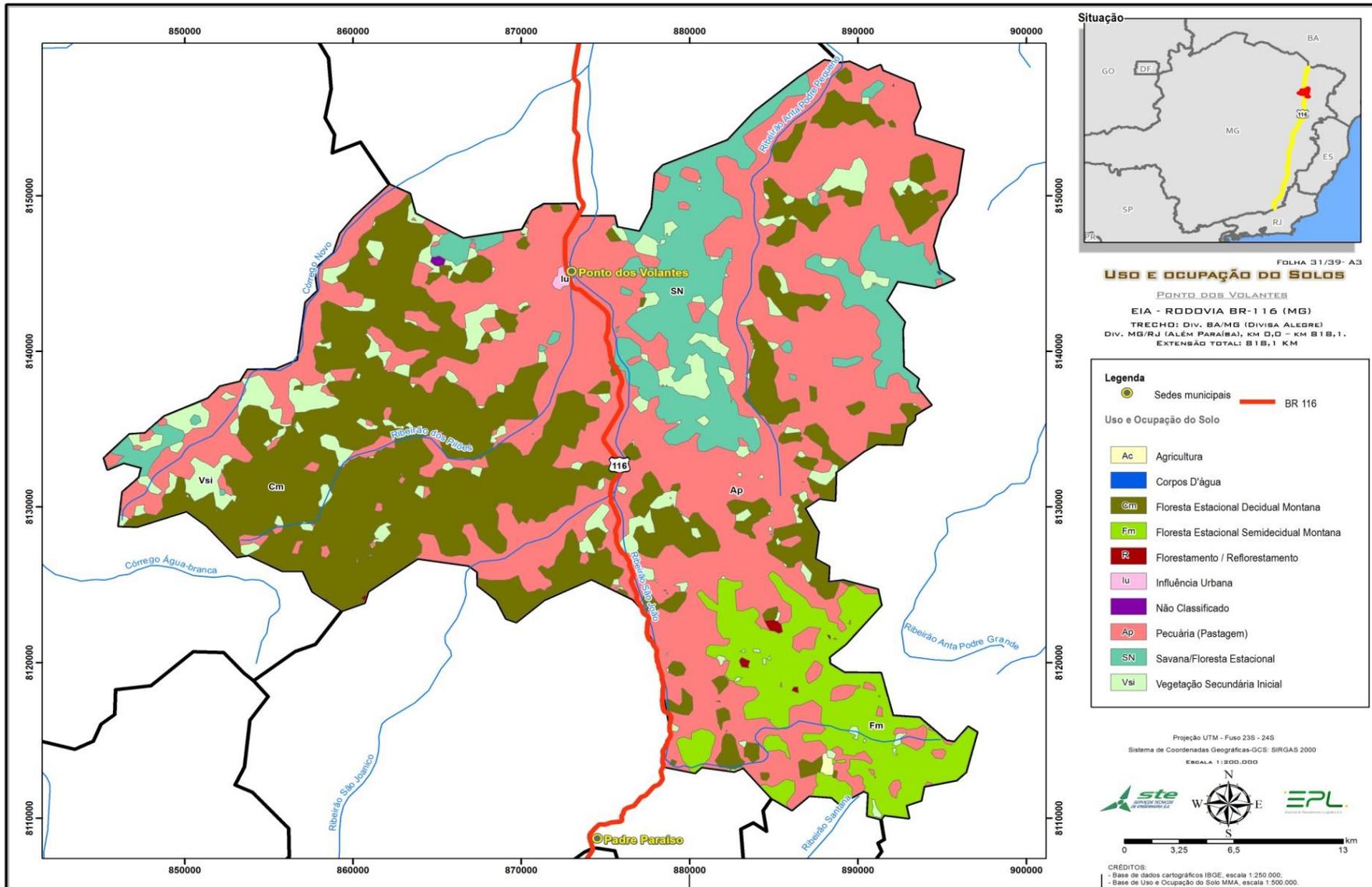


Figura 99: Uso e Ocupação do Solo – Ponto dos Volantes/MG

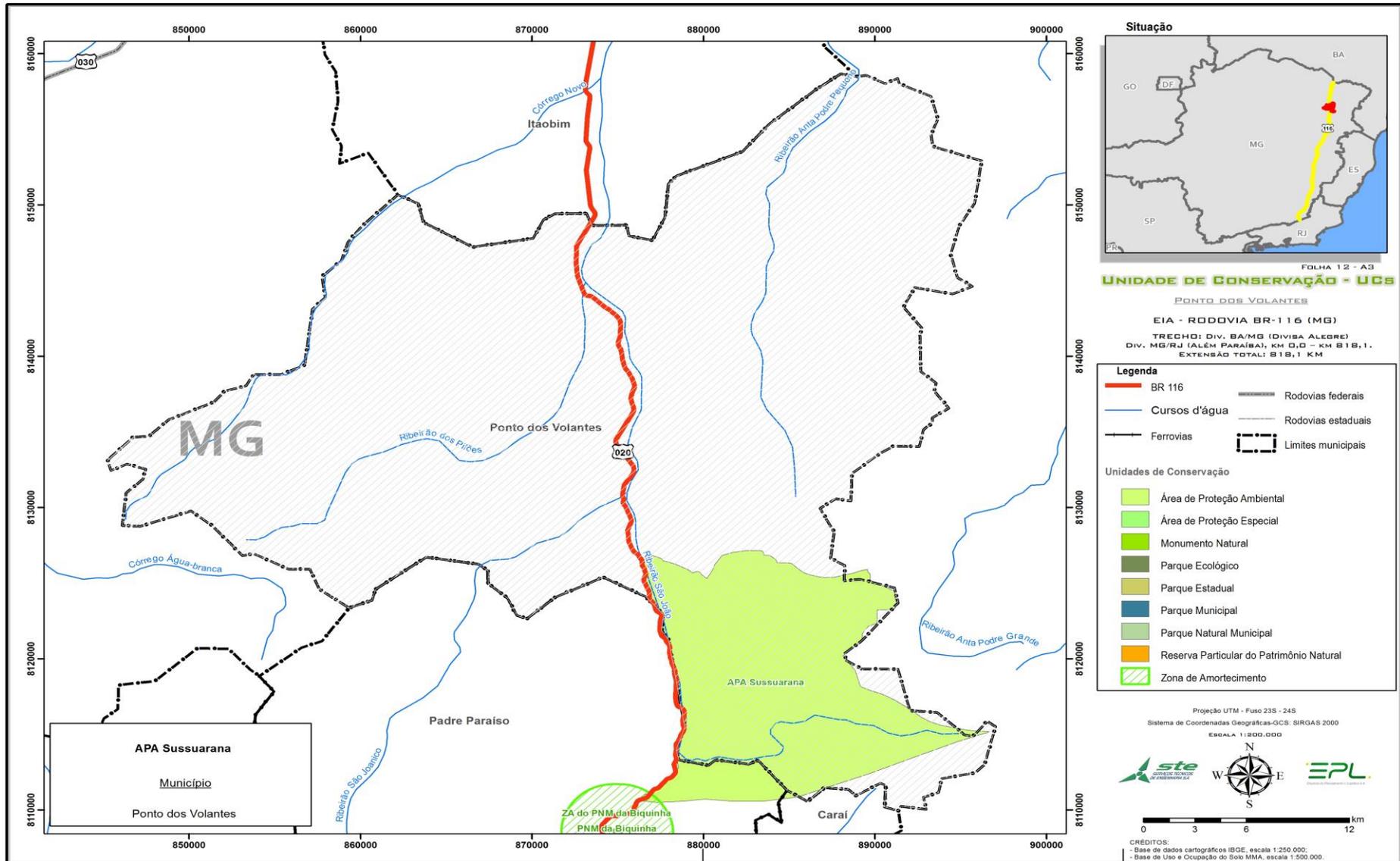


Figura 100: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes – Ponto dos Volantes/MG

✓ **Santa Bárbara do Leste**

O município de Santa Bárbara do Leste possui uma área de quase 11 mil hectares, com uma população de 7.682, segundo o último Censo. Só possui o distrito sede (Santa Bárbara do Leste). Segundo informações da Prefeitura municipal, o município possui Lei de Parcelamento do Solo e Lei de Zoneamento.

A área urbana possui 84,55 hectares, o que representa 0,76% da área municipal (Tabela 275).

Tabela 275: Uso e Ocupação do Solo – Santa Bárbara do Leste/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Áreas Antrópicas Indiscriminadas	5,98
Agricultura+Pastagem+Vs*	8.565,12
Floresta Estacional Semidecidual Montana	2.336,42
Influência Urbana	84,55
TOTAL	10.992,09

*Vegetação natural secundária, ou seja, em estado de regeneração.

As áreas destinadas às atividades agropecuárias, entremeadas por vegetação em estágio de regeneração natural é de 8.565,12 hectares (quase 78% do município). As principais culturas são do café, do feijão e do milho. A vegetação natural possui uma área de 2.336,42 hectares.



Foto 99: Perímetro Urbano de Santa Bárbara do Leste/MG

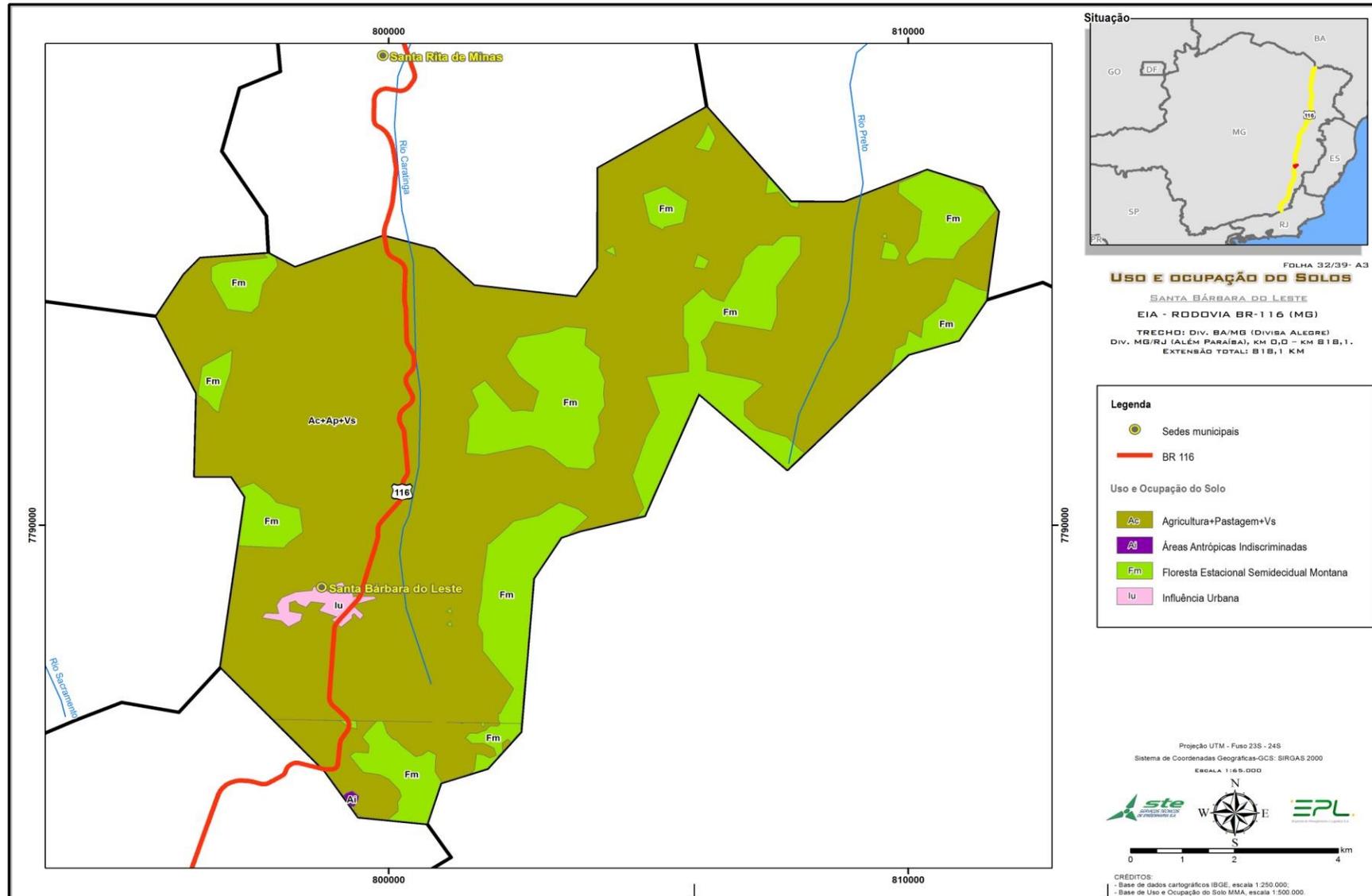


Figura 101: Uso e Ocupação do Solo – Santa Bárbara do Leste/MG

Santa Rita de Minas possui somente o distrito sede, distribuídas em uma área de 6.796,98 hectares. Possui Plano Diretor, aprovado pela lei nº 123/1998, que está em processo de revisão.

As atividades agropecuárias, entremeadas de vegetação natural em estágio de regeneração é a classe de uso mais representativa: são 5.839,75 hectares, ou seja, quase 86% da área municipal (Tabela 276). A produção do café é a mais representativa, seguida pelo milho e feijão e criação de gado (bovino, suíno e galináceos). Apenas 13,19% da área territorial é ocupada por vegetação natural.

Tabela 276: Uso e Ocupação do Solo – Santa Rita de Minas/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Floresta Estacional Semidecidual Montana	896,98
Agricultura+Pastagem+Vs*	5.839,75
Influência Urbana	60,25
TOTAL	6.796,98

*Vegetação natural secundária, ou seja, em estado de regeneração.

Em Santa Rita de Minas verifica-se alguns elementos do patrimônio material e imaterial, envolvendo a Igreja Matriz Santa Rita de Cássia e a Gruta de Santa Rita de Cássia.

A Figura 102 mostra o mapa de uso e ocupação do solo do município.



Foto 100: Vista do Perímetro Urbano de Santa Rita de Minas/MG



Figura 102: Uso e Ocupação do Solo – Santa Rita de Minas/MG

✓ **Santo Antônio do Aventureiro**

A Prefeitura municipal de Santo Antônio do Aventureiro já emitiu a Declaração Municipal na qual atesta que, para os fins de licenciamento ambiental, as obras de duplicação da BR-116/MG estão em concordância com os preceitos legais de uso e ocupação do solo do município. Segundo ela, o município possui legislação de uso e ocupação dos solo, tais como: Lei de Parcelamento do Solo; Lei de Zoneamento; Código de Obras; e Código de Posturas.

O município possui uma área de 20.167,35 hectares, com uma população de 3.538 habitantes (segundo o último Censo Demográfico) distribuídos em dois distritos: Santo Antônio do Aventureiro (distrito sede) e São Domingos. A área de influência urbana representa 6,44 hectares.

Tabela 277: Uso e Ocupação do Solo – Santo Antônio do Aventureiro/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Pecuária (Pastagem)	15.848,19
Floresta Estacional Semidecidual Montana	2.240,15
Influência Urbana	6,44
Agricultura	911,62
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	158,79
Agropecuária+Vs*	1.002,14
TOTAL	20.167,35

*Vegetação natural secundária, ou seja, em estado de regeneração.

Segundo a Tabela 277, a classe de uso com maior área são as pastagens: são 15.848,19 hectares, ou seja, 78,58% da área municipal. Segundo o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE) na época eram 335 estabelecimentos agropecuários destinados exclusivamente a esta atividade, com 13.193 cabeças de gado bovino. As atividades agropecuárias ocupam um total de 17.762,12 hectares. A área com florestas nativas ocupa 2.398,94 hectares.

Como patrimônio histórico e cultural da cidade são apontados os casarões no centro, Igreja de Santo Antônio e a Gruta de Nossa Senhora de Lurdes. A Figura 103 mostra o mapa de uso e ocupação do solo do município.

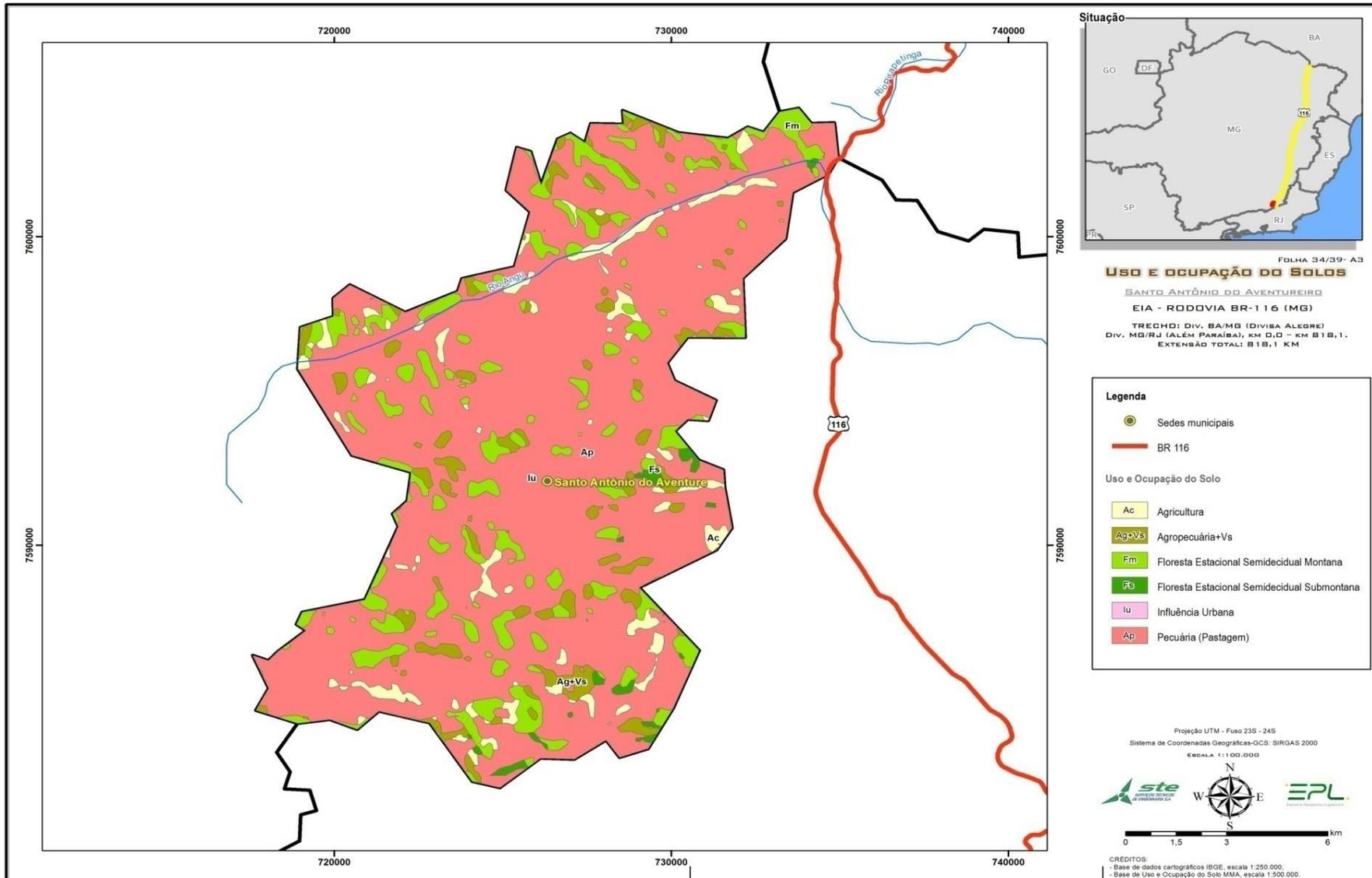


Figura 103: Uso e Ocupação do Solo – Santo Antônio do Aventureiro/MG

✓ **São Francisco do Glória**

A Prefeitura municipal já emitiu a Declaração Municipal na qual atesta que, para os fins de licenciamento ambiental, as obras de duplicação da BR-116/MG estão em concordância com os preceitos legais de uso e ocupação do solo do município. Segundo ela, a única legislação relativa ao uso e ocupação do solo municipal é a Lei de Zoneamento.

O município possui uma área aproximada de 16 mil hectares, com apenas o distrito sede (São Francisco do Glória). A área com influência urbana no município ocupa 35,86 hectares.

As áreas de vegetação natural, incluindo as que estão em estágio de regeneração, ocupam 2.875,50 hectares. No município há a unidade de conservação municipal, de uso sustentável, denominada APA Serra da Providência, com 6.350 hectares.

Tabela 278: Uso e Ocupação do Solo – São Francisco do Glória/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Áreas Antrópicas Indiscriminadas	3,51
Agricultura+Pastagem+Vs*	13.476,33
Floresta Estacional Semidecidual Montana	2.798,69
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	46,72
Influência Urbana	35,86
Vegetação Secundária Inicial	30,09
TOTAL	16.391,22

*Vegetação natural secundária, ou seja, em estado de regeneração.

As áreas destinadas às atividades agropecuárias, entremeadas por vegetação nativa em regeneração, possui uma área de 13.476,33 hectares. As principais lavouras são de café, feijão e milho. Segundo o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE) havia nessa época 337 estabelecimentos agropecuários no município.

A Igreja Matriz de São Francisco de Assis e a Gruta da Imaculada Conceição são estruturas arquitetônicas representativas do patrimônio material edificado. Algumas celebrações são realizadas na cidade, como a tradicional festa ao Padroeiro São Francisco de Assis.

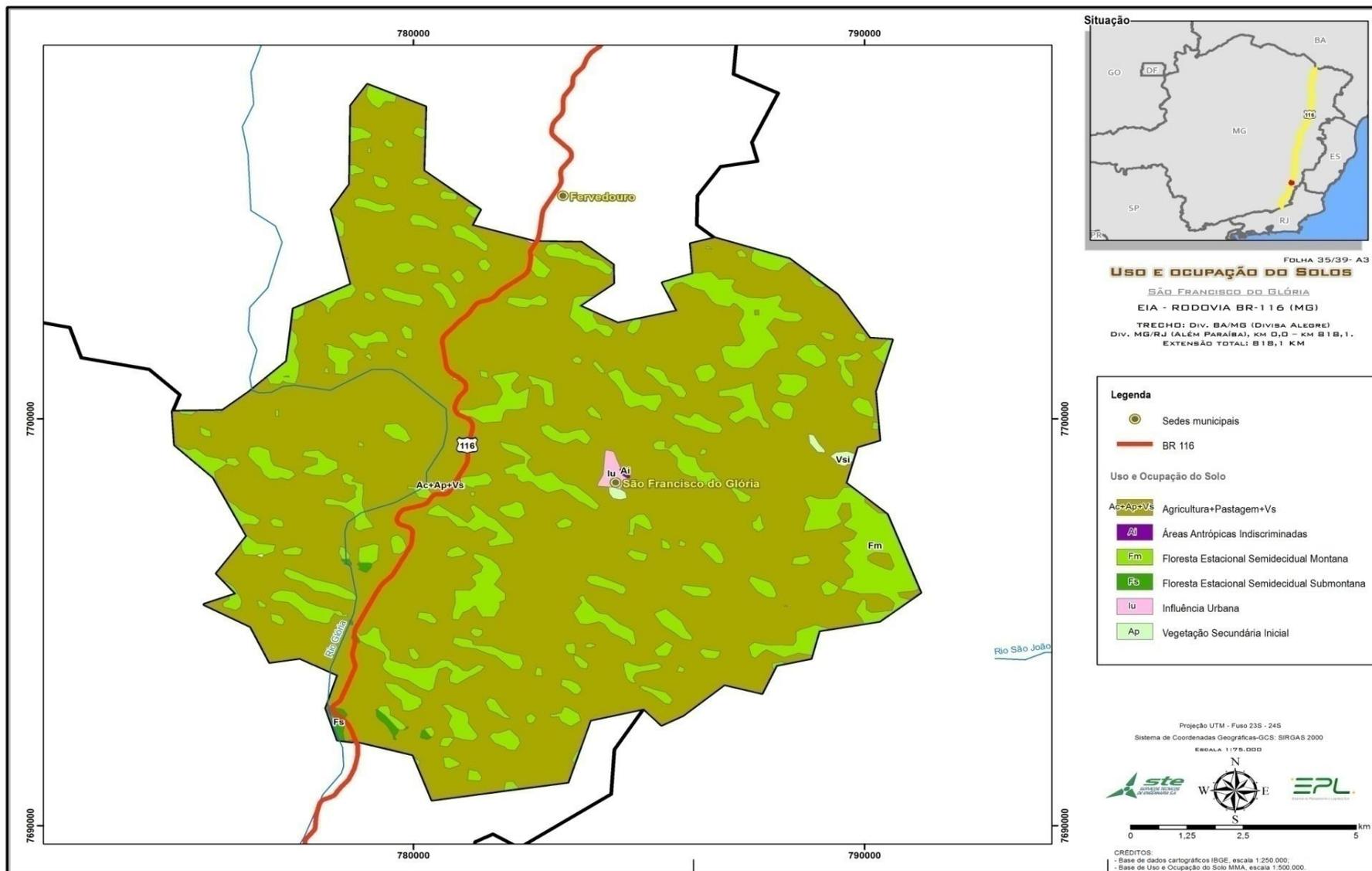


Figura 104: Uso e Ocupação do Solo – São Francisco do Glória/MG

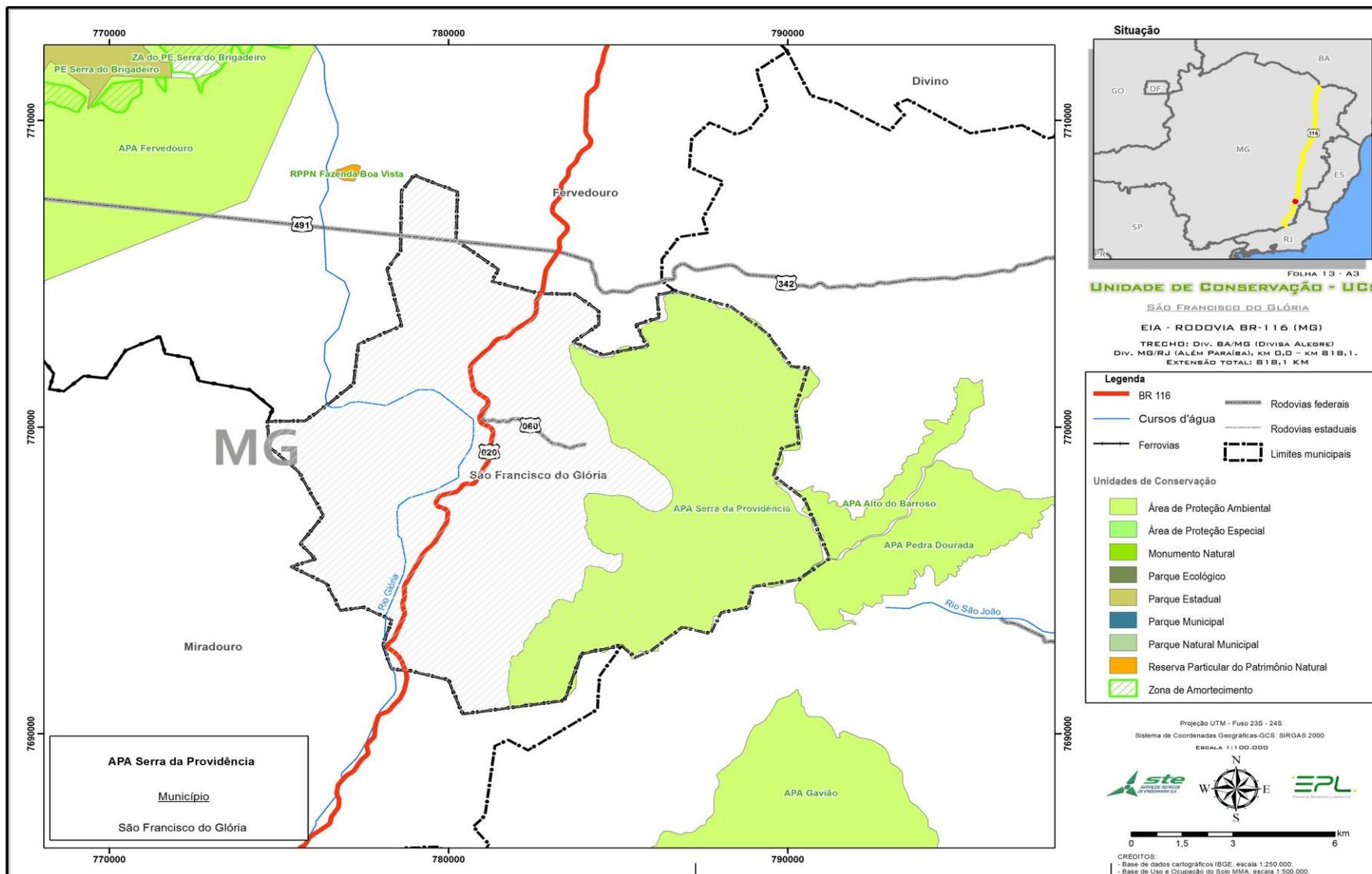


Figura 105: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Existentes – São Francisco do Glória/MG

✓ **São João do Manhuaçu**

Em São João do Manhuaçu, a área ocupada pela vegetação nativa, inclusive com as áreas onde a vegetação encontra-se em processo de regeneração, é de 4.619,08 hectares, que representa 32,34% da área municipal. O município possui uma unidade de conservação de uso sustentável, com 159 hectares, denominada APA Seritinga.

O município possui uma área de cerca de 14.200 hectares, onde a área urbana ocupa somente 78,46 hectares. Segundo a Prefeitura, o município possui legislação de uso e ocupação do solo: Lei de Parcelamento do Solo; Lei de Zoneamento; Código de Obras ; e Código de Posturas.

Tabela 279: Uso e Ocupação do Solo – São João do Manhuaçu/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Áreas Antrópicas Indiscriminadas	4,91
Agricultura+Pastagem+Vs*	9.580,31
Floresta Estacional Semidecidual Montana	4.450,27
Influência Urbana	78,46
Refúgios Vegetacionais Montana	43,85
Vegetação Secundária Inicial	124,96
TOTAL	14.282,78

*Vegetação natural secundária, ou seja, em estado de regeneração.

A área destinada às atividades agropecuárias é de 9.580,31 hectares, que representa 67,07% da área municipal. O principal produto é o café.



Foto 101: Vista da Área Rural de São João do Manhuaçu/MG

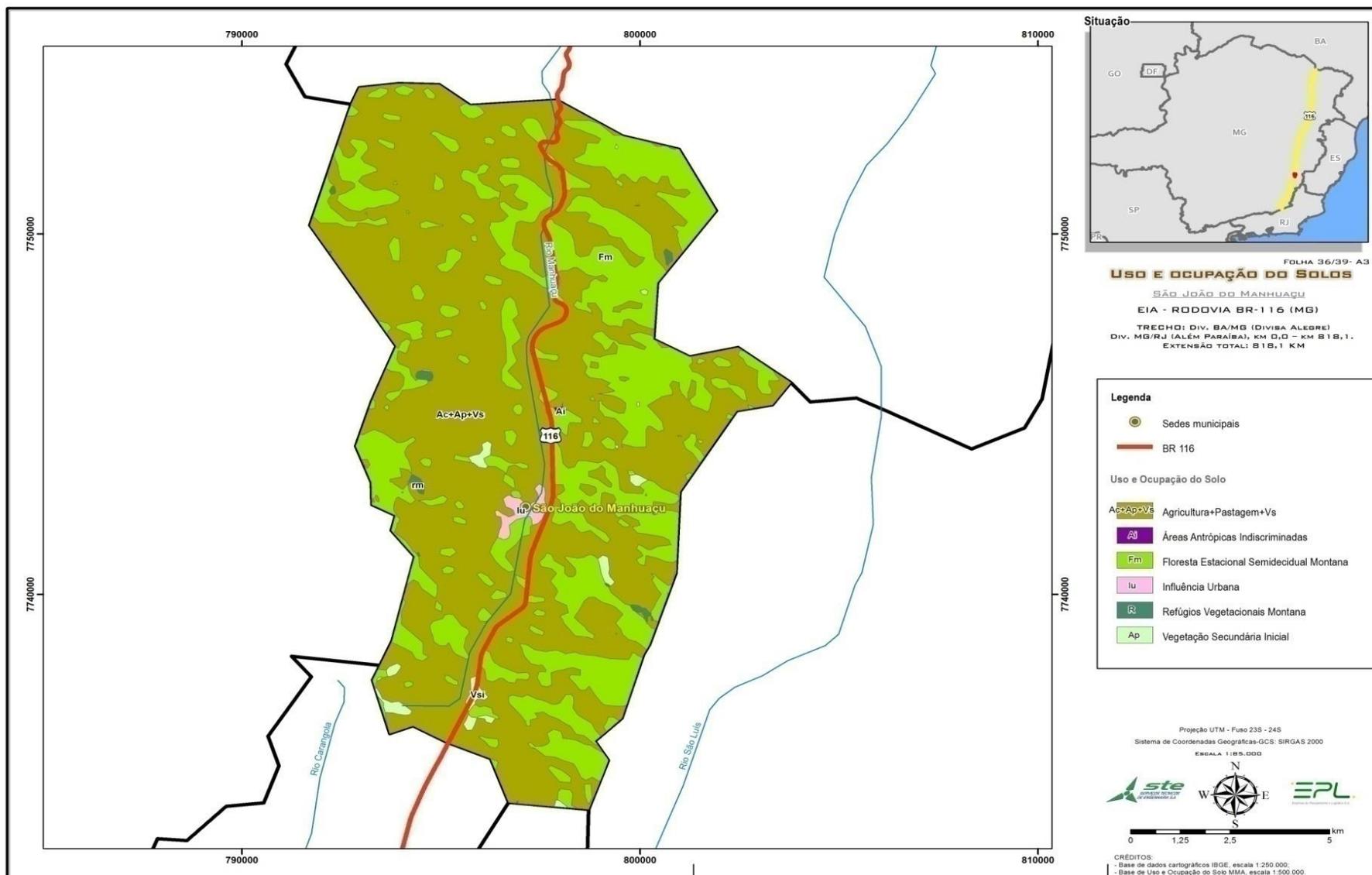


Figura 106: Uso e Ocupação do Solo – São João do Manhuaçu/MG

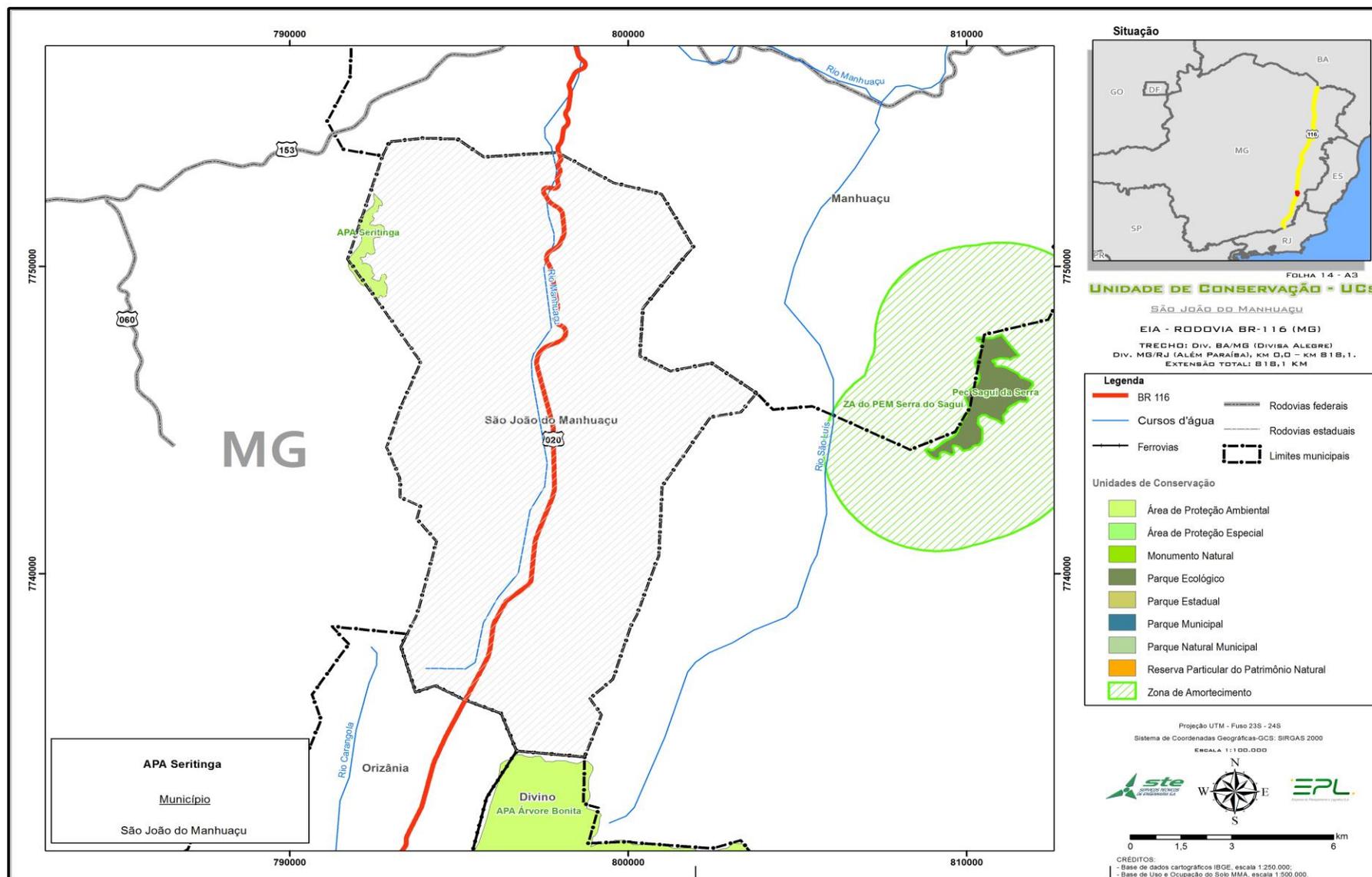


Figura 107: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes – São João do Manhuaçu/MG

O município possui cinco distritos (sede, São Vicente do Rio Doce, Café-Mirim, Vai-Volta e Taruaçu de Minas), ocupando uma área urbana de 123,78 hectares. Possui Lei de Parcelamento do Solo e Código de Posturas, como legislação que regulamenta o uso do solo municipal.

De acordo com os dados da Tabela 280, as áreas destinadas às atividades agropecuárias são de 61.337,90 hectares, que representa mais de 84% da área municipal. As pastagens, destinadas à pecuária, ocupa sozinha quase 46 mil hectares.

Tabela 280: Uso e Ocupação do Solo – Tarumirim/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Pecuária (Pastagem)	45.985,40
Floresta Estacional Semidecidual Montana	4.694,75
Corpos D'água	4,21
Agricultura	15,21
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	6.794,42
Agropecuária+Vs	1.095,65
Indiscriminadas	2,95
Agricultura+Pastagem+Vs	14.241,64
Influência Urbana	123,78
TOTAL	72.958,05

*Vegetação natural secundária, ou seja, em estado de regeneração.

Segundo dados da Pesquisa da Produção da Pecuária Municipal de 2013 (IBGE) no município havia 51.924 cabeças de gado bovino, para corte e leite: a produção leiteira desse mesmo ano foi de 22.731 mil litros de leite.

O patrimônio histórico localizado no município é a Igreja de São Sebastião.

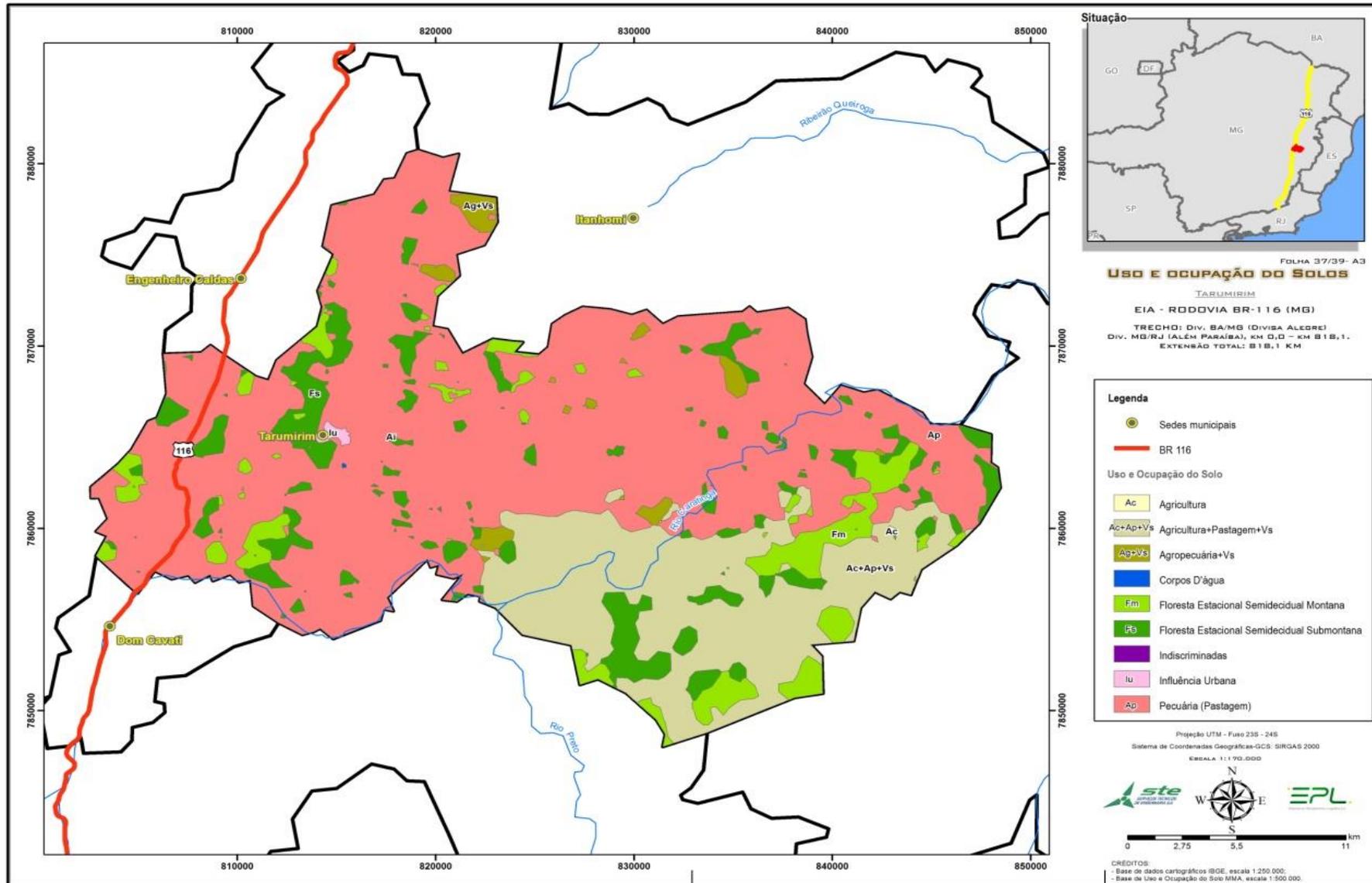


Figura 108: Uso e Ocupação do Solo – Tarumirim/MG

O município de Teófilo Otoni possui uma área com mais de 324 mil hectares e uma população de 134.745 habitantes (segundo dados do último Censo), divididos em 6 distritos: a sede municipal (Teófilo Otoni); Rio Pretinho; Mucuri; Topázio e; Crispim Jacques. A área de influência urbana totaliza 1.772,98 hectares, conforme mostra a Tabela 281.

O município possui legislação que regulamenta o uso do solo, como Código de Obras, Código de Posturas e Plano Diretor. Segundo informação da Prefeitura, o Plano foi instituído pela Lei nº 5.892/2008 e está em processo de revisão.

A área com vegetação natural, incluindo a em estado de regeneração, é de 89.148,88 hectares, o que representa cerca de 27,50% da área do município. Parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Alto Mucuri, unidade de conservação de uso sustentável e de jurisdição estadual, encontra-se no município.

Tabela 281: Uso e Ocupação do Solo – Teófilo Otoni/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Pecuária (Pastagem)	232.717,86
Floresta Estacional Semidecidual Montana	46.104,66
Influência Urbana	1.772,98
Vegetação Secundária Inicial	15.510,90
Corpos D'água	64,30
Florestamento / Reflorestamento	121,81
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	24.642,51
Refúgio Montano	136,59
Refúgio Submontano	119,53
Floresta Ombrófila Aberta Submontana	2.249,72
Floresta Ombrófila Aberta Montana	384,97
Agropecuária+Vs*	403,45
Indiscriminadas	23,70
TOTAL	324.253,04

*Vegetação natural secundária, ou seja, em estado de regeneração.

As atividades agropecuárias correspondem a maior área ocupada: 233.121,31 hectares (71,89% da área municipal). Somente as pastagens ocupam mais de 232 mil hectares. Segundo a Pesquisa da Produção da Pecuária Municipal de 2013 (IBGE) havia nesse ano no município 184.150 cabeças de gado e produção de 32.989 mil litros de leite.

Teófilo Otoni apresenta elementos do patrimônio cultural material e imaterial, com destaque para o Cine Teatro Vitória, que foi construído em 1944; o Prédio da CEMIG, que foi inaugurado oficialmente em 29 de fevereiro de 1928, inicialmente como uma escola elitizada (o Ginásio

Mineiro) que foi fechada em 1943 e reaberta em 1947 com o nome de Colégio Mineiro. Outro monumento importante para a comunidade é a Praça Germânica, construída em homenagem às colônias alemãs que chegaram à cidade em 1856. Também há a Igreja Matriz, a Igreja Bom Jesus e a Praça Tiradentes, que abriga uma antiga Maria Fumaça que pertencia à extinta Estrada de Ferro Bahia e Minas (EFMB).



**Foto 102: Início do Perímetro Urbano de Teófilo Otoni/MG
(Vista da BR-116/MG)**

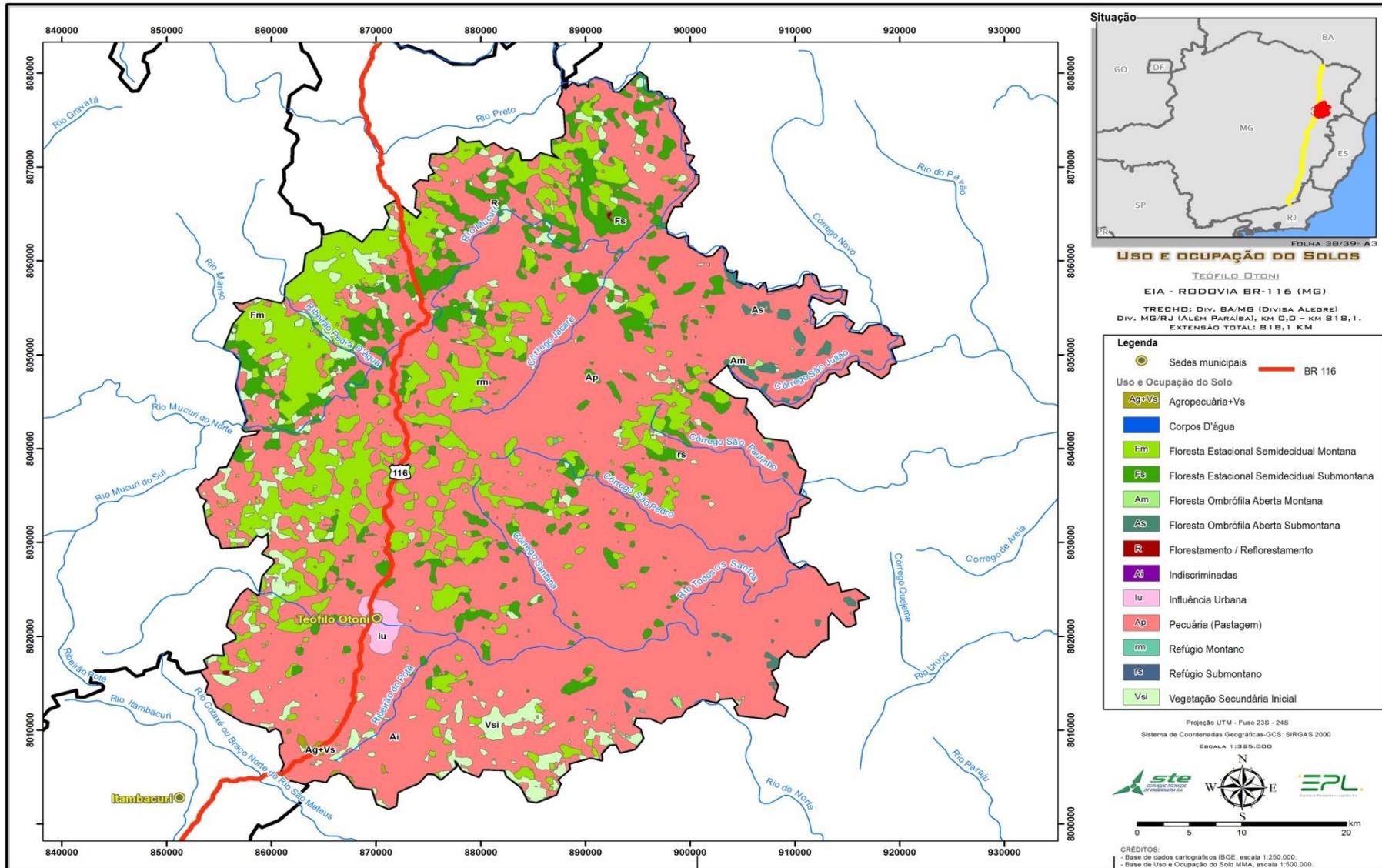


Figura 109: Uso e Ocupação do Solo – Teófilo Otoni/MG

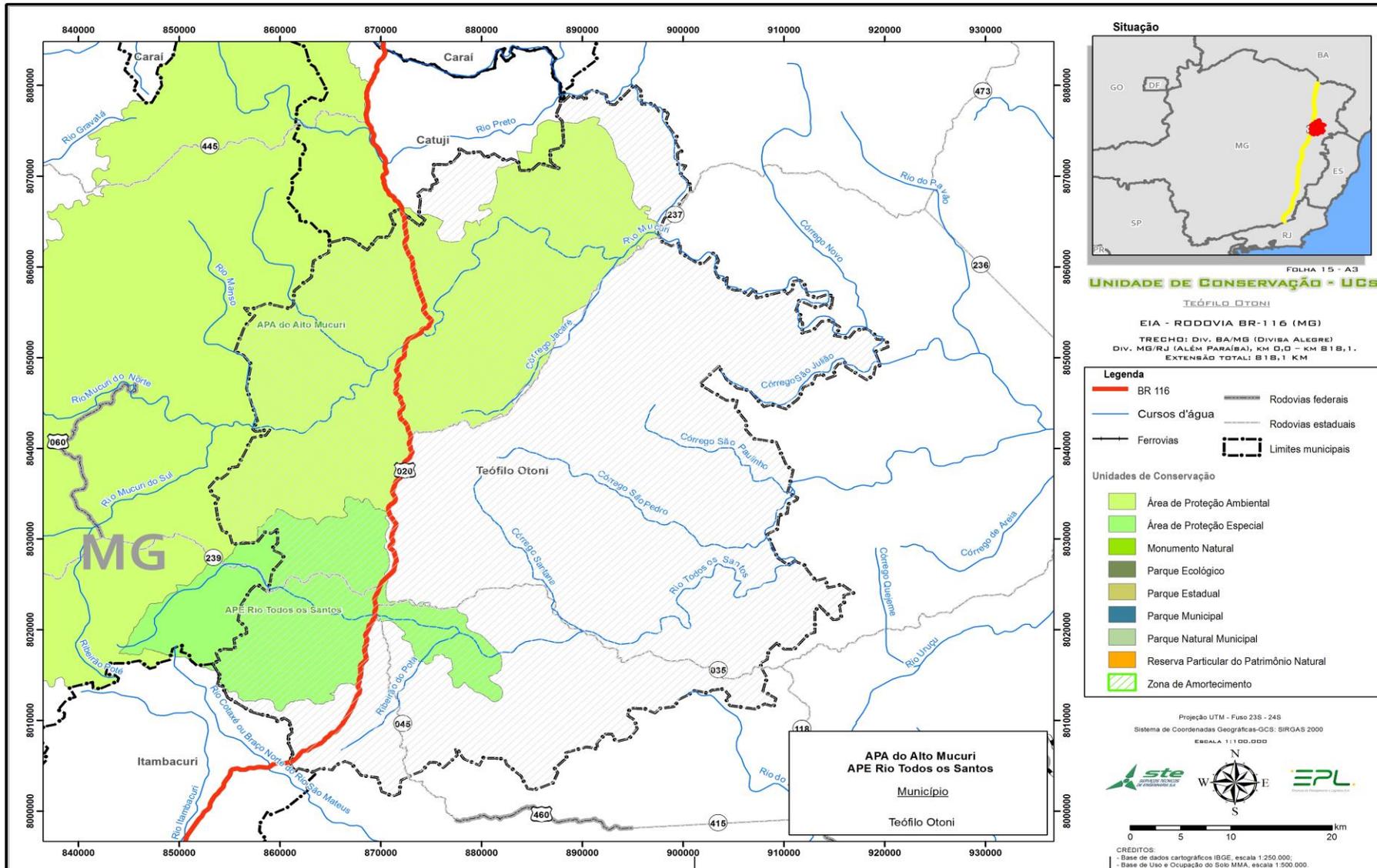


Figura 110: Uso e Ocupação do Solo – Unidades de Conservação Presentes - Teófilo Otoni/MG

O município de Ubaporanga possui uma área aproximada de 18.900 hectares e 12.040 habitantes (conforme dados do último Censo), possuindo 3 distritos: sede (Ubaporanga), São Sebastião do Batatal e São José do Batatal. A área urbana do município ocupa 41,36 hectares (que corresponde apenas a 0,21% da área municipal).

Segundo a Prefeitura, há legislação que regulamenta o uso do solo municipal, como o Código de Obras (Lei nº 019/2001) e Código de Posturas (Lei nº 19/1993).

Tabela 282: Uso e Ocupação do Solo – Ubaporanga/MG

CLASSE	ÁREA (ha)
Agricultura+Pastagem+Vs*	6.996,33
Floresta Estacional Semidecidual Montana	1.889,03
Influência Urbana	41,36
Pecuária (Pastagem)	10.001,73
TOTAL	18.928,46

*Vegetação natural secundária, ou seja, em estado de regeneração.

As áreas destinadas às atividades agropecuária são predominantes no município: são 16.998,06 hectares. A área com vegetação natural ocupa cerca de 10% do território.

No Banco de dados do IPHAN, verifica-se que o município possui 3 sítios arqueológicos da Tradição Aratu cadastrados: Córrego do Meio, Capoeirão e Fazenda da Cachoeira. O município conta com alguns elementos do patrimônio material e imaterial, tais como: o primeiro cinema da cidade, pertencente ao senhor José Macedo e depois a Izaltino Teixeira, ainda é parte da memória local. Na cultura imaterial, se destaca o folclore que tem como representantes o carnaval de rua, o boi janeiro, a mulinha, a congada e festas juninas.



Foto 103: Vista da Prefeitura Municipal de Ubaporanga/MG.

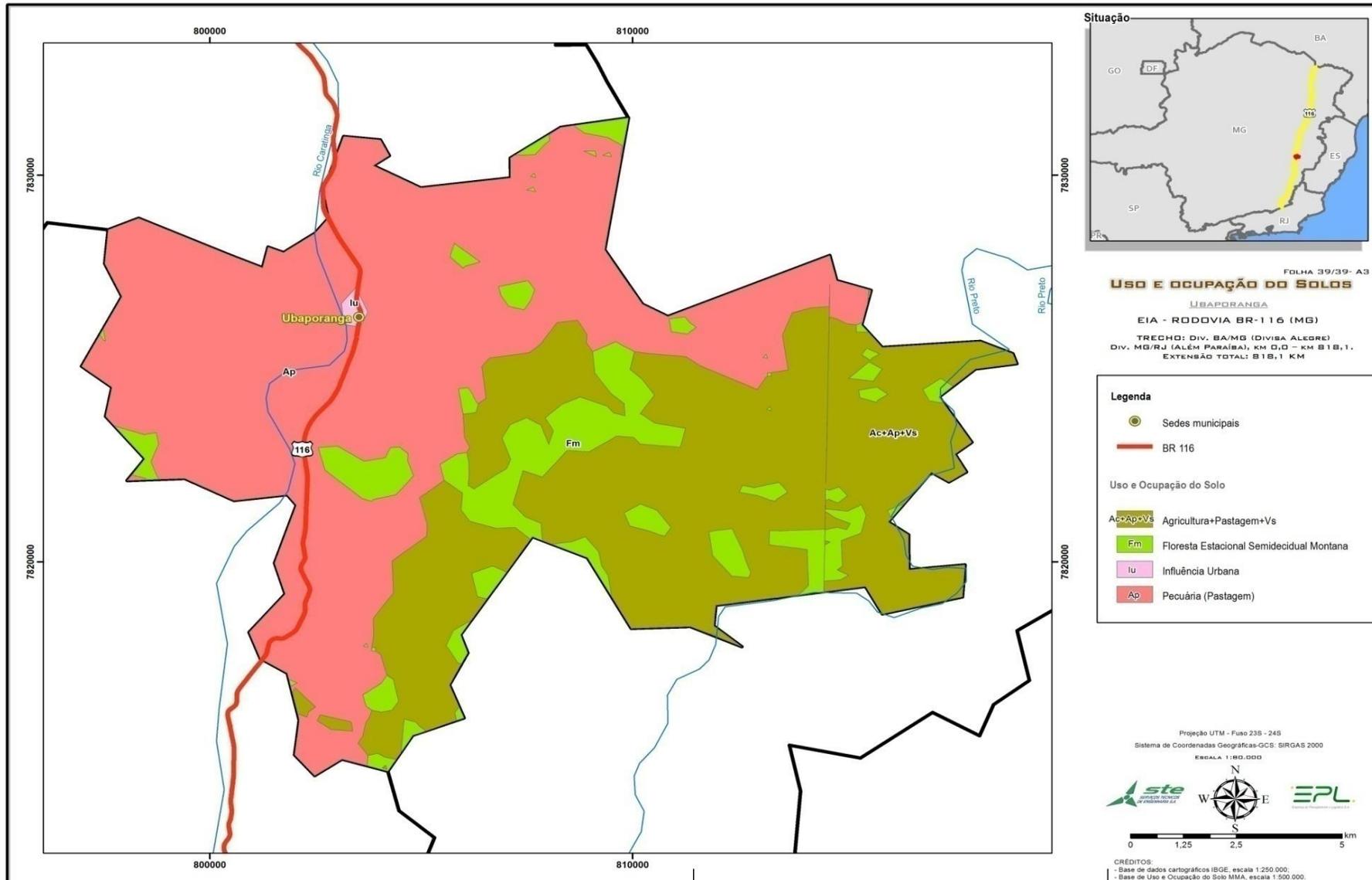


Figura 111: Uso e Ocupação do Solo – Ubaporanga/MG

6.3.4.2 Infraestrutura Regional

- Transporte

✓ Transporte Rodoviário

Segundo o Ministério dos Transportes, a nomenclatura das rodovias é definida pela sigla “BR”, que significa que a rodovia é federal, seguida por 3 algarismos. O primeiro algarismo indica a categoria da rodovia, de acordo com as definições estabelecidas no Plano Nacional de Viação:

- a) 0, para as rodovias radiais;
- b) 1, para as rodovias longitudinais;
- c) 2, para as rodovias transversais;
- d) 3, para as rodovias diagonais; e
- e) 4, para as rodovias de ligação;

A BR/116 é uma rodovia longitudinal, consistindo em umas das principais rodovias brasileiras. Possui uma extensão total de, aproximadamente, 4.380 quilômetros, com início na cidade de Fortaleza/CE e com término em Jaguarão/RS, na fronteira com o Uruguai. A Lei nº 11.363/2006 decretou que a rodovia BR-116, no trecho entre Fortaleza/CE (Km 0), até o entroncamento com a BR-040, no Rio de Janeiro, se denominasse “Rodovia Santos-Dumont”, em celebração ao centenário do voo do 14-Bis.

Em Minas Gerais, o órgão responsável pelas rodovias estaduais é o Departamento de Estradas e Rodagem - DER/MG. Segundo esse Departamento, a malha rodoviária estadual possuiu um total de 36.103 Km e está estruturada como mostra a Tabela 283, a seguir:

Tabela 283 - Malha Rodoviária do Estado de Minas Gerais

Circunscrição		Rede Rodoviária em Km		
		Pavimentada	Não Pavimentada	Total
Estadual (DER/MG)	Federais Estadualizadas	2.472	259	2.731
	Estaduais	18.377	6.011	24.388
	Total	20.849	6.270	27.119
Federal (DNIT)		8.471	514	8.984
Total Geral		29.319	6.784	36.103

Fonte: DER/MG (2013)



Foto 104: Entroncamento da BR-116/MG com a MG-265
Distrito de Realeza – Manhuaçu/MG

As principais rodovias, estaduais e federais, com entroncamentos na BR-116/MG são apresentadas na Tabela 284:

Tabela 284 - Principais Entroncamentos com a BR-116/MG

- BR 393	- BR-356	- BR-458	- MG-217
- BR-267	- BR-482	- BR-381	- MG-409
- BR-120	- MG-265	- BR-259	- MG-211
- MG-454	- BR-262	- BR-451	- BR-342
- MG-285	- MG-329	- MG-311	- BR-367
- BR-265	- MG-425	- BR-418	- BR-251

*Sentido RJ-BA

Fonte: Mapa Rodoviário - DER/MG



Foto 105: Entroncamento da BR-116/MG com a BR-251
Comunidade de Cariri – Cachoeira de Pajeú/MG

O DER-MG desenvolve o Programa PROACESSO (pavimentação de ligações e acessos rodoviários aos municípios) que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de cidades com baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e precária conexão com a rede viária principal, por meio da melhoria e pavimentação da infraestrutura rodoviária de acesso. Quando foi lançado, em 2003, 26% dos municípios mineiros (225 municípios) não possuíam ligação pavimentada. Dessa forma, muitas cidades ficavam isoladas, principalmente no período chuvoso, por causa da péssima trafegabilidade.

Tabela 285: Municípios da Área de Estudo beneficiados pelo PROACESSO e Situação das Obras:

Município	Diretriz	Extensão (Km)	Situação
Cachoeira de Pajeú	Cachoeira Pajeú - Entr.BR116	14,1	Concluída
Carai	Carai - Entr.BR116(Catuji)	26,3	Concluída
Divisa Alegre	Divisa Alegre - Divisópolis	41,0	Concluída
Inhapim	Entr.BR116 (Inhapim) - São Domingos Dores	13,9	Concluída
Itanhomi	Capitão Andrade –I tanhomi	16,0	Concluída
Medina	Medina - Comercinho	41,2	Concluída
Miradouro	Miradouro - Vieiras	13,2	Concluída
Ponto dos Volantes	Monte Formoso - Ponto Volantes	39,2	Concluída
Santo Antônio do Aventureiro	Santo Antônio Aventureiro - Entr.BR116	10,0	Concluída
Tarumirim	Alvarenga - Tarumirim	50,7	Concluída
Teófilo Otoni	Frei Gaspar - Teófilo Otoni	26,0	Concluída

Fonte: DER/MG

Segundo o DER/MG, com a implantação do programa e suas obras, os municípios contemplados obtiveram os seguintes benefícios:

- Aumento da acessibilidade com a melhoria das condições de escoamento dos produtos locais e impactos positivos no incremento e competitividade da economia regional;
- Redução dos custos operacionais dos veículos, com impactos positivos no preço dos fretes e das tarifas pagas pelos usuários;
- Redução do tempo das viagens e aumento das condições de conforto e segurança de operadores e usuários;
- Facilitação do acesso das populações locais aos serviços sociais instalados em polos microrregionais de maior porte;
- Incremento das atividades econômicas e, conseqüentemente, aumento dos recursos tributários arrecadados;

- Criação de oportunidades de emprego e geração de renda nas áreas beneficiadas e;
- Maior proteção ambiental, uma vez que a exploração pouco racional das jazidas para manutenção do revestimento primário dos acessos, além de prejudicar o ecossistema do entorno, exaure as fontes de material necessárias para futuras pavimentações.

Outro programa estruturador das rodovias e ligações estaduais é o “Caminhos de Minas”, que objetiva promover o desenvolvimento regional e diminuir as desigualdades socioeconômicas em todas as regiões do estado, encurtando as distâncias, diminuindo o tempo das viagens e aumentando a capacidade de rodovias que exercem o papel integrador entre os municípios mineiros. O programa prevê a pavimentação de mais de 8.131,13 km de rodovias, beneficiando 309 municípios do Estado. Na área de estudo temos três municípios contemplados:

Tabela 286: Municípios e Trechos Contemplados no Programa “Caminhos de Minas” na Área de Estudo.

Diretriz	Situação do Projeto	Situação da Obras	Extensão (km)
Governador Valadares (Acesso Penitenciária)	Concluído	Concluído	15,0
Leopoldina - Volta Grande	Paralisado	A Licitar	34,70
Almenara - Pedra Azul (Subtrecho: Almenara - Pedra Grande)	Paralisado	A Licitar	35,0
Almenara - Pedra Azul (Subtrecho: Pedra Azul - Pedra Grande)	Paralisado	A Licitar	58,0

Fonte: DER/MG

✓ Transporte Ferroviário

As ferrovias integrantes do Sistema Ferroviário Federal são designadas pelo símbolo “EF” (estrada de ferro) ou “AF” (acesso ferroviário³⁶). Como a nomenclatura das rodovias, o símbolo “EF” é acompanhado por um número de 3 algarismos, com os seguintes significados: 0 - para as rodovias radiais; 1 - para as longitudinais; 2 - para as transversais; 3 - para as diagonais; e 4 - para as ligações³⁷. O símbolo “AF” é seguido pelo número da ferrovia ao qual está ligado o acesso e complementado por uma letra maiúscula, sequencial, indicativa dos diferentes acessos ligados à mesma ferrovia.

³⁶ Segmentos de pequena extensão responsáveis pela conexão de pontos de origem ou destino de cargas e passageiros a ferrovias.

³⁷ Orientadas em qualquer direção e não enquadradas nas categorias discriminadas nos itens I a III, ligam entre si ferrovias ou pontos importantes do País, ou se constituem em ramais coletores regionais.

As primeiras ferrovias brasileiras foram construídas estimuladas por capital privado, nacional e estrangeiro, que tinham o objetivo de obter uma infraestrutura de transporte ferroviário capaz de levar a produção agrícola do interior aos principais centros urbanos. Por volta da década de 50 o transporte ferroviário brasileiro passou por algumas crises devido ao processo de industrialização e de urbanização que favoreceu o transporte rodoviário no país. As empresas que eram lucrativas passaram a falir e surgiu a necessidade da estatização de várias companhias ferroviárias.

Em 1957, surgiu então a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) que unificou muitas ferrovias brasileiras. Com a crise do petróleo na década de 70, juntamente com as crises econômicas brasileiras, tornaram a empresa insustentável. Para reverter esse quadro, aconteceu a privatização das ferrovias sob controle das estatais, sendo a RFFSA incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND).

Em 2007, a RFFSA foi extinta oficialmente e as principais ferrovias nacionais passaram a ser geridas por grandes operadores privados, que realizam exclusivamente o transporte de carga, enquanto que apenas uma pequena parte da malha ferroviária passou a pertencer ao poder estatal. Atualmente, as principais empresas que atuam no setor ferroviário do Brasil são: América Latina Logística, Transnordestina S.A., FERROPAR, FERRONORTE, FERROBAN, Ferrovia Centro Atlântica S.A., entre outras.

No estado de Minas Gerais temos a operação de ferrovias concedidas às empresas Estrada de Ferro Vitória-Minas (pertencente à VALE S.A.), Ferrovia Centro Atlântica – FCA S.A. e MRS Logística S.A. Segundo dados do Anuário Estatístico dos Transportes Terrestres, ano 2009, temos o seguinte quantitativo de quilômetros de ferrovia operado por essas empresas na área de estudo:

Tabela 287 – Extensão de Operação – Minas Gerais (Km).

	Minas Gerais
Estrada de Ferro Vitória Minas S.A.	657
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	3.834
MRS Logística S.A.	820
TOTAL	5.311

Fonte: Anuário Estatístico dos Transportes Terrestres (2009) – ANTT.

Na área de estudo temos a operação da Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM), que atua em cerca de 905 Km de extensão de linha, dispendo de 15.376 vagões e 207 locomotivas. Segundo o Ministério dos Transportes, transporta atualmente cerca de 110 milhões de toneladas por ano, onde 80% correspondem a minério de ferro e 20% a outros produtos (tais como aço, carvão, calcário, granito, contêiner, ferro-gusa, produtos agrícolas, madeira, celulose, etc.). O destino final são os portos do Espírito Santo.

Há também o transporte de passageiros: diariamente circula um trem de passageiros em cada sentido (entre Vitória e Belo Horizonte/Itabira).



Figura 112 - Traçado e Municípios de Paragem da EFVM.
Fonte: Ministério dos Transportes

Em relação à BR-116, a EFVM a cruza no município de Governadora Valadares, que é um dos seus pontos de paragem.



Foto 106: Ponte da BR-116/MG sobre a EFVM.
Governadora Valadares/MG

✓ Transporte Aeroportuário

A aviação aérea brasileira cresceu muito nos últimos anos, com o surgimento de novas companhias aéreas e a modernização dos aeroportos. As maiores empresas aéreas brasileiras são a TAM, Gol, OceanAir, WebJet e Azul. Com a maior concorrência, foi possível o melhoramento dos serviços e redução nas tarifas, o que popularizou o transporte aéreo de passageiros.

Grandes companhias aéreas estrangeiras também atuam no País: American Airlines, Continental, United Airlines, Delta, Lufthansa, Japan Airlines, Air France, TAP Portugal, British Airlines, entre outras.

O transporte aéreo é o movimento de pessoas e mercadorias pelo ar com a utilização de aviões ou helicópteros. O transporte aéreo é usado, preferencialmente, para movimentar passageiros ou mercadorias urgentes, de alto valor e perecíveis.

Na área de estudo há aeroportos administrados ou concedidos pela INFRAERO. Entretanto, há aeródromos públicos e particulares. Segundo a ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil, aeródromo é toda área destinada a pouso, decolagem e movimentação de aeronaves, podendo ser divididos em aeródromos civis (quando destinados ao uso de aeronaves civis) e militares (quando destinados ao uso de aeronaves militares). São eles:

Aeródromos Públicos
Governador Valadares - Coronel Altino Machado
Muriaé - Cristiano Ferreira Varela
Leopoldina – Leopoldina
Manhuaçu - Elias Breder
Pedra Azul - Comandante Almir Mendes de Oliveira
Teófilo Otoni - Juscelino Kubitscheck
Aeródromos Privados
Itambacuri – Fazenda Americana

**Quadro 16 - Aeródromos da Área de Estudo.
Fonte: ANAC (2013).**

Estão previstos investimentos do PAC II para ampliação e reforma do terminal de passageiros do aeroporto regional de Governador Valadares.



**Foto 107: Aeroporto Coronel Altino Machado
Governador Valadares/MG**



Foto 108: Aeroporto de Teófilo Otoni/MG

✓ Terminais de Cargas

Terminais de cargas são estruturas em portos e pontos de rodovias e ferrovias, devidamente aparelhados, para o embarque e desembarque de artigos transportados.

No Brasil, como o transporte de cargas é predominantemente rodoviário, existem várias empresas privadas de transporte e logística equipadas com infraestruturas modernas para estocagem, transporte e distribuição de cargas.

Segundo o Registro Nacional de Transporte Rodoviário de Cargas (RNTRC) da ANTT, há um total de 918.801 registros emitidos para empresas transportadoras de cargas (entre autônomos, empresas e cooperativas), com uma frota de 2.084.017 veículos.

A INFRAERO é responsável pela maioria dos terminais de carga aeroportuários no país. Além de administrar 63 aeroportos, a Infraero possui em sua estrutura uma rede de 31 Terminais de Logística de Carga – Rede TECA, espalhados por todo território nacional. Neles são prestados os serviços de armazenagem e movimentação da carga importada, a ser exportada, nacional (movimentada dentro do País) e expressa (*courier*). Na área de estudo não temos esses tipos de terminais de carga.

Sobre os terminais de carga ferroviários, estes são operados pelas empresas que receberam as concessões ferroviárias. A FCA possui um terminal em Ouro Preto/MG: trata-se de um terminal integrador, responsável pela conexão de cargas entre Estrada de Ferro Vitória-Minas (da VALE S.A) e a ferrovia da MRS, fazendo o escoamento de produtos siderúrgicos do Vale do Aço (MG) para os mercados do Rio de Janeiro e São Paulo.

A Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) possui terminais nas cidades de Ouro Branco, Belo Horizonte, João Monlevade, Itabira, Nova Era, Ipatinga, Governador Valadares (todos municípios

mineiros) e, em João Neiva e Vitória, no Espírito Santo. Essa estrada de ferro também opera o transporte de passageiros, possuindo dez terminais para esse fim: em Belo Horizonte, Barão de Cocais, Ipatinga, Governador Valadares, Conselheiro Pena, Resplendor, Aimorés, Colatina/ES, Fundão/ES e Vitória/ES.

✓ Transporte Dutoviário

Conforme a Confederação Nacional do Transporte (2012, p. 1), o transporte terrestre pode ser dividido em três grupos: rodoviário, ferroviário e dutoviário. Com relação ao sistema dutoviário, o mesmo pode ser definido como sendo um “conjunto de terminais, com os equipamentos de propulsão, conectado por tubos”. Dependendo da mercadoria transportada, o modal pode receber a denominação de gasoduto, oleoduto, mineroduto ou, para mercadorias diversas, de poliduto.

O levantamento e organização do cadastro do sistema dutoviário do país, bem como as empresas detentoras de equipamentos e instalações deste tipo de transporte, estão a cargo da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT, 2014). De acordo com a mencionada Agência, o transporte dutoviário pode ser dividido em três categorias:

- Oleodutos: transportam, normalmente, petróleo, óleo combustível, diesel, álcool, GLP e outros;
- Minerodutos: transporta sal-gema, minério de ferro, concentrado fosfático;
- Gasodutos: transportam gás natural.

A Figura 113 mostra a participação de cada modal no transporte de cargas no Brasil.

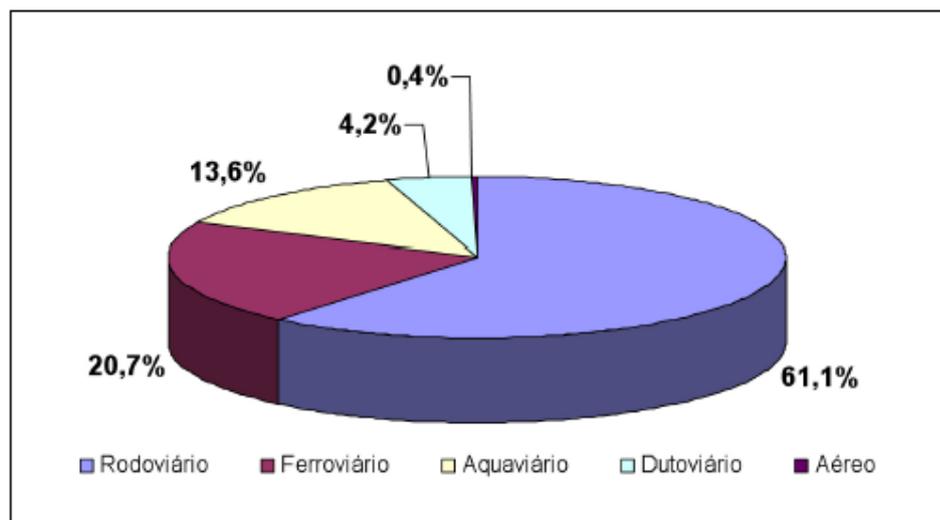


Figura 113 - Matriz do Transporte de Cargas no Brasil
Fonte: Confederação Nacional do Transporte, 2012.

A pouca utilização do modal dutoviário no Brasil tem como um de seus percalços o seu alto custo de construção, uma vez que a mesma é limitada a poucas empresas, exigindo para isso mão de obra especializada. Quanto aos benefícios do sistema, destaca-se o baixo consumo de energia, tendo em vista a utilização, em muitos casos, da gravidade para o transporte; simplicidade nas operações de carga e descarga; e reduzida necessidade de armazenamento (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE, 2012).

Em termos de impactos ambientais, o sistema dutoviário desencadeia em menores impactos quando comparado ao transporte rodoviário: tal fato deve-se a sua flexibilidade, segurança operacional e redução quantitativa de acidentes, vazamentos e emissões atmosféricas (PETROBRAS, 2014).

A Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado–ABEGÁS, fornece um mapa sobre a distribuição, a nível nacional, dos gasodutos. Tal mapa pode ser visualizado na Figura 114.



Figura 114 - Mapa dos Gasodutos Brasileiros
Fonte: ABEGÁS, 2014.

Na área de estudo não existe sistemas de dutos instalados. Mas há planejamento, por exemplo, da GASMIG – Companhia de Gás de Minas Gerais, para expansão da rede: a ampliação do Gasoduto do Vale do Aço até Governador Valadares.

O Mapa da infraestrutura de transportes da área de estudo é apresentado no Anexo VI.

6.3.4.3 Vetores de Crescimento Urbano

Conforme exposto no Item “Uso e Ocupação do Solo”, dos 39 municípios da área de estudo, apenas 11 possuem Plano Diretor; e os municípios de Divino, Inhapim, Itambacuri e Medina estão elaborando os seus Planos Diretores atualmente. Os demais municípios, apesar de não disporem de Plano Diretor, a regularização do uso e ocupação do solo municipal está fundamentada em legislação municipal, observação também contida no capítulo.

Os municípios da área de estudo foram demandados oficialmente para que disponibilizassem suas plantas/mapas do zoneamento territorial³⁸. Todavia, o único a atender foi o município de Frei Inocência. No contato com as Prefeituras e seus representantes, durante os trabalhos de campo, a explicação para o não envio/disponibilização desse material se deve a sua inexistência, a sua revisão ou, a falta de pessoal especializado na administração municipal para efetuar tal serviço. A maioria dos municípios, apesar disso, disponibilizaram as suas leis de regularização do uso e ocupação territorial (somente texto)³⁹.

Em consultas realizadas nas secretarias municipais responsáveis foi unânime o posicionamento dessas no que tange à expansão urbana desses municípios: em sua maioria, o município cresceu em função da construção da BR-116/MG, e sua política de expansão urbana e legislação de uso e ocupação já leva em consideração a existência da rodovia.

Segundo as administrações municipais há controle da não construção/edificação na faixa de domínio da rodovia, e os projetos de expansão urbana, quando existem, já contam com esse impedimento no seu planejamento. As poucas invasões que ocorrem nessa faixa são por vendedores ambulantes, que estabelecem “barraquinhas” na faixa de domínio para venda de produtos alimentícios e artesanais. Essa permanência deve-se, principalmente, a falta de pessoal disponível para a fiscalização.

O maior impeditivo da expansão urbana já ocorrida nos municípios adjacentes à rodovia BR-116/MG sobre as obras de duplicação se dará em dois casos:

- a) Nos municípios caracterizados como pólos de suas regiões, são registradas atividades econômicas mais diversificadas, com grande fluxo de trânsito interno (do município) que se mistura ao tráfego da rodovia. Como exemplo, os municípios de Muriaé, Governador Valadares, Teófilo Otoni e Caratinga. Nesses trechos, o comércio, serviços e indústrias estabeleceram-se nas margens das vias laterais à rodovia. O tráfego de caminhões, carros, bicicletas e pedestres são intensos. Essa interação de tráfego local e rodoviário cria retenções que não favorecem a fluidez geral, em virtude da quantidade de barreiras eletrônicas e semáforos para o ordenamento de todo o trânsito.

³⁸ Os ofícios enviados às prefeituras municipais, bem como a lista de informações e material solicitado, encontram-se apresentados no Anexo Digital.

³⁹ As Legislações Municipais disponibilizadas encontram-se também no Anexo Digital.



Foto 109: Vista do Trecho da BR-116/MG no perímetro Urbano de Caratinga/MG, com a presença de muitos estabelecimentos comerciais e de serviços na margem das ruas laterais.



Foto 110: Vista do Trecho da BR-116/MG no perímetro Urbano de Teófilo Otoni/MG, com a presença de muitos estabelecimentos comerciais e residenciais em suas avenidas laterais à Rodovia.

Nesses municípios, a rodovia já se encontra duplicada, necessitando, entretanto, de conformação/regularização da pista e instalação de mecanismos de segurança e de travessia.

Para atender o reordenamento entre o tráfego rodoviário e o tráfego urbano, o projeto de engenharia deverá levar em consideração todas as necessidades, o que obriga estabelecer canal direto de comunicação com as administrações locais e órgãos de trânsito, no sentido de identificar as maiores demandas e eliminar os pontos críticos.

- b) O segundo caso diz respeito aos perímetros urbanos interceptados pela rodovia em cidades menores: ainda que o trânsito de veículos e pedestres seja menor nesses locais há também o estabelecimento de comércio e serviços em suas faixas marginais. Em alguns municípios

há presença de escolas, postos de saúde e outros equipamentos públicos nessas vias marginais (ver Anexo II – Fichas de Campo).

Assim, nesses trechos, o projeto de engenharia deverá levar em consideração essas peculiaridades, devendo estar em contato direto com as administrações municipais, para identificação das necessidades de travessias, sinalização, não somente para a fase de obras (para a qual deve prever os horários específicos), mas também para a fase de operação, com a definição de todo o reordenamento do tráfego da área, de maneira que não se potencializem conflitos prejudiciais entre a rodovia e o conforto cotidiano da população local.



**Foto 111: Perímetro Urbano de Frei Inocência/MG –
Presença de Comércio e Serviços estabelecidos nas Faixas Marginais.**



**Foto 112: Perímetro Urbano de Catuji/MG –
Presença de Comércio e Serviços estabelecidos nas Faixas Marginais.**

6.3.4.4 População Diretamente Afetada pelas Obras de Melhoramento e Duplicação da BR-116/MG

Durante os levantamentos de campo, todo o trecho da rodovia em estudo foi percorrido pela equipe, no sentido de identificar qual a população que será diretamente afetada pelas obras de duplicação e regularização da BR-116/MG.

Nesse levantamento essas comunidades foram identificadas e seu mapeamento é apresentado no Anexo I. Para os municípios que, de certa forma cresceram ao redor da rodovia, o mapeamento da população diretamente afetada, englobou todo o perímetro urbano. Foram identificados, dessa forma, os seguintes perímetros urbanos:

Perímetros Urbanos	
Além Paraíba	Dom Cavati
Leopoldina	Engenheiro Caldas
Laranjal	Alpercata
Muriaé	Governador Valadares
Miradouro	Mathias Lobato
São Francisco do Glória	Campanário
Fervedouro	Teófilo Otoni
São João do Manhuaçu	Catuji
Santa Bárbara do Leste	Padre Paraíso
Santa Rita de Minas	Ponto dos Volantes
Caratinga	Itaobim
Ubaporanga	Medina
Inhapim	Divisa Alegre

Quadro 17: Perímetros Urbanos Diretamente Afetados pelo Projeto de Duplicação da BR-116/MG.

Também foram mapeados distritos/vilas/localidades que poderão ser afetados diretamente pelas obras:

Tabela 288 – Distritos/Vilas/Localidades Diretamente Afetadas pela Duplicação da BR-116/MG.

	Bairro/Distrito/Povoado	Município
01	São João	Além Paraíba
02	Marinópolis	Além Paraíba
03	Beira Rio	Além Paraíba
04	São João da Sapucaia	Laranjal
05	Bom Jesus da Cachoeira	Muriaé
06	Várzea Grande	Divino
07	Vargem Grande	Divino
08	Neblina	Divino
09	Córrego Vista Alegre	Orizânia
10	Córrego dos Dornelas	Orizânia
11	Córrego Bálsamo	Orizânia
12	Córrego São João Batista	Orizânia
13	Córrego Canafístula	São João do Manhuaçu
14	Realeza	Manhuaçu
15	Vilanova	Manhuaçu
16	São Pedro do Avaí	Manhuaçu
17	Sacramento	Manhuaçu
18	Soledade	Manhuaçu

	Bairro/Distrito/Povoado	Município
19	Dom Correa	Manhuaçu
20	Pampulha do Manhuaçu	Manhuaçu
21	Córrego Boa Fé	Inhapim
22	Córrego dos Bernardes	Inhapim
23	Vila Marques	Inhapim
24	Era Nova	Alpercata
25	Mucuri	Teófilo Otoni
26	Serra do Onório	Teófilo Otoni
27	Chonin de Baixo	Governador Valadares
28	Lajinha	Teófilo Otoni
29	Ponto do Marambaia	Caraí
30	Vila Nova	Caraí
31	Moraes	Ponto dos Volantes
32	São João	Itaobim
33	Fonte Nova	Itaobim
34	Ponte Nova	Itaobim
35	Rochedo	Medina
36	Souza Lima	Medina
37	Águas Altas	Cachoeira do Pajeú
38	São Francisco	Cachoeira de Pajeú
39	Mangueira	Cachoeira de Pajeú
40	Cariri	Cachoeira de Pajeú
41	Abacaxi	Águas Vermelhas

✓ **Opinião da População Sobre as Obras de Melhoramento e Duplicação da BR-116/MG.**

Durante as atividades de campo foram aplicados questionários nas comunidades/bairros/distritos/vilas que serão diretamente afetados pelas obras de melhoramento e duplicação, ao longo de todo o traçado em estudo da BR-116/MG. A intenção dos questionários foi saber quais as dificuldades encontradas, atualmente, por essa população, em relação à rodovia e, também, extrair sua opinião de como a vida poderá melhorar ou não, com as mencionadas obras de duplicação.



Foto 113: Entrevista realizada na Comunidade de Moraes Ponto dos Volantes/MG

Foram aplicados um total de 243 questionários, distribuídos de acordo com o apresentado no Gráfico 7.



Gráfico 7: Número de Questionários Aplicados por Município

Foram entrevistadas pessoas das mais variadas faixas etárias, sendo a metade (50%) na faixa entre 31-50 anos, de ambos os sexos (51% de homens e 49% de mulheres) e dos mais variados níveis de escolaridade (sendo os que possuíam ensino fundamental completo a maioria, com 34%) (Gráfico 8).

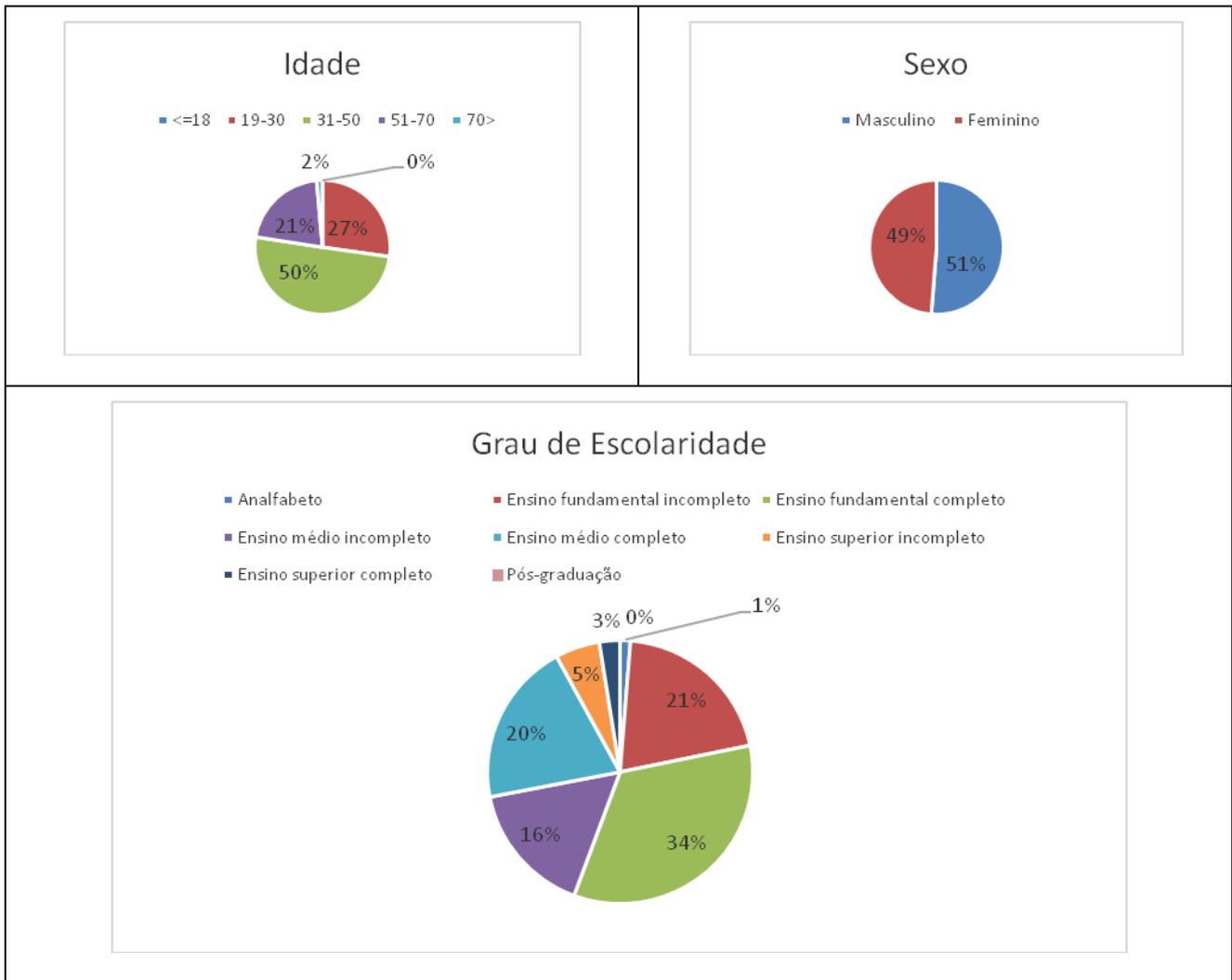


Gráfico 8: Idade, Sexo e nível de escolaridade dos Entrevistados

Uma das perguntas feita nos questionamentos é se os moradores já haviam presenciado atropelamentos/acidentes com animais na rodovia: 159 entrevistados responderam que sim, sendo que os principais tipos de animais envolvidos, eram os domésticos (principalmente cães).

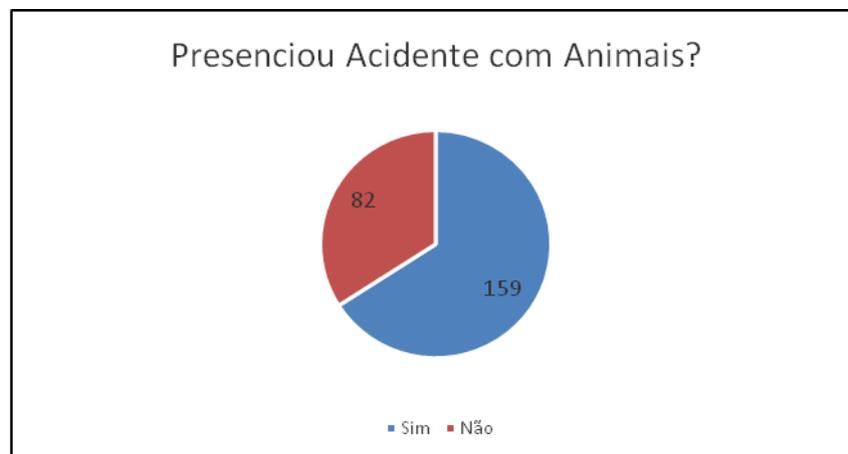


Gráfico 9: Acidentes com Animais na Rodovia

Sobre os acidentes presenciados pelos entrevistados, foi perguntado se o respondente já havia presenciado algum tipo de acidente na rodovia: 79% dos entrevistados afirmaram já ter presenciado, sofrido ou ouvido notícias/comentários de acidentes na BR-116.

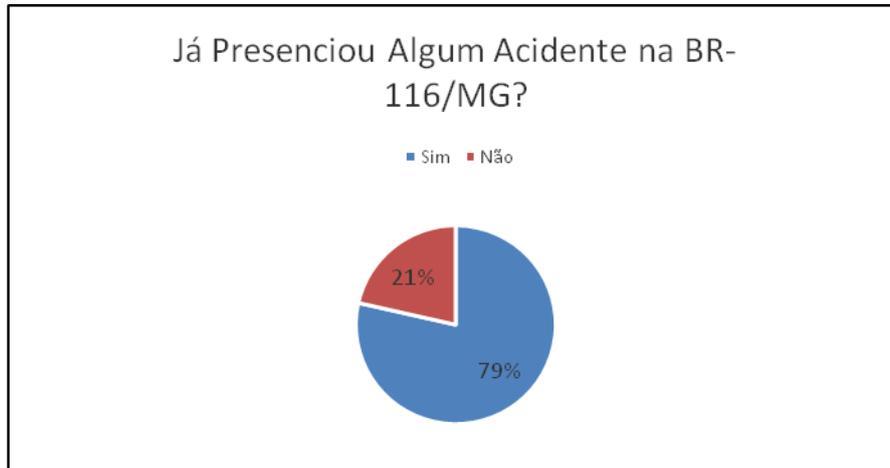


Gráfico 10: Acidentes na Rodovia Presenciados pelos Entrevistados

Sobre os tipos de acidentes mais freqüentes, as batidas/colisões entre veículos é a mais comum (68%), seguido por capotamentos e atropelamentos (14%).

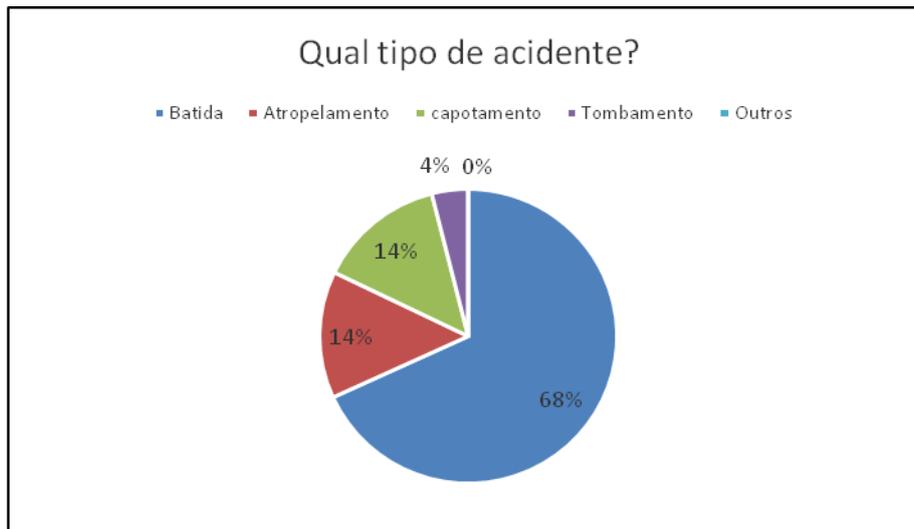


Gráfico 11: Tipos de Acidentes mais Freqüentes na BR-116/MG

Questionados sobre a necessidade de atravessar a rodovia, para deslocamentos, principalmente para ida e vinda do trabalho, 73% dos entrevistados dizem que atravessam a rodovia diariamente. Muitos dos municípios da área de estudo são interceptados pela rodovia.

Sobre os mecanismos que acham que devam ser instalados, para a diminuição de acidentes e maior segurança dos moradores e usuários, os 32% dos entrevistados apontaram a necessidade de instalação de radares; 26% de passarelas para travessia de pedestres; e 20% sugeriu a implantação de quebra molas.

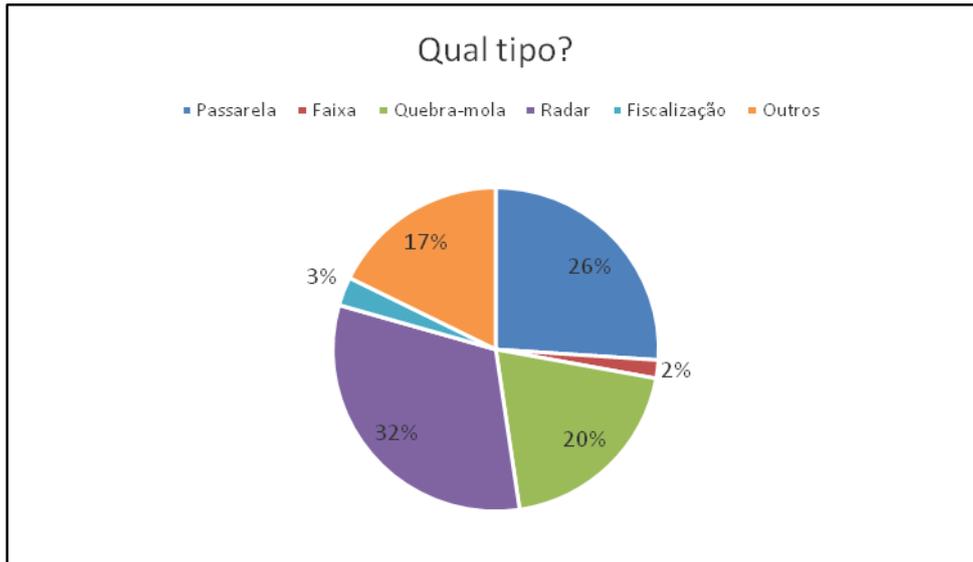


Gráfico 12: Tipo de Mecanismos de Segurança que devam ser Instalados, segundo os Entrevistados.

Sobre a opinião dos entrevistados quanto às obras de duplicação e adequação da rodovia, 60% sabem ou já ouviram falar sobre o projeto: 58% opinaram que será bom; 22% será muito bom; e, 10%, não souberam responder.

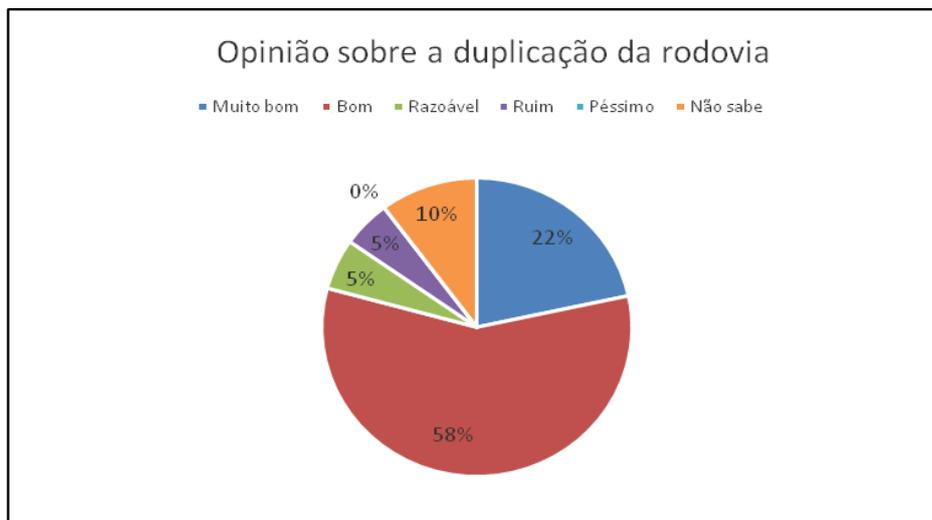


Gráfico 13: Opinião sobre o Projeto de Duplicação da BR-116/MG, segundo os Entrevistados.

Os principais pontos positivos apontados para as obras será a diminuição de acidentes (63% das opiniões), seguido por 27% que acham que será o aumento da segurança; e, 10%, acredita que trará desenvolvimento para a região (Gráfico 14).

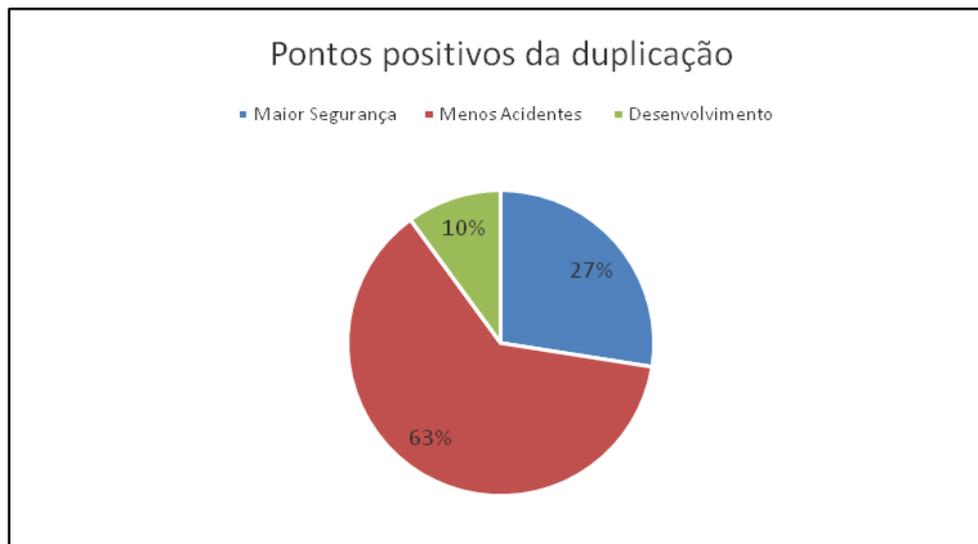


Gráfico 14: Pontos Positivos da Duplicação, segundo os Entrevistados.

Os principais pontos negativos apontados para a duplicação da rodovia são: o aumento do tráfego de veículos e o pagamento de pedágio.

6.3.5 DINÂMICA SOCIOCULTURAL

6.3.5.1 Comunidades Quilombolas

A Fundação Palmares- FCP, encaminhou a Nota Técnica nº 73/2012/DPA/FCP/MinC, por meio do Ofício nº 01/GAB/FCP/MinC, de 02 de janeiro de 2013, pela qual indica o texto a ser inserido no TR, item “6.3.5.1 – Comunidades Quilombolas”, para composição dos estudos socioambientais sobre a temática.

A referida Fundação recomendou que o item fosse totalmente modificado para o texto a seguir, o qual passa a direcionar os Estudos sobre as Comunidades Quilombolas do empreendimento em questão:

I – Apresentar dados acerca da existência de Comunidades Quilombolas tradicionais junto às áreas de influência da atividade ou empreendimento, tendo como referência as definições do Anexo II da Portaria Interministerial nº 419, de 26 de outubro de 2011;

II – Deverão ser apresentados, para as comunidades localizadas dentro dos limites estabelecidos no Anexo II da Portaria Interministerial nº 419, de 26 de outubro de 2011:

a) A identificação dos impactos diretos e indiretos associados à implantação e operação da atividade ou empreendimento, bem como a apresentação de propostas de controle e mitigação desses impactos sobre as Comunidades Quilombolas;

b) Mapa com as coordenadas geográficas das Comunidades Quilombolas e a distância de cada uma delas com relação à atividade ou ao empreendimento;

c) *Propostas sob a forma de programas ambientais às Comunidades Quilombolas para a prevenção, mitigação e/ou controle dos impactos diagnosticados em função da implantação e operação da atividade ou empreendimento, classificadas por meio de componente ambiental afetado e caráter preventivo ou corretivo, bem como sua eficácia;*

d) *Impactos referentes à possibilidade de remoção e/ou realocação de famílias quilombolas, e propostas de indenização, se for o caso, que deverá obedecer ao que determina o Art. 16, inciso 2, 4 e 5 da Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Decreto nº 5.051, 19/04/2004.*

Os resultados das avaliações realizadas mostraram que a BR-116/MG intercepta, na extensão do seu trecho objeto do estudo, 39 (trinta e nove) municípios, dos quais 3 (três) registram Comunidade Quilombolas que possuem Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, do INCRA.

Entretanto, essas comunidades não são passíveis de estudos detalhados por estarem além do limite de 10 Km do eixo da rodovia, conforme apresentado no Quadro 18 abaixo.

Municípios – Estado de Minas Gerais	Comunidade	Distância do Eixo BR 116/MG
Jequitinhonha	Mumbuca	45 km
Carlos Chagas/Teófilo Otoni	Marques	42 km
Almenara	Marobá dos Teixeiras	96 km

Quadro 18 – Comunidades Quilombolas mais Próximas à Área de Estudo.

Consulta realizada ao INCRA - Superintendência Regional de Minas Gerais (SR-06) e respondida através do Ofício/INCRA/SR-06/MG/GAB/Nº49/2015, de 16/01/2015, revela que a instituição também desconhece a existência de comunidades quilombolas na área de estudo. A localização dessas Comunidades é apresentada na Figura a seguir.

Na área de estudo também não foram identificadas Comunidades Tradicionais.

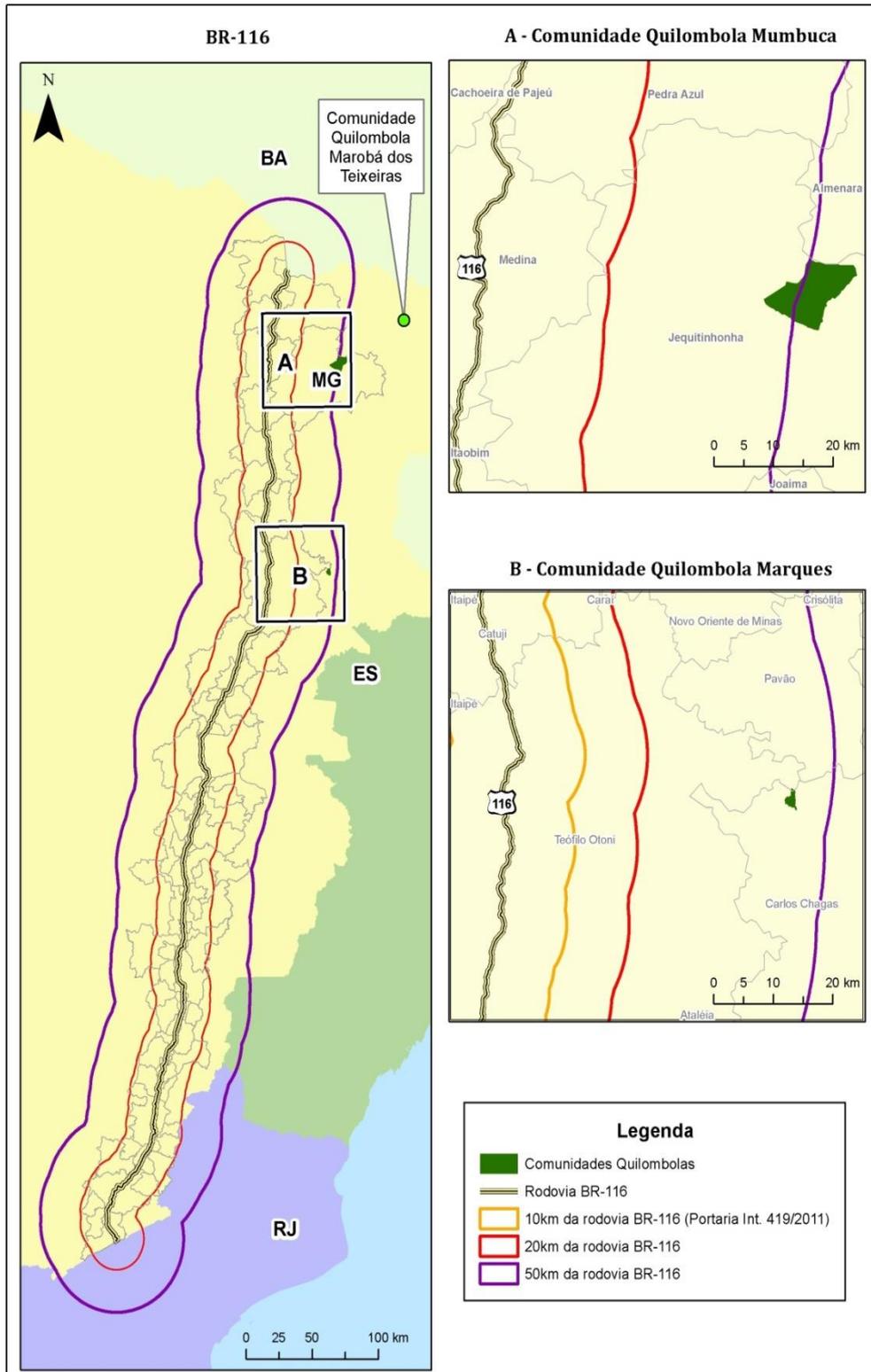


Figura 115 - Localização das Comunidades Quilombolas Mumbuca e Marques.

6.3.5.2 Comunidades Indígenas

No estado de Minas Gerais há 13 terras indígenas ocupando uma área de, aproximadamente, 115.800 ha, nas modalidades de “tradicionalmente ocupada” e “reserva indígena”, em diversas fases de regularização, como pode ser observado no quadro a seguir:

TI	Etnia	Município	Fase do Procedimento	Modalidade
Caxixó	Kaxixó	Pompéu, Martinho Campos	Delimitada	Tradicionalmente Ocupada
Cinta Vermelha Jundiba	Pataxó, Pankakaru	Araçuaí	Encaminhada RI	Reserva Indígena
Fazenda Boa Vista	Xucuru, Kariri	Caldas	Encaminhada RI	Reserva Indígena
Fazenda Guarani	Pataxó, Krenak	Senhor do Porto, Carmesia	Regularizada	Tradicionalmente Ocupada
Fazenda Modelo Diniz – Muã Mimatxi	Pataxó	Itapecirica	Encaminhada RI	Reserva Indígena
Hãm Yíxux	Maxakali	Ladainha	Regularizada	Reserva Indígena
Krenak	Krenák	Resplendor	Regularizada	Tradicionalmente Ocupada
Krenak dos Sete Salões	Krenák	Conselheiro Pena, Itueto, Resplendor e Santa Maria do Itueta	Em Estudo	Tradicionalmente Ocupada
Maxacali	Maxakali	Santa Helena de Minas, Bertópolis	Em Estudo	Tradicionalmente Ocupada
Mundo Verde/Cachoeirinha	Maxakali	Teófilo Otoni	Regularizada	Reserva Indígena
Xacriabá	Xacriabá	São João das Missões, Itacarambi	Regularizada	Tradicionalmente Ocupada
Xacriabá	Xacriabá	São João das Missões, Itacarambi, Conego Marinho	Delimitada	Tradicionalmente Ocupada
Xacriabá Rancharia	Xacriabá	Itacarambi, São João das Missões	Regularizada	Tradicionalmente Ocupada

Quadro 19: Terras Indígenas de Minas Gerais
Fonte: FUNAI

Segundo o Censo de 2010, em seus resultados preliminares, há um total de 31.677 índios em Minas Gerais, sendo que 9.701 residem nas terras indígenas e 9.682 nas zonas urbanas.

Segundo levantamentos realizados através de pesquisas nas bases de dados da FUNAI – Fundação Nacional do Índio, na área de estudo do empreendimento não existem terras indígenas demarcadas ou em processo de demarcação ou mesmo em estudo.

6.3.5.3 Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico⁴⁰

a. Potencial Arqueológico e Histórico da Área da Pesquisa

A partir das pesquisas arqueológicas identificadas, bem como dos sítios arqueológicos cadastrados, os dados indicam que a região possui potencial arqueológico para a identificação de diversos tipos de vestígios, como:

- Aldeias e acampamentos indígenas;
- Grutas com inscrições rupestres;
- Oficinas líticas;
- Casario antigo;
- Fazendas antigas;
- Sítios associados a atividades mineradoras;
- Senzalas e demais benfeitorias de terreiros de fazenda.

b. Delimitação da Área Abrangida Pelo Projeto e Características do Empreendimento

O trecho da duplicação inicia-se na divisa com o Estado da Bahia, próximo ao município de Divisa Alegre, em Minas Gerais, no km 0,0, até a divisa com o Estado do Rio de Janeiro, próximo ao município de Além Paraíba, no Estado de Minas Gerais, no km 818,1.

Atinge direta e indiretamente os municípios, a saber⁴¹: Encruzilhada/BA; Águas Vermelhas, Além Paraíba, Alpercata, Cachoeira de Pajeú, Campanário, Caraí, Caratinga, Catuji, Divino, Divisa Alegre, Dom Cavati, Engenheiro Caldas, Fervedouro, Frei Inocêncio, Governador Valadares, Inhapim, Itambacuri, Itanhomi, Itaobim, Jampruca, Laranjal, Leopoldina, Manhuaçu, Mathias Lobato, Medina, Miradouro, Muriaé, Orizânia, Padre Paraíso, Pedra Azul, Ponto dos Volantes,

⁴⁰ Está aqui apresentado um resumo do estudo integral apresentado ao IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁴¹ Segundo a base de dados do IBGE (2010), disponível em: http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm. Acesso em 11/12/2014.

Santa Bárbara do Leste, Santa Rita de Minas, Santo Antônio do Aventureiro, São Francisco do Glória, São João do Manhuaçu, Tarumirim, Teófilo Otoni, Ubaporanga, todos em Minas Gerais e; Carmo/RJ.

Segmento: inicial no Km 00 (MG) e término no Km 818,1 (MG).

Extensão: 818,1 Km.

Para este estudo foi considerado:

- Área Diretamente Afetada (ADA): rodovia e sua faixa de domínio de 40 metros;
- Área de Influência Direta (AID) a faixa de 50 metros a partir da ADA e;
- Área de Influência Indireta (AII): os municípios interceptados pela rodovia acrescidos dos municípios de Carmo/RJ e Encruzilhada/BA.

c. Metodologia de Campo e Prospecção Arqueológica

Para reconstruir a atividade humana do passado em um determinado local é fundamental que o arqueólogo compreenda o contexto de um achado, seja um artefato, uma estrutura ou uma edificação. O contexto de um objeto depende de sua associação com outros achados e da sua situação, posição e nível do sítio. Para tanto, utiliza-se a prospecção arqueológica sistemática em transectos, que proporciona o entendimento de situações comuns em áreas com potencial arqueológico. A partir das prospecções os pesquisadores podem descobrir novos vestígios arqueológicos, além de visitar sítios já catalogados. A partir daí, se avalia e cadastra os novos sítios descrevendo forma, tamanho e localização, por exemplo. No caso do cadastramento, se faz uma avaliação do grau de integridade e fatores naturais e antrópicos que ocasionaram a destruição recorrente. Em ambos os casos é importante que o pesquisador tenha em mente um plano de gestão pré-definido a ser encaminhado ao órgão competente a fim de inibir a destruição do patrimônio arqueológico mapeado (RENFREW & BAHN, 1993).

O reconhecimento e a prospecção arqueológica abrangem uma grande variedade de técnicas. Estas não se restringem à identificação e registro do solo ou artefatos de superfície de coleta, mas leva em conta a amostragem de alguns dos recursos naturais e minerais que podem ser identificados como matéria-prima para os grupos humanos que estariam habitando a região. Grande parte da pesquisa prospectiva atual é dedicada a avaliar a distribuição espacial das atividades humanas, as diferenças regionais e as mudanças populacionais ao longo do tempo e da relação entre o homem e os recursos disponíveis (RENFREW & BAHN, 1993).

Um dos principais objetivos do arqueólogo é localizar e registrar os assentamentos e estruturas arqueológicas. Os métodos de identificação desses vestígios incluem a consulta a fontes documentais e evidências locais, especialmente na observação meticulosa da área, o

reconhecimento da paisagem, avaliando qualquer vestígio em superfície (RENFREW & BAHN, 1993). Para essa finalidade, realizam-se os caminhamentos sistemáticos e assistemáticos, que buscam orientar-se através das informações presentes no contexto que envolvem: a paisagem; a matéria-prima que ocorre na região pesquisada; biodiversidade; espacialidade de artefatos; influências antrópicas contemporâneas; localização geográfica; e condições de sobrevivência humana. A prospecção e o diagnóstico são importantes para o desenvolvimento de estudos regionais específicos, que buscam a compreensão do sistema de assentamento e espacialidade de grupos sociais do passado (RENFREW & BAHN, 1993).

Diante disso, a pesquisa arqueológica prospectiva, após aprovada pelo IPHAN, ocorreu da seguinte maneira:

Tabela 289. Estratégia da pesquisa arqueológica

Atividade em Gabinete I	Atividade de Campo	Atividade de Gabinete II
<p>I. Avaliação do ambiente natural e cultural;</p> <p>II. Análise de material cartográfico da área;</p> <p>III. Pesquisa bibliográfica e documental sobre as pesquisas arqueológicas e históricas desenvolvidas na região;</p> <p>IV. Identificação dos sítios arqueológicos da área através de levantamento bibliográfico.</p>	<p>I. Caminhamento e observação do ambiente;</p> <p>II. Delimitação dos transects e abertura de sondagens nas áreas propícias;</p> <p>III. Análise de perfil e da estrutura do solo;</p> <p>IV. Documentação da pesquisa através de fotografias digitais, cartografia e fichas de campo.</p>	<p>I. Organização da documentação de campo;</p> <p>II. Geoprocessamento;</p> <p>III. Produção de relatório final com a discussão dos dados obtidos.</p>

✓ Estratégias da Pesquisa Arqueológica Preventiva na Área do Empreendimento

As estratégias utilizadas em campo consistiram em intervenções sistemáticas em superfície e subsuperfície em toda a extensão do empreendimento, procurando registrar informações relacionadas à ocupação pré-colonial e histórica da área.

A pesquisa arqueológica se deu com a realização de caminhamentos sistemáticos, além da prospecção interventiva com perfurações nos pontos de sondagens (PS) definidos durante o diagnóstico. A escolha se deu a partir de pressupostos relacionados a geomorfologia do ambiente. Foram escolhidos pontos em colinas suaves, próximos a rodovias e/ou áreas planas, não sujeitas a alagamento. Pontos com inclinação superior a 45 graus e áreas alagadas foram descartadas. Os ambientes escolhidos podem ser definidos como geoindicadores de ocupações pretéritas, pois

grupos caçadores-coletores e ceramistas sempre procuravam áreas secas, longe de enchentes, mas próximas dos cursos de água, principal fonte de alimentos (caça e pesca), e da água, propriamente dita. As áreas elevadas eram também escolhidas por serem locais de boa visibilidade para avaliar o entorno e proteger o grupo.

Por tratar-se de um diagnóstico interventivo, definiu-se como estratégia de pesquisa de campo para a ADA e AID os seguintes procedimentos:

- a. Inicialmente, uma equipe percorreu todo o trecho da rodovia através de caminhamentos. Identificou 90 pontos de sondagem (PS), distribuídos pelos 39 municípios na ADA e AID;
- b. Para cada Ponto de Sondagem (PS) se considerou uma área de 50 x 50 metros onde foram abertos 04 poços-testes na ADA e 2 na AID, conforme especificado na Figura 116. Foram avaliados, também, perfis estratigráficos e realizados caminhamentos, conforme a especificidade de cada ponto mapeado;

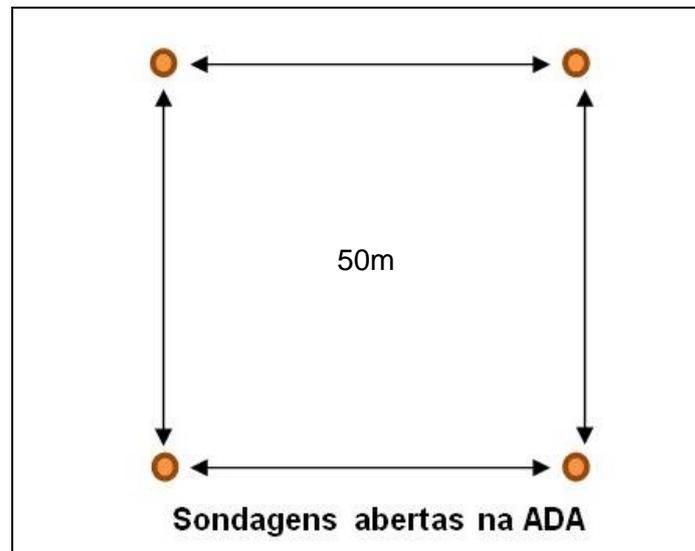


Figura 116: Esquema de sondagens realizadas na ADA nos Pontos de Sondagem (PS) (sem escala).

- c. Para a AID realizou-se vistoria de superfície, por meio de caminhamentos (Figura 117), e abertura de poços testes equidistantes, realizados de forma assistemática em áreas com probabilidade arqueológica no sentido norte/sul e leste/oeste. A prospecção nesses locais foi realizada em linha, com sondagens regulares equidistantes 50 metros uma das outras, conforme Figura 118.

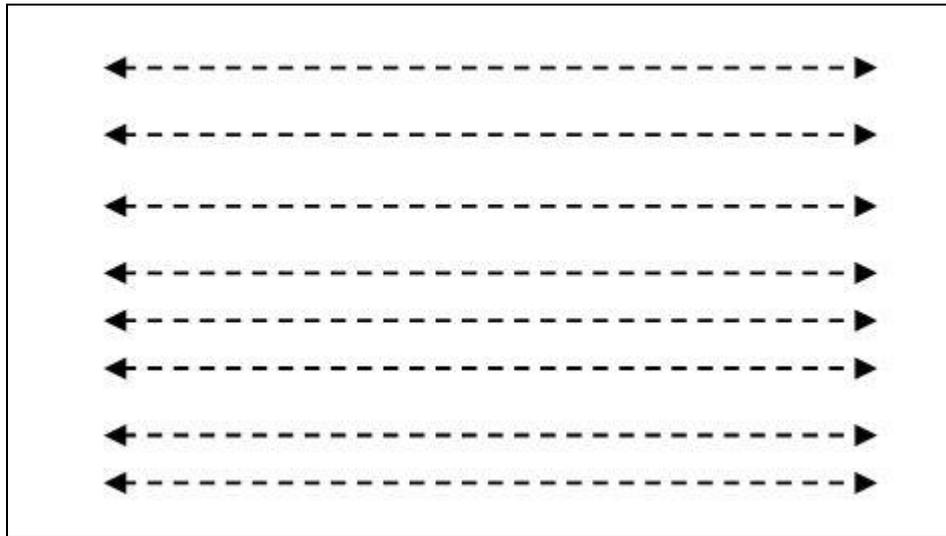


Figura 117 : Esquema ilustrativo das linhas de caminhamentos realizadas na ADA e AID no eixo da Rodovia BR 116. (sem escala).

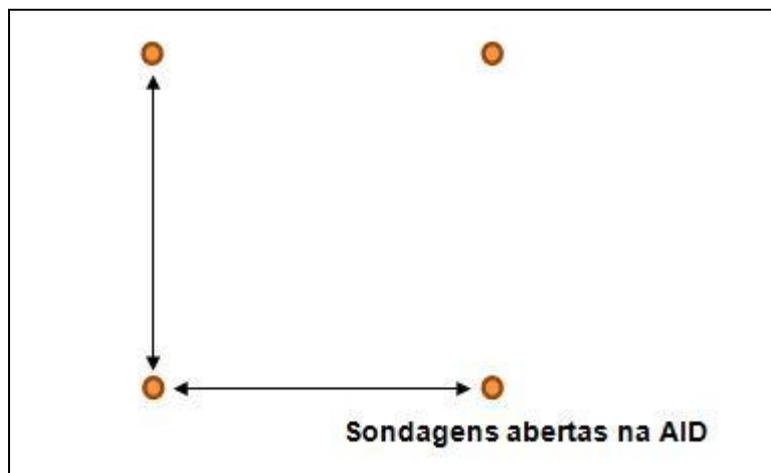


Figura 118: Esquema de sondagens abertas na AID nos Pontos de Sondagens (PS) (sem escala).

d. Nas áreas de APP realizaram-se caminhamentos assistemáticos e vistoria de superfície nos pontos mais elevados, próximos aos rios, córregos e banhados.

As atividades de prospecção na rodovia iniciaram-se no município de Além Paraíba, coordenadas UTM 23k 7581368/741814, e concluíram-se no município de Divisa Alegre, sob as coordenadas UTM 24k 8261684/249397. Foram realizados caminhamentos e prospecções nos pontos previamente vistoriados da ADA e AID, passíveis de ocupação pré-colonial. Nas áreas de APP efetuaram-se caminhamentos a fim de vistoriar elementos arqueológicos em superfície.

Assim, toda a área envolvida na pesquisa foi averiguada pela equipe de campo através de caminhamentos sistemáticos e assistemáticos e abertura de poços-teste com o objetivo de investigar a presença de vestígios arqueológicos em superfície e subsuperfície.

✓ **Prospecção Arqueológica na ADA e AID do Empreendimento**

Considerou-se como ADA do empreendimento todo o traçado de duplicação da BR 116 em pontos previamente vistoriados para a realização de sondagens. Os locais pré-determinados para o procedimento investigativo em superfície e subsuperfície foram escolhidos de acordo com a topografia observada ao longo do trecho e sua potencialidade quanto ao assentamento humano pretérito. Já a AID foi considerada 50 metros a partir da ADA.

A metodologia proposta para a investigação da ADA e AID baseou-se na definição prévia dos pontos a serem finamente investigados. Para isso, todo o traçado da rodovia foi percorrido e avaliado. Com isso foram definidos 90 locais denominados **Pontos de Sondagem**, selecionados em diferentes compartimentos ambientais. Estes pontos apresentaram áreas de potencial arqueológico, como locais arados, elevações e baixios próximos à rodovia, do trecho entre Além Paraíba a Divisa Alegre, no Estado de Minas Gerais.

Todos os Pontos de Sondagem foram investigados por meio de caminhamentos e abertura de poços-teste a cada 50 metros. Neles, foram abertos, no mínimo, 4 tradagens na ADA e 2 na AID. Esse número aumentava conforme o potencial arqueológico do local, bem como a verificação da presença de sítios arqueológicos no ambiente, quando se realizaram mais tradagens para se delimitar a área dos sítios arqueológicos ou ocorrências mapeadas.

As atividades tiveram como finalidade a localização e registro *in loco* de vestígios materiais relacionados à ocupação da área em tempos pretéritos, envolvendo vestígios pré-históricos e históricos.

Dessa forma foram realizadas as seguintes atividades de campo:

- a. georreferenciamento e registro em GPS manual de pontos de observação e análise, pré-determinados *in loco*, em todo o trecho acima descrito;
- b. limpeza da área de cerca de 1m² (retirada da vegetação);
- c. abertura de poços testes com auxílio de cavadeira manual articulada;
- d. peneiramento do sedimento;
- e. análise do solo retirado;
- f. devolução desse solo retirado ao buraco de sondagem aberto;
- g. registro fotográfico da atividade realizada no local;

- h. registro em fichas de campo específicas para esse fim;
- i. caminhamento pelo entorno do local, nos lugares com possibilidades de visualização de superfície do terreno, ou com potencial arqueológico evidente;
- j. entrevistas fortuitas com moradores locais, na tentativa de se obterem informações a respeito do conhecimento sobre vestígios arqueológicos históricos e/ou pré-históricos no local ou nas proximidades.

A metodologia utilizada foi eficiente para diagnosticar o potencial arqueológico da área pesquisada, onde foi evidenciado um sítio arqueológico da Tradição Tupiguarani e uma ocorrência relacionada a grupos caçadores-coletores.

d. Metodologia da Educação Patrimonial: Aspectos Teóricos e Metodológicos

O patrimônio cultural brasileiro traduz, na materialidade e imaterialidade das suas mais diversas manifestações, a longa trajetória em que se constituiu a sociedade brasileira. Os bens arqueológicos representam uma parte específica deste patrimônio, que nos remete à dinâmica história de ocupações. O registro arqueológico, observado à luz do contexto sociocultural em que se insere, marca a sequência de transformações que levaram à constituição pluriétnica e diversificada do território nacional, desde a chegada das primeiras levas de ameríndios que adentraram o território até à formação contemporânea de municipalidades, Estados e regiões.

A legislação brasileira vem aprimorando o marco legal que garante, desde 1988, o direito de todos à memória e à cidadania. O passo decisivo no redirecionamento da ótica da preservação patrimonial se deu, em perspectiva mais recente, com as novas políticas de fomento, que postulam que os bens patrimoniais devem ser identificados a partir da sua apropriação pelas comunidades, à medida que lhes são atribuídas significâncias no presente. Hoje, o patrimônio cultural e ambiental são elementos importantes na articulação das relações socioeconômicas. A definição de seus múltiplos significados varia de acordo com as identidades de caráter pessoal ou social. São identidades cotidianamente construídas e reelaboradas pelas pessoas e grupos.

De modo geral, a riqueza e o potencial agregador da memória veiculada pelo patrimônio arqueológico são pouco explorados no Brasil. A Educação Patrimonial, aliada a projetos de Arqueologia, possibilita às comunidades terem acesso a um passado muito frequentemente desconhecido que, via de regra, apresenta-se como importante formador de identidades locais e regionais. É uma ferramenta fundamental nos processos de reconhecimento, promoção e, conseqüentemente, proteção dos bens públicos e privados.

Vista como uma ação de vinculação social das ações de preservação de bens culturais, a

Educação Patrimonial amplia o acesso do conhecimento científico ao levá-lo às esferas públicas. Pode, assim, ser entendida como um processo dialógico de formação, de largo alcance, aproximando os profissionais da arqueologia e os diferentes atores sociais diretamente envolvidos nos processos de desenvolvimento socioeconômico. A Educação construída por meio das ações de preservação patrimonial nos permite estimular as percepções e o envolvimento da comunidade com seu patrimônio, enraizar as noções de pertencimento e promover, por meio de processos de construção participativa, o engajamento coletivo nas transformações do território referido. Significa “educar pelo patrimônio”, no sentido mais amplo que pode ser atribuído a esta ação.

e. Considerações Finais sobre os Levantamentos do Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico

O diagnóstico arqueológico prospectivo realizado na área de implantação desse empreendimento possibilitou identificar um sítio e uma ocorrência arqueológica. A ocorrência foi atribuída a vestígios de caçadores-coletores e o sítio a grupos ceramistas portadores da Tradição Tupiguarani. Essas evidências já foram bastante afetadas pela ação natural e antrópica. Os poucos vestígios mapeados (cerâmicas) estão se perdendo devido à ação de intempéries (sol, chuva, vento) e uso da terra para agricultura que desestrutura os pacotes arqueológicos. Isto não significa dizer que estes sítios não possuem valor científico e cultural. Ao contrário, espera-se que este estudo confirme exatamente o contrário: existe grande potencial de estudo nestes sítios. Trata-se de patrimônio histórico e cultural de grande importância, com potencial educacional e científico. Portanto, deve ser preservado e valorizado.

Os caminhamentos evidenciaram muito bem as características ambientais que cercavam o entorno do sítio, reforçando as descrições mais gerais. Esses sítios estão instalados em topografia de topo e meia encosta, caracterizados por testemunhos de rochas sedimentares, apresentando, em quase toda a área investigada, solo areno-argiloso e argiloso; de coloração variando em marrom claro e avermelhado, granulometria fina a média, com média e alta compactação.

A paisagem da região apresenta poucos focos de vegetação nativa, com muita pastagem e plantios de culturas sazonais como milho, mandioca, feijão e batata. Em boa parte do trecho, há áreas extremamente erodidas, sem vestígio de vegetação nativa. Originalmente, a região possuía cobertura de Floresta Atlântica, que apresenta árvores de porte grande e médio e grande variedade vegetal. A região da pesquisa faz parte de três importantes recursos hídricos: Paraíba do Sul, Doce e Jequitinhonha. Os afluentes e pequenos córregos que abastecem esses grandes rios percorrem várias áreas e estão próximos do sítio da Tradição Tupiguarani, bem como da ocorrência lítica, com distâncias de 200 metros a 500 metros. O **Quadro 20** apresenta as evidências arqueológicas e seus aspectos ambientais.

Nome do Sítio	Coordenada UTM 23 K WGS 84	Topografia	Vegetação	Tipo de solo	Distância da água
Ocorrência Inhapim -01	7848605/0802060	Platô de baixa vertente	Pasto	Argilo- arenosa	200 metros
MG- Engenheiro Caldas - 01	7882024/0813968	Platô de baixa vertente	Pasto	Argilo- arenoso	100 metros

Quadro 20. Sítios Mapeados em relação aos seus Aspectos Ambientais

A pesquisa desenvolvida apresentou alguns resultados arqueológicos bem interessantes. De saída, percebe-se que há sítios implantados em áreas bastante antropizadas, o que caracteriza a resiliência dos vestígios. Ainda que tenham sido muito alterados, guardam resquícios daquela cultura. Constatou-se que o sítio e a ocorrência mapeada estavam em áreas altas, próximas a pequenos e médios cursos d'água. Esses locais eram estratégicos, pois dali se poderia avistar parte do vale. Além disso, o solo era propício para a agricultura praticada pelos grupos ceramistas.

Quanto ao patrimônio histórico e cultural verificado nos 40 municípios, considera-se especial atenção ao patrimônio ferroviário presente nos municípios de Além Paraíba e Leopoldina. A partir de 31 de maio de 2007, com a promulgação da Lei 11.483, o IPHAN passou a ter responsabilidade de receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, provenientes da extinta Rede Ferroviária Federal SA (RFFFSa), distribuídos em 18 Estados brasileiros, além de zelar pela sua guarda e manutenção.

O patrimônio ferroviário oriundo da RFFSA engloba bens imóveis e móveis, incluindo desde edificações, como estações, armazéns, rotundas, terrenos e trechos de linha, até material rodante, como locomotivas, vagões, carros de passageiros, maquinário, mobiliário, relógios, sinos, telégrafos e acervos documentais (IPHAN, 2016. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/127>).

Segundo dados do IPHAN, a Ferrovia possui mais de 52 mil bens imóveis e 15 mil bens móveis com valor artístico. Além Paraíba cadastrou, em 29/04/2013, a Estação de São José e Casa do Agente, com 138 m². Assim como o município de Leopoldina, que cadastrou, em 16/04/2014, a Estação Ferroviária de Abaíaba e o terreno da Estação Ferroviária de Abaíaba.

Além do patrimônio ferroviário, a pesquisa possibilitou identificar diversas edificações históricas passíveis de preservação e tombamento em vários municípios. Um exemplo é a cidade de Orizânia, que apresentou antigos casarões de fazendas e Manhuaçu, com casarões e templos de valor histórico relevantes.

Além disso, constatou-se manifestações culturais, caracterizando o patrimônio imaterial da região.

Neste sentido, duas iniciativas seriam extremamente positivas para a valorização dos elementos do patrimônio arqueológico e do patrimônio histórico material e imaterial. Uma delas seria o desenvolvimento de um programa efetivo de Educação Patrimonial nos municípios, envolvendo as escolas em um calendário de visitação aos elementos do patrimônio arqueológico e histórico mapeados. A outra iniciativa seria a realização de atividades com as comunidades envolvidas, com palestras e exposições versando sobre a pré-história e o patrimônio histórico local.

O detalhamento dessas ações, quanto ao impacto produzido ao bem arqueológico, sua natureza, origem, temporalidade, duração, reversibilidade, abrangência, intensidade, importância e as medidas a serem tomadas, está em tabela apresentada no Apêndice 6.

- Recomendações Sobre as Ações a serem Desenvolvidas nos Sítios Mapeados

No que se refere ao sítio e ocorrência mapeados, sugere-se a escavação e o salvamento dos remanescentes, de forma sistemática em toda a área mapeada.

- Recomendações sobre as Ações Educativas a serem Desenvolvidas nos municípios Afetados pela Obra

A partir das atividades desenvolvidas e do diagnóstico realizado nas comunidades que envolvem os sítios pesquisados, sugere-se a realização das seguintes atividades educativas:

- a. Organização de exposição, seguida de palestra, que tratem da arqueologia regional e nacional, nas escolas dos municípios envolvidos;
- b. Organização de um espaço de visitação onde haja uma exposição permanente dos vestígios arqueológicos identificados nesses sítios.

Para a etapa seguinte do licenciamento, sugere-se o aprofundamento das sondagens, realizando um amplo Programa de Prospecção Arqueológica, cujo projeto contemple a continuidade das pesquisas do patrimônio material e imaterial, com o objetivo de contribuir para a valorização, apoio e fomento dos Bens Culturais Registrados, colaborando com as políticas públicas de preservação cultural.

Com essas ações, será possível difundir o patrimônio local, construir uma consciência de preservação e fomentar a valorização e pertencimento em relação ao patrimônio arqueológico pré-colonial. Além disso, considera-se que o desenvolvimento de atividades educativas envolvendo a temática do patrimônio, além de informações sobre a legislação e os órgãos responsáveis pela

proteção do patrimônio, deve ser um investimento positivo na contínua ação de preservação dos sítios arqueológicos.

6.3.5.4 Comunidades Tradicionais

Na área de estudo também não foram identificadas Comunidades Tradicionais.

ANEXOS

ANEXO I – MAPAS DAS COMUNIDADES LINDEIRAS

ANEXO II – FICHAS DE CAMPO E QUESTIONÁRIOS

ANEXO III – DECLARAÇÕES DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS

ANEXO IV – PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA

ANEXO V – MAPAS DE USO DO SOLO

ANEXO VI – MAPA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE DA ÁREA DE ESTUDO

ANEXOS DIGITAIS

- OFÍCIOS ENVIADOS ÀS PREFEITURAS MUNICIPAIS COM A SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO;
- LISTA DE SOLICITAÇÕES REQUERIDAS;
- LEGISLAÇÃO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ENVIADAS PELAS PREFEITURAS.